RELATÓRIO E CONTAS

2024



TEIXEIRA DUARTE

Fotografia de capa



EMPREENDIMENTO “VILA RIO”

Empreendimento de matriz residencial promovido e construído pelo Grupo Teixeira Duarte, na Póvoa de Santa Iria, concelho de Vila Franca de Xira – Portugal.

RELATÓRIO E CONTAS
2024

PÁGINA PROPOSITADAMENTE DEIXADA EM BRANCO

ÍNDICE

Relatório de Gestão do Conselho de Administração 2024 7
IDENTIFICAÇÃO DA SOCIEDADE 8
INTRODUÇÃO 9
Mensagem do Presidente do Conselho de Administração 11
I. O GRUPO TEIXEIRA DUARTE 14
I.1 Perfil 15
I.2 Principais Indicadores Financeiros 23
I.3 Gestão de Riscos 24
I.4 Eventos Societários 25
II. APRECIAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA 26
III. DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE 32
IV. ATIVIDADE POR SETORES 129
IV.1 Construção 130
IV.2 Concessões e Serviços 157
IV.3 Imobiliária 166
IV.4 Hotelaria 175
IV.5 Distribuição 179
IV.6 Automóvel 184
V. PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO FUTURA 187
VI. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 188
VII. ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 189
Relatório sobre o Governo da Sociedade 2024 193
I. INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE 194
II. AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO 242
Demonstrações Financeiras Individuais 2024 253
Demonstrações Financeiras Consolidadas 2024 287
Relatório, Pareceres e Certificações dos Órgãos de Fiscalização 2024 371



Viaduto Duarte Pacheco, Lisboa - Portugal

Relatório de Gestão do Conselho de Administração 2024

RELATÓRIO E CONTAS 2024

IDENTIFICAÇÃO DA SOCIEDADE

Teixeira Duarte, S.A.

Sede: Lagoas Park, Edifício 2 – 2740-265 Porto Salvo
Capital Social: € 210.000.000
Número Único de Pessoa Coletiva: 509 234 526

INTRODUÇÃO

O RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

O Conselho de Administração da "Teixeira Duarte, S.A." (TD,SA), no cumprimento das disposições legais e regulamentares que regem as sociedades com o capital aberto ao investimento do público, apresenta o seu Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2024.

O presente Relatório analisará de forma consolidada a atividade desenvolvida pelas participadas da TD,SA e abordará também alguns aspetos sobre a Sociedade a título individual, nomeadamente no que respeita à proposta de aplicação de resultados, assumindo-se deste modo a opção prevista no Artigo 508.º-C, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, de apresentar um relatório único.

Nesta exposição ter-se-á em conta que cada uma dessas participadas dispõe de órgãos de gestão próprios, que tratam igualmente de disponibilizar a respetiva informação pertinente, pelo que aqui serão feitas somente algumas referências com o propósito de configurar uma perspetiva de conjunto.

A este documento são anexados, nos termos da legislação aplicável, mapas com as diversas informações relativas às participações sociais no capital da TD,SA (nomeadamente de acordo com o disposto no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais e no Regulamento da CMVM n.º 1/2023).

DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE

O relato do desempenho da Teixeira Duarte, S.A. no exercício de 2024 em matéria de sustentabilidade é elaborado de acordo com as normas da Diretiva (UE) 2022/2464 (*Corporate Sustainability Reporting Directive* - CSRD) e com o Regulamento (EU) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2020 (Regulamento da Taxonomia).

RELATÓRIO DO GOVERNO DA SOCIEDADE

Apresenta-se também neste conjunto o relatório detalhado sobre a estrutura e as práticas de governo societário em 2024 (elaborado em conformidade com o artigo 29-H do Código dos Valores Mobiliários e com o Regulamento da CMVM n.º 4/2013), tomando por base o Código do Governo das Sociedades do Instituto Português de *Corporate Governance* (IPCG), em vigor desde dia 1 de janeiro de 2018 na sua versão atualizada em 2024 que inclui o Relatório sobre Remunerações, nos termos do artigo 26.º-G do Código de Valores Mobiliários.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Para além disso, consideram-se aqui também integradas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas com os respetivos anexos, as primeiras elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e as segundas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia, bem como o respetivo Relatório e Parecer dos Órgãos de Fiscalização, as Certificações Legais das Contas e Relatório de Auditoria produzidos por auditor registado na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários.

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do Artigo 29-G do Código dos Valores Mobiliários, os signatários declaram que, tanto quanto seja do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as contas anuais e os demais documentos de prestação de contas anexos foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da TD,SA e das sociedades incluídas no seu perímetro de consolidação, bem como que tais documentos expõem fielmente as respetivas evoluções dos negócios, dos desempenhos e das posições de cada uma dessas entidades, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que as mesmas se defrontam.

Neste âmbito, cumpre referir que os signatários acompanham, assiduamente, o desenvolvimento da situação política e económica dos mercados em que o Grupo opera e os impactos das mesmas, em especial no acesso a divisas, bem como o impacto da conjuntura geopolítica internacional na atividade da Teixeira Duarte, com particular incidência na aquisição de serviços, *commodities* e matérias-primas.

FORMATO ELETRÓNICO ÚNICO EUROPEU (EUROPEAN SINGLE ELECTRONIC FORMAT – ESEF)

O Relatório e Contas Anual foi elaborado em Formato Eletrónico Único Europeu (*European Single Electronic Format - ESEF*), em conformidade com as especificações previstas no Regulamento Delegado (UE) 2018/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018, e nos termos das alterações subsequentes, tendo em conta as orientações disponibilizadas pela Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA) e tendo igualmente em conta a informação divulgada pela CMVM a respeito das regras aplicáveis ao novo formato eletrónico de divulgação de Informação Financeira.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Manuel Maria Calainho Teixeira Duarte
Presidente do Conselho de Administração

Caros Acionistas e *Stakeholders*,

O ano de 2024 marcou um ponto de inflexão na história recente do Grupo Teixeira Duarte. Depois de anos de desafios e transformações profundas, começámos a colher os primeiros frutos de um esforço coletivo sustentado: regressámos à rentabilidade, reforçámos a nossa margem operacional e expandimos a nossa carteira de encomendas.

Este percurso foi trilhado num contexto particularmente exigente, com dificuldades de acesso a divisas e desvalorização cambial em mercados relevantes para a nossa atividade. Através da dedicação, da competência e do engenho das nossas equipas, conseguimos ultrapassar esses obstáculos e consolidar as bases para um crescimento sustentável.

A melhoria do desempenho operacional é particularmente significativa. Em 2024, consolidámos medidas de reorganização e otimização de recursos que resultaram numa maior eficiência das operações, numa melhoria das margens e numa maior capacidade de execução de projetos complexos, tanto em Portugal como nos mercados internacionais. O foco na disciplina financeira, na seleção criteriosa de projetos e na melhoria dos processos internos foram elementos-chave para o reforço da nossa competitividade.

A melhoria do desempenho operacional e o robustecimento da carteira de projetos foram decisivos para a celebração do Acordo de Refinanciamento alcançado em 2025. Este acordo, que alonga a maturidade da dívida e otimiza os seus custos, representa um novo capítulo na vida da Teixeira Duarte, dotando-nos da estabilidade financeira necessária para olharmos o futuro com confiança renovada.

Resultados de 2024 em destaque:

- **Volume de Negócios**: Ascendemos a 775 milhões de euros, 8 milhões acima do ano anterior. O setor imobiliário, especialmente em Portugal e Brasil, foi o principal motor deste crescimento. Apesar dos desafios cambiais, os mercados de Angola e Brasil também registaram crescimento em euros;
- **EBITDA**: Atingimos 105 milhões de euros, um aumento de 37% face a 2023. Este valor é fruto da melhoria de eficiência e da reorganização interna, com a Construção a representar 33% do EBITDA consolidado;
- **Resultado Líquido Consolidado**: Obtivemos 28 milhões de euros de lucro, com 26 milhões atribuíveis a detentores de capital, revertendo um resultado negativo de 12 milhões no ano anterior, demonstrando a solidez da retoma;
- **Capital Próprio**: Aumentámos para 168 milhões de euros, refletindo uma melhoria na autonomia financeira de 9,8% para 11,5%;
- **Dívida Financeira Líquida**: Reduzimos para 643 milhões de euros, prosseguindo uma política consistente de responsabilidade financeira que permitiu reduzir o passivo bancário em cerca de 1.500 milhões de euros desde a crise do *subprime*.

Desempenho setorial:

- **Construção**: Recuperação expressiva do EBITDA para 35 milhões de euros, apoiada na otimização de recursos, melhoria na seleção de projetos e numa carteira de encomendas reforçada em 43%, totalizando 1.540 milhões de euros;
- **Imobiliária**: Forte contributo do mercado brasileiro, com entrega de dois empreendimentos, e dinamismo em Portugal. O Grupo tem atualmente em construção 650 apartamentos em Portugal e 500 no Brasil, perfazendo um total de 1.150 apartamentos em desenvolvimento;
- **Concessões e Serviços**: Crescimento em Portugal e estabilidade operacional, apesar da pressão cambial em Angola;
- **Hotelaria**: Manutenção do desempenho robusto em Angola, com crescimento da atividade em moeda local;
- **Distribuição**: Aumento do nível de atividade em Angola, com melhoria de EBITDA de 15,7%;
- **Automóvel**: Setor mais impactado, com redução do Volume de Negócios devido a limitações nas importações por dificuldades cambiais.

Para além da atividade operacional, mantivemos o nosso alinhamento com a Agenda 2030 das Nações Unidas, reforçando o nosso compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável prioritários para o Grupo.

Olhar o Futuro:

Assumimos 2025 como um ano de consolidação financeira e fortalecimento da nossa capacidade de **Fazer**. Vamos continuar a apostar na eficiência operacional, na inovação e na responsabilidade social como pilares do nosso desenvolvimento.

A todos os que, com o seu trabalho, a sua confiança e o seu apoio, tornam possível este caminho - colaboradores, acionistas, clientes, fornecedores, bancos e comunidades - deixo uma palavra de reconhecimento. O sucesso da Teixeira Duarte é o reflexo da dedicação, da coragem e da esperança de todos nós.

Reafirmamos a capacidade de trabalhar com ENGENHO, fiéis à VERDADE e com eficiência para honrarmos o COMPROMISSO, que temos com os nossos *stakeholders*, de alcançar um 2025 melhor, para honrar o legado que recebemos e entregar às futuras gerações uma Teixeira Duarte mais forte.

Manuel Maria Calainho Teixeira Duarte

PÁGINA PROPOSITADAMENTE DEIXADA EM BRANCO

I. O GRUPO TEIXEIRA DUARTE

UM GRUPO PORTUGUÊS CENTENÁRIO FUNDADO NUMA CASA DE ENGENHARIA

Teixeira Duarte é a identidade de um Grupo empresarial que se apresenta através daquela que é a sua imagem de marca: um Grupo português fundado numa Casa de Engenharia – algo inerente à sua génese e ao seu fundador – que, com espírito empreendedor e investimento nos seus recursos humanos e meios técnicos, estendeu, desde há décadas, a sua atuação a outros setores e mercados com uma identidade vivida e defendida por todos ao longo de cem anos de atividade.

Reportando o seu início à atuação do seu fundador, Engenheiro Ricardo Esquível Teixeira Duarte, em 1921, a Teixeira Duarte foi alargando a sua atividade desde a captação de águas e realização de furos artesianos, à Geotecnia e Fundações, às Edificações e, mais tarde, às Infraestruturas e a todas as demais áreas da Construção, incluindo, umas décadas depois, os setores das Concessões e Serviços, Imobiliária, Hotelaria, Distribuição e Automóvel.

Hoje, após 100 anos, este Grupo Económico português, integra 170 entidades que atuam em 20 países com o empenho e dedicação de 8.624 colaboradores.

Um trajeto assente em Engenho, Verdade e Compromisso, que nos orgulha, que nos ensina e que nos inspira a continuar a "Fazer, contribuindo para a construção de um mundo melhor"!



Centro Exposições Mundo Português - Construção da Fonte Luminosa, Lisboa (1939)

I.1 Perfil

8.624
COLABORADORES

170
ENTIDADES

SETORES DE ATIVIDADE

CONSTRUÇÃO
DESDE 1921

CONCESSÕES E SERVIÇOS
DESDE 1984

IMOBILIÁRIA
DESDE 1973

HOTELARIA
DESDE 1992

DISTRIBUIÇÃO
DESDE 1996

AUTOMÓVEL
DESDE 1991

20 PAÍSES
4 CONTINENTES

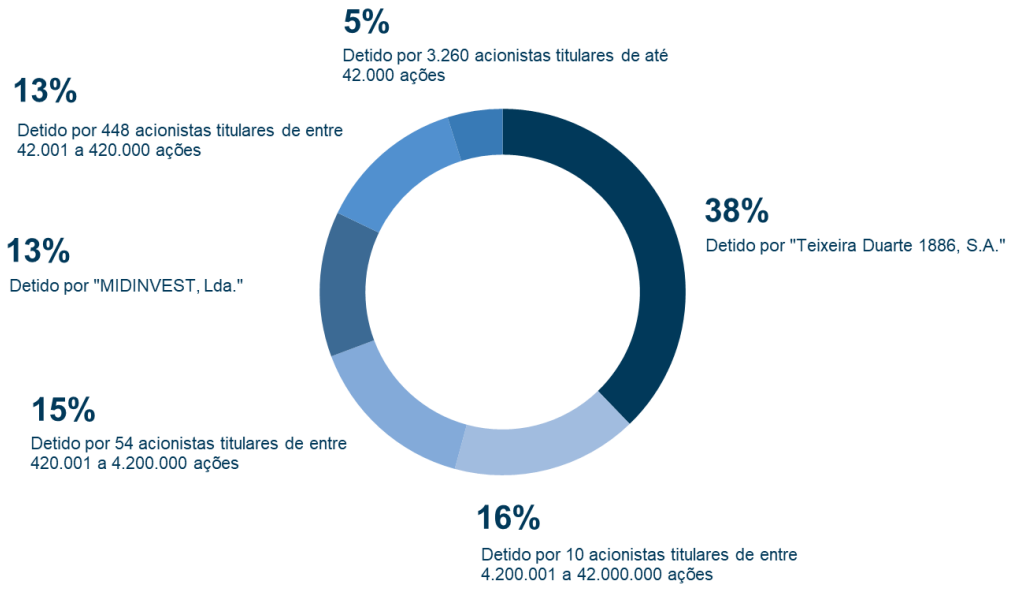




Empreitada de Reabilitação das Coberturas e Fachadas da Biblioteca Joanina da Universidade de Coimbra- Portugal

ACIONISTAS

A "Teixeira Duarte, S.A." é a sociedade cotada de topo do Grupo Teixeira Duarte, cujo capital social, em 31 de dezembro de 2024, estava distribuído por 3.774 acionistas da seguinte forma:



Distribuição do capital social da Teixeira Duarte, S.A. pelos acionistas no final do período de 2024

MODELO SOCIETÁRIO

A Teixeira Duarte, S.A. segue o modelo societário designado comumente como modelo monista: tendo um único órgão de gestão (o Conselho de Administração), atualmente com cinco membros e dois órgãos de fiscalização: Um Conselho Fiscal (com três membros) e uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Neste enquadramento, os órgãos sociais da "Teixeira Duarte, S.A." e respetivos membros são os seguintes:

Mesa da Assembleia Geral:

Presidente
José Luciano Vaz Marcos

Vice-Presidente
António José André Martins

Secretário
Carlos Jorge Cavaca Ferraz

Conselho de Administração:

Presidente
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Administradores
Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte
Isabel Maria Nunes Correia Teixeira Duarte
Sérgio Paulo Reis Pereira
Paulo Alfredo de Carvalho Serradas

Conselho Fiscal:

Presidente
Ana Cristina Louro Ribeiro Doutor Simões

Vogais
João Salvador dos Santos Matias
Carlos Manuel Bastos Rodrigues

Suplente
Pedro Miguel Amador Fonseca

Revisor Oficial de Contas:

"Moore Stephens & Associados, SROC S.A." representada por Ana Patrícia Correia Monteiro Varela

Chief Compliance Officer

Carlos Jorge Cavaca Ferraz

Secretário da Sociedade

Efetivo
Carlos Jorge Cavaca Ferraz

Suplente
Ana Carolina Madeira Rodrigues Caetano

Representante para as Relações com o Mercado

Sérgio Paulo Reis Pereira

MODELO ORGANIZACIONAL

Sem prejuízo do quanto se expõem no Relatório do Governo da Sociedade integrado neste compêndio de documentos de prestação de contas, realça-se o facto de, no âmbito do Conselho de Administração da Teixeira Duarte, S.A., se ter deliberado que – sem que tal signifique nenhuma delegação de poderes nos termos da Lei, nem que exclua a competência normal e a responsabilidade dos demais membros deste Conselho, que todos são executivos – o Presidente do Conselho de Administração Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte seja especialmente encarregue da coordenação e reporte das atividades desenvolvidas pelas empresas do Grupo que atuam nos setores das Concessões e Serviços, Imobiliária, Hotelaria, Distribuição e Automóvel; o administrador Paulo Alfredo de Carvalho Serradas seja especialmente encarregue da coordenação e reporte das atividades desenvolvidas pelas empresas do Grupo que atuam no setor da Construção; e o administrador Sérgio Paulo Reis Pereira seja especialmente encarregue da coordenação e reporte da atuação das estruturas da área corporativa, com exceção da Auditoria Interna, Compliance, Comunicação e Sustentabilidade, cuja supervisão no âmbito das sub-holdings do Grupo é da responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração dessas entidades, Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte.

Acresce que, para além dos órgãos sociais da "Teixeira Duarte, S.A." se destacam os Conselhos de Administração da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." e da "Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.", a primeira no setor da Construção e a segunda para os setores das Concessões e Serviços, Imobiliária, Hotelaria, Distribuição e Automóvel.

De referir ainda que o Conselho de Administração da “Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.” deliberou constituir uma Comissão Executiva Operacional – presidida por Paulo Alfredo de Carvalho Serradas e da qual fazem também parte Gustavo Nuno Banazol Capelo Cariano de Villas-Boas Lebreiro, José Luis Gregório dos Santos e Rogério Esteves da Fonseca – que tem a coordenação e supervisão global da Produção, da Área Comercial e das Estruturas de Apoio.

Seguem-se os órgãos de gestão das demais entidades integradas no Grupo Teixeira Duarte e a estrutura organizativa da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." que, sendo a sociedade de origem do Grupo, desenvolve a sua atividade em diferentes Áreas de Negócio do Setor da Construção: Geotecnia e Fundações, das Edificações, das Infraestruturas (incluindo Obras Marítimas), da Metalomecânica, das Obras Subterrâneas e das Obras Ferroviárias, em diversas geografias.

Todas as referidas áreas operacionais dividem as valências de produção e comerciais em estruturas que são essenciais na formação de quadros dirigentes e no acompanhamento da sua carreira e que integram Áreas de Atuação e Direções, dispondo também de um conjunto de Estruturas de Apoio específicas para este setor da Construção, em particular nas áreas de Aprovisionamentos; Cofragens, Armaduras e Betões; Comercial; Gestão de Equipamento; Inovação; Logística das Propostas; Planeamento e Controlo de Custos; Recursos Humanos e Sistemas de Gestão.

O Grupo conta também, neste Setor, com uma importante Direção de Projetos, através da qual se desenvolvem e executam Estudos e Projetos Técnicos de Engenharia, para todo o Grupo Teixeira Duarte que se têm revelado de grande importância na apresentação tecnicamente fundamentada de propostas e projetos. Cabe ainda a esta estrutura a coordenação e implementação do BIM (*Building Information Modeling*) no âmbito de todo o Grupo Teixeira Duarte, com a consolidação da formação interna e externa, desenvolvimento de projetos com esta metodologia e criação de procedimentos internos.

Para além de todas aquelas estruturas mais diretamente ligadas à área operacional da Empresa, existe um conjunto de Estruturas Centrais e Serviços com especiais responsabilidades de apoio transversal, que constituem a denominada Área Corporativa.

Assim, destacados nas diversas entidades que constituem o Grupo Teixeira Duarte, existem vários colaboradores qualificados como pertencentes à Alta Direção que são responsáveis por diferentes sociedades, setores, áreas de negócio, ou outras estruturas organizativas, os quais se apresentam identificados no organograma que se segue:

ORGANOGRAMA TEIXEIRA DUARTE

Teixeira Duarte, S.A.

Conselho de Administração
Manuel Maria Teixeira Duarte
Maria da Conceição Teixeira Duarte
Isabel Teixeira Duarte
Sérgio Pereira
Paulo Serradas

Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.

Conselho de Administração
Manuel Maria Teixeira Duarte
Paulo Serradas
Sérgio Pereira
Gustavo Lebreiro
Luis Santos

Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.

Conselho de Administração
Manuel Maria Teixeira Duarte
Luís Vicente
Sérgio Pereira
Rogério Fonseca
Alfredo Silva
Guilherme Silva
João Cordeiro

ÁREA CORPORATIVA

Assessor Administração
Alexandre de Jesus

Auditoria Interna
Mário Faria

Compliance
Carlos Ferraz

Comunicação
Erica Beauvalet

Contabilidade
Tiago Fernandes
Sérgio Castro

Finanças
Sérgio Pereira
Pedro Cruz

Jurídicos
Ricardo Teixeira

Processos Partilhados
André Henriques

Recursos Humanos
José Ferreira da Costa

Societário e Corporativo
Carlos Ferraz

Sustentabilidade
Erica Beauvalet

Tecnologias de Informação
Rui Pedroso
Rui Miranda

SETOR DE ATIVIDADE

CONSTRUÇÃO

Comissão Executiva Operacional
Paulo Serradas
Gustavo Lebreiro
Luis Santos
Rogério Fonseca

EPOS
Carlos Russo

SOMAFEL
Rui Costa

SETORES DE ATIVIDADE

CONCESSÕES E SERVIÇOS

Rogério Fonseca

Facilities Management
Rodolfo Valentim
Mariana Coimbra

Educação
Helena Teixeira Duarte

IMOBILIÁRIA

Alfredo Silva
Guilherme Silva
David Cardoso
João Esteves
João Nuno Santos

HOTELARIA

Luís Vicente
Cláudia Bazílio

DISTRIBUIÇÃO

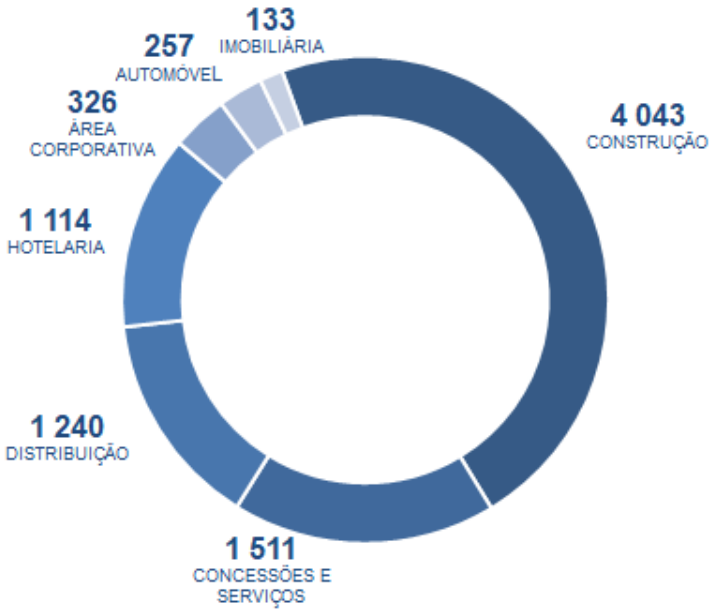
João Cordeiro
Orlando Preguiça
Bernardo Ribeiro
Geraldo Junior

AUTOMÓVEL

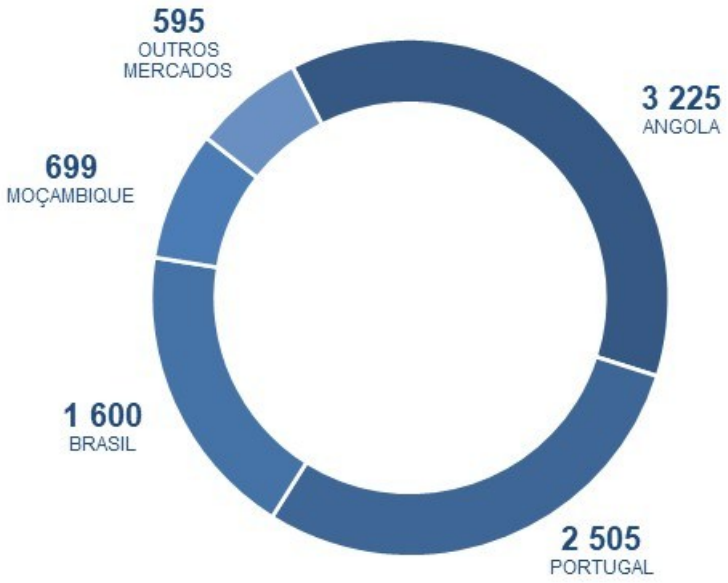
Luís Vicente
Álvaro Paulino

COLABORADORES

Os colaboradores são o núcleo central da atividade de todas as empresas do Grupo Teixeira Duarte e o seu maior recurso. Em 31 de dezembro de 2024 os 8.624 colaboradores estavam distribuídos pelos seguintes setores e mercados:



Distribuição de Colaboradores por Setor de Atividade



Distribuição de Colaboradores por Mercado

MISSÃO E VALORES

A conduta dos colaboradores das empresas do Grupo Teixeira Duarte tem sido norteada ao longo de cerca de cem anos de história por uma ética que é motivo de orgulho e de incentivo para o crescimento do mesmo. O núcleo central dessa ética assenta na sua missão e valores, que de seguida se enunciam:

A **MISSÃO**

FAZER, CONTRIBUINDO PARA A CONSTRUÇÃO DE UM MUNDO MELHOR

Define o que move os seus Colaboradores no dia-a-dia, e constitui o objetivo partilhado por todos independentemente da sua área de atuação, geografia, ou equipa de trabalho.

"**Fazer**", porque se pretende sempre fazer acontecer.
"**Contribuindo",** porque devemos ter a noção que ninguém faz nada sozinho.
Para a "**Construção**", da qual somos parte.
De **"um mundo melhor**", que é o objetivo que todos partilhamos dentro e fora da Teixeira Duarte.

OS **VALORES**

Os Valores são o modo como se deve agir para alcançar esse objetivo e caracterizam o envolvimento do Grupo com todas as partes relacionadas. São eles:

ENGENHO

Valor baseado na origem da Teixeira Duarte: "Uma casa de Engenharia", onde, a partir da investigação e domínio dos princípios da ciência, se inova e se desenvolvem conhecimentos e técnicas para aplicar, com eficiência e o mínimo de desperdício, na resolução de questões práticas, formando, incentivando e confiando nas pessoas "da casa".

VERDADE

Consiste na reta apreciação dos factos, expondo as coisas tais como são, com boa-fé e rigor, assumindo os erros e as limitações tal como os sucessos e as capacidades e reportando sempre de forma transparente e adequada aos âmbitos de atuação e responsabilidades do Grupo.

COMPROMISSO

Corresponde à forma responsável e empenhada com que se aceitam os desafios e as responsabilidades, assente na importância da "Palavra dada" e no cumprimento de todas as obrigações, tanto para com terceiros como na lealdade e cumplicidade para com os próprios colegas e para com a Empresa em si, com respeito pelo próximo, pela dignidade de toda a pessoa humana e pela sustentabilidade da comunidade.

CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA DO GRUPO TEIXEIRA DUARTE

O "Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte" consagra e desenvolve os valores e a missão da Teixeira Duarte, definindo a ética e conduta, determinando o âmbito de aplicação do documento e estabelecendo, com o seu caráter obrigatório (I) as Regras Gerais de Conduta tendentes ao cumprimento da lei, ao respeito pela pessoa humana e pela comunidade, ao respeito pelo ambiente e ao cumprimento das regras internas; (II) as regras de conduta aplicáveis na relação entre colaboradores e a empresa; e (III) as regras de conduta entre colaboradores e terceiros, designadamente as autoridades públicas, os clientes e fornecedores e a concorrência, neste

último capítulo se incluindo temas como a independência e colaboração com as autoridades públicas, medidas preventivas ao branqueamento de capitais, de financiamento de terrorismo, de conflitos de interesse e de corrupção.

Encontra-se disposto naquele Código que, a propósito da monitorização da aplicação das suas normas, cabe aos Colaboradores – e aos Destinatários Indiretos, nos termos e âmbitos acima enunciados – zelar pelo cumprimento deste Código de Ética e Conduta, divulgando-o, invocando-o em sua defesa, aplicando-o e reclamando junto das hierarquias a sua aplicação, incluindo pelas próprias, bem como proceder à comunicação de eventuais irregularidades identificadas através de um dos meios disponibilizados no Canal de Ética do Grupo Teixeira Duarte.

Por outro lado, encontra-se em vigor o Procedimento Geral para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho, no qual se estabelecem os princípios de atuação e os procedimentos que se consideram adequados à prevenção e ao combate ao assédio em contexto laboral dentro do Grupo Teixeira Duarte, a observar por todas as pessoas que dele fazem parte, tornando o Procedimento um instrumento autorregulador e a expressão de uma política ativa que visa evitar, identificar, eliminar e/ou punir situações suscetíveis de consubstanciar a prática de assédio no local de trabalho. O Procedimento Geral para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho é complementar ao Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte.

Sem prejuízo do estipulado no Código de Ética e Conduta, em 17 de agosto de 2022, o Conselho de Administração da TD,SA aprovou a "Política de Comunicação de Irregularidades do Grupo Teixeira Duarte" que visa concretizar as disposições previstas no Código de Ética e Conduta, relativas à comunicação de irregularidades tendo sido elaborada em linha com o Decreto-Lei 109-E/2021, a Lei 93/2021 e com as recomendações do Código de Governo Societário do Instituto Português de Corporate Governance.

No mesmo sentido de reforçar o compromisso do Grupo Teixeira Duarte com os princípios da transparência e da integridade, o Conselho de Administração da TD, SA aprovou, em 5 de julho de 2024, a "Política de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo", que estabelece os princípios fundamentais para a prevenção e mitigação de riscos inerentes a estas matérias, em conformidade com os requisitos legais aplicáveis aos diversos setores e mercados onde o Grupo atua. Adicionalmente, em 19 de dezembro de 2024, foi aprovada a nova "Política de Brindes, Presentes, Hospitalidade e Entretenimento", que tem como objetivo definir as orientações de conduta relativas à oferta e ao recebimento de cortesias corporativas, bem como os novos limites financeiros que, uma vez atingidos, devem ser devidamente registados e comunicados à área corporativa de Compliance

Para além do próprio sistema de monitorização do cumprimento do mencionado Código e das políticas de conformidade, existe um sistema de Compliance no âmbito do Grupo com vista a assegurar o cumprimento dos normativos aplicáveis ao desenvolvimento das atividades de negócios e que envolve as seguintes áreas corporativas de controlo que prestam apoio à sociedade:

- A Área Corporativa de Auditoria Interna, cujas principais funções são a avaliação e melhoria da efetividade dos processos de gestão de riscos e sistemas de controlo interno, bem como a realização de um exame às atividades desenvolvidas pelo Grupo;
- O Chief Compliance Officer, que tem como missão implementar o Programa de Compliance aprovado pela Teixeira Duarte S.A. para promover, dentro do Grupo Teixeira Duarte (i) o cumprimento dos normativos legais, regulamentares e internos, (ii) a correta identificação e avaliação dos respetivos riscos inerentes às atividades desenvolvidas pelas empresas do Grupo e (iii) o desenvolvimento de medidas eficientes para cumprimento dos aludidos normativos e para mitigação dos respetivos riscos, estabelecendo diretrizes para análise da realidade, tratamento e reporte das informações, definir âmbitos de atuação e respetivos meios e posterior monitorização dos resultados e promover as necessárias revisões de tais medidas.
- O Responsável pelo Cumprimento Normativo, designado de acordo com o estabelecido no artigo 5º do Decreto- Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, sendo responsável pela adoção e implementação (i) do programa de cumprimento normativo, (ii) do plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas, (iii) do Código de Ética e Conduta, (iv) do programa de formação relativamente a estas matérias, e (v) do canal de denúncias, a fim de se prevenirem, detetarem e sancionarem atos de corrupção e infrações conexas, levados a cabo, contra ou através do Grupo Teixeira Duarte.
- A Área Corporativa de Compliance, que atua de forma, permanente e efetiva, sendo, nomeadamente, responsável (i) pelo acompanhamento e a avaliação regular da adequação e da eficácia das medidas e procedimentos adotados para detetar qualquer risco de incumprimento das obrigações legais e deveres a que o Grupo Teixeira Duarte se encontra sujeito, bem como das medidas tomadas para corrigir eventuais deficiências no respetivo cumprimento, (ii) pela prestação de aconselhamento aos órgãos de administração e de gestão, para efeitos do cumprimento das obrigações legais e dos deveres a que o Grupo Teixeira Duarte se encontra sujeito, e (iii) pela prestação imediata aos órgãos de administração de informação sobre quaisquer indícios de violação de obrigações legais, de regras éticas e de conduta, de relacionamento com clientes ou de outros deveres que possam fazer incorrer o Grupo Teixeira Duarte ou os seus colaboradores num ilícito de natureza contraordenacional ou criminal e (iv) pela gestão dos temas relacionados com a Proteção de Dados; e
- A Direção de Sistemas de Gestão, que incluem nas suas funções assegurar que as Políticas do Grupo são cumpridas, implementando, neste âmbito, também critérios de supervisão, efetivando a correspondente formação, respetiva auditoria interna e apresentando propostas de melhoria.

I.2 Principais Indicadores Financeiros

RENDIMENTOS OPERACIONAIS — **843 M€**

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS — **775 M€**

EBITDA — **105 M€**

RESULTADOS OPERACIONAIS — **70 M€**
(EBIT)

RESULTADOS ANTES IMPOSTOS — **40 M€**
(RAI)

RESULTADO LÍQUIDO — **26 M€**
Atribuível a detentores de capital

DÍVIDA LÍQUIDA — **643 M€**

AUTONOMIA FINANCEIRA — **11,5 %**

CARTEIRA DE ENCOMENDAS — **1.540 M€**
Para o setor da Construção

	2024	2023	Var. %
Rendimentos operacionais	843.348	872.944	(3,4)%
Gastos operacionais	(738.151)	(796.100)	(7,3)%
EBITDA	105.197	76.844	36,9%
Depreciações e amortizações	(36.054)	(32.785)	10,0%
Provisões e imparidades de ativos depreciáveis/amortizáveis e Goodwill	1.063	(5.644)	-
Resultados operacionais (EBIT)	70.206	38.415	82,8%
Resultados financeiros	(30.354)	(14.501)	109,3%
Resultados antes de impostos	39.852	23.914	66,6%
Imposto sobre o rendimento	(11.722)	(26.903)	(56,4)%
Resultado líquido consolidado do período	28.130	(2.989)	-
Atribuível a:			
Detentores de capital	25.641	(11.750)	-
Interesses não controlados	2.489	8.761	(71,6)%

(Valores em milhares de euros)

I.3 Gestão de Riscos

A gestão do risco assume um papel importante na estrutura de gestão do Grupo: as regras de funcionamento e os princípios orientadores que têm definido a atuação da Teixeira Duarte, permitindo que esta ultrapasse com sucesso os desafios que tem enfrentado ao longo dos mais de cem anos de atividade, são motivo de orgulho e de incentivo para o crescimento do Grupo.

O processo de Gestão de Risco do Grupo Teixeira Duarte incorpora diversas avaliações de risco com níveis e complexidade distintos, tendo em consideração as matérias a tratar e após identificação dos tipos de risco subjacentes às diversas áreas de atuação do Grupo. É o Conselho de Administração da Teixeira Duarte, S.A. que, devidamente suportado pelas demais áreas corporativas de controlo que prestam apoio à sociedade, é responsável pelo apuramento e avaliação dos riscos a que a Sociedade se encontra sujeita, bem como pela promoção das iniciativas necessárias para a respetiva prevenção, competindo-lhe projetar os sistemas de controlo interno e de gestão de riscos que se revelem necessários e adequados para as diversas situações identificadas. Este órgão é também responsável por monitorizar e acompanhar o funcionamento do sistema de gestão de risco implementado.

A atividade da Teixeira Duarte está exposta a uma variedade de riscos. Com efeito, para além do impacto direto e indireto que o desenvolvimento da situação geopolítica na Europa pode ter no desenvolvimento da atividade do Grupo, as sociedades do Grupo Teixeira Duarte estão expostas, no exercício das suas atividades - ainda que com âmbitos e dimensões distintas consoante os países e os setores em causa – aos seguintes principais riscos económicos, financeiros e jurídicos:

- Alterações nas condições económicas e de negócio em Portugal, bem como nas condições económicas e de negócio nas operações do Grupo no estrangeiro, nomeadamente em Angola, Brasil e Moçambique;
- Flutuações e volatilidade das taxas de juro, dos spreads de crédito e das taxas de câmbio, bem como disponibilidade de divisas convertíveis nos mercados em que o Grupo opera;
- Alterações nas políticas governamentais;
- Enquadramento regulamentar e financeiro da atividade bancária; e,
- Alterações no ambiente competitivo dos setores de atividade em que o Grupo Teixeira Duarte opera.

Acresce que, a atividade do Grupo Teixeira Duarte está dependente do enquadramento económico e das consequências que determinada situação macroeconómica possa vir a ter nos níveis de confiança dos vários agentes económicos, nos volumes de investimento, exportações e comércio global, bem como nos níveis de emprego e padrões de consumo.

Adicionalmente, o Ponto III. do Relatório do Governo das Sociedades referente ao período de 2024 - denominado Controlo Interno e Gestão de Riscos – vem explicitar mais aprofundadamente o modelo de gestão de risco implementado no Grupo Teixeira Duarte, com a identificação e descrição dos principais riscos a que a Sociedade se expõe no exercício da sua atividade, bem como com a explicitação do modelo de monitorização e medidas de mitigação de riscos existentes.

I.4 Eventos Societários

ASSEMBLEIA GERAL ANUAL – 22 DE MAIO DE 2024

A reunião anual realizou-se presencialmente, pelas 18:00 horas do dia 22 de maio de 2024, no Centro de Congressos do Lagoas Park, tendo sido permitido o exercício do voto por correspondência.

A presença de Acionistas membros da família Teixeira Duarte e de Acionistas colaboradores e ex-colaboradores reforçou a união em torno da Empresa.

A Assembleia Geral Anual foi presidida por José Luciano Vaz Marcos, tendo, também, estado presentes o Vice-Presidente da Mesa António José André Martins e o Secretário José Pedro Poiares Cobra Ferreira, bem como os membros do Conselho de Administração e dos órgãos de fiscalização.

Nesta reunião foram tomadas as seguintes deliberações, conforme divulgado por comunicado ao mercado publicado no próprio dia da Assembleia Geral:

1. Foi aprovado, por 99,68% dos votos, os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2023, incluindo o relatório consolidado de gestão, que integra um capítulo referente à informação não financeira, as contas individuais e consolidadas, o relatório e parecer do Conselho Fiscal e a certificação legal das contas e relatório de auditoria, bem como o relatório sobre o governo da Sociedade e o relatório sobre remunerações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Sociedade, este último integrado, ao abrigo da lei, no referido relatório sobre o governo da Sociedade.
2. Foi aprovada, por unanimidade, a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, segundo a qual se propôs que os resultados líquidos da TEIXEIRA DUARTE, S.A. apurados no exercício de 2023, negativos no montante de € 22.313.320,96 (vinte e dois milhões, trezentos e treze mil, trezentos e vinte euros e noventa e seis cêntimos), sejam levados a resultados transitados.
3. Foi aprovado, por unanimidade, uma deliberação de confiança no Conselho de Administração, no Conselho Fiscal, em todos os respetivos Membros e na Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.
4. Foi aprovada, por 99,74% dos votos, a possibilidade de aquisição e alienação de ações próprias pela Sociedade.
5. Foi aprovado, por 99,74% dos votos, a proposta apresentada pelo Conselho de Administração de ratificação da designação, por cooptação, para o cargo de Administrador, de Paulo Alfredo de Carvalho Serradas.
6. Foi aprovado, por 99,68% dos votos, a proposta da acionista Teixeira Duarte 1886, S.A., relativa à eleição de Carlos Jorge Cavaca Ferraz para o cargo de Secretário da Mesa da Assembleia Geral da Sociedade, para exercer funções até ao final do mandato em curso (2023/2026), dada a renúncia do anterior titular do cargo.

II. APRECIAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Com o intuito de permitir uma apreciação enquadrada do desempenho do Grupo no corrente ano, entendeu-se adequado começar este capítulo com a apresentação dos principais indicadores económicos dos mais relevantes mercados em que o Grupo operou em 2024.

Em **Portugal**, a robustez do mercado de trabalho, a resiliência das exportações e o aumento do consumo privado, contribuíram para o crescimento do PIB em 1,9%, sendo que as previsões apontam para uma aceleração para 2,2% em 2025. A taxa de inflação média fixou-se em 2,7% em 2024, situando-se em 3% no final do ano, refletindo a estabilização dos preços da energia e dos bens alimentares, com expectativas de descida para 2,1% em 2025.

Em relação aos mercados externos refira-se que as variações cambiais a que o Grupo está exposto podem ter impacto diferenciado no Balanço e na Demonstração de Resultados, conforme resulta da política contabilística relativa a Ativos, Passivos e Transações em moeda estrangeira, exposta no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

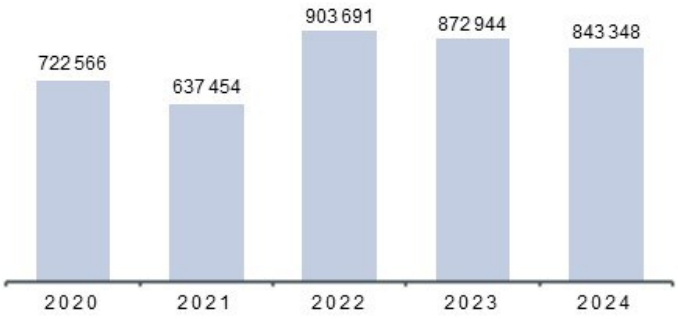
No que respeita a **Angola**, o ano de 2024, a economia angolana registou uma evolução positiva, com uma estimativa na ordem dos 3%. Este crescimento foi resultado do bom desempenho dos setores não petrolíferos, destacando-se a agricultura com um crescimento de cerca de 4% e com o contributo relevante do aumento dos níveis de produção petrolífera. A taxa de inflação mantém-se em níveis altos, devendo aproximar-se dos 28% no final do ano. A moeda nacional terminou o ano com uma desvalorização anual de 3,7% face ao Euro. O valor do câmbio médio diminui 27,3% face aos valores apurados em 2023. Para os próximos anos prevê-se um crescimento económico médio acima de 3,5%, com um maior crescimento dos setores não petrolíferos.

No **Brasil**, o PIB terá crescido 3,4% neste período, impulsionado pelas Outras atividades de serviços, Indústria de transformação e Comércio, que juntas representaram cerca de metade do crescimento do PIB. A taxa de inflação do ano foi de 4,83%, acima do esperado de 3%. Em 2024, o Real desvalorizou 20,3% face ao final de 2023, e o valor do câmbio médio registou uma desvalorização de 8,4% face ao ano de 2023.

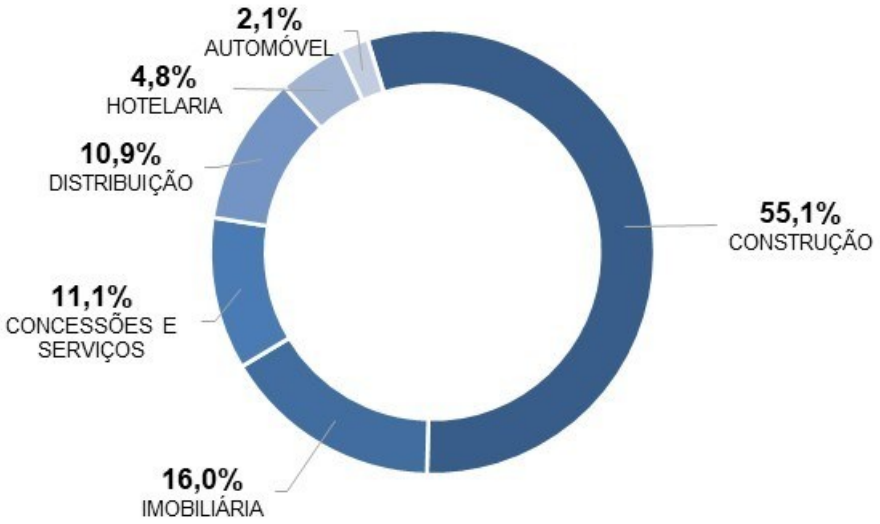
Em **Moçambique**, o crescimento económico em 2024 deverá ter ficado em 3,9%, em comparação com os 4,4% previstos. Esta diferença reflete os impactos negativos das tensões pós-eleitorais e outros riscos políticos, que prejudicaram fortemente o referido crescimento. A recuperação depende de soluções para os problemas políticos e estratégias que restaurem a confiança dos investidores. A taxa de inflação do ano ficou em 4,15%, apesar de uma subida apreciável no mês de dezembro, fruto da escassez de produtos derivada de diversos bloqueios em vias de comunicação, pilhagens e desordens diversas. Apesar de tudo, o Metical valorizou 5,5% em relação ao Euro em 2024, e sem variação face ao dólar norte-americano, tal como no ano anterior. O valor do câmbio médio em 2024 registou valores semelhantes aos do ano anterior.

Os **Rendimentos Operacionais** atingiram o montante de 843.348 milhares de euros, o que corresponde a uma quebra de 29.596 milhares de euros, registando uma diminuição de 3,4% face a 2023.

Portugal registou uma diminuição de 7,7% e os mercados externos, aumentaram, na sua globalidade, 0,5% face ao período homólogo, passando Portugal a representar 45,2% do total dos rendimentos operacionais do Grupo em 2024.



Evolução dos Rendimentos Operacionais
(valores em milhares de euros)



Rendimentos Operacionais por Setor de Atividade

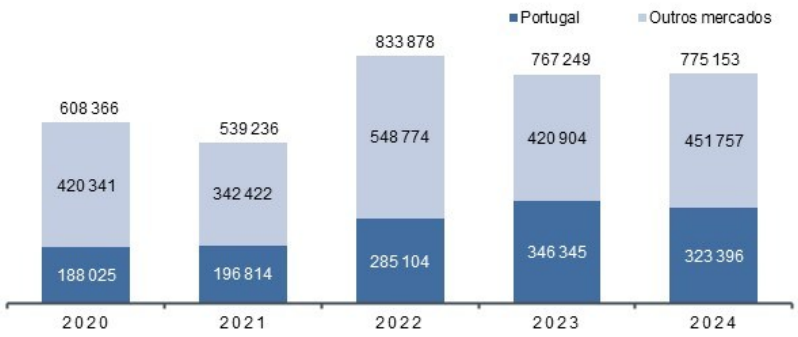
As **Vendas e Prestações de Serviços** atingiram 775.153 milhares de euros, o que reflete um incremento de 1% face a 2023, ou seja, mais 7.904 milhares de euros.

Portugal registou uma diminuição de 6.6% face ao período homólogo, penalizado pelo setor da Construção com uma redução de 12,1%, que não se conseguiu compensar com os bons desempenhos dos setores das Concessões e Serviços e da Imobiliária.

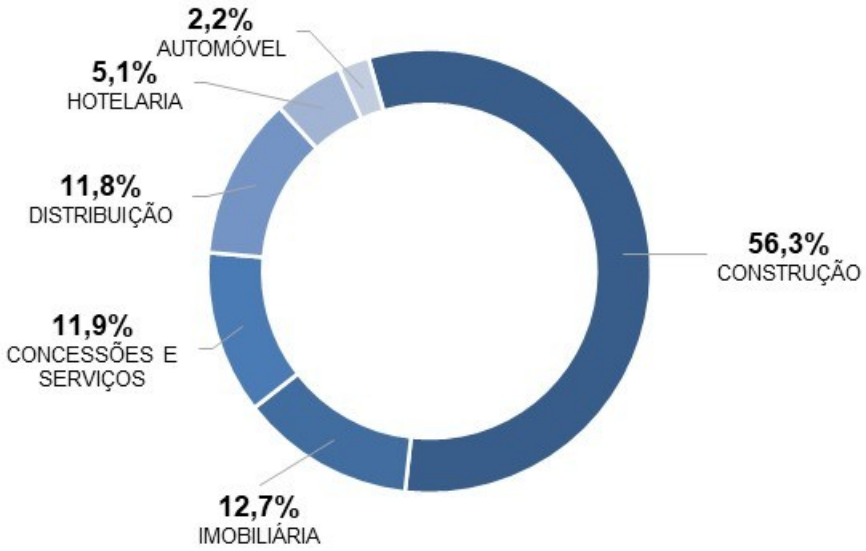
Sendo de assinalar que este indicador não expressa a continuação do bom desempenho do setor imobiliário do Grupo neste período – evidenciado nos Rendimentos Operacionais acima expostos de 30.635 milhares de euros –, para o qual contribuíram rendimentos que não são relevados nas Vendas e Prestações de Serviços.

Os mercados externos registaram aumentos de 7,3% das Vendas e Prestações de Serviços na sua globalidade, que corresponde a um incremento de 30.853 milhares de euros.

Neste contexto, os mercados externos que representavam 54,9% das Vendas e Prestações de Serviços do Grupo em 2023 passaram a representar 58,3% em 2024.



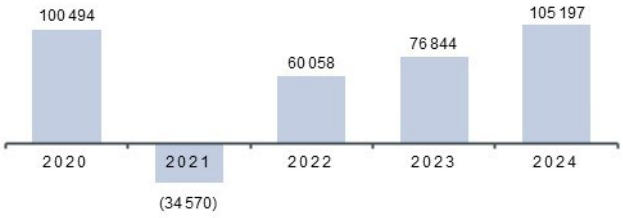
Evolução das Vendas e Prestações de Serviços
(Valores em milhares de euros)



Vendas e Prestações de Serviços por Setor de Atividade

O **EBITDA** atingiu o montante de 105.197 milhares de euros, registando uma melhoria de 28.353 milhares de euros face ao ano anterior, o que equivale a um incremento de 36,9% face a 2023.

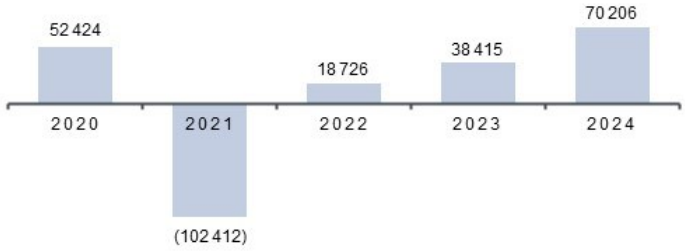
Assinala-se em especial a evolução crescente ao longo dos últimos quatro anos em resultado também da melhoria do desempenho operacional da Construção, consequência da reorganização do setor.



Evolução do EBITDA
(valores em milhares de Euros)

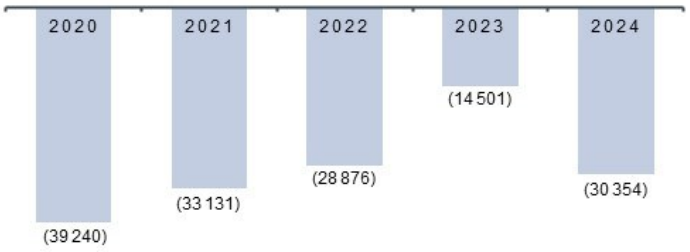
EBITDA por Setor de Atividade	2024	2023	Var. (%)
Construção	34.759	7.303	376,0%
Concessões e Serviços	8.170	8.456	(3,4)%
Imobiliária	28.525	34.703	(17,8)%
Hotelaria	14.578	20.505	(28,9)%
Distribuição	9.532	8.237	15,7%
Automóvel	3.335	4.312	(22,7)%
Não afetos a segmentos	6.298	(6.672)	-
	105.197	76.844	36,9%

O **Resultado Operacional (EBIT)** atingiu o montante de 70.206 milhares de euros, registando uma melhoria de 31.791 milhares de euros face ao ano anterior.



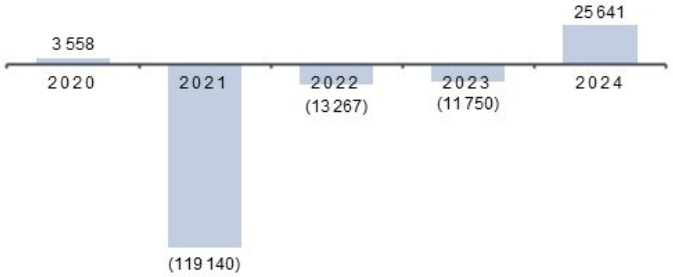
Evolução do Resultado Operacional (EBIT)
(valores em milhares de Euros)

Os **Resultados Financeiros** foram negativos em 30.354 milhares de euros que comparam com os negativos de 14.501 milhares de euros em 2023, o que corresponde a um agravamento de 15.853 milhares de euros



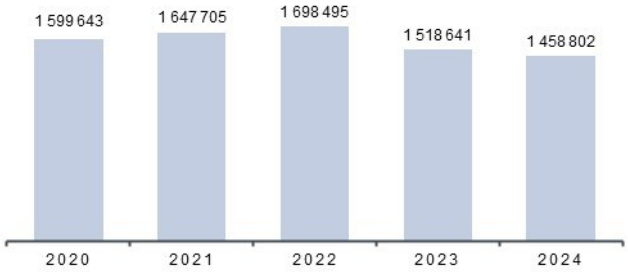
Evolução dos Resultados Financeiros
(valores em milhares de euros)

Os **Resultados Líquidos Atribuíveis a Detentores de Capital** foram positivos em 25.641 milhares de euros, que compara com os 11.750 milhares de euros negativos em 2023.



Evolução do Resultado Liquido
(valores em milhares de euros)

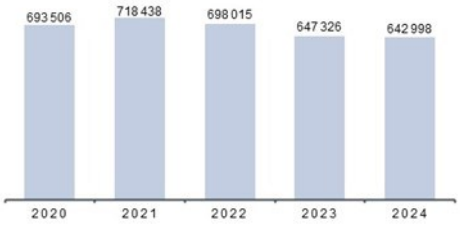
O **Total do Ativo** registou uma diminuição de 3,9% em relação a 31 de dezembro de 2023, tendo-se fixado em 1.458.802 milhares de euros, impactado negativamente por 47.128 milhares de euros de efeito cambial no ano, essencialmente em resultado da desvalorização do Real Brasileiro.



Evolução do Ativo Liquido
(valores em milhares de euros)

A **Dívida Financeira Líquida** fixou-se no montante de 642.998 milhares de euros no final de 2024, o que se traduz numa diminuição de 4.328 milhares de euros face ao ano passado.

Importa referir que, o Grupo despendeu em capital fixo 60.118 milhares de euros, que corresponde a uma redução de 5,4% face a 2023, montante este superior em 24.064 milhares de euros, aos gastos de depreciação e amortização.

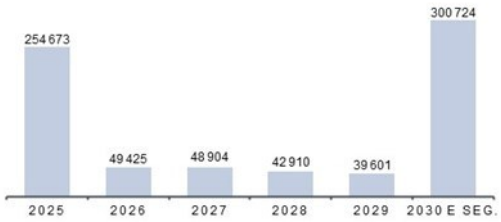


Evolução da Dívida Financeira Líquida
(valores em milhares de euros)
Divida Financeira Liquida = Financiamentos Obtidos + Responsabilidades com Locações – Caixa e Equivalentes de Caixa

A **Dívida Financeira Líquida** foi influenciada pelas desvalorizações cambiais de 1.698 milhares de euros (as disponibilidades diminuíram 4.547 milhares de euros e os financiamentos 6.245 milhares de euros), destacando-se que, sem esse efeito, a redução da divida financeira líquida teria sido de 2.630 milhares de euros.

O **Financiamento Bancário Bruto** reduziu 15.657 milhares de euros face ao final de 2023, sendo que, influenciado por 6.245 milhares de euros resultam, como referido, da desvalorização cambial.

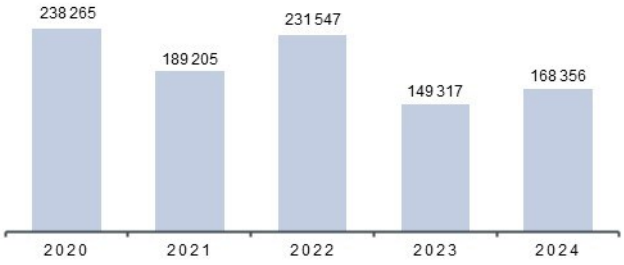
A **Maturidade da Dívida Financeira** do Grupo em 31 de dezembro de 2024 é a seguinte:



Maturidade da Dívida Financeira
(valores em milhares de euros)

O **Capital Próprio** registou um aumento de 12,8% face a 31 de dezembro de 2023, fixando-se em 168.356 milhares de euros.

O incremento do **Capital Próprio** no montante de 19.039 milhares de euros, resulta essencialmente do Resultado Líquido positivo de 28.130 milhares de euros e, pelos efeitos dos Ajustamentos de Conversão Cambial decorrentes essencialmente da desvalorização do Real Brasileiro.



Evolução dos Capitais Próprios
(valores em milhares de euros)

A **Autonomia Financeira** fixou-se em 11,5% em 31 de dezembro de 2024, um aumento de 1,7 p.p. face ao final de 2023.

Durante o ano de 2024, as ações representativas do capital social da Teixeira Duarte, S.A. sofreram uma valorização de 21,54% passando de 0,065€ em 31 de dezembro de 2023, para 0,079€ em 31 de dezembro de 2024. No que se refere à liquidez e volume de negócios executados neste exercício, foram transacionadas em Bolsa 130.954.939 ações, com um volume de negócios no montante de 13.821.554 euros, sendo que em 2023 haviam sido transacionadas 49.754.053 ações, com um volume de negócios no montante de 3.954.324 euros. No gráfico verifica-se a evolução da cotação das ações durante o ano de 2024 e no período decorrente desde o fecho do exercício até à data de hoje, 24 de abril de 2025, na qual a cotação foi de 0,163 €.



Evolução da Cotação da Ação da Teixeira Duarte, S.A.

III. DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE

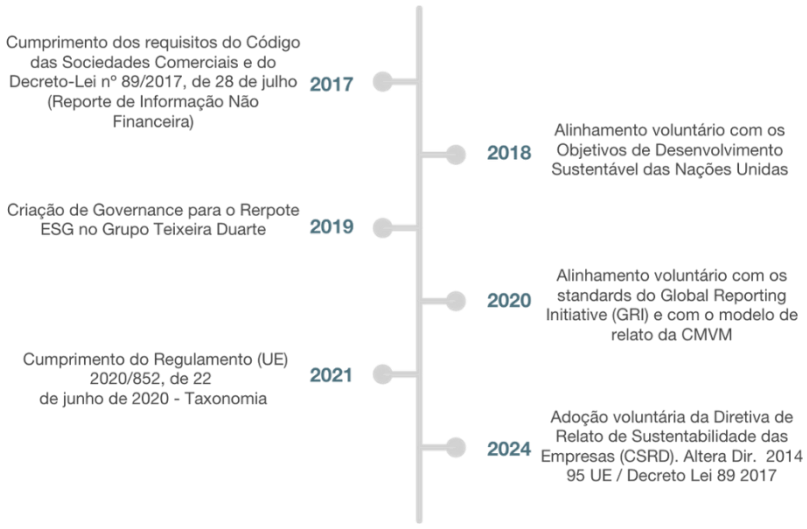
INTRODUÇÃO AO REPORTE SOBRE ESG

Para o relato do exercício de 2024, o Grupo Teixeira Duarte fez os melhores esforços para observar as exigências previstas na Diretiva de Relato de Sustentabilidade das Empresas ("Corporate Sustainability Reporting Directive" ou "CSRD"), mesmo sem esta ter entrado em vigor em Portugal até 31 de dezembro de 2024, no sentido de promover a continuidade, adaptabilidade, transparência e comparabilidade na informação divulgada sobre sustentabilidade.

Assim, neste capítulo, o Grupo Teixeira Duarte apresenta um relato individualizado sobre temas ESG, considerando a apresentação destas informações de acordo com as Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS) previstas na CSRD.

A estrutura da presente Declaração de Sustentabilidade tem em conta a ESRS 1 – Requisitos gerais, organizando os conteúdos em quatro subcapítulos: Divulgações Gerais, Informações Ambientais (incluindo os conteúdos obrigatórios de resposta ao Regulamento da Taxonomia), Informações Sociais e Informações sobre Governação.

"TIMELINE" DO REPORTE ESG NO GRUPO TEIXEIRA DUARTE



DIVULGAÇÕES GERAIS

ESRS 2 DIVULGAÇÕES GERAIS

BASE DE ELABORAÇÃO

ESRS 2 BP-1 Base geral para a elaboração das declarações de sustentabilidade

As declarações de sustentabilidade da Teixeira Duarte foram elaboradas numa base consolidada, sendo o âmbito da consolidação o mesmo que o das demonstrações financeiras. A lista de empresas incluídas neste perímetro pode ser consultada na Nota 4 das Demonstrações Financeira Consolidadas. Os casos em que a informações divulgadas não correspondam a 100% deste perímetro de consolidação serão explicitamente sinalizados.

As informações fornecidas nesta Declaração de Sustentabilidade foram alargadas de modo a incluir os impactos, riscos e oportunidades (IROs) materiais associados às operações das empresas controladas pelo Grupo Teixeira Duarte e às suas relações comerciais, diretas e indiretas, na cadeia de valor. A cadeia de valor da Teixeira Duarte situa-se principalmente em Portugal, Angola, Brasil e Moçambique.

- **A Montante**: os fornecedores, incluindo distribuição e logística, operam de acordo com as políticas corporativas de responsabilidade empresarial das empresas controladas, muitas vezes consubstanciadas por sistemas de gestão robustos no âmbito da qualidade, saúde e segurança, ambiente, ética e conduta e responsabilidade social.
- **Operações Próprias**: incluem as áreas operacionais, ou de produção, as áreas de apoio aos negócios e as áreas corporativas. Nas áreas operacionais estão incluídos os subcontratados que atuam em conformidade com as políticas das empresas contratantes, com destaque para as que regem áreas de maior risco, como a saúde e segurança, ética e conduta, entre outras.
- **A Jusante**: inclui clientes e/ou utilizadores finais - dependendo das áreas de negócio – parceiros de negócios e/ou investidores, estando estes sujeitos aos padrões de qualidade, segurança e conduta empresarial implementados nas empresas.

A identificação dos IROs na articulação com a sua localização na cadeia de valor resulta dos processos inerentes ao dever de diligência, da avaliação da materialidade e dos requisitos específicos relacionados com a cadeia de valor das normas e referenciais adotados pelas empresas controladas pelo Grupo.

A Teixeira Duarte pode omitir informações confidenciais relacionadas com a propriedade intelectual, o saber-fazer ou resultados da inovação. Não obstante, neste relatório, não foram identificadas omissões que afetem a transparência ou a qualidade das divulgações apresentadas.

ESRS 2 BP-2 Divulgações em relação a circunstâncias específicas

O período de relato desta Declaração de Sustentabilidade é coerente com o das demonstrações financeiras do Grupo Teixeira Duarte. Na medida do possível, são criadas ligações entre as informações retrospetivas e prospetivas, para promover uma compreensão clara da forma como as informações históricas se relacionam com informações orientadas para o futuro.

A Teixeira Duarte recorre a estimativas e fontes indiretas para reportar alguns pontos de dados relativamente às suas operações próprias e à sua cadeia de valor a jusante e/ou a montante em questões que lhe possam ser materiais, como por exemplo no âmbito da Emissão de Gases com Efeito de Estufa. A utilização de estimativas é reavaliada anualmente com base na experiência, no desenvolvimento de relatórios ESG e dos sistemas de informação das empresas do Grupo.

Explicações sobre as estimativas e suposições aplicadas são apresentadas junto aos respetivos pontos de dados ao longo da Declaração de Sustentabilidade.

Os horizontes temporais considerados para a identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades seguem as mesmas referências que as definidas pelas ESRS 1:

- Curto Prazo: o horizonte mais imediato, com alta probabilidade de ocorrência dentro de um período de um ano;
- Médio Prazo: geralmente abrange os próximos cinco anos;
- Longo Prazo: superior a cinco anos.

A estruturação da informação de sustentabilidade de acordo com a CSRD e respetivas Normas, levou a Teixeira Duarte a efetuar alterações na preparação e apresentação de informações sobre sustentabilidade em comparação com os períodos de relato anteriores. Estas mudanças incluem:

- Uma avaliação de dupla materialidade conduzida de acordo com os requisitos das ESRS para identificar e avaliar impactos, riscos e oportunidades materiais ao longo de toda a cadeia de valor dos vários setores de atividade em que o Grupo Teixeira Duarte opera;
- Novas divulgações e métricas como exigido pelas ESRS;
- Devido ao alinhamento do relato com a CSRD, a Teixeira Duarte deixa de adotar, em 2024, os quadros regulatórios voluntários de reporte, nomeadamente os standards do Global Reporting Initiative (GRI), na sua opção Essencial, e o Modelo de Relatório de Informação Não Financeira emitido pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários.

Disposições de introdução progressiva

No âmbito do previsto pelas ESRS, o Grupo Teixeira Duarte irá fazer uso da possibilidade de omissão dos seguintes requisitos com disposição de introdução progressiva:

- ESRS 2 SBM-3 (48e) Efeitos financeiros previstos
- E1-9 Efeitos financeiros previstos dos riscos materiais físicos e de transição e potenciais oportunidades relacionadas com o clima
- E5-6 Efeitos financeiros previstos da utilização dos recursos e dos impactos, riscos e oportunidades relacionados com a economia circular
- ESRS S1-7 Características dos trabalhadores não assalariados na própria mão de obra da empresa

As informações supra são de difícil apuramento para o Grupo Teixeira Duarte, tendo em conta as estruturas de recolha e tratamento das informações requeridas. No entanto, o Grupo dará continuidade ao desenvolvimento dos sistemas e processos iniciado em 2024 para poder prestar aos seus *stakeholders* as referidas divulgações.

Requisitos de divulgação e respetivos pontos de dados com resposta por remissão

ESRS	Pontos de dados	Parágrafo	Localização	
ESRS 2 GOV-1	§21a	Número de membros executivos e não executivos	Governo da Sociedade	p. 197
ESRS 2 GOV-1	§21b	Diversidade dos órgãos administrativos	Governo da Sociedade	p. 194

ESRS 2 SBM-1	§40aiii	Número de colaboradores | Número de colaboradores por área geográfica	Perfil	p. 17
ESRS 2 SBM-1	§40b	Total de receitas | Distribuição das receitas por setor	Apreciação Económica e Financeira	p. 24

GOVERNAÇÃO

ESRS 2 GOV-1 Papel dos órgãos de administração, de direção e de supervisão

Inserida na Área Corporativa do Grupo Teixeira Duarte, a Direção de Sustentabilidade promove a disponibilidade de conhecimentos e competências especializadas em sustentabilidade e assegura a manutenção do sistema e dos relatos de sustentabilidade, em colaboração com as demais Direções Corporativas e Unidades de Negócio, nos diversos mercados. Esta Direção depende diretamente do Presidente do Conselho de Administração da Teixeira Duarte, S.A. e é responsável pela coordenação da Comissão de Desenvolvimento Sustentável criada em 2019.

Desta Comissão fazem parte representantes dos mercados estratégicos do Grupo – Portugal, Angola, Brasil e Moçambique -, que atuam como "focal points" em vários eixos, nomeadamente:

i) garantem que as informações são partilhadas de forma eficiente entre as equipas ou departamentos no seu mercado;
ii) assumem a responsabilidade por determinadas iniciativas ou processos de transformação;
iii) acompanham o progresso de projetos, relatórios ou atividades no seu mercado.

A liderança do Conselho de Administração e os princípios de boa-governação pelos quais se norteia, são igualmente essenciais para um desempenho sustentável da organização. Informações sobre a composição e caracterização do Conselho de Administração do Grupo Teixeira Duarte, estão integradas no Relatório Sobre o Governo da Sociedade.

Os membros do Conselho de Administração e dos Conselhos da Administração das sub-holdings que supervisionam a atuação das diversas sociedades do Grupo, detêm ampla experiência nas áreas que acompanham e a maioria destes profissionais tem uma longa carreira dentro do Grupo. Esta experiência e *expertise* associadas ao conhecimento da organização e dos mercados onde as atividades se localizam garantem um profundo entendimento dos desafios e oportunidades ESG na perspetiva da Teixeira Duarte e enriquece a tomada de decisões estratégicas.

As competências inerentes às suas qualificações profissionais, anos e áreas de experiência, reforçadas pelo acesso a *expertise* externa e formação especializada são condições que a Teixeira Duarte entende dar capacidades aos membros Conselhos de Administração para tomar decisões em relação a todas as questões de sustentabilidade. A este propósito, refira-se que, em 2024, foi realizado um ciclo de formações ministrado por uma entidade externa especialista, destinado aos membros do Conselho de Administração, das Comissões Executivas e a um conjunto alargado de outros quadros, com o objetivo de reforçar as competências internas da organização no domínio da Sustentabilidade, com destaque para os requisitos da nova Diretiva de Relato de Sustentabilidade das Empresas.



LITERACIA EM ESG: SITE INTERNO "IMPAC.TD"

Em 2024, a Comissão de Desenvolvimento Sustentável manteve operacional o seu canal de comunicação na intranet do Grupo Teixeira Duarte exclusivamente dedicado a conhecimentos sobre ESG ("Environmental, Social and Governance").

Ao longo do ano, e com periodicidade mensal, foram divulgados 55 artigos sobre iniciativas realizadas pelas empresas do Grupo, resumos simplificados de normas e legislação, boas práticas, eventos, entre outros tipos de informação que ajudam a sensibilizar e fomentar a literacia dos colaboradores nestas matérias.

No âmbito do processo de apuramento dos impactos, riscos e oportunidades materiais, e com acordo prévio dos Conselhos de Administração das duas sub-holdings que supervisionam a atuação das diversas sociedades do Grupo, cabe ao Conselho de Administração do Grupo Teixeira Duarte a aprovação dos mesmos, resultantes da análise de dupla materialidade efetuada. A descrição deste processo encontra-se detalhada na resposta ao requisito IRO-1.

Os Conselhos de Administração das duas sub-holdings são responsáveis pela definição de metas e monotorização dos IROs materiais, sendo a gestão feita pelas Direções Gerais.

É da responsabilidade Conselho de Administração do Grupo Teixeira Duarte a aprovação da Declaração de Sustentabilidade aqui apresentada.

ESRS 2 GOV-2 Informações prestadas e questões de sustentabilidade abordadas pelos órgãos de administração, de direção e de supervisão da empresa

A informação referente a Sustentabilidade, incluindo aos IROs materiais, relativa aos setores de atividade é levada mensalmente ao Presidente do Conselho de Administração da Teixeira Duarte, em reuniões de trabalho realizadas para cada uma das sub-holdings. Igualmente importante é o papel das Direções da Área Corporativa responsáveis por desenvolver processos-chave transversais e levá-los ao Conselho de Administração da Teixeira Duarte sempre que necessário. A coordenação entre estas partes coloca os IROs materiais em consideração na tomada de decisões estratégicas, bem como no âmbito da gestão de risco.

Em 2024, foram levados aos órgãos de administração, direção e supervisão do Grupo Teixeira Duarte diferentes temas de sustentabilidade, dos quais se salientam:

- Novos desenvolvimentos legais e regulatórios;
- Aprovação de um Responsável pelos Direitos Humanos;
- Aprovação do Plano para a Igualdade para 2025;
- Revisão do Procedimento Geral para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho, visando a sua conformidade com a Política de Comunicação de Irregularidades da Teixeira Duarte, S.A.;
- Implementação de vários instrumentos corporativos ao nível do *Compliance*:
    - Aprovação de Política de Prevenção de Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo;
    - Aprovação dos Relatórios de Avaliação Anual e Intercalar do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e de Infrações Conexas;
    - Aprovação de nova Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais
    - Aprovação de nova Política de Brindes, Presentes, Hospitalidade e Entretenimento;
- Aprovação de nova Política de Recrutamento Interno;

ESRS 2 GOV-3 Integração do desempenho em matéria de sustentabilidade nos regimes de incentivos

Os regimes de incentivos e as políticas de remuneração dos membros dos órgãos de administração, de direção e de supervisão do Grupo Teixeira Duarte não estão associados às questões de sustentabilidade.

ESRS 2 GOV-4 Declaração sobre o dever de diligência

O Grupo Teixeira Duarte reconhece a importância do dever de diligência sobre os impactos ambientais e sociais que as suas empresas controladas possam causar. O dever de diligência envolve uma análise contínua dos impactos reais e potenciais das atividades desenvolvidas sobre pessoas ou o meio ambiente por meio de consultas com partes interessadas impactadas, mecanismos de feedback e benchmarking sobre informações publicamente disponíveis. O resultado desta análise é considerado também na avaliação de dupla materialidade. Os principais aspetos e etapas do processo de diligência estão refletidos no Relatório e Contas deste exercício, salientando-se:

Elementos essenciais do dever de diligência	Pontos da declaração de sustentabilidade
Integrar o dever de diligência na governação, na estratégia e no modelo de negócios	ESRS 2 GOV-2: Informações prestadas e questões de sustentabilidade abordadas pelos órgãos de administração, de direção e de supervisão da empresa. ESRS 2 SBM-3: Impactos, riscos e oportunidades materiais e sua interação com a estratégia e os modelos empresariais
Diálogo com as partes interessadas	ESRS 2 GOV-2 ESRS 2 SBM-2: Interesses e pontos de vista das partes interessadas
Identificar e avaliar os impactos negativos nas pessoas e no ambiente	ESRS 2 IRO-1 ESRS 2 SBM-3
Tomar medidas para responder aos impactos negativos nas pessoas e no ambiente	A medidas e ações que dão resposta aos impactos identificados são descritas em cada uma das ESRS temáticas/específicas da entidade. Cada norma apresenta as iniciativas implementadas para mitigar ou remediar impactos negativos.
Rastrear a eficácia destes esforços	As métricas e metas são descritas em cada uma das ESRS temáticas/específicas da entidade. Cada norma apresenta os dados-chave monitorizados.

ESRS 2 GOV-5 Gestão de riscos e controlos internos da comunicação de informações sobre sustentabilidade

A identificação e avaliação de riscos são, no seio do Grupo Teixeira Duarte, processos realizados com frequência por forma a prevenir e mitigar situações de exposição do grupo a efeitos não só financeiros, mas também reputacionais. Por esta gestão se manifestar como imperativamente estratégica para a sua sustentabilidade e competitividade nos mercados em que opera, é da responsabilidade do Conselho de Administração o acompanhamento destas questões.

A informação referente ao que são os processos e sistemas de gestão de riscos e controlos internos implementados, encontra-se descrita no âmbito do Ponto III do Governo das Sociedades, que é parte integrante do presente documento.

Adicionalmente aos procedimentos de gestão transversal, foi igualmente realizado um mapeamento dos potenciais riscos a que a Teixeira Duarte se encontra exposta em matéria de sustentabilidade. Esta identificação foi parte integrante do processo de análise de dupla materialidade no âmbito da qual, após esta identificação, se procedeu à avaliação dos riscos aplicando os critérios definidos pelas ESRS quanto à sua potencial magnitude e probabilidade de ocorrência. Desta avaliação resultou o apuramento e priorização dos riscos materiais para o Grupo.

Tanto a descrição deste processo, como os resultados obtidos, encontram-se explanados nos pontos SBM-3, IRO-1 e IRO-2, constantes do presente capítulo de divulgações gerais.

O Grupo dispõe também de sistemas de gestão de informação para a recolha e armazenamento de dados especificamente utilizados no reporte de sustentabilidade – como é o caso de informação respeitante aos recursos humanos, à elegibilidade e alinhamento com o Regulamento de Taxonomia, a avaliação ESG de fornecedores entre outros. Considerando as novas exigências regulatórias em matéria de reporte, a Teixeira Duarte continuará a reforçar os sistemas e procedimentos internos relativos à informação de sustentabilidade.

Os dados apresentados referem-se às atividades do Grupo Teixeira Duarte durante o período de 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024, sendo apresentado, sempre que possível e para efeitos de comparação, os dados referentes a períodos anteriores. É feita uma referência explícita às metodologias utilizadas, incluindo o recurso a estimativas ou "proxies".

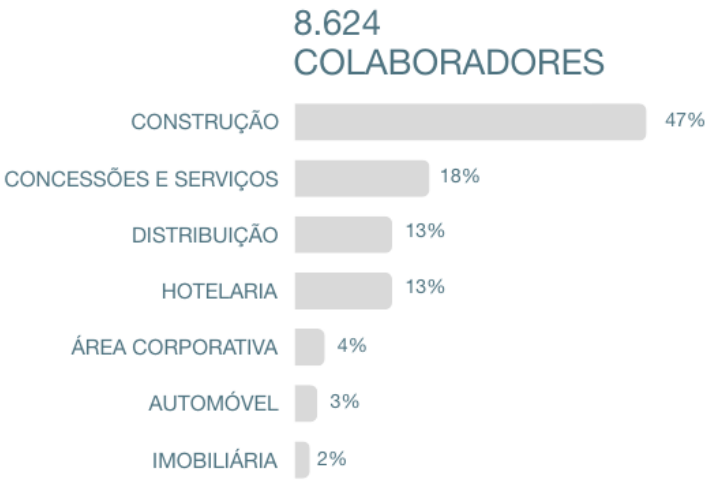
ESTRATÉGIA

ESRS 2 SBM-1 Estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor

Tendo a engenharia e a construção como génese, o Grupo Teixeira Duarte atua hoje em seis setores de atividade: Construção, Concessões e Serviços, Imobiliária, Hotelaria, Distribuição e Automóvel.

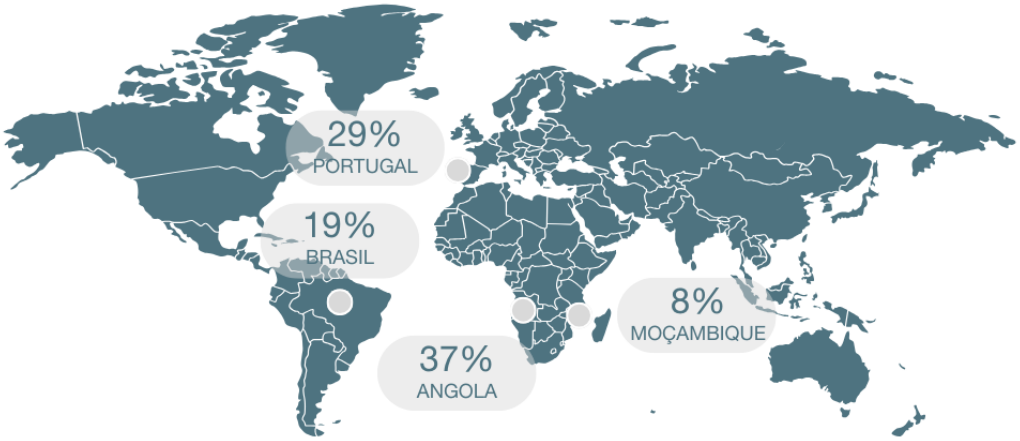
No âmbito deste modelo de multiplicidade setorial, as operações do Grupo encontram-se distribuídas por um conjunto alargado de geografias, onde contam com o empenho de 8.624 colaboradores.

Distribuição dos colaboradores do Grupo Teixeira Duarte por áreas de atuação (a 31/12/24):



O Grupo encontra-se atualmente presente em 20 países, considerando como estratégicos quatro mercados: Portugal, Angola, Moçambique e Brasil.

Distribuição dos colaboradores do Grupo Teixeira Duarte pelos mercados estratégicos (dados a 31/12/24):



No ano de reporte, não foi efetuada nenhuma alteração significativa no que respeita ao portefólio de produtos e serviços da Teixeira Duarte, mantendo-se na sua generalidade todas as atividades até aqui integrantes das operações próprias do Grupo.

A caracterização do portefólio de produtos e serviços, dos mercados em que ocorrem as operações e a sua respetiva representatividade no volume de negócios da Teixeira Duarte, pode ser consultada nos capítulos I.1 e II. do Relatório de Gestão. Os modelos de negócios dos setores de atividade do Grupo são referidos no capítulo "IV. Atividade por Setores" deste Relatório de Gestão.

Na sua abordagem de sustentabilidade, a Teixeira Duarte tem definidos 3 eixos estratégicos: proteção ambiental, responsabilidade social e desenvolvimento económico.



Estes pilares encontram-se em linha com aquela que é a Missão do Grupo – **Fazer, contribuindo para a construção de um mundo melhor** –, bem como com o seu objetivo de garantir uma efetiva sustentabilidade das suas participadas

Considerando a referida diversidade de setores e geografias de atuação, tem sido da responsabilidade de cada área de negócio a gestão destes pilares de sustentabilidade no âmbito da sua atuação.

Pela proximidade às operações e uma maior eficácia no acompanhamento de planos de ação, cada empresa responde aos desafios de sustentabilidade aplicáveis às suas atividades, ainda que receba por parte do Grupo as devidas orientações no que toca às diretrizes de caráter transversais e aos objetivos estratégicos estabelecidos para cada território.

A este nível, importa também referir o papel da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., empresa que está na génese do Grupo Teixeira Duarte e onde se integram as Áreas Corporativas do Grupo que têm como função estabelecer e transmitir *guidelines* e processos para as restantes áreas de negócio, como será indicado ao longo desta declaração de sustentabilidade.

Cadeia de Valor

Considerando as especificidades dos seus setores de atuação, o Grupo Teixeira Duarte encontra-se inserido em diversas cadeias de valor.

Não obstante, olhando para o caso da Construção que representa a maioria das operações e receitas do Grupo, as operações próprias apresentam a montante um conjunto alargado de fornecedores de matérias-primas e equipamentos, mas também de subcontratação de mão de obra. A jusante, as principais relações comerciais caracterizam-se pela ligação a um segmento de clientes *Business-to-Business* (B2B), que inclui empresas públicas e privadas.

Alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Desde 2018 que o Grupo Teixeira Duarte tem integrados na sua estratégia os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pelas Nações Unidas, servindo como quadro que orienta o desempenho das empresas do Grupo no âmbito do Desenvolvimento Sustentável e o seu respetivo relato junto das partes interessadas, dado ter identificado significativas afinidades entre estes objetivos e a sua missão e os seus valores.

Ao avaliar os impactos das atividades desenvolvidas pelas empresas que controla sobre as prioridades e aspirações globais para 2030 definidas nos 17 ODS, a Teixeira Duarte assumiu como prioritários, a um nível local, 5 ODS para os quais entende poder contribuir de forma ativa e mais efetiva, orientando o seu modelo de atuação.



Modelo de Sustentabilidade do Grupo Teixeira Duarte a 31 de dezembro de 2024

No âmbito dos seus negócios e dos aspetos materiais para a sua sustentabilidade, as empresas controladas pelo Grupo Teixeira Duarte definem estratégias ESG, cuja implementação permite contribuir para os ODS prioritários, como apresentado de seguida.

Resumo dos contributos do Grupo Teixeira Duarte para os respetivos ODS prioritários



Metas
3.2, 3.3, 3.4, 3.6
3.7, 3.8, 3.9

- Políticas de promoção da saúde, segurança e higiene no trabalho das empresas controladas;
- Implementação de sistemas de gestão de segurança e saúde ocupacional em várias empresas do Grupo;
- Políticas de acompanhamento da saúde dos colaboradores, incluindo assistência médica e medicamentosa;
- Acesso a seguros de saúde, protocolos e parcerias no âmbito da saúde em várias empresas;
- Iniciativas de prevenção de doenças, oferta de rastreios e formação em matéria de saúde junto de colaboradores e comunidades;
- Apoios a instituições de cariz social que apoiem pessoas no âmbito da saúde.

EM CONCRETO

Programa “Dar Vida” em Angola e Moçambique;
Campanha de vacinação anual contra a gripe no Brasil;
Programa “Fique Bem” no Brasil;
Programa “Todos Doamos” em Portugal, Angola, Brasil, Espanha e Moçambique.



Metas
4.3, 4.4, 4.5, 4.6

- Política de Grupo para o Desenvolvimento de Competências dos colaboradores das empresas controladas;
- Programas de formação contínua com vista à atualização de competências e progressão na carreira dos colaboradores das empresas do Grupo;
- Programas de atração e desenvolvimento de jovens talentos;
- Ações de formação para o desenvolvimento pessoal dos colaboradores e para sensibilização no âmbito da sustentabilidade;
- Iniciativas junto das comunidades e apoio a instituições de cariz social que apoiem pessoas no âmbito da educação.

EM CONCRETO

Plataforma de e-learning aplicada em todos os mercados;
Programa "Academia Teixeira Duarte" em Portugal e Angola;
Centro de Desenvolvimento Profissional Teixeira Duarte em Angola;
Programa "Fazer Pescar" em Angola;
Programa "Todos Doamos" em Portugal, Angola, Brasil e Moçambique.



Metas
8.2, 8,3, 8.4, 8.5
8.6, 8.7, 8.8

- Criação de emprego e geração de riqueza económica nos mercados onde operam as empresas controladas;
- Programas específicos de promoção de emprego jovem em várias empresas do Grupo;
- Adoção generalizada de práticas responsáveis nas operações e cadeia de valor em questões como direitos laborais, saúde e segurança do trabalho, liberdade de associação e negociação coletiva, horário de trabalho, remuneração;
- Promoção generalizada da diversidade, igualdade de oportunidades e da conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar dos colaboradores;
- Participação em iniciativas estratégicas ao nível das indústrias em que operam as suas controladas;
- Programas de apoio ao empreendedorismo e desenvolvimento de produtores locais, sobretudo em países em desenvolvimento.

EM CONCRETO

Plano para a Igualdade ao nível do Grupo;
Nomeação de Responsável pelos Direitos Humanos;
Programa "Fazer Pescar" em Angola;
Programa "Fazenda Maxi" em Angola;
Projeto "FoC – Future of Construction" em Portugal.



Metas
9.1, 9.2, 9.3, 9.4

- Participação em projetos nacionais e internacionais ligados à Inovação;
- Criação de um Comité de Inovação do Grupo;
- Contribuição para a atividade normativa dos setores de atividade;
- Parcerias entre as participadas e Instituições de Ensino e Entidades dos Sistemas Científicos e Tecnológicos;
- Programas de apoio ao desenvolvimento de produtores locais, sobretudo em países em desenvolvimento.

EM CONCRETO

Investimento na metodologia "Building Information Modeling" (BIM);
Projeto "OMICRON";
Consórcio "GreeNexUS";
Programa "Fazenda Maxi" em Angola.



Metas
12.2, 12.4, 12,5

- Implementação de sistemas de gestão ambiental em várias das empresas controladas;
- Prestação de serviços especializados em eficiência energética por parte de algumas empresas do Grupo;
- Implementação de medidas de racionalização energética nas instalações das empresas;
- Programas de incentivo ao consumo sustentável junto dos colaboradores;
- Digitalização/desmaterialização de processos;
- Avaliação generalizada de fornecedores com base em critérios de sustentabilidade social e ambiental.

EM CONCRETO

Serviços de "Análise e Diagnóstico e Soluções de Energia" prestados ao mercado pela TDGI;
Política de compras da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.;
Acordo para instalação de painéis fotovoltaicos no Polo Operacional da Teixeira Duarte no Montijo, Portugal;
Iniciativas diversas de sensibilização junto dos colaboradores.

ESRS 2 SBM-2 Interesses e pontos de vista das partes interessadas

O envolvimento das empresas controladas pela Teixeira Duarte com as suas partes interessadas tem como objetivo ouvir ativamente, através do diálogo contínuo, para compreender as suas posições, preocupações e expetativas. Essa interação apresenta uma influência sobre a gestão e os modelos de negócio, projetos e processos, permitindo às empresas do Grupo adaptar a sua atuação de acordo com as expectativas e opiniões manifestadas pelas suas partes interessadas. Os *insights* obtidos com este envolvimento servem para orientar processos de *due diligence* e de avaliação de materialidade.

Assentes em princípios de transparência e integridade, as políticas de envolvimento do Grupo Teixeira Duarte com os seus *stakeholders* regem-se por um conjunto de princípios normativos e códigos internacionais, salientando-se as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, incluindo os princípios e os direitos estabelecidos nas oito convenções fundamentais identificadas na Declaração da Organização Internacional do Trabalho relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e na Carta Internacional dos Direitos Humanos.

As auscultações efetuadas pela Teixeira Duarte junto dos *stakeholders* mais relevantes realizam-se com periodicidades adequadas às particularidades de cada tipo de *stakeholders*. Os negócios do Grupo adaptam as iniciativas de auscultação aos seus meios e dinâmicas empresariais para identificar expetativas e necessidades das partes interessadas e potenciar as suas operações através desta cooperação.

Adicionalmente, foi realizada uma consulta às partes interessadas da Teixeira Duarte, nos seis distintos ramos de atuação, no âmbito da sua análise de dupla materialidade. Esta integração encontra-se descrita no ponto ESRS IRO-1 do presente capítulo.

As necessidades, preocupações e opiniões das partes interessadas no que respeita às atividades das empresas do Grupo Teixeira Duarte são analisadas em sede de Reuniões da Direção dos setores de atividade que se realizam mensalmente, bem como por via de comunicados ao respetivo Conselho de Administração. É da responsabilidade deste Conselho a decisão quanto a eventuais propostas de alteração da estratégia e/ou modelo de negócio do Grupo, como ação de resposta às expetativas e pontos de vista das suas partes interessadas.

Envolvimento com *stakeholders*

Stakeholders	Como	Para quê	Como contribui para a organização
Colaboradores	• Inquéritos de Clima Organizacional • Portal Corporativo • Formação • Inquéritos Análise Materialidade • Eventos Internos • Webinares • Canal de Ética	• Melhorar perceções e experiências dos colaboradores • Contribuir para um local de trabalho sustentável e equilíbrio da vida profissional com a pessoal e familiar • Reter e atrair Talento	• Atualizações de políticas internas • Planos e ações de melhoria • Comunicações da gestão de topo • Iniciativas e campanhas globais • Comunicação interna adaptada em práticas de sustentabilidade
Clientes e Público em Geral	• Websites • Call centres • Redes Sociais • Sistemas de Sugestões e Reclamações • Inquéritos e Entrevistas Análise Materialidade • Canal de Ética	• Construir confiança • Fornecer soluções adequadas às necessidades	• Melhorias de produtos/serviços • Adaptação de estratégias de marketing e de comunicação
Fornecedores	• Visitas e Auditorias • Formação • Inquéritos e Entrevistas Análise Materialidade • Parcerias setoriais • Avaliação de Desempenho • Canal de Ética	• Conformidade com Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte • Promover o fornecimento responsável • Proteção dos Direitos Laborais e Humanos na cadeia de valor a montante • Desenvolvimento das indústrias em que o Grupo opera	• Seleção informada de fornecedores • Planos de melhoria de fornecedores • Robustecimento das práticas de diligência devida • Projetos para a inovação e sustentabilidade
Investidores	• Assembleias Gerais • Relatórios Financeiros • Resposta a Questionários Específicos • Websites • Comunicados	• Compreender as expetativas em relação à sustentabilidade • Atrair investidores responsáveis • Aumentar a transparência	• Respostas às perguntas dos investidores • Comunicação sobre práticas de sustentabilidade
Entidades Reguladoras e Governamentais	• Participação em associações setoriais • Contributo no âmbito normativo das indústrias • Colaboração em grupos de interesse	• Garantir a conformidade regulatória • Promover o desenvolvimento sustentável das indústrias em que o Grupo opera • Acompanhar os riscos e oportunidades regulatórios	• Alinhamentos dos modelos de negócios e estratégias • Criação de valor e mitigação de riscos a partir de conformidade
Organizações Não Governamentais	• Parcerias • Apoio a projetos das comunidades • Inquéritos Análise Materialidade	• Contribuir para iniciativas locais • Responder às preocupações das comunidades	• Iniciativas específicas dos locais de operação· • Alinhamento dos projetos desenvolvidos com as melhores práticas
Organizações Profissionais	• Participação em diversas organizações • Iniciativas de partilha de conhecimento	• Desenvolver padrões industriais sobre inovação e sustentabilidade • Compreender a cadeia de valor	• Alinhamento com as melhores práticas das indústrias em que o Grupo opera • Desenho de iniciativas para a cadeia de valor
Comunidades	• Parcerias com Instituições Representativas • Consultas e reuniões • Canal de Ética	• Responder a preocupações e dúvidas • Construir confiança • Garantir benefícios para a comunidade	• Integração das necessidades das comunidades nos projetos desenvolvidos • Desenho de iniciativas para as comunidades

ESRS 2 SBM-3 Impactos, riscos e oportunidades materiais e sua interação com a estratégia e o modelo de negócios

A Missão do Grupo – Fazer, contribuindo para a construção de um mundo melhor – e os seus Valores estruturantes – Engenho, Verdade e Compromisso – traduzem uma cultura de gestão centenária, que tem como objetivo contribuir para uma efetiva sustentabilidade das empresas controladas, nas perspetivas económica, social e ambiental.

Para os aspetos ESG, assim como para os aspetos financeiros, os negócios do Grupo focam-se nos respetivos temas mais materiais, criando políticas, medindo e implementando ações.

Nesta Declaração de Sustentabilidade, são divulgadas informações sobre os temas que acarretam maiores impactos, riscos e oportunidades à escala do Grupo Teixeira Duarte, e não de cada negócio individualmente, dando-se ênfase às políticas, métricas e ações implementadas ao nível corporativo e/ou setorial que visam fazer uma gestão eficaz dos aspetos negativos e positivos.

Em 2024, o Grupo levou a cabo uma revisão profunda de todo o seu processo de análise de dupla materialidade, por forma a garantir um alinhamento adequado com os princípios de Diretiva CSRD e os requisitos das normas ESRS (mais informações no requisito IRO 1 – Descrição do processo de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais), no que diz respeito à identificação dos impactos, riscos e oportunidades materiais.

GESTÃO DOS IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES

ESRS 2 IRO-1 Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais

O Grupo Teixeira Duarte conduziu, em 2023, um primeiro processo de análise de materialidade, em colaboração com uma equipa externa de peritos, que incidiu, de forma individualizada, em 6 das suas áreas de atuação (Construção, *Facilities Management*, Imobiliária, Hotelaria, Distribuição e Automóvel).

Foi realizada uma análise de contexto dos negócios e das suas relações comerciais, das tendências de sustentabilidade, de *rankings*, *benchmarks* setoriais e de pares, e foram identificados os *stakeholders* chave a envolver na avaliação. Desta fase, resultou o mapeamento dos temas potencialmente materiais para cada uma das áreas de atividade.

De seguida, foram auscultados os *stakeholders*, através de questionários *online* e entrevistas, de modo a ordenar os temas por significância do impacto da organização (materialidade de impacto). Foram consultados mais de 270 *stakeholders*. e também os responsáveis dos negócios de modo a ordenar os temas de acordo com o seu impacto na organização, ou seja, com a sua materialidade financeira.

Das seis análises realizadas, ou seja, dos seis negócios do Grupo, resultou uma lista de temas materiais para cada área de atividade, sendo posteriormente calculada uma matriz de dupla materialidade consolidada com base na proporção de Rendimentos Operacionais de cada área relativamente ao total do Grupo.

Os resultados deste exercício serviram de base à revisitação da análise de dupla materialidade que o Grupo decidiu realizar em 2024, após a publicação do Guia de Implementação da EFRAG sobre a avaliação de materialidade (EFRAG IG 1). Decorrente desta revisão resultam, então, os tópicos materiais para a Teixeira Duarte em matéria de sustentabilidade.

Este processo envolveu a identificação e avaliação de um extenso conjunto de impactos, riscos e oportunidades (IROs), ao nível dos temas/subtemas/sub-subtemas preconizados na ESRS 1.AR 16, bem como de questões de sustentabilidade específicas das entidades.

O processo realizou-se seguindo uma metodologia estruturada, que considera tanto as questões relacionadas às operações próprias quanto a toda a cadeia de valor, conforme as **5 etapas** abaixo apresentadas.

- **Identificação** - Com base na análise do contexto da Teixeira Duarte, foram considerados impactos, riscos e oportunidades potenciais para todos os temas, subtemas e sub-subtemas das normas ESRS, com base em fontes internas e externas. Adicionalmente, o Grupo teve em consideração os interesses e pontos de vista de *stakeholders* chave, exercício que realizou em 2023, e especialistas internos, que validaram os IROs potenciais, garantindo a conformidade com os requisitos da norma ESRS e a consistência **com os temas materiais anteriores.**

- **Avaliação** - Elaborou-se, posteriormente, a avaliação dos diferentes IROs por especialistas internos, tendo sido identificados os responsáveis nos diferentes negócios, para obter uma avaliação alinhada com os critérios definidos pelas ESRS. Os temas foram também estruturados de acordo com a sua localização na cadeia de valor e o carácter positivo ou negativo da sua ocorrência.

  Para avaliar a severidade da componente de materialidade de impacto (perspetiva "*inside-out*"), foram tidos em conta a escala de impactos em resultados adversos ou benéficos, o âmbito do impacto ao nível do alvo e a irremediabilidade dos danos causados

(no caso dos impactos negativos). Para apuramento da materialidade financeira (perspetiva "*outside-in*"), a avaliação dos riscos e oportunidades foi feita com base na sua probabilidade de ocorrência e a magnitude potencial dos seus efeitos financeiros no curto, médio e longo prazo

- **Apuramento de resultados** – Para efeitos de consolidação de resultados, adotou-se uma abordagem *bottom-up*, baseada em ponderações distintas: total de receitas dos negócios. A consolidação contemplou também a definição de *thresholds* para a materialidade de impacto e materialidade financeira, a partir dos quais os IROs são considerados relevantes para o Grupo Teixeira Duarte. Os IROs com pontuação igual ou superior a 3,0, para a materialidade de impacto, e 2,5, para a materialidade financeira, foram considerados materiais. Os resultados foram novamente revistos pelos elementos responsáveis pela consolidação de resultados dentro do Grupo.
- **Calibração** – De modo a alinhar os resultados obtidos com as expectativas do Grupo e com a análise de *benchmark* aos pares e referenciais setoriais, realizou-se uma revisão dos IROs considerados críticos.
- **Aprovação de IROs materiais** – A fase final do processo incluiu a identificação dos IROs materiais, com discussão e aprovação dos mesmos pelo Presidente de Administração, sendo estes os mesmos apresentados e discriminados na Declaração de Sustentabilidade.

Critérios de avaliação de impactos

Para a avaliação dos impactos, foi considerado o produto entre a sua severidade (escala, âmbito e caráter de irremediabilidade – no caso dos impactos negativos) e a sua probabilidade (no caso dos impactos potenciais).

Escala	Âmbito	Carácter de irremediabilidade	Probabilidade
5= Danos ou benefícios muito altos 4= Danos ou benefícios altos 3= Danos ou benefícios médios 2= Danos ou benefícios baixos 1= Danos ou benefícios muito baixos 0= Não aplicável	5= Impacto nacional ou internacional e/ou sobre um número elevado de pessoas 3= Impacto regional e/ou sobre um número médio de pessoas 1= Impacto local e/ou sobre um número reduzido de pessoas 0= Não aplicável	5= Difícil de remediar ou não remediável/irreversível 3= Temporário ou fácil de remediar num médio prazo 1= Temporário ou fácil de remediar num curto prazo 0= Não aplicável	1 = Ocorrência muito provável ou certa (75-100%) 0,5 = Ocorrência provável (50-75%) 0,75 = Ocorrência baixa (25-50%) 0,25 = Ocorrência improvável (0-25%)

Critérios de avaliação de riscos e oportunidades

A avaliação dos riscos e oportunidades decorre do produto entre a magnitude dos efeitos financeiros e a probabilidade de ocorrência dos mesmos.

Magnitude	Probabilidade
7 = Danos ou benefícios catastróficos 6 = Danos ou benefícios críticos 5= Danos ou benefícios muito altos 4= Danos ou benefícios altos 3= Danos ou benefícios médios 2= Danos ou benefícios baixos 1= Danos ou benefícios muito baixos 0= Inexistente	1 - Ocorrência muito provável ou certa (75-100%) 0,5 - Ocorrência provável (50-75%) 0,75 - Ocorrência baixa (25-50%) 0,25 - Ocorrência improvável (0-25%)

O processo de análise de materialidade, especialmente a avaliação dos IROs, fundamenta-se na perceção dos responsáveis-chave do Grupo, que possuem um alargado entendimento da sua realidade, dos mecanismos internos, dos desafios do mercado e das obrigações legais e/ou regulamentares.

ESRS 2 IRO-2 Requisitos de divulgação constantes de ESRS abrangidas pelas declarações de sustentabilidade da empresa

A presente Declaração de Sustentabilidade cumpre os critérios definidos pelas ESRS.

Decorrente do processo de dupla materialidade, apurou-se que os seguintes temas não apresentam impactos, riscos e oportunidades materiais para o Grupo Teixeira Duarte: E2 – Poluição; E3 – Recursos hídricos e marinhos; E4 – Biodiversidade e ecossistemas; S3 – Comunidades Afetadas.

Os requisitos de divulgação constantes das ESRS associados aos IROs materiais do Grupo encontram-se sistematizados nos Anexos da presente Declaração.

A tabela seguinte fornece uma visão geral dos principais tópicos de sustentabilidade e contém referências às secções específicas desta Declaração onde as respetivas informações podem ser encontradas.

Resumo dos temas materiais do Grupo Teixeira Duarte de acordo com as ESRS

Tópico de sustentabilidade		Materialidade		Setor(es)	Cadeia de valor	Secção na Declaração de Sustentabilidade
Subtemas	Sub-subtemas	Impacto	Financeira			
INFORMAÇÕES AMBIENTAIS						
Tema: ESRS E1 Alterações climáticas						
Adaptação às alterações climáticas			●	Imobiliária	Montante e Operações	ESRS E1: Alterações Climáticas
Mitigação das alterações climáticas		●	●	Construção, *Facilities Management*, Hotelaria, Distribuição e Automóvel	Montante, Operações e Jusante	
Energia		●	●	Construção, *Facilities Management* e Distribuição	Montante, Operações e Jusante	
Tema: ESRS E5 Utilização de recursos e Economia circular						
Entradas de recursos, incluindo utilização		●		Construção	Operações	ESRS E5: Utilização de recursos e Economia circular
Saídas de recursos, relacionadas com produtos e serviços		●		Construção	Operações	
Resíduos		●		Construção	Montante, Operações e Jusante	
INFORMAÇÕES SOCIAIS						
Tema: ESRS S1 Própria mão de obra						
Condições de trabalho	Liberdade de associação		●	Construção	Operações	ESRS S1: Própria mão de obra
	Saúde e segurança	●		Imobiliário	Operações	
Igualdade no tratamento e oportunidades para todos	Igualdade de género e igualdade de remuneração por trabalho de igual valor		●	Distribuição	Operações	
Outros direitos relacionados com o trabalho	Trabalho infantil	●		Construção	Operações	
	Trabalho forçado	●		Construção	Operações	
Tema: S2 Trabalhadores na cadeia de valor						
Condições de trabalho	Horário de trabalho		●	Construção	Montante e Operações	ESRS S2: Trabalhadores na Cadeia de valor
	Equilíbrio entre a vida pessoal e profissional	●	●	Construção	Montante, Operações e Jusante	
	Negociação coletiva	●		Construção	Montante, Operações e Jusante	
	Saúde e segurança	●		Distribuição	Montante e Jusante	
Tema: S4 Consumidores e utilizadores finais						
Impactos relacionados com a informação para os consumidores e/ou utilizadores finais	Privacidade	●		Distribuição	Operações	ESRS S4: Consumidores e utilizadores finais
Segurança pessoal dos consumidores e/ou utilizadores finais	Saúde e segurança	●		Distribuição	Montante e Operações	
	Segurança de uma pessoa	●		Distribuição	Montante e Operações	

Tópico de sustentabilidade		Materialidade		Setor(es)	Cadeia de valor	Secção na Declaração de Sustentabilidade
INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNAÇÃO						
Tema: G1 Conduta Empresarial						
Cultura empresarial		●	●	Construção, Imobiliário, Distribuição e Automóvel	Operações	ESRS G1: Conduta empresarial
Proteção de denunciantes		●		*Facilities Management*	Operações	
Corrupção e suborno	Prevenção e deteção, incluindo formação	●		*Facilities Management*	Operações	
Divulgação específica						
Inovação e Tecnologia			●	Construção	Operações	Inovação e tecnologia

INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

REGULAMENTO DA TAXONOMIA

Com a aprovação do Regulamento (UE) 2020/852 a 22 de junho de 2020 - Regulamento da Taxonomia - as empresas sujeitas à obrigação de publicar uma demonstração não financeira consolidada nos termos do Decreto-Lei nº 89/2017, de 28 de julho, passam a ter que divulgar a proporção de volume de negócios, despesas de capital (CapEx) e despesas operacionais (OpEx) que deriva de atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental. Este Regulamento procura direcionar os investimentos para projetos e atividades sustentáveis, contribuindo para a materialização do Pacto Ecológico Europeu como parte da resposta da UE aos desafios climáticos e ambientais.

A exigência de divulgação da Taxonomia por parte das organizações tem sido gradual. Relativamente ao ano fiscal de 2021, as organizações divulgaram a elegibilidade das suas atividades em relação aos dois objetivos climáticos da Taxonomia. Relativamente ao ano fiscal de 2022, além da elegibilidade, exigiu-se a divulgação do alinhamento das atividades, para os referidos dois objetivos climáticos. Sobre o exercício de 2023, foi também necessário divulgar a elegibilidade das atividades relativamente aos restantes quatro objetivos da Taxonomia e das novas atividades adicionadas aos primeiros dois. No ano fiscal a que se refere esta Declaração, as empresas devem divulgar, caso desenvolvam atividades elegíveis, o alinhamento relativamente à globalidade dos objetivos da Taxonomia: mitigação das alterações climáticas; adaptação às alterações climáticas; proteção da água e dos recursos hídricos; transição para uma economia circular; prevenção e controlo da poluição; proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas.

— **Elegibilidade**

Para a análise de elegibilidade das atividades das empresas do Grupo, a Teixeira Duarte suportou-se no Ato Delegado Clima da Taxonomia (Regulamento Delegado do (UE) 2021/2139) em particular nos Anexos I (Mitigação das Alterações Climáticas) e II (Adaptação às Alterações Climáticas) - entretanto alterado pelos Regulamento Delegado (UE) 2022/1214 e (UE) 2023/2485) - e no Ato Delegado Ambiental (Regulamento Delegado (UE) 2023/2486).

Anualmente, é feito o mapeamento das atividades económicas elegíveis e não elegíveis das empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo Teixeira Duarte, nos diferentes setores de atividade em que atua (Construção, Concessões e Serviços, Imobiliária, Hotelaria, Distribuição e Automóvel). Neste contexto, é importante destacar que, pelas características dinâmicas da Taxonomia Europeia, a avaliação realizada pela empresa em exercícios futuros pode estar sujeita a variações, em concordância com as diretrizes do Regulamento.

Em 2024, foram identificadas atividades elegíveis para 4 objetivos ambientais da Taxonomia:

Setor atividade *	Código atividade **	Atividades elegíveis	Objetivos			
			Mitigação das alterações climáticas	Adaptação às alterações climáticas	Recursos hídricos	Economia circular
C	MAC 5.1	Construção, ampliação e exploração de sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água	•			
C	MAC 5.2 / RHM 2.1	Renovação de sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água	•		•	
C	MAC 6.14	Infraestruturas de transporte ferroviário	•			
C	AAC 6.15	Infraestruturas para transporte rodoviário e transporte público		•		
C, I	MAC 7.1 / EC 3.1	Construção de edifícios novos	•			•
C, CS	MAC 7.2 / EC 3.2	Renovação de edifícios existentes	•			•
CS	MAC 7.3	Instalação, manutenção e reparação de equipamentos dotados de eficiência energética	•			
CS	MAC 7.4	Instalação, manutenção e reparação de postos de carregamento de veículos elétricos montados em edifícios (e lugares de estacionamento associados a edifícios)	•			
CS	MAC 7.5	Instalação, manutenção e reparação de instrumentos e de dispositivos de medição, regulação e monitorização do desempenho energético dos edifícios	•			
C, CS	MAC 7.6	Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energia de fontes renováveis	•			
I	MAC 7.7	Aquisição e propriedade de edifícios	•			
CS	MAC 9.3	Serviços profissionais relacionados com o desempenho energético dos edifícios	•			
CS	AAC 11	Ensino		•		
C	AAC 14.2	Infraestruturas de prevenção e proteção contra os riscos de inundações		•		
C	EC 3.4	Manutenção de estradas e autoestradas				•
C	EC 3.5	Utilização de betão na engenharia civil				•

* Setor de Atividade do Grupo Teixeira Duarte: Construção (C), Concessões e Serviços (CS), Imobiliária (I), Hotelaria (H), Distribuição (D);
** MAC – Mitigação das Alterações Climáticas; AAC – Adaptação às Alterações Climáticas; EC – Economia Circular

A análise de elegibilidade teve em consideração as atividades identificadas na taxonomia que, durante o exercício de 2024, contribuíram para o volume de negócios do Grupo, assim como para as despesas de capital (CapEx) e despesas operacionais (OpEx) de acordo com o Ato Delegado Artigo 8º da Taxonomia. Relativamente a esta avaliação, destaca-se o seguinte:

i. Os setores da Distribuição e do Automóvel do Grupo não exerceram, em 2024, quaisquer atividades elegíveis;
ii. No âmbito do Ato Delegado Ambiental foi analisada a atividade BIO 2.1 "Hotéis, casas de férias, parques de campismo e alojamentos semelhantes" na medida em que o Grupo Teixeira Duarte opera no setor da Hotelaria; neste, a atividade da Teixeira Duarte concentra-se na exploração de hotéis inseridos em contextos urbanos (vocacionados para turismo de negócios), não sendo esse o objeto dos critérios técnicos de avaliação preconizados no regulamento; por esse motivo, a Empresa considera a atividade não elegível.
iii. Nem todos os imóveis controlados pelo Grupo se incluem nas atividades MAC 7.1 / EC 3.1 e MAC 7.7 da Taxonomia, uma vez que os indicadores de CapEx e OpEx não se aplicam aos imóveis reconhecidos como inventários nas demonstrações financeiras consolidadas e apenas devem incluir os montantes das despesas de capital e despesas operacionais atribuíveis aos ativos fixos detidos pelo Grupo, nomeadamente ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis, propriedades de investimento e direitos de uso;
iv. Nos casos de atividades que contribuem para o objetivo de mitigação das alterações climáticas e, em simultâneo, para o objetivo da proteção da água e dos recursos hídricos ou da economia circular, a Empresa estabeleceu como critério a alocação dessas atividades ao objetivo de mitigação das alterações climáticas (MAC).

— **Alinhamento**

Após a identificação das atividades elegíveis, é necessário validar, para cada destas, o cumprimento dos critérios técnicos de "contribuição substancial" (doravante "CS") e dos critérios técnicos de "não prejudicar significativamente" (doravante "NPS") identificados nos vários Regulamento Delegados.

Nesta avaliação, o Grupo Teixeira Duarte depara-se com vários constrangimentos, nomeadamente:

i. Atividades desenvolvidas fora do espaço europeu. Uma parte significativa das atividades das empresas do Grupo Teixeira Duarte é desenvolvida em países fora do espaço europeu (Angola, Brasil, Moçambique, Perú, entre outros). Devido a ausência de *guidance* da Comissão Europeia sobre a transposição de requisitos técnicos associados aos Regulamentos Europeus para estas geografias, a Teixeira Duarte considerou que as atividades realizadas nestes países não estão alinhadas com a Taxonomia.

ii. Granularidade e complexidade da informação. A verificação de critérios técnicos para diversas atividades identificadas como elegíveis requer a existência de um elevado nível de detalhe de informação técnico-ambiental. O Grupo não tem ainda forma de verificar, em todos os casos, o alinhamento por falta de informação, o que acresce muitas vezes à elevada complexidade na aplicação dos critérios técnicos; desta forma, optou-se por uma abordagem mais conservadora ao considerar o não alinhamento das mesmas.

De seguida são descritos alguns dos elementos-chave na abordagem seguida pelo Grupo Teixeira Duarte para aferição de alinhamento técnico em cada um dos seus setores de atividade.

- Construção

Esta é a génese e a atividade de referência do Grupo Teixeira Duarte. O setor inclui a atividade de construção nas áreas da Geotecnia e Fundações, das Edificações, das Infraestruturas (incluindo Obras Marítimas), da Metalomecânica, das Obras Subterrâneas e das Obras Ferroviárias.

As empresas do Grupo Teixeira Duarte são contratadas por outras entidades para intervir em sistemas de abastecimento de água e tratamento de águas residuais (**MAC 5.1, MAC 5.2 / RHM 2.1**), transportes ferroviários e rodoviários (**MAC 6.14 e AAC 6.15**), atividades de construção e renovação de edifícios (**MAC 7.1 / EC 3.1 e MAC 7.2 / EC 3.2**), infraestruturas de prevenção e proteção contra os riscos de inundações (**AAC 14.2**), manutenção de estradas e autoestradas (**EC 3.4**) e utilização de betão na engenharia civil (**EC 3.5**).

A intervenção das empresas situa-se, na grande maioria das vezes, a jusante das fases de projeto e a montante das fases de exploração. Ora, a aplicação de grande parte dos critérios de alinhamento de CS e de NPS requeridos pelos Atos Delegados é decidida nestas fases, pelo que falta ao controlo das sociedades da Teixeira Duarte essa aplicação, ou acesso a informação para avaliação.

Não obstante, quando reunidas as circunstâncias propícias ao alinhamento de um projeto e se este for material em Volume de Negócios, a verificação do cumprimento dos critérios técnicos é realizada com base na aplicação interna de questionários que agregam os critérios juntamente com as descrições técnicas.

Este foi o caso da atividade MAC 6.14 desenvolvida no âmbito da empreitada de Via e Catenária entre Évora e Elvas/Fronteira pelas empresas Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. e a SOMAFEL- Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A em consórcio, que foi considerada alinhada em 2023 e 2024. Com efeito, os requisitos do projeto e da construção preconizados pelo Dono de Obra (IP, Infraestruturas de Portugal, S.A) atendem aos critérios de NPS aplicáveis à referida atividade.

Aplicação do Apêndice A – Adaptação às alterações climáticas

O cumprimento dos critérios técnicos NPS (Não prejudicar significativamente) implica que cada atividade identificada como elegível para com o Anexo I do Ato Delegado Clima (Mitigação das Alterações Climáticas) cumpra com os requisitos identificados no Apêndice A do referido Anexo.

Para a atividade MAC 6.14 desenvolvida no âmbito da empreitada de Via e Catenária entre Évora e Elvas/Fronteira supra referida, a Teixeira Duarte realizou uma análise de riscos físicos climáticos que reportou em 2023 no âmbito deste Regulamento.

Para as atividades MAC 7.3, MAC 7.4, MAC 7.6 e MAC 9.3 desenvolvidas em Portugal pela área de *Facilities Management* a seguir identificadas como alinhadas, foi igualmente realizada uma análise de riscos físicos climáticos relativamente a um conjunto de localizações geográficas onde esta opera.

Ambos os estudos tiveram em conta as orientações metodológicas do Apêndice A da Taxonomia e incluíram 3 etapas subsequentes:

i. Identificação de riscos climáticos relevantes tendo por base a secção II do Apêndice A: foram identificados os principais riscos climáticos físicos que possam afetar o desempenho da atividade económica durante o seu período de vida esperado que, nas atividades mencionadas, é inferior a dez anos;
ii. Avaliação da vulnerabilidade: para as atividades que apresentam um ou mais riscos físicos associados ao clima, foi realizada uma avaliação da vulnerabilidade para determinar o impacto dos respetivos riscos;

iii.	Avaliação de soluções de adaptação de forma a reduzir o impacto dos riscos físicos associados ao clima, procedendo-se a uma avaliação para determinar que soluções físicas e não físicas são integradas para minimizar esses riscos.

- Concessões e Serviços

Este é um setor em que o Grupo se dedica a áreas de negócios de naturezas muito distintas, tais como o *Facilities Management* e *Facilities Services*, Meio Ambiente, Atividades Educativas em Angola e Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCH's) no Brasil. Em 2024, neste setor, o Grupo identificou como elegíveis as atividades **MAC 7.2 / EC 3.2** (renovação de edifícios), **MAC 7.3, MAC 7.4, MAC 7.6 e MAC 9.3** (serviços relacionados com eficiência energética e energias renováveis) e a **atividade AAC 11** (ensino).

As atividades MAC 7.3 desenvolvidas em Portugal pela área de *Facilities Management* foram consideradas alinhadas com a Taxonomia, na medida em que cumprem com o Apêndice A e com as Salvaguardas Mínimas. A respeito dos critérios de NPS desta atividade, onde se aplica também o Apêndice C do Anexo I do Ato Delegado Clima (Mitigação das Alterações Climáticas), refira-se que as empresas controladas pela Teixeira Duarte não fabricam, nem colocam no mercado as substâncias químicas poluentes listadas no mesmo.

Salienta-se ainda que as matérias-primas e equipamentos adquiridos por estas empresas estão em conformidade com os requisitos legais de qualidade e segurança obrigatórios nas respetivas indústrias e mercados, podendo conter, a título excecional, certos produtos químicos que não são possíveis de substituir por não existirem no mercado substâncias ou tecnologias alternativas e que são utilizados em condições controladas.

As atividades MAC 7.4, MAC 7.6 e MAC 9.3 desenvolvidas em Portugal pela área de *Facilities Management* foram também consideradas alinhadas, pois cumprem com os critérios de NPS aplicáveis (Apêndice A) e com as Salvaguardas Mínimas.

As atividades MAC 7.2 / EC 3.2, MAC 7.3 e AAC 11 foram consideradas elegíveis, mas não alinhadas devido aos constrangimentos anteriormente mencionados.

- Imobiliária

Neste setor, o Grupo Teixeira Duarte controla diversas sociedades que se dedicam à promoção imobiliária e gestão de património em mercados como Portugal, Angola, Brasil e Moçambique. No decorrer do ano de 2024, o setor realizou investimentos nas atividades **MAC 7.2 / EC 3.2** (renovação de edifícios) e **MAC 7.7** (aquisição e propriedade de edifícios), salientando-se o investimento na conclusão do projeto de renovação realizado no Empreendimento "Fábrica 1921", em Benfica, onde não foi possível verificar o alinhamento da atividade com todos os critérios NPS.

— **Salvaguardas Mínimas**

Para que uma atividade seja considerada sustentável do ponto de vista ambiental deve, entre outros critérios, ser exercida em conformidade com as Salvaguardas Mínimas (artigo 3º do Regulamento Taxonomia). A este respeito, a Plataforma de Finanças Sustentáveis da Comissão Europeia publicou, em outubro de 2022, o *Final Report on Minimum Safeguards,* onde identificou quatro temas nos quais as empresas devem aplicar os procedimentos das Salvaguardas Mínimas: Direitos Humanos, Corrupção, Tributação e Concorrência Justa.

- Direitos Humanos

O principal instrumento das empresas do Grupo em matéria de respeito pelos Direitos Humanos é o Código de Ética e Conduta. Nele estão inscritos todos os princípios de atuação que asseguram que as atividades das empresas controladas se desenvolvem em alinhamento com os instrumentos e convenções internacionais e europeus em matéria de direitos humanos, incluindo a Carta Internacional dos Direitos Humanos; os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos; as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais; a Declaração da Organização Internacional do Trabalho relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e as Convenções Fundamentais da OIT; a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; a Convenção Europeia dos Direitos Humanos; a Carta Social Europeia Revista; a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia; as prioridades da política da UE estabelecidas no Pilar Europeu dos Direitos Sociais e a legislação da UE, incluindo o acervo da UE em matéria de direito do trabalho.

Extensível a todas as empresas do Grupo, este Código é obrigatório para todos os colaboradores e a sua não aplicação é passível de procedimentos e sanções disciplinares.

Em 2024, a Teixeira Duarte deu continuidade ao processo de atualização do seu Código de Ética e Conduta no sentido de nele incorporar a resposta a novos normativos e os princípios de atuação relativamente a novos riscos, esperando-se a sua conclusão em 2025.

Em março de 2024, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Teixeira Duarte, S.A., a designação do *Chief Compliance Officer* como responsável sobre os temas de Direitos Humanos ao nível do Grupo.

Esta decisão representa o compromisso da organização para com a temática dos Direitos Humanos, bem como representa uma resposta aos novos requisitos legais sobre a sustentabilidade corporativa.

O Grupo tem um Plano para a Igualdade que tem como objetivo principal efetivar a igualdade entre os homens e as mulheres nas empresas do Grupo, na forma de tratamento e na concessão de oportunidades, promovendo assim a eliminação da discriminação, em função do sexo, e fomentando a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.

O Procedimento para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho acessível na intranet do Grupo Teixeira Duarte para todos os colaboradores tem como objetivo estabelecer os princípios de atuação e os procedimentos que se consideram adequados à prevenção e ao combate ao assédio em contexto laboral dentro do Grupo Teixeira Duarte, a observar por todas as pessoas que dele fazem parte, tornando-o um instrumento autorregulador e a expressão de uma política ativa que visa evitar, identificar, eliminar e/ou punir situações suscetíveis de consubstanciar a prática de assédio no local de trabalho.

A este nível, recorde-se o papel estratégico da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., certificada pela norma internacional SA 8000, e onde se integram as Áreas Corporativas do Grupo que asseguram a transmissão de *guidelines* e processos para todas as áreas de negócio do Grupo também no domínio das práticas de Responsabilidade Social corporativa.

Relativamente às atividades desenvolvidas com recurso a entidades terceiras, como subcontratados, os requisitos de ética e conduta, *compliance*, responsabilidade social, qualidade, saúde e segurança e ambiente são aspetos contratuais.

A diligência das empresas do Grupo Teixeira Duarte ao nível destes fornecedores inclui avaliações de risco, monitorizações, entre outras medidas que são mais detalhadas no requisito de divulgação S2 (Trabalhadores da Cadeia de Valor).

- Corrupção, tributação e concorrência justa

O Grupo Teixeira Duarte tem em vigor um Programa de *Compliance* aplicável a todas as empresas participadas que estabelece e implementa um conjunto de medidas e procedimentos assentes na Política de *Compliance*, no Código de Ética e Conduta e na Missão e Valores da Teixeira Duarte com vista a assegurar com maior eficácia e evidência do cumprimento da lei e das normas internas.

O sistema de *Compliance* prevê processos de avaliação de risco e procedimentos de controlo interno financeiros e não financeiros, que incluem diligências prévias de terceiros e de quadros de elevada responsabilidade, uma Política de Comunicação de Irregularidades e um Canal de Ética para onde todos os colaboradores e entidades terceiras devem comunicar eventuais irregularidades identificadas relativamente a quaisquer normativos externos ou internos, entre outras medidas.

A Teixeira Duarte, S.A. tem implementado um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e de Infrações Conexas (PPR) que se aplica a todas as empresas elegíveis do Grupo Teixeira Duarte e seus colaboradores, bem como, demais elementos que, independentemente do seu vínculo jurídico-funcional, lhe prestem trabalho ou serviços, e constitui um instrumento de gestão fundamental que permite reforçar e consolidar os procedimentos e mecanismos de prevenção e deteção da corrupção e infrações conexas e ainda estabelecer e implementar um conjunto de medidas e procedimentos, com vista a reduzir a probabilidade de ocorrência e o impacto dos riscos e situações identificados. A execução do PPR está sujeita a controlo, podendo essa execução ser acompanhada através de Relatórios de Avaliação disponibilizados em teixeiraduarte.com.

Em matéria de tributação, refira-se que o Conselho Fiscal da Teixeira Duarte salvaguarda o cumprimento dos normativos legais e regulamentares em vigor e a transparência na divulgação de informação ao mercado e aos acionistas. Em matéria de concorrência, para além do previsto no Programa de *Compliance* do Grupo, o Código de Ética e Conduta estabelece normas de atuação para os seus colaboradores. O Grupo Teixeira Duarte tem também disponíveis procedimentos que visam estabelecer parâmetros para a relação do Grupo com concorrentes, de modo que seja assegurado o cumprimento dos seus valores e das normas concorrenciais aplicáveis.

- Mecanismos de Reclamação

O Grupo Teixeira Duarte tem implementado um Canal de Ética que permite às partes interessadas comunicar, de forma totalmente anónima, preocupações e factos relacionados com qualquer incumprimento que possa envolver a prática de ato ilícito: corrupção, questões de assédio ou discriminação, entre outros.

No decorrer de 2024, não se registaram condenações nas matérias acima mencionadas.

— **Indicadores-chave de desempenho (ICD)**

De acordo com o Ato Delegado Artigo 8.º, a apresentação dos indicadores-chave de desempenho (ICD) deve ser feita através de três tabelas, uma para cada ICD (Volume de Negócios, CapEx e OpEx). De seguida apresenta-se um resumo dos indicadores:

ICD volume de negócios

Exercício financeiro 2024	2024			Critérios de contributo substancial						Critérios NPS ("não prejudicar significativamente") (h)									
Atividades económicas (1)	Código (a) (2)	Volume de negócios (3)	Proporção do volume de negócios, ano N (4)	Mitigação das alterações climáticas (5)	Adaptação às alterações climáticas (6)	Água (7)	Poluição (8)	Economia circular (9)	Biodiversidade (10)	Mitigação das alterações climáticas (11)	Adaptação às alterações climáticas (12)	Água (13)	Poluição (14)	Economia circular (15)	Biodiversidade (16)	Salvaguardas mínimas (17)	Proporção do volume de negócios alinhado pela taxonomia (A.1) ou elegível para taxonomia (A.2), ano 2023 (18)	Categoria – atividade capacitante (19)	Categoria – atividade de transição (20)
Texto		*€*	*%*	*S; N; N/EL (b) e (c)*	*S; N; N/EL (b) e (c)*	*S; N; N/EL (b) e (c)*	*S; N; N/EL (b) e (c)*	*S; N; N/EL (b) e (c)*	*S; N; N/EL (b) e (c)*	*S/N*	*S/N*	*S/N*	*S/N*	*S/N*	*S/N*	*S/N*	*%*	*C*	*T*
A. ATIVIDADES ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA																			
A.1. Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia)																			
Infraestruturas de transporte ferroviário	MAC 6.14	12.950	2%	15%	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	11%	C	
Instalação, manutenção e reparação de equipamentos dotados de eficiência energética	MAC 7.3	2.753	0%	4%	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	0%	C	
Instalação, manutenção e reparação de postos de carregamento de veículos elétricos montados em edifícios (e lugares de estacionamento associados a edifícios)	MAC 7.4	115	0%	83%	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	0%	C	
Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energia de fontes renováveis	MAC 7.6	648	0%	100%	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	0%	C	
Serviços profissionais relacionados com o desempenho energético dos edifícios	MAC 9.3	159	0%	100%	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	0%	C	

Volume de negócios das atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia) (A.1)	16.625	2%		0%	0%	0%	0%	0%	S	S	S	S	S	S	S	11%		
Das quais, capacitantes	16.625	2%		0%	0%	0%	0%	0%	S	S	S	S	S	S	S	11%	C	
Das quais, de transição	-	0%							S	S	S	S	S	S	S	0%		T
A.2. Atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia) (g)																		
Construção, ampliação e exploração de sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água	MAC 5.1	70	0%	100%	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								1%		
Renovação de sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água	MAC 5.2 / RHM 2.1	13.158	2%	100%	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								2%		
Infraestruturas de transporte ferroviário	MAC 6.14	72.654	9%	85%	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%		
Infraestruturas para transporte rodoviário e transporte público	AAC 6.15	2.582	0%	N/EL	100%	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								1%		
Construção de edifícios novos	MAC 7.1 / EC 3.1	85.260	11%	100%	N/EL	N/EL	N/EL	EL	N/EL								13%		
Renovação de edifícios existentes	MAC 7.2 / EC 3.2	28.097	4%	100%	N/EL	N/EL	N/EL	EL	N/EL								4%		
Instalação, manutenção e reparação de equipamentos dotados de eficiência energética	MAC 7.3	59.994	8%	96%	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%	C	
Instalação, manutenção e reparação de postos de carregamento de veículos elétricos montados em edifícios (e lugares de estacionamento associados a edifícios)	MAC 7.4	24	0%	17%	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%	C	
Instalação, manutenção e reparação de instrumentos e de dispositivos de medição, regulação e monitorização do desempenho energético dos edifícios	MAC 7.5	11	0%	100%	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%	C	
Ensino	AAC 11	8.975	1%	N/EL	100%	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								1%		

Infraestruturas de prevenção e proteção contra os riscos de inundações	AAC 14.2	44.306	6%	N/EL	100%	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								8%			
Manutenção de estradas e autoestradas	EC 3.4	7.094	1%	N/EL	N/EL	N/EL	100 %	N/EL	N/EL								1%			
Utilização de betão na engenharia civil	EC 3.5	30.152	4%	N/EL	N/EL	N/EL	100 %	N/EL	N/EL								2%			
Volume de negócios das atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia) (A.2)		365.156	48%														32%			
A. Volume de negócios das atividades elegíveis para taxonomia (A.1+A.2)		381.781	50%														43%			
B. ATIVIDADES NÃO ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA																				
Volume de negócios das atividades não elegíveis para taxonomia (B)		393.372	50%																	
Total (A + B)		775.153	100%																	

A proporção do volume de negócios é calculada como a parte do volume de negócios líquido anual resultante de produtos ou serviços, incluindo intangíveis, associada a atividades económicas alinhadas com a taxonomia (numerador) dividida pelo volume de negócios líquido (denominador), na aceção do artigo 2.º, ponto 5, da Diretiva 2013/34/UE. O volume de negócios líquido inclui os rendimentos reconhecidos nos termos da Norma Internacional de Contabilidade (IAS) 1, parágrafo 82, alínea a), tal como adotada pelo Regulamento (CE) n.º 1126/2008 da Comissão.

Em 2024, o denominador da proporção do volume de negócios corresponde ao total das vendas e prestações de serviços apresentado na demonstração consolidada dos resultados. As vendas e prestações de serviços são detalhadas na Nota 7 anexa às demonstrações financeiras consolidadas, sendo a respetiva política contabilística detalhada na Nota 2.21. O numerador corresponde ao montante do denominador resultante de atividades económicas alinhadas com a taxonomia.

ICD CapEx

Exercício financeiro 2024	2024			Critérios de contributo substancial						Critérios NPS ("não prejudicar significativamente") (h)									
Atividades económicas (1)	Código (a) (2)	Capex (3)	Proporção do Capex, ano N (4)	Mitigação das alterações climáticas (5)	Adaptação às alterações climáticas (6)	Água (7)	Poluição (8)	Economia circular (9)	Biodiversidade (10)	Mitigação das alterações climáticas (11)	Adaptação às alterações climáticas (12)	Água (13)	Poluição (14)	Economia circular (15)	Biodiversidade (16)	Salvaguardas mínimas (17)	Proporção do Capex alinhado pela taxonomia (A.1) ou elegível para taxonomia (A.2), ano 2023 (18)	Categoria – atividade capacitante (19)	Categoria – atividade de transição (20)
Texto		*€*	*%*	*S; N; N/EL (b) e (c)*	*S; N; N/EL (b) e (c)*	*S; N; N/EL (b) e (c)*	*S; N; N/EL (b) e (c)*	*S; N; N/EL (b) e (c)*	*S; N; N/EL (b) e (c)*	*S/N*	*S/N*	*S/N*	*S/N*	*S/N*	*S/N*	*S/N*	*%*	*C*	*T*
A. ATIVIDADES ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA																			
A.1. Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia)																			
Infraestruturas de transporte ferroviário	MAC 6.14	439	1%	10%	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	14%	C	
Capex das atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia) (A.1)		439	1%		0%	0%	0%	0%	0%	S	S	S	S	S	S	S	14%		
Das quais, capacitantes		439	1%		0%	0%	0%	0%	0%	S	S	S	S	S	S	S	14%	C	
Das quais, de transição		-	0%							S	S	S	S	S	S	S	0%		T
A.2. Atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia) (g)																			
Construção, ampliação e exploração de sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água	MAC 5.1	5	0%	100%	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%		
Renovação de sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água	MAC 5.2 / RHM 2.1	80	0%	100%	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								3%		
Infraestruturas de transporte ferroviário	MAC 6.14	3.992	7%	90%	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%		
Infraestruturas para transporte rodoviário e transporte público	AAC 6.15	180	0%	100%	EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								3%		
Construção de edifícios novos	MAC 7.1 / EC 3.1	6.111	10%	100%	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								3%		

Renovação de edifícios existentes	MAC 7.2 / EC 3.2	11.567	19%	100%	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								1%		
Instalação, manutenção e reparação de equipamentos dotados de eficiência energética	MAC 7.3	2	0%	100%	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%	C	
Aquisição e propriedade de edifícios	MAC 7.7	8	0%	100%	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								18%		
Ensino	AAC 11	18	0%	N/EL	100%	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%		
Infraestruturas de prevenção e proteção contra os riscos de inundações	AAC 14.2	2.134	4%	N/EL	100%	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								17%		
Manutenção de estradas e autoestradas	EC 3.4	495	1%	N/EL	N/EL	N/EL	100 %	N/EL	N/EL								0%		
Utilização de betão na engenharia civil	EC 3.5	2.106	4%	N/EL	N/EL	N/EL	100 %	N/EL	N/EL								1%		
Capex das atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia) (A.2)		26.698	45%														47%		
A. Capex das atividades elegíveis para taxonomia (A.1+A.2)		27.137	46%														61%		
B. ATIVIDADES NÃO ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA																			
Capex das atividades não elegíveis para taxonomia (B)		32.983	54%																
Total (A + B)		60.120	100 %																

O ICD CapEx (despesas de capital) define-se como o CapEx alinhado com a taxonomia (numerador) dividido pelo CapEx total (denominador). Nos termos do Ato Delegado do Artigo 8.º da Taxonomia, o CapEx total consiste no valor das adições aos ativos tangíveis e intangíveis durante o ano (incluindo as relativas a concentrações de atividades empresariais) antes de considerar a depreciação, amortização e quaisquer remensurações, nomeadamente as resultantes de reavaliações e imparidades, e excluindo variações do justo valor. São incluídas as adições de ativos fixos tangíveis (IAS 16), ativos fixos intangíveis (IAS 38), ativos sob direito de uso (IFRS 16), propriedades de investimento (IAS 40) e ativos biológicos (IAS 41). Não são incluídas adições de *goodwill*.

O numerador corresponde à parte das despesas de capital incluída no denominador que:

a. esteja relacionada com ativos ou processos associados a atividades económicas alinhadas com a taxonomia;

b. seja parte de um plano para expandir as atividades económicas alinhadas com a taxonomia ou para permitir que as atividades económicas elegíveis para a taxonomia se tornem alinhadas com a mesma; ou

c. esteja relacionada com a aquisição da produção de atividades económicas alinhadas com a taxonomia e com medidas individuais que capacitem a transformação das atividades em causa em atividades hipocarbónicas ou que permitam reduções das emissões de gases com efeito de estufa, desde que essas medidas sejam aplicadas e estejam operacionais no prazo de 18 meses.

Em 2024, o denominador do ICD CapEx consiste no total anual de aquisições de ativos intangíveis, ativos fixos tangíveis, ativos sob direito de uso e propriedades de investimento. O denominador pode ser reconciliado com o total das aquisições apresentado nas Notas 19, 20, 22 anexas às demonstrações financeiras consolidadas e ainda aos aumentos de propriedades de investimento incluídos na

rubrica de Aumentos / alienações na Nota 21. As políticas contabilísticas para estes ativos são detalhadas nas Notas 2.4, 2.5, 2.6 e 2.8, respetivamente. Conforme referido em 1.1 acima, CapEx não inclui ativos que estejam classificados pelo Grupo como inventários.

Em 2024, o numerador corresponde à parte do denominador associado às atividades económicas alinhadas com a taxonomia, incluindo as atividades destinadas ao consumo interno do Grupo, e ainda à aquisição da produção de atividades económicas alinhadas pela taxonomia. A alocação dos montantes menos significativos incluídos no CapEx a atividades elegíveis foi estimada com base na elegibilidade das atividades dos respetivos segmentos operacionais.

ICD OpEx

Exercício financeiro 2024		2024		Critérios de contributo substancial						Critérios NPS ("não prejudicar significativamente") (h)									
Atividades económicas (1)	Código (a) (2)	Opex (3)	Proporção do Opex, ano N (4)	Mitigação das alterações climáticas (5)	Adaptação às alterações climáticas (6)	Água (7)	Poluição (8)	Economia circular (9)	Biodiversidade (10)	Mitigação das alterações climáticas (11)	Adaptação às alterações climáticas (12)	Água (13)	Poluição (14)	Economia circular (15)	Biodiversidade (16)	Salvaguardas mínimas (17)	Proporção do Opex alinhado pela taxonomia (A.2), ano 2023 (18)	Categoria – atividade capacitante (19)	Categoria – atividade de transição (20)
Texto		*€*	*%*	*S; N; N/EL (b) e (c)*	*S; N; N/EL (b) e (c)*	*S; N; N/EL (b) e (c)*	*S; N; N/EL (b) e (c)*	*S; N; N/EL (b) e (c)*	*S; N; N/EL (b) e (c)*	*S/N*	*S/N*	*S/N*	*S/N*	*S/N*	*S/N*	*S/N*	*%*	*C*	*T*
A. ATIVIDADES ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA																			
A.1. Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia)																			
Infraestruturas de transporte ferroviário	MAC 6.14	1.308	3%	32%	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	13%	C	
Instalação, manutenção e reparação de equipamentos dotados de eficiência energética	MAC 7.3	0	0%	100%	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	1%	C	
Opex das atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia) (A.1)		1.308	3%		0%	0%	0%	0%	0%	S	S	S	S	S	S	S	14%		
Das quais, capacitantes		1.308	3%		0%	0%	0%	0%	0%	S	S	S	S	S	S	S	14%	C	
Das quais, de transição		-	0%							S	S	S	S	S	S	S	0%		T
A.2. Atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia) (g)																			
Construção, ampliação e exploração de sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água	MAC 5.1	0	0%	100%	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								2%		

Renovação de sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água	MAC 5.2 / RHM 2.1	41	0%	100%	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								2%		
Infraestruturas de transporte ferroviário	MAC 6.14	2.835	8%	68%	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%		
Infraestruturas para transporte rodoviário e transporte público	AAC 6.15	54	0%	N/EL	100%	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%		
Construção de edifícios novos	MAC 7.1 / EC 3.1	1.332	4%	100%	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								3%		
Renovação de edifícios existentes	MAC 7.2 / EC 3.2	896	2%	100%	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								1%		
Ensino	AAC 11	152	0%	N/EL	100%	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%		
Infraestruturas de prevenção e proteção contra os riscos de inundações	AAC 14.2	6.351	17%	N/EL	100%	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								12%		
Manutenção de estradas e autoestradas	EC 3.4	353	1%	N/EL	N/EL	N/EL	100%	N/EL	N/EL								2%		
Utilização de betão na engenharia civil	EC 3.5	1.657	4%	N/EL	N/EL	N/EL	100%	N/EL	N/EL								2%		
Opex das atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia) (A.2)		13.671	36%														26%		
A. Opex das atividades elegíveis para taxonomia (A.1+A.2)		14.979	39%														40%		
B. ATIVIDADES NÃO ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA																			
Opex das atividades não elegíveis para taxonomia (B)		22.564	61%																
Total (A + B)		37.543	100 %																

O ICD OpEx (despesas operacionais) é definido como o OpEx alinhado com a taxonomia (numerador) dividido pelo OpEx total (denominador). Nos termos do Ato Delegado do Artigo 8.º da Taxonomia, o OpEx total consiste nos custos diretos não capitalizados durante o ano relacionados com a investigação e desenvolvimento, as medidas de renovação de edifícios, as locações de curto prazo, a manutenção e a reparação, e outras despesas diretas relacionadas com a manutenção diária dos ativos fixos tangíveis necessárias para assegurar o seu funcionamento.

O numerador corresponde à parte das despesas operacionais incluída no denominador que:

a. esteja relacionada com ativos ou processos associados a atividades económicas alinhadas com a taxonomia, incluindo necessidades de formação e outras necessidades de adaptação dos recursos humanos;

b. seja parte de um plano para expandir as atividades económicas alinhadas com a taxonomia ou para permitir que as atividades económicas elegíveis para a taxonomia se tornem alinhadas pela taxonomia; ou

c. esteja relacionada com a aquisição da produção de atividades económicas alinhadas pela taxonomia e com medidas individuais que capacitem a transformação das atividades em causa em atividades hipocarbónicas ou que permitam reduções das emissões de gases com efeito de estufa, desde que essas medidas sejam aplicadas e estejam operacionais no prazo de 18 meses.

Em 2024, o ICD OpEx inclui 26.149 milhares de Euros de gastos com rendas e alugueres e 11.394 milhares de Euros em gastos de conservação e reparação reconhecidos de acordo com as políticas contabilísticas detalhadas nas Nota 2.5 e 2.6 anexas às demonstrações financeiras consolidadas, respetivamente. Os montantes acima estão incluídos na demonstração consolidada dos resultados nas rubricas "Fornecimentos e serviços externos".

Em 2024, o numerador corresponde à parte do denominador associado às atividades económicas alinhadas com a taxonomia, incluindo as atividades destinadas ao consumo interno do Grupo, e ainda à aquisição da produção de atividades económicas alinhadas com a taxonomia.

Modelos normalizados para a divulgação de acordo com o Regulamento Delegado 2022/1214

De acordo com o Ato Delegado Artigo 8º, as entidades não financeiras devem reportar os modelos de tabelas associados a atividades relacionadas com energia nuclear e gás natural fóssil. O Grupo Teixeira Duarte não desenvolve atividades relacionadas com estes dois setores e, nesse sentido, publica apenas o Modelo 1 do conjunto de tabelas aplicáveis.

Linha	Atividades relacionadas com a energia nuclear	
1.	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante atividades de investigação, desenvolvimento, demonstração e implantação de instalações inovadoras de produção de eletricidade que produzem energia a partir de processos nucleares com um mínimo de resíduos do ciclo do combustível.	Não
2.	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante a construção e o funcionamento seguro de novas instalações nucleares destinadas a produzir eletricidade ou calor industrial, incluindo para fins de aquecimento urbano ou processos industriais, como a produção de hidrogénio, bem como para a melhoria da sua segurança, utilizando as melhores tecnologias disponíveis.	Não
3.	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante o funcionamento seguro de instalações nucleares existentes que produzem eletricidade ou calor industrial, incluindo para fins de aquecimento urbano ou processos industriais, como a produção de hidrogénio a partir de energia nuclear, bem como a melhoria da sua segurança.	Não
	Atividades relacionadas com o gás fóssil	
4.	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante a construção ou exploração de instalações de produção de eletricidade que produzem eletricidade a partir de combustíveis fósseis gasosos.	Não
5.	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante a construção, renovação ou exploração de instalações de produção combinada de calor/frio e eletricidade que utilizam combustíveis fósseis gasosos.	Não
6.	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante a construção, renovação ou exploração de instalações de produção de calor que produzem calor/frio a partir de combustíveis fósseis gasosos.	Não

Conclusão

A implementação do Regulamento da Taxonomia representa um grande desafio de reporte para as empresas, sobretudo ao nível da recolha de dados e aplicação dos critérios técnicos de alinhamento e das salvaguardas mínimas sociais.

Durante o ano de 2024, o Grupo Teixeira Duarte continuou a robustecer processos, implementando um sistema de questionários online para análise de alinhamento das atividades, processo que pretende alargar ao longo dos próximos anos e aplicando análises de riscos físicos climáticos a mais atividades.

Durante o ano de 2025, o Grupo Teixeira Duarte irá continuar a implementar medidas de melhoria contínua ao nível dos sistemas de gestão de informação de taxonomia, assim como para obter um maior nível de alinhamento técnico das atividades. Ao mesmo tempo serão acompanhados os desenvolvimentos na aplicação do Regulamento sobre as atuais e futuras atividades elegíveis e na articulação da taxonomia ambiental com as diretivas corporativas de sustentabilidade (CSRD – Diretiva de Reporte de Sustentabilidade Corporativo e CS3D – Diretiva relativa ao Dever de Diligência em matéria de sustentabilidade).

ESRS E1 ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

ESRS E1-1 Plano de transição para a mitigação das alterações climáticas

O Grupo Teixeira Duarte está ciente dos riscos associados às alterações climáticas e do papel das empresas na transição para uma economia sustentável e na limitação do aquecimento global a 1,5 °C, em consonância com o Acordo de Paris e com o objetivo europeu de alcançar a neutralidade climática até 2050.

Tendo em conta a diversidade de setores e as características heterogéneas das muitas geografias onde opera, a Teixeira Duarte prevê realizar, durante o ano de 2025, um diagnóstico, junto das suas empresas, para compreender os seus esforços de mitigação passados, atuais e futuros, ponderando-se de seguida a definição de um plano de transição para mitigação das alterações climáticas.

ESRS 2 SBM-3 Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócios

Da análise à materialidade dos impactos, riscos e oportunidades (IROs) conduzida pelo Grupo, foram identificados como materiais 13 IROs associados às Alterações Climáticas. A incorporação dos mesmos na estratégia e no modelo de negócios do Grupo, assim como a definição de planos de ação, políticas, métricas e objetivos para abordá-los, deverá ser organizada, integrada e sistematizada num horizonte temporal que se prevê inferior a 3 anos.

Impactos, riscos e oportunidades considerados materiais:

Adaptação às Alterações Climáticas

Os impactos das alterações climáticas, como eventos climáticos extremos e alterações nos padrões climáticos (riscos de inundação, escassez de água, tempestades, degradação do solo), podem impactar negativamente as áreas onde as construtoras e empresas de promoção imobiliária desenvolvem as suas operações, levando a potenciais riscos financeiros e redução de oportunidades de crescimento. Uma avaliação ineficaz dos impactos ambientais antes da construção pode conduzir a problemas imprevistos que podem levar a um aumento das despesas operacionais e dos custos de capital, resultando potencialmente num impacto financeiro negativo na empresa.	Tipo	Risco
	Setor	Imobiliário
	Cadeia de valor	Montante e Operações próprias
	Real | Potencial	Potencial; Curto Prazo - Ano de reporte

Mitigação das Alterações Climáticas

Ao adquirir materiais e matérias-primas de fornecedores, que emitem grandes quantidades de GEE, a empresa contribui indiretamente para o agravamento das alterações climáticas, aumentando a sua pegada de carbono.	Tipo	Impacto negativo
	Setor	Construção, *Facilities Management* e Hotelaria
	Cadeia de valor	Montante
	Real | Potencial	Real
Grandes volumes de emissões de gases com efeito de estufa são gerados na cadeia de valor do setor da construção, nomeadamente na produção de aço e cimento (a montante) e na exploração de edifícios (jusante).	Tipo	Impacto negativo
	Setor	Construção
	Cadeia de valor	Montante e Jusante
	Real | Potencial	Real
As operações da empresa, como a manutenção de instalações e equipamentos (AVAC, centrais térmicas, etc.), podem gerar emissões significativas de gases com efeito de estufa (GEE). A utilização de combustíveis fósseis para energia e transporte contribui diretamente para o aquecimento global. Também a falta de eficiência energética nas operações pode resultar num consumo excessivo de energia, aumentando as emissões de GEE. Isso inclui sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC) que não são otimizados para eficiência.	Tipo	Impacto negativo
	Setor	*Facilities Management*
	Cadeia de valor	Operações próprias
	Real | Potencial	Real

O consumo de combustível na frota de veículos próprios contribui para as alterações climáticas e, consequentemente para a poluição do ar, que afeta negativamente a saúde pública global.	Tipo	Impacto negativo
	Setor	Distribuição
	Cadeia de valor	Operações próprias
	Real | Potencial	Real
A utilização de eletricidade e de combustíveis fósseis para a produção, manutenção e uso dos automóveis conduz a emissões diretas e indiretas de gases com efeito de estufa, contribuindo para as alterações climáticas e para a redução da qualidade do ar, o que tem um impacto negativo no ambiente.	Tipo	Impacto negativo
	Setor	Automóvel
	Cadeia de valor	Montante, operações próprias e jusante
	Real | Potencial	Real
O rápido crescimento da procura de edifícios e infraestruturas resilientes, e a capacidade de estar em posição de fornecer essa solução constitui uma ampla variedade de oportunidades de crescimento para a empresa.	Tipo	Oportunidade
	Setor	Construção
	Cadeia de valor	Jusante
	Real | Potencial	Potencial; Médio Prazo - Entre o ano de reporte e até 5 anos

Energia

O consumo de energia nos edifícios pode ter um impacto externo negativo no meio ambiente, na sociedade e nas partes interessadas devido ao facto da indústria de construção utilizar práticas de design e materiais não sustentáveis.	Tipo	Impacto negativo
	Setor	Construção
	Cadeia de valor	Operações próprias e Jusante
	Real | Potencial	Real
A produção de materiais de construção é uma atividade intensiva em termos energéticos, e gera emissões substanciais de carbono, contribuindo para as alterações climáticas.	Tipo	Impacto negativo
	Setor	Construção
	Cadeia de valor	Montante
	Real | Potencial	Real
A manutenção técnica de edifícios envolve frequentemente o uso de energia para a iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado, o que contribui para o aumento de emissões de gases com efeito de estufa.	Tipo	Impacto negativo
	Setor	*Facilities Management*
	Cadeia de valor	Operações próprias
	Real | Potencial	Real
As operações de utilização intensiva de energia nas instalações de retalho e distribuição de produtos alimentares, como a refrigeração, o aquecimento, a ventilação e o ar condicionado (AVAC) e a iluminação, podem ter impactos externos negativo nas alterações climáticas e na saúde pública global.	Tipo	Impacto negativo
	Setor	Distribuição
	Cadeia de valor	Operações próprias

	Real | Potencial	Real
A produção de matérias-primas, como aço e betão, requer grandes quantidades de energia. Se os custos de energia aumentarem, pode elevar os preços das matérias-primas, impactando os custos de produção da empresa. A construção de infraestruturas é também um processo intensivo em energia, e aumentos nos preços da energia podem resultar em custos operacionais mais altos, reduzindo a margem de lucro da empresa.	Tipo	Risco
	Setor	Construção
	Cadeia de valor	Operações próprias
	Real | Potencial	Potencial; Médio Prazo - Entre o ano de reporte e até 5 anos

ESRS 2 IRO-1 Descrição dos processos para identificar e avaliar os impactos, os riscos e as oportunidades materiais relacionados com o clima

A descrição dos processos para a identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais relacionados com o clima pode ser consultada em ESRS 2 IRO-1, no capítulo das Divulgações Gerais.

No setor da Construção, que constitui mais de metade da atividade do Grupo Teixeira Duarte, as empresas do Grupo são contratadas por outras entidades para intervir, maioritariamente, a jusante das fases de projeto e a montante das fases de exploração. Deste modo, a avaliação dos riscos físicos climáticos e respetivas adaptações dos projetos não estão sob responsabilidade das empresas de construção, mas sim dos Donos de Obra.

Na área de *Facilities Management* foi realizada em 2024 uma análise de riscos físicos climáticos relativamente a um conjunto de localizações geográficas onde a TDGI opera em Portugal. O processo de identificação de riscos e oportunidades incluiu 3 etapas subsequentes:

i. Identificação de riscos climáticos relevantes tendo por base a secção II do Apêndice A do Regulamento da Taxonomia: foram identificados os principais riscos climáticos físicos que possam afetar o desempenho da atividade económica durante o seu período de vida esperado que, nas atividades mencionadas, é inferior a dez anos;
ii. Avaliação da vulnerabilidade: para as atividades que apresentam um ou mais riscos físicos associados ao clima, foi realizada uma avaliação da vulnerabilidade para determinar o impacto dos respetivos riscos;
iii. Avaliação de soluções de adaptação de forma a reduzir o impacto dos riscos físicos associados ao clima, procedendo-se a uma avaliação para determinar que soluções físicas e não físicas são integradas para minimizar esses riscos.

No setor da Imobiliária, os projetos são desenvolvidos por gabinetes especializados, normalmente externos, que integram nas suas propostas soluções de adaptação dos edifícios tendo em conta as respetivas localizações, para além dos padrões de desempenho energético requeridos pela legislação, nomeadamente em Portugal, que preveem mitigar impactos em fase de utilização dos ativos.

Nas restantes atividades do Grupo, desenvolvidas essencialmente em mercados fora da EEE, os impactos, os riscos e as oportunidades materiais relacionados com o clima são de mais difícil gestão, dado que são países muito dependentes dos combustíveis fosseis que ainda não investem em infraestruturas nem tecnologias que ajudem as empresas a operar mitigando os seus impactos no clima.

ESRS E1-2 Políticas relacionadas com a mitigação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas

As empresas controladas do Grupo Teixeira Duarte possuem **Políticas de Gestão** próprias, nas quais a gestão dos aspetos e impactos ambientais para alcançar zero danos ao ambiente é uma das premissas fundamentais. As empresas da Construção e *Facilities Management* do Grupo Teixeira Duarte, em particular, estruturam esta gestão de acordo com a norma internacional ISO 14001, o que permite identificar, avaliar e gerir os seus impactos ambientais, incluindo as emissões de gases de efeito estufa.

Em 2024, IAF/ISO adicionou, através de Emenda, novos pontos à Estrutura Harmonizada dos sistemas de gestão existentes, passando as organizações a ter de determinar se as alterações climáticas são uma questão relevante para o seu propósito, se afetam a sua capacidade de atingir os resultados pretendidos e se as partes interessadas relevantes podem ter requisitos relacionados com as alterações climáticas.

A Emenda pretende garantir que as questões que derivam das alterações climáticas são consideradas pela organização no contexto da efetividade do sistema de gestão.

As empresas do Grupo Teixeira Duarte que, em 2024, mantiveram os sistemas de gestão ambiental certificados em funcionamento de acordo com este referencial são:

- **Construção**: Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. (Portugal e Brasil), EPOS (Portugal), Somafel (Portugal) e EMPA (Brasil);
- **Concessões e Serviços**: TDGI (Portugal e Espanha).

A Teixeira Duarte está ciente que a gestão responsável de impactos, riscos e oportunidades não se limita às suas próprias operações, pelo que exige que os seus fornecedores e clientes ajam em conformidade com as normas e boas práticas e incentiva-os a adotar sistemas de gestão compatíveis com as suas atividades, com o objetivo de promover o respeito pelo meio ambiente ao longo da cadeia de valor.

Os requisitos de sustentabilidade para fornecedores incluem a gestão ambiental de forma a que cada fornecedor, assim como os seus subfornecedores, assegurem o cumprimento da legislação e normas aplicáveis em matérias de ambiente, das certificações ambientais adequadas às suas atividades, assim como dos requisitos de gestão ambiental das empresas do Grupo quando atuem nas suas instalações ou em representação das mesmas. As empresas do Grupo – compradoras - reservam-se o direito de confirmar o cumprimento destes requisitos em qualquer altura, pelos meios que considerarem adequados, incluindo por via de auditorias a realizar nas instalações do fornecedor.

A Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., adicionalmente, tem uma **Política de Compras** que estabelece todos os princípios de atuação exigidos aos fornecedores ao nível da gestão ambiental, entre outros aspetos relacionados com a sustentabilidade das operações.

Os responsáveis pela execução destas políticas são as áreas de Sistemas de Gestão e de Aprovisionamentos das empresas, sob supervisão dos membros do Conselho de Administração dos respetivos pelouros.

ESRS E1-3 Ações e recursos relacionados com as políticas em matéria de alterações climáticas

As medidas e planos de ação do Grupo Teixeira Duarte pretendem ir ao encontro dos objetivos de redução do impacto da sua atividade em matéria de emissões das suas operações próprias, associados ao aumento da eficiência operacional.



Inauguração da Unidade de Produção de Autoconsumo no Polo Operacional do Montijo (junho 2024) – Portugal

Destaca-se em 2024, a instalação de uma Unidade de Produção de Autoconsumo (UPAC) de energia solar no Polo Operacional do setor da Construção Grupo Teixeira Duarte em Portugal, permitindo evitar a emissão de 823 toneladas de CO_2 por ano e garantir o consumo de eletricidade a partir de fontes renováveis. A nova UPAC resulta de uma parceria estabelecida com a Greenvolt, que permite, através da partilha das mais-valias obtidas com a energia aí gerada, que a Teixeira Duarte beneficie das vantagens da energia solar neste estabelecimento sem necessidade de investimento, alavancando assim a descarbonização desta operação, do próprio Município do Montijo e contribuindo para os objetivos do Plano Nacional de Energia e Clima 2021-2030.

Merecem também referência as atividades desenvolvidas em 2024 no âmbito do primeiro ano de atividade do projeto GreeNexUS, que a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. integra, em consórcio, no âmbito do programa Marie Skłodowska-Curie Actions, a principal referência da União Europeia para doutoramentos e pós-doutoramentos, assumindo a liderança no tema "Green-BIM".

Este consórcio, apoiado pelo programa "Horizonte Europa", reúne 20 instituições de nove países europeus, que colaboram no desenvolvimento de 10 temas estratégicos para tornar as cidades europeias mais sustentáveis, saudáveis e seguras.

Lançado em fevereiro de 2023 e com conclusão em dezembro de 2026, este programa colaborativo tem como objetivos:

1) Criar um "framework" para promover edifícios verdes como impulsionadores da melhoria da qualidade urbana e saúde ambiental em futuras sociedades de baixo carbono;

2) Estabelecer um fluxo de trabalho em BIM ("Building Information Modelling") para projetar edifícios verdes de alto desempenho;

3) Definir diretrizes para novos requisitos profissionais e plataformas futuras para aceleração do desenvolvimento do BIM.

Na área da Construção, devido ao prazo de execução e/ou à localização, as obras podem estar condicionadas ao nível das fontes de energia e respetivos fornecedores. Não obstante, existem boas práticas essenciais que são adotadas nas obras executadas para a gestão eficiente de energia:

- Boas práticas gerais para o consumo de energia nas instalações sob a sua responsabilidade, devendo essas boas práticas estar expostas para leitura dos trabalhadores, ou seja, no acolhimento à obra, realização de ações de sensibilização e formação das boas práticas ambientais e colocação de avisos para poupança de energia;
- Manutenção dos equipamentos consumidores de energia;
- Rede elétrica em alternativa a geradores móveis, sempre que possível e aplicável;

Na área de *Facilities Management*, a TDGI incorpora na sua atividade serviços técnicos de instalação e manutenção de fontes de energia renováveis, segmento de negócio que tem registado um crescimento ao nível da procura. Adicionalmente, a TDGI presta outros serviços, tais como:

- Instalação de iluminação por LED, incluindo substituição integral de sistemas;
- Instalação de sistemas de limpeza automática dos condensadores do *chillers*;
- Substituição de antigos equipamentos de ar condicionado por equipamentos mais recentes com menos emissões de GEE;

Por outro lado, a área Imobiliária está comprometida com a adoção de métodos construtivos sustentáveis, explorando a pré-fabricação e adotando materiais com menor pegada carbónica, com o objetivo de reduzir o desperdício de materiais e as quantidades de carbono incorporado nos edifícios, ao mesmo tempo que reduz a pegada de carbono das suas atividades. Atualmente, a Imobiliária foca-se na exploração de áreas como: estrutura de betão armado, novos sistemas de AVAC e eficiência na utilização de betonilhas.

Em 2024, a Imobiliária desenvolveu uma nova solução de AVAC para implementação nos empreendimentos desenvolvidos que visa diminuir o número de máquinas de climatização interiores, ficando estas máquinas concentradas numa máquina interior centralizada, o que permite uma poupança de energia na ordem dos 20%.

ESRS E1-4 Metas relacionadas com a atenuação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas

O Grupo Teixeira Duarte não estabeleceu ainda metas de redução das emissões de GEE, devido ao estado de maturidade da informação que possibilita o cálculo da pegada de carbono. Com efeito, o primeiro exercício ao nível de Grupo foi realizado em 2024. Durante 2025, o Grupo irá aprofundar o diagnóstico destes resultados, processo após o qual prevê ser possível estabelecer metas adequadas e exequíveis tendo em conta as características das atividades e mercados onde as empresas controladas operam.

ESRS E1-5 Consumo energético e combinação de energia

O Grupo Teixeira Duarte tem como preocupação a minimização do seu impacto ambiental, pretendendo abranger não só as suas operações internas como a sua cadeia de valor. Com o presente exercício, o Grupo irá analisar os seus consumos energéticos e, conforme mencionado em ESRS E1-4, amadurecer a sua posição quanto à pegada de carbono, a fim de implementar medidas e iniciativas que visem reduzi-la.

O consumo energético do Grupo está dividido em setores de baixo e de alto impacto climático. Setores como a Imobiliária e Hotelaria são considerados de baixo impacto (de acordo com o Regulamento Delegado (UE) 2022/1288), enquanto a Construção, Concessões e Serviços, Distribuição e Automóvel são setores de alto impacto. Foram consideradas para o cálculo de consumo energético 130 empresas distribuídas pelos diferentes setores.

Para a estimativa dos consumos de energia, foram selecionadas as dez empresas do Grupo com maior representatividade de cada setor. Os consumos das restantes 120 empresas foram calculados através de uma extrapolação com base no volume de negócios de cada empresa. A partir dos consumos reais, referentes às dez empresas selecionadas, foi definido um indicador de energia por volume de negócios (MWh/€) para cada setor. Com base neste indicador, estimaram-se os consumos das restantes empresas pertencentes a esse mesmo setor.

Ao analisar as tabelas abaixo, verifica-se que, tanto para os setores de baixo como de alto impacto, o consumo de energia para 2024 (61.723 MWh e 148.328 MWh, respetivamente) é inteiramente de origem fóssil. Para os setores de elevado impacto, o consumo

energético fóssil traduz-se em produtos petrolíferos de fontes fixas e móveis, e na eletricidade adquirida. A eletricidade comprada ou adquirida foi assumida como proveniente de fontes fósseis pela ausência de garantias de origem.

O setor de baixo impacto climático com maior consumo energético é a Imobiliária, resultante dos consumos de combustível na frota (fontes móveis), nas fontes fixas e do consumo de eletricidade de 16 empresas do setor, 14 das mesmas com contribuição resultante de extrapolações a partir dos consumos reais das duas empresas mais representativas do setor (Teixeira Duarte – Gestão Participação e Investimento Imobiliário, S.A. e Teixeira Duarte – Engenharia e Construções (Angola), Lda.). A Hotelaria cinge-se ao consumo da frota de uma das empresas do setor (Lagoas Hotel, S.A.), que serviu de base para a extrapolação dos consumos das restantes dez.

Consumo total de energia - Atividades em setores de baixo impacto climático

MWh	Imobiliária	Hotelaria	2024
Consumo de energia fóssil	61.612	111	61.723
Consumo de energia nuclear	-	-	-
Consumo de energia renovável	-	-	-
Combustíveis de fontes renováveis	-	-	-
Eletricidade, calor, vapor e arrefecimento comprados ou adquiridos provenientes de fontes renováveis	-	-	-
Energia renovável gerada pela organização	-	-	-
Consumo total de energia de atividades em setores de baixo impacto climático	61.612	111	61.723

O setor de elevado impacto climático com maior consumo energético é a Distribuição, resultante dos consumos de combustíveis de quatro empresas do setor, uma delas com contribuição resultante de extrapolações a partir dos consumos reais das empresas mais representativas (DCG – Distribuição e Comércio Geral (SU), Lda. e CND – Companhia Nacional de Distribuição (SU), Lda.). Seguem-se os setores da Construção, Concessões e Serviços e Automóvel.

Consumo total de energia - Atividades em setores de elevado impacto climático

MWh	Construção	Concessões e Serviços	Distribuição	Automóvel	2024
Consumo de energia fóssil	20.095	2.003	29.797	1.358	53.252
Carvão e produtos do carvão	-	-	-	-	-
Petróleo bruto e produtos petrolíferos	17.576	2.003	8.438	1.095	29.112
Gás natural	-	-	-	-	-
Outras fontes fósseis	-	-	-	-	-
Eletricidade, calor, vapor e arrefecimento comprados ou adquiridos, provenientes de fontes fósseis	2.519	-	21.359	263	24.141
Consumo de energia nuclear	-	-	-	-	-
Consumo de energia renovável	-	-	-	-	-
Consumo total de energia de atividades em setores de elevado impacto climático	20.095	2.003	29.797	1.358	53.252
Percentagem de fontes fósseis no consumo total de energia (%)	100%	100%	100%	100%	100%

No total, o consumo de energia do Grupo é de 114.975 MWh. O consumo total de energia está relacionado com as atividades possuídas ou controladas pelo Grupo, respeitando os mesmos limites organizacionais utilizados no cálculo das emissões dos âmbitos 1 e 2 (mais informações em E1-6 - Emissões brutas de GEE dos âmbitos 1, 2, 3 e emissões totais de GEE).

Intensidade energética com base nas receitas líquidas

Intensidade energética	2024
Consumo total de energia proveniente de atividades em setores de elevado impacto climático (MWh)	53.252
Receitas líquidas provenientes de atividades em setores de elevado impacto climático (milhões €)	644
Intensidade energética de atividades em setores de elevado impacto climático (MWh/milhões €)*	83
Receitas líquidas (outras) (milhões €)	140
Total das receitas líquidas (demonstrações financeiras) (milhões €)	784

** Consumo total de energia proveniente de atividades em setores de elevado impacto climático por receita líquida de atividades em setores com elevado impacto climático (MWh/unidade monetária)*

ESRS E1-6 Emissões brutas de GEE de âmbito 1, 2, 3 e emissões totais de GEE

As emissões de GEE foram calculadas para cada um dos setores, seguindo a metodologia do GHG Protocol e considerando as entidades sob controlo operacional, mantendo o âmbito das demonstrações financeiras. A empresa pretende fortalecer a sua metodologia de cálculo da pegada de carbono, visando um melhor alinhamento do reporte com os requisitos de reporte ESRS nos próximos anos.

Total de emissões dos âmbitos 1 e 2 em 2024 (tCO2e e %)



As emissões de âmbito 1 estão relacionadas com as emissões diretas provenientes do uso de combustíveis, tanto em fontes estacionárias como móveis. O consumo em fontes estacionárias é apenas devido aos setores da Construção e Distribuição, enquanto nas fontes móveis todos os setores apresentam consumos. No total, o valor das emissões de âmbito 1 do Grupo em 2024 correspondem a 8.005 tCO2e.

Âmbito 1 (tCO_2e)	Construção	Concessões e Serviços	Imobiliária	Hotelaria	Distribuição	Automóvel	2024
Emissões da combustão estacionária	-	-	538	-	2.011	265	2.814
Emissões da combustão móvel	4.429	220	295	28	214	6	5.192
Emissões brutas de GEE de âmbito 1	4.429	220	832	28	2.225	271	8.005

Ao nível do âmbito 2 são os setores da Construção, Imobiliária, Distribuição e Automóvel que contribuem para as emissões. Em 2024, a Distribuição detém cerca de 70% dos consumos de eletricidade do Grupo. As emissões de âmbito 2 do Grupo correspondem a 15.552 tCO2e em 2024.

Âmbito 2 (tCO2e)	Construção	Concessões e Serviços	Imobiliária	Hotelaria	Distribuição	Automóvel	2024
Emissões brutas de GEE de âmbito 2 market-based	267	-	10.896	-	4.336	53	15.552
Emissões brutas de GEE de âmbito 2 location-based	119	-	10.749	-	4.336	53	15.257

Relativamente às emissões do âmbito 3, o Grupo calculou a pegada de cada setor em 14 categorias (categoria Franchises não se aplica às atividades do Grupo), de acordo com a metodologia do GHG Protocol. As categorias que mais contribuem para estas emissões indiretas é a "Compra de bens e serviços" (cerca de 63% do total) e "Uso de produtos vendidos" (cerca de 14% do total). As emissões de âmbito 3 do Grupo correspondem a 293.192 tCO2e em 2024.

Âmbito 3 (tCO2e)	Construção	Concessões e Serviços	Imobiliária	Hotelaria	Distribuição	Automóvel	Não afetos a segmentos	2024
1) Compra de bens e serviços	159.531	7.389	1.908	3.075	8.814	4.932		185.648
2) Bens de capital	3.881	108	314	226	1.735	3.437		9.701
3) Atividades relacionadas com o combustível e energia (não incluídas nos Âmbitos 1 e 2)	1.216	406	9.049	7	4.036	113		14.828
4) Transporte e distribuição a montante	1.871	121	-	13	593	1.370		3.969
5) Resíduos	87	0	-	12	592	77		767
6) Viagens de negócios	6.300	-	912	72	776	738		8.798
7) Deslocações pendulares	10.113	2.342	565	2.546	2.921	607	19	19.112
8) Ativos alugados a montante	-	3	-	564	-	-	56	623
9) Transporte e distribuição a jusante	2.555	-	-	-	-	-		2.555
10) Transformação de produtos vendidos	-	-	-	-	-	80		80
11) Uso de produtos vendidos	-	-	10.337	-	17.525	13.119		40.981
12) Fim de vida de produtos vendidos	-	-	146	-	1	9		156
13) Ativos alugados a jusante	-	-	4.905	-	100	-		5.005
15) Investimentos	-	-	-	-	-	-	969	969
Emissões brutas de GEE de âmbito 3	185.554	10.370	28.136	6.515	37.092	24.482	1.044	293.192

O total das emissões do Grupo Teixeira Duarte resulta da soma das emissões setoriais, acrescidas das emissões associadas às deslocações pendulares da Holding "Teixeira Duarte, S.A.", das emissões de ativos alugados não afetos a setores (consolidado de várias empresas) e das emissões da categoria 15 que não foram atribuídas a nenhum setor específico. No caso da Holding, apenas foram consideradas as emissões resultantes das deslocações pendulares.

As restantes metodologias e pressupostos utilizados e considerados para efeitos de recolha e consolidação da informação quantitativa são devidamente reportadas na secção Anexos - Notas Metodológicas.

Intensidade de emissões de GEE com base nas receitas líquidas

Intensidade de emissões de GEE	2024
Receitas líquidas (milhões €)	784
Intensidade de emissões location-based (tCO_2e/milhões€)	403
Intensidade de emissões market-based(tCO_2e/milhões€)	404

O cálculo da intensidade de emissões de GEE do Grupo Teixeira Duarte considera as receitas líquidas correspondentes a cada um dos setores, perfazendo um total de 434 tCO_2e/milhões € (market-based).

ESRS E1-7 Projetos de remoção de GEE e de atenuação dos GEE financiados através de créditos de carbono

O Grupo Teixeira Duarte não realizou, em 2024, projetos de remoções de GEE nem de atenuação dos GEE financiados através de créditos de carbono.

ESRS E1-8 Fixação interna do preço do carbono

O Grupo Teixeira Duarte não aplica regimes internos de fixação de preços do carbono.

ESRS E5 UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E ECONOMIA CIRCULAR

ESRS 2 IRO-1 Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais relacionados com a utilização dos recursos e com a economia circular

A descrição dos processos para a identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais relacionados com o clima pode ser consultada em ESRS 2 IRO-1, no capítulo das Divulgações Gerais.

Da análise de dupla materialidade realizada, resultaram materiais 3 impactos negativos para o Grupo Teixeira Duarte, todos relacionados com as atividades de Construção.

Entradas de recursos, incluindo a utilização de recursos

A construção de edifícios e grandes projetos de infraestruturas consomem grandes quantidades de recursos naturais, como produtos de ferro e aço, cimento, betão, tijolos, painéis de parede, vidro, isolamento, luminárias, portas e armários, resultando no potencial esgotamento desses recursos e à degradação dos ecossistemas.	Tipo	Impacto negativo
	Setor	Construção
	Cadeia de valor	Operações próprias
	Real | Potencial	Real

Saídas de recursos relacionadas com produtos e serviços

Os projetos de construção podem não ser elaborados tendo em consideração os princípios da economia circular, ao não serem utilizados materiais reciclados, como plásticos reciclados e metais recuperados, o que pode pressupõe o contínuo uso de novas matérias-primas, resultando no potencial esgotamento desses recursos e à degradação dos ecossistemas.	Tipo	Impacto negativo
	Setor	Construção
	Cadeia de valor	Operações próprias
	Real | Potencial	Potencial; Longo Prazo - Mais de 5 anos

Resíduos

O setor da construção é responsável por pressões ambientais consideráveis, devido à sua elevada utilização de recursos e geração de grande quantidade de resíduos. A gestão inadequada de resíduos pode causar impactos negativos no meio ambiente e na saúde humana e, em certas situações, pode estender-se além dos locais onde os resíduos são gerados e descartados.	Tipo	Impacto negativo
	Setor	Construção
	Cadeia de valor	Montante e Operações próprias
	Real | Potencial	Potencial; Curto Prazo - Ano de reporte

ESRS E5-1 Políticas relacionadas com a utilização dos recursos e a economia circular

As empresas controladas do setor da Construção possuem **Políticas de Gestão** próprias, que emanam dos instrumentos estratégicos do Grupo (Política de Conduta Empresarial, Código de Ética e Conduta, Sistema de *Compliance*), partilhando vários objetivos de atuação no contexto das suas atividades e relações comerciais. A gestão dos aspetos e impactos ambientais para alcançar zero danos ao ambiente é uma das premissas comuns a todas as áreas de negócio.

Nas questões ambientais, assim como em matéria de qualidade, ética empresarial e direitos humanos, a Teixeira Duarte está ciente que a gestão responsável de impactos, riscos e oportunidades não se limita às suas próprias operações. Desta forma, exige que os seus fornecedores e clientes ajam em conformidade com as normas e boas práticas e incentiva-os a adotar sistemas de gestão compatíveis com as suas atividades, com o objetivo de promover o respeito pelo meio ambiente ao longo da cadeia de valor.

Os requisitos de sustentabilidade para fornecedores incluem a gestão ambiental de forma a que cada fornecedor, assim como os seus subfornecedores, assegurem o cumprimento da legislação e normas aplicáveis em matérias de ambiente, das certificações ambientais adequadas às suas atividades, assim como dos requisitos de gestão ambiental das empresas do Grupo quando atuem nas suas instalações ou em representação das mesmas. As empresas do Grupo – compradoras - reservam-se o direito de confirmar o cumprimento destes requisitos em qualquer altura, pelos meios que considerarem adequados, incluindo por via de auditorias a realizar nas instalações do fornecedor.

A Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., adicionalmente, tem uma **Política de Compras** que estabelece todos os princípios de atuação exigidos aos fornecedores ao nível da gestão ambiental, entre outros aspetos relacionados com a sustentabilidade das operações. Desta forma, incentiva a adoção de soluções ao nível da cadeia de abastecimento que permitam minimizar os principais impactos ambientais e contribuir para o Desenvolvimento Sustentável, o que permitirá melhorar o desempenho ambiental dos edifícios e infraestruturas que constrói ou reabilita.

No caso particular dos subempreiteiros, a Empresa tem instituídas disposições contratuais específicas obrigatórias, para além das legais, em matéria de qualidade do ar, substâncias perigosas (químicos, óleos, tintas, solventes e outras), gestão dos resíduos produzidos, segregação, armazenamento e encaminhamento para o destino final, requisitos ao nível da água e dos solos, prevenção do ruído, entre outros, sendo estes requisitos aplicáveis às subempreitadas subsequentes, obrigando-se o Subempreiteiro ao seu cumprimento

Os responsáveis pela execução destas políticas são as áreas de Sistemas de Gestão e de Aprovisionamentos das empresas, sob supervisão dos membros do Conselho de Administração dos respetivos pelouros.

A Direção de Tecnologias de Informação é responsável pela definição da **Política de Ciclo de Vida de Computadores de Utilização Individual**, sendo os Diretores Gerais dos negócios responsáveis pela sua execução de acordo com os princípios aí estabelecidos, onde se inclui a possibilidade de prolongar a vida útil dos equipamentos informáticos findo o ciclo de utilização da empresa.

Outra política que contribui para reduzir os potenciais impactos negativos que acarreta a gestão inadequada de resíduos, é a **Política de Desenvolvimento de Competências** do Grupo Teixeira Duarte (requisito de divulgação S1-1) que, na sua componente formativa transversal, integra conteúdos formativos sobre boas práticas relativamente à segregação e armazenamento de resíduos, entre outras práticas ambientais responsáveis.

ESRS E5-2 Ações e recursos relacionados com a utilização dos recursos e a economia circular

— **Sistemas de Gestão**

As empresas do setor da Construção do Grupo Teixeira Duarte apoiam a sua gestão, há muitos anos, na norma internacional ISO 14001, uma referência que fornece às organizações uma estrutura robusta para identificar, avaliar e gerir os seus impactos ambientais, incluindo os impactos relacionados com a entrada de materiais e com os resíduos.

Esta estrutura de gestão assenta na avaliação de riscos, possibilitando a integração de práticas mais sustentáveis no coração das operações da empresa com repercussão na cadeia de valor.

— **Digitalização da Construção**

A implementação de políticas e ações de economia circular na Construção deve ser uma responsabilidade compartilhada entre todos os seus *stakeholders*. No caso dos serviços prestados pelas empresas do Grupo Teixeira Duarte, que prestam serviços a jusante da conceção do projeto e a montante da exploração de uma construção, a adoção de práticas que promovam a circularidade na execção de empreitadas incluem reutilização de materiais, a redução de resíduos e a sua adequada gestão. No caso das empreitadas com suporte em BIM, também o planeamento logístico da obra se torna mais eficiente, a estimativa de materiais mais rigorosa, evitando erros, desperdícios e reduzindo de resíduos.

Dentro do ecossistema da Teixeira Duarte, a articulação entre as áreas de promoção imobiliária, construção e *facilities management*, constitui uma oportunidade que o Grupo se encontra a desenvolver, para que, com a metodologia BIM, os projetos sejam cada vez mais desenhados em consonância com os princípios da economia circular e numa perspetiva de ciclo de vida.

Por reconhecer no BIM estas e muitas outras vantagens competitivas, esta é, atualmente, uma das áreas de maior investimento da Teixeira Duarte com um plano estratégico de desenvolvimento dentro da organização.

— **Práticas comerciais e operacionais circulares**

Os equipamentos desempenham um papel fundamental no setor da construção, sendo essenciais para a eficiência, segurança e qualidade dos projetos. Pelos investimentos avultados que máquinas de grande porte e/ou tecnicamente muito específicas requerem, as empresas do Grupo desenvolvem há muitos anos práticas circulares, com vários recursos alocados, nomeadamente oficinas e equipas de mecânica especializadas, que operam nos estaleiros centrais das empresas nos mercados ou se deslocam em caso de ser ineficiente o transporte de equipamentos entre mercados.

Algumas destas práticas são:

- Ações de retenção de valor em equipamentos específicos de geotecnia, de elevação, de obras marítimas, subterrâneas e ferroviárias, nos quais a Teixeira Duarte assegura a manutenção, reparação, recondicionamento e modernização por forma a estender ao máximo a sua durabilidade e mantê-los sempre atualizados relativamente às normas e padrões técnicos exigidos pelas regulamentações locais e internacionais de construção;
- Implementação de sistema produto-serviço, em que os equipamentos propriedade das empresas do Grupo Teixeira Duarte são alugados intraempresas e a clientes externos;
- Reutilização de têxteis industriais através de processos de tratamento/lavagem controlados e ambientalmente eficientes, assegurados por entidade externa, permitindo que os panos de limpeza usados nas oficinas sejam reutilizados várias vezes;

Relativamente ao parque de equipamentos informáticos (computadores) de utilização individual, o Grupo divulga e promove, junto dos colaboradores, a sua reutilização quando terminam o ciclo de utilização na empresa, mas ainda estão operacionais. Com efeito, é dada a oportunidade aos colaboradores de adquirirem os computadores por um valor residual, prolongando assim o tempo de vida útil dos equipamentos.

— **Resíduos**

As empresas do Grupo cumprem planos de ação que privilegiam a aplicação dos princípios da prevenção e da redução de resíduos. A hierarquia de gestão de resíduos responde à seguinte ordem de prioridades:

1. Prevenção da geração de resíduos;
2. Preparação para a reutilização;
3. Reciclagem;
4. Outros tipos de valorização;
5. Eliminação, no caso de não haver alternativa.

Na fase de construção, as empresas do Grupo exigem o cumprimento das seguintes medidas no que respeita à gestão de resíduos:

- Cumprir a legislação em vigor relativamente à gestão de resíduos, aos óleos usados, aos resíduos de construção e demolição (RCD) e ao transporte de resíduos;
- Assegurar a gestão de todo o tipo de resíduos produzidos (entulhos, lamas, pavimentos em betuminoso, óleos, lubrificantes, combustíveis, produtos químicos, resíduos sólidos e outros materiais residuais das obras), em particular no que concerne a operações de armazenagem e transporte para os destinos finais adequados de tratamento, valorização ou eliminação;
- Efetuar a gestão e o registo dos resíduos gerados nos estaleiros e frentes de obra, bem como a recolha adequada de óleos usados dos veículos e máquinas utilizados nos trabalhos;
- Efetuar a armazenagem temporária dos óleos usados em local impermeabilizado, com bacia de retenção de derrames acidentais e coberto. Separar os óleos hidráulicos e de motor usados por gestão diferenciada;
- Promover a reutilização de materiais e a incorporação de reciclados de RCD na obra;
- Promover a existência na obra de um sistema de acondicionamento adequado que permita a gestão seletiva dos RCD;
- Promover a aplicação em obra de uma metodologia de triagem de RCD ou, nos casos em que tal não seja possível, o seu encaminhamento para operador de gestão licenciado;

— **Formação e sensibilização**

As empresas do Grupo Teixeira Duarte, particularmente as do setor da Construção, desenvolvem campanhas de sensibilização em temas ambientais e formações específicas junto das suas equipas operacionais com o objetivo de alertar para a gestão correta de resíduos no contexto das tarefas de cada colaborador e garantir a utilização dos circuitos de segregação de resíduos que são disponibilizados nos estaleiros. Estas campanhas são direcionadas também para subcontratados e fornecedores.



Ação sensibilização sobre separação de resíduos (junho 2024) – Angola

E5-3 Metas relacionadas com a utilização dos recursos e a economia circular

As metas voluntárias estabelecidas pela Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. nos seus principais mercados relacionam-se com os resíduos (nível 3 da hierarquia de resíduos – reciclagem). Para a entrada e saída de recursos, as empresas de Construção do Grupo não têm estabelecidas metas. O Grupo prevê alargar o âmbito das metas – em número de empresas e temas – gradualmente durante os próximos 3 anos.

Área de impacto	Meta 2024		Real 2024
Resíduos	Percentagem de resíduos destinados a valorização por área de atuação:		
	Geotecnia e Fundações	Portugal ≥ a 90% do total	100%
		Brasil ≥ a 90% do total	Sem atividade nesta área de produção
	Edificações	Portugal ≥ a 90% do total	74%
		Brasil ≥ a 80% do total	23%
	Infraestruturas	Portugal ≥ a 90% do total	100%
		Brasil ≥ a 90% do total	0%[1]
	Metalomecânica	Portugal ≥ a 50% do total	99%
		Brasil ≥ a 50% do total	Sem atividade nesta área de produção

Cumprimento normativo	Número de coimas ambientais e/ou número de reclamações ambientais com provimento = 0	0
Economia Circular	Percentagem de computadores vendidos a colaboradores => a 60%	77%

(1) Em 2024, foi terminada uma obra de infraestruturas cujos resíduos resultavam de efluentes não sendo possível a valorização. Outras 3 obras terminadas na mesma área não reportaram.

ESRS E5-4 Entradas de recursos

O setor da Construção do Grupo utiliza diversos recursos nas suas operações, que são obtidos de fornecedores nacionais e internacionais, quer através de uma estrutura local de compras, quer através de uma logística de exportação e/ou importação. Os principais materiais incluem betão, metais (aço, alumínio), vidro, tijolo, madeira, argamassa, plásticos e produtos químicos (aditivos, tintas, impermeabilizantes, etc.). Os aprovisionamentos priorizam a otimização de recursos e a minimização de impactes ambientais, num exercício de melhoria contínua.

O peso total estimado dos produtos e materiais, técnicos e biológicos, utilizados em 2024 nas atividades de Construção foi de 734.632 toneladas.

Este valor foi estimado com base em dados primários da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., através dos quais foi possível estabelecer um valor médio de kg/€ de compras a partir da análise de 52% do valor total das compras de materiais, que foi aplicado para estimar o peso dos restantes 48% das compras. O peso total obtido para a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. foi então extrapolado para as restantes empresas do setor da Construção, considerando como "proxy" os respetivos volumes de negócios.

Importa referir que este cálculo considera apenas as compras de materiais, não incluindo os materiais incorporados nas obras através de subcontratos, sobre os quais não existem dados disponíveis.

Relativamente aos equipamentos adquiridos para o desenvolvimento das atividades de Construção em 2024, destacam-se os equipamentos específicos de geotecnia, de movimentação de terras e de cofragem.

As empresas do setor da Construção ainda não recolhem de forma sistematizada informações sobre a utilização de materiais biológicos certificados ou sobre a aplicação do princípio da utilização em cascata, prevendo-se o desenvolvimento desta informação durante o triénio 2025-2027.

No que toca à utilização de componentes reutilizados ou reciclados nas construções que as empresas do Grupo executam, refira-se mais uma vez a dificuldade no apuramento desta informação, dado que são definições feitas em sede de conceção de projeto, a cargo na maioria das vezes do Dono de Obra.

Relativamente às obras públicas, o Decreto-Lei 102-D/2020 de 10 de dezembro veio exigir a utilização de pelo menos 10% de materiais reciclados ou com incorporação de reciclados nas construções, sendo da responsabilidade das empresas de Construção a seleção e aquisição destes materiais. Salienta-se, a este propósito, a utilidade das Declarações Ambientais de Produtos (DAP).

ESRS E5-5 Saídas de recursos

— **Produtos e materiais**

Os processos de produção da empresa resultam essencialmente em edifícios e em infraestruturas, não sendo aplicável o reporte acerca de produtos e materiais.

— **Resíduos**

A empresa gera diversos fluxos de resíduos associados às suas atividades de demolição, preparação de terreno e construção. Entre os principais resíduos encontram-se betão, tijolos, ladrilhos, telhas, materiais cerâmicos, solos e rochas, madeira, metais ferrosos e não ferrosos, misturas betuminosas, gesso e materiais de isolamento. No que se refere a resíduos perigosos, incluem-se embalagens contaminadas, absorventes contaminados, óleos de motores e lubrificantes, tintas e vernizes com solventes e acumuladores de chumbo.

A gestão de resíduos na fase de construção segue práticas alinhadas com a legislação vigente, incluindo o registo, acondicionamento adequado e encaminhamento para destinos licenciados. Para além disso, estão definidas boas práticas na gestão de resíduos, como a

promoção da separação seletiva na origem e o correto acondicionamento e identificação, de acordo com a Lista Europeia de Resíduos. As operações de transporte e eliminação são realizadas de forma responsável e de acordo com a legislação em vigor, garantindo a minimização de impactos ambientais.

Mais detalhes sobre as práticas de gestão de resíduos foram apresentados no requisito de divulgação E5-2.

Entre os principais resíduos encontram-se betão, tijolos, ladrilhos, telhas, materiais cerâmicos, solos e rochas, madeira, metais ferrosos e não ferrosos, misturas betuminosas, gesso e materiais de isolamento. No que se refere a resíduos perigosos, incluem-se embalagens contaminadas, absorventes contaminados, óleos de motores e lubrificantes, tintas e vernizes com solventes e acumuladores de chumbo.

A repartição dos resíduos pelos tipos de operações de recuperação (preparação para reutilização, reciclagem, outras operações de recuperação), bem como pelos tipos de operações de eliminação (incineração, aterro, outras operações) e o total e percentagem de resíduos não reciclados, são estimados na tabela infra.

Informações sobre a quantidade total de resíduos - estimativa 2024

Estimativa de resíduos produzidos (setor Construção)	Não Perigoso		Perigoso		Total	
	Valores absolutos (ton)	Percentagem	Valores absolutos (ton)	Percentagem	Valores absolutos (ton)	Percentagem
Desviado de Eliminação	**50.170**	**99,59%**	**143**	**0,28%**	**50.312**	**99,87%**
Outras operações de recuperação	28.751	57,07%	115	0,23%	28.866	57,30%
Preparação para reutilização	17.090	33,92%	28	0,05%	17.117	33,98%
Reciclagem	4.329	8,59%	0	0,00%	4.329	8,59%
Enviado para Eliminação	**4**	**0,01%**	64	**0,13%**	**67**	**0,13%**
Outras operações de eliminação	2,6	0,01%	64	0,13%	67	0,13%
Incineração	0	0	0	0	0	0
Aterro	0	0	0	0	0	0
Total	**50.174**	**99,59%**	207	**0,41%**	**50.379**	**100,00%**

A informação reportada neste requisito de divulgação é uma estimativa baseada em dados primários recolhidos da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., em Portugal, que representa cerca de 30% do volume de negócios do setor da Construção dentro do Grupo Teixeira Duarte. Os dados desta sociedade foram calculados através dos mapas integrados (MIRR) relativos ao ano de 2023, submetidos na plataforma Siliamb para as várias obras e estabelecimentos.

Com base nesses dados, expressos em toneladas, foi realizada uma extrapolação para as restantes empresas do setor da Construção do Grupo, considerando como “proxy” os respetivos volumes de negócios.

Estima-se que o setor da Construção do Grupo Teixeira Duarte tenha emitido um total de 207 toneladas de resíduos perigosos, não se tendo registado a produção de resíduos radioativos.

INFORMAÇÕES SOCIAIS

ESRS S1 PRÓPRIA MÃO DE OBRA

ESRS 2 SBM-3 Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócios

Foram considerados materiais os seguintes impactos, riscos e oportunidades:

Liberdade de associação, existência de conselhos de empresa e direitos de informação, consulta e participação dos trabalhadores

Os processos de consulta aos colaboradores podem resultar em oportunidades importantes para melhorar a satisfação e a retenção dos mesmos, com impacto na sua produtividade.	Tipo	Oportunidade
	Setor	Construção
	Cadeia de valor	Operações próprias
	Real | Potencial	Potencial; Médio Prazo - Entre o ano de reporte e até 5 anos

Saúde e segurança

O setor da construção apresenta elevadas taxas de acidentes mortais e de lesões, principalmente devido à exposição dos colaboradores a várias situações perigosas, como a escavação de terrenos e trabalho manual, que envolvem transportes motorizados e maquinaria pesada, quedas, exposição a produtos químicos perigosos e outros riscos que resultam num impacto negativo na saúde e segurança dos colaboradores. Adicionalmente, os erros ou a qualidade inadequada na fase de elaboração do projeto e na construção de edifícios ou infraestruturas podem também causar danos pessoais significativos aos trabalhadores.	Tipo	Impacto negativo
	Setor	Imobiliário
	Cadeia de valor	Operações próprias
	Real | Potencial	Real

Igualdade de género e igualdade de remuneração por trabalho de igual valor

Igualdade de oportunidades como fatores que contribuem para a satisfação dos trabalhadores (ex. diversidade de perfis nos trabalhadores criam uma reputação de bom empregador, aumento de produtividade, inovação), o que pode reduzir os custos operacionais e impulsionar as receitas.	Tipo	Oportunidade
	Setor	Distribuição
	Cadeia de valor	Operações próprias
	Real | Potencial	Potencial; Médio Prazo - Entre o ano de reporte e até 5 anos

Formação e desenvolvimento de competências

Programas de formação contínua melhoram as competências dos colaboradores, tornando-os mais eficientes e melhorando os seus índices de satisfação no local de trabalho.	Tipo	Impacto positivo
	Setor	Construção
	Cadeia de valor	Operações próprias
	Real | Potencial	Real

Trabalho infantil

A prática do trabalho infantil priva as crianças da sua infância, potencial e dignidade, causando impactos prejudiciais no seu desenvolvimento e educação, violando assim os direitos humanos e causando efeitos negativos ao longo da vida.	Tipo	Impacto negativo
	Setor	Construção
	Cadeia de valor	Operações próprias
	Real | Potencial	Potencial; Curto Prazo - Ano de reporte

Trabalho forçado

Práticas de trabalho forçado envolvem a exploração de indivíduos sem o seu consentimento livre e informado, constituem uma violação dos direitos humanos e perpetuam a desigualdade social e económica dos colaboradores.	Tipo	Impacto negativo
	Setor	Construção
	Cadeia de valor	Operações próprias
	Real | Potencial	Potencial; Curto Prazo - Ano de reporte

ESRS S1-1 Políticas relacionadas com a própria mão de obra

A **Política de Conduta Empresarial da Teixeira Duarte, S.A.** expressa o compromisso do Grupo Teixeira Duarte relativamente ao cumprimento do **Código de Ética e Conduta** que se aplica a todas as empresas controladas e seus colaboradores e que, no seu capítulo sobre "Compromissos com as Regras Laborais", consagra expressamente a obrigatoriedade de cumprir com o regime legal e com as disposições normativas externas e internas relativas à Segurança e à prevenção de acidentes e de danos para a Saúde de colaboradores, à promoção de ações visando os seus compromissos de Responsabilidade Social e de zelo pelo respeito dos Direitos Humanos, à igualdade de tratamento e não discriminação, proibição de assédio, bem como a promoção da conciliação com a vida familiar e pessoal e proteção na parentalidade. A execução destes instrumentos de gestão é da responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração da Teixeira Duarte.

Por outro lado, a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., empresa que está na génese do Grupo Teixeira Duarte e onde se integram as Áreas Corporativas do Grupo, dispõe de Direções que têm como responsabilidade estabelecer e transmitir *guidelines* e processos em matérias de Direitos Humanos, incluindo dos Direitos Laborais, para todas as restantes áreas de negócio.

Refira-se que, em Portugal, esta Empresa possui a certificação voluntária da Norma Internacional de **Responsabilidade Social SA 8000**, o que reforça o compromisso do Grupo em desenvolver, manter e aplicar práticas sociais responsáveis relevantes para a sua mão de obra, em linha com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, incluindo os princípios e os direitos estabelecidos nas oito convenções fundamentais identificadas na Declaração da Organização Internacional do Trabalho relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e na Carta Internacional dos Direitos Humanos.



Caminhada “Setembro Amarelo” - sensibilização sobre saúde mental - intraempresas do Grupo Teixeira Duarte (setembro 2024) – Moçambique

As boas práticas das empresas participadas no setor da Construção, onde os riscos são superiores no que toca à saúde e segurança dos colaboradores, são reforçadas pela certificação em sistemas de gestão de segurança e saúde ocupacional no âmbito das Normas ISO 45001 (Portugal, Brasil e Moçambique), propiciando uma gestão mais abrangente e eficaz dos riscos operacionais e contribuindo para a proteção dos colaboradores e fomento do seu desempenho.



Campanha “Abril Verde” para a Saúde e Segurança no Trabalho (abril 2024) – Brasil

No que toca à igualdade e equidade no contexto do Grupo, foi publicado, em 2024, um novo **Plano para a Igualdade** para apresentar o conjunto de objetivos e medidas a desenvolver pelas empresas controladas em 2025 de forma adequada às suas realidades de atuação, tanto geográficas como setoriais.

As dimensões de atuação preconizadas no Plano para a Igualdade anual são:

a) Igualdade no acesso ao emprego;
b) Modelo remuneratório;
c) Igualdade nas condições de trabalho;
d) Proteção na parentalidade;
e) Conciliação da atividade profissional com a vida familiar e pessoal;
f) Prevenção da prática de assédio no trabalho.

Enquadra-se neste Plano, o **Procedimento Geral para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho**, no qual se estabelecem os princípios de atuação e os procedimentos que se consideram adequados à prevenção e ao combate ao assédio em contexto laboral dentro do Grupo Teixeira Duarte, a observar por todas as pessoas que dele fazem parte, tornando o Procedimento um instrumento autorregulador e a expressão de uma política ativa que visa evitar, identificar, eliminar e/ou punir situações suscetíveis de consubstanciar a prática de assédio no local de trabalho.

O Plano consagra da mesma forma outros procedimentos que visam alcançar uma efetiva igualdade entre todos os colaboradores, adotando as boas práticas que permitam a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, promovendo a eliminação da discriminação em função do sexo, da origem étnica e racial, da cor, orientação sexual, identidade de género, deficiência, idade, convicções políticas, nacionalidade ou origem social, ou outras formas de discriminação abrangidas pelo direito nacional e da União, e fomentando a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.

O Grupo Teixeira Duarte implementou, a 1 de maio de 2024, e de forma transversal, uma diretriz para fomentar a mobilidade interna dos colaboradores. As vagas de emprego que surgem nos negócios e geografias são anunciadas antecipadamente nos canais internos, dando oportunidade aos colaboradores se candidatarem para poderem explorar novas funções, adquirir novas competências e ganhar maior visibilidade dentro da organização.

O catálogo interno de oportunidades de carreira está disponível através do Portal do Colaborador do Grupo. Até ao final de 2024, foram publicadas internamente 250 vagas, tendo 30 recebido candidaturas, que originaram 5 recrutamentos internos.

Em 2024, manteve-se em vigor a **Política de Desenvolvimento de Competências** do Grupo Teixeira, um modelo robusto para transmissão eficaz de valores e práticas que constituem a sua visão corporativa no que toca ao desenvolvimento e formação de colaboradores.

Esta Política assenta numa matriz que integra uma componente formativa transversal a todas as áreas de negócio, bem como uma componente específica, o que lhe permite ser adaptada a qualquer setor, mercado e categoria profissional. Cada colaborador do Grupo tem, por sua vez, associado um Plano de Desenvolvimento de Competências (PDC), que se traduz em programas de formação contínua que possibilitam perspetivar a formação de cada colaborador ao longo do tempo, nomeadamente com vista à atualização de competências e progressão na carreira.

O Grupo Teixeira Duarte tem ainda em vigor uma **Política de Acompanhamento Familiar**. Esta tem por objetivo o apoio administrativo, logístico e financeiro com vista à legalização, deslocação e alojamento de elementos do agregado familiar de colaboradores que, mediante determinados critérios, sejam deslocados para fora do seu país.

ESRS S1-2 Processos para dialogar com a própria mão de obra e os representantes dos trabalhadores sobre impactos

O Grupo Teixeira Duarte tem implementados processos de auscultação regular aos seus colaboradores, como apresentado nas divulgações gerais (ESRS 2 SBM-2), nomeadamente através de inquéritos, da comunicação através de canais internos ou da disponibilização de plataformas em que podem expor as suas preocupações. Do mesmo modo, os colaboradores são parte integrante do processo de análise de materialidade do Grupo em matéria de sustentabilidade, promovendo a sua participação no apuramento das questões materiais a serem estrategicamente endereçadas.

Este contacto frequente permite à Teixeira Duarte ter em consideração as necessidades e expetativas dos seus colaboradores, permitindo integrar os seus *inputs* na tomada de decisão quanto à revisão de políticas internas e de planos de ação.

Os colaboradores são informados quanto aos impactos materiais que os afetam, e respetivas políticas e ações a serem aplicados para lhes dar resposta, sempre que um assunto do seu interesse surge, não havendo periodicidade fixa. Na ESRS 2 GOV-2 são apresentadas

as principais questões de sustentabilidade que foram sujeitas a divulgação junto dos colaboradores depois de abordadas pelos órgãos de administração e de direção. O Presidente do Conselho de Administração da Teixeira Duarte é o responsável máximo por estes processos de diálogo.

ESRS S1-3 Processos para corrigir os impactos negativos e canais para a própria mão de obra expressar preocupações

Dando cumprimento ao seu Código de Ética e Conduta e à Política de Comunicação de Irregularidades que tem em vigor, o Grupo Teixeira Duarte tem implementado um canal de denúncias, o **Canal de Ética**, disponível no site institucional e via e-mail ou correspondência, que permite a todos os colaboradores expressar preocupações e comunicar eventuais irregularidades (incluindo situações de assédio no trabalho) identificadas, ficando os denunciantes protegidos contra atos de retaliação.

A Política de Comunicação de Irregularidades prevê igualmente os procedimentos que estabelecem o modo de efetuar a comunicação, o controlo e o tratamento de denúncias recebidas na estrutura empresarial como medida de prevenção e combate a práticas indevidas.

Adicionalmente, no Diagnóstico de Clima Organizacional realizado em 2024, os colaboradores foram questionados sobre o Canal de Ética, nomeadamente têm conhecimento do mesmo e se confiam nos mecanismos de proteção de denunciantes implementados pelo Grupo. 63% dos colaboradores que participaram no inquérito afirmou conhecer o Canal de Ética e 79% respondeu que tem confiança que não sofrerá consequências negativas caso recorra a este canal.

ESRS S1-4 Tomar medidas sobre os impactos materiais na própria mão de obra e abordagens para atenuar os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com a própria mão de obra, bem como a eficácia dessas medidas

O bem-estar dos colaboradores, incluindo a promoção de boas condições de saúde e segurança, o desenvolvimento de competências e a conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar, assumem elevada importância na gestão dos recursos humanos das empresas do Grupo Teixeira Duarte, e encontram-se devidamente alicerçados numa cultura de tratamento digno, de igualdade de oportunidades e de respeito pelos Direitos Humanos e Laborais.

- **Cobertura de negociação coletiva e diálogo social**

A promoção das convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e dos Direitos Humanos encontra-se consagrada no Código de Ética e Conduta da Teixeira Duarte, S.A., extensível a todas as entidades integradas no seu perímetro de consolidação. O Código manifesta o compromisso das empresas do Grupo no reconhecimento do direito ao associativismo e à negociação coletiva. As suas práticas empresariais protegem os direitos laborais e promovem ambientes de trabalho seguros e saudáveis para todos os colaboradores.

As atividades dos setores da Construção, Hotelaria, Distribuição e Automóvel são as atividades do Grupo mais proeminentes em termos de instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho, considerando contratos coletivos, acordos coletivos e acordos de empresa.

Em 2024, nos principais mercados de atuação da Teixeira Duarte, 99% dos colaboradores estavam abrangidos por algum tipo de convenção coletiva de trabalho. Apesar de não ser possível às empresas participadas identificar a totalidade dos colaboradores sindicalizados, as empresas que operam nos mercados do Brasil e Moçambique em particular, têm apurada maior percentagem de colaboradores sindicalizados, rondando os 65% em ambos os países.

- **Saúde e segurança**

A visão corporativa do Grupo Teixeira Duarte incorporou, desde sempre, uma estratégia de gestão de recursos humanos forte em medidas que visam a melhoria da qualidade de vida de todos aqueles que colaboram com as suas empresas subsidiárias/filiais e que promovam a fidelização dos colaboradores, independentemente da atividade das empresas e dos mercados onde operam.

"SEMPRE BEM": ACOMPANHAMENTO DE DOENÇAS CRÓNICAS

O Programa "Sempre Bem" foi implementado em 2022 pela Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. no Brasil para acompanhar e orientar colaboradores e dependentes maiores de 18 anos, ativos no plano de saúde corporativo, que sejam portadores de doenças cardiovasculares, hipertensão e/ou diabetes, ou que possuam 2 ou mais fatores de risco, como: tabagismo, obesidade, dislipidemia, sedentarismo ou stress identificados pelo questionário de saúde.

O acompanhamento é realizado por chamadas telefónicas, "WhatsApp" e e-mail por uma equipa clínica, com periodicidade específica para cada classificação de risco, podendo ser mensal, trimestral ou semestral.

Esta visão reflete-se na postura socialmente responsável das empresas controladas no que toca à promoção da saúde, segurança e higiene no trabalho, assente numa gestão baseada nos melhores referenciais internacionais. As empresas com atividades de maior risco, em particular, optam pela certificação dos sistemas de gestão de segurança e saúde ocupacional no âmbito da Norma ISO 45001, para uma gestão mais abrangente e eficaz dos riscos operacionais, assegurando a proteção dos colaboradores e um melhor desempenho da sua organização na globalidade.



Dia Mundial da Saúde e Segurança no Trabalho (abril 2024) – Portugal

Relativamente à saúde no trabalho, salienta-se a política de vigilância da saúde dos colaboradores, que se concretiza através da realização, generalizada, de exames de saúde, de visitas aos postos de trabalho e do acompanhamento de situações de doença. Em Portugal, Angola e Moçambique, as estruturas centrais do Grupo incluem Serviços de Medicina do Trabalho internos.

É disponibilizada aos colaboradores a possibilidade de acederem a serviços médicos e medicamentosos, o que, face à realidade de alguns dos países onde as empresas do Grupo operam, são fundamentais no acompanhamento clínico e no acesso aos cuidados de saúde primários por parte dos mesmos. Este acesso é, em algumas situações, feito com recurso a clínicas privadas com as quais são estabelecidas parcerias, procurando tornar os cuidados com a saúde mais eficazes e menos onerosos.



Ação de sensibilização sobre a Cólera (março 2024) – Angola

No caso de Angola e de Moçambique, por exemplo, as empresas do Grupo têm definida uma política de assistência médica e medicamentosa que inclui acesso a consultas médicas a todos os colaboradores e familiares de primeiro grau.

No âmbito da promoção da saúde, são também dinamizadas várias atividades nas empresas do Grupo, como rastreios, ações de sensibilização e formação em matéria de saúde, individual e em grupos.



Ação de rastreio e sensibilização sobre a Hipertensão (junho 2024) – Angola

A maioria das empresas do Grupo disponibiliza seguros de saúde aos seus colaboradores de acordo com critérios definidos, que incluem a possibilidade de estender os seguros ao seu agregado familiar.

Em algumas empresas, para além do seguro de saúde, também é disponibilizado um seguro de vida que garante proteção nas situações de acidente pessoal, morte e invalidez. Estes seguros complementam assim as proteções obrigatórias aplicáveis em cada país, em matérias de segurança social e de legislação laboral.

— **Igualdade de género e igualdade de remuneração por trabalho de igual valor**

A Teixeira Duarte, S.A. sempre assumiu a preocupação em assegurar um tratamento digno aos colaboradores e colaboradoras, com respeito pelos seus Direitos Humanos e Laborais, incluindo uma efetiva igualdade entre todos, adotando as boas práticas tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, promovendo a eliminação da discriminação em função do sexo e fomentando a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.



Dia da Mulher Moçambicana (abril 2024) – Moçambique

O Plano para a Igualdade que o Grupo publica anualmente estabelece o conjunto de objetivos e medidas a desenvolver pelas empresas controladas de forma adequada às suas realidades de atuação, tanto geográficas como setoriais. O Plano é monitorizado e revisto todos os anos por um Grupo de Trabalho (*Task Force* interna) através da avaliação do cumprimento das metas definidas para cada uma das medidas com o intuito de incorporar novas medidas e/ou reajustar as existentes. No âmbito deste plano, destacam-se a seguintes medidas:

- Disponibilização de um Canal para receção de ideias que visa percecionar os interesses dos colaboradores das empresas do Grupo e procura resolver as suas eventuais necessidades no âmbito da conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal de cada colaborador. O Canal de Ideias é acedido via Portal do Colaborador (*intranet*).

- Realização de um Inquérito de Clima Organizacional aplicado em 2024 de forma transversal a todo o Grupo, com o objetivo de apurar, de forma estruturada e objetiva, informação sobre os níveis de motivação e satisfação dos seus colaboradores face às práticas de gestão implementadas nas Empresas controladas, e que permite obter indicadores subjetivos e objetivos referentes à perceção da igualdade entre mulheres e homens no Grupo, bem como ao tema da discriminação e assédio percebidos. Adicionalmente, este inquérito avalia também os níveis de conhecimento e confiança que os colaboradores têm sobre o Canal de Ética que lhes é disponibilizado para comunicação de preocupações e eventuais irregularidades;

As respostas ao Inquérito de Clima permitiram apurar uma avaliação pelos colaboradores de índice de Justiça e Igualdade no Grupo Teixeira Duarte de 77%. Neste mesmo índice, comparando as médias de respostas entre colaboradores e colaboradoras, constata-se um índice de 77% nos homens e 76% nas mulheres, ou seja, apenas um ponto percentual de diferença, o que aponta para uma perceção idêntica e equilibrada de justiça e igualdade em ambos os sexos.

Apesar deste resultado "objetivo", num outro conjunto de questões de perceção subjetiva, os temas da evolução profissional/carreira e da remuneração apresentam um 'gap' de 10 pontos percentuais na apreciação das mulheres relativamente à apreciação dos homens, mas, por outro lado, na apreciação média relativa às condições para um equilíbrio entre vida profissional e pessoal/familiar, a apreciação feminina suplanta ligeiramente a apreciação masculina, e com espaço para melhorias no geral.

- Formação sobre igualdade e não discriminação desenvolvida especificamente para a comunidade ligada a atividades de Recrutamento & Seleção nas empresas controladas. A percentagem das pessoas com formação subiu de 35% em 2023 para 83% em 2024, evidenciando o investimento e atenção dada aos temas da igualdade dentro da organização.

- Integração de cursos relacionados com a igualdade nos respetivos planos de formação obrigatória para novos colaboradores, sendo esta formação de acolhimento obrigatória para 100% dos novos colaboradores.

- Relativamente às funções atribuídas às trabalhadoras grávidas, puérperas ou lactantes contratadas a termo resolutivo em gozo dos seus direitos, refira-se que são redistribuídas por outros/as trabalhadores/as da mesma organização/serviços ou exercidas por outros/as contratados/as a termo incerto, sendo garantido o seu regresso após o exercício daqueles direitos, estando em curso um trabalho de sensibilização e uniformização de procedimentos em geografias onde estes direitos estão menos assegurados.

APOIO NA MATERNIDADE

Os Programas "Mãe – Primeiros Passos" e "Welcome Baby", em vigor na Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., no Brasil, desde 2022 visam apoiar a saúde de colaboradoras grávidas nas fases de pré e pós-parto.

As colaboradoras são acompanhadas por equipas clínicas que esclarecem dúvidas e orientam as mulheres no decorrer do período gestacional, desenvolvimento e nos primeiros dias de vida do bebé. Durante o primeiro ano de vida da criança, é dado apoio no cumprimento do calendário de consultas pediátricas e de vacinas, nas dificuldades relacionadas com os cuidados com o bebé, atuando como ponto de apoio para orientações preventivas, rede de atendimento de puericultura e suporte clínico para o regresso ao trabalho.

- Desenvolvimento de um novo modelo de Avaliação de Desempenho, com implementação plena nas principais geografias em 2025, que agrega a segregação das funções, competências, potencial de evolução na carreira, empenho, capacidade técnica, capacidade de relacionamento pessoal e antiguidade, visando garantir o princípio programático de "salário igual para trabalho igual ou de valor igual". A definição de novo modelo de avaliação está diretamente ligada ao novo modelo de carreiras e funções que se espera plenamente implementado no Grupo até final de 2025, adaptados às características de cada área de negócio.

- Disponibilização de um *microsite* aos colaboradores, acessível via Portal do Colaborador, que fornece as informações sobre os direitos e deveres em matéria de igualdade e não discriminação bem como a forma de acesso às informações do anexo A do Relatório Único.

- Acompanhamento da implementação da Diretiva 2023/970 aprovada no âmbito da Estratégia 2020-2025 da EU para a Igualdade de Género e que afetará todas as empresas com mais de 100 trabalhadores.

Enquanto marca empregadora, a Teixeira Duarte é reconhecida nos mercados em que está presente por apostar nas pessoas "da Casa", a quem dá autonomia, e a correspondente responsabilidade, para que desenvolvam as suas carreiras dentro das empresas do Grupo, fomentando-se a não discriminação em função do sexo.



Campanha "Junho Laranja" - sensibilização sobre doenças do sangue - com realização de Torneio de Futebol intraempresas do Grupo Teixeira Duarte (junho 2024) – Moçambique

Fruto desta postura e sinal de uma elevada capacidade para reter colaboradores, várias áreas de atuação do Grupo destacam-se por serem capazes de reter colaboradores por vários anos e apresentam antiguidades médias elevadas, não havendo diferenças na antiguidade média de homens e mulheres. No global das suas atividades, em 2024, o Grupo registou uma antiguidade média de 6 anos.

— **Formação e desenvolvimento de competências**

Todas as empresas do Grupo estão cientes da importância das suas Pessoas na capacidade de adaptação e resiliência dos negócios, sendo o desenvolvimento e qualificação dos colaboradores aspetos de gestão prioritários, para que possam alcançar novos modelos de crescimento e ultrapassar os constantes desafios neste mundo cada vez menos linear. Particularmente relevante para o Grupo é o papel da qualificação profissional no sucesso da captação de mão-de-obra ao nível local.

De entre as medidas estruturantes implementadas para desenvolvimento de competências dos colaboradores e para captação talento, nos principais mercados, salientam-se as seguintes:

- Utilização de uma plataforma de *e-learning* globalizada, com versões locais, que permite o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores independentemente da sua localização física e da operação em que se insere.

- Certificação de entidades formadoras: em Portugal, a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. é entidade formadora certificada pela DGERT - Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, que habilita a empresa a ministrar formação certificada em diversas áreas, incluindo Segurança e Higiene no Trabalho, Construção Civil e Engenharia Civil, Metalúrgica e Metalomecânica, Informática, entre outras. Também em 2024, a TDGI concluiu um processo de certificação pela mesma entidade potenciando ainda mais a sua capacidade de qualificação profissional.

- Criação de estruturas locais dedicadas à formação profissional: em Angola, mercado onde o Grupo opera nos seus seis setores e conta com 37% da sua mão-de-obra, a Teixeira Duarte mantém um Centro de Desenvolvimento Profissional (CDP) que é um pilar estruturante para as suas empresas, concentrando grande parte das atividades qualificantes desenvolvidas

neste mercado. O CDP administra mais de 100 cursos de formação certificados pelo INEFOP e é o 1º Centro Certificado pela Renault na África Subsariana.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL TEIXEIRA DUARTE

- 1.500 m² de área total de construção aproximada.
- 6 salas para formações teóricas.
- 1 sala de informática.
- 2 laboratórios (Eletricidade e Eletrónica e Engenharia Civil).
- 2 oficinas para formações práticas na área Automóvel e na área da Distribuição.
- 1 auditório e um refeitório com capacidade para mais de 100 pessoas.



Destaques:

- 7 negócios com atividades formativas: Construção, *Facilities Management*, Educação, Imobiliária, Hotelaria, Distribuição e Automóvel.
- Mais de 100 cursos de formação certificados pelo INEFOP.
- 1º Centro Certificado pela Renault na África Subsariana.

- Investimento em programas de capacitação profissional visando o emprego jovem, com destaque para o mercado de Angola. O Programa Fazer Pescar é a mais importante iniciativa do Grupo a este nível. Em funcionamento em Angola desde 2013, tem como objetivo criar oportunidades de emprego para jovens em situação de vulnerabilidade social, proporcionando-lhes formação e experiência profissional para que estes possam garantir o seu futuro e o desenvolvimento das suas comunidades. Em 2024, cerca de 10% da mão-de-obra das empresas do Grupo neste mercado era composta por jovens formados através do programa que, desde o seu início, já beneficiou mais de 750 pessoas.

- Programas de estágios que visam proporcionar experiência em contextos de trabalho, através de formação “on the job” e mentoring de especialistas internos.

  Em Portugal, sobretudo nas empresas do Grupo que operam no setor da Arquitetura, Engenharia e Construção (AEC), são promovidos programas de estágio de verão e estágios curriculares. Em 2024, a Teixeira Duarte acolheu 13 estagiários no programa de verão e, juntamente com a SOMAFEL, proporcionou 16 estágios curriculares.

  No Brasil, as várias empresas do Grupo Teixeira Duarte deram continuidade ao programa de formação de profissionais recém-licenciados, com duração mínima de 12 meses e cujo objetivo é desenvolver os formandos através de formação “on the job” para futura integração na Empresa. Em 2024, participaram no programa 22 “trainees”, tendo 10 participantes sido promovidos após um período de estágio e 12 participantes foram integrados numa fase de acompanhamento entre 1 e 2 anos. Adicionalmente, o “Jovem Aprendiz”, programa destinado a jovens do ensino médio, permitiu ao Grupo integrar, em 2024, 18 jovens. Esta iniciativa tem duração de 16 meses e visa proporcionar aos jovens experiência em contextos de trabalho

— **Direitos Humanos**

A principal empresa do setor da Construção do Grupo Teixeira Duarte possui a certificação voluntária da Norma Internacional de Responsabilidade Social SA 8000 em Portugal, em linha com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, incluindo os princípios e os direitos estabelecidos nas oito convenções fundamentais identificadas na Declaração da Organização Internacional do Trabalho relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e na Carta Internacional dos Direitos Humanos.

O sistema de Responsabilidade Social implementado monitoriza o trabalho infantil, o trabalho forçado ou obrigatório, a saúde e segurança, a liberdade de associação e direito à negociação coletiva, a discriminação, práticas disciplinares, horário de trabalho e remuneração, nas operações da Empresa, incluindo trabalhadores assalariados e não assalariados.

Principais medidas tomadas para atenuar os riscos materiais e procurar oportunidades materiais no âmbito do respeito pelos Direitos Humanos e Laborais:

- Antes da realização de contrato de trabalho, é sempre solicitado ao trabalhador um documento oficial de identificação, que contenha fotografia, nacionalidade e a referência à data de nascimento;
- Na sua grande maioria, os estaleiros sobre a tutela da Empresa, detêm controlo de documentação e acessos através de soluções digitais especializadas minimizando os riscos desta gestão;
- Realização de auditorias por parte da equipa de desempenho social, conforme critérios estabelecidos, da qual faz parte o Responsável pelos Direitos Humanos do Grupo Teixeira Duarte;
- Disponibilização de área exclusiva dedicada à Responsabilidade Social no Portal do Colaborador, com meios de acesso direto aos Representantes dos Trabalhadores;
- Ativação de procedimento de remediação caso seja detetada nalgum estabelecimento da Empresa ou nalgum local de trabalho sob sua tutela, uma situação laboral contrária ao seu Código de Ética e Conduta.

Em 2024, não foram identificados quaisquer incumprimentos no âmbito deste sistema de gestão no âmbito das monitorizações realizadas.

ESRS S1-5 Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais

Não havendo alterações significativas no seu portfolio de negócios, o Grupo Teixeira Duarte tem como metas anuais para o período de 2024-2028.

Área de impacto/risco/oportunidade	Meta anual	2024
Saúde e segurança	Desempenho acima do nível "Bom" de acordo valores de referência da Organização Mundial de Saúde, no que toca a frequência e gravidade dos acidentes	Cumprido
	Taxa de cobertura de colaboradores com exames médicos válidos a 31 de dezembro nos mercados estratégicos => a 90%	85,5%
Liberdade de associação, existência de conselhos de empresa e direitos de informação, consulta e participação dos trabalhadores	Percentagem de colaboradores dos mercados estratégicos abrangidos por algum tipo de convenção coletiva de trabalho => a 95%	99%
Igualdade de género e igualdade de remuneração por trabalho de igual valor	Revisão anual do Plano para a Igualdade	Cumprido
Formação e desenvolvimento de competências	Número médio de horas de formação por colaborador nos mercados estratégicos => a 30 horas	30 horas
Trabalho infantil e Trabalho Forçado	Inexistência de multa, sanção pecuniária ou indemnização por danos em resultado de incidentes relacionados com Direitos Humanos	Cumprido

ESRS S1-6 Características dos trabalhadores assalariados da empresa

A 31 de dezembro de 2024, o Grupo Teixeira Duarte contava com 8.624 colaboradores, sendo o número médio de colaboradores ao longo do ano de 8.956.

O Grupo Teixeira Duarte compila os dados referentes aos seus colaboradores através do seguinte processo:

- Extração do SAP: para países e empresas integradas, os dados são obtidos por meio de relatórios específicos;
- Gestão fora do SAP: em países não integrados, os dados são recolhidos de sistemas locais e consolidados com os restantes.
- Principais premissas consideradas:

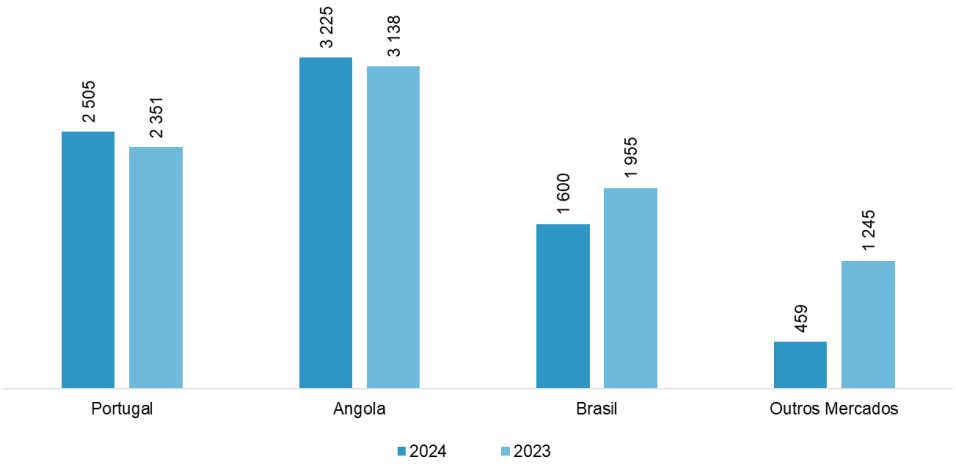
- Os dados são comunicados em número de efetivos ou equivalentes a tempo completo (ETC), isto é, número de trabalhadores com contrato de trabalho com as empresas do Grupo Teixeira Duarte (exclui Estagiários);
- Todas as empresas do Grupo Teixeira Duarte desenvolvem atividades em que os trabalhadores assalariados têm horas de trabalho garantidas;
- Não são usadas estimativas para o cálculo relacionado com total de colaboradores;
- Para a contabilização destes indicadores do ponto de vista geográfico, o Grupo Teixeira Duarte considera o mercado da empresa a que o colaborador está afeto, independentemente de poder ter vínculo contratual com empresas do Grupo noutras geografias;
- Quaisquer variações significativas relativamente a períodos anteriores são revistas em colaboração com as respetivas áreas para identificar suas causas.
- Para o exercício em análise não foi possível recolher informação que permitisse comunicar o número total de trabalhadores que deixaram a empresa durante o período de relato com fiabilidade; o Grupo Teixeira Duarte irá, durante o ano de 2025, desenvolver esforços para que os sistemas implementados possam responder a este requisito no futuro.

Número de trabalhadores com repartição por país

Mercado	Total	Total em %
Portugal	2.505	29%
Angola	3.225	37%
Brasil	1.600	19%
Outros Mercados	1.294	15%
Total	**8.624**	**100%**

Nota: Encontram-se representadas as geografias nas quais o Grupo tinha 50 ou mais trabalhadores a 31/12/2024, representando pelo menos 10% do seu número total de trabalhadores.

Evolução anual do total de trabalhadores por país



Nota: Encontram-se representadas as geografias nas quais o Grupo tinha 50 ou mais trabalhadores a 31/12/2024, representando pelo menos 10% do seu número total de trabalhadores.

Número de trabalhadores com repartição por área de atuação (dados a 31/12/2024)

Área de Atuação	Total	Total em %
Área Corporativa	326	4%
Construção	4 043	47%
Concessões e Serviços	1 511	18%
Imobiliária	133	2%
Hotelaria	1 114	13%
Distribuição	1 240	13%

Automóvel	257	3%

Número total de trabalhadores com repartição por tipologia de contrato e género (dados a 31/12/2024)

Tipo de Contrato	Homens	Mulheres	Outro	Não comunicado	Total	% do Total
Número de trabalhadores	6 842	1 782	0	0	8 624	100%
Número de trabalhadores permanentes	4 146	1 085	0	0	5 231	61%
Número de trabalhadores temporários	2 697	696	0	0	3 393	39%
Número de horas de trabalho não garantidas dos trabalhadores	0	0	0	0	0	-
Número de trabalhadores a tempo inteiro	6 833	1 769	0	0	8 602	99,7%
Número de trabalhadores a tempo parcial	9	13	0	0	22	0,3%

Número total de trabalhadores com repartição por áreas de atuação e género (dados a 31/12/2024)

Área de Atuação	Homens	Mulheres	Total	Total em %
Área Corporativa	194	132	326	4%
Construção	3 701	342	4 043	47%
Concessões e Serviços	1 188	323	1 511	18%
Imobiliária	89	44	133	2%
Hotelaria	677	437	1 114	13%
Distribuição	793	447	1 240	13%
Automóvel	200	57	257	3%

ESRS S1-9 Métricas de diversidade

Distribuição por género, em número e percentagem, a nível dos quadros superiores* (dados a 31/12/2024)

	Homens	% Homens	Mulheres	% Mulheres
Quadros Superiores	28	87%	4	13%

** A definição de quadros superiores utilizada contempla um e dois níveis abaixo dos órgãos de administração e de supervisão da Teixeira Duarte, S.A. (ESRS S1 - AR. 71).*

Distribuição dos trabalhadores por grupo etário por género, em número e percentagem (dados a 31/12/2024)

	<30	% <30	30-50	% 30-50	>50	% >50
Homens	1 307	19%	4 151	61%	1 384	20%
Mulheres	498	28%	1 075	60%	209	12%

ESRS S1-13 Métricas de formação e desenvolvimento de competências

Em 2024, a média global de horas de formação por colaborador, considerando todos os mercados do Grupo, foi de 31 horas (33 horas em 2023). Salienta-se positivamente o desempenho do mercado do Brasil, com 46 horas de formação em média por colaborador e, com pior desempenho que no ano anterior, os mercados de Portugal e Angola.

As atividades qualificantes abrangeram, em 2024, 68.727 formandos (colaboradores que estiveram presentes numa atividade qualificante multiplicados pelas atividades qualificantes), um aumento de 39% relativamente a 2023. Por outro lado, foram oferecidas e concluídas 274.026 horas de volume de formação (horas de formação frequentadas por todos os formandos), o que, comparando com 2023, representa um decréscimo de 8%.

De destacar o investimento contínuo das Direções de Recursos Humanos dos negócios do Grupo Teixeira Duarte na sensibilização de gestores de equipa para a importância da formação, cujo papel na promoção da qualificação profissional dita fortemente o bom desempenho das empresas nesta matéria.

Número médio de horas de formação por trabalhador, por género e por área de atuação (dados a 31/12/2024)

	Área Corporativa	Construção	Concessões e Serviços	Imobiliária	Hotelaria	Distribuição	Automóvel
Homens	13	37	17	8	33	32	21
Mulheres	9	30	19	8	33	40	16

Número médio de horas de formação por trabalhador nos mercados estratégicos* (dados a 31 de dezembro)

	Portugal	Angola	Brasil	Moçambique
2024	29	25	46	6
2023	36	41	31	5

** 93% do total de trabalhadores*

As empresas do Grupo Teixeira Duarte têm implementados sistemas de avaliação com periodicidade mínima anual. Contudo, o Grupo não tem visibilidade sobre quantos dos seus trabalhadores participaram em análises de desempenho e evolução da carreira.

A Teixeira Duarte prevê que, fruto do novo modelo de Avaliação de Desempenho em desenvolvimento (requisito de divulgação S1-4), este tipo de informação fique acessível.

ESRS S1-14 Métricas de saúde e segurança

Em 2024, cerca de 4.300 colaboradores do Grupo estavam abrangidos por sistemas de gestão de saúde e segurança (ISO 45001), ou seja, 50% do total de trabalhadores. Com efeito, estes colaboradores estão inseridos num conjunto de empresas da Construção e da área de *Facilities Management* que mantêm há vários anos, nos seus mercados mais importantes, a certificação nesta norma internacional, dada a materialidade destas matérias nestes setores.



Dia Mundial da Saúde e Segurança no Trabalho (abril 2024) – Peru

Esta cultura de proteção e promoção da saúde e segurança está, de resto, enraizada no Grupo e observa-se em todos os seus negócios, nomeadamente nas condições de trabalho oferecidas, que incluem vigilância da saúde, acesso a serviços médicos e medicamentosos, seguro de saúde, entre outras medidas estabelecidas em função da atividade e do mercado.

Taxas de cobertura de trabalhadores com exames médicos válidos nos mercados estratégicos* (dados a 31/12/2024)

	Portugal	Angola	Brasil	Moçambique
Cobertura	88%	78%	96%	79%

** 93% do total de trabalhadores*

Ao longo de 2024, as empresas do Grupo em Portugal, Angola e Moçambique, cujas estruturas incluem Serviços de Medicina do Trabalho internos, asseguraram aos seus colaboradores 2.166 consultas de medicina curativa (+30% que em 2023).

O Grupo promoveu a realização de 43.552 exames complementares de diagnóstico em 2024, o que representou -4% relativamente a 2023, devido às flutuações da atividade no Brasil, que tem como particularidade realizar este tipo de exames sempre que se conclui uma obra.

Acidentes e problemas de saúde relacionados com o trabalho por área de atuação nos mercados estratégicos* (dados a 31 de dezembro)

	Área Corporativa	Construção	Concessões e Serviços	Imobiliária	Hotelaria	Distribuição	Automóvel
Taxa de frequência							
2024	37	11	17	2	19	32	10
2023	11	14	19	8	18	27	4
Taxa de gravidade							
2024	0	252	126	18	182	156	41
2023	8	296	222	25	184	131	0
Nº de acidentes passíveis de registo							
2024	15	114	49	1	45	81	5
2023	4	120	45	3	36	62	2
Nº de dias perdidos							
2024	0	2 498	363	8	423	392	21
2023	3	2 567	534	10	371	296	0
Nº de mortes relacionadas com o trabalho							
2024	0	0	0	0	0	0	0
2023	0	0	0	0	0	0	0
Nº de casos de problemas de saúde relacionados com o trabalho							
2024	7	9	1	0	0	0	0
2023	5	7	0	0	0	0	0

** 93% do total de trabalhadores*
*Taxa de frequência =nº de acidentes de trabalho*1.000.000/nº horas trabalhadas*
*Taxa de gravidade = nº de dias perdidos*1.000.000/nº horas trabalhadas*

De salientar que as empresas do Grupo Teixeira Duarte, nas suas diversas áreas de negócio, registam consistentemente níveis de "Muito Bom" e "Bom" no que toca à frequência e gravidade dos acidentes passíveis de registo, de acordo com os valores de referência da Organização Mundial de Saúde.

Classificação	Taxa de Frequência	Taxa de Gravidade
Muito bom	<20	<500
Bom	20 a 40	≥ 500 e <1 000
Médio	40 a 60	≥1 000 e <2 000
Mau	≥60	≥2 000

Fonte: OMS, referido em DSHS 2012

O Grupo Teixeira Duarte não registou, em 2024, mortes devido a lesões relacionadas com o trabalho ou a problemas de saúde relacionados com o trabalho nas operações das suas empresas.

ESRS S1-15 Métricas de equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada

Os colaboradores têm direito a licenças para assistência à família em consonância com o disposto na legislação dos países onde as empresas do Grupo operam. Esta proteção é garantida nos mercados do EEE a todos os colaboradores independentemente do género, tendo as empresas registo dessas ausências.

Percentagem de trabalhadores com direito a gozar licenças para assistência à família (dados a 31/12/2024)

	No total dos mercados EEE	No total do Grupo
Homens	100%	34%
Mulheres	100%	19%



Ação "Vamos Mexer-nos no Villas" destinada a colaboradores do Grupo Teixeira Duarte que residem no empreendimento "Villa Sul" (abril 2024) – Angola

No caso concreto das licenças no âmbito da Maternidade/Paternidade, o Grupo tem registo específico das ausências na medida em que garante, por via da legislação nacional ou através de acordos de negociação coletiva, o direito ao gozo das mesmas.

Anualmente, 2 a 3% do total de colaboradores do Grupo tem direito ao gozo de licenças de parentalidade.

Percentagem de trabalhadores que gozaram licenças de Parentalidade nos mercados estratégicos* (dados a 31/12/2014)

	Portugal	Angola	Brasil	Moçambique	Total
Homens	2%	1%	2%	1%	2%
Mulheres	3%	3%	2%	4%	3%

** 93% do total de trabalhadores*



Criação de "Kit Nascimento" para oferta a colaboradores (setembro 2024) – Portugal

ESRS S1-16 Métricas de remuneração

As métricas de remuneração que permitem analisar disparidade salarial entre homens e mulheres e o rácio entre a remuneração individual mais elevada e a remuneração mediana dos trabalhadores são de difícil medição para o Grupo Teixeira Duarte devido a uma estrutura de funções e carreiras pouco granular, que dificulta a comparabilidade.

A melhoria da transparência a este nível está a ser trabalhada, sendo expectável que, durante o ano de 2025, se conclua a implementação de uma nova estrutura de carreiras que se pretende transversal ao Grupo Teixeira Duarte, mas que contempla estruturas salariais adequadas às diversas realidades de negócio e geografias.

Por outro lado, o novo modelo de Avaliação de Desempenho (resposta ao requisito S1-4), com segregação das funções, competências, potencial de evolução na carreira, empenho, capacidade técnica, capacidade de relacionamento pessoal e antiguidade, ajudará a garantir o princípio programático de "salário igual para trabalho igual ou de valor igual".

ESRS S1-17 Incidentes, queixas e graves impactos e incidentes de desrespeito dos direitos humanos

O número de incidentes de discriminação, incluindo assédio que afetam os seus colaboradores, registados em 2024 no Grupo Teixeira Duarte, foi de 12 incidentes. Todos foram registados no Canal de Ética e tratados de acordo com os procedimentos instituídos pela Política de Comunicação de Irregularidades em vigor.

Estes incidentes distribuíram-se da seguinte forma: 10 casos de assédio, 1 caso de discriminação e 1 caso não grave de direitos humanos.

Estes incidentes foram investigados e apenas 3 casos foram classificados como procedentes, tendo sido submetidos a processo disciplinar. Os restantes casos foram considerados improcedentes, tendo sido sugeridas medidas de prevenção, com exceção de 1 caso o qual se deu como concluído devido insuficiência de informações.

Nenhuma multa, sanção pecuniária ou indemnização por danos em resultado dos incidentes divulgados acima foi registada pelas empresas do Grupo Teixeira Duarte no ano de reporte.

ESRS S2 TRABALHADORES NA CADEIA DE VALOR

ESRS 2 SBM-3 Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócios

Foram considerados materiais os seguintes impactos, riscos e oportunidades:

Horário de trabalho

Fornecedores e/ou prestadores de serviços que não cumpram a carga horária máxima estipulada por lei podem ter danos causados à sua reputação.	Tipo	Risco
	Setor	Construção
	Cadeia de valor	Montante e Operações próprias
	Real | Potencial	Potencial; Curto Prazo - Ano de reporte

Equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada

Promover um equilíbrio apropriado entre trabalho e vida pessoal em toda a cadeia de valor pode reduzir a rotatividade e melhorar a produtividade. Trabalhadores com maior equilíbrio tendem a ser mais motivados e leais aos seus empregadores, o que pode beneficiar a estabilidade da cadeia de fornecimento e, consequentemente, reduzir os custos de recrutamento e formação, bem como maior estabilidade operacional em toda a cadeia de valor.	Tipo	Oportunidade
	Setor	Construção
	Cadeia de valor	Montante e Operações próprias
	Real | Potencial	Potencial; Médio Prazo - Entre o ano de reporte e até 5 anos
Horários de trabalho irregulares e prolongados podem afetar as relações familiares e sociais dos trabalhadores da cadeia de valor e, consequentemente, o seu bem-estar.	Tipo	Impacto negativo
	Setor	Construção
	Cadeia de valor	Montante e Jusante
	Real | Potencial	Potencial; Médio Prazo - Entre o ano de reporte e até 5 anos

Negociação coletiva, incluindo a taxa de trabalhadores abrangidos por convenções coletivas

Promover acordos de negociação coletiva pode levar a um impacto positivo nas condições dos trabalhadores na cadeia de valor.	Tipo	Impacto positivo
	Setor	Construção
	Cadeia de valor	Montante e Jusante
	Real | Potencial	Potencial; Curto Prazo - Ano de reporte

Saúde e segurança

A pressão para cumprir prazos de entrega apertados pode levar a horas de trabalho excessivas e fadiga, aumentando o risco de acidentes e problemas de saúde. Também a falta de ergonomia adequada nas operações de manuseio e transporte de mercadorias pode resultar em lesões musculoesqueléticas, como distensões e entorses. Adicionalmente, a movimentação de grandes volumes de mercadorias e o uso de equipamentos pesados aumentam o risco de acidentes de trabalho, como quedas, colisões e esmagamentos.	Tipo	Impacto negativo
	Setor	Distribuição
	Cadeia de valor	Montante e Jusante
	Real | Potencial	Potencial; Médio Prazo - Entre o ano de reporte e até 5 anos

O Grupo Teixeira Duarte reconhece a responsabilidade das suas atividades sobre os impactos reais e potenciais nos trabalhadores das respetivas cadeias de valor, situando-se estas principalmente em Portugal, Angola, Brasil e Moçambique, mercados estratégicos do Grupo.

A montante, a cadeia de valor, concentra-se em fornecedores de materiais, equipamentos e serviços, incluindo distribuição e logística. A jusante, a cadeia caracteriza-se por clientes e/ou utilizadores finais - dependendo das áreas de negócio – parceiros de negócios e/ou investidores.

As empresas controladas comprometem-se a assegurar que os seus fornecedores e parceiros – diretos e indiretos – estão alinhados com os mesmos princípios éticos, sociais e ambientais, garantindo não apenas a qualidade dos produtos e serviços prestados, mas também uma proposta de valor positiva e sustentável.

Para cumprir com este compromisso, as empresas exigem que estas entidades a montante da cadeia conheçam e respeitem todas as normas, procedimentos, obrigações e deveres estabelecidos no Código de Ética e Conduta da Teixeira Duarte, S.A., incluindo os que dizem respeito ao tratamento dos trabalhadores.

Na sua relação com os fornecedores, as empresas do Grupo reservam-se o direito de confirmar o cumprimento destes requisitos em qualquer altura, pelos meios que considerarem adequados, como por exemplo, através de auditorias.

Os fornecedores são incentivados a promover a disseminação destes valores, transmitindo os mesmos princípios e padrões elevados aos seus próprios fornecedores, independentemente das complexidades geográficas ou sociais envolvidas.

S2-1 Políticas relacionadas com os trabalhadores da cadeia de valor

A **Política de Conduta Empresarial da Teixeira Duarte, S.A**. reforça as evidências da conduta empresarial responsável e os compromissos para com os Direitos Humanos e o Ambiente nas operações e cadeias de valor das empresas controladas. Expressa igualmente o compromisso do Grupo Teixeira Duarte relativamente ao cumprimento do **Código de Ética e Conduta** e de um **Sistema de *Compliance*** que se aplicam a todas as empresas controladas e que implicam, entre outros aspetos, dar prioridade ao cumprimento do regime legal e das disposições normativas externas e internas por parte dos parceiros de negócios.

A Teixeira Duarte incentiva os seus fornecedores e clientes a adotarem sistemas de *Compliance* compatíveis com as suas atividades, com o objetivo de promover e manter um ambiente ético de negócios.

A Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. tem uma **Política de Compras** que estabelece todos os princípios de atuação exigidos aos fornecedores ao nível de ética e conduta, *compliance*, responsabilidade social, qualidade, saúde e segurança e ambiente.

Esta política exige aos fornecedores que assegurem, junto dos seus trabalhadores e trabalhadores de subfornecedores, o cumprimento dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, da Declaração da OIT relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho ou das Linhas Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais, nomeadamente no que diz respeito a:

a) Não utilizar ou apoiar a utilização de trabalho infantil ou de trabalho forçado;
b) Proporcionar um ambiente seguro e saudável para a prestação do trabalho;
c) Não obstar à liberdade de associação e direito de negociação coletiva;
d) Não praticar ou apoiar atos discriminatórios sob qualquer forma;
e) Não exercer ou apoiar o exercício de práticas disciplinares ilícitas ou desumanas;
f) Agir em conformidade com as leis aplicáveis e com os padrões da respetiva área de atividade em matérias relacionadas com o horário de trabalho;
g) Retribuir justa e adequadamente o trabalho efetivamente prestado, respeitando sempre o legalmente estipulado;
h) Garantir que nenhuma taxa ou despesa relativa à prestação de trabalho seja assumida na sua totalidade ou em parte pelos trabalhadores.

A área responsável pela execução e monitorização desta política é a Direção de Aprovisionamentos.

O Grupo Teixeira Duarte e as suas empresas promovem um ambiente de diálogo social inclusivo e participativo, cumprindo com as condições de emprego estabelecidas nas **convenções coletivas de trabalho** que abrangem os seus colaboradores e trabalhadores da cadeia de valor. As atividades dos setores da Construção, Hotelaria, Distribuição e Automóvel são as atividades do Grupo mais proeminentes em termos de instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho, considerando contratos coletivos, acordos coletivos e acordos de empresa.

O Grupo Teixeira Duarte destaca algumas políticas que, ainda que tenham como âmbito de aplicação a própria mão de obra, reforçam uma forma de atuar e uma cultura empresarial que repudia o desrespeito dos direitos de qualquer trabalhador, a falta de ética e práticas laborais irresponsáveis por parte das empresas da cadeia de valor.

- **Plano para a Igualdade:** tem como objetivo principal efetivar a igualdade entre os homens e as mulheres, na forma de tratamento e na concessão de oportunidades, promovendo a eliminação da discriminação, em função do sexo, e fomentando a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional;
- **Procedimento para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho**: tem como objetivo estabelecer os princípios de atuação e os procedimentos que se consideram adequados à prevenção e ao combate ao assédio em contexto laboral, a observar por todas as pessoas que dele fazem parte, tornando-o um instrumento autorregulador e a expressão de uma política ativa que visa evitar, identificar, eliminar e/ou punir situações suscetíveis de consubstanciar a prática de assédio no local de trabalho.

Relativamente à cadeia de valor a jusante, os **Sistemas de Gestão da Qualidade** de acordo com a norma ISO 9001, são estruturantes para muitas das empresas do Grupo Teixeira Duarte, na medida em que têm como prioridades a qualidade, a melhoria contínua e a satisfação das necessidades e expetativas dos seus clientes.

Setores e mercados onde as empresas do Grupo Teixeira Duarte tinham, a 31 de dezembro de 2024, Sistemas de Gestão da Qualidade certificados de acordo com referencial ISO 9001:

- **Construção**: Portugal, Brasil e Moçambique;
- **Concessões e Serviços**: Portugal, Angola, Brasil, Espanha e Moçambique;
- **Imobiliária**: Portugal e Brasil;
- **Distribuição**: Angola.

S2-2 Processos para dialogar com os trabalhadores da cadeia de valor sobre impactos

O envolvimento com os trabalhadores da cadeia de valor ocorre em diferentes fases e modalidades, sendo assegurada por meio de representantes das suas entidades patronais e mecanismos formais de comunicação.

O diálogo é promovido em diferentes momentos, consoante a necessidade e os impactos identificados. Além disso, segue uma abordagem flexível, sem um calendário fixo, garantindo resposta mais oportuna a questões emergentes.

Dependendo do modelo de negócio do setor de atividade do Grupo Teixeira Duarte, a responsabilidade operacional para assegurar este diálogo recai sobre os diretores de obra, responsáveis de compras e/ou diretores dos departamentos envolvidos, que são responsáveis por garantir que os trabalhadores da cadeia de valor têm voz ativa e sejam devidamente representados.

Relativamente à avaliação da eficácia do diálogo com os trabalhadores da cadeia de valor, o Grupo Teixeira Duarte entende ser dever da entidade patronal desses trabalhadores. Dessa forma, os requisitos de boa conduta exigidos pelas empresas do Grupo Teixeira Duarte são transmitidos aos fornecedores nos documentos de encomenda/adjudicação, tendo estes o compromisso de os transmitir aos seus colaboradores.

Todos os trabalhadores da cadeia de valor, incluindo aqueles que possam estar em situações de maior vulnerabilidade, têm acesso aos meios do Canal de Ética, que permitem a expressão das suas preocupações e denúncia de qualquer irregularidade.

Nas monitorizações que a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. realiza aos fornecedores, através de visitas e reuniões realizadas nas instalações dos fornecedores, para avaliação do desempenho social, são realizadas entrevistas a fim de detetar situações de risco e/ou incumprimento das normas estabelecidas pelas Políticas em vigor.

S2-3 Processos para corrigir os impactos negativos e canais para os trabalhadores da cadeia de valor expressarem preocupações

Dando cumprimento ao seu Código de Ética e Conduta e à Política de Comunicação de Irregularidades, o Grupo Teixeira Duarte tem implementado um canal de denúncias, o **Canal de Ética**, disponível no site institucional e via e-mail ou correspondência, que permite que os trabalhadores da cadeia de valor possam reportar irregularidades ou colocar dúvidas sobre direitos humanos, laborais e questões éticas.

A Política de Comunicação de Irregularidades prevê os procedimentos para efetuar a comunicação, o controlo e o tratamento das situações reportadas de acordo com um sistema confidencial, eficaz e idóneo para deteção, investigação e resolução de práticas indevidas.

As empresas que lideram os diferentes setores do Grupo Teixeira Duarte submetem as suas atividades a um sistema contínuo de auditorias internas e externas regulares, certificadas por normas internacionais, entre as quais a ISO 9001 (Qualidade), ISO 14001 (Ambiente), ISO 45001 (Segurança e Saúde no Trabalho), SA 8000 (Responsabilidade Social) e EN ISO/IEC 27001 (Segurança da Informação). Estas auditorias avaliam, entre outros aspetos, a eficácia dos canais de comunicação e o alinhamento com as políticas de conformidade exigidas às entidades que constituem as suas cadeias de valor.

S2-4 Tomar medidas sobre os impactos materiais nos trabalhadores da cadeia de valor e abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com os trabalhadores da cadeia de valor, e eficácia dessas ações

Os requisitos exigidos aos fornecedores ao nível de ética e conduta, *compliance*, responsabilidade social, qualidade, saúde e segurança e ambiente foram inseridos nos documentos contratuais, incluindo nas nota de encomenda.

No que toca aos Direitos Humanos, a atuação da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. encontra-se sustentada pela Norma SA 8000 (Responsabilidade Social). Com a sua implementação em Portugal, pretende-se uma promoção ativa do respeito por estes direitos, nomeadamente que os laborais sejam aplicados a todos os trabalhadores junto de fornecedores e subempreiteiros.

No âmbito da Responsabilidade Social, o processo de monitorização levado a cabo da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. foi assegurado através de visitas e reuniões realizadas nas instalações dos fornecedores, tendo sida a seleção dos fornecedores a monitorizar, suportada nos seguintes critérios:

a) Na Listagem dos Fornecedores Aprovados para o ano de 2024, que representaram 85% do volume de compras no ano anterior, em valor e número de linhas de encomenda;
b) No cruzamento dessa Listagem, com as listas homólogas dos 2 anos anteriores, para assegurar a inclusão de fornecedores relevantes e estáveis na sua relação com a empresa;
c) Da Listagem resultante dos parâmetros de seleção anteriormente referidos foram, cumulativamente, selecionados para monitorização:
    i. Os fornecedores que, preferencialmente, possuem instalações em Portugal Continental;
    ii. Os fornecedores de primeira linha (Fabricantes);
    iii. Os fornecedores com um nível de risco mais elevado, em função da sua localização geográfica e setor de atividade;
d) Na identificação de fornecedores que ficaram excluídos pelos parâmetros de seleção anteriores, mas cuja monitorização se considerou adequada e estratégica.

Foram efetuadas 11 monitorizações em 2024, verificando-se em todas as situações que o nível de risco real não foi superior ao nível de risco expectável, sendo recomendado, quando necessário, ações preventivas, corretivas e/ou de remediação.

Caso o parceiro não cumpra com as ações recomendadas no prazo acordado e/ou seja detetado um incidente grave de direitos humanos, o fornecedor é penalizado na sua qualificação ou mesmo excluido de SAP, por incumprimento das disposições contratuais e legais.

Nas entrevistas realizadas no âmbito do desempenho social no decurso de 2024, não foram identificados incumprimentos dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, da Declaração da OIT relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho ou das Linhas Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais.

No ano em análise, não foram comunicados problemas graves de direitos humanos e incidentes relacionados com as cadeias de valor a montante e a jusante das empresas do Grupo Teixeira Duarte.

Em 2024, foi iniciado um projeto com liderança da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. em Portugal para incorporação de critérios ESG na qualificação dos fornecedores. Através de uma plataforma de informação externa foram avaliados os níveis de risco ESG dos fornecedores que totalizam 80% do volume de compras do Grupo Teixeira Duarte.

A plataforma fornece informação publicamente disponível, dispensando o processo de pedido de informações individual aos fornecedores, que muitas vezes é pouco eficaz no acesso a dados. Ciente que nem toda a informação dos fornecedores sobre aspetos ESG estará disponivel nos meios públicos, em 2025, a Teixeira Duarte irá complementar a avaliação dos fornecedores com classificações mais baixas (maior risco), através de inquéritos individuais.

S2-5 Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais

As empresas do Grupo Teixeira Duarte irão continuar a investir no desenvolvimento de processos e sistemas de recolha de informação para um melhor acompanhamento dos impactos, riscos e oportunidades dos trabalhadores da cadeia de valor, e considerando as especificidades dos setores e geografias. Em 2024, o Grupo não adotou metas quantitativas nesta matéria. Prevê-se que possa fazê-lo durante o triénio 2025-2027.

ESRS S4 CONSUMIDORES E UTILIZADORES FINAIS

ESRS 2 SBM-3 Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócios

Da análise de dupla materialidade, resultam 3 impactos negativos para o Grupo Teixeira Duarte fruto das atividades no setor da Distribuição:

Privacidade

Falhas na gestão da segurança dos dados dos consumidores e utilizadores finais contra ataques informáticos e violações de segurança de dados podem prejudicar a privacidade dos mesmos.	Tipo	Impacto negativo
	Setor	Distribuição
	Cadeia de valor	Operações próprias
	Real | Potencial	Potencial; Curto Prazo - Ano de reporte

Saúde e segurança

A contaminação por agentes patogénicos, substâncias perigosas ou deterioração pode conduzir a potenciais riscos para a saúde dos consumidores, tendo um impacto negativo no ambiente e na saúde pública.	Tipo	Impacto negativo
	Setor	Distribuição
	Cadeia de valor	Montante e Operações próprias
	Real | Potencial	Potencial; Curto Prazo - Ano de reporte

Segurança de uma pessoa

O armazenamento inadequado de produtos, especialmente alimentos e produtos químicos, pode levar à contaminação e deterioração, colocando em risco a saúde dos consumidores. De outro prisma, se os fornecedores não cumprirem com os padrões de segurança, os produtos distribuídos podem ser de baixa qualidade ou perigosos, resultando em riscos para a saúde e segurança dos consumidores. Por exemplo, alimentos contaminados ou produtos defeituosos podem causar problemas de saúde.	Tipo	Impacto negativo
	Setor	Distribuição
	Cadeia de valor	Montante e Operações próprias
	Real | Potencial	Potencial; Curto Prazo - Ano de reporte

ESRS S4-1 Políticas relacionadas com consumidores e utilizadores finais

Composto por uma Política Geral, um Manual de Procedimentos e uma coleção de Procedimentos Gerais, o Grupo Teixeira Duarte tem em vigor um sistema que estabelece os termos e condições em que as empresas controladas tratam os dados pessoais, em conformidade com o Regulamento Geral de Proteção de Dados (UE) 2016/679. É através deste sistema, que disponibiliza uma abordagem estruturada e abrangente quanto à gestão de dados e que é garantida a privacidade da informação respeitante aos clientes das empresas do Grupo.

A **Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais** é o documento base de todo o Sistema Gestão de Proteção de Dados Pessoais implementado no Grupo Teixeira Duarte que tem como objetivos:

- Valorizar a privacidade enquanto direito fundamental;

- Assegurar os princípios da licitude, lealdade e transparência;
- Limitar o tratamento de dados às suas finalidades e prazo de conservação;
- Minimizar os dados e garantindo a sua confidencialidade, integridade e disponibilidade.

A Política aplica-se aos tratamentos de dados pessoais realizados pelas sociedades do Grupo Teixeira Duarte, com atividade estabelecida na União Europeia, no âmbito de uma relação comercial ou profissional.

A finalidade do tratamento de dados poderá implicar a comunicação de dados pessoais a sociedades do Grupo e/ou a outras sociedades subcontratadas, estabelecidas em países fora do território do Espaço Económico Europeu (EEE), sendo necessário garantir a proteção estabelecida pelo Regulamento Geral de Proteção de Dados.

Nas geografias fora do território do Espaço Económico Europeu (EEE) as empresas controladas estão sujeitas a normativos legais da respetiva jurisdição.

No que diz respeito à segurança da informação, a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. tem implementado um sistema de gestão, cuja política define o propósito, a direção, os princípios e as regras básicas para a gestão da segurança da informação na Empresa, estando alinhada às melhores práticas internacionais, seguindo a norma EN ISO/IEC 27001.

A **Política de Segurança da Informação** visa a proteção da informação e de outros ativos associados, bem como de clientes, parceiros e colaboradores do Grupo Teixeira Duarte. Aplica-se a todas as pessoas, processos e tecnologias da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., sendo que esta Empresa presta suporte técnico e tecnológico às restantes Empresas do Grupo.

A política foi elaborada pelo *Chief Information Security Officer* da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A e a sua execução é da responsabilidade do Conselho de Administração da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A..

A **Política de Comunicação de Irregularidades** em vigor no Grupo Teixeira Duarte e o canal de denúncias, o Canal de Ética, por esta estabelecido permite aos consumidores expressar preocupações e comunicar eventuais irregularidades identificadas, ficando os denunciantes protegidos contra atos de retaliação. A Política de Comunicação de Irregularidades prevê também um procedimento que estabelece o modo de efetuar a comunicação, o controlo e o tratamento de denúncias recebidas na estrutura empresarial como medida de prevenção e combate a práticas indevidas.

O foco na qualidade, em melhorar continuamente o desempenho global e a intenção de satisfazer as necessidades e expetativas dos seus clientes, levaram as empresas do Grupo Teixeira Duarte a adotar **Políticas de Gestão de Qualidade** que fortalecem os seus princípios de atuação no que toca à segurança e bem-estar de consumidores e utilizadores finais.

Nas atividades de Construção, *Facilities Management* e Imobiliária, a implementação e certificação de Sistemas de Gestão da Qualidade de acordo com a norma ISO 9001 garante que as empresas seguem processos estruturados, cumprem com as normas de segurança e de qualidade e tenham mecanismos de controlo de riscos - desde a conceção do projeto à manutenção em fase de exploração de um edifício - proporcionando um ambiente seguro e saudável para os ocupantes.

As empresas do Grupo Teixeira Duarte da fileira AEC tinham, a 31 de dezembro de 2024, Sistemas de Gestão da Qualidade certificados nos seguintes mercados:

- **Construção**: Portugal, Brasil e Moçambique;
- ***Facilities Management***: Portugal, Angola, Brasil, Espanha e Moçambique;
- **Imobiliária**: Portugal e Brasil;

O setor da Distribuição instituiu uma **Política de Gestão de Qualidade** que abrange a comercialização de alimentos e bens de consumo (a grosso e a retalho), afirmando o compromisso do negócio para com a saúde e segurança dos consumidores.

Outra política relevante neste setor é a **Política de Desenvolvimento de Competências** do Grupo Teixeira Duarte (requisito de divulgação S1-1) que assenta numa matriz que integra uma componente formativa transversal a todas as áreas de negócio, bem como uma componente específica, o que lhe permite ser adaptada a qualquer setor, mercado e categoria profissional. Com efeito, o setor da Distribuição investe fortemente na formação contínua dos seus colaboradores, sendo o setor do Grupo com mais horas de formação por colaborador em média, na medida em que o impacto desta componente de gestão de recursos humanos é determinante para a satisfação dos clientes, para a eficiência operacional e sustentabilidade do negócio.

ESRS S4-2 Processos para dialogar com os consumidores e utilizadores finais sobre impactos

A auscultação dos clientes na área da Distribuição é realizada de várias formas, por forma a ouvir e compreender as suas opiniões, desejos e preocupações.

Os principais métodos de auscultação utilizados neste setor são:

- **Pesquisas de Satisfação**: com o intuito de auscultar a **satisfação do cliente** foi disponibilizado um **inquérito**, em cada loja, através de QR Code, que proporcionou vários *inputs* à operação sobre as preferências, mas também sobre a concorrência o que possibilitou definir um plano de ações para o ano de 2025;
- **Pesquisas com recurso a "Cliente mistério"**: em 2024, a Distribuição realizou 2 vagas de avaliações com recurso a uma entidade externa para avaliar a qualidade do atendimento, serviços e produtos oferecidos, sem que as equipas das lojas soubessem que estão a ser avaliadas;
- **Sugestões e Reclamações**: através da análise a sugestões e reclamações a organização recebe *feedback* relevante sobre oportunidades de melhoria e eficácia de ações implementadas;
- **Análises de dados de vendas:** a análise das vendas de produtos e serviços e o número compras efetuadas nas suas lojas são, de forma indireta, uma forma de compreender as preferências dos clientes;

Dependendo do tipo de auscultação, a responsabilidade operacional para assegurar os processos de diálogo recai sobre os responsáveis de Marketing, de Compras e/ou de Qualidade e Segurança Alimentar.

O setor da Distribuição tem nestes processos de diálogo a base para tomada de várias decisões estratégicas no que toca à melhoria contínua do negócio, tais como, criação de novas áreas de serviço, introdução de novos produtos no cardex, reforço da formação, entre outras.

ESRS S4-3 Processos para corrigir os impactos negativos e canais para os consumidores e utilizadores finais poderem expressar preocupações

Todos os clientes das empresas do Grupo do setor da Distribuição têm acesso a canais de comunicação seguros e confidenciais, nomeadamente os meios disponibilizados pelo Canal de Ética do Grupo, que permitem a expressão das suas preocupações.

A atividade da Distribuição do Grupo Teixeira Duarte em Angola dedica-se à venda de serviços e produtos (alimentares e não alimentares) a clientes particulares e a empresas aos quais se aplicam os Direitos do Consumidor. Uma grande maioria destas vendas são feitas em lojas abertas ao público operadas pelas empresas do Grupo, sendo que os clientes expressam preocupações, apresentam reclamações, pedidos de troca, entre outros motivos de contacto, de forma presencial na grande maioria das vezes.

As reclamações e sugestões são assim apresentadas pelos clientes num impresso que é disponibilizado nas lojas ou no livro de reclamações, mas podem também ser apresentadas pelos meios de comunicação digitais (site, redes sociais e/ou email geral) disponíveis para o público.

Qualquer não conformidade que seja detetada - uma reclamação/uma sugestão e/ou um produto não conforme - é comunicada a ocorrência à área de Qualidade e Segurança Alimentar (QSA) que procede ao seu registo em sistema.

Após registo e classificação ("Ocorrência", "Não Conformidade" ou "Observação"), a QSA atribui o caso, em sistema, ao departamento a tratar, para que seja avaliada a necessidade de ações corretivas. Caso assim seja decidido, são definidas as ações corretivas, os respetivos responsáveis e prazos para a sua implementação, de modo a impedir a repetição da ocorrência. Terminados os prazos estipulados, a QSA verifica a implementação e eficácia das ações. Considerando as mesmas eficazes, o processo dá-se como encerrado. Caso contrário, deve ser efetuado um novo registo e definida uma nova ação, até que a ocorrência se considere corrigida. Se a ocorrência tiver origem na comunicação de um cliente, é feito o seguimento junto do mesmo pela área de vendas e são tomadas medidas que asseguram a não repetição da ocorrência.

ESRS S4-4 Adoção de medidas sobre impactos significativos nos consumidores e utilizadores finais, e abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com consumidores e utilizadores finais, e eficácia dessas ações

Ao nível da privacidade dos dados, foi implementado no Grupo Teixeira Duarte um **Manual de Procedimentos de Proteção de Dados**, no qual se identificam os procedimentos emanados do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) e na legislação sobre proteção de dados pessoais, visando a evidência do seu cumprimento pelas empresas do Grupo Teixeira Duarte, no âmbito das suas atividades.

No âmbito da segurança da informação, o Grupo Teixeira Duarte tem implementados, por via da área corporativa que se insere na Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. (certificada pela EN ISO/IEC 27001), um robusto conjunto de regulamentos e

procedimentos baseados na avaliação de riscos, com mais de **90 controlos obrigatórios**, por forma a mitigar os riscos associados a ciberataques, ataques físicos às instalações, roubo de informação e outras ameaças à segurança dos dados e informação.

Em 2024, o Grupo não registou incidentes relacionados com a privacidade dos dados tratados pelas suas participadas.

O **Sistema de Gestão da Qualidade** de acordo com a norma ISO 9001 que o setor Distribuição mantém é complementado por um sistema de análise de perigos e pontos críticos de controlo ("**Hazard Analysis and Critical Control Points**" HACCP).

Desta forma, a organização consegue garantir não apenas a qualidade dos seus produtos e serviços, mas também a segurança alimentar, assegurando que os alimentos sejam seguros para o consumo, atendendo aos requisitos legais e às expetativas dos consumidores.

Em 2024, o Grupo não registou incidentes relacionados com a privacidade dos dados tratados pelas empresas controladas.

No que diz respeito à saúde e segurança dos clientes, o setor da Distribuição segue rigorosos procedimentos que emanam do sistema de gestão HACCP, cujo foco é prevenir riscos/perigos (biológicos, químicos e físicos) que podem afetar a saúde do consumidor durante a produção, processamento e distribuição de alimentos. O HACCP é baseado em sete princípios fundamentais:

1. **Análise de Perigos**: identificar os perigos que possam afetar a segurança dos alimentos (como contaminações microbiológicas, químicas ou físicas);
2. **Determinação dos Pontos Críticos de Controlo (PCCs)**: identificar as etapas no processo onde os perigos podem ser prevenidos, eliminados ou controlados.
3. **Estabelecimento de Limites Críticos**: definir os critérios (como temperatura, tempo, pH, etc.) para cada PCC, para garantir que o controle de perigo seja efetivo.
4. **Monitorização dos PCCs**: estabelecer procedimentos para monitorar os pontos críticos, garantindo que os limites críticos sejam mantidos.
5. **Ação Corretiva**: definir ações a serem tomadas quando a monitorização indicar que um PCC está fora dos limites críticos.
6. **Verificação**: confirmar que o sistema HACCP funciona como planeado, através de auditorias e testes.
7. **Documentação e Registos**: manter registos detalhados de todos os procedimentos e ações para garantir a rastreabilidade e conformidade com o sistema.

A implementação deste sistema de gestão é da responsabilidade de equipas técnicas especializadas, sendo que todos os outros colaboradores recebem formação sobre boas práticas da segurança alimentar. O **Manual de Boas Práticas de Segurança Alimentar**, elaborado com o objetivo de facilitar as tarefas dos colaboradores não técnicos no que respeita às Boas Práticas De Segurança Alimentar, proporciona um melhor entendimento e cumprimento das regras de segurança dos alimentos na generalidade da organização.

Os métodos de monitorização das condições de segurança alimentar incluem controlos analíticos a produtos realizados por laboratórios externos e verificação de equipamentos de monitorização e respetivas calibrações. A área de QSA tem um plano de auditorias anual – internas e externas - às lojas e outras instalações de apoio às operações (Centro de Distribuição e Logística, Fábrica Nilo) e que visa a avaliação de elementos comuns, higiene e organização. São também realizadas auditorias a fornecedores, no âmbito do cumprimento do sistema de Qualidade e Segurança Alimentar.

Em 2024, a área de negócio registou 245 reclamações, menos 3,5% do que no ano anterior, sinalizando melhoria contínua e eficácia de ações tomadas para evitar a reincidência de não conformidades.

No ano em análise destaca-se uma diminuição significativa de reclamações a fornecedores (-46%) relativamente ao ano anterior, melhoria diretamente ligada ao aumento significativo de compras locais que possibilitam a devolução imediata em caso de não conformidade do produto.

A salientar ainda uma maior adesão dos clientes aos mecanismos de *feedback* oferecidos pela organização, uma vez que, em 2024, foram recebidas mais 57% de sugestões do que em 2023, sobretudo relacionadas com novos produtos ou serviços que os clientes desejam ter nas lojas sendo, constituindo por isso oportunidades a explorar.

ESRS S4-5 Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais

Não havendo alterações significativas no seu portfolio de negócios, o setor da Distribuição do Grupo Teixeira Duarte tem como metas anuais para o período de 2024-2028.

Área de impacto	Meta anual	2024
Segurança e privacidade de dados	Incidentes relacionados com a privacidade dos dados tratados = 0	Cumprido
Saúde e segurança	Cumprir o plano anual de auditorias internas e externas	Cumprido
	Resposta a reclamações de clientes, de reclamações a fornecedores, não conformidades e inspeções de entidades oficiais = 100%	Cumprido

INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNAÇÃO

ESRS G1 CONDUTA EMPRESARIAL

Da análise de dupla materialidade ao tema da Conduta Empresarial, resultaram 3 impactos e 1 oportunidade para o Grupo Teixeira Duarte fruto das atividades em vários setores:

Cultura empresarial

Promover a ética empresarial, a conformidade regulatória, garantir a eficácia das normas e demonstrar o devido controlo sobre a atividade.	Tipo	Impacto positivo
	Setor	Construção, Imobiliário, Distribuição e Automóvel
	Cadeia de valor	Operações próprias
	Real | Potencial	Real
Diferenciação pela cultura corporativa sólida (por exemplo, promoção de práticas de trabalho justas e responsáveis), baseada em valores de sustentabilidade (políticas social e eticamente responsáveis para a comunidade) que pode fortalecer a reputação e a marca, atraindo clientes e investidores responsáveis e capital sustentável para crescimento a longo prazo.	Tipo	Oportunidade
	Setor	Construção
	Cadeia de valor	Operações próprias
	Real | Potencial	Potencial; Médio Prazo - Entre o ano de reporte e até 5 anos

Proteção de denunciantes

Se os colaboradores não tiverem vias adequadas para comunicar questões éticas, nomeadamente a gestão inadequada de mecanismos de *whistleblowing* (por exemplo, confidencialidade e anonimato), é mais provável que o comportamento antiético não seja identificado e menos casos sejam remediados, podendo resultar em repercussões negativas para os denunciantes.	Tipo	Impacto negativo
	Setor	Facilities Management
	Cadeia de valor	Operações próprias
	Real | Potencial	Potencial; Curto Prazo - Ano de reporte

Corrupção e suborno - Prevenção e deteção, incluindo formação

Práticas robustas de prevenção à corrupção reforçam a integridade da empresa e contribuem para um ambiente de negócios mais justo e transparente.	Tipo	Impacto positivo
	Setor	Facilities Management
	Cadeia de valor	Operações próprias
	Real | Potencial	Real

ESRS 2 GOV-1 O papel dos órgãos de administração, de supervisão e de direção

No que respeita à conduta empresarial, a estrutura organizacional da Teixeira Duarte, S.A. (TDSA), é composta pelos seguintes órgãos:

- O **Conselho de Administração**, o qual desempenha um papel fundamental para a eficácia do Programa de *Compliance*, através da definição de princípios e diretrizes éticas; da aprovação de políticas corporativas claras e objetivas; da alocação de recursos humanos, financeiros e tecnológicos para a governança corporativa; da transparência e diálogo com os *stakeholders* e demais partes interessadas; e do incentivo a uma cultura de integridade em todos os níveis da organização.
- A **Direção**, que desempenha um papel central na condução dos negócios, servindo como um modelo de conduta ética na gestão estratégica e operacional das atividades; na gestão de riscos para a adoção de medidas preventivas e corretivas; e na promoção do Código de Ética e Conduta, de formações e de mecanismos que sejam seguidos por todos os colaboradores.
- O **Conselho Fiscal**, que exerce a função de supervisionar as ações da Administração, bem como examinar as demonstrações financeiras, assegurar o cumprimento legal e regulatório das normas aplicáveis, avaliar a eficácia das políticas de governança e garantir a divulgação dos relatórios financeiros de maneira transparente, ética e responsável.
- A **Área Corporativa de *Compliance***, que é responsável por desenvolver e implementar o Programa de *Compliance*; monitorar o cumprimento normativo de diplomas legais; promover formações e campanhas educativas no âmbito da ética e conduta; identificar e mitigar riscos de corrupção e infrações conexas; estabelecer mecanismos seguros para o reporte de denúncias; e investigar e propor soluções para eventuais infrações.
- A **Área Corporativa de Auditoria Interna**, que desempenha o papel de analisar operações e sistemas de controlo interno para identificar falhas, ineficiências e riscos; investigar potenciais fraudes, desvios ou condutas inadequadas; examina registos contabilísticos, fluxos financeiros e procedimentos operacionais para assegurar precisão e atuar em conjunto com as áreas de *Compliance* e o Conselho Fiscal para reforçar a cultura ética e o cumprimento das normas.
- A **Equipa de Ética**, que é um dos elementos componentes do processo de avaliação das denúncias/irregularidades comunicadas através do Canal de Ética, atuando por forma a garantir a confidencialidade e o tratamento dos casos de forma independente e imparcial.

ESRS 2 IRO-1 Descrição dos processos para identificar e avaliar os impactos, os riscos e as oportunidades materiais

O Grupo Teixeira Duarte procede à identificação e impactos, riscos e oportunidades materiais através do processo de análise de dupla materialidade, descrito no requisito IRO-1 das Divulgações Gerais.

Adicionalmente, a Teixeira Duarte tem implementado um processo de gestão de riscos relacionados com conduta empresarial, que incorpora diversas avaliações com níveis e complexidade distintos, tendo em consideração a identificação de riscos de corrupção (suborno, distorção da concorrência e oferta de benefícios e hospitalidade) e infrações conexas (tráfico de influência, branqueamento e fraude), as matérias a tratar e a identificação dos tipos de risco subjacentes aos setores e áreas geográficas em que as entidades do Grupo atuam.

O Grupo Teixeira Duarte tem em vigor um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR), que abrange todas as suas empresas controladas elegíveis aos critérios de obtenção acima de cinquenta trabalhadores e sede em Portugal, no qual identifica, analisa e classifica os riscos e as situações que possam expor as entidades do Grupo a atos de corrupção e infrações conexas, incluindo aqueles associados ao exercício de funções pelos titulares dos órgãos de Administração e Direção, e acordo com a realidade dos setores e as áreas geográficas em que as entidades atuam.

Os riscos são identificados pelo Conselho de Administração da Teixeira Duarte, S.A., devidamente suportado pelos responsáveis de diversas áreas do Grupo Teixeira Duarte, tendo em consideração as atividades realizadas pelas empresas do Grupo, os tipos de relacionamento, a análise de documentos e o tratamento de dados.

A avaliação dos riscos engloba como critérios a probabilidade de ocorrência e o impacto, resultando no grau: baixo, moderado, elevado e muito elevado.

Já a avaliação dos controlos para correção ou mitigação dos riscos, deriva dos critérios estabelecidos para avaliar sua eficiência, resultando assim no valor de risco residual.

ESRS G1-1 Políticas de conduta empresarial e cultura empresarial

A Teixeira Duarte determinou tolerância zero relativamente à prática de atos de corrupção e infrações conexas e encontra-se ativamente comprometida na prevenção, deteção e combate da corrupção. O seu Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR) tem como objetivo realizar a gestão de riscos de corrupção e infrações conexas através de iniciativas que concretizam o Programa de Cumprimento Normativo, composto pelo Código de Ética e Conduta, pelo Programa de Formação sobre a temática de Prevenção da Corrupção, pelo Canal de Denúncias, pela nomeação de um Responsável pelo Cumprimento Normativo e por um Sistema de Controlo Interno, para além do próprio PPR.

O Código de Ética e Conduta (Código) do Grupo Teixeira Duarte, que se estende a todos os administradores, trabalhadores e outros representantes, bem como a todas as entidades incluídas no seu perímetro de consolidação e âmbito de gestão, reúne os princípios, valores e compromissos que devem ser adotados integralmente no exercício das funções dos colaboradores e nas atividades de negócio.

O Código é, portanto, um documento essencial para que a Teixeira Duarte e suas empresas controladas estabeleçam e possam manter uma cultura organizacional baseada na ética, integridade e transparência, cabendo a todos os seus colaboradores a responsabilidade de o cumprir e o fazê-lo cumprir de modo institucional.

Adicionalmente, para promover esta cultura empresarial, o Grupo Teixeira Duarte dispõe das seguintes políticas e procedimentos, devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da Teixeira Duarte, S.A.:

- **Política de Gestão Empresarial**: que reforça as evidências da conduta empresarial responsável e os compromissos para com os Direitos Humanos e o Ambiente nas operações e cadeias de valor das empresas controladas.
- **Política de Comunicação de Irregularidades (*Whistleblowing*)**: que define os modos de receção, controlo e tratamento de denúncias/irregularidades, na forma falada ou escrita, da prática de irregularidades que estejam alegadamente envolvidas com as empresas controladas, e assegura a adoção de medidas de prevenção e combate a práticas indevidas.
- **Procedimento Geral de Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho**: que estabelece os princípios de atuação e os procedimentos que se consideram adequados à prevenção e ao combate ao assédio em contexto laboral dentro das empresas controladas.
- **Política de Brindes, Presentes, Hospitalidade e Entretenimento**: que estabelece as diretrizes de conduta para a oferta e/ou recebimento de brindes, presentes, hospitalidade ou entretenimento, designados como cortesias corporativas, nas empresas controladas.
- **Política de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo**: que define os princípios base para a prevenção e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo no âmbito das atividades das empresas controladas.
- **Procedimento Corporativo de Relacionamento com Concorrentes**: que estabelece os parâmetros para a relação das empresas controladas juntamente com seus concorrentes, de modo que seja assegurado o cumprimento dos valores e das normas concorrenciais aplicáveis.

Tais documentos corporativos fazem parte do Programa de *Compliance* da Teixeira Duarte e também se aplicam a todas as suas empresas controladas, estando disponíveis para acesso através de um centro de conhecimento interno dedicado a diversas matérias de *Compliance*, denominado "Kiosk Compliance".

Também são realizadas campanhas internas de sensibilização e divulgados os conteúdos nos *lockscreens* (ecrã de bloqueio dos computadores) de todos os colaboradores do Grupo Teixeira Duarte em matérias de *Compliance.*

— Mecanismos de Denúncias

CANAL DE ÉTICA

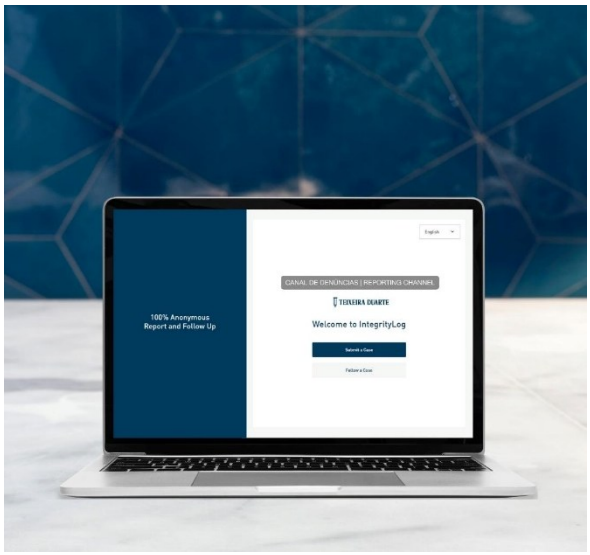
O Canal de Ética implementado pelo Grupo Teixeira Duarte destina-se a todos os administradores, trabalhadores, prestadores de serviço, contratantes, subcontratantes, fornecedores, terceiros, acionistas e demais *stakeholders*. É composto pelas seguintes alternativas para o registo de denúncias ou irregularidades:

i. Canal de Denúncias ("IntegrityLog"): plataforma de fornecedor externo, gerida por uma equipa interna, que permite a comunicação de irregularidades de forma anónima, caso seja esse o entendimento do denunciante;

ii. Correspondência dirigida ao Conselho de Administração ou ao Conselho Fiscal da Teixeira Duarte, S.A.;

iii. Mensagem de correio eletrónico para o endereço compliance@teixeiraduarte.com, com acesso exclusivo da Equipa de Ética;

iv. Mensagem de correio eletrónico para o endereço conselhofiscal@teixeiraduarte.com, com acesso exclusivo dos membros do Conselho Fiscal.



Este canal para receção de denúncias, pode ser acedido de modo externo, através do site da Teixeira Duarte, e também de modo interno, através do Portal do Colaborador e do "Kiosk Compliance", devendo ser utilizado para o registo de denúncias/irregularidades dispostas na própria plataforma, nomeadamente violações de conduta, atos de corrupção e assédio, violação de dados e de direitos humanos, entre outros.

— Investigação de incidentes de conduta empresarial

Todas as denúncias/irregularidades reportadas no Canal de Ética recebem um número de identificação e são submetidas à avaliação de uma Equipa de Ética, através da etapa de triagem, que determina, num prazo de quinze dias, se o conteúdo reportado contém relevância para prosseguir para a fase de investigação.

Por forma a garantir a independência e imparcialidade na análise do caso, um relatório de triagem é sequencialmente enviado ao Conselho de Administração da Teixeira Duarte, S.A. para que também haja concordância e deliberação a favor da etapa de investigação. Este processo ocorre de igual maneira para denúncias com indicação de arquivamento.

Caso não haja fundamentos que justifiquem uma investigação, o caso é encaminhado para arquivamento e o denunciante é devidamente informado ainda no prazo de quinze dias. Havendo elementos que substanciem uma análise mais aprofundada, um processo de investigação é conduzido com discrição, isenção e com a necessária confidencialidade e respeito pelo anonimato da pessoa denunciante, caso assim o tenha optado e, em função da complexidade ou tecnicidade da investigação, os membros da Equipa de Ética podem também solicitar meios adicionais ao Conselho de Administração para solicitar apoio a especialistas na área financeira, jurídica e/ou técnica.

Concluída a fase de investigação, que pode durar até 3 meses, um relatório de investigação é preparado pela Equipa de Ética com a conclusão sobre a procedência ou não da irregularidade reportada, bem como com a indicação de medidas preventivas ou corretivas. Este relatório é igualmente enviado ao Conselho de Administração para aprovação.

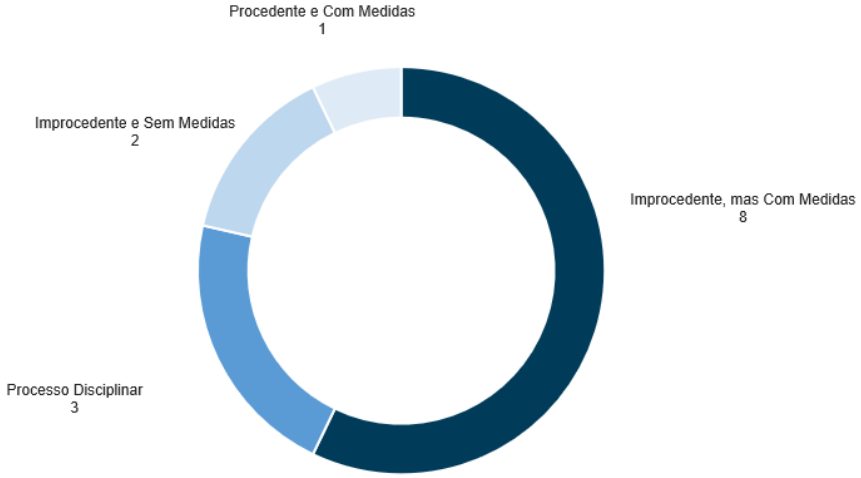
Diante da deliberação positiva, o resultado da Investigação é comunicado ao denunciante e as medidas necessárias são direcionadas aos responsáveis para aplicação prática.

Em 2024, o Grupo Teixeira Duarte e empresas controladas registaram 15 denúncias pertencentes às seguintes categorias:

Assunto	Nº de denúncias
Abuso de Poder	1
Assédio Moral	7
Assédio Sexual	3

Confidencialidade	1
Direitos Humanos	1
Discriminação	1
Segurança e Saúde	1
Total	15

Após investigação das 15 denúncias, 1 denúncia foi arquivada. As restantes, resultaram da seguinte forma:



Resultado da investigação das denúncias 2024

— **Proteção de Denunciantes**

No âmbito da proteção aos denunciantes, a Teixeira Duarte atua em conformidade com a Lei nº. 93/2021, de 20 de dezembro, à qual está sujeita, garantindo a confidencialidade, a integridade, a proteção dos dados pessoais do denunciante/denunciado e o anonimato das denúncias recebidas, bem como a ausência de quaisquer represálias por denúncias de boa-fé.

As represálias praticadas contra os denunciantes são condenadas e poderão dar lugar a processos disciplinares levantados aos seus autores e às pessoas que permitiram tais represálias.

Para sensibilizar e reforçar a importância desta matéria, e por forma a tornar o ambiente de trabalho mais seguro, ético e em conformidade, o Grupo Teixeira Duarte inclui, desde 2023, um curso sobre o Canal de Ética no Programa de Formação dos colaboradores, divulgando os meios de comunicação disponíveis, o fluxo de tratamento das denúncias recebidas e as medidas de proteção aplicáveis aos denunciantes.

O índice de conclusão desta formação por todos os colaboradores do Grupo Teixeira Duarte e suas empresas controladas é monitorizado pela Área Corporativa de *Compliance*, com o apoio das respetivas Direções. Esta formação também faz parte do processo de acolhimento dos novos colaboradores.

— **Formação em matéria de conduta empresarial**

Para garantir a compreensão e a adesão ao Código de Ética e Conduta (Código) da Teixeira Duarte aplicável às suas empresas controladas, este documento corporativo é incluído no processo de acolhimento de todos os colaboradores, servindo como uma formação em matéria de conduta empresarial.

De modo complementar, o Grupo Teixeira Duarte disponibiliza a todos os seus colaboradores, em todas as geografias, formações no âmbito do seu Canal de Ética, da Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho e da Prevenção da Corrupção.

O conteúdo da formação de Prevenção da Corrupção tem como objetivo reforçar a importância do compromisso de todos os colaboradores em prevenir e detetar atos de corrupção, e infrações conexas; garantir a eficiência dos controlos internos, em matéria de transparência, integridade e efetividade; demonstrar quais são as sanções aplicáveis, a nível individual e coletivo, perante os atos de corrupção e infrações conexas e assegurar a conformidade legal da Teixeira Duarte e suas controladas com a legislação aplicável.

Desde o lançamento, em março de 2023, mais de 700 colaboradores, sediados em Portugal, realizaram a referida formação, sendo a mesma de caráter obrigatório para os colaboradores com maior exposição a estes riscos, além de também fazer parte do processo de acolhimento de novos colaboradores.

A formação também está disponível para as demais geografias em que o Grupo Teixeira Duarte e suas controladas operam, através de plataforma de *e-learning*, que pode ser acedida através do Portal do Colaborador e do "Kiosk Compliance".

Em 2024, a Teixeira Duarte também nomeou o *Chief Compliance Officer* como o Responsável pelos Direitos Humanos, representando o seu compromisso com a conformidade em matéria de Direitos Humanos, bem como também representando uma resposta aos novos requisitos legais sobre a sustentabilidade corporativa, nomeadamente, o Regulamento da Taxonomia (Salvaguardas Mínimas).

— **Funções mais expostas ao risco de corrupção e suborno**

O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Teixeira Duarte estabelece as áreas com maior potencial para a prática de atos de corrupção e infrações conexas, de modo que tais áreas realizem a identificação, avaliação, mitigação e monitorização dos riscos inerentes às respetivas atividades, com o objetivo de anteciparem e/ou mitigarem possíveis situações que possam ter impactos e consequências negativas para essas entidades, minimizando o respetivo grau de risco.

ESRS G1-3 Prevenção e deteção de corrupção e suborno

A abordagem do Grupo Teixeira Duarte relativamente à prevenção da corrupção e suborno é estabelecida através dos documentos normativos que pertencem ao Programa de *Compliance*, bem como da disponibilidade de uma formação de Prevenção da Corrupção que detém caráter obrigatório para os colaboradores com maior exposição a estes riscos.

Diante de uma infração de corrupção cometida (passado), que esteja a ser cometida (presente) ou cujo cometimento se possa razoavelmente prever (futuro), a Teixeira Duarte incentiva todos os seus administradores, trabalhadores, prestadores de serviços, contratantes, subcontratantes, fornecedores, terceiros, acionistas e *stakeholders* a acionarem os Mecanismos de Denúncias disponíveis para a comunicação do ocorrido.

A informação referente às políticas implementadas com o propósito de antecipar, detetar e dar resposta a casos de corrupção e suborno pode ser consultada no ponto G1-1.

Os responsáveis por analisar os casos denunciados são sempre de áreas que não a que se encontra no centro da denúncia.

Atualmente, o Grupo Teixeira Duarte tem em vigor um Pacote de Medidas Gerais, que consiste num conjunto de medidas implementadas que se aplicam a todas as áreas de risco mapeadas no âmbito do PPR que incluem medidas de controlo sistémico, documentos normativos e formação.

A execução do PPR está sujeita a um sistema de controlo e monitorização, que inclui relatórios de avaliação a realizar duas vezes por ano, por forma a assegurar a eficácia das medidas nele previstas, bem como a sua atualização de acordo com as necessidades da dinâmica empresarial da organização.

ESRS G1-4 Casos de corrupção ou suborno

A Teixeira Duarte e as suas empresas controladas não foram alvo de contraordenações ou multas por violação das leis anticorrupção ou antisuborno, nem foram objeto de quaisquer ações legais relacionadas a corrupção ou suborno no ano de reporte.

Durante o ano de 2024, através do Canal de Ética, duas denúncias de natureza de "Corrupção" foram registadas e encaminhadas para investigação. Após apuramento, concluiu-se que os factos alegados não apresentavam procedência, pelo que não houve a necessidade de nenhuma ação ou aplicação de medidas corretivas.

INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS DA ENTIDADE

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

Decorrente do processo de dupla materialidade, duas oportunidades associadas ao setor da Construção foram consideradas materiais.

Inovação e Tecnologia

A inovação, aliada ao desenvolvimento tecnológico no setor da construção permite criar oportunidades no desenvolvimento de construções mais sustentáveis e mais eficientes, nomeadamente ao nível da utilização de materiais mais ecológicos, recicláveis e/ou reutilizáveis, da produção energeticamente mais eficiente e técnicas de redução de resíduos, contribuindo para a valorização e reputação da empresa e para o aumento da sua competitividade, assim como para a redução da sua pegada de carbono.	Tipo	Oportunidade
	Setor	Construção
	Cadeia de valor	Operações próprias
	Real | Potencial	Potencial; Médio Prazo - Entre o ano de reporte e até 5 anos

A adoção de tecnologias avançadas como o *Building Information Modeling* (BIM) e software de gestão de projetos, permite a simplificação dos processos de construção e conduz a um planeamento de projetos mais eficiente, à redução de erros e a uma melhor gestão de recursos.	Tipo	Oportunidade
	Setor	Construção
	Cadeia de valor	Operações próprias
	Real | Potencial	Potencial; Médio Prazo - Entre o ano de reporte e até 5 anos

MDR-P Políticas adotadas para gerir questões de sustentabilidade materiais

O "Engenho", o primeiro dos Valores da Teixeira Duarte, é precisamente sinónimo de Inovação, e traduz uma forma de atuar ao longo de mais de 100 anos, dando origem à imagem de marca de "Casa de Engenharia" pela qual a Teixeira Duarte é reconhecida.

O **Código de Ética e Conduta** do Grupo Teixeira Duarte, que se estende a todos os administradores, trabalhadores e outros representantes, bem como a todas as entidades incluídas no seu perímetro de consolidação e âmbito de gestão, estabelece a responsabilidade dos colaboradores promoverem, de forma autónoma, a inovação, utilizando tanto as suas capacidades como os recursos humanos e técnicos que as empresas onde se inserem lhes disponibiliza.

Considerando a natureza diversa das áreas de negócio e das geografias em que opera, o Grupo optou por não implementar uma Política única e transversal a todas as suas participadas. De facto, uma gestão descentralizada em que cada segmento de negócio tem total autonomia na gestão dos seus próprios processos de inovação, foi reconhecida como mais eficaz.

Não obstante, a Teixeira Duarte possui uma cultura de inovação transversal que se evidencia nos principais instrumentos de gestão e nos compromissos todas as empresas assumem perante os respetivos *stakeholders*, como nas respetivas **Políticas de Gestão Empresarial**.

De referir que, no âmbito de cada uma das sub-holdings do Grupo, existe um membro do respetivo Conselho de Administação que tem a responsabilidade de garantir a boa governança da Inovação ao nível das participadas por estas controladas, nomeadamente através da organização da informação da Inovação, do fomento de sinergias e dinamização da Investigação e Desenvolvimento (I&D) e Inovação dos negócios.

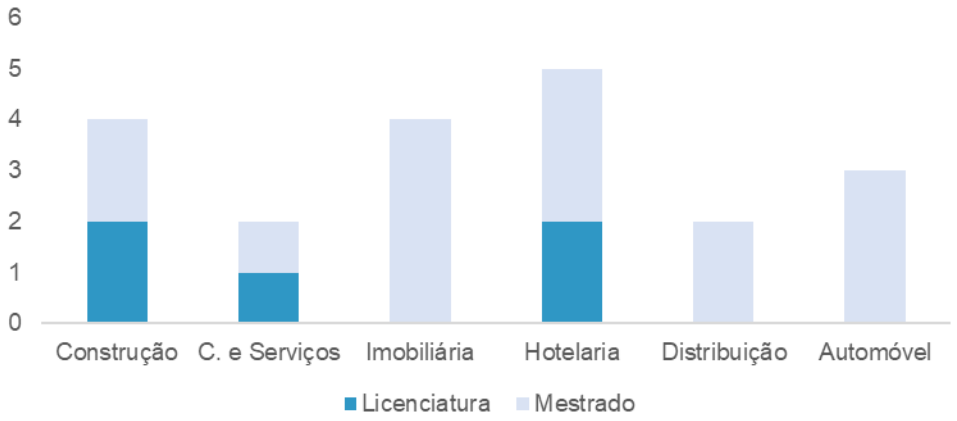
A **Política de Desenvolvimento de Competências** em vigor no Grupo (requisito de divulgação ESRS S1-1) é uma igualmente uma Política importante para para fazer face aos riscos e para procurar oportunidades na Inovação. A implementação de novas formas de trabalho e de tecnologias avançadas exigem competências que exigem formação adequada.

A este respeito, salienta-se que a Teixeira Duarte tem em implementação um plano ambicioso para consolidação da metodologia BIM, com o objetivo de alcançar um nível de competências em todas as dimensões do BIM que seja uma referência no mercado. Para o alcançar, a Teixeira Duarte assume um forte compromisso para com a formação dos colaboradores, a produção de *standards* e *templates* BIM adaptados à sua realidade e o desenvolvimento de aplicações que permitam a otimização de processos. Como resultado, o número de projetos geridos com recurso à metodologia BIM continua a aumentar de ano para ano.

MDR-A Ações e recursos relacionados com questões de sustentabilidade materiais

Todos os setores de atividade do Grupo têm colaboradores afetos a atividades de I&D e/ou Inovação. Os setores da Hotelaria e da Imobiliária têm inclusivamente um Comité de Inovação interno.

Nº de colaboradores envolvidos na Gestão e Coordenação das atividades de I&D e Inovação por nível de escolaridade (dados a 31/12/2024)



O foco na qualidade, em melhorar continuamente o desempenho global, a competitividade e a intenção de satisfazer as necessidades e expetativas dos seus clientes, levou várias empresas do Grupo Teixeira Duarte a apostar na implementação e certificação de **Sistemas de Gestão da Qualidade** de acordo com a norma ISO 9001.

Esta norma fornece às empresas uma estrutura que promove a inovação dentro de um ambiente controlado e de qualidade, incentivando a criatividade e a melhoria contínua dos processos. As principais empresas de Construção do Grupo em Portugal, Brasil e Moçambique mantêm, há vários anos, o Sistema de Gestão da Qualidade por reconhecerem na abordagem por processos e baseada em risco, um *framework* eficaz para o desenvolvimento da inovação e maior competitividade para a organização.

Setores e mercados onde as empresas do Grupo Teixeira Duarte tinham, a 31 de dezembro de 2024, Sistemas de Gestão da Qualidade certificados de acordo com referencial ISO 9001:

- **Construção**: Portugal, Brasil e Moçambique;
- **Concessões e Serviços**: Portugal, Angola, Brasil, Espanha e Moçambique;
- **Imobiliária**: Portugal e Brasil;
- **Distribuição**: Angola.

A digitalização dos processos e o uso de sistemas interligados aumentam a vulnerabilidade de todas as empresas relativamente a ataques cibernéticos. Por esse motivo, o Grupo Teixeira Duarte colocou como objetivo estratégico adotar práticas de gestão de informação de acordo com os mais elevados padrões internacionais e com um quadro regulatório forte. Assim, em 2024, a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. obteve a certificação pela norma internacional **ISO 27001:2022** para o seu Sistema de Gestão de Segurança da Informação, sendo a primeira entidade do Top5 de empresas de construção em Portugal a alcançar a referida certificação.

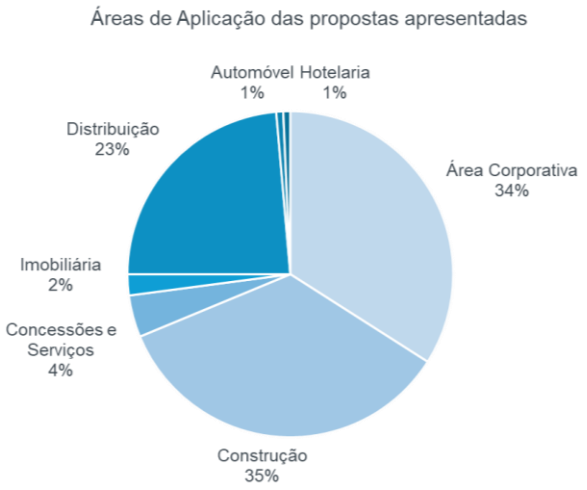
A manutenção desta certificação, assim como o seu alargamento previsto a outras áreas ou geografias, vai convocar todo o Grupo Teixeira Duarte para uma mudança na abordagem a estes temas, com a adoção de novas práticas conducentes a uma cultura de segurança da informação. Este processo será progressivo, sendo 2025 o ano dedicado à Consolidação, Formação e Sensibilização da Segurança da Informação no Grupo Teixeira Duarte.

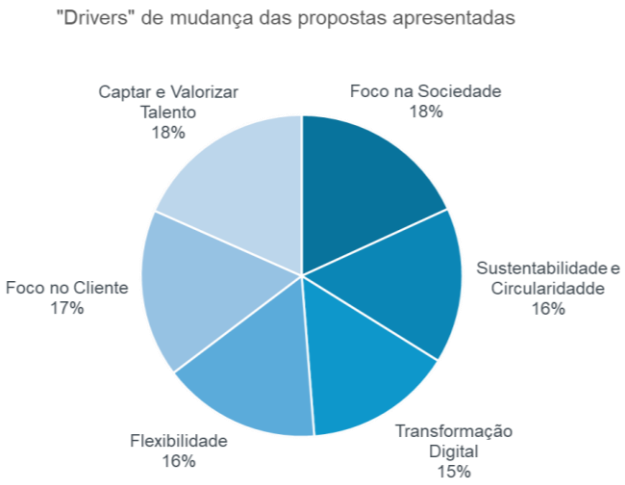
Ao nível do Grupo, há a destacar, em 2024, a atividade do Comité de Inovação, criado em 2022 e constituído por membros do Conselho de Administração das duas sub-holdings e representantes de várias áreas de negócio e da área corporativa. Em parceria com a Universidade Católica, o Comité liderou, em 2023, o programa "Back-to-Market", cujo principal objetivo foi diagnosticar a maturidade e necessidades específicas do Grupo Teixeira Duarte no que toca à Inovação.

Na sequência desse diagnóstico, o Comité promoveu, em 2024, a produção de um Relatório de Inovação de Grupo, um instrumento que visa dar visibilidade aos principais projetos de I&D e Inovação a decorrer nas diferentes áreas de negócio e espelha os seus principais indicadores de desempenho, incluindo os investimentos financeiros, em capital humano e em atividades de relação com o ecossistema de Inovação.

Com o objetivo de fomentar a Inovação, o Grupo Teixeira Duarte instituiu, em 2024, um Concurso de Ideias anual. A primeira edição teve como tema: "Transformação para um Mundo Melhor". Pretendeu-se, com este desafio, contribuir para que a inovação conduza a uma mudança significativa e positiva nas empresas controladas pelo Grupo, rumo a um futuro mais sustentável e inclusivo.

A 1ª fase da competição terminou com um total de 144 propostas submetidas com origem em diversos mercados, com potencial aplicação em todas as áreas de atividade do Grupo e com diversos "drivers" de mudança.





Estas ideias foram avaliadas de acordo com os seguintes critérios: carácter inovador, viabilidade e replicabilidade, otimização dos processos, eficiência energética e material, impacto positivo para a sociedade e mérito técnico e científico.

Foram premiadas 14 ideias (10%) tendo seguido para uma 2ª fase com vista ao desenvolvimento do modelo de negócio. Esta última fase terminará em maio de 2025.



Para garantir a proteção de todos os direitos de propriedade intelectual gerados no âmbito da Investigação, Desenvolvimento e Inovação, a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. tem concedidas várias patentes em Portugal. Em 2024, não foram submetidas para registo novas patentes de invenção.

Já no que diz respeito a marcas, no universo das empresas do Grupo Teixeira Duarte há um vasto número de marcas protegidas de uso exclusivo das mesmas em diversos países. O somatório de marcas protegidas por estas empresas é, desde 2017, superior a 500 marcas.

Outras medidas são implementadas pelas áreas de negócio visando a promoção da Inovação:

- Iniciativas internas para geração e captação de ideias;
- Auscultação de necessidades e/ou promoção da inovação junto dos clientes;
- Participação em associações, plataformas e/ou redes setoriais;
- Parcerias/colaborações ativas para o desenvolvimento de iniciativas/projetos de I&D e inovação com entidades externas ao Grupo Teixeira Duarte.

No âmbito específico da Investigação e Desenvolvimento, o Grupo Teixeira Duarte é hoje uma plataforma única para a investigação no âmbito do setor da Arquitetura, Engenharia e Construção (AEC), estando empenhado em reforçar ainda mais este papel. O amplo espectro de atividades desenvolvidas pelo Grupo na Construção, Promoção Imobiliária e *Facilities Management* proporciona um ambiente rico para a integração da investigação académica com a prática do setor, potenciando um envolvimento académico impactante através de:

- Capacidade de recolha de dados: a experiência da Teixeira Duarte em todas as áreas do ambiente construído e o acesso a dados internos permitem uma investigação abrangente, baseada em estudos de caso nacionais e internacionais;
- Oportunidades de formação: através de treino “on the job”, *e-learning* e visitas técnicas às operações são proporcionadas experiências de aprendizagem prática, aprofundando a compreensão das práticas da construção;
- *Networking* e disseminação: a colaboração com profissionais e académicos fomenta a troca de conhecimento e cria oportunidades de disseminação, sendo inúmeras as parcerias da Teixeira com academia e associações setoriais em todo o mundo.

A oportunidade de contribuir para o avanço do conhecimento e das práticas na indústria da construção tem ditado o envolvimento da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. em vários projetos europeus, sendo o mais recente e merecedor de destaque, o projeto GreeNexUS, que a Empresa integra, em consórcio, no âmbito do programa Marie Skłodowska-Curie Actions, a principal referência da União Europeia para doutoramentos e pós-doutoramentos, assumindo a liderança no tema "Green-BIM".

Lançado em fevereiro de 2023 e com conclusão em dezembro de 2026, este programa colaborativo orienta um programa de doutoramento com o objetivo de 1) criar um "framework" para promover edifícios verdes como impulsionadores da melhoria da qualidade urbana e saúde ambiental em futuras sociedades de baixo carbono; 2) estabelecer um fluxo de trabalho em BIM para projetar edifícios verdes de alto desempenho; 3) definir diretrizes para novos requisitos profissionais e plataformas futuras para aceleração do desenvolvimento do BIM.

Este consórcio, apoiado pelo programa "Horizonte Europa", reúne 20 instituições de nove países europeus, que colaboram no desenvolvimento de 10 temas estratégicos para tornar as cidades europeias mais sustentáveis, saudáveis e seguras. A Teixeira Duarte, em parceria com seis universidades europeias, beneficia deste projeto integralmente financiado pela Comissão Europeia, sendo a única empresa com este estatuto no consórcio.

O projeto OMICRON, no qual a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. colabora, teve igualmente desenvolvimentos em 2024. Este projeto europeu financiado pelo “Horizon 2020” no âmbito das candidaturas *Mobility for Growth*, junta 15 parceiros de 7 países com o objetivo de desenvolver soluções inovadoras para a manutenção e regeneração de infraestruturas rodoviárias, recorrendo a soluções mais automatizadas e otimizadas por meio de tecnologias robotizadas e ferramentas inteligentes de apoio à decisão.

À Teixeira Duarte cabe a coordenação do principal demostrador do projeto que pretende desenvolver soluções modulares para a realização de passagens superiores (para situações de alargamentos de autoestradas, passagens de fauna e substituição de existentes), de forma rápida, segura e sustentável.

Ainda na esfera da Investigação e Desenvolvimento, em 2024, a EPOS – Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A. participou ativamente em dois projetos de relevância estratégica. O “RoboShot@FRC: Sistema Robotizado para Projeção Otimizada de Betão Reforçado com Fibras em Túneis Ferroviários” é desenvolvido em colaboração com parceiros como a Leirimetal, Teclis, Universidade do Minho, Politécnico de Leiria e Infraestruturas de Portugal, no âmbito do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI ID&T). O projeto resultou na criação de um sistema robotizado integrado para a projeção de betão reforçado com fibras, oferecendo uma solução inovadora e economicamente competitiva.

O segundo projeto de destaque da EPOS é o "Malha-sol: Método Inovador para Aplicação de Malha-sol em Galerias Mineiras", ainda em desenvolvimento, que foi candidatado ao Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial (SIFIDE). Este projeto tem como objetivo desenvolver um processo inovador e eficiente para aplicação de malha-sol nas galerias da mina de Neves-Corvo, atendendo às novas exigências de segurança.

Este projeto prepara e forma os trabalhadores para o novo processo produtivo, utilizando metodologias baseadas em Realidade Aumentada e evitando que novos trabalhadores tenham de estar no fundo da mina para aprender, aumentando a segurança e disponibilizando equipamentos para o processo produtivo. Outro objetivo relevante do projeto é a digitalização da monitorização e controlo da qualidade do processo produtivo, onde a introdução de tecnologias de *laserscanning* e BIM irá revolucionar a forma como era realizado.

O investimento em equipamentos avançados e novas tecnologias para a transformação dos processos da Construção é uma das premissas basilares da inovação no setor.

A este propósito, refira-se como exemplo, a aquisição pela Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. de um equipamento *laserscan* com uma tecnologia inovadora que atualmente é único em Portugal. O NavVis VLX 3, cuja particularidade é ser totalmente portátil e operado por apenas uma pessoa, utiliza um feixe de *laser* para medir com precisão a distância entre o *scanner* e um objeto ou superfície, sendo amplamente utilizado em áreas como mapeamento topográfico, engenharia civil, arquitetura, arqueologia e monitorização de estruturas. A análise dos dados recolhidos pelo *laserscan* permite a criação de modelos tridimensionais detalhados do ambiente existente e informações rigorosas sobre a forma, tamanho e características das superfícies.

MDR-M Métricas em relação a questões de sustentabilidade materiais

O investimento em atividades em I&D realizado pela área da Construção em 2024 foi de 369.044€, sendo 38% provenientes de fundos das empresas do Grupo e 62% de financiamento.

2024	Ideias captadas	Ideias em desenvolvimento	Em fase de POC/implementação
Construção	53	10	n/a
Concessões e Serviços	78	25	9
Imobiliária	25	25	7
Hotelaria	160	31	19
Distribuição	43	29	14
Automóvel	32	24	14

MDR-T Acompanhar a eficácia das políticas e ações através das metas

As empresas do Grupo Teixeira Duarte irão continuar a investir na dinamização da inovação, tendo nos seus colaboradores e clientes as principais fontes de geração de ideias. Tendo sido 2024 o primeiro ano de sistematização da informação relativamente a este tema material, a Teixeira Duarte não tem ainda metas mensuráveis definidas. Prevê ser possível fazê-lo para o exercício de 2026.

OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A ATIVIDADE EM 2024

PROGRAMAS COM IMPACTO ECONÓMICO-SOCIAL

O Grupo Teixeira Duarte entende que ações voltadas para o bem coletivo não são apenas um reflexo de responsabilidade corporativa, mas um investimento estratégico que favorece um ciclo virtuoso de crescimento e desenvolvimento sustentável, tanto para a empresa quanto para a sociedade.

Os programas que a Teixeira Duarte criou com este propósito em diversos mercados apresentam um histórico de resultados com ganhos para todas as partes interessadas, ajudando a fortalecer a resiliência dos ecossistemas sociais e económicos onde atuam as empresas do Grupo.

Programa Fazer Pescar

Âmbito(s)

Empregabilidade
Qualificação Profissional
Responsabilidade Social

Destinatários

Jovens que vivem em situação de carência social.

Setores/empresas do Grupo envolvidos

Todos os setores a operar em Angola.

Caracterização

"Ensina um Homem a pescar e estarás a alimentá-lo para o resto da vida", Lao Tzu

O "Fazer Pescar" é uma iniciativa em funcionamento em Angola há mais de 10 anos, que tem como objetivo criar oportunidades de emprego para jovens em situação de vulnerabilidade social, proporcionando-lhes formação e experiência profissional para que estes possam garantir o seu futuro e o desenvolvimento das suas comunidades.

O programa consiste em 3,5 meses de formação, incluindo uma componente de integração social, de integração na empresa e de inserção no posto de trabalho. Os formandos com aproveitamento são depois contratados para trabalhar nas empresas do Grupo Teixeira Duarte.

A frequência é gratuita e os formandos beneficiam de refeições, subsídio de transporte, seguro de acidentes pessoais, uniformes, material escolar e vigilância médica.

Desafio

Atrair e formar talento para as operações das empresas do Grupo Teixeira Duarte, tirando partido dos meios e instrumentos focados na formação e desenvolvimento profissional dos colaboradores já instituídos nas várias empresas do Grupo Teixeira Duarte.

O "Fazer Pescar" é uma das iniciativas de responsabilidade social em que o Grupo Teixeira Duarte mais tem apostado e continuará a apostar, com impactos positivos significativos no crescimento das suas empresas, das suas pessoas e das comunidades com que se relaciona.

Impactos

- 64 turmas formadas em 21 edições realizadas desde 2013 (2 edições com 8 turmas em 2024);
- 803 jovens formados desde 2013, tendo 756 jovens sido integrados nas empresas do Grupo;
- Em 31 de dezembro de 2024, as pessoas integradas ao longo do funcionamento do programa representavam 9% dos trabalhadores das empresas.

Contributo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável





Sessão de Encerramento da 20ª Edição do Programa Fazer Pescar (junho 2024) – Angola



Sessão de Encerramento da 20ª Edição do Programa Fazer Pescar (junho 2024) – Angola

Programa Fazenda Maxi

Âmbito(s)

Empregabilidade
Economia inclusiva
Qualidade e Segurança Alimentar
Qualificação Profissional
Práticas responsáveis na cadeia de valor

Destinatários

Produtores agropecuários, com ênfase nos de pequena e média dimensão.

Setores/empresas do Grupo envolvidos

Setor da Distribuição em Angola.

Caracterização

Programa criado em 2012 e promovido pela CND através da sua insígnia "Maxi", que estabelece parcerias com produtores, com o objetivo de desenvolver a produção nacional e tornar acessíveis os melhores produtos agrícolas nacionais a toda a população.

Através deste programa, a CND presta aos produtores aconselhamento técnico durante todo o processo produtivo e formação especializada com vista à melhoria da qualidade e regularidade da sua produção. Por outro lado, garante-lhes o escoamento dos produtos para as lojas "Maxi", recolhendo-os e transportando-os.

As poupanças obtidas por via da redução da cadeia distribuidora são repassadas para o cliente final.

O apoio da CND aos produtores inclui acompanhamento técnico, aprovisionamento, logística e Qualidade e Segurança Alimentar dos produtos, contando com uma frota de viaturas refrigeradas, caixas de transporte especialmente desenvolvidas e suporte operacional da sua estrutura central.

Em 2024, a CND realizou a primeira exportação de frutas tropicais produzidas pelos produtores da Fazenda Maxi, para a qual obteve a certificação da "GlobalG.A.P para Grupo de Produtores", em parceria com o IFC – Banco Mundial durante 2023.

Desafio

Reduzir as dificuldades do negócio de retalho alimentar da CND na obtenção de produtos agropecuários de qualidade, a preços acessíveis a todos, de forma consistente e sustentável, tirando partido dos meios logísticos e humanos existentes na organização, incluindo estruturas técnicas e de formação.

Impactos

- 2.670 compradas em 2024 (queda acentuada relativamente aos anos anteriores devido à falta de insumos no mercado, condições climatéricas adversas e quebra na produção de hortícolas potenciada pelos incentivos à produção de culturas de grão para abastecimento local de fábricas de farinha);
- Em 2024 representou 60% do volume da categoria de Frutas & Legumes das lojas "Maxi", continuando a contribuir para a redução da taxa de importações na categoria;
- Produções adquiridas a 35 parceiros em todo o território angolano;
- Mais de 130 referências de produtos fornecidos;
- Transferência de conhecimento e "know-how";
- Fortalecimento das capacidades técnicas dos produtores para avançar no sentido de padrões de produção mais competitivos e sustentáveis;
- Desenvolvimento profissional de pequenos empresários agrícolas;
- Dinamização das economias locais e consequente promoção da fixação de pessoas em zonas rurais;
- Oferta de produtos nacionais mais diversificada e com qualidade.

Contributo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Programa Todos Doamos

Âmbito(s)

Responsabilidade Social

Destinatários

Colaboradores do Grupo Teixeira Duarte.

Instituições de cariz social que apoiam pessoas nos mercados de atuação das empresas participadas do Grupo Teixeira Duarte.

Setores/empresas do Grupo envolvidos

Todas as empresas incluídas no perímetro de consolidação da Teixeira Duarte podem aderir ao Programa.

Caracterização

O Programa Todos Doamos é um programa de Responsabilidade Social de carácter anual implementado no Grupo Teixeira Duarte em 2015, que permite que as empresas do Grupo reforcem os apoios que os seus colaboradores pretendam fazer a projetos e instituições de solidariedade social que apoiem pessoas. Desta forma, são os colaboradores que escolhem as instituições a apoiar.

O Programa inclui a modalidade de donativo financeiro e a possibilidade de dádiva de tempo (voluntariado).

As empresas do Grupo doam o dobro do valor doado pelos colaboradores e/ou concedem ao colaborador dois dias de dispensa de prestação de trabalho para ações de voluntariado, por cada dia de férias, descanso semanal ou feriado, utilizado para o mesmo fim. Ou seja, as instituições beneficiam do triplo do apoio - financeiro e/ou de tempo – que o colaborador disponibilizou a título pessoal.

Qualquer colaborador pode candidatar-se ao Programa, indicando uma instituição de cariz social sedeada num país em que o Grupo opere.

O Programa Todos Doamos relativo a 2024 esteve em vigor entre 1 de janeiro e 25 de dezembro.

Desafio

Apoiar projetos e instituições de solidariedade social através de iniciativas que envolvam os colaboradores numa ação direta e não exclusivas nem centralizadas na decisão do Conselho de Administração.

Impactos

- 47 candidaturas para apoios financeiros em 2024 (-3 que em 2023);
- Entre donativos dos colaboradores e donativos das empresas do Grupo Teixeira Duarte foram reunidos 59.776,00€ em 2024 (+7.449,00€ que 2023).
- 35 instituições apoiadas através de donativos financeiros em Portugal, Angola, Brasil e Moçambique em 2024 (+1 que em 2023);

Contributo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Programa Dar Vida

Âmbito(s)

Saúde pública
Informação
Responsabilidade Social

Destinatários

Colaboradores do Grupo Teixeira Duarte.

Instituições de saúde.

Setores/empresas do Grupo envolvidos

Setores de atividade em Angola e Moçambique.

Caracterização

Programa de responsabilidade social criado em 2019 em Angola pelo setor da Construção do Grupo e atualmente promovido por várias participadas em Angola e Moçambique.

Visa fomentar a doação voluntária regular de sangue dos colaboradores.

Consciencializando os seus colaboradores para a importância da doação voluntária de sangue e proporcionando condições para a doação efetiva, através de parcerias técnicas, o Grupo visa contribuir para a redução da carência atual de *stock* de sangue nas instituições sanitárias e estimular um maior sentimento de solidariedade junto dos colaboradores e suas esferas pessoais.

Desafio

Contribuir para o fortalecimento do sistema de doação voluntária de sangue que permita o acesso universal a suprimentos oportunos de sangue e hemocomponentes seguros e de qualidade garantida. Em países onde o Grupo opera, como Angola e Moçambique, a percentagem de doações de sangue voluntárias são bastante baixas, pelo que muitos colaboradores se deparam direta ou indiretamente com esta potencial indisponibilidade de sangue em alguma altura das suas vidas, o que que pode afetar, indiretamente, o seu desempenho profissional.

Impactos

- 41 ações de recolha realizadas em Angola desde 2019 (1 em 2024) que totalizaram 439 doações por parte dos colaboradores;
- 7 ações de recolha realizadas em Moçambique desde 2021 (1 em 2024) que totalizaram 245 doações por parte dos colaboradores;
- Em média, em cada doação, são recolhidos 450ml de sangue, o que pode ajudar a salvar a vida de até 3 pessoas;
- Desde o início do Programa, nestes dois países, foram efetuadas 684 recolhas de sangue que possibilitaram ajudar a salvar a vida de mais de 2.050 pessoas;
- Promoção de parcerias e estreitamento das relações com instituições de saúde.

Contributo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



CONTRIBUIÇÃO PARA A ATIVIDADE NORMATIVA DO SETOR DA CONSTRUÇÃO

A contribuição para a normalização dos setores de atividade constitui um meio de diferenciação concorrencial para as empresas, pois privilegia o desenvolvimento das atividades em consonância com as regras de arte e com as normas nacionais e internacionais.

Em 2024, a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. manteve a sua participação no grupo de trabalho (*Technical Working Group*) da *European Federation of Foundation Contractors* (EFFC) que visa a cooperação e desenvolvimento de guias e normas de execução de obras geotécnicas.

A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A integra o grupo de trabalho WG11 da Comissão Técnica TC182 da ISO, responsável pela elaboração da norma ISO 22477-2 *Geotechnical investigation and testing - Testing of geotechnical structures - Part 2: Testing of piles: Static tension load testing* e ISO 22477-6 *Geotechnical investigation and testing – Testing of geotechnical structures – Part 6: Testing of soil nails and rock bolts.*

A Teixeira Duarte participa também nas atividades de normalização da Comissão Técnica Portuguesa de Normalização CT156 - Geotecnia em Engenharia Civil.

Já no domínio da normalização da metodologia BIM em Portugal, a Empresa integra a CT197, cuja missão é desenvolver a normalização no âmbito dos sistemas de classificação, de modelação da informação e dos processos ao longo do ciclo de vida dos empreendimentos de construção e acompanhar os desenvolvimentos do CEN/TC 442, Comité Técnico do CEN (*European Committee for Standardization*) relativo à normalização BIM.

Em colaboração com o Instituto Superior Técnico e o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. integra um grupo de trabalho intitulado "Sistema de Medições e Quantificações BIM". Este grupo tem como principal objetivo analisar a adaptação da norma de "Regras de Medição na Construção" para a incorporação de metodologias modernas, que utilizam *softwares* BIM.

Em 2024, a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. manteve igualmente a sua participação na Sociedade Portuguesa de Geotecnia (SPG), integrando os grupos de trabalho GT2 - Geotecnia Portuária e GT4 - BIM e Gestão da Informação em Obras Subterrâneas da Comissão Portuguesa de Túneis e do Espaço Subterrâneo (CPT), que visam a organização e participação em ações de formação e em eventos técnico-científicos de divulgação, a promoção de visitas a obras e o desenvolvimento e publicação de documentação técnica nas diversas vertentes da área da geotecnia dos transportes, entre outros.

PARCERIAS COM ENTIDADES DO SISTEMA INDUSTRIAL, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DO SETOR DA CONSTRUÇÃO



Ato Público de Constituição da Fundação da Construção (julho 2024)

No âmbito do setor da Construção, o Grupo Teixeira Duarte promove a inovação e desenvolvimento tecnológico desenvolvendo também atividades de IDI em parceria com instituições do sistema científico e tecnológico e com outras empresas da indústria.

Principais parcerias em Portugal

PTPC - Plataforma Tecnológica Portuguesa da Construção

A PTPC reúne empresas, projetistas, universidades, entidades públicas e outras entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN), com a missão de promover a reflexão sobre o setor da Construção, implementar iniciativas e projetos de Investigação, Desenvolvimento e Inovação, contribuir para o incremento da respetiva competitividade no quadro geral da economia e promover a cooperação entre os *stakeholders* do setor da Construção e Obras Públicas ou a ele ligadas.

A "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." detém a Presidência da PTPC desde a sua constituição, em 2011.

Cluster AEC – Arquitetura, Engenharia e Construção

Constituído em 2016, o Cluster AEC é gerido pela PTPC. Atua no setor económico da Arquitetura, Engenharia e Construção e respetiva cadeia de valor, favorecendo a obtenção de níveis elevados de inovação, desenvolvimento tecnológico e capacidade competitiva, a cooperação e o funcionamento em rede e a promoção da internacionalização do cluster através, nomeadamente, da participação em redes internacionais.

Built CoLAB - Laboratório Colaborativo para o Ambiente Construído do Futuro

Em 2020, a PTPC viu ser aprovada a candidatura a um Laboratório Colaborativo que se destina à prestação de serviços, por recursos humanos altamente qualificados, que promovam o desenvolvimento de competências empresariais cooperativas ou internas. O valor global do financiamento a fundo perdido, a 5 anos, é de 3,4 milhões de Euros.

A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. detém a Presidência do Conselho de Administração do Built CoLAB.

Fundação da Construção



A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. é membro fundador da Fundação da Construção, criada em 2024, cujo objetivo é reunir e concertar esforços entre as principais entidades do setor AEC, nomeadamente através do seu contributo para o conhecimento coletivo das reais necessidades do país nesta atividade, em áreas como o dimensionamento das suas infraestruturas e do edificado, tendo em conta o desenvolvimento económico sustentável e a defesa do interesse e a autonomia nacionais.

A Fundação da Construção reúne a Ordem dos Engenheiros, a Ordem dos Arquitetos, a Ordem dos Economistas e 14 empresas líderes do setor da construção e projetos em Portugal.

Associação Portuguesa de Engenharia de Estruturas (APEE)

Associação que constitui o grupo português da Internat*ional Association for Bridge & Structural Engineer* (IABSE) e na qual a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. participa, por via da PTPC, no âmbito do desenvolvimento e a promoção da engenharia de estruturas, a nível internacional.

A Empresa tem a cargo a organização de grandes congressos e conferências internacionais.

Fundo para o Desenvolvimento das Ciências da Construção (FUNDCIC)

A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. preside à Assembleia Geral da FUNDCIC, associação de caráter científico de direito privado que reúne, como associados, entre várias entidades, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, e que, não tendo intuitos lucrativos, tem como objeto o apoio à investigação e desenvolvimento da engenharia.

Associação para a Formação e Desenvolvimento em Engenharia Civil e Arquitetura (FUNDEC)

A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. é membro do Conselho Consultivo da FUNDEC desde a sua fundação. A FUNDEC tem como objetivos institucionalizar as ações de formação contínua, com a finalidade de valorizar e requalificar as pessoas e as empresas que se dedicam ao domínio alargado da Engenharia Civil e Arquitetura. Simultaneamente, apoia as empresas através de prestação de serviços de ciência e tecnologia.

Associação *BuildingSMART*

A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. é associada da *BuildingSMART,* cujo principal objetivo é promover a eficiência no setor da construção através da utilização de normas abertas de interoperabilidade no BIM ("Building Information Modeling") para alcançar novos níveis de redução de custos, tempos de execução e de qualidade.

Principais parcerias internacionais

ENCORD - *European Network of Construction for Research and Development*

A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. foi admitida no ENCORD em 2014. O ENCORD é a associação de contacto com a Comissão Europeia em matéria de inovação na Construção, e supervisiona a atividade da ECTP - *European Construction Technology Platform*.

Participam no ENCORD as maiores empresas de Construção da Europa na promoção da inovação e competitividade.

ECTP – *European Construction Technology Platform*

A ECTP é uma associação semelhante à PTPC, mas com âmbito europeu. Na qualidade de Presidente da PTPC, a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. é vice-presidente da ECTP e é presidente do DBE (*Digital Built Environment*) do Comité da ECTP.

B4P - *Built4People*

A Teixeira Duarte, através da PTPC e da ECTP, é membro do Conselho Administrativo da parceria *Built4People* no âmbito do "Horizon Europe". A parceria visa catalisar a transição para um ambiente construído centrado nas pessoas, neutro para o clima, sustentável e inteligente.

ANEXOS

REQUISITOS DE DIVULGAÇÃO CONSTANTES DAS ESRS ABRANGIDAS PELA DEMONSTRAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA

Requisito de divulgação		Página
ESRS 2	Divulgações gerais	
BP-1	Base geral para a elaboração das declarações de sustentabilidade	32
BP-2	Divulgações em relação a circunstâncias específicas	33
GOV-1	Papel dos órgãos de administração, de direção e de supervisão	34
GOV-2	Informações prestadas e questões de sustentabilidade abordadas pelos órgãos de administração, de direção e de supervisão da empresa	35
GOV-3	Integração do desempenho em matéria de sustentabilidade nos regimes de incentivos	35
GOV-4	Declaração sobre o dever de diligência	35
GOV-5	Gestão de riscos e controlos internos do relato de sustentabilidade	36
SBM-1	Estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor	36
SBM-2	Interesses e pontos de vista das partes interessadas	40
SBM-3	Impactos, riscos e oportunidades materiais e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	42
IRO-1	Descrição dos processos para identificar e avaliar os impactos, os riscos e as oportunidades materiais	42
IRO-2	Requisitos de divulgação constantes de ESRS abrangidas pelas declarações de sustentabilidade da empresa	43
ESRS E1	Alterações climáticas	
ESRS 2 GOV-3	Integração do desempenho relacionado com a sustentabilidade nos regimes de incentivo	35
E1-1	Plano de transição para a atenuação das alterações climáticas	59
ESRS 2 SBM-3	Impactos, riscos e oportunidades materiais e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	59
ESRS 2 IRO-1	Descrição dos processos para identificar e avaliar os impactos, os riscos e as oportunidades materiais relacionados com o clima	61
E1-2	Políticas relacionadas com a atenuação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas	61
E1-3	Ações e recursos relacionados com as políticas em matéria de alterações climáticas	62
E1-4	Metas relacionadas com a atenuação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas	63
E1-5	Consumo energético e combinação de energia	63
E1-6	Emissões brutas de GEE de âmbito 1, 2, 3 e emissões totais de GEE	65
E1-7	Projetos de remoção de GEE e de atenuação dos GEE financiados através de créditos de carbono	67
E1-8	Fixação interna do preço do carbono	67

E1-9	Efeitos financeiros previstos dos riscos materiais físicos e de transição e potenciais oportunidades relacionadas com o clima	-
ESRS E5	Utilização dos recursos e Economia circular	
ESRS 2 IRO-1	Descrição dos processos para identificar e avaliar os impactos, os riscos e as oportunidades materiais relacionados com a utilização dos recursos e com a economia circular	67
E5-1	Políticas relacionadas com a utilização dos recursos e a economia circular	67
E5-2	Ações e recursos relacionados com a utilização dos recursos e a economia circular	68
E5-3	Metas relacionadas com a utilização dos recursos e a economia circular	69
E5-4	Entradas de recursos	771
E5-5	Saídas de recursos	72
E5-6	Efeitos financeiros previstos dos impactos, riscos e oportunidades relacionados com a utilização dos recursos e com a economia circular	-
ESRS S1	Própria mão de obra	
ESRS 2 SBM-2	Interesses e pontos de vista das partes interessadas	40
ESRS 2 SBM-3	Impactos, riscos e oportunidades materiais e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	72
S1-1	Políticas relacionadas com a própria mão de obra	73
S1-2	Processos para dialogar com os próprios trabalhadores e os representantes dos trabalhadores sobre impactos	76
S1-3	Processos para corrigir os impactos negativos e canais para os próprios trabalhadores expressarem preocupações	76
S1-4	Tomada de medidas sobre os impactos materiais na própria mão de obra, e abordagens para atenuar os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com a própria mão de obra, bem como a eficácia dessas medidas	76
S1-5	Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais	84
S1-6	Características dos trabalhadores assalariados da empresa	84
S1-7	Características dos trabalhadores não assalariados na própria mão de obra da empresa	-
S1-9	Métricas de diversidade	86
S1-13	Métricas de formação e desenvolvimento de competências	86
S1-14	Métricas de saúde e segurança	87
S1-15	Métricas de equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada	89
S1-16	Métricas de compensação (disparidade salarial e compensação total)	90
S1-17	Incidentes, queixas e graves impactos e incidentes de desrespeito dos direitos humanos	90
ESRS S2	Trabalhadores na cadeia de valor	
ESRS 2 SBM-2	Interesses e pontos de vista das partes interessadas	40
ESRS 2 SBM-3	Impactos, riscos e oportunidades materiais e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	93

S2-1	Políticas relacionadas com os trabalhadores da cadeia de valor	93
S2-2	Processos para dialogar com os trabalhadores da cadeia de valor sobre impactos	94
S2-3	Processos para corrigir os impactos negativos e canais para os trabalhadores da cadeia de valor expressarem preocupações	94
S2-4	Tomada de medidas sobre os impactos materiais nos trabalhadores na cadeia de valor, e abordagens para atenuar os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com a própria mão de obra, bem como a eficácia dessas medidas	95
S2-5	Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais	95
ESRS S4	Consumidores e utilizadores finais	
ESRS 2 SBM-2	Interesses e pontos de vista das partes interessadas	40
ESRS 2 SBM-3	Impactos, riscos e oportunidades materiais e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	96
S4-1	Políticas relacionadas com os consumidores e utilizadores finais	96
S4-2	Processos para dialogar com os consumidores e utilizadores finais sobre impactos	97
S4-3	Processos para corrigir os impactos negativos e canais para os consumidores e utilizadores finais expressarem preocupações	98
S4-4	Tomada de medidas sobre os impactos materiais nos consumidores e utilizadores finais, e abordagens para atenuar os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com a própria mão de obra, bem como a eficácia dessas medidas	98
S4-5	Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais	99
ESRS G1	Conduta empresarial	
ESRS 2 GOV-1	Papel dos órgãos de administração, de supervisão e de direção	100
ESRS 2 IRO-1	Descrição dos processos para identificar e avaliar os impactos, os riscos e as oportunidades materiais	101
G1-1	Cultura empresarial e políticas de conduta empresarial	101
G1-3	Prevenção e deteção de corrupção e suborno	104
G1-4	Incidentes confirmados de corrupção ou suborno	104
Divulgação específica	Inovação e Tecnologia	
MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões de sustentabilidade materiais	105
MDR-A	Ações e recursos relacionados com questões de sustentabilidade materiais	106
MDR-M	Métricas em relação a questões de sustentabilidade materiais	109
MDR-T	Acompanhar a eficácia das políticas e ações através das metas	109

NOTAS METODOLÓGICAS SOBRE INFORMAÇÕES PRESTADAS

ESRS E1-5 Consumo energético e combinação de energia

Na Teixeira Duarte, as principais fontes de consumo de energia incluem o consumo de eletricidade nos escritórios, fábricas e armazéns e o consumo de combustíveis nos equipamentos fixos e na frota própria. Nos equipamentos fixos, assim como na frota própria, a Teixeira Duarte utiliza como combustíveis fósseis, o gasóleo e a gasolina. A eletricidade consumida é proveniente de fontes fósseis.

Os fatores de conversão utilizados em 2024 foram os seguintes:

Combustível	Densidade	Poder Calorífico Inferior
Gasóleo	APA – NIR 2024	APA – NIR 2024
Gasolina	APA – NIR 2024	APA – NIR 2024

ESRS E1-6 Emissões brutas de GEE de âmbito 1, 2, 3 e emissões totais de GEE

Notas metodológicas gerais

Para o cálculo de emissões de gases com efeito de estufa, foram considerados, sempre que possível e relevante, os diferentes gases com efeito de estufa, identificados pelo Protocolo de Quioto, nomeadamente: dióxido de carbono (CO_2), metano (CH_4), óxido nitroso (N_2O), hidrofluorocarbonetos (HFCs), perfluorocarbonetos (PFCs) e hexafluoreto de enxofre (SF6). Para a quantificação das emissões de cada GEE, foi considerado o respetivo fator de Potencial de Aquecimento Global (PAG).

Na metodologia de cálculo utilizada foram considerados os valores PAG que constam no IPCC *Fifth Assessment Report* (AR5), tal como recomendado pelo *GHG Protocol*.

	CO_2	CH_4	N_2O
PAG (5AR - IPCC)	1	28	265

Os fatores de emissão utilizados foram escolhidos tendo em conta a melhor informação disponível, mais atual e com o ano de reporte mais próximo de 2024.

Para o primeiro reporte das emissões de âmbito 3 foi feito um *screening* para identificar as categorias não aplicáveis e aplicáveis relevantes, ou seja, materiais, de modo a dar resposta ao AR 46. Os critérios de materialidade considerados na fase de *screening* foram a magnitude e o grau de influência. Para a determinação da magnitude, no primeiro ano foram efetuadas estimativas adequadas recorrendo a informação secundária, tendo em conta a indisponibilidade de informação primária para a grande maioria das fontes de emissão. Para esta determinação foi feito um mapeamento dos dados disponíveis pelo Grupo Teixeira Duarte. Tendo em conta a informação disponível, e dado tratar-se de um primeiro exercício de cálculo, foi selecionada uma metodologia de cálculo com base na extrapolação. Foram selecionadas 10 empresas do Grupo Teixeira Duarte, representativas dos seis setores: automóvel, concessões e serviços, construção, distribuição, hotelaria e imobiliário. O cálculo de todas as categorias aplicáveis foi feito para cada uma dessas empresas. Para as restantes 120 empresas, as emissões foram extrapoladas com base nos seguintes critérios:

- Para a extrapolação considerou-se as emissões das empresas do mesmo setor;
- Foi definido um indicador de emissões de GEE por euro de volume de negócios das empresas analisadas, que foi posteriormente aplicado ao volume de negócios das demais empresas para estimar as suas emissões;
- As emissões referentes à categoria 7 - Deslocações Pendulares, e à categoria 15 - Investimentos, não foram incluídas na extrapolação, tendo sido calculadas separadamente com base numa metodologia distinta;
- As emissões da categoria 10 - Transformação de produtos vendidos, não foram extrapoladas, pois os dados dos produtos intermediários foram recolhidos para todas as empresas nas quais essa categoria é aplicável;
- Para a categoria 6 - Viagens de Negócios, os dados das empresas selecionadas foram considerados representativos de todo o Grupo Teixeira Duarte, exceto para a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, SA - Suc Brasil. Para esta empresa foi realizada uma extrapolação das emissões das viagens de negócios.

Metodologia de cálculo de emissões de Âmbito 1

Para o cálculo de emissões de âmbito 1, foram consideradas as seguintes fontes de emissão de GEE:

- Consumos de combustíveis em equipamentos fixos;
- Consumos de combustíveis em equipamentos móveis, como a frota própria.

Não houve recargas durante o ano de 2024, e como tal, considera-se que não houve emissões resultantes de fugas de gases refrigerados.

Frota

As emissões GEE associadas à combustão móvel da frota, foram calculadas com base no registo dos custos associados ao abastecimento de combustível na frota. A partir dos dados financeiros, estimou-se o consumo através do custo médio por tipo de combustível (gasolina ou gasóleo), em euro por litro. Assumiu-se que todos os veículos da frota seriam veículos de mercadorias, exceto quando explicitado que o combustível fora adquirido para veículos ligeiros. Para o cálculo foram utilizados os fatores de emissão da APA NIR. Embora estes fatores sejam ajustados à realidade portuguesa, devido à falta de informações específicas para Angola, foram utilizados para ambas as geografias. Na seleção dos fatores de emissão foi considerado o segmento médio, realizando-se uma média dos Euro Standards, desde o Euro 3 até ao Euro 6d.

No caso do setor da construção, uma vez que não foi possível desagregar os consumos das fontes fixas e fontes móveis, todos os consumos dos equipamentos foram contabilizados nas emissões da frota.

Equipamentos fixos

A mesma metodologia foi aplicada para as emissões relativas ao consumo de combustível nas instalações e equipamentos fixos. Os consumos foram estimados com base no preço médio por tipo de combustível e foram utilizados os fatores de emissão da APA NIR.

Metodologia de cálculo de emissões de Âmbito 2

Para o cálculo de emissões de âmbito 2 foi considerada a aquisição de energia elétrica utilizada nos escritórios, fábricas e armazéns do Grupo Teixeira Duarte.

As emissões de âmbito 2 foram calculadas através de duas metodologias, de acordo com o *GHG Protocol*:

- Método *Location-based*: reflete a intensidade média de emissões da rede em que ocorre o consumo de energia (de acordo com as informações mais recentes disponíveis, para cada fornecedor).
- Método *Market-based*: reflete as emissões de eletricidade que a empresa escolheu que deriva fatores de emissão de instrumentos contratuais (de acordo com as informações disponíveis mais recentes, para cada fornecedor).

Nos casos em que o fornecedor de eletricidade não divulga o fator de emissão, este foi calculado com base no *mix* energético e nos fatores de emissão disponibilizados pela ERSE. Nos casos em que não foi possível identificar o fornecedor de eletricidade, foi utilizado o fator de emissão *location-based*, para o cálculo do método *market-based*.

A ESTA - Gestão de Hotéis não foi considerada para o cálculo, uma vez que os seus consumos foram considerados não materiais. O LAGOAS HOTEL, SA e a TDGI- Tecnologia de Gestão de Imóveis, SA arrendam os espaços a outra entidade, e por isso, estes consumos de eletricidade foram considerados no âmbito 3 - categoria 8 (Ativos Alugados a Montante).

Metodologias, pressupostos e métodos de alocação utilizados para o cálculo de emissões de Âmbito 3

Categoria 1 - Compra de bens e serviços

Os dados de atividade foram multiplicados por um fator de emissão apropriado, considerando a tipologia de material ou serviço adquirido. Dado que o custo dos materiais adquiridos inclui o custo de transporte, para a estimativa do custo do material considerou-se 95% da despesa total. Para o cálculo das emissões desta categoria foram considerados dados financeiros (€), tanto para a aquisição de materiais como para os serviços. Foram utilizados os fatores de emissão da ADEME.

As compras internas realizadas entre empresas do grupo não foram incluídas, pois a mesma compra externa encontra-se refletida noutra empresa do Grupo. Da mesma forma, os serviços prestados por empresas do Grupo não foram contabilizados para evitar a dupla contagem.

Os dados da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Angola), Lda não foram considerados uma vez que não se encontravam disponíveis. A CND e a DCG compram produtos importados por outras empresas do grupo, sendo que a grande maioria das compras se encontram refletidas noutras empresas do grupo. De forma a evitar uma dupla contagem, as compras destas empresas não foram consideradas.

Categoria 2 - Bens de Capital

Para estimar as emissões da aquisição de bens de capital, foram assumidos os seguintes pressupostos:

- Todos os artigos identificados como "equipamento básico" e "ferramentas e utensílios" foram incluídos na categoria de "Maquinaria e Equipamentos";
- Os artigos classificados nas categorias de "Edifícios e outras construções", "Ativos fixos tangíveis em curso" e "Outros ativos fixos tangíveis" foram considerados como parte da categoria de "Construção";
- Os artigos das categorias "Ativos intangíveis em curso" e "Programas de Computador" foram alocados à categoria de "IT";
- Por fim, os artigos da categoria "Equipamento administrativo" foram incluídos na categoria de "Móveis e utensílios", com exceção dos equipamentos identificados como equipamentos de informática.

Foram fornecidos dados referentes a bens de capital comprados ou adquiridos (tipicamente Capex), em euros, até ao ponto de receção pela organização inventariante. Para o cálculo das emissões foram utilizados os fatores de emissão da ADEME.

Categoria 3 - Atividades relacionadas com combustível e energia (não incluídas nos âmbitos 1 ou 2)

Foram consideradas as emissões a montante dos combustíveis (Âmbito 1) e da aquisição de eletricidade (Âmbito 2). Relativamente à eletricidade, foram também consideradas as perdas na rede de distribuição.

Os dados de atividade foram obtidos no âmbito 1 e 2. Para os combustíveis foi utilizado o fator de emissão da DEFRA 2024. Para a extração, refinação e transporte de combustíveis para a geração de eletricidade foi utilizado o fator de emissão da DEFRA 2021. Para a produção (combustão) de eletricidade perdida na rede foi utilizado o fator de emissão da APREN 2024 para Portugal e da IRENA 2024 para Angola. E, por fim, para as perdas na rede foi utilizado o fator de emissão da REN para Portugal e da Enerdata 2024 para Angola.

Categoria 4 - Distribuição e transporte a montante

Para além dos serviços exclusivos de transporte, foi estimado o custo do transporte com base nos dados das compras. Considerou-se que o transporte corresponde a 5% do custo total dos materiais adquiridos, uma vez que o custo destes materiais inclui o custo de transporte. Para estes 5% assumiu-se que todo o transporte corresponde a transporte terrestre.

Para o cálculo das emissões desta categoria foram utilizados os fatores de emissão da ADEME.

Categoria 5 – Resíduos

Foram calculadas as emissões com base na quantidade, em toneladas, de resíduos encaminhados para tratamento no ano de reporte. Para tal recorreu-se à aplicação dos fatores de emissão específicos de acordo com o tipo de resíduo e destino final.

Assumiu-se para o destino final "Valorização", que o tratamento final foi a reciclagem. Para os resíduos destinados a "Eliminação", "Incineração" ou "Aterro", considerou-se sempre a eliminação. Neste caso, foi adotada uma abordagem conservadora, pressupondo que o método de eliminação utilizado é o que mais contribui para as emissões de GEE.

Para os dados fornecidos em m^3 foi feita uma conversão para toneladas, com base no peso específico ou densidade fornecidos pelo DEFRA ou pela APA. Para os dados fornecidos em euros foi feita uma estimativa das toneladas de resíduos removidos, com base no tarifário de um operador de gestão de resíduos. Apesar de os dados apresentados em euros pertencerem a uma empresa em Angola, foram utilizados dados de um operador com atividade em Portugal, visto não existirem informações disponíveis para Angola.

Foram consideradas as tipologias de resíduos consultadas no Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR) de 2024 reportado anualmente à Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Quando a informação do peso dos resíduos não estava disponível considerou-se os custos associados à gestão e tratamento dos resíduos.

A informação foi recolhida das seguintes empresas:

- Dados de 2023 da "TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, SA";
- Dados de 2024 da "TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, SA";
- Dados de 2024 da "ESTA - Gestão de Hotéis, SA";

- Dados de 2024 da "LAGOAS HOTEL, SA";
- Dados de 2024 da "TDA - Comércio e Indústria (SU), Lda";
- Dados de 2024 (em €) da "CND – Companhia Nacional de Distribuição (SU), Lda".

Os dados da TEIXEIRA DUARTE – Distribuição, SA não foram considerados, dado que foram avaliados como não sendo materiais para a análise.

Para o cálculo das emissões desta categoria foram utilizados os fatores de emissão retirados do EcoInvent e da DEFRA 2024.

Categoria 6 - Viagens de Negócios

As emissões desta categoria foram calculadas com recurso aos dados dos custos das viagens de negócio, por empresa. Foram incluídos os quilómetros pagos aos colaboradores por deslocações nas viaturas próprias, assim como as deslocações de carro e avião e estadias em hotéis.

Foram utilizados os fatores de emissão da ADEME.

Categoria 7 - Deslocações Pendulares

Devido à ausência de informações sobre o perfil de deslocação dos trabalhadores da empresa, optou-se por seguir uma abordagem conservadora e estimar as emissões relacionadas com as deslocações pendulares. Assumiu-se que, em média, os colaboradores percorrem 30 km por trajeto (totalizando 60 km ida e volta) para se deslocarem para o trabalho de carro. Considerou-se também que os trabalhadores se deslocam à empresa 5 dias por semana, com direito a 5 semanas de descanso anual (num total de 52 semanas). Para o cálculo, foi considerado o número de colaboradores de cada empresa e foi utilizado um fator de emissão da DEFRA correspondente a um automóvel médio com tipo de combustível desconhecido.

Categoria 8 - Ativos alugados a Montante

Para o cálculo das emissões foram considerados os consumos de eletricidade em kWh e as recargas de gases fluorados. Para os ativos alugados sem indicação do fornecedor de eletricidade, utilizaram-se os fatores de emissão *location-based* da APREN 2024 (Portugal) e da IRENA 2024 (Angola). No caso em que era indicado o fornecedor de eletricidade, utilizou-se o fator de emissão da Iberdrola 2024. As emissões de GEE relativas às fugas de gases fluorados, nos ativos alugados a montante, foram calculadas com base na quantidade recarregada (kg) e no respetivo PAG de cada gás fluorado, retirado da DEFRA 2024.

Categoria 9 - Transporte e distribuição a Jusante

Foram consideradas as emissões relacionadas com a subcontratação de empresas de transporte. Para o cálculo das emissões foram utilizados os dados referentes ao custo associado ao transporte de produtos vendidos por tipo de transporte (ex. terrestre, marítimo, aéreo). Nesta categoria, as emissões dos clientes que se deslocam para, e a partir dos pontos de venda, são opcionais tendo em conta a metodologia do *GHG Protocol* e, por essa razão, não foram incluídas na estimativa.

Considerou-se que o transporte realizado por estafetas corresponde a transporte terrestre. O transporte de resíduos não foi incluído, pois este transporte já é contabilizado de forma indireta, através dos fatores de emissão associados aos resíduos.

Para o cálculo das emissões desta categoria foram utilizados os fatores de emissão da ADEME.

Categoria 10 - Transformação de produtos vendidos

A análise desta categoria foi realizada exclusivamente para o setor automóvel, visto ser o único setor da Teixeira Duarte que comercializa produtos intermediários. A recolha de dados de atividade abrangeu todas as empresas deste setor, não tendo sido necessária a extrapolação desta categoria. Para o cálculo das emissões foram consideradas as quantidades de partes e peças de automóvel vendidas pela Teixeira Duarte e o consumo de energia por unidade de produto vendido, determinado a partir de uma Análise de Ciclo de Vida (ACV) da produção da carroçaria de uma viatura ligeira de passageiros, disponível no EcoInvent. Seguindo uma perspetiva conservadora, assumiu-se que o consumo de eletricidade total para a produção da carroçaria equivale ao consumo de eletricidade associado à incorporação dos materiais vendidos pela Teixeira Duarte, uma vez que não é possível isolar o consumo da incorporação destes materiais. Dada a dificuldade em estimar o consumo de energia especificamente relacionado com a transformação dos produtos vendidos (partes e peças automóvel), os pressupostos assumidos resultam numa sobrestimação das emissões, necessária para verificar a materialidade da categoria.

Foi utilizado o fator de emissão *location-based* IRENA 2024 de Angola, uma vez que todas as empresas cujos dados foram considerados nesta categoria, possuem instalações localizadas em Angola.

Categoria 11 - Uso de produtos vendidos

Para estimar as emissões de projetos/produtos vendidos recorreu-se às seguintes metodologias:

- **Edifício**: Estimativa das emissões associadas ao consumo de eletricidade no edifício ao longo da vida útil do projeto. Calculou-se esta parcela com base no consumo energético anual médio. O consumo anual foi estimado a partir dos fatores de intensidade energética do PCAF para Portugal, tendo em conta o tipo de edifício (residencial). Para estimar o consumo energético de um edifício/projeto em Angola assumiu-se que a intensidade energética por tipologia de edifícios é igual à de Portugal, devido à falta de informação específica para Angola. Adicionalmente, visto que que não existia informação relativa à classe energética do edifício para Angola, seguindo uma abordagem conservadora, considerou-se o Rating F. Quando não indicado, estimou-se que o tempo de vida de um edifício ou apartamento é de 50 anos. Para calcular as emissões, utilizaram-se os fatores de emissão *location-based* de Portugal (DEFRA 2024) e Angola (IRENA 2024).
- **Eletrodomésticos**: No caso dos eletrodomésticos, foram consideradas as unidades vendidas por tipo de eletrodoméstico. Num primeiro exercício de cálculo considerou-se um top 5 dos principais produtos vendidos, tendo em conta a complexidade do exercício para o total de produtos vendidos pelo setor de Distribuição. Realizou-se a estimativa das emissões associadas ao consumo energético do equipamento ao longo da sua vida útil. O consumo médio e o tempo de vida útil foram estimados com base em médias disponíveis na bibliografia. Para calcular as emissões, utilizaram-se os fatores de emissão *location-based* de Portugal (DEFRA 2024) e Angola (IRENA 2024), no caso em que os eletrodomésticos consomem eletricidade. Assumiu-se que os fogões vendidos em Angola seriam fogões a gás. Neste caso, considerou-se o Fator de Emissão específico do combustível da DEFRA 2024.
- **Automóveis**: Para os automóveis considerou-se a quantidade de automóveis vendidos por modelo e realizou-se uma estimativa das emissões associadas ao tráfego do veículo ao longo da vida útil, com base no consumo médio (litros/100kms) de cada modelo. As distâncias percorridas foram estimadas para cada tipologia de veículo tendo por base o número total de veículos em 2022 (dados mais recentes disponíveis) e o total de quilómetros percorridos em 2022, conforme os dados da APA. Assumiu-se que os quilómetros percorridos anualmente por veículos em Angola são iguais aos de Portugal. Para calcular as emissões, utilizou-se o fator de emissão específico do combustível, assumindo numa perspetiva conservadora, que todas as viaturas são a gasóleo.

Categoria 12 - Fim de vida de produtos vendidos

O setor de Hotelaria foi excluído da Fronteira Operacional devido à indisponibilidade de informações necessárias para o cálculo.

Para estimar as emissões do fim de vida dos automóveis, utilizou-se uma Análise de Ciclo de Vida (ACV) da produção de uma viatura ligeira de passageiros, consultada no *EcoInvent*. Concluiu-se que 69,5% do veículo corresponde à carroçaria e 30,5% ao motor de combustão interna. Assumiu-se, com base na mesma ACV, que o principal material da carroçaria é o aço, enquanto o do motor é o alumínio. Para os automóveis, considerou-se o peso de cada modelo vendido, e a partir deste valor, estimaram-se os pesos dos seus principais constituintes.

No caso dos edifícios, foram obtidas as áreas de cada edifício e considerado um pé-direito de 3 metros, conforme o mínimo estabelecido pelo Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU) em Portugal para pisos destinados a estabelecimentos comerciais. Com base nos dados da ACV do *EcoInvent*, estimou-se a quantidade de resíduos, em toneladas, por metro cúbico de edificado, considerando os três principais materiais que compõem um edifício (tijolo, betão e cimento).

Para os eletrodomésticos, foram consideradas as unidades vendidas e assumido um peso médio por tipo de equipamento, com base na bibliografia disponível. As emissões do fim de vida foram calculadas utilizando um fator de emissão geral para equipamentos elétricos.

Seguindo uma abordagem conservadora, assumiu-se que o fim de vida de todos os produtos vendidos foi o aterro.

Para o cálculo das emissões desta categoria foram utilizados os fatores de emissão da DEFRA 2024.

Categoria 13 - Ativos alugados a jusante

Para a análise, foi considerada a área de cada edifício e sua respetiva categoria (residencial, comercial, escritórios, entre outras). Para estimar as emissões foram considerados os fatores de emissão do PCAF, associados à categoria de edifícios, assumindo de forma conservadora, uma certificação energética com a classificação "F".

Categoria 15 – Investimentos

Foram incluídas as empresas sobre as quais não há controlo operacional. Para estimar as emissões dessas empresas, considerou-se o volume de negócios de cada uma, tendo em conta a aplicabilidade, o CAE e as participações financeiras. Nos casos em que o volume de negócios não era aplicável, utilizou-se o *Enterprise Value Including Cash* (EVIC) para realizar a estimativa das emissões.

Para o cálculo, foi utilizada a metodologia do PCAF ("*The Global GHG Accounting and Reporting Standard for the Financial Industry*"). O fator de emissão por volume de negócios foi calculado com base em dados provenientes do INE, Eurostat, DGEG e APREN, referentes aos anos de 2021 e 2022, de acordo com as informações mais recentes disponíveis. A intensidade das emissões de Portugal foi considerada como referência para estimar as emissões das restantes geografias, devido à indisponibilidade de informação.

Devido à ausência de dados para o CAE 66, não foi possível calcular a intensidade das emissões deste setor, sendo que a empresa correspondente a este CAE foi excluída do cálculo.

Limitações

- Para o cálculo das emissões da frota e fontes fixas (âmbito 1), os consumos foram estimados com base nos custos com combustíveis (€). A estimativa baseada em dados financeiros exige o preço médio dos combustíveis, o que faz com que os dados sejam mais instáveis e menos confiáveis, comparativamente com a utilização dos dados dos consumos em litros.
- Em alguns dos setores analisados, não foi possível diferenciar os consumos da frota dos consumos das fontes fixas. Como tal, todo o consumo foi atribuído à frota, desconsiderando as fontes fixas, o que pode resultar numa sobrestimação das emissões associadas à frota em detrimento das fontes fixas.
- À semelhança do âmbito 1, os consumos de eletricidade foram estimados com base em dados financeiros (€).
- No *screening* realizado para as categorias de âmbito 3, o cálculo das emissões foi feito maioritariamente recorrendo a estimativas e dados secundários, como base para o apuramento da materialidade das categorias de âmbito 3. A utilização de dados primários, ao invés de estimativas e dados secundários, permite uma maior precisão no cálculo das emissões.
- Para estimar as emissões da categoria de uso de produtos vendidos foi considerado um top dos principais eletrodomésticos vendidos pela Teixeira Duarte, tendo sido utilizados pressupostos para calcular os pesos e consumos dos produtos. Dado que não foram utilizados dados reais, a estimativa das emissões pode não ser tão precisa e confiável.
- A categoria de viagens pendulares foi estimada com base numa análise de alto nível, utilizando o número de colaboradores de cada empresa.
- Para a recolha de dados, foram selecionadas as dez empresas mais representativas do Grupo. A pegada de carbono das restantes empresas foi estimada através da extrapolação das emissões, utilizando como base o volume de negócios de cada empresa.

IV. ATIVIDADE POR SETORES

De seguida, será feito o relato da atividade desenvolvida pelas empresas do Grupo Teixeira Duarte nos diversos setores, seguindo-se, para todos eles, uma estrutura semelhante, ou seja, começando por contextualizar o respetivo setor dentro do Grupo Teixeira Duarte, depois apresentando as Vendas e Prestações de Serviços, o EBITDA e os Resultados Operacionais (EBIT) consolidados, o contributo dessa área de negócio para o Grupo e concluindo com uma exposição sobre a atuação durante 2024, acompanhada de indicadores não consolidados que permitem uma análise e perspetiva sobre o total da atividade e não só o seu contributo final para os números consolidados.



Empreitada de Modernização da Linha da Beira Alta Celorico da Beira-Guarda - Portugal

IV.1 Construção

O setor da construção é a atividade de referência do Grupo Teixeira Duarte, representando cerca de metade da sua atividade e do seu número de trabalhadores. Estes factos conferem-lhe uma elevada relevância não só pela representatividade, mas também pela responsabilidade histórica e técnica de uma empresa centenária, cuja longevidade resulta também seguramente da sua capacidade de evolução e de adaptação.

O Grupo atua nas áreas da Geotecnia e Fundações, das Edificações, das Infraestruturas (incluindo Obras Marítimas e Reabilitação), da Metalomecânica, das Obras Subterrâneas e das Obras Ferroviárias, nos mercados estratégicos de Portugal, Angola, Brasil e Moçambique, aproveitando também oportunidades para operar em outras geografias apenas no âmbito de alguns contratos, por vezes mesmo em áreas específicas deste setor, como sucede com as infraestruturas em Cabo Verde, as subterrâneas em Espanha e no Perú, ou as obras ferroviárias no Gabão.

A sua dimensão, expressa nas suas seis áreas de atuação e na sua dispersão geográfica refletida nos seus quatro mercados estratégicos e nos demais em que tem atuado com caracter mais pontual, bem como as alterações de conjunturas económicas e geopolíticas e até mesmo de mudanças internas levaram a um reposicionamento estratégico que o Grupo assume como prioritário e cuja concretização já vem tendo frutos na operação e na organização.

A Teixeira Duarte quer evoluir naquilo que faz, mas – sobretudo – na forma como faz, e, por isso, sabe que é **Engenho** – refletido no sucesso das soluções de engenharia e na eficiência da execução dos projetos e empreitadas que abraça; que é a **Verdade** que a faz evoluir e confiar nas capacidades demonstradas e, ao mesmo tempo, criar laços com clientes e fornecedores fazendo deles parceiros; e por fim, sabe que é **Compromisso** com os objetivos e obrigações assumidas para com todos os stakeholders e é por isso que sabe que, para continuar a honrar e cumprir com o que é, também está a evoluir e a acreditar, de forma unida e alinhada entre todos, nesse desígnio de compromisso entre a própria empresa e seus colaboradores, com clientes, com fornecedores, com quem apoia e acredita na Teixeira Duarte, com a comunidade e com os acionistas.

Nessa evolução, o triplo objetivo claro de "fazer diferente para fazer melhor" – acompanhando também as inovações e evoluções tecnológicas mais modernas e de topo do setor –, um alinhamento estratégico e orgânico e uma liderança forte e unida com as suas estruturas de topo – e que se materializou internamente no reforço que está a ser feito no Conselho de Administração da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. e na constituição de uma Comissão Executiva Operacional que lidera (e está a fazer evoluir) os modelos de produção e comercial e de interação entre ambas as respetivas estruturas de forma mais alinhada e complementar –, bem como a reorganização da gestão global por geografias, são alguns exemplos da melhoria objetiva que se está a conseguir e que vai aumentar os resultados deste importante e histórico Setor do Grupo Teixeira Duarte e onde este sente que cumpre a sua missão e propósito de contribuir para a efetiva "construção" de um mundo melhor.

Com o objetivo de otimização na gestão de meios, e para implementar um maior rigor e uniformização no controlo de custos e nos planeamentos das obras, optou-se por uma centralização de todos os meios de produção e pela criação de uma nova área de apoio de Planeamento e Controlo de Custos.

São muitas as frentes em que, ao longo dos seus já mais de 100 anos de história, a "construção" da Teixeira Duarte melhorou as vidas das pessoas: seja pela inicial captação de águas e furos artesianos; ou pela habitação de qualidade e dignidade; seja pelas escolas que potenciam melhor educação; pelos hospitais que acolhem e resolvem os problemas de saúde de cada cidadão; pelos tribunais e demais edifícios de entidades públicas essenciais ao bom funcionamento de uma qualquer localidade, ou país; pelas infraestruturas essenciais a uma vida em comunidade, relacionadas à eletricidade, a outras formas de energia, à água, ao gás, às minas e extração de matérias primas; pelos escritórios, fábricas e demais espaços de trabalho essenciais ao desenvolvimento da economia; até aos aeroportos, linhas de comboio ou estradas que nos ligam interna e externamente uns aos outros e ao mundo. Esse é também o nosso orgulho, essa é também a nossa certeza de contribuir pela nossa atividade e pela forma como a fazemos – e que melhor expomos no nosso relato de atividade não financeira, integrado neste relatório de gestão – para um mundo efetivamente melhor.

A Teixeira Duarte divide as suas valências naquilo a que designa seis **ÁREAS DE ATUAÇÃO**:

Geotecnia e Fundações, na qual através do seu corpo técnico, das suas equipas de reconhecimento Geológico e Geotécnico e da Direção de Projetos, desenvolve para os seus clientes soluções técnicas de engenharia na interface solo-estruturas à medida de cada "desafio" e que realiza também os respetivos trabalhos de construção com meios e tecnologias próprias, seja para tratamento de solos, reforço de fundações, fundações indiretas, escavações e contenções periféricas, contenções de taludes, entre outros trabalhos da especialidade.

Edificações, assente na construção e reabilitação de todo o tipo de edifícios, nomeadamente de grande dimensão e complexidade, públicos ou privados e destinados às mais variadas utilizações e segmentos, desde residencial a escritórios, comércio, área hospitalar, hoteleira, serviços e construção industrial.



Museu do Design: Empreitada de Requalificação Integral do Edifício do MUDE, Lisboa – Portugal

Infraestruturas, onde as empresas do Grupo Teixeira Duarte reúnem um vasto e diversificado conjunto de obras executadas, nomeadamente, estradas e autoestradas, pontes e viadutos, barragens, túneis, ferrovias, gares ferroviárias e interfaces, obras e trabalhos marítimos, fluviais e portuários, construção ambiental e ainda infraestruturas de produção de energia, água e gás natural e saneamento, incluindo obras de Reabilitação (reforço estrutural ou restauro) de Património edificado.

A **Metalomecânica** é a área de atuação vocacionada para a construção metálica, especialidade que domina nas suas vertentes de fabrico e montagem, salientando-se ainda a sua especialização na área da mecânica, nomeadamente no domínio de sistemas de movimentação sincronizada. Estas valências integradas habilitam o Grupo ao estudo, desenvolvimento e implementação de soluções técnicas de elevada complexidade e precisão, nomeadamente na produção, montagem e movimentação de estruturas de grande porte.

Nas **Obras Subterrâneas** o Grupo Teixeira Duarte é detentor de 100% do capital de uma empresa especialista, a "E.P.O.S. - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A." (EPOS, S.A.), que, desde 1986, atua na indústria de construção civil e obras públicas e privadas, especialmente as de carácter subterrâneo e a realização de trabalhos na área das explorações mineiras.

E nas **Obras Ferroviárias** o Grupo Teixeira Duarte é detentor de 100% do capital de uma empresa especialista a "SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.", que é, desde 1956, vocacionada para a construção, renovação e conservação de infraestruturas ferroviárias incluindo a sua eletrificação (catenária), que, para além da valia técnica, da experiência de várias décadas a trabalhar em diversos mercados, da capacidade de equipamentos e recursos humanos especializados, distingue-se por trabalhar em quatro bitolas distintas, nas especialidades simultâneas de via e de catenária.

Todas as referidas áreas operacionais dividem as valências de produção e comerciais em estruturas que são essenciais na formação de quadros dirigentes e no acompanhamento da sua carreira e que integram Áreas de Atuação e Direções, dispondo também de um conjunto de Estruturas de Apoio específicas para este setor da Construção, em particular nas áreas de Aprovisionamentos; Cofragens, Armaduras e Betões; Comercial; Inovação; Gestão de Equipamento; Logística das Propostas; Planeamento e Controlo de Custos; Recursos Humanos e Sistemas de Gestão, bem como de um Polo Operacional instalado no Montijo, numa área superior a 100.000 m² e que constitui uma enorme valia adicional para o Grupo e para os serviços prestados aos seus clientes.

O Grupo conta também, neste Setor, com uma importante Direção de Projetos, através da qual se desenvolvem e executam Estudos e Projetos Técnicos de Engenharia, para todo o Grupo Teixeira Duarte que se têm revelado de grande importância na apresentação tecnicamente fundamentada de propostas e projetos. Cabe ainda a esta estrutura a coordenação e implementação do BIM ("Building Information Modeling") no âmbito de todo o Grupo Teixeira Duarte, com a consolidação da formação interna e externa, desenvolvimento de projetos com esta metodologia e criação de procedimentos internos.

O seu fundador, Eng.º Ricardo Esquível Teixeira Duarte, que concluiu o primeiro curso de Engenharia Civil ministrado no Instituto Superior Técnico e que desempenhou funções de bastonário da Ordem dos Engenheiros, desde sempre foi reconhecido pelos seus pares pela sua valia técnica e de inovação.

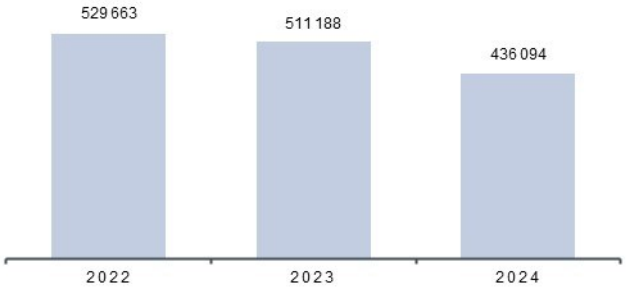
A Teixeira Duarte prosseguiu a sua atuação marcada por esse cunho, assumindo-se sempre como uma verdadeira Casa de Engenharia. Desde grandes infraestruturas como pontes, barragens, estradas e outras obras públicas, bem como hospitais e grandes edifícios que constituem marcos históricos, a Teixeira Duarte é reconhecida como um sinónimo de conhecimento e experiência, sendo uma presença constante no mercado da construção.

Para além da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." - que é a principal sociedade do Grupo - existem também outras sociedades participadas, que operam em áreas específicas da Construção, nomeadamente nas obras Subterrâneas e nas Ferroviárias, bem como diversos Agrupamentos Complementares de Empresas e outras estruturas semelhantes afetas a projetos específicos.

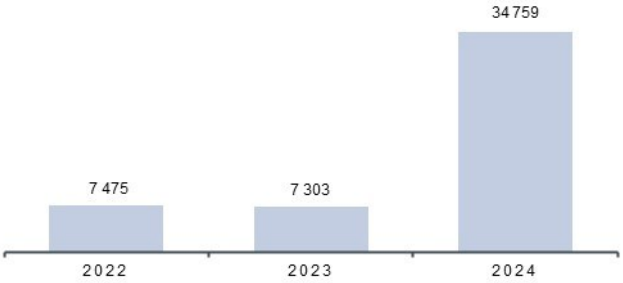
ORGANOGRAMA DA CONSTRUÇÃO



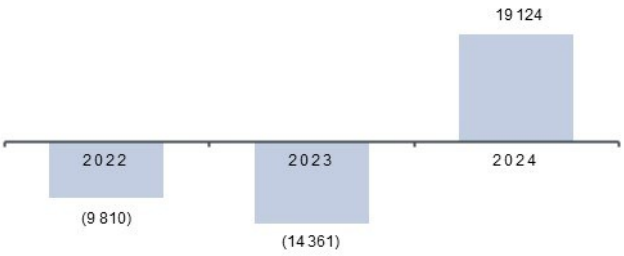
CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO



Evolução das Vendas e Prestações de Serviços da Construção
(Valores em milhares de euros)



Evolução do EBITDA da Construção
(Valores em milhares de euros)



Evolução dos Resultados Operacionais (EBIT) da Construção
(Valores em milhares de euros)

As Vendas e Prestações de Serviços da Construção registaram uma redução, na sua globalidade, de 14,7% face ao ano passado.

Portugal registou uma quebra de 12,1% face ao período homólogo, e os mercados externos tiveram uma redução de 17,5% face ao mesmo período do ano anterior, que corresponde a uma diminuição de 42.489 milhares de euros, nos quais se incluem as diminuições no Brasil de 24.158 milhares de euros, em Moçambique de 7.211 milhares de euros e nos outros mercados de 16.885 milhares de euros, apesar do aumento registado em Angola de 5.765 milhares de euros face a 2023.

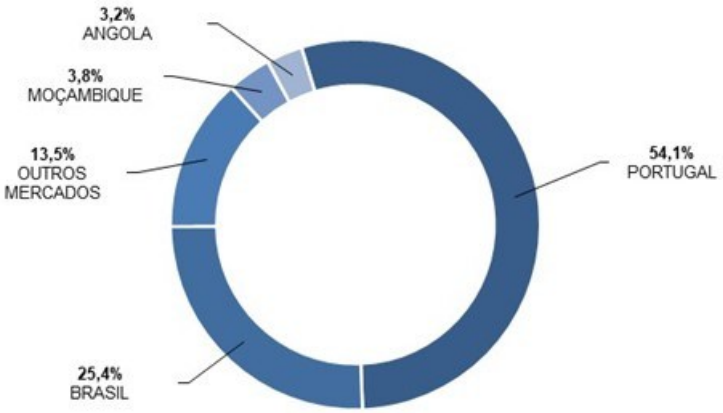
Os mercados externos passaram a representar 45,9% das Vendas e Prestações de Serviços da Construção, em vez dos 47,5% que representava em 2023.

O EBITDA na Construção registou um aumento de 27.456 milhares de euros face ao ano passado, tendo atingido um EBITDA de 34.759 milhares de euros em 2024.

ATIVIDADE EM 2024

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2024, informa-se que os rendimentos operacionais alcançados pelas empresas do Grupo no setor da Construção atingiram o valor global de 515.171 milhares de euros, uma redução de 14,7% face a 2023.

Em 2024, as empresas do Grupo Teixeira Duarte que atuam neste setor da Construção operaram nos mercados históricos e estratégicos de Portugal, Angola, Brasil e Moçambique, bem como noutros com operações ainda em conclusão ou com contratos específicos como são os casos da Argélia, Cabo Verde, Colômbia, Espanha, Kuwait, Gabão e Perú.



Peso dos Países nas Vendas e Prestações de Serviços da Construção

Será o desempenho nessas geografias – e dentro delas em cada uma das referidas Áreas de Atuação – que se analisará de seguida.

Portugal

A área de atuação da **Geotecnia e Fundações** vem centrando a sua atividade na aplicação das tecnologias de construção que interagem com os maciços (sejam solos ou rochas), mais concretamente na execução de fundações indiretas ou profundas de diferentes estruturas, nas escavações em âmbito urbano com recurso a contenções periféricas, nos tratamentos de reforço geomecânico dos taludes e maciços e também na impermeabilização dos mesmos.

Na área da **Geotecnia e Fundações**, conseguiram-se bons resultados neste ano e otimizaram-se bem os equipamentos e a operação, tendo-se obtido oportunidades de negócio, umas em empreitadas que depois a própria Empresa também executou em fases seguintes, e outras em que a elevada valia técnica da Teixeira Duarte foi fator comercial decisivo de contratação.

O ano de 2024 foi genericamente um ano de crescimento em todos os mercados onde esta área de atuação opera e a atividade comercial permanece a bom ritmo, pelo que esperamos manter em 2025 um nível de atividade similar ao ano de 2024. Portugal apresenta elevados índices de atividade e com expectativas animadoras.

Dos casos de empreitadas cujos subsequentes edifícios também foram executados pela Teixeira Duarte, destacam-se:

- A conclusão dos trabalhos de escavação e contenção periférica do novo parque de estacionamento anexo ao Centro Comercial Colombo, em Lisboa, bem como o reforço de fundações no piso -3, no âmbito da empreitada da "1ª Fase da Torre de Escritórios do Centro Comercial Colombo e respetivo Parque de Estacionamento", em Lisboa para a Sonae Sierra;

Noutros âmbitos, realçam-se os seguintes trabalhos:

Integrados em obras de edificações:

- A execução dos trabalhos de contenção periférica da ampliação do Seminário do Funchal para a International Sharing School (Madeira);
- A execução dos trabalhos de escavação e contenção periférica do edifício Alcântara Lote 12 SIloauto (Lisboa);
- A execução dos trabalhos de escavação e contenção periférica dos Lotes A e B1 – Escavação e Contenção Periférica – FIDELIDADE (Lisboa);
- A execução dos trabalhos de contenção periférica do Hotel Canaan (Montijo).



Operação Integrada de Entrecampos: Escavação e Contenção Periférica, Lisboa – Portugal

Integrados em obras de arte e infraestruturas:

- A execução dos trabalhos de Contenção Periférica_Fases 2 e 3 – Estação Casa da Música – Linha Ruby - (Porto);
- A execução dos trabalhos de Lote 1 – Ponta Delgada – Intervenção Sítio do Lombinho – Estabilização de Taludes (Madeira);
- A execução dos trabalhos de fundações do Liscont Yard Modernization Project – Phase 2 (Lisboa);
- A execução dos trabalhos da Empreitada de Conceção- Construção de Solução de Contenção dos Taludes no Bairro da Bela Vista – CM Loures (Loures);
- A execução dos trabalhos de Reabilitação de Estruturas de Contenção e Taludes da EN8, KM11+050, para a IP – Infraestruturas de Portugal (Loures);
- A execução dos trabalhos de fundações nas obras de alargamento do IC20 Via rápida da Caparica – PS002 e PI-A2 – (Almada);
- A execução dos trabalhos de fundações no âmbito do Alhandra Upgrade Project – KILN 7 – CIMPOR (Alhandra);
- A execução dos trabalhos de fundações no Vila do Conde Fashion Outlet – (Vila do Conde);
- A execução de trabalhos diversos de Prospeção Geotécnica no âmbito do Concurso para a Alta Velocidade, Lote A – CONSÓRCIO LUSOLAV - AVACE ACE e AVAN Norte;
- A execução dos trabalhos de Estabilização e Contenção da Arriba Norte da Quinta da Azenha – (Almada);
- Execução dos trabalhos de contenção na Empreitada de Impermeabilização da Galeria de Descarga de Fundo e Tomada de Água da Barragem da Freixeirinha – (Montemor-o-Novo).

Ao longo do ano de 2024, a empresa realizou também várias obras de fundações indiretas, industriais e residenciais, com estacas de fundação pela metodologia de trado contínuo, bem como diversos trabalhos de prospeção e reconhecimento geológico-geotécnico, incluindo sondagens à rotação com recolha contínua de amostras e posteriores ensaios laboratoriais.



Estabilização e Contenção da Arriba Norte na Quinta da Azenha, Lazareto, Almada – Portugal

Prevê-se que em 2025 esta área de atuação continue o alinhamento estratégico assumido nos últimos anos e otimize ainda mais a sua rentabilidade operacional e sirva, com a reconhecida valência de projetos, engenharia e elevada tecnologia e inovação, os clientes numa área tão sensível e especializada da construção e onde o Grupo Teixeira Duarte tem uma experiência de mais de 100 anos.

No âmbito das **Edificações,** durante o ano de 2024, prosseguiu-se a atividade no domínio dos edifícios de habitação, tanto para a imobiliária interna como para clientes externos, manteve-se a atuação nos edifícios de serviços e escritórios, reforçou-se a presença na área da construção industrial com uma nova empreitada para o cliente Cimpor, e ainda um novo e importante contrato na área da construção hospitalar, historicamente uma área de grande relevo e importância para a Teixeira Duarte.

Destacam-se, no âmbito do segmento residencial e para a imobiliária do Grupo Teixeira Duarte, os seguintes projetos:

- A conclusão da construção do Lote Q19, na "Quinta do Cravel", em Vila Nova de Gaia;
- Continuação da construção dos edifícios habitacionais dos Lote 1 e 3 do empreendimento "Vila Rio", na Póvoa de Santa Iria, em Vila Franca de Xira;
- O início da construção dos edifícios habitacionais dos Lotes 6 e 9 do empreendimento "Vila Rio", na Póvoa de Santa Iria, em Vila Franca de Xira;
- A conclusão da segunda fase do empreendimento "Fábrica 1921", em Benfica, Lisboa;
- O início da construção do edifício "Kori V16" em Vila Nova de Gaia;
- O início da construção do edifício Multifamiliar, Vintage 18 em Vila Nova de Gaia.



Empreendimento Fábrica 1921, Lisboa – Portugal

Neste mesmo segmento residencial, mas para clientes externos, destacam-se:

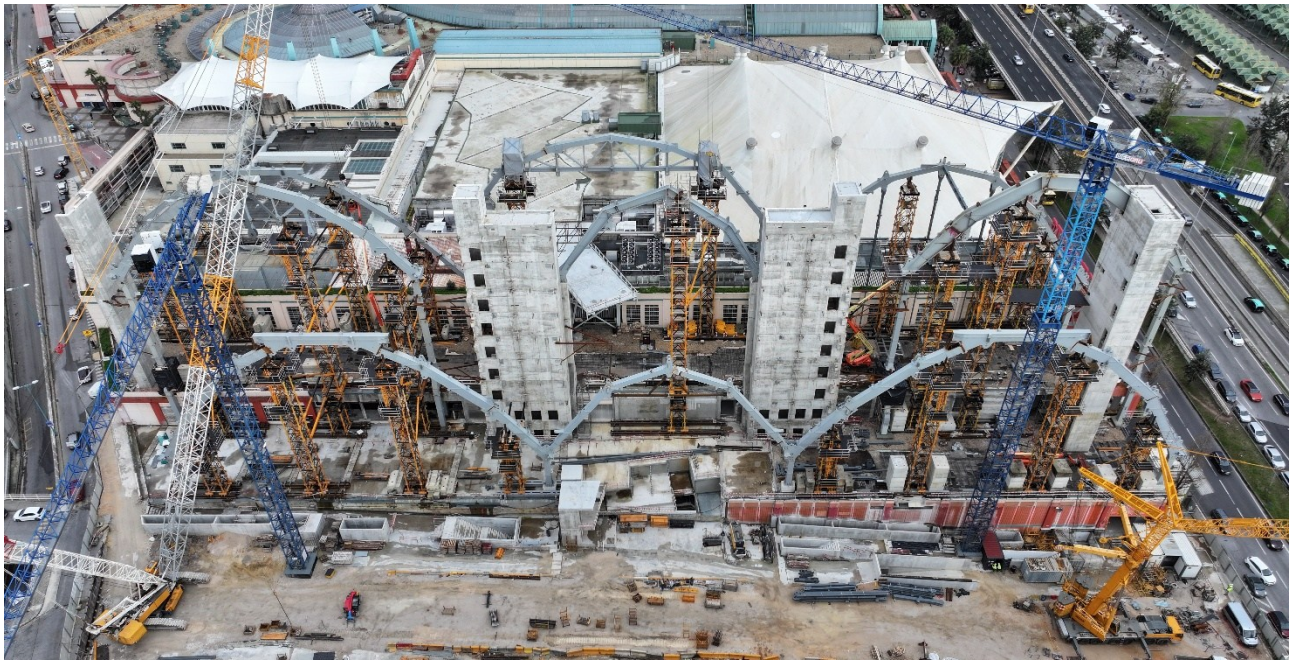
- Para a "OCM Capital Partners", a construção do empreendimento habitacional sito nos Lotes 19 e 21 do "Parque dos Cisnes", em Miraflores;
- Em Cascais, para a "Grand Bay Residences - SICAFI, S.A.", no âmbito da empreitada "Entrada Nascente de Cascais", em curso continuadamente desde 2019, deu-se início aos trabalhos de acabamentos e instalações especiais dos Lotes 2 e 3;
- Concluiu-se o empreendimento residencial e hoteleiro "Legacy", em Cascais, para a "REFORMOSA";
- Concluiu-se a 2ª fase da empreitada de Construção do Empreendimento residencial "High Lapa", também para a "REFORMOSA";
- Continuaram os trabalhos de reabilitação e ampliação do Edifício Rua Garrett, nº 53 e 67, em Lisboa, para a "Barlow Invest NV";
- Em Oeiras, para a "Construção Pública, E.P.E." foi iniciado o processo relativo à "Conceção-Construção dos Edifícios para Habitação a Edificar na Ex-Estação Radionaval – Comandante Nunes Ribeiro, Lote 4".



Entrada Nascente de Cascais, Cascais – Portugal

No âmbito de escritórios, serviços e comércio, destacam-se:

- Conclusão da empreitada da "1ª Fase e início da 2ª Fase da Torre de Escritórios do Centro Comercial Colombo e respetivo Parque de Estacionamento", em Lisboa, para a "SONAE SIERRA", com uma solução técnica estrutural de elevada complexidade;
- Conclusão da empreitada do "MUDE – Museu do Design e da Moda", no edifício da antiga sede do "Banco Nacional Ultramarino", para a "Lisboa Ocidental SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana E.M., S.A.";
- Conclusão dos acabamentos e instalações do Hotel "Dom Luís Boavista", da cadeia Hilton, localizado na Rua D. Luís, em Lisboa, para o "Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Sete Colinas";
- Conclusão da construção de uma Plataforma Desportiva e de uma Sala Polivalente para o Colégio Moderno, em Lisboa;
- Inicio da empreitada de remodelação e ampliação de um edifício sito na Travessa Escola Araújo 24, Freguesia de Arroios em Lisboa – empreendimento hoteleiro, Villa Helena para a Lime Stone Capital;
- Início da empreitada de execução de acabamentos e instalações especiais das Fases 1, 2 e 3 do empreendimento turístico Verdelago em Altura, Faro;
- Empreitada de renovação da área da piscina, ginásio e sala de Pilates do hotel Portobay Falésia, em Olhos de Água, Albufeira.



2ª Fase da Torre de Escritórios do Centro Comercial Colombo e respetivo Parque de Estacionamento, Lisboa - Portugal

No âmbito do segmento da construção industrial, no qual a Teixeira Duarte já trabalhou muitos anos com sucesso, destacam-se:

- Continuidade à empreitada de construção civil da Ampliação do Complexo Industrial de Sines da Repsol Polímeros, para a "TECNIMONT, SpA";
- Iniciou-se a empreitada de "Upgrade da Linha 7 do Centro de Produção de Alhandra (UPG L7 – CPA – Construção Civil)" no Projeto UPG L7 – CPA, para a Cimpor em Alhandra.

Na área hospitalar, destaque para a empreitada:

- Construção do novo Hospital da Luz Ribatejo em Santarém, para a Luz Saúde.



Hospital da Luz Ribatejo, Santarém - Portugal

Já no final do ano de 2024, foram contratadas novas empreitadas na área residencial para a imobiliária do Grupo Teixeira Duarte, prosseguido a consolidação da reorganização interna iniciada no ano de 2023, otimização da prestação operacional, atenção especial, no âmbito residencial, aos empreendimentos imobiliários do Grupo Teixeira Duarte e um foco nos segmentos de edifícios, de escritórios, hotelaria, serviços e construção industrial, para as quais a Teixeira Duarte está a concentrar os seus esforços comerciais.

Na área das **Infraestruturas**, a Teixeira Duarte prosseguiu o cumprimento das suas obrigações nas empreitadas em curso, otimizou as prestações nas mesmas e obteve novos contratos resultantes de um posicionamento assumido nos últimos anos de maior prudência em função da conjuntura do mercado, tendo neste ano em análise atuado em todas as suas três sub-áreas de atuação: Infraestruturas, Reabilitação e Obras Marítimas e Portuárias.



Linha da Beira da Alta, Troço Celorico da Beira – Guarda - Portugal

Destacam-se, no âmbito das Infraestruturas, as seguintes empreitadas:

- Conclusão da "Empreitada de Construção Civil para a Ampliação da Subestação de Ourique", no distrito de Beja, para a "REN – Rede Elétrica Nacional";
- Conclusão, no âmbito do "ACE Viadutos do Campo Grande" – constituído pela "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." e a sua participada "SOMAFEL– Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A." – dos trabalhos da Empreitada de Projeto e Construção dos toscos, acabamentos e sistemas no âmbito da concretização do Plano de Expansão do Metropolitano de Lisboa – Prolongamento das Linhas Amarela e Verde – VIADUTOS DO CAMPO GRANDE – LOTE 3, para a "Metropolitano de Lisboa, E.P.E."- no âmbito deste Contrato foram executados dois viadutos, o Viaduto Norte de Ligação à Linha Amarela - (VL2) - com extensão de 410,703m que substitui o viaduto atual na ligação da Estação Campo Grande a Telheiras e passa a ser um troço da Linha Amarela e o Viaduto de Ligação Linha Verde - (VL1) – extensão de 157,607m, que liga as duas linhas materializando uma ligação diagonal entre os viadutos atuais (Sul e Norte) a Poente da estação, fechando e integrando a futura linha circular;
- Conclusão da "Empreitada de Conceção e Adaptação do Centro de Controlo de Tráfego Marítimo do Continente e Aquisição de Bens e Serviços de Instalação para a Criação do Centro de Controlo do Mar", para a Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos;
- Conclusão da empreitada de Via e Catenária entre Évora e Elvas/Fronteira e construção civil do sub-troço Évora - Évora Norte, que foi realizada em consórcio, no qual também esteve integrada a empresa do Grupo "SOMAFEL – Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.", para a "IP, Infraestruturas de Portugal, S.A.";

- Conclusão da Empreitada de Modernização da Linha da Beira da Alta, troço Celorico da Beira – Guarda, que foi realizada em consórcio, no qual também esteve integrada a empresa do Grupo "SOMAFEL – Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.", para a "IP, Infraestruturas de Portugal, S.A.";
- Conclusão da Impermeabilização da Galeria da Descarga de Fundo e Tomada de Água da Barragem da Freixeirinha, sita no concelho de Montemor-o-Novo, distrito de Évora, para a Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural - Os trabalhos consistiram da Impermeabilização da Galeria de Descarga de Fundo e Tomada de Água da Barragem através de uma solução de encamisamento total, com recurso a uma blindagem em chapas de aço soldadas, de diâmetro interno próximo de 1600mm;
- Conclusão da execução de intervenções para a garantia de acessibilidades a pessoas de mobilidade reduzida da estação de metro do Campo Grande, também para a "Metropolitano de Lisboa, E.P.E.";
- Início dos trabalhos de construção, em Consórcio, da Empreitada IP2 –Variante Nascente de Évora para a "IP, Infraestruturas de Portugal, S.A." - A Variante tem 12.794 km de extensão e uma orientação predominante Norte/Sul, a qual incluirá Dupla Faixa de rodagem, restabelecimentos desnivelados e interligação com a rede existente através dos seguintes nós: Nó de Vale de Figueiras, Nó da Fonte Boa do Degebe e Rotunda de Ligação à EN18.O traçado inicia-se no Nó de Évora Nascente da A6 imediatamente após a praça de portagem prolongando o alinhamento de saída da praça de portagem e transformando o atual entroncamento com a E.N. 18.

Na sub-área da Reabilitação:

- Conclusão da empreitada "IC15 - Viaduto Duarte Pacheco, reforço sísmico e reabilitação complementar", para a "IP, Infraestruturas de Portugal, S.A." - A intervenção contemplou a reabilitação e reforço estrutural, a pavimentação total do tabuleiro e a pintura da obra de arte da engenharia portuguesa, que acumula já cerca de 80 anos de existência ao serviço da rede viária nacional. Como principais desafios encontrados durante a construção destacam-se a necessidade de instalação de um sistema complexo de andaimes sobre infraestruturas rodoviárias e ferroviárias centrais no sistema de mobilidade da cidade de Lisboa (IP7, Avenida de Ceuta, Linha de Cintura e Linha Sul) e a execução de trabalhos em regime de interdição sobre linhas ferroviárias;
- Início dos trabalhos de Construção civil referentes à empreitada "IC17 CRIL - Túnel do Grilo - Requalificação da Infraestrutura e dos Sistemas de Segurança - Em Regime Conceção/Construção", para a "IP, Infraestruturas de Portugal, S.A." - A Empreitada prevê a requalificação ao nível dos requisitos de segurança, de eficiência energética e de sustentabilidade deste túnel, já com vinte anos de serviço, de modo a garantir o melhor nível de serviço e a exploração integrada da rede adjacente e o cumprimento da Diretiva Europeia 2004/54/CE e respetiva transposição para a legislação Portuguesa (Decreto-Lei n.º 75/2014, de 13 de maio), relativa aos requisitos mínimos de segurança para os túneis da rede rodoviária transeuropeia e rede rodoviária nacional;
- Início dos trabalhos da "Empreitada de Remoção das patologias existentes e reparação das fachadas do EDIFÍCIO VODAFONE – Porto" para a AF PORTFÓLIO IMOBILIÁRIO - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto. Os trabalhos integram o tratamento das fachadas e paramentos exteriores, incluindo a reparação de betão, a colmatação de fissuras de diversas aberturas e aplicação de acabamento de modo a homogeneizar os paramentos.



IC17 CRIL - Túnel do Grilo, Lisboa- Portugal

Na sub-área das infraestruturas portuárias e marítimas:

- Continuação, através de agrupamento de empresas que a Teixeira Duarte integra, da "Empreitada de Reparação do Molhe de Proteção, do Muro Cortina e das Infraestruturas do Porto Comercial de Ponta Delgada, no Âmbito dos Prejuízos Decorrentes do Furacão Lorenzo" (que assolou o arquipélago dos Açores a 2 e 3 de outubro de 2019), para a "Portos dos Açores, S.A." - A intervenção de reforço envolve a pré-fabricação de blocos cúbicos tipo Antifer de pesos compreendidos entre 250 e 670 kN e posterior disposição dos mesmos no extradorso do molhe, ao longo de 5 setores que totalizam a extensão de 1.110 m, estabelecendo "prismas de sacrifício" na base do manto de proteção da obra de abrigo, com bermas à cota +3,5 m (ZH) e larguras compreendidas entre 20 e 30 m;
- Também no Porto de Ponta Delgada, Açores, mas para a Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional, iniciamos a empreitada de "Restabelecimento das Condições de Segurança e Operacionalidade do Cais a realizar no Depósito POL NATO de Ponta Delgada (DPNPD) - Fase 2". A empreitada está a ser realizada em consórcio e prevê-se a sua conclusão no ano de 2025;
- Continuação, pelo consórcio liderado pela Teixeira Duarte, da empreitada do prolongamento do quebra-Mar exterior e das acessibilidades marítimas do Porto de Leixões, para a "APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A." que integra os trabalhos de prolongamento do quebra-mar exterior numa extensão de 300 m, assim como as acessibilidades Marítimas.

Ainda em Portugal, realçam-se as seguintes empreitadas realizadas na Ilha da Madeira, geografia onde retomamos a operação em regime continuo e na qual pretendemos crescer novamente de forma sustentada:

- Para a Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas da Madeira realizamos, como líder de consórcio, a Empreitada de reposição das condições mínimas de segurança e operacionalidade na ER 211 na sequência do temporal de 25 de dezembro de 2020 – Lote 1 – Ponta Delgada;
- Para a Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A. realizamos a Empreitada de reforço da rede de condutas elétricas subterrâneas na via rápida Machico;
- Para a Arts Investments – Consultores e Investimentos, S. A. Iniciamos os trabalhos referentes à Empreitada de "Adaptação do Seminário da Encarnação para a Instalação da Futura Internacional Sharing School do Funchal".

No ano de 2024 a atividade da **Metalomecânica** desenvolveu-se em Portugal e no Brasil, atuando diretamente para clientes externos, ou de forma integrada com outras áreas do Grupo, destaca-se no seu já vasto portefólio, projetos de reabilitação e construção de pontes e viadutos metálicos ou mistos, edifícios, estruturas metálicas diversas, construções industriais, equipamentos hidromecânicos

e equipamentos móveis. Em complemento desenvolve-se também atividade de mecânica, na reparação e adaptação de equipamentos, com particular enfoque em máquinas mineiras.

Nas instalações fabris no Pólo Operacional da Teixeira Duarte manteve-se a atividade de fabrico de estruturas metálicas para diversas obras do Grupo e para clientes externos, bem como a reparação de equipamentos.

Na área de fabrico de estruturas metálicas, manteve-se o nível de Certificação EXC4 no âmbito da norma EN 1090.

Destaca-se, em 2024, a execução dos seguintes contratos:

- "Empreitada de Reforço e Reparação de Pórticos de Plena Via e na Ligação à Rede Exterior, na A12 – Autoestrada Setúbal Montijo e Ligação ao Alto do Guerra", para a BRISA – Concessão Rodoviária, S.A.;
- "Empreitada de Reforço e Reparação de Pórticos/Semi-Pórticos de Plena Via e na Ligação à Rede Exterior, na A9 – Circular Regional Externa de Lisboa e A10 – Auto-Estrada Bucelas/Carregado – Lote B", para a BRISA – Concessão Rodoviária, S.A.;
- "Empreitada de Fornecimento e Montagem de Cais Metálico no Cais de Manobra da Estação Marquês de Pombal", para o METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E.;
- "Empreitada de Fornecimento e Instalação de uma Ensacadeira para o Descarregador de Cheias de Castelo de Bode", para a EDP- Gestão e Produção de Energia, S.A.;
- "Empreitada de Criação de Acesso aos Dispositivos de Observação no Vale a Jusante da Barragem e Respetiva Proteção - Aproveitamento Hidroelétrico de Santa Luzia", para a EDP- Gestão e Produção de Energia, S.A.;
- "Fornecimento Contentores para Instalação de Unidades de Produção de Hidrogénio", para a UTIS – Ultimate Technology to Industrial Savings;

Para as obras do Grupo, destaca-se a participação em diversas empreitadas, nomeadamente:

- Trabalhos relativos a Anchor Bolts na obra "Repsol Alba Project Sines – I04 Civil Works" para a TECNIMONT;
- Estruturas metálicas para obra de Galeria Comercial no Lagoas Park para a TDGI, S.A.;
- Estruturas metálicas para obra do Edifício na Rua Garret nº 53 a 57;
- Estruturas Metálicas para obra na CIMPOR Alhandra – Upgrade Linha 7;
- Trabalhos de elevação para substituição de aparelhos de apoio e reforço com pré-esforço de tabuleiros de betão na empreitada "IC15 – Viaduto Duarte Pacheco – Reforço Sísmico e Reabilitação Complementar", para INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.;
- Trabalhos de estruturas metálicas e revestimentos "Requalificação da Plataforma Desportiva e Construção de Sala Polivalente" para Colégio Moderno, Lda.;
- Conclusão dois trabalhos na "Empreitada de Impermeabilização da Galeria da Descarga de Fundo e Tomada de Água da Barragem da Freixeirinha" para a DGAR.

Na especialidade Mecânica, valência dedicada à reparação, manutenção e adaptação de equipamentos, atividade desenvolvida nas instalações oficinais no Pólo Operacional Teixeira Duarte e nas Oficinas em Neves Corvo. Manteve-se a colaboração com a EPOS, S.A., empresa do Grupo, e, com o principal cliente, a SOMINCOR – Sociedade Mineira de Neves Corvo, S.A.

Também com a SOMINCOR – Sociedade Mineira de Nevos Corvo, S.A., foi renovado o contrato de "Assistência Técnica" para reparação e manutenção de equipamentos mineiros nas instalações do cliente. Esta parceria, que persiste há vários anos, denota a confiança do cliente nos serviços prestados pela TD.

Na atividade comercial tem-se mantido uma ação atenta no mercado português, com estudos e apresentação de propostas em número significativo, esperando-se uma taxa de sucesso que permita incrementar o volume de atividade. Para este mercado acresce a expectativa decorrente de projetos de infraestruturas previstos com apreciável componente de estruturas metálicas, em parte já concretizadas com:

- "Empreitada de Fornecimento e Montagem de Cais Metálico no Ramal da Estação Chelas" para o METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E.;

Nas **Obras Subterrâneas** manteve-se a tendência dos anos mais recentes, tendo-se registado um forte incremento da atividade relativamente a 2023.

Em **Portugal**, na Mina de Neves Corvo, foi dada continuidade ao contrato celebrado com o cliente "SOMINCOR – Sociedade Mineira de Neves Corvo, S.A." no final do ano 2023, e com termo previsto a 31 de outubro de 2026. O volume de negócios na Mina de Neves Corvo em 2024 registou um incremento significativo face ao ano 2023.

Nas Minas de Aljustrel deu-se continuidade aos trabalhos que fazem parte do contrato designado por "Trabalhos de escavação, contenção e transporte nas Minas de Aljustrel", que tinha sido celebrado em novembro de 2022 com o cliente "ALMINA – Minas do Alentejo S.A.", em conjunto com o primeiro adicional, assinado em março de 2023, para a execução de uma nova rampa para infraestrutura mineira, a partir da superfície.



Minas de Aljustrel - Portugal

Relativamente às **Obras Ferroviárias**, foi mantida a forte atividade dos últimos anos, sustentada nas Obras, associadas ao Programa Ferrovia2020, do Cliente IP – Infraestruturas de Portugal, S.A, nomeadamente no que respeita às empreitadas da Linha da Beira Alta, troços Cerdeira/Vilar Formoso, praticamente concluídas em 2024 e o troço de Évora/Elvas, em fase de plena execução.



Linha da Beira Alta, Cerdeira-Vilar Formoso - Portugal

Igualmente, para o Cliente IP – Infraestruturas de Portugal, S.A, verificou-se um bom desempenho nas atividades associadas ao contrato de Manutenção dos Lotes 1 e 2 (representa 70% da rede ferroviária nacional), onde através do ACE – SOMEFER (senda a Somafel líder com participação de 36,5%), bem como nas obras adstritas de conservação e reabilitação ferroviária, com especial destaque para intervenções na Linha do Norte e do Sul.

É de referir também, em 2024, a conclusão da última fase dos Viadutos do Campo Grande, do Metropolitano de Lisboa, onde a SOMAFEL integra um ACE com a Teixeira Duarte.

Na área comercial, o ano de 2024 é marcado pelos estudos associados, aos troços da linha de alta velocidade entre Porto e Soure, sendo que foram angariadas duas importantes obras, para o Cliente IP – Infraestruturas de Portugal, S.A, a saber: estação de Alfarelos na Linha do Norte e eletrificação da Linha do Douro, no troço Marco – Régua.

Angola

No ano de 2024, o setor da Construção em Angola, continuou a enfrentar desafios significativos, com destaque para a inflação elevada, volatilidade cambial e o aumento dos custos dos materiais, assistindo-se ainda à paralisação de algumas obras e ao retardar do investimento em novos projetos, comprometendo assim, a recuperação da atividade.

Neste contexto económico de grande adversidade, a Teixeira Duarte prosseguiu uma política de forte aposta no reforço da capacidade e da qualidade técnica da sua engenharia, procurando as parcerias que permitam o crescimento gradual e sustentado da sua atividade, mantendo o necessário equilíbrio interno que garante o cumprimento dos compromissos mútuos com os seus clientes.

A área da **Geotecnia,** apesar das dificuldades e incerteza do mercado, teve um crescimento da sua atividade em relação a 2023, com um desempenho assinalável, atuando para clientes finais ou enquanto subempreiteira da especialidade, com destaque para as seguintes empreitadas:

- Conclusão das Fundações por estacas para o Hospital da Catumbela, em Benguela, para a "VAMED – Engineering Deutschland GmbH" (em Benguela);
- Conclusão da Contenção periférica e escavação da nova clínica da rede de saúde privada angolana "Clínica Sagrada Esperança", em Cabinda.
- Fundações por estacas e Contenção periférica da Casa do Artista para a Kora em Luanda
- Prospeção e reconhecimento geológico-geotécnico na Barragem de Rejeitos da Mina de Catoca, em Saurimo, para a consultora internacional desta área "Kniight Piésold".
- Execução de estacas de fundação para o ALNG no Soyo.
- Prospeção e reconhecimento geológico-geotécnico no Terminal Mineiro do Lobito
- Execução de estacas para a Saipem no Soyo.
- Fundações por estacas para as Linhas de Transmissão de energia no âmbito do projeto de Gove-Matala.
- Fundações por estacas e contenção periférica para o novo edifício sede do Banco BIR em Luanda.



Hospital Provincial da Catumbela, Benguela - Angola

Nas **Edificações,** a atividade continua condicionada pelas dificuldades de um cenário económico de maior retração, mas, ainda assim, superior à verificada no ano de 2023. Destacam-se as seguintes empreitadas:

- Continuação da reabilitação do Hotel HCTA, unidade hoteleira do Grupo, em Talatona;
- Continuação da estrutura de betão armado do Hospital Geral da Catumbela, para a empresa do Dubai de tecnologias de Healthcare "Alkra Technologies FZ-LLC"; (Obra paralisada em Abril).
- Continuação da construção de uma unidade hospitalar para a rede de saúde privada angolana "Clínica Sagrada Esperança", em Cabinda, dotada de dois blocos operatórios e vinte e uma camas de internamento;
- Início – após realização da 1ª fase fundações e contenção periférica – da empreitada de Reabilitação e Construção da Casa do Artista, Palácio da Música e do Teatro, estrutura de betão armado para a Kora em Luanda.
- Empreitada de renovação e ampliação da Embaixada da Suíça em Luanda.

Apesar do contexto, e tendo em conta os projetos em estudo, prevê-se um aumento da faturação para 2025.



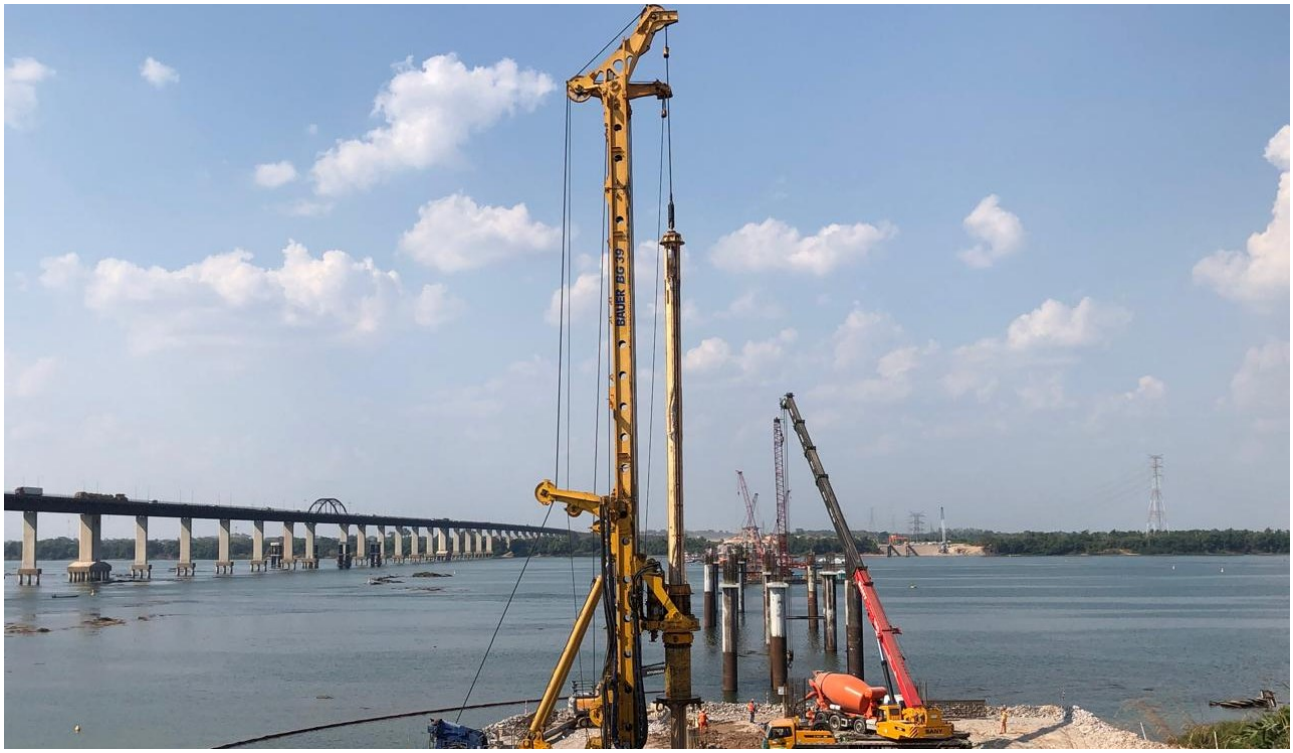
Remodelação de 10 Moradias - HCTA Villas, Luanda - Angola

Brasil

Neste país a operação foi desenvolvida essencialmente junto de grandes clientes privados.

Na área da **Geotecnia**, manteve-se uma forte atividade no mercado residencial de São Paulo complementada com atividade em obras de infraestruturas em diferentes regiões do país, onde destacamos:

- Empreendimento “Ári Butantã” para a “CONSTRUCOMPANY E INCORPORAÇÃO LTDA”;
- Empreendimento “Recanto Oliveiras” para a “TECNISA ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA”;
- Empreendimento “Obelisco” para a “COSTA HIROTA CONSTRUTORA LTDA”;
- Empreendimento “Copa” para a “QUATTRI ENGENHARIA LTDA”;
- Empreendimento “BSP Estados Unidos” para a “R. YAZBEK LTDA”;
- Empreendimento “Loomi CSA” para a “EPSON ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS”;
- Empreendimento “DAMATA201” para a “SOLIDI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA”;
- Execução das estacas de fundação da nova Ponte Rodoviária em Jundiaí para o “CONSÓRCIO VILA HORTOLANDIA”;
- Execução das estacas de fundação no âmbito da requalificação da Estação de Santo Amaro da linha 05 do Metrô de SP para a “EGTC Infra S.A.”;
- Execução das estacas de fundação no âmbito das obras civis das estações Boa Esperança, Jacu-Pêssego e Pátio Ragueb Chohfi da Linha 15 - Prata do Metro, para o “CONSÓRCIO EXPRESSO BOA ESPERANÇA”;
- Serviço de cravação de camisas metálicas para execução de 05 estacas nos Trecho 01 02 com fornecimento de mão de obra e equipamentos para Obra Reparo de Estacas BTP para a “CONCREJATO SER VICOS TECNICOS DE ENGENHARIA S/A”;
- Execução da contenção periférica em parede moldada no âmbito das obras civis das estações Boa Esperança, Jacu-Pêssego e Pátio Ragueb Chohfi da Linha 15 - Prata do Metro, para o “CONSÓRCIO EXPRESSO BOA ESPERANÇA”;
- Execução das estacas de fundação para Implantação de um Sistema Monotrilho Linha 15 – Prata do Metrô de São Paulo, para o “CONSÓRCIO EXPRESSO IPIRANGA”;
- Execução das estacas de fundação tanto da Ponte Ferroviária como da Ponte Rodoviária sobre o Rio Tocantins para o Consórcio Ponte Rio Tocantins- APOIO 38 / 39;
- Execução das estacas de fundação para a Ponte sobre o Rio dos Bois para a EMPA.



Fundações Ponte Ferroviária e Ponte Rodoviária sobre o Rio Tocantins - Brasil

No decurso do ano 2024 e no âmbito das **Edificações**, destacam-se as seguintes empreitadas:

- Conclusão da execução do contrato referente às obras de modernização e ampliação do terminal de passageiros e melhoria de infraestrutura aeroportuária do sistema de pistas e pátios do Aeroporto Internacional de Boa Vista – Atlas Brasil Cantanhede, no Estado de Roraima e do Aeroporto Internacional de Porto Velho – Governador Jorge Teixeira de Oliveira, no Estado de Rondónia. Contrato em regime EPC (Engineering, Procurement and Construction), para a Concessionária dos Aeroportos da Amazônia (Grupo Vinci Airports), através de consórcio liderado pela Teixeira Duarte;
- Continuação da execução dos serviços para a implantação completa das obras de construção do Porto Futuro 02, compreendendo todos os trabalhos de implantação, construção e reformas, do empreendimento localizado no município de Belém, Estado do Pará, para a VALE, onde se realizará, em novembro 2025, a 30.ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 30);
- Continuação do contrato de Pré-Construção para a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (mais conhecidos como Mórmons), na cidade de Santos, no Estado de São Paulo;
- Em janeiro 2024 iniciou-se o contrato de Pré-Construção para a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, na cidade de Maceió, no Estado de Alagoas;
- Em 22 agosto 2024 deu-se início ao contrato de prestação de serviço de desenvolvimento e execução de projetos e obras civis, por empreitada global, em regime EPC, de prédios do "Pack 3", para a fábrica de veículos da Toyota do Brasil, Ltda, para expansão do seu complexo industrial em Sorocaba, no Estado de São Paulo;
- Iniciou-se a 28 outubro 2024 o contrato de Pré-Construção e Construção para a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, na cidade de João Pessoa, no Estado do Paraíba;
- Em 31 de outubro 2024 iniciou-se o contrato de de Prestação de Serviços de Reforma, Adequação e ampliação de 3 Subestações – Osasco, Santa Rita e Santa Terezina, no Estado de São Paulo – para a Concessionária das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo SA.



Modernização e ampliação do Aeroporto Internacional de Porto Velho, Rondónia - Brasil

Na atividade desenvolvida em 2024 na área das **Infraestruturas,** destacam-se os seguintes contratos:

- Conclusão dos trabalhos de Elaboração de Projetos e Execução das Obras de Duplicação na Rodovia BR-116/BA – Lotes 06, com uma extensão de 40 Km, no Estado da Bahia, para o DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes;
- Continuação do Contrato para a Descaraterização da Barragem de Campo Grande, no Município de Mariana, Estado de Minas Gerais, para a VALE;
- Em março 2024 iniciou-se o contrato para Execução de Obras Civis, Drenagens, Terraplanagens, Obras de Arte Especiais e Outras Atividades referente à Construção do Pacote 1B da Fico – Ferrovia de Integração Centro – Oeste com Fornecimento de Materiais, no Estado de Goiás, para a VALE;
- Em outubro 2024 deu-se início ao Contrato de Prestação de Serviços para Elaboração do Projeto Executivo com Desenvolvimento da Engenharia Detalhada da Ponte Projeto Bacaba, em Canaã dos Carajás, Estado do Pará, para a SALOBO METAIS SA.



Barragem de Campo Grande, Minas Gerais - Brasil

Na sub-área específica da reabilitação, em 2024, destacam-se as seguintes empreitadas executadas, todas elas para o cliente VALE:

- Conclusão dos dois contratos de manutenção de obras de arte e Pontes metálicas na Estrada de Ferro Vitória – Minas;
- Conclusão do contrato de Recuperação Estrutural do Cais do Terminal da Ilha de Guaíba (TIG), na região de Mangaratiba, no Estado do Rio de Janeiro;
- Em 28 fevereiro 2024 foi iniciado o contrato para Substituição da Ponte Metálica do Rio Fundão, na Estrada de Ferro Vitória Minas, na Cidade do Fundão, no Estado de Espírito Santo.

A atividade da **Metalomecânica** no Brasil retomou para um nível mais expressivo relativamente ao ano anterior.

Levou-se a cabo a empreitada para a VALE de "Substituição da Ponte do Rio Fundão, na EFVM", no Espírito Santo. A obra consistiu na substituição de uma antiga ponte metálica ferroviária, com cerca de 80 anos, por uma nova treliça metálica, tendo sido adoptado um processo construtivo muito peculiar, uma complexa solução de engenharia para a substituição da ponte.

No âmbito das obras para a Conferência do Ambiente da ONU, COP30, a realizar em Belém (PA), a Metalomecânica participou no projeto do Porto Futuro II, para a VALE, que consistiu na reabilitação das estruturas metálicas de 5 antigos armazéns das Docas de Belém e sua adaptação para áreas de lazer e eventos, através de instalação de novos mezaninos metálicos no seu interior, bem como diversas coberturas metálicas no exterior. Esta empreitada encontra-se em curso com previsão de conclusão no 1º semestre de 2025.



Porto Futuro II, Belém - Brasil

Em 2024 a área das **Obras Subterrâneas** beneficiou dos efeitos do acordo de resolução do contrato com o cliente AngloGold Ashanti no final de 2023, não tendo, contudo, conseguido celebrar novos contratos, apesar do esforço comercial levado a cabo.

O Grupo continua a apostar no desenvolvimento da atividade neste âmbito neste país, prosseguindo a atuação comercial, com vista a retomar atividade em 2025.

Quanto às **Obras Ferroviárias** no Brasil, destacamos o crescimento relevante da atividade face ao ano anterior.

A área comercial teve menor atividade do que no ano transato, em resultado do adiamento de alguns investimentos por parte dos principais Clientes.

Da atividade em 2024, destacam-se os seguintes contratos, que otimizaram a ocupação dos equipamentos pesados e melhoraram a prestação no ano:

- Conclusão de 108 km de via férrea nova dos Lotes MVP 02 e 03, no Estado do Ceará, na Transnordestina, para o Cliente CSN – Companhia Siderúrgica Nacional;
- Conclusão da última grande duplicação, TIMM (terra indigena Mãe Maria), na Estrada de Ferro do Carajás, no Estado do Pará, para a VALE;
- Início da construção da Ferrovia de integração Centro-Oeste (FICO), através do contrato "Arranque FICO", numa nova ferrovia que se prevê venha ter a extensão de 387 KM.

Moçambique

Em 2024 o setor da construção continuou a enfrentar importantes obstáculos resultantes de uma conjuntura económica difícil, agravada por fatores como tensões pós-eleitorais e desafios climáticos, que continuam a limitar o seu potencial de expansão.

Na área da **Geotecnia**, destacam-se os seguintes trabalhos:

- Continuação dos trabalhos de contenção periférica e estacas de fundação do Edifício Sidónio Tower em Maputo para a "H&B Investimentos";
- Prospeção e reconhecimento geológico-geotécnico, "on shore" e "off shore", para o Cais 14, para o MPDC – Porto de Maputo;

- Prospeção e reconhecimento geológico-geotécnico da futura ponte sobre o Rio Licungo, em Mocuba para a Millennium Challenge Account – MCA Moçambique.



Edifício Sede do Conselho Constitucional, Maputo - Moçambique

Na área das **Edificações**, verificou-se um aumento da atividade, relativamente ao ano de 2023, destacando-se os seguintes trabalhos:

- Continuação da construção do Edifício Sede do Conselho Constitucional, na cidade de Maputo;
- Início da construção da estrutura do edifício habitacional, Sidónio Tower, para a "H&B Investimentos Imobiliários";
- Continuação dos trabalhos de arquitetura para a TSK Moçambique, em Temane, no âmbito da Central Térmica.

A atividade das **Infraestruturas** em Moçambique durante o ano de 2024, foi muito reduzida, limitando-se a pequenas intervenções no Porto de Nacala, no âmbito do período de garantia desta obra, cuja receção definitiva foi concretizada no 2º semestre. Para o ano de 2025, antevê-se um acréscimo de atividade nesta área de atuação, fruto de intenções de adjudicação manifestadas no final do ano.

Nas **Obras Ferroviárias** destacam-se:

- A continuação da execução de cerca de 300km de ataques mecânicos pesados na Linha de Machipanda, distrito de Manica, junto à fronteira com o Zimbabwe, para a "Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P.".

Outros Mercados

Como acima referido, além dos quatro mercados estratégicos de atuação da Teixeira Duarte neste Setor da Construção, existem também outros países em que o Grupo atua com carácter mais pontual, cuja atividade em 2024 abaixo se descreve, sendo eles: Argélia, Cabo Verde, Colômbia, Espanha, Gabão, Kuwait e Perú.

Na **Argélia**, a conjuntura política e económica continuou a condicionar o desenvolvimento da atividade, com a maior parte das empreitadas suspensas.

Neste enquadramento, prosseguem as negociações com autoridades locais tendentes ao encerramento dos dossiers em aberto por forma a acautelar os interesses das partes.

Em **Cabo Verde**, cabe destacar que o consórcio liderado pela Teixeira Duarte deu continuidade a intervenção no projeto dos Aeroportos de Cabo Verde - Primeira fase de investimentos, no âmbito do contrato "Engineering, Procurement, and Construction Agreement" celebrado com a Cabo Verde Airports S.A. (Grupo Vinci), que envolve intervenções de reabilitação dos espaços aeroportuários de sete

ilhas. O contrato prevê o melhoramento e adaptação de pistas à regulamentação aeroportuária internacional em função da classe de cada um dos empreendimentos, consistindo na melhoria dos acabamentos, das funcionalidades das aerogares e da instalação de sistemas de produção de energia com o intuito de dotá-los de soluções energéticas mais ecológicas.

O progresso dos trabalhos baliza-se a final de dezembro 2024 com intervenções nas ilhas do Sal, São Vicente, Santiago e Maio em fase avançada de conclusão, existindo ainda trabalhos em curso nas ilhas de São Nicolau, São Filipe e Boavista.



Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, Ilha do Sal – Cabo Verde

O contrato conta com a mobilização de equipas e equipamentos em grande escala, tanto para o desenvolvimento dos projetos de execução como para a realização dos trabalhos "in situ", apresentando desafios logísticos significativos, dado o número de geografias distintas intervencionadas em simultâneo.

Neste mercado antevêem-se boas perspetivas de continuidade da atividade em curso, quer através de outras oportunidades associadas a novos projetos com o cliente "Cabo Verde Airports, S.A." quer através da angariação de projetos cujo lançamento a concurso se prevê que venha a ocorrer num curto e médio prazo, na área de obras de infraestruturas marítimas, com o objetivo de ampliar a nossa presença e contribuir para o desenvolvimento económico e social de Cabo Verde.

Na **Colômbia**, a Teixeira Duarte focou-se essencialmente nos três principais projetos abaixo identificados:

- Continuação da construção de um "Cut and Cover" designado "Deprimido Calle 72", em Bogotá, para a concessionária "Metro Línea 1";
- Conclusão de aproximadamente 11.000ml de estacas de fundação de 800 e 1200mm a 40 mts de profundidade do Edifício "Vive el Rio", na cidade de Barranquilla;
- Execução da totalidade dos trabalhos de execução de cerca de 6.500 m2 de parede moldada e 7.400 ml de estacas de 1.400mm a 50 mts de profundidade para as fundações e escavação das caves do Edifício denominado "Manzana 46", em Bogotá, para a Construtora Arquitectura y Concreto.

A Teixeira Duarte mantém-se atenta a este mercado, visando aproveitar as oportunidades que possam surgir e analisando, de forma cuidadosa, a viabilidade de permanência e possível expansão da sua presença, destacando-se a este propósito o contexto macro do setor de obras públicas, que apresenta uma perspetiva positiva de investimento por parte do Estado.

Em **Espanha**, a Teixeira Duarte atua só na área das Subterrâneas, tendo-se mantido a atividade concentrada em grande medida na prestação de serviços no setor mineiro, complementada, em 2024, com um contrato de execução de revestimento com betão projetado em poços na Mina de Aguas Teñidas.

Deu-se continuidade à execução dos dois contratos de prestação de serviços de manutenção, Mina de Aguas Teñidas, em Huelva, para a "MATSA – Mina de Aguas Teñidas, S.A.U.": um para equipamentos mineiros e outro para manutenção de camiões, ambos assinados em outubro de 2020 pelo prazo de cinco anos.

No **Gabão**, o Grupo atua através da SOMAFEL, S.A., no âmbito das obras ferroviárias, tendo em 2024 prosseguido a realização do contrato de prestação de serviços de ataques pesados, para a "SETRAG – Société d´Exploitation du Transgabonais" (concessionária da linha de 650km designada de "Transgabonais"), tendo assinado e dado início a um adicional com o mesmo objeto, com vista à duplicação da sua atividade neste mercado, até dezembro de 2025.

No **Kuwait**, a Teixeira Duarte concluiu no fim do primeiro semestre de 2024 a empreitada de construção da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Umm Al Hayman, para a "WTE Wassertechnik GmbH – Koweit Branch" com a data de receção provisória assinada a 30 de Junho 2024.



Estação de Tratamento de Águas Residuais de Umm Al Hayman - Kuwait

No **Peru**, em 2024, a Teixeira Duarte atuou na área das Obras Subterrâneas sendo que a angariação de cinco novos contratos no Metro de Lima para o cliente "Consórcio Construtor M2 Lima", e um contrato com um novo cliente nesta geografia, a "LATAM AIRLINES PERÚ S.A," resultando num crescimento significativo do volume de negócios face ao ano passado.

Para além da continuidade, em 2024, dos trabalhos pertencentes a três subempreitadas contratadas ainda em 2023, nomeadamente os trabalhos no poço de ventilação "PV01-BIS - Linha 4", as obras civis dos poços de ventilação "PV15 e PV 14"; e a E1 – Estação Gambetta da Linha 4", foram contratados cinco novos contratos em 2024, para o cliente "Consórcio Construtor M2 Lima, designadamente:

- Contrato da subempreitada designada por "Obras Civiles Túneles Ramales Patio Taller Boca Negra, contratada a 19 de janeiro, por um prazo de 7 meses e um valor de 2,87 milhões de USD;
- Contrato para execução da escavação, suporte e restantes obras civis dos poços de ventilação "PV09 e PV 11", assinado em 4 de julho por um valor de 2,88 milhões de USD e um prazo de 9 meses;
- Contrato para a execução das obras civis dos poços de ventilação PV4-1, PV4-2 e PV4-3 Ramal L4, formalizado em 4 de julho por um valor 1,99 milhões de USD e por um prazo de 7 meses;

- Contrato para a execução das obras civis do poço de ventilação PV13, assinado em 26 de julho por um valor 3,02 milhões de USD e por um prazo de 9 meses;
- Contrato para a execução das obras civis do poço de ventilação PV12, assinado em 5 de novembro por um valor 1,56 milhões de USD e por um prazo de 7 meses.



Metro de Lima – Peru

Já com o cliente "LATAM AIRLINES PERÚ S.A.", a 30 de setembro de 2024, foi assinado um contrato de empreitada de movimentos de terras, por um valor de 700 mil USD e um prazo de 90 dias.

IV.2 Concessões e Serviços

O Grupo Teixeira Duarte começou a operar nesta área em 1984, em Macau, através de uma participação na "CPM - Companhia de Parques de Macau, S.A.", que ainda hoje mantém e à qual acrescentou outras em Portugal, Angola, Argélia, Brasil, Bélgica, Espanha, Luxemburgo, Moçambique, Qatar e Venezuela.

No âmbito das Concessões e Serviços, as empresas do Grupo operaram no âmbito do *Facilities Management* e *Facilities Services*, das Atividades Educativas em Angola, do Meio Ambiente e das Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCH's) no Brasil.

Neste setor, a Teixeira Duarte detém também diversas participações minoritárias noutras entidades cuja gestão não é conduzida pelas estruturas do Grupo e que, em quase todos os casos, não integram o seu perímetro de consolidação. Ainda assim, sobre as mais importantes serão também apresentadas algumas notas no final deste capítulo.

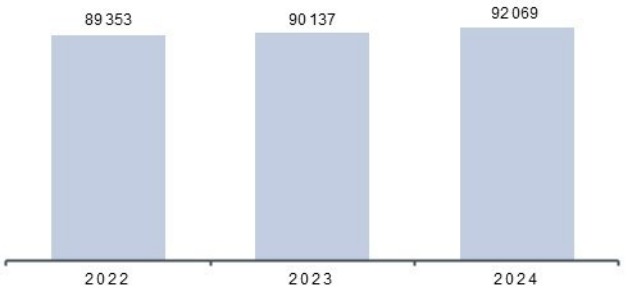
A Teixeira Duarte assume o seu posicionamento de não ser investidor de longo prazo no âmbito das **Concessões** – aliás, maioritariamente participadas do Grupo no âmbito de empreitadas cujos concursos integravam essa modalidade de construção-concessão – ainda que detendo algumas participações por questões estratégicas e pontuais.

No âmbito dos **Serviços**, as duas áreas de maior impacto de atuação da Teixeira Duarte são o *Facilities Management* e a Educação, sendo que o *Facilities Management* é a aposta da Teixeira Duarte neste setor e onde esta atua desde 2000 através da marca TDGI, cujo contributo para o Grupo tem sido sustentavelmente crescente e com enormes valias comerciais no posicionamento da engenharia do Grupo, como adiante se deixará também exposto.

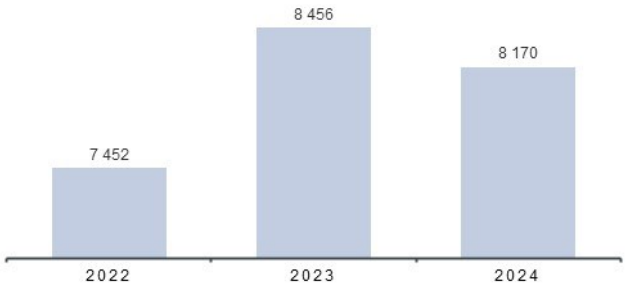
ORGANOGRAMA DAS CONCESSÕES E SERVIÇOS



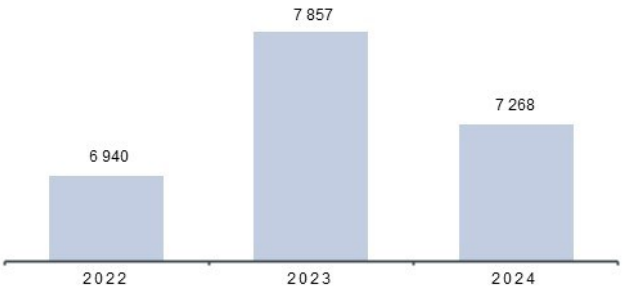
CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO



Evolução das Vendas e Prestações de Serviços das Concessões e Serviços
(Valores em milhares de euros)



Evolução do EBITDA das Concessões e Serviços
(Valores em milhares de euros)



Evolução dos Resultados Operacionais (EBIT) das Concessões e Serviços
(Valores em milhares de euros)

As Vendas e Prestações de Serviços das Concessões e Serviços registaram um aumento de 2,1% face ao período homólogo.

Em **Portugal** registaram um aumento de 7,6% face a 2023, impulsionado essencialmente por, novos contratos e clientes SPACE UP e ainda crescimento dos atuais clientes.

Realce-se que em **Angola,** onde o Grupo teve uma ligeira redução de 1,4% face a 2023, desconsiderando a desvalorização do Kwanza Angolano, o Grupo teria registado um aumento de 25,5%.

No **Brasil,** o Grupo registou uma redução de 14,5% face ao período homólogo, impactado pela desvalorização do Real Brasileiro, pelo que, sem o efeito da desvalorização, a redução teria sido de 7,2% face a 2023.

Em **Moçambique**, o Grupo registou um aumento de 6,7% das Vendas e Prestações de Serviços face ao ano anterior.

O EBITDA nas Concessões e Serviços fixou-se em 8.170 milhares de euros, que se traduz numa redução de 3,4% face ao ano passado.

ATIVIDADE EM 2024

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2024, informa-se que os rendimentos operacionais do Grupo no setor das Concessões e Serviços atingiram o valor global de 96.869 milhares de euros, 40,9% dos quais relativos a atividade desenvolvida no estrangeiro sendo que, no global, estes valores refletem um aumento de 3,1% em relação a 2023. Para se ter também uma noção do peso das principais áreas de atuação do Grupo neste Setor, regista-se que dos indicados rendimentos operacionais não consolidados, 87% são da área do *Facilities Management*, 9% da área da Educação e 4% da área do Meio Ambiente.

FACILITIES MANAGEMENT / FACILITIES SERVICES

Desde o ano 2000 que o Grupo Teixeira Duarte desenvolve atividade de *Facilities Management / Facilities Services*, tendo hoje um conjunto de entidades que operam, através da marca TDGI, em Portugal, Angola, Argélia, Bélgica, Brasil, Espanha, Luxemburgo, Moçambique e Qatar, tendo como principais áreas de atuação a (i) Gestão Integrada de *Hard* e *Soft Services*, (ii) Manutenção Técnica, (iii) Análise e Diagnóstico e Soluções de Energia e (iv) Gestão de Espaços e Obras.

A engenharia está na génese e na essência da TDGI, que aposta no desenvolvimento de competências técnicas específicas e de soluções tecnológicas adequadas que reforçam a qualidade do serviço, a eficiência das operações e a otimização de custos ao cliente.

Em Portugal, o ano de 2024 foi novamente um ano de crescimento do volume de negócios, para o qual todos os setores da empresa contribuíram, tendo-se iniciado diversos novos contratos e tendo-se ainda de uma forma geral renovado os contratos com clientes atuais.

Nas áreas de Gestão Integrada de *Hard e Soft Services* e de Manutenção Técnica, que representam o core business da TDGI, destaca-se a continuação da parceira com a SODEXO em particular nas renovações plurianuais dos contratos dos contratos com a MSD e a NOKIA, destacando-se também neste ano o volume de trabalho na área de *project management* nos clientes NESTLÉ, MSD e TETRAPAK. De destacar também o crescimento do contrato com a DECATHLON e com o GRUPO PERCASSI, ambos no segmento de retalho, assim como os novos contratos com a PONTE GADEA e a LACE INVESTMENTS. No ano de 2024 a TDGI continuou a crescer no GRUPO LUSIADAS, acompanhando este cliente na sua expansão, nomeadamente com a manutenção do novo hospital Lusíadas Vilamoura e a manutenção das 22 clínicas dentárias HEYDOC, dedicadas à prestação cuidados de estomatologia, também agora integradas no GRUPO LUSIADAS.

Após o sucesso do projeto desenvolvido ao longo dos últimos anos com a SIDUL, que consistiu na conceção de uma nova linha de abastecimento de açúcar e posteriormente na sua instalação e montagem com a fábrica em funcionamento, projeto que terminou em 2023, destaca-se em 2024 o início de um novo projeto com este cliente, que consiste na fase de conceção e engenharia de um novo projeto. Neste ano a TDGI fez também vários trabalhos para a RAR no âmbito da área de projetos industriais, área onde a TDGI tem vindo a apostar. A área industrial é uma área onde a empresa tem vindo a apostar, e onde continua a crescer, destacando-se ainda em 2024 o crescimento na TABAQUEIRA (subsidiária da PHIILIP MORRIS INTERNATIONAL) onde foram realizados diversos projetos novos assim como a adjudicação de um contrato pela COPAM (COMPANHIA PORTUGUESA DE AMIDOS) na área das instalações elétricas, que se iniciará no início de 2025.

Em 2024, continuou-se a apostar na área de energia e sustentabilidade, através do sector de Análise e Diagnóstico e Soluções de Energia que passou a atuar sobre a marca TDGI ENERGIES de forma a potenciar esta área, posicionando a TDGI como um *player* na área da energia. Destaca-se neste sector em 2024 a instalação de painéis fotovoltaicos em 5 instalações do GRUPO TORREJANA e na área da mobilidade elétrica, a instalação de carregadores elétricos destacando-se os clientes como a MICROSOFT.

O ano de 2024 foi ainda um ano de consolidação da marca SPACE UP, sob a qual o setor de gestão de espaços e obras da TDGI passou a atuar de forma a reforçar a identidade deste negócio e o seu posicionamento no mercado. Assim, em 2024, a SPACE UP continuou a crescer, tendo realizado obras para clientes como a SONAE, a TETRAPAK, o GRUPO LUSIADAS, a MANPOWER ou a JOHNSON&JOHNSON. O facto de alguns destes clientes terem já uma relação com a TDGI para a gestão e manutenção das suas instalações ou a TDGI ter já executado obras anteriormente para estes clientes mostra a confiança que os clientes têm na TDGI e a aposta da empresa nas relações de longo-prazo com os seus clientes. Por último, salientar ainda em 2024 a obra de remodelação da Galeria Comercial do Lagoas Park, para a CBRE, no âmbito da modernização do parque que o atual proprietário tem vindo a fazer nos últimos anos.



Renovação do Edifício 12 no Lagoas Park, Oeiras - Portugal

Em **Angola**, que continua a ser um dos maiores mercados da TDGI a nível global, o ano de 2024 foi um ano bastante positivo. De destacar a TOTAL, que é um dos clientes de referência na área do Oil&Gas. A TDGI para além dos contratos de Operação e Manutenção que já tinha, celebrou ainda um novo contrato de Prestação de Serviços de Manutenção e Renovação de Instalações em Plataformas Offshore. Assim, a TDGI, em 2024, manteve a execução da manutenção e remodelação dos seus diversos espaços e edifícios onshore, tendo ainda intensificado a execução de trabalhos de manutenção realizados, em offshore, nas suas plataformas petrolíferas.

Ainda nesta área de salientar a continuidade dos contratos com a EQUINOR, SONILS e SINOPEC. Noutra das áreas de aposta da TDGI neste mercado, que é a Banca, de referir a continuação dos contratos com BNI, STANDARD BANK e EMIS. Com o STANDARD BANK a TDGI executou um conjunto significativo de trabalhos de renovação de agências por todo o país, enquanto que com o EMIS a TDGI apoiou a abertura do novo edifício deste cliente. Na área dos Edifícios, destaca-se também a manutenção da generalidade dos contratos como manutenção da Torre IMOB, em Luanda, para o Ministério das Finanças, o HCTA, entre outros. A TDGI continuou em 2024 o seu trabalho de investimento em formação de modo a reforçar cada vez mais a sua capacidade operacional neste mercado.

A TDGI na **Argélia** durante o ano de 2024 encerrou a sua atividade, na sequência do final do contrato de manutenção do edifício sede do Banco AGB, em Argel.

No **Brasil**, a TDGI, no ano de 2024, teve uma ligeira redução do volume de negócios.

De uma forma geral a TDGI continuou a sua atividade em clientes como a TMKT, DECATHLON, HOSPITAL EDMUNDO VASCONCELOS, AKER SOLUTIONS, entre outros.

De destacar os contratos de Gestão, Operação e Manutenção das Instalações da farmacêutica NOVARTIS, com quem já tinha trabalhado no passado. A TDGI ao longo do ano foi merecendo a confiança deste cliente, aumentando assim o âmbito da sua atuação nas diversas instalações. Este novo contrato e o aumento de âmbito ao longo do tempo são indicativos da estratégia de crescimento que a TDGI tem procurado. Ganhar a confiança dos clientes pela forma como faz a diferença na gestão e execução dos contratos.

Na área da Gestão de Espaços e Obras foi também significativo, com a execução de um conjunto de trabalhos quer para os clientes já existentes, quer com novos clientes. Destacar particularmente o GRUPO SC, a DECATHLON, a VOLKSWAGEN, nos clientes já existentes e nos novos contratos a obra de fitout do novo Consulado do Japão em São Paulo, bem como de fitout de um edifício das instalações em Macaé da empresa americana de serviços petrolíferos WEATHERFOR.

A TDGI tem vindo a ganhar o seu espaço no mercado brasileiro e a ganhar cada vez mais clientes, mantendo de uma forma geral, os clientes que já tem.

Em **Espanha,** no ano de 2024, a TDGI renovou vários contratos com clientes, como a STONEWEG, a TBS e a GRUNDFOS e aumentou a abrangência dos serviços em clientes como APPLE, que adjudicou à TDGI a manutenção de uma nova loja, e o GRUPO PERCASSI (que tem as insígnias Nike, Victoria Secret e Lego) que continuou a entregar à TDGI a manutenção das novas lojas, assim como confiou na TDGI para os fit-outs das suas instalações, área onde a TDGI está também a apostar em Espanha, tendo boas perspetivas para 2025.



Manutenção das Lojas da Nike - Espanha

Ainda neste ano consolidou-se a operação do cliente OMNICOM (contrato feito com a JLL que detém a conta internacional da OMNICOM), assim como se iniciarem novos contratos como a PARAMOUNT e a PEPSICO.

Em **Moçambique**, a TDGI continuou a desenvolver a sua atividade de forma sustentada, procurando cada vez mais criar valor e assim diferenciar-se como empresa de referência na área da Manutenção e Facilities Management. Na área do Oli & Gas que tem sido uma forte aposta da empresa, foi possível manter os contratos com diversas entidades, como a ENI e a BAKER HUGHES Na área da banca de salientar a continuidade dos contratos com clientes como o BCI, ABSA, MILLENNIUM BIM, NEDBANK ou BANCO DE MOÇAMBIQUE, este último com o qual aumentou o âmbito contratual.

A TDGI tem vindo a consolidar a sua atividade e equipa, apostando na formação e qualificação, de modo a poder estar preparada para os desafios que irão surgir. Apesar das dificuldades do país a atividade da TDGI aumentou neste mercado em 2024, tendo inclusivamente reforçado a sua presença em todo o território nacional. De destacar ainda a certificação da TDGI em Moçambique de acordo com a Norma ISO 45001 – Sistema de Gestão da Saúde e Segurança Ocupacional.

No que diz respeito ao **Qatar**, a TDGI atua através da entidade de direito local "TDGISERV", detida em conjunto com a empresa local "PETROSERV" – que aí atua há mais de 30 anos na área dos serviços associados ao setor do Oil&Gas.

A TDGISERV continuou o seu principal contrato com a QATAR FOUNDATION para a Manutenção do SIDRA MEDICAL & RESEARCH CENTRE, bem como para a manutenção das instalações do Centro Hípico Al Shaqab.

De uma forma geral a TDGISERV manteve a confiança dos seus clientes mantendo assim os contratos com clientes como o HAMAD MEDICAL CENTER, QATAR UNIVERSITY e PHCC.

EDUCAÇÃO

A "EDUCARE – Actividades Educativas e Culturais, Lda" é uma sociedade detida a 100% pelo Grupo Teixeira Duarte, que foi constituída em 2007 e desde a sua génese teve como finalidade o desenvolvimento do "Colégio S. Francisco de Assis Luanda Sul", sediado em Talatona/Luanda Sul, em Angola.

Reconhecido pelo Ministério da Educação Ciência e Inovação Português, trata-se de um estabelecimento educativo que faculta um ensino de referência desde a Educação Pré-Escolar até ao Ensino Secundário.

O seu Projeto Educativo, sustentado numa sólida missão e valores, justifica que seja agraciado com diversas distinções e que as famílias o elejam como espaço e ambiente privilegiado para a educação dos seus filhos.

A implementação de atividades diversificadas, que envolvem todas as áreas curriculares e que alinham a prática pedagógica ao Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade e às Aprendizagens Essenciais, tem constituído um dos pilares do nosso sucesso enquanto fator diferenciador e promotor do desenvolvimento de uma educação inovadora e impactante.

Através da personalização do ensino, do investimento em tecnologias educativas (onde se realça a conclusão do projeto "Plano de Modernização Tecnológica do CSFA Luanda Sul), e da promoção de experiências interdisciplinares, garantimos que cada aluno desenvolve competências essenciais como a literacia digital, a comunicação eficaz e a adaptação a um mundo em constante mudança. Complementarmente, os projetos de cidadania ativa e sustentabilidade permitem que os alunos adquiram uma visão global e um compromisso ético com o futuro

Em 2024, a convite da Direção Geral da Administração Escolar participou no III Encontro das Escolas Portuguesas no Estrangeiro, que decorreu em Maputo (Moçambique) e que tem como objetivo alinhar a cooperação da rede de escolas portuguesas no estrangeiro.

Os resultados escolares alcançados nas provas finais de ciclo (superiores à média nacional) e o reconhecimento obtido em exames nacionais (classificação situada também acima da média, em praticamente todas as disciplinas), confirmam que os nossos alunos saem preparados para enfrentar desafios académicos e profissionais, enquanto agentes transformadores da sociedade.

Em setembro de 2024 o ano letivo iniciou com uma taxa de reinscrições na ordem dos 96% e o ensino secundário disponibilizou os Cursos de Ciências e Tecnologias (CT), de Línguas e Humanidades (LH) e de Ciências Socioeconómicas (CS).

Em dezembro contou com uma lotação de 844 alunos, o maior número desde o início da sua atividade.



Colégio S. Francisco de Assis Luanda Sul - Angola

Quer o sucesso escolar quer o aumento na procura de novas matrículas, refletem a confiança das famílias e da comunidade educativa.

Focado, ainda, em manter um ambiente organizacional com elevados padrões de integridade e atento à crescente escassez de docentes em Portugal, continuou a gerar uma perceção positiva como local de trabalho retendo a maior parte dos seus melhores profissionais qualificados (80% dos professores) e, ainda, atraindo outros oriundos de instituições educativas congéneres.

O investimento em formação continua a ser uma aposta garantindo, aos docentes, a atualização de metodologias pedagógicas e o alinhamento com as melhores práticas educativas, e aos não docentes, a aquisição de competências comportamentais visando a melhoria das relações interpessoais e do atendimento ao cliente.

Manteve-se forte adesão aos Serviços Educativos Facultativos, com um amplo leque de opções, bem como o desenvolvimento de Serviços Complementares de Apoio à Comunidade Envolvente, com a rentabilização do auditório e, assim, dando-se resposta à procura de mais fontes de receita.

Para o ano de 2025 manter-se-á a gestão criteriosa das diversas áreas e recursos do "Colégio S. Francisco de Assis Luanda Sul" prosseguindo-se o sólido trabalho que faz deste Colégio uma referência educativa a nível nacional e internacional.



Colégio S. Francisco de Assis Luanda Sul - Angola

MEIO AMBIENTE

A "RECOLTE - Servicios y Medioambiente, S.A.U" (RECOLTE), detida a 100% pelo Grupo Teixeira Duarte, dedicou-se durante vários anos à prestação de diversos serviços relacionados com o meio ambiente em Espanha, sendo que em setembro de 2019 foi celebrado, entre a RECOLTE e a URBASER S.A.U., um acordo tendo em vista a cessão da posição contratual da RECOLTE em todos os Contratos Administrativos e Privados na Área do Meio Ambiente, em Espanha, com o propósito de confirmar a saída da Teixeira Duarte desta área de negócio.

Durante o ano de 2024 a RECOLTE manteve a posição contratual no único contrato na Área do Meio Ambiente que ainda não foi objeto de cedência à URBASER, com o município de Marín, em Pontevedra, no qual se registaram Vendas e Prestações e Serviços de 1.376 milhares de euros.

A RECOLTE no ano de 2025 irá manter o foco na eficiência da sua estrutura central e perspetiva a concretização da saída da Teixeira Duarte desta área de negócio, seja pela cessão da posição contratual do contrato acima referido ou pela sua extinção.

CONCESSÕES

Operação Portuária na Venezuela ao abrigo da "Alianza Estratégica para la operación y gestión portuária del terminal especializado de contenedores del Puerto de la Guaira" celebrada com a entidade Venezuelana "Bolivariana de Puertos (Bolipuertos), S.A.", em 2017 e para um prazo de 20 anos, a Teixeira Duarte vinha procedendo, desde essa data, à comercialização, conservação, operação, administração, construção e aproveitamento do "terminal especializado de contenedores (Muelles 27 y 28- Sector Oeste) del Puerto de la Guaira". Em 2021 a Bolipuertos procedeu à rescisão unilateral e extemporânea do contrato, em flagrante violação clara aos acordos bilaterais vigentes e aos direitos e expectativas da Teixeira Duarte sobre este tema. Depois das reações havidas logo após a mencionada rescisão e as demais concretizadas em 2022 e 2023, durante o ano 2024 a Teixeira Duarte desenvolveu procedimentos destinados a apurar os impactos gerados pela referida rescisão ilícita, através de uma consultora contratada para o efeito. Com base no relatório apresentado foram elaborados documentos jurídicos para que, quando e se considerado adequado, possam ser formalmente iniciadas conversações com o Estado venezuelano, numa potencial via para uma resolução amigável do litígio.

A **"TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A."** (TDHOSP), na qual a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. tem atualmente 10% do respetivo capital social, é uma sociedade que tem por objeto a gestão do Hospital de Cascais por um período de 30 anos, compreendendo as atividades de conceção, projeto, construção, financiamento, conservação e manutenção.

A partir da conclusão da construção do Edifício do Hospital de Cascais, em fevereiro de 2010, a atividade da TDHOSP concentrou-se na gestão e manutenção do edifício hospitalar, bem como na gestão e exploração do respetivo parque de estacionamento.

O exercício em apreciação, o décimo terceiro ano civil de atividade da TDHOSP, voltou a pautar-se pelo cumprimento dos diversos parâmetros de avaliação do Contrato de Gestão, nomeadamente: Serviço, Disponibilidade e Satisfação.

Neste período foram emitidos relatórios regulares com caráter mensal que evidenciam um bom desempenho por parte desta sociedade, pelo que é expetável o recebimento de uma avaliação, de "Muito Bom", para o ano de 2024. No âmbito das atividades previstas no Contrato de Gestão, a TDHOSP realizou pequenos trabalhos de alteração ao edifício, solicitados e custeados pela Entidade Gestora do Estabelecimento e aprovados pela Entidade Pública Contratante.

De assinalar, que a Galo Saúde - Parcerias Cascais, S.A., passou a adotar, com efeitos a 5 de novembro de 2024, a designação social de Ribera Portugal – Parcerias de Cascais, S.A..

A **"AEBT - Auto-Estradas do Baixo Tejo, S.A."**, constituída em 15 de janeiro de 2009, é uma sociedade na qual a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções é titular de uma participação de 21,5% do respetivo capital social e que é subconcessionária para as atividades de conceção, projeto, construção, aumento do número de vias, financiamento, exploração e conservação de lanços de autoestrada, estrada regional e conjuntos viários associados no distrito de Setúbal. A AEBT concluiu as atividades de construção dos seus lanços em novembro de 2012, com uma extensão de 25,6 km, encontrando-se desde então a operar uma rede de 60,2 km. A Subconcessão tem, por objeto:

(i) Construção, exploração, operação e manutenção de dois lanços de autoestrada, A33/IC32 – Palhais / Coina e A33/IC32 – Casas Velhas / Palhais (que inclui a Ligação à Trafaria e a Ligação ao Funchalinho), com cobrança de portagem aos utentes, exceto para o tráfego local, no que se refere ao último lanço da A33. A extensão destas vias totaliza cerca de 25,6 km;

(ii) Exploração, operação e manutenção dos lanços à data em serviço, IC32 – Coina / Montijo (IP1), IC3 – Montijo (IP1) / Alcochete, IC20 – Via Rápida da Caparica e IC21 – Via Rápida do Barreiro, perfazendo esta rede cerca de 34,6 km.

Para além das atividades normais de operação da rede subconcessionada, a atividade da AEBT em 2024 esteve focada na atividade de investimento, tendo continuado o projeto de aumento de número de vias do IC20, prevendo-se a conclusão até maio de 2025.

Para 2025, a atividade da AEBT continuará focada na atividade de investimento, nomeadamente na conclusão do aumento de número de vias do IC20, incluindo as habituais atividades de manutenção de infraestruturas, pela sua natureza e relevância.

A **"CPM - COMPANHIA DE PARQUES DE MACAU, S.A."** é uma entidade na qual o Grupo mantém uma participação indireta de 15% do capital social desde a sua fundação em meados dos anos 80, após concurso público internacional. Foi pioneira e continua como empresa de referência na construção e exploração de parques de estacionamento e atividades conexas, na Região Administrativa Especial de Macau.

Em 2024, prosseguiu-se a gestão e operação dos parques de estacionamento públicos de que esta participada é concessionária, em Macau, tendo o número de parques de estacionamento públicos explorados e geridos pela participada, reduzidos de 19 para 8 parques, sendo esta redução explicada, por um lado, ao termo dos contratos de concessão de exploração e gestão, e por outro, ao facto da Direção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego ainda não ter aberto novo concurso de concessão, estando em vigor uma gestão transitória, bem como o acompanhamento da evolução que o governo e as novas tecnologias estão a trazer a este negócio naquela região, nomeadamente em relação às obras de reabilitação de diversos parques de estacionamento e o plano para instalação de equipamentos de carregamento de veículos elétricos nos estacionamentos públicos de Macau.

"PAREDÃO DE MINAS ENERGIA, S.A.", "GONGOJI MONTANTE ENERGIA, S.A." são duas sociedades de direito brasileiro detidas diretamente pela Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. que foram titulares de licença para construção e exploração de **Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCH's)**, que corresponde a uma área de atuação assumida pelo Grupo como não estratégica. No exercício de 2024 prosseguiram-se, assim, diligências tendo em vista a alienação dos ativos detidos por estas sociedades, essencialmente constituídos por terrenos.

IV.3 Imobiliária

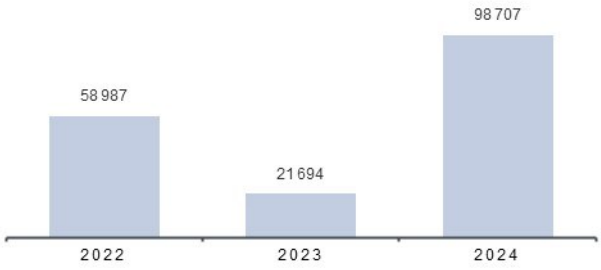
A atuação das empresas do Grupo Teixeira Duarte neste setor remonta ao início da década de setenta, acumulando experiência de 50 anos e a procura constante de inovação que são o sustento para que o Grupo atualmente englobe um vasto conjunto de empresas que atuam desde o projeto, ao licenciamento, promoção, comercialização e gestão de património, de imóveis e de empreendimentos nos segmentos residencial, de serviços e comercial.

Além desse sucesso no mercado dos diferentes países em que atua, as equipas deste Setor Imobiliário são também responsáveis pela gestão de património de ativos imobiliários do Grupo nas diferentes geografias em que a Teixeira Duarte opera neste Setor, sendo que em 2024, tal sucedeu em Portugal, Angola, Brasil e Moçambique, em termos que adiante se deixam expostos.

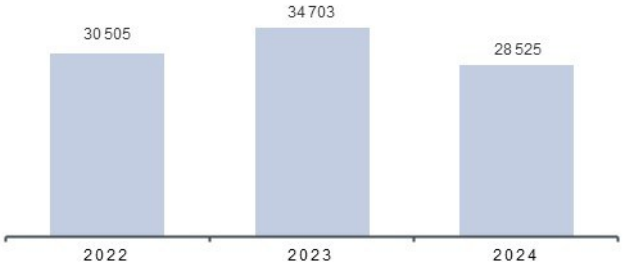
ORGANOGRAMA DA IMOBILIÁRIA



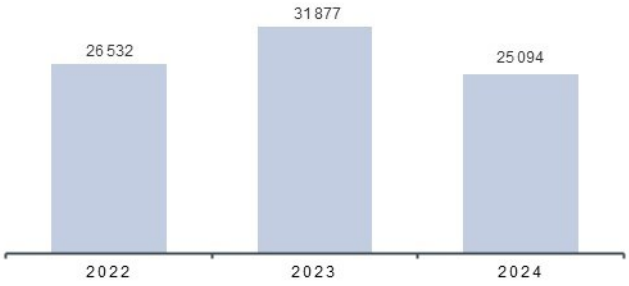
CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO



Evolução das Vendas e Prestações de Serviços da Imobiliária
(Valores em milhares de euros)



Evolução do EBITDA da Imobiliária
(Valores em milhares de euros)



Evolução dos Resultados Operacionais (EBIT) da Imobiliária
(Valores em milhares de euros)

O Grupo registou um aumento das Vendas e Prestações de Serviços no setor da Imobiliária em 355% face ao ano anterior.

Em Portugal, o Grupo atingiu 24.078 milhares de euros, refletindo um incremento de 6.148 milhares de euros face a 2023, fruto das vendas do edifício "Q19" da "Quinta de Cravel", em Vila Nova de Gaia.

No Brasil, o Grupo atingiu o montante de 72.522 milhares de euros, registando um aumento de 71.830 milhares de euros face ao período homólogo, em resultado da conclusão dos empreendimentos "Alta Vista III" e "Princesa Isabel", em São Paulo.

O EBITDA da Imobiliária fixou-se em 28.525 milhares de euros, o que corresponde a uma redução de 17,8% face ao período homólogo.

O Resultado Operacional da Imobiliária atingiu em 2024, o montante de 25.094 milhares de euros, o que corresponde uma diminuição de 6.783 milhares de euros face ao período de 2023.

ATIVIDADE EM 2024

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2024, informa-se que os rendimentos operacionais do Grupo no setor Imobiliário atingiram o valor global de 123.126 milhares de euros, o que corresponde a um aumento de 4,2% face a 2023. Os mercados externos e Portugal passaram a representar 47,3% e 52,7% da atividade, o que compara com 50% e 50% em 2023, respetivamente.

Neste setor, em 2024, o Grupo prosseguiu o desenvolvimento da sua carteira de empreendimentos nos seus dois principais mercados onde atua, Portugal e Brasil, em grande parte no segmento residencial, com empreendimentos que se encontram em diferentes fases do ciclo de produção. Já em Angola e Moçambique a atividade foi menor e centrada na gestão dos ativos existentes, mas sempre com atenção à evolução das respetivas economias e eventuais oportunidades.

Em **Portugal**, o ano de 2024 foi marcado por uma forte atividade. A comercialização dos empreendimentos, em grande parte destinados ao mercado residencial nacional, decorreu a bom ritmo, tendo sido dada sequência aos investimentos que permitem a concretização deste desempenho comercial, sempre com atenção ao contexto de custos crescentes associados à construção dos empreendimentos, e que exigem um esforço adicional por parte das equipas na conceção e desenvolvimento dos produtos.

Em Lisboa, no período em análise, e após a conclusão e realização da totalidade das escrituras da primeira fase do empreendimento de matriz residencial "Fábrica 1921", localizado em Benfica, foi concluída a construção da segunda fase deste empreendimento, tendo sido realizadas a quase totalidade das respetivas escrituras.



Empreendimento “Fábrica 1921” (2ª fase) em Benfica, Lisboa – Portugal

De realçar que este projeto concretiza a regeneração de todo um quarteirão, tendo sido distinguido em 2023 com o Prémio Nacional de Reabilitação Urbana na cidade de Lisboa.

Igualmente na cidade de Lisboa, e ainda na freguesia de Benfica, e dando continuidade ao processo de regeneração deste Bairro, destaca-se a emissão do alvará de construção e o início da empreitada de construção dos três lotes que compõem o empreendimento “Garridas 1867”, com cerca de 33.000 m² de área de construção acima do solo e um parque de estacionamento público (a ceder ao município) com um total de 207 lugares de estacionamento.

Este empreendimento está dividido em dois lotes de matriz residencial e um lote para a construção do referido parque de estacionamento público. Os dois lotes de matriz residencial contam, no total, com 178 frações de habitação, tendo sido desenvolvido o processo de comercialização de ambos os lotes que, no final do ano do exercício, registava mais de 120 frações comercializadas.

Ainda no contexto da área metropolitana de Lisboa, mas desta vez no Concelho de Vila Franca de Xira, o Grupo Teixeira Duarte prosseguiu com a construção dos dois primeiros lotes, com 68 frações de habitação, que compõem a primeira fase do empreendimento de matriz residencial “Vila Rio”. Localizado na Póvoa de Santa Iria, este empreendimento conta com uma área de construção acima de aproximadamente 136.000m2, prevendo-se a construção de mais de 600 frações de habitação complementadas com áreas de comércio e serviços, tendo também sido iniciada a construção de outros dois lotes que contam com 123 frações de habitação, e que constituem a segunda fase de desenvolvimento deste empreendimento.



Empreendimento “Vila Rio” (perspetiva ilustrada), Póvoa de Santa Iria – Portugal

Com o objetivo de dar sequência ininterrupta a este projeto, foram ainda em 2024 instruídas as comunicações prévias da designada terceira fase do empreendimento, constituída por dois lotes residenciais, com piso térreo destinado a comércio, e localizados na primeira linha de rio, assim como concluídos os projetos dos espaços verdes públicos que envolvem estas três primeiras fases do empreendimento, e nos quais se encontra a designada “Praça do Sal”, praça pública que se pretende que venha a ser o principal eixo dinamizador do empreendimento.

Destaque ainda para o desempenho comercial deste empreendimento que regista no final do exercício 191 frações de habitação em construção, das quais apenas cerca de 20 frações estavam disponíveis no mercado.

Já no Concelho do Loures, destaca-se a aprovação da operação de loteamento do projeto comercialmente designado por “Villas de Santa Marta”, composto por 42 lotes de moradias unifamiliares. Este projeto conta com uma elevada aceitação do mercado, estando, no final do exercício, a ser preparado o início dos trabalhos de infraestruturas.

Em Oeiras, destaca-se a aprovação e publicação, no primeiro semestre, do Plano de Pormenor do Norte de Caxias, um marco importante para o empreendimento designado “Parque Central”, para o qual estão previstos diversos edifícios de escritórios, habitação e comércio, integrados num grande parque, num modelo que se pretende que seja uma referência internacional de inovação e sustentabilidade, e desenvolvido em parceria com a empresa “CSCEC – China Construction Portugal, S.A.”. Destacam-se ainda, no final do ano, o início do processo da Avaliação de Impacte Ambiental e do Licenciamento da Operação de Loteamento nas respetivas entidades competentes.

Ainda em Oeiras, destaque para os trabalhos técnicos que estão a ser desenvolvidos pelo Município, tendo em vista a consolidação e aprovação do designado Plano de Pormenor Empresarial de Paço de Arcos. Este projeto que abrange cerca de 16 ha prevê a criação de um conjunto de uso misto com cerca de 125.000m2 de área de construção total, onde o Grupo Teixeira Duarte terá créditos construtivos relevantes, fruto da posição maioritária que detém em parcelas de terreno abrangidas por este plano.

Em Vila Nova de Gaia, no empreendimento “Santa Marinha Design District”, concluiram-se as escrituras das 39 frações que compõem o edifício residencial “River Plaza”, tendo o mesmo sido distinguido com o Prémio Nacional do Imobiliário na categoria de Habitação na Região Norte.

Com um conceito semelhante, foi iniciada a construção, no mesmo empreendimento, do edifício “Vintage 18”, composto por 80 frações residenciais e 1 fração de comércio encontrando-se, no final do presente exercício, cerca de 70% do edifício já comercializado.

Simultaneamente foi dada continuidade à construção do edifício “Kori DDD”, um projeto residencial com um conceito diferenciador, onde a flexibilidade e a personalização dos espaços garantem um aproveitamento mais eficiente dos mesmos encontrando-se, atualmente, 100 unidades já comercializadas das 112 que compõem o edifício.

Foi, igualmente, aprovada a alteração do alvará de loteamento que viabiliza o projeto de construção do edifício de habitação multifamiliar composto por 93 frações residenciais, comercialmente designado por Ruby 20 tendo, consequentemente, sido instruída a Comunicação Prévia para se proceder à operação urbanística.

Ainda neste empreendimento e na sequência da transformação urbanística que está a decorrer em Vila Nova de Gaia e que irá materializar a rotunda Engenheiro Edgar Cardoso e as suas imediações como uma nova centralidade, foi formalizada uma proposta de requalificação urbanística que integra os lotes 1, 2, 6 e 8 e que pretende desenvolver e validar um novo modelo de ocupação para uma área de cerca 1,3 hectares. Simultaneamente, foi desenvolvida uma proposta de identidade que caracterize a transformação urbanística em curso e os projetos que a compõem, tendo sido alterado o nome do empreendimento para “Douro Design District”. Integrado nessa transformação está o lote 3, no qual se pretende desenvolver um edifício de utilização mista (unidade hoteleira / serviços), tendo sido encetadas as diligências para a sua materialização.



Edifício “Q19”, Empreendimento “Quinta de Cravel”, Vila Nova de Gaia - Portugal

Também em Vila Nova de Gaia, mas no empreendimento “Quinta de Cravel”, foi concluída a construção do edifício “Q19” e celebradas as escrituras das 50 frações que o compõem.

Simultaneamente, iniciou-se a comercialização do edifício de habitação multifamiliar “Kori Cravel” estando, atualmente, cerca de 20 unidades colocadas das 95 que compõem o edifício.

Foram, entretanto, desenvolvidos os projetos dos edifícios a edificar nos lotes 11_12 e 23 do mesmo empreendimento, perfazendo um total de cerca de 90 fogos.



Edifício "Q19", Empreendimento "Quinta de Cravel", Vila Nova de Gaia - Portugal

Para 2025, em Portugal perspetiva-se uma forte atividade focada no desenvolvimento dos muitos projetos em curso, nas suas diferentes fases, nomeadamente:

Na Área Metropolitana de Lisboa:

- Continuação da construção do empreendimento "Garridas 1867" e respetiva conclusão da sua comercialização;
- Continuação da construção e comercialização no empreendimento "Vila Rio", com destaque para a conclusão da primeira fase do empreendimento;
- Execução das infraestruturas do loteamento residencial "Vilas de Santa Marta", e respetiva comercialização do empreendimento;
- Execução e desenvolvimento dos trabalhos técnicos com vista à implementação do projeto "Parque Central";

Na Área Metropolitana do Porto:

- Contratualização de todas as frações disponíveis nos edifícios "Kori DDD" e "Vintage 18", bem como o lançamento comercial e início de construção do edificio "Ruby 20", no empreendimento "Douro Design District";
- Contratualização de 75 unidades do edifício "Kori QC" e início de comercialização do Q23, no empreendimento Quinta de Cravel;

Em **Angola**, no terceiro trimestre do presente ano, verificou-se um ligeiro aquecimento da economia, tendo-se registado um crescimento do PIB de 5,5%, face ao período homólogo do ano passado e em termos de inflação, em novembro, registava-se uma subida de aproximadamente 28%, face ao mesmo mês do ano anterior. A moeda local, o Kwzanza, que tinha sofrido desvalorização recorde no último ano, e ainda que tenha andado mais "estável" no presente ano, atingiu os valores mais negativos no início de outubro, altura em que 1€ equivalia a 1.054 Kz, segundo o BNA. Neste contexto, a atividade resumiu-se essencialmente à gestão do património e à rentabilização dos ativos do Grupo.

Durante 2024 verificou-se uma ligeira melhoria na *performance* dos imóveis em exploração, sobretudo no segmento de escritórios, tendo sido aumentadas as taxas de ocupação nos segmentos residencial e retalho, acompanhado de um controlo rigoroso dos custos de exploração.

Relativamente à venda de imóveis, verificou-se uma quebra na procura, mas ainda assim foi possível realizar a comercialização de alguns ativos, em particular com a celebração das escrituras de compra e venda do Edifício Van Dunem, de um imóvel na Amílcar Cabral, bem como de uma fração de tipologia T3 no edifício "Soleil".

Para 2025, dar-se-á continuidade à exploração dos imóveis de rendimento, ao suporte à gestão do património de outros setores do Grupo e à alienação de ativos não estratégicos.

No **Brasil**, o contexto macroeconómico em 2024, apresentou um desempenho particular. Se por um lado a economia apresentará crescimento do PIB em cercade 3,5%, bastante acima das projeções no início do ano, e também uma consolidação da queda da taxa de desemprego, atingindo mínimos históricos, por outro lado, verifica-se uma deterioração das condições macro-economicas, uma vez que se observa um desiquilíbrio fiscal das contas, sem que o Governo apresente um plano sustentado de contenção de gastos. No âmbito da política monetária, em resultado especialmente do consumo das famílias verificou-se um contexto de aumento de inflação, o que obrigou o Banco Central brasileiro a inverter a tendência da curva de juros, iniciando em 2024, uma trajetória de aumento da taxa de juro de referência, atingindo os 12,25% a.a. em dezembro.

O ano foi igualmente marcado por importantes revisões legislativas no domínio urbanístico, na sequência da aprovação em 2023 da revisão ao Plano Diretor, o que resultou em menor atividade imobiliária no primeiro semestre de 2024, tanto ao nível de aquisição de terrenos pelos promotores imobiliários como de lançamentos de novos empreendimentos, uma vez que as emissões de alvarás sofreram atrasos em decorrência da publicação de decretos.

Ao nível de comercialização, destaque no mercado imobiliário de São Paulo para um aumento de cerca de 15% nas vendas face a 2023 no segmento de médio e alto padrão, ao passo que se registou um aumento de 6% no número de lançamentos comprando com o período homólogo.



Empreendimento "Alta Vista", São Paulo - Brasil

Relativamente à atividade desenvolvida durante o ano de 2024, destaca-se:

- A entrega do empreendimento “Reserva Alta Vista”, localizado no melhor bairro da cidade de Jundiaí, com aproximadamente 58.000 m² de área de construção e 204 unidades - empreendimento que representa a conclusão do empreendimento Alta Vista, um desenvolvimento da Teixeira Duarte, que soma 7 torres residenciais entregues de forma faseada ao longo da última década;
- A conclusão do empreendimento “Insígnia Campo Belo”, com aproximadamente 20.000 m² de área de construção, entregue com as 96 unidades totalmente comercializadas;
- A continuação da construção do empreendimento “Infinity Brooklin”, com aproximadamente 41.000 m² de área de construção, que registou 68% de grau de comercialização em dezembro de 2024;
- O início de construção do empreendimento “Loomi Chácara Santo António”, com aproximadamente 33.000 m² de área de construção, que registou 59% de grau de comercialização em dezembro de 2024;
- O início de vendas do empreendimento “Insignia Alto da Lapa”, com aproximadamente 23.000 m² de área de construção e 75 unidades para comercialização;



Empreendimento “Insígnia Campo Belo”, São Paulo - Brasil

Para 2025, prevê-se a continuação da construção dos empreendimentos “Infinity Brooklin” e “Loomi Chacara Santo Antonio” e o início de obras do empreendimento “Insígnia Alto da Lapa”.



Empreendimento “Insígnia Alto da Lapa” (apartamento modelo), São Paulo - Brasil

Em **Moçambique**, o ano de 2024, apesar de, no ter mostrado alguma tendência de recuperação no início, com o aumento da variação do PIB, a diminuição da inflação média e a estabilidade do metical, terminou marcado pela expetativa do resultado das eleições gerais.

A atividade imobiliária foi marcada pela alienação de três ativos não estratégicos. No “Polana Shopping”, em Maputo, para além do aumento das rendas médias com atualização de contratos, do controle rigoroso de custos, realça-se a contratualização com um novo *tenant*, assegurando uma elevada taxa de ocupação do ativo. Para o ano agora já em curso, dar-se-á continuidade ao objetivo de alienação de ativos avulsos, de melhoria e otimização do desempenho dos ativos de rendimento, mantendo um controlo rigoroso de custos e um trabalho comercial ativo, assim como o suporte à gestão do património de outros setores do Grupo.

IV.4 Hotelaria

Em 2024, o Grupo Teixeira Duarte atuou neste setor através de oito unidades hoteleiras, uma em Portugal, quatro em Angola e três em Moçambique, que totalizam 2.478 camas e 1.324 quartos, todas elas a operarem sob a insígnia TD Hotels.

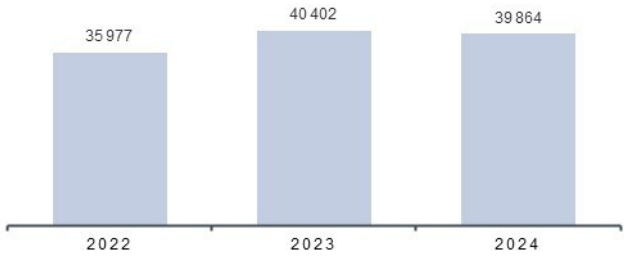
A Teixeira Duarte desenvolve também negócios na área da restauração em Angola, nomeadamente no âmbito interno do próprio Grupo.

Desde 2022 que o Grupo passou a deter uma participação de 18% em entidades que são titulares de contratos de exploração com opção de compra de duas unidades hoteleiras, em Angola, denominadas Yona Lubango e Yona Namibe.

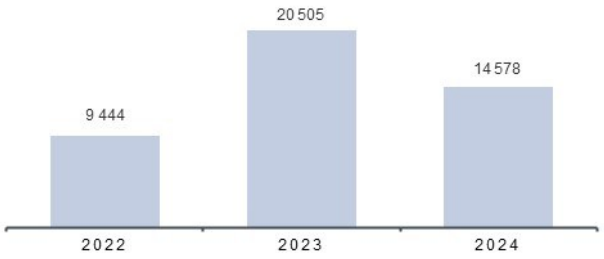
ORGANOGRAMA DA HOTELARIA



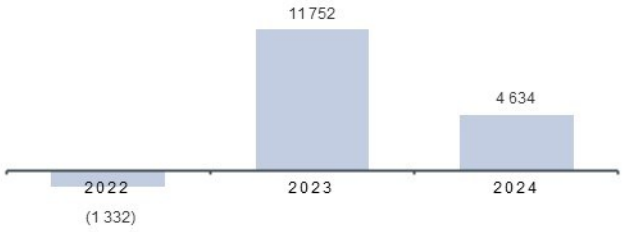
CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO



Evolução das Vendas e Prestações de Serviços da Hotelaria
(Valores em milhares de euros)



Evolução do EBITDA da Hotelaria
(Valores em milhares de euros)



Evolução dos Resultados Operacionais (EBIT) da Hotelaria
(Valores em milhares de euros)

As Vendas e Prestações de Serviços da Hotelaria registaram uma diminuição de 1,3% face ao ano de 2023, com decréscimos em Portugal e Moçambique, de 3,1% e 2,3%, respetivamente.

Em Angola, registamos valores semelhantes aos do ano anterior, ainda assim, referir que, desconsiderando a desvalorização do kwanza Angolano, teriamos tido um incremento de 26,6% face ao ano anterior.

O EBITDA da Hotelaria fixou-se em 14.578 milhares de euros, registando uma diminuição de 5.927 milhares de euros face ao ano passado.

O Resultado Operacional da Hotelaria fixou-se em 4.634 milhares de euros em 2024, registando uma redução de 7.118 milhares de euros face ao período de 2023, explicado em parte pela alienação da "SINERAMA – Organizações Turisticas e Hotelras, S.A." em 2023.

ATIVIDADE EM 2024

Em termos não consolidados, numa perspetiva da atividade em 2024 registam-se rendimentos operacionais do Grupo no setor da Hotelaria no valor global de 47.876 milhares de euros, sendo que nesta área de negócio os mercados externos representam 79% da atividade.

Em **Portugal**, o Grupo atua neste setor com uma unidade hoteleira:

LAGOAS PARK HOTEL	Unidade de quatro estrelas	Oeiras	182 quartos

No ano de 2024 verificou-se uma tendência de crescimento da procura na atividade turística, com as viagens de negócios e lazer a registarem volumes acima do ano de 2023, considerado o melhor ano de sempre neste setor.

No global, verificou-se no Lagoas Park Hotel um aumento de 1,1 pp na taxa de ocupação, e um acréscimo de 1,3% no preço médio, resultante do ajustamento dos preços e adaptação ao aumento da procura, principalmente nos segmentos *Corporate*, com especial impacto nos proveitos do Hotel, apesar da diminuição registada no mercado de eventos. O Lagoas Park Hotel registou o segundo melhor ano ao nível do volume de negócio, muito próximo do ano de 2023.

Para 2025 perspetiva-se uma estabilização da atividade turística em Portugal, esperando-se um ligeiro aumento da procura associada às viagens de negócios e lazer, com impacto na unidade hoteleira do Grupo neste mercado.

Otimizando as mais valias operacionais e as já dezenas de anos de experiência de gestão neste setor, nomeadamente no segmento de negócios, o Grupo prevê a continuidade dos estudos relacionados com novas oportunidades de negócio.

Em **Angola**, as sociedades do Grupo que atuam neste setor totalizam 1.472 camas e 821 quartos distribuídos por quatro unidades hoteleiras, conforme se refere:

HOTEL TRÓPICO	Unidade de quatro estrelas	Luanda	280 quartos
HOTEL ALVALADE	Unidade de quatro estrelas	Luanda	202 quartos
HOTEL BAÍA	Unidade de quatro estrelas	Luanda	138 quartos
Hotel de Convenções de Talatona (HCTA)	Unidade de cinco estrelas	Luanda	201 quartos

O ano de 2024 caracterizou-se por uma tímida retoma da atividade económica, o que condicionou a procura e a recuperação da atividade hoteleira no mercado de Angola.

Ainda assim, no primeiro semestre do ano, assistiu-se a uma ligeira recuperação do segmento *corporate*, relacionado sobretudo com o setor petrolífero e consultoras, resultante de uma estratégia comercial desenvolvida ao longo do ano de 2023 e que permitiu um volume de negócios em linha com o ano anterior, destacando-se o contributo positivo do Hotel Trópico e HCTA.



Hotel de Convenções de Talatona (HCTA), Luanda - Angola

O Hotel HCTA e respetivo Centro de Convenções de Talatona, tiveram um bom desempenho, sendo que o ano de 2024 registou um aumento do volume de negócios relativamente ao ano anterior. Para este resultado verificou-se um forte contributo dos eventos angariados, em resultado de uma eficiente ação comercial. No exercício, celebraram-se relevantes contratos comerciais, que contribuíram para uma melhoria da *performance* desta unidade, nomeadamente através de um contrato de alojamento com uma multinacional petrolífera, para as 20 “Villas” desta unidade hoteleira.



Villa no Hotel de Convenções de Talatona (HCTA), Luanda - Angola

Na área da restauração, as equipas do Setor Hoteleiro prosseguiram também a exploração dos refeitórios do Grupo, igualmente em termos e medidas necessariamente adaptadas à realidade.

Em 2025 perspetiva-se em Angola, um aumento da procura de alguns clientes *corporate*, designadamente nas áreas de *Oil&Gas*, bem como no mercado de eventos corporativos, este último com especial significado no Hotel HCTA e respetivo Centro de Convenções de Talatona.

Em **Moçambique**, as sociedades do Grupo que atuam neste setor totalizam 642 camas e 321 quartos distribuídos por três unidades hoteleiras, conforme se refere:

HOTEL AVENIDA	Unidade de cinco estrelas	Maputo	159 quartos
HOTEL TIVOLI MAPUTO	Unidade de três estrelas	Maputo	88 quartos
HOTEL TIVOLI BEIRA	Unidade de três estrelas	Beira	74 quartos

Em 2024, os hotéis Avenida e Tivoli Beira registaram melhorias no volume de negócios de 1,2% e 4,5% respetivamente, face ao período homólogo, assistindo-se a alguma retoma da atividade, sobretudo no segmento de eventos, com principal incidência nas ações promovidas pelas diversas ONG`S presentes no mercado.

O ano de 2025 apresenta-se desafiante para o mercado de Moçambique, contudo, a registar-se uma evolução e a retoma dos projetos do *Oil&Gas* no norte do país, somado às ações comerciais que o grupo tem vindo consecutivamente a desenvolver junto dos principais *players* do mercado, esperamos um desempenho superior a 2024.

No global dos três mercados de atuação do Grupo neste Setor da Hotelaria, destaca-se por um lado a boa qualidade das unidades exploradas em resultado de uma cuidada gestão e regular manutenção das mesmas, realçando-se, por outro, do ponto de vista de atividade, um muito bom desempenho, nomeadamente em termos de EBITDA, resultante da eficiência da gestão das unidades exploradas que acumula um alinhamento estratégico comum, com um apoio muito eficaz prestado pelas estruturas centrais desenvolvidas ao longo dos anos e uma experiência de mais de três décadas neste negócio.

IV.5 Distribuição

A atuação do Grupo Teixeira Duarte neste setor teve início em 1996, sendo atualmente desenvolvida por meio de diversas operações internacionais. Em Portugal, a atividade é conduzida pela "Teixeira Duarte Distribuição, S.A.", enquanto em Angola é realizada por meio de participações que operam sob as seguintes marcas: "Maxi" no segmento de Retalho Alimentar, "Dakaza" no Retalho Especializado em Mobiliário e Decoração, "Farmácia Popular" no Retalho Especializado em Saúde e Bem-estar, e ainda pela sociedade "DCG, Lda." na Representação e Distribuição de Marcas.

ORGANOGRAMA DA DISTRIBUIÇÃO

Distribuição

João Cordeiro
Orlando Preguiça
Bernardo Ribeiro
Geraldo Junior

PORTUGAL

Orlando Preguiça

Trading
Bernardo Ribeiro

ANGOLA

Geraldo Junior

Retalho Alimentar

Maxi
João Cordeiro
Operações
Artur Alves
Comercial
Marta Teixeira

Retalho Especializado

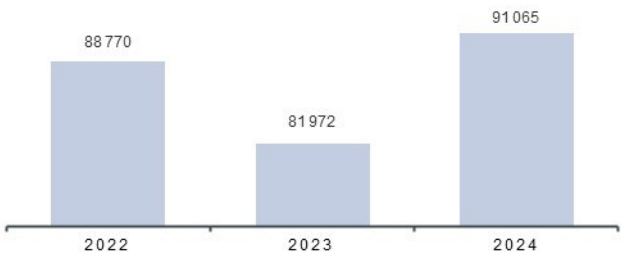
Dakaza
Inês Lopes
Farmácia Popular
Carla Malheiro

Representação de Marcas
Bernardo Ribeiro
Luís Manteigas

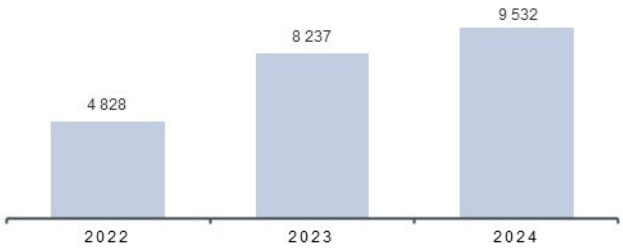
ESTRUTURAS DE APOIO

Administrativa e Financeira
Geraldo Junior
Recursos Humanos
Nuno Costa
Sistemas de Informação
Dharmine Jamnadas
Sistemas de Gestão
Carla Malheiro
Cadeia de Abastecimento
Margarida Rodrigues
Centro de Distribuição
Gonçalo Azevedo
Marketing
Vasco Cabral
Planeamento e Monitorização
Diogo Beauvalet
Gestão de Património
José Pinheiro Pereira
Inovação
Inês Lopes
Sustentabilidade
Inês Lopes

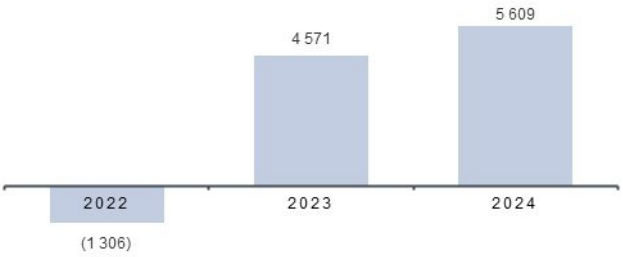
CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO



Evolução das Vendas e Prestações de Serviços da Distribuição
(Valores em milhares de euros)



Evolução do EBITDA da Distribuição
(Valores em milhares de euros)



Evolução dos Resultados Operacionais (EBIT) da Distribuição
(Valores em milhares de euros)

As empresas do Grupo a operar no setor da Distribuição tiveram um incremento de 11,1% nas Vendas e Prestações de Serviços face ao período homólogo, penalizadas pela desvalorização do Kwanza Angolano. Sem a referida desvalorização, as Vendas e Prestações e Serviços teriam registado um aumento de 41,4%.

O EBITDA da Distribuição registou um aumento de 15,7% face ao ano passado e o Resultado Operacional da Distribuição registou um incremento face ao ano passado de 1.038 milhares de euros, atingindo um Resultado Operacional de 5.609 milhares de euros.

ATIVIDADE EM 2024

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2024, informa-se que os rendimentos operacionais do Grupo no setor da Distribuição atingiram o valor global de 121.743 milhares de euros, o que corresponde a um incremento de 7,5% face a 2023.

Em Portugal, a atividade da referida participada em 2024 manteve relativa estabilidade, embora tenha continuado a ser significativamente impactada pela escassez de divisas disponibilizadas pela banca comercial em Angola.

Observou-se uma queda de 2,5% no volume de negócios em comparação a 2023, embora tenha sido possível alcançar uma ligeira variação positiva em relação ao previsto. A atividade da empresa foi marcada por uma significativa oscilação mensal, com o segundo semestre a apresentar um crescimento acentuado em relação ao primeiro, o que se deveu, em grande parte, à melhoria na obtenção atempada de cartas de crédito junto da banca comercial angolana, situação que sofreu sensível melhoria no segundo semestre.

Em relação aos preços dos produtos, tanto no mercado nacional quanto internacional, observou-se uma pressão considerável de aumento, especialmente em virtude de alterações climáticas e eventos meteorológicos adversos. Já os preços dos transportes marítimos mantiveram-se relativamente estáveis ao longo do ano.

No segmento de Mobiliário e Decoração, a equipa de "*Procurement*" deu continuidade ao trabalho iniciado em 2023, com o objetivo de garantir a aquisição de produtos adequados ao novo conceito da insígnia "Dakaza".

Na área de Representação e Distribuição de Marcas, mantiveram-se os esforços para preservar o bom desempenho das parcerias existentes, apesar das dificuldades impostas pela conjuntura económica angolana. Em relação às parcerias mais recentes, houve um esforço significativo para explorar ao máximo todas as gamas de produtos e marcas representadas, além de uma revisão e ajuste contínuo da estratégia, sempre com foco na adaptação ao mercado e aos seus desafios.

No segundo semestre de 2024, iniciou-se o processo de certificação ISO 9001, o qual será prosseguido em 2025 com uma abordagem inovadora e integrada com a da “CND – Companhia Nacional de Distribuição (SU), Limitada”.

Em Angola, o Grupo Teixeira Duarte atua neste setor por meio de várias Unidades de Negócio e pontos de venda, distribuídos nas seguintes entidades:

Através da "CND - Companhia Nacional de Distribuição (SU), Lda.":

- Retalho Alimentar, através da insígnia Maxi, com 11 lojas;
- Retalho Especializado na área de Mobiliário e Decoração, através da insígnia Dakaza, com 4 lojas;
- Retalho Especializado na área de Saúde e Bem-estar, através da insígnia Farmácia Popular, com 5 lojas.

Através da "DCG - Distribuição e Comércio Geral, Lda (SU) ", na Representação e Distribuição de Marcas.

Na Maxi, em 2024, continuaram os esforços para melhorar a experiência de compra, com investimentos significativos em formação de atendimento e aumento da oferta em diversas categorias. Além disso, foram realizados investimentos em lojas, como melhorias na climatização e iluminação. Em maio, foi inaugurada a nova loja no Lubango, ampliando a presença da “Maxi” no País. Este projeto, embora tenha implicado desafios logísticos devido à distância a Luanda, também proporcionou o desenvolvimento de competências de gestão e a promoção de vendas corporativas nesta região. Em contraste, em outubro, a loja de Rocha Pinto foi encerrada por não se ajustar ao novo modelo da “Maxi”.



Loja “Maxi” Morro Bento, Luanda - Angola

O canal B2B (business to business) também demonstrou bons resultados, com destaque para o "Canal Profissional" (Horeca), que cresceu 40% em kwanzas face a 2023, e o "Canal Corporate", que apresentou um aumento de 8% em kwanzas face a 2023.

O Programa “Fazenda Maxi”, que visa estabelecer parcerias com produtores locais para o desenvolvimento da produção nacional, avançou significativamente, especialmente na digitalização dos relatórios, o que foi fundamental para melhorar a gestão do programa. Contudo, ao contrário dos anos anteriores, houve uma redução de 19% na quantidade de produtos angariados, devido à falta de insumos no mercado e às condições climáticas adversas.

O Volume de Negócios da Maxi, comparado "like for like", cresceu 40% em kwanzas, com um aumento de 38% na margem. O tráfego de clientes aumentou 13%, e o valor médio do talão de compras cresceu 24% em kwanzas face a 2023.

A **CND** renovou suas certificações ISO 9001 e GLOBALG.A.P., sendo a última crucial para a realização da primeira exportação de frutas para clientes externos.

Na insígnia **Dakaza**, observou-se um crescimento de 21% em kwanzas no Volume de Negócios, com um aumento de 46% na margem, embora o tráfego de clientes tenha diminuído 23%. Este desempenho é atribuído à nova estratégia implementada no final de 2023, a qual visou conquistar o mercado da classe média e média/alta, oferecendo um design diferenciado e uma experiência de compra inovadora, mantendo um equilíbrio de preço. Nas principais lojas, como a do Morro Bento e do 1º Congresso, as vendas cresceram 30% e 27%, respetivamente, em kwanzas, mas a aceitação foi menos positiva na loja do Kilamba.



Loja "Dakaza" Morro Bento, Luanda - Angola

O negócio da **Farmácia Popular** teve um desempenho positivo, com estabilidade no número de clientes. No entanto, a loja do Cacuaco, devido ao poder de compra mais baixo, apresentou maior dificuldade, sendo compensada pelo melhor desempenho da loja de Luanda Porto, com maior poder de compra. Em 2024, iniciou-se a operação de vendas comparticipadas com seguradoras, embora os resultados ainda tenham sido pouco expressivos. Também teve início o processo de modernização das lojas, com o objetivo de tornar a experiência de compra mais agradável.



"Farmácia Popular"" Morro Bento, Luanda - Angola

Na **DCG**, na Unidade de Bebidas, houve uma redução de 20% nas quantidades vendidas face a 2023, mas as vendas em kwanzas aumentaram 21%, devido aos aumentos de preços e à venda de vinhos de maior valor acrescentado. Na Unidade Alimentar, o destaque foi a consolidação da distribuição da marca Nestlé, que representou 28% das vendas das marcas representadas. As vendas da PepsiCo cresceram 23% em kwanzas, enquanto as da Coren, marca ibérica de carnes suínas e aves, apresentaram uma redução de 23%, devido a dificuldades no licenciamento de importações. Por outro lado, os produtos de charcutaria da Coren cresceram 77% em kwanzas. A marca de vegetais ultracongelados Mity Fresh teve uma boa performance, com aumento de 76% nas vendas em kwanzas, embora tenha sido prejudicada por roturas de stock causadas por atrasos nas importações devido à escassez de divisas.



Representações da DGC em Angola

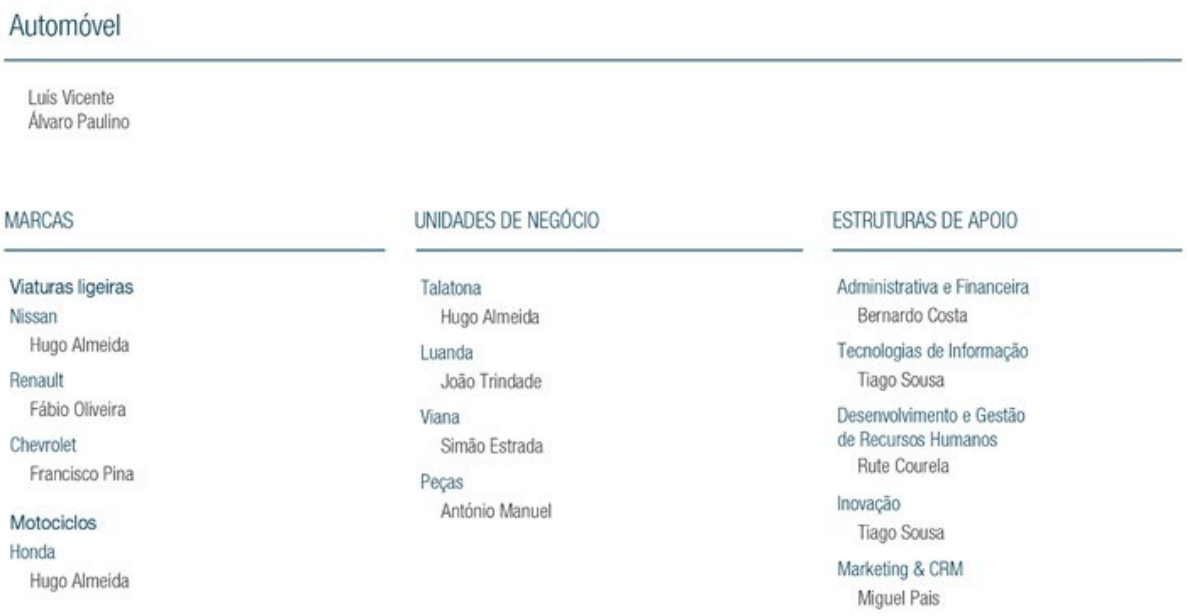
O Grupo segue com confiança neste setor, confiando na sua resiliência e adaptação, sempre com a intenção de evoluir e inovar, o que tem permitido uma boa performance operacional e crescimento nos últimos anos, mesmo com as sucessivas adversidades que tem conseguido superar.

IV.6 Automóvel

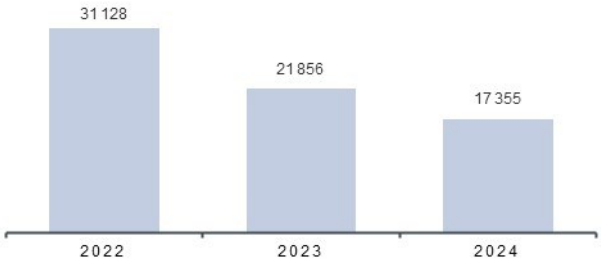
As sociedades do Grupo Teixeira Duarte atuam há mais de trinta anos no setor Automóvel, prosseguindo hoje a sua atividade através da comercialização de produtos de diversos fabricantes internacionais, atuando nos seguintes segmentos de mercado:

- Ligeiros: Nissan, Renault, Chevrolet, JMC, Ssangyong;
- Motociclos: Honda;
- Equipamentos: Denyo.

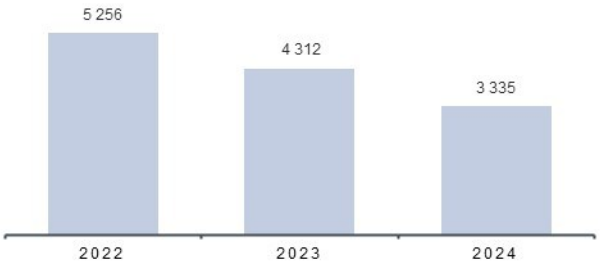
ORGANOGRAMA DO AUTOMÓVEL



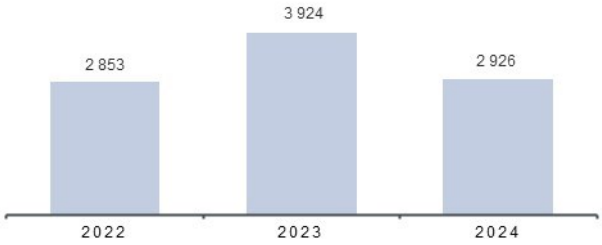
CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO



Evolução das Vendas e Prestações de Serviços do Automóvel
(Valores em milhares de euros)



Evolução do EBITDA do Automóvel
(Valores em milhares de euros)



Evolução dos Resultados Operacionais (EBIT) do Automóvel
(Valores em milhares de euros)

O setor Automóvel registou uma diminuição das Vendas e Prestações de Serviços de 20,6% relativamente ao ano anterior.

Em Angola, mercado principal onde o Grupo opera neste setor e que este ano de 2024 representa 100% do total das Vendas e Prestações e Serviços, verificou-se uma diminuição de 20,6% face ao período homólogo, penalizado pela desvalorização do Kwanza Angolano. De referir que, sem a referida desvalorização, as Vendas e Prestações de Serviços teriam registado um aumento de 1,1% face a 2023.

O EBITDA do Automóvel registou uma diminuição de 977 milhares de euros face ao ano anterior, o que corresponde a uma quebra de 22,7% face ao período homólogo.

O Resultado Operacional apresenta uma quebra face ao ano 2023 de 998 milhares de euros, tendo atingido um Resultado Operacional de 2.926 milhares de euros.

ATIVIDADE EM 2024

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2024, informa-se que os rendimentos operacionais do Grupo no setor do Automóvel atingiram o valor global de 30.177 milhares de euros, o que corresponde a uma redução de 24,6% face ao ano anterior.



Stand de Viaturas Certificadas, Polo TDA Talatona, Luanda - Angola

Em Angola, a redução da procura, fruto da forte desvalorização ocorrida no início do segundo semestre de 2023, continuou a fazer-se sentir durante todo o ano de 2024, tendo-se verificado um decréscimo no volume de viaturas vendidas, registando-se uma quebra de 36%, passando de 6.983 unidades vendidas em 2023 para 4.482 em 2024.

Adicionalmente, a maior dificuldade na obtenção de instrumentos de pagamento ao exterior, fundamentais para a importação de viaturas e peças, teve também um impacto negativo na oferta disponível, contribuindo negativamente para o desempenho, tanto da atividade de venda de viaturas, como do pós venda.

Neste enquadramento, foi reforçado o foco nos eixos estratégicos de gestão rigorosa dos custos de exploração, otimização de processos e aposta no segmento corporativo, através da consolidação de relações de parceria, envolvendo todas as vertentes de atuação deste Setor de Atividade.

A qualificação do quadro de pessoal, com a promoção de vários cursos de formação seguindo os modelos de evolução profissional em vigor para as várias equipas técnicas, continua a ser um dos pilares que contribui de forma determinante, para reforçar a fidelização de clientes através de um serviço próximo e de uma Assistência Técnica de reconhecida qualidade.

Para 2025 dar-se-á continuidade à gestão criteriosa dos stocks, à otimização de recursos e ao reforço e digitalização dos processos de organização nas diversas áreas deste negócio.

Será mantido o foco no aprofundamento das relações institucionais com as principais marcas representadas, continuado o trabalho de dinamização e expansão geográfica da rede de agentes, reforçada a aposta no segmento corporativo e na proximidade junto dos principais clientes, desencadeando ações que promovam a melhoria dos serviços prestados.

Dar-se-á continuidade à formação contínua de todos os colaboradores, com particular incidência na área técnica.

V. PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO FUTURA

FACTOS OCORRIDOS APÓS A CONCLUSÃO DO PERÍODO

A Teixeira Duarte não tem conhecimento de qualquer facto materialmente relevante, com impacto nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, que tenha ocorrido no período entre o final deste e a presente data.

Apesar disso, importa referir que, a 27 de março de 2025, a subsidiária do Grupo dedicada à gestão de créditos, assinou um acordo de refinanciamento com os três principais Bancos. Este acordo, que abrange mais de 90% dos Financiamentos Bancários do Grupo, permitiu otimizar o custo da dívida e estender a sua maturidade, conforme quadro abaixo.

	2024	2024 (a)
2025	247 006	156 346
2026	43 118	79 691
2027	45 959	18 245
2028	40 562	15 491
2029	37 754	12 683
2030 e seguintes	297 114	429 057
	711 513	711 513

(a) Financiamentos do Grupo em 31 de dezembro de 2024, com as novas maturidades do Acordo Quadro.

O acordo prevê a amortização de uma das tranches de financiamento, no montante de 78.266 milhares de euros, através da entrega de ações de cinco sociedades de investimento coletivo imobiliárias, operação que deverá ficar concluída no segundo semestre deste ano.

Esta negociação contempla igualmente uma nova linha de garantias bancárias no montante de 190 milhões de euros, que vai reforçar a estabilidade financeira e o desenvolvimento das atividades do Grupo, nomeadamente na área da Construção.

Estas circunstâncias, conjugadas com as expetativas de evolução futura dos negócios do Grupo, irão permitir o reembolso integral dos montantes de capital em dívida.

PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO FUTURA

A Teixeira Duarte prevê a continuidade das operações nos diferentes setores e mercados em que tem vindo a atuar nos termos acima descritos, ainda que influenciada pelos impactos da conjuntura inflacionista e de eventuais variações cambiais nos países onde o Grupo opera.

Sem prejuízo disso e tendo presente a relevância da Construção nos rendimentos operacionais do Grupo, recorda-se que a Carteira de Encomendas da Construção se fixou, em 31 de dezembro de 2024, no valor global de 1.539.547 milhares de euros.

Para 2025, a Teixeira Duarte prevê atingir rendimentos operacionais consolidados de cerca de 800 milhões de euros.

VI. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS A MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E A COLABORADORES

O Grupo Teixeira Duarte prossegue o propósito de proceder à distribuição de resultados aos membros do Conselho de Administração e colaboradores.

Este ano de 2024 tal não sucedeu na Teixeira Duarte, S.A., tendo esse objetivo sido realizado em sociedades suas subsidiárias que apresentaram resultados individuais positivos que, para esse efeito, registaram como gastos do período um total de 4.950.000,00€ (quatro milhões novecentos e cinquenta mil euros).

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido da "TEIXEIRA DUARTE, S.A." apurado no período de 2024, positivo no montante de 18.876.671,94€ (dezoito milhões, oitocentos e setenta e seis mil, seiscentos e setenta e um euros e noventa e quatro cêntimos) seja levado a resultados transitados.

Lagoas Park, 24 de abril de 2025

O Conselho de Administração,

Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte

Isabel Maria Nunes Correia Teixeira Duarte

Sérgio Paulo Reis Pereira

Paulo Alfredo de Carvalho Serradas

VII. ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NÚMERO DE VALORES MOBILIÁRIOS DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Em cumprimento dos deveres de informação a que está vinculada pelos diversos normativos em vigor, a Teixeira Duarte, S.A. apresenta, de seguida, a lista de valores mobiliários emitidos pela Sociedade e por sociedades com as quais esteja em relação de domínio ou de grupo, detidas por titulares dos órgãos sociais, bem como todas as aquisições, onerações ou transmissões durante o exercício de 2024, especificando o montante, a data do facto e a contrapartida paga ou recebida:

I. Número de ações detidas pelos Membros dos Órgãos Sociais a 31 de dezembro de 2023:

Nome	Sociedade	Qualidade	Nº de ações
José Luciano Vaz Marcos	Teixeira Duarte, S.A	Presidente da Mesa da Assembleia Geral	-
António José André Martins (a)	Teixeira Duarte, S.A	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral	-
José Pedro Poiares Cobra Ferreira	Teixeira Duarte, S.A	Secretário da Mesa da Assembleia Geral	-
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A	Presidente do Conselho de Administração	5.030.575
Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A	Vogal do Conselho de Administração	3.967.473
Isabel Maria Nunes Correia Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A	Vogal do Conselho de Administração	50.000
Sérgio Paulo Reis Pereira (a)	Teixeira Duarte, S.A	Vogal do Conselho de Administração	100
Paulo Alfredo de Carvalho Serradas (b)	Teixeira Duarte, S.A	Vogal do Conselho de Administração	150.000
Ana Cristina Louro Ribeiro Doutor Simões (c)	Teixeira Duarte, S.A	Vogal do Conselho Fiscal	-
João Salvador dos Santos Matias	Teixeira Duarte, S.A	Vogal do Conselho Fiscal	10
Carlos Manuel Bastos Rodrigues (a)	Teixeira Duarte, S.A	Vogal do Conselho Fiscal	-
Pedro Miguel Amador Fonseca (a)	Teixeira Duarte, S.A	Suplente do Conselho Fiscal	-
Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.	Teixeira Duarte, S.A	Revisor Oficial de Contas	-

(a) Eleitos pela primeira vez para os respetivos cargos na Assembleia Geral de 24 de maio de 2023
(b) Designado para o cargo por cooptação deliberada, por unanimidade, pelo Conselho de Administração a 28 de setembro de 2023
(c) Já era membro do Conselho Fiscal no mandato anterior e passou a Presidente do Conselho Fiscal na Assembleia Geral de 24 de maio de 2023

II. Operações com ações detidas, direta e indiretamente, pelos Membros dos Órgãos Sociais durante o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2024:

Não foram efetuadas quaisquer operações no período em questão.

III. Número de ações detidas pelos Membros dos Órgãos Sociais a 31 de dezembro de 2024:

Nome	Sociedade	Qualidade	Nº de ações
José Luciano Vaz Marcos	Teixeira Duarte, S.A	Presidente da Mesa da Assembleia Geral	-
António José André Martins	Teixeira Duarte, S.A	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral	-
Carlos Jorge Cavaca Ferraz (d)	Teixeira Duarte, S.A	Secretário da Mesa da Assembleia Geral	-
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A	Presidente do Conselho de Administração	5.030.575
Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A	Vogal do Conselho de Administração	3.967.473
Isabel Maria Nunes Correia Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A	Vogal do Conselho de Administração	50.000
Sérgio Paulo Reis Pereira	Teixeira Duarte, S.A	Vogal do Conselho de Administração	100
Paulo Alfredo de Carvalho Serradas	Teixeira Duarte, S.A	Vogal do Conselho de Administração	150.000
Ana Cristina Louro Ribeiro Doutor Simões	Teixeira Duarte, S.A	Presidente do Conselho Fiscal	-
João Salvador dos Santos Matias	Teixeira Duarte, S.A	Vogal do Conselho Fiscal	10
Carlos Manuel Bastos Rodrigues	Teixeira Duarte, S.A	Vogal do Conselho Fiscal	-
Pedro Miguel Amador Fonseca	Teixeira Duarte, S.A	Suplente do Conselho Fiscal	-
Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.	Teixeira Duarte, S.A	Revisor Oficial de Contas	-

(d) Foi eleito em Assembleia Geral de 22 de maio de 2024, em substituição do anterior titular do cargo.

IV. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias.

Não existem ações próprias.

LISTA DOS TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS À DATA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Dando cumprimento às disposições legais e regulamentares aplicáveis, é com base nos registos da Sociedade e nas informações recebidas que a TEIXEIRA DUARTE, S.A. divulga aqui a lista dos titulares de participações qualificadas no seu capital social à data de 31 de dezembro de 2024, com indicação do número de ações detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculada nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

TEIXEIRA DUARTE 1886, S.A.	N.º ações em 31.12.2024	% Capital social com direito de
Diretamente	158.707.552	37,79%
Através dos membros do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte 1886, S.A." (a)	5.080.575	1,21%
TOTAL IMPUTÁVEL	163.788.127	39,00%

(a) 5.030.575 ações detidas pelo Presidente do Conselho de Administração Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte; 50.000 ações detidas pela administradora Isabel Maria Nunes Correia Teixeira Duarte.

Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	N.º ações em 31.12.2024	% Capital social com direito a voto
Diretamente	316.296	0,08%
Através da sociedade por si dominada diretamente "MIDINVEST - Gestão e Investimentos, Sociedade Unipessoal, Lda."	53.858.610	12,82%
TOTAL IMPUTÁVEL	54.174.906	12,90%

PÁGINA PROPOSITADAMENTE DEIXADA EM BRANCO



Empreendimento “Fábrica 1921”, Lisboa - Portugal

Relatório sobre o Governo da Sociedade 2024

RELATÓRIO E CONTAS 2024

I. INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

A. ESTRUTURA ACIONISTA

I. ESTRUTURA DE CAPITAL

1. Estrutura de capital (capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, *etc.*), incluindo indicação das ações não admitidas à negociação, diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (Artigo 29.º-H, n.º 1, al. a) do Código dos Valores Mobiliários).

O capital social da "**Teixeira Duarte, S.A.**" (adiante abreviadamente designada por "TD,SA"), no valor global de € 210.000.000,00 (duzentos e dez milhões de euros), encontra-se integralmente subscrito e realizado e é representado por 420.000.000 de ações com o valor nominal de € 0,50 (cinquenta cêntimos) cada.

Todas estas ações são ordinárias, escriturais e nominativas, e estão admitidas à negociação em mercado regulamentado (EURONEXT LISBON). Pertencem a uma categoria única, a cada uma corresponde um voto, e não existem ações com direitos ou deveres especiais.

De acordo com os elementos apurados, as ações que representam o capital social da TD,SA estavam, no final do exercício social de 2024, distribuídas por um total de 3.774 acionistas da seguinte forma:

- Acionistas titulares de até 42.000 ações: 3.260
- Acionistas titulares de entre 42.001 a 420.000 ações: 448
- Acionistas titulares de entre 420.001 a 4.200.000 ações: 54
- Acionistas titulares de entre 4.200.001 a 42.000.000 ações: 10
- Acionistas titulares de mais de 42.000.000 ações: 2

2. Restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de ações (Artigo 29.º-H, n.º 1, al. b) do Código dos Valores Mobiliários).

Não existem quaisquer restrições à transmissibilidade das ações, nomeadamente cláusulas de consentimento para a alienação ou limitações à titularidade de ações.

3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias (Artigo 29.º-H, n.º 1, al. a) do Código dos Valores Mobiliários).

Não existem ações próprias.

4. Acordos significativos de que a Sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os respetivos efeitos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a Sociedade, exceto se a Sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais (Artigo 29.º-H, n.º 1, al. j) do Código dos Valores Mobiliários).

A TD,SA não é parte em acordos significativos que possam cessar em caso de mudança de controlo da Sociedade, excetuando as situações previstas em contratos de financiamento, de acordo com a prática normal do mercado, alguns dos quais preveem, em caso de mudança de controlo da Sociedade, a possibilidade de a instituição financeira solicitar o reembolso antecipado.

Os referidos contratos de financiamento não são suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações, dadas as suas condições e características.

Refira-se, adicionalmente, que a TD,SA não adota quaisquer medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela Sociedade em caso de mudança de controlo ou de alteração da composição do órgão de administração, nem medidas que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação, pelos acionistas, do desempenho dos titulares do órgão de administração.

5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

A TD,SA não prevê estatutariamente nem adota quaisquer medidas defensivas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da Sociedade e que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto (Artigo 29.º-H, n.º 1, al. g) do Código dos Valores Mobiliários).

Tanto quanto seja do conhecimento da Sociedade, a 31 de dezembro de 2024 não existiam quaisquer acordos parassociais, nomeadamente que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

II. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

7. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas (Artigo 29.º-H, n.º 1, als. c) e d) e Artigo 16.º do Código dos Valores Mobiliários), com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação.

A 31 de dezembro de 2024, os titulares de participações qualificadas, calculadas nos termos do Artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, eram os seguintes:

TEIXEIRA DUARTE 1886, S.A.	N.º ações em 31.12.2024	% Capital social com direito de voto
Diretamente	158 707 552	37,79%
Através dos membros do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte 1886, S.A." (a)	5 080 575	1,21%
TOTAL IMPUTÁVEL	163 788 127	39,00%

(a) 5.030.575 ações detidas pelo Presidente do Conselho de Administração Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte; 50.000 ações detidas pela Administradora Isabel Maria Nunes Correia Teixeira Duarte.

Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	N.º ações em 31.12.2024	% Capital social com direito a voto
Diretamente	316 296	0,08%
Através da sociedade por si dominada "MIDINVEST - Gestão e Investimentos, Sociedade Unipessoal, Lda."	53 858 610	12,82%
TOTAL IMPUTÁVEL	54 174 906	12,90%

8. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização. [Nota: a informação deve ser prestada de forma a dar cumprimento ao disposto no n.º 5 do Artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais]

A TD,SA apresenta, de seguida, a lista de valores mobiliários emitidos pela Sociedade e por sociedades com as quais esteja em relação de domínio ou de grupo, detidas por titulares dos órgãos sociais, bem como todas as aquisições, onerações ou transmissões durante o exercício de 2024, especificando o montante, a data do facto e a contrapartida paga ou recebida.

I. Número de ações detidas pelos membros dos órgãos sociais a 31 de dezembro de 2023:

Nome	Sociedade	Qualidade	Nº de ações
José Luciano Vaz Marcos	TD,SA	Presidente da MAG	-
António José André Martins (a)	TD,SA	Vice-Presidente da MAG	-
José Pedro Poiares Cobra Ferreira	TD,SA	Secretário da MAG	-
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	TD,SA	Presidente do CA	5.030.575
Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte	TD,SA	Vogal do CA	3.967.473
Isabel Maria Nunes Correia Teixeira Duarte	TD,SA	Vogal do CA	50.000
Sérgio Paulo Reis Pereira (a)	TD,SA	Vogal do CA	100
Paulo Alfredo de Carvalho Serradas (b)	TD,SA	Vogal do CA	150.000
Ana Cristina Louro Ribeiro Doutor Simões (c)	TD,SA	Presidente do CF	-
João Salvador dos Santos Matias	TD,SA	Vogal do CF	10
Carlos Manuel Bastos Rodrigues (a)	TD,SA	Vogal de CF	-
Pedro Miguel Amador Fonseca (a)	TD,SA	Suplente do CF	-
Moore Stephens & Associados, SROC, SA	TD,SA	Revisor Oficial de Contas	-

(a) Eleitos pela primeira vez para os respetivos cargos na Assembleia Geral de 24 de maio de 2023
(b) Designado para o cargo por cooptação deliberada, por unanimidade, pelo Conselho de Administração a 28 de setembro de 2023
(c) Já era membro do Conselho Fiscal no mandato anterior e passou a Presidente do Conselho Fiscal na Assembleia Geral de 24 de maio de 2023

II. Operações com ações detidas, direta e indiretamente, pelos membros dos órgãos sociais durante o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2024:

Não foram efetuadas quaisquer operações durante o período em questão.

III. Número de ações detidas pelos membros dos órgãos sociais a 31 de dezembro de 2024:

Nome	Sociedade	Qualidade	Nº de ações
José Luciano Vaz Marcos	TD,SA	Presidente da MAG	-
António José André Martins	TD,SA	Vice-Presidente da MAG	-
Carlos Jorge Cavaca Ferraz (d)	TD,SA	Secretário da MAG	-
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	TD,SA	Presidente do CA	5.030.575
Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte	TD,SA	Vogal do CA	3.967.473
Isabel Maria Nunes Correia Teixeira Duarte	TD,SA	Vogal do CA	50.000
Sérgio Paulo Reis Pereira	TD,SA	Vogal do CA	100
Paulo Alfredo de Carvalho Serradas	TD,SA	Vogal do CA	150.000
Ana Cristina Louro Ribeiro Doutor Simões	TD,SA	Presidente do CF	-
João Salvador dos Santos Matias	TD,SA	Vogal do CF	10
Carlos Manuel Bastos Rodrigues	TD,SA	Vogal de CF	-
Pedro Miguel Amador Fonseca	TD,SA	Suplente do CF	-
Moore Stephens & Associados, SROC, SA	TD,SA	Revisor Oficial de Contas	-

(d) Foi eleito em Assembleia Geral de 22 de maio de 2024, em substituição do anterior titular do cargo

9. Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital (Artigo 29.º-H, n.º 1, al. i) do Código dos Valores Mobiliários) com indicação, quanto a estas, da data em que lhe foram atribuídos, prazo até ao qual aquela competência pode ser exercida, limite quantitativo máximo do aumento do capital social, montante já emitido ao abrigo da atribuição de poderes e modo de concretização dos poderes atribuídos.

Ao abrigo dos Estatutos da TD,SA são conferidos poderes especiais ao Conselho de Administração para:

- Deliberar que a Sociedade participe na constituição, subscreva capital, assuma interesses ou tome parte em outras sociedades, empresas, agrupamentos complementares ou associações de qualquer espécie e coopere, colabore ou se consorcie com quaisquer outras entidades, bem como preste serviços técnicos de administração e gestão ou apoio em recursos humanos e financeiros a sociedades participadas ou com as quais tenha celebrado contratos de subordinação (Artigo 4.º dos Estatutos); e
- Emitir quaisquer modalidades ou tipos de obrigações, bem como quaisquer outros instrumentos ou valores mobiliários, designadamente representativos de dívida, nas modalidades e nos termos que lhe sejam permitidos pela lei, e nas condições que forem determinadas pelo órgão que decidir a emissão (Artigo 8.º dos Estatutos).

Os Estatutos da TD,SA não conferem quaisquer poderes especiais ao órgão de administração sobre eventuais deliberações de aumento de capital social da Sociedade.

10. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a Sociedade.

Não existem relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a Sociedade.

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. ASSEMBLEIA GERAL

a) Composição da Mesa da Assembleia Geral

11. Identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato.

Nos termos do Artigo 14.º dos Estatutos da TD,SA, a Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, um Vice-Presidente e pelo Secretário da Sociedade, sendo atualmente constituída pelos seguintes membros:

Presidente: José Luciano Vaz Marcos
Vice-Presidente: António José André Martins
Secretário: Carlos Jorge Cavaca Ferraz

O Presidente e o Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral foram eleitos em Assembleia Geral de 24 de maio de 2023, para exercerem funções nesse órgão durante o quadriénio 2023/2026. O Secretário da Mesa da Assembleia Geral foi eleito em Assembleia Geral de 22 de maio de 2024, para exercer funções até ao final do mandato em curso 2023/2026, dada a renúncia do anterior titular do cargo.

b) Exercício do direito de voto

12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício deste direito ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial (Artigo 29.º-H, n.º 1, al. f) do Código dos Valores Mobiliários).

Não existem restrições em matéria de direito de voto, nomeadamente limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, sendo que, quanto aos prazos impostos para o exercício deste direito, as únicas limitações são as indicadas *infra* para o caso do voto por correspondência.

A TD,SA não estabeleceu qualquer tipo de sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial ou de mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos, ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária.

Convocatória e Informações Preparatórias em Assembleia Geral

De referir, ainda, que a TD,SA divulga, dentro dos prazos legais aplicáveis e em todos os locais impostos por Lei, a convocatória das Assembleias Gerais, juntamente com as propostas de deliberação e informações preparatórias, tudo no sentido de garantir, promover e incentivar a participação dos acionistas, por si ou por representantes por si designados, nas Assembleias Gerais.

Participação em Assembleia Geral

De acordo com o teor do Artigo 13.º dos Estatutos da Sociedade, poderá participar na Assembleia Geral e aí discutir e votar quem, na data de registo, correspondente às 00:00 horas (GMT) do 5.º dia de negociação anterior ao da Assembleia, for titular de ações que lhe confiram pelo menos um voto.

A cada ação, nas condições *supra* referidas, corresponde um voto. Embora os Estatutos prevejam no seu Artigo 7.º a possibilidade de existirem ações sem direito de voto, estas não existem.

Voto por Correspondência

Para o exercício do direito de voto por correspondência e para a execução dos demais procedimentos constantes dos Estatutos, a Sociedade implementou os meios indispensáveis para o efeito, disponibilizando no seu sítio da Internet e na sua sede social todos os formulários necessários, nomeadamente minutas de cartas e do boletim de voto, bem como as instruções para o respetivo preenchimento.

Voto por Meios Eletrónicos

Para o exercício do direito de voto por meios eletrónicos, bem como para a execução dos demais procedimentos constantes dos Estatutos, a Sociedade implementou ferramentas indispensáveis para que todos os acionistas possam votar por recurso aos referidos meios.

Com efeito, reconhecendo que a utilização das novas tecnologias potencia o exercício dos direitos dos acionistas, a TD,SA implementou um mecanismo de voto por correspondência eletrónica que respeita as exigências específicas de segurança inerentes ao processo de voto através destes meios, nomeadamente no que se refere aos meios técnicos necessários para verificar a autenticidade das correspondentes declarações e à garantia da integridade e confidencialidade dos respetivos conteúdos, do mesmo modo que reconhece o elevado nível de segurança e de fiabilidade operacional necessários na receção das mencionadas declarações.

Neste contexto, a TD,SA considera que a participação dos acionistas nas Assembleias Gerais é plenamente assegurada mesmo no caso de estes não poderem estar presentes, quer através do voto por correspondência postal e do voto por correspondência eletrónica, quer através dos mecanismos de representação existentes, sendo que o modelo adotado promove e incentiva a participação dos acionistas em Assembleia Geral, estando a Sociedade preparada para, em situações que tal se justifique, promover a participação à distância, utilizando meios telemáticos para o efeito.

13. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do Artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

Os Estatutos da TD,SA não fixam uma percentagem ou número máximos de direitos de voto que possam ser detidos ou exercidos por um único acionista (de forma individual ou em concertação com outros acionistas), ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações previstas no n.º 1 do Artigo 20.º do CVM.

14. Identificação das deliberações que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.

Não existem disposições estatutárias que imponham quóruns de maiorias qualificadas para deliberações sobre determinados temas por parte dos acionistas, sem prejuízo das disposições legais que, para certos casos, possam exigir maiorias qualificadas ou estabelecer outras formas de vencimento das propostas.

II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

(Conselho de Administração, Conselho de Administração Executivo e Conselho Geral e de Supervisão)

a) Composição

15. Identificação do modelo de governo adotado.

Desde a sua constituição, em 30 de novembro de 2009, a TD,SA adotou um modelo de Governo da Sociedade conhecido por "latino reforçado", tendo como órgãos sociais, além da Assembleia Geral e respetiva Mesa, um Conselho de Administração e dois órgãos de fiscalização autónomos: o Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Entende-se importante referir a colaboração existente entre todas essas estruturas do Grupo, bem como as vantagens resultantes dessas sinergias, traduzidas no meio privilegiado e eficaz de se alcançarem objetivos por todos assumidos como coletivos.

O modelo societário adotado dá integral cumprimento aos objetivos que lhe serviram de base – manter a TD,SA com bons níveis de funcionamento e eficiência no desempenho das funções de cada órgão social, autonomamente e na interligação entre eles, revelando-se, portanto, este modelo societário adequado ao *modus operandi* da Sociedade, das suas estruturas e dos membros que compõem os órgãos sociais, nomeadamente os membros do Conselho de Administração.

16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão (Artigo 29.º-H, n.º 1, al. h)).

Os membros do órgão de administração da TD,SA são eleitos em Assembleia Geral pelo sistema de listas, por quatro anos, coincidindo com os exercícios sociais, podendo ser reconduzidos uma ou mais vezes, nos termos e com os limites legalmente estabelecidos, e consideram-se empossados logo que eleitos, sem dependência de outras formalidades.

Ao abrigo das regras especiais de eleição previstas na Lei, a TD,SA adotou o sistema que permite que um dos Administradores possa ser eleito entre pessoas propostas em listas que sejam subscritas e apresentadas por grupos de acionistas, desde que nenhum desses grupos possua ações representativas de mais de vinte por cento e menos de dez por cento do capital social. Em conformidade com tal opção, o Administrador assim eleito substitui automaticamente aquele que figurar em último lugar na lista que faça vencimento na eleição dos Administradores.

Os Estatutos fixam em cinco o número de faltas a reuniões por mandato, seguidas ou interpoladas, sem justificação aceite pelo Conselho de Administração, que conduzem à situação de falta definitiva de um Administrador, com as demais consequências previstas na Lei.

Os Estatutos não preveem a existência de qualquer Administrador suplente e não fixam qualquer regra específica para a substituição dos membros do Conselho de Administração, pelo que será aplicável o regime geral previsto no Código das Sociedades Comerciais sobre esta matéria, ou seja, o Conselho de Administração poderá proceder à substituição do Administrador que deixe de desempenhar funções por qualquer uma das causas previstas na Lei, nomeadamente por renúncia ou acumulação de faltas, procedendo, se assim o entender e nos termos e condições aplicáveis, à correspondente cooptação, a qual deverá ser ratificada na primeira Assembleia Geral seguinte.

Os requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros quanto à composição do Conselho de Administração salvaguardam a diversidade de género, etária, de habilitações e de antecedentes profissionais, nos termos previstos na alínea q) do Artigo 29.º-H do CVM, na redação que lhe foi dada pela Lei n. 99-A/2021, de 31 de janeiro.

Com efeito, a TD,SA, reconhecendo as vantagens decorrentes da diversidade na composição dos seus órgãos de administração e fiscalização, nomeadamente em termos de idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais aprovou em Assembleia Geral de 26 de maio de 2018, a "Política de Diversidade dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Teixeira Duarte, S.A.", que se encontra em vigor e que define critérios para a seleção e nomeação dos órgãos sociais da Sociedade (onde se inclui o Conselho de Administração).

Em conformidade com o disposto no Artigo 29.º-H do CVM, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 99-A/2021, de 31 de dezembro, divulga-se aqui o texto da mencionada Política que se mantém em vigor:

INTRODUÇÃO:

A TEIXEIRA DUARTE, SA reconhece as vantagens decorrentes da diversidade na composição dos seus Órgãos de Administração e Fiscalização, nomeadamente em termos de idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais.

Tais benefícios resultam, principalmente, no enriquecimento dos modelos de gestão, numa maior eficiência nos processos de avaliação e decisão através da ponderação de diferentes perspetivas, tirando proveito da pluralidade de conhecimentos, experiências, capacidades e competências dos membros daqueles órgãos sociais.

Paralelamente, o respeito de tais diferenças vem evidenciar a consolidação da estrutura de Recursos Humanos do Grupo empresarial liderado pela TEIXEIRA DUARTE, SA, através da valorização de aptidões e de competências diversas, tornando a própria Empresa um reflexo da comunidade em que se insere e dos diversos mercados e setores em que atua.

A presente "Política de Diversidade dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Teixeira Duarte, SA" foi elaborada tendo em conta, para além das disposições legais aplicáveis, a realidade histórica da sociedade e de todo o Grupo TEIXEIRA DUARTE, que lidera.

Exposto isto, esclarece-se que embora a diversidade nos termos acima indicados seja um critério importante, não é um critério absoluto, nem sobreposto a outros que se consideram também adequados ao sustentável desenvolvimento da atividade da Sociedade e do Grupo e ao simultâneo cumprimento dos normativos legais aplicáveis.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

O critério privilegiado para a seleção e nomeação dos membros do Conselho de Administração da sociedade de topo do Grupo Teixeira Duarte – atualmente a Teixeira Duarte, SA – tem sido o de apostar (i) em membros executivos e por isso ligados à atividade do Grupo; e, dentro destes (ii) naqueles que se têm designado internamente como "pessoas da casa"; uma aposta de confiança na identificação com os mesmos valores, com uma história partilhada e que privilegia essa ligação mais idiossincrática do que a escolha de um perito exterior em qualquer setor de atividade, mercado de atuação, ou área corporativa.

Daí que agora todos os membros dos órgãos de administração tenham, mais de vinte cinco anos ao serviço do Grupo Teixeira Duarte, o mesmo sucedendo com muitos dos membros da Alta Direção do Grupo.

Por esse motivo, entende-se que todos os compromissos a assumir e medidas a implementar deverão ter em consideração aquele que tem vindo a ser o critério privilegiado para a seleção e nomeação dos membros do Conselho de Administração, bem como a respetiva adequação às atividades desenvolvidas pelo Grupo Empresarial que a Teixeira Duarte, SA lidera, e às realidades dos mercados e setores em que atua.

É pois neste enquadramento que a Teixeira Duarte, SA se compromete a envidar os seus melhores esforços no sentido da promoção da diversidade na composição do Conselho de Administração, designadamente através de:

- *Cumprimento das disposições normativas em vigor em matéria de diversidade, nomeadamente de não discriminação e de igualdade de oportunidades, que decorram da Lei e demais normativos aplicáveis, bem como das regras constantes do "Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte" e dos demais documentos nele fundados e aplicáveis a todo o Grupo;*
- *Assegurar a igualdade de oportunidades e de tratamento, nomeadamente em função da idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais;*
- *Não exercer qualquer tipo de ação discriminatória em função de ascendência, idade, sexo, orientação sexual, identidade de género, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical, em cumprimento do disposto no "Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte" sobre esta matéria;*
- *Continuar a apostar na diversidade de idades, privilegiando o equilíbrio resultante da conjugação dos conhecimentos e experiência dos mais velhos com a perspetiva inovadora dos mais novos;*
- *Garantir o cumprimento das normas legais relativas à diversidade de géneros, assegurando uma representação adequada entre mulheres e homens no Conselho de Administração, tendo sempre por base as suas competências, aptidões, experiência e qualificações;*
- *Assegurar que o Conselho de Administração continue a integrar pessoas com diversas habilitações de base, desde que apropriadas ao cargo a exercer e em consonância com as características, a dimensão e as atividades desenvolvidas pelo Grupo Empresarial liderado pela Teixeira Duarte, SA;*
- *Manter a aposta nas "pessoas da casa" como critério privilegiado, valorizando, contudo, a combinação de pessoas com experiência em diferentes setores, países e áreas corporativas.*

ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO:

Em função do modelo societário em vigor na Teixeira Duarte, SA, os órgãos de fiscalização são o Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Não sendo a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas um órgão colegial por natureza, e portanto não integrando uma pluralidade de membros, fica este órgão excluído da presente "Política de Diversidade dos Órgãos de Administração e Fiscalização da "Teixeira Duarte, SA".

Relativamente ao Conselho Fiscal, atualmente composto por três membros efetivos e um suplente, assume-se os seguintes compromissos, na promoção da diversidade da respetiva composição:

- *O cumprimento das disposições normativas em matéria de diversidade, nomeadamente de não discriminação e de igualdade de oportunidades, que decorram da Lei e demais normativos que venham a ser aplicáveis, bem como das regras constantes do "Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte" e dos demais documentos nele fundados e aplicáveis a todo o Grupo;*
- *Assegurar a igualdade de oportunidades e de tratamento nomeadamente em função da idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais;*
- *Não exercer qualquer tipo de ação discriminatória em função de ascendência, idade, sexo, orientação sexual, identidade de género, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical, em cumprimento do disposto no "Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte" sobre esta matéria;*
- *Continuar a apostar na diversidade de idades, privilegiando o equilíbrio resultante da conjugação dos conhecimentos e experiência dos mais velhos com a perspetiva inovadora dos mais novos;*
- *Desenvolver esforços tendentes a promover uma representação adequada entre mulheres e homens no Conselho Fiscal, tendo sempre por base as suas competências, aptidões, experiência e qualificações;*
- *Assegurar que o Conselho Fiscal continue a integrar pessoas com diversas habilitações de base, desde que apropriadas ao cargo a exercer e em consonância com as características, a dimensão e as atividades desenvolvidas pelo Grupo Empresarial liderado pela Teixeira Duarte, SA;*
- *Prosseguir a aposta na valorização da diversidade de antecedentes profissionais dos membros do Conselho Fiscal, promovendo a nomeação de pessoas com experiências profissionais diferenciadas, desde que enquadradas no âmbito da atividade do Grupo e adequadas às funções a exercer.*

17. Composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.

Ao abrigo do disposto no Artigo 17.º dos Estatutos, o Conselho de Administração da TD,SA será composto por um número mínimo de cinco e máximo de onze membros.

Ao eleger tal Conselho, a Assembleia Geral da TD,SA determinará o número de Administradores que, dentro desses limites, o deverá preencher em cada mandato e designará, de entre eles, o membro que exercerá as funções de Presidente.

Nos termos do número 2 do Artigo 10.º dos Estatutos, os membros dos órgãos sociais são eleitos por períodos de quatro anos, conforme já acima foi referido.

O Conselho de Administração da TD,SA é composto por cinco membros, todos efetivos, contando com um Presidente e quatro vogais:

Presidente:
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Administradores:
Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte
Isabel Maria Nunes Correia Teixeira Duarte
Sérgio Paulo Reis Pereira
Paulo Alfredo de Carvalho Serradas

O Presidente do Conselho de Administração Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte foi designado pela primeira vez aquando da constituição da Sociedade, em 30 de novembro de 2009, para exercer funções durante o mandato 2009/2010. Foi depois sucessivamente reeleito para os mandatos 2011/2014, 2015/2018 e 2019/2022. Sendo que, em 8 de outubro de 2021, Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte foi designado Presidente do Conselho de Administração para exercer funções até ao final do mandato em curso (2019/2022) e em 24 de maio de 2023 reeleito para o mesmo cargo para o mandato 2023/2026.

A Administradora Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte foi eleita pela primeira vez na Assembleia Geral de 27 de maio de 2019, para exercer funções durante o mandato de 2019/2022 e em 24 de maio de 2023 reeleita para o mesmo cargo para o mandato 2023/2026.

A Administradora Isabel Maria Nunes Correia Teixeira Duarte foi eleita pela primeira vez em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de outubro de 2021, para exercer funções até ao final do mandato de 2019/2022 e em 24 de maio de 2023 reeleita para o mesmo cargo para o mandato 2023/2026.

O Administrador Sérgio Paulo Reis Pereira foi eleito pela primeira vez em Assembleia Geral de 24 de maio de 2023, para exercer funções até ao final do mandato de 2023/2026.

O Administrador Paulo Alfredo de Carvalho Serradas foi designado pela primeira vez, por cooptação, de 28 de setembro de 2023, para exercer funções até ao final do mandato de 2023/2026.

O atual Conselho de Administração da TD,SA, resultante das eleições da Assembleia Geral de 24 de maio de 2023, das deliberações do Conselho de Administração de 28 de setembro de 2023 (de aceitação da renúncia de Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte e designação de Paulo Alfredo de Carvalho Serradas) e da Assembleia Geral de 22 de maio de 2024 (ratificação da cooptação de Paulo Alfredo de Carvalho Serradas), integra na sua composição duas mulheres, que representam 40% dos membros do Conselho de Administração em exercício de funções, pelo que a TD,SA se encontra a cumprir, neste órgão colegial, os critérios e requisitos de equilibro de género relativamente aos membros do Conselho de Administração.

18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão.

18.1. A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente e, quanto aos demais membros do Conselho de Administração, considera-se independente quem não esteja associado a qualquer grupo de interesses específicos na Sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:

- **a. Ter sido colaborador da Sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;**
- **b. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a Sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;**
- **c. Ser beneficiário de remuneração paga pela Sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;**
- **d. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;**
- **e. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participação qualificada.**

Os membros do Conselho de Administração da TD,SA têm neste âmbito funções executivas, considerando-se que não existem administradores não executivos, uma vez que todos desempenham funções inerentes ao cargo numa sociedade que, sendo de topo do Grupo, gere as suas participações e aprecia as respetivas atuações, não tomando decisões diretas nem exercendo poderes de gestão sobre o desenvolvimento da atividade dessas entidades.

Sendo de topo, faz a gestão de investimentos, a coordenação e supervisão de outras sociedades integradas com o seu Grupo Empresarial, atuando essencialmente nos domínios do planeamento estratégico e organizativo.

Realça-se, contudo, o facto de, no âmbito do Conselho de Administração da TD,SA, se ter deliberado em 2023 que – sem que tal signifique nenhuma delegação de poderes nos termos da Lei, nem que exclua a competência normal e a responsabilidade dos demais membros deste Conselho – o Presidente do Conselho de Administração Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte seja especialmente encarregue da coordenação e reporte das atividades desenvolvidas pelas empresas do Grupo que atuam nos setores das Concessões e Serviços, Imobiliária, Hotelaria, Distribuição e Automóvel; o administrador Paulo Alfredo de Carvalho Serradas seja especialmente encarregue da coordenação e reporte das atividades desenvolvidas pelas empresas do Grupo que atuam no setor da Construção; e o administrador Sérgio Paulo Reis Pereira seja especialmente encarregue da coordenação e reporte da atuação das estruturas da área corporativa, com exceção da Auditoria Interna, Compliance e Sustentabilidade, cuja supervisão no âmbito das sub-holdings do Grupo é da responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração dessas entidades, Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte.

Cumpre ainda a este propósito referir que alguns membros do Conselho de Administração têm funções e cargos sociais em outras entidades do Grupo, relativamente às quais exercem a direção e os poderes de gestão com proximidade e responsabilidade direta na atuação das mesmas, o que facilita ao Conselho de Administração da TD,SA ter conhecimento tempestivo da realidade do Grupo

Económico, possibilitando a este Conselho a intervenção no apoio à gestão dessas participadas, incluindo a definição de políticas transversais, nomeadamente no âmbito financeiro, o que é concretizado de forma global atendendo às valências complementares de cada um dos membros deste Conselho.

A TD,SA tem optado por manter todos os seus Administradores com funções executivas uma vez que aquelas funções que seriam atribuídas a eventuais Administradores não executivos - nomeadamente de supervisão, fiscalização e avaliação da atividade dos membros executivos - são desenvolvidas adequadamente pelo Conselho Fiscal, pela Comissão de Remunerações e pela Assembleia Geral atendendo ao objeto social da TD,SA.

Acresce que, a total independência e ausência de incompatibilidades dos membros do Conselho Fiscal permite uma intervenção isenta e útil na fiscalização da atividade da Sociedade, não só do ponto de vista contabilístico - onde conta com a intervenção regular da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas - mas também na perspetiva política, neste caso com os limites e alcance adequados à essencial salvaguarda do cumprimento dos normativos legais e regulamentares em vigor, tudo com vista a assegurar uma constante transparência e o cumprimento de níveis adequados de divulgação de informação ao mercado, em geral, e aos acionistas, em especial, em sede de Assembleia Geral.

Com efeito, o Revisor Oficial de Contas colabora com o Conselho Fiscal, prestando-lhe imediatamente informação sobre quaisquer irregularidades relevantes detetadas, bem como quaisquer dificuldades com que se tenha deparado no exercício das suas funções.

Do supra referido resulta que existe uma adequada interligação entre todos os órgãos sociais, não só entre a Sociedade de Revisores Oficias de Contas e o Conselho Fiscal, que reúnem periodicamente, mas também entre estes e o Conselho de Administração, uma vez que os Administradores prestam sempre, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações solicitadas pelos outros membros dos órgãos sociais e a todos são disponibilizados os elementos e documentos essenciais para análise e decisão sobre matérias que lhe competem no exercício do respetivo cargo.

Refira-se ainda que, no respeito pelo princípio da estreita colaboração entre os órgãos sociais, o Presidente do Conselho Fiscal e o representante do Revisor Oficial de Contas são convocados para todas as reuniões periódicas e de aprovação dos documentos de prestação de contas do Conselho de Administração, a eles lhes sendo remetidas cópias das convocatórias e das atas de todas aquelas reuniões deste órgão.

Essas tarefas são desempenhadas, por indicação do Presidente do Conselho de Administração, pelo Secretário da Sociedade, que entrega ao Presidente do Conselho Fiscal as cópias das convocatórias e das atas das reuniões do Conselho de Administração, depois de devidamente assinadas.

Face ao modelo adotado e à composição e modo de funcionamento dos seus órgãos sociais - nomeadamente o carácter executivo do Conselho de Administração nos moldes acima definidos e a independência do Conselho Fiscal e da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, sem que, entre eles ou para outras Comissões existam delegações de competências – a TD,SA considera – tendo presente a Recomendações n.º IV.2.2. e IV.2.3. - que a designação de membros não executivos para exercerem funções no Conselho de Administração não traria valias significativas para o bom funcionamento do modelo adotado, o qual se tem vindo a revelar adequado e eficiente.

Assim se justifica a opção da TD,SA de não ter no Conselho de Administração membros não executivos para acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos restantes membros do órgão, conforme consta das Recomendações IV.2.2. e IV.2.3., encontrando-se garantida a efetiva capacidade de os órgãos de fiscalização acompanharem, supervisionarem e avaliarem de forma crítica e imparcial a atividade dos Administradores executivos.

Acrescente-se que, uma vez que não existem Administradores não executivos, não é aplicável à TD,SA o disposto na Recomendação n.º IV.2.1. que prevê que os Administradores não executivos designem entre si um coordenador para (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do Conselho de Administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções, e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração, sendo este papel assegurado pelo presidente do órgão de administração, o qual exerce funções executivas.

19. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.

Presidente do Conselho de Administração: Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 01 de julho de 1989.

Designado pela primeira vez para o cargo de Administrador da TD,SA aquando da constituição, em 30 de novembro 2009, da Sociedade, foi, posteriormente, eleito em 27 de maio de 2019 para exercer as mesmas funções para o mandato 2019/2022, tendo em 08 de outubro de 2021 passado a exercer o cargo de Presidente do Conselho de Administração, por deliberação tomada em Assembleia Geral nessa data. Em 24 de maio de 2023 foi reeleito para o exercício do mesmo cargo para o quadriénio 2023/2026.

Refira-se, adicionalmente, que desde 2005 que é Administrador da sociedade cotada de topo do Grupo (que até 2010 era a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", sendo, até à data, a TD,SA).

Foi advogado/consultor jurídico em escritório próprio de 1989 a 1996.

Foi Administrador da "TDF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.", de 30 de junho de 1992 a 22 de abril de 2005, com funções de supervisão e controlo e em matéria de decisões de investimento, no âmbito das competências que aos membros do Conselho de Administração são atribuídas pelo Código das Sociedades Comerciais e pelos Estatutos da Sociedade, bem como no que respeita a relações com a CMVM.

Desde 01 de julho de 1993 que passou a integrar os quadros do Grupo Teixeira Duarte, atuando como consultor jurídico e gestor em várias empresas, nomeadamente no setor imobiliário.

Desde 18 de abril de 2007 é Presidente do Conselho de Administração da Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.

Desde 06 de maio de 2019 é Presidente do Conselho de Administração da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.,

Desde 08 de outubro de 2021 é Presidente do Conselho de Administração da TD,SA.

Por diversas vezes, e desde 1991, cumpriu mandatos como membro do Conselho de Administração da sociedade atualmente denominada Teixeira Duarte 1886, S.A. Atualmente, é Presidente do Conselho de Administração da sociedade, tendo sido eleito em Assembleia Geral de 27 de maio de 2022 para exercer funções para o mandato 2019/2022 e reeleito para o mesmo cargo em Assembleia Geral de 26 de maio de 2023 para o mandato 2023/2024.

Administradora: Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte

Licenciada em Agronomia, especialidade de Fitopatologia, do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa (1981).

Mestre em Produção Vegetal do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa (1989).

Designada pela primeira vez para o cargo de Administradora da TD,SA por deliberação da Assembleia Geral de 27 de maio de 2019, para exercer funções para o mandato 2019/2022, em 24 de maio de 2023 foi reeleita para o exercício do mesmo cargo para o quadriénio 2023/2026.

Entre 2011 e 2018 exerceu o cargo de Administradora da sociedade atualmente denominada Teixeira Duarte 1886, S.A., durante os mandatos de 2011/2014 e 2015/2018.

De maio de 2011 a maio de 2019 foi vogal da Comissão de Remunerações da "Teixeira Duarte, S.A." e da “Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.”.

Administradora: Isabel Maria Nunes Correia Teixeira Duarte

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (Escola de Lisboa) desde 2010.

LL.M. Law in a European and Global Context, Faculdade de Direito, Universidade Católica Portuguesa, com intercâmbio na *Duke University School of Law*, Carolina do Norte, E.U.A. (2011).

Mestre em Direito Privado, Faculdade de Direito – Escola de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa (2015).

Doutoranda em Direito Privado, Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (Escola de Lisboa) (desde 2017).

Destaca-se o facto de ter exercido advocacia na sociedade de advogados Cuatrecasas, Gonçalves Pereira & Associados entre 2013 e 2016, e de ter exercido advocacia a título individual de 2016 a 2023.

É docente na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (Escola de Lisboa) desde 2016, e foi vogal do Conselho de Coordenação do Católica Research Centre for the Future of Law de 2018 a 2022.

É autora de diversos artigos científicos publicados em obras e revistas de especialidade.

Em 08 de outubro de 2021 foi eleita, pela primeira vez, para o exercício do cargo de Administradora da TD,SA, para o final do mandato em curso de 2019/2022. Em 24 de maio de 2023 foi reeleita para o exercício do mesmo cargo, para o quadriénio de 2023/2026.

E em 26 de maio de 2023 foi eleita como administradora da Teixeira Duarte 1886, S.A., para o mandato de 2023/2024.

Administrador: Sérgio Paulo Reis Pereira

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, em 1995.

De março de 1995 a outubro de 1999 foi Diretor Administrativo e Financeiro na entidade que operava com a insígnia “Manel Boutiques” e “Sr. Frango da Guia”, empresa que atuava na área de venda, a retalho e por grosso, de vestuário e na área de restauração em Portugal.

Já no Brasil, esteve de outubro de 1999 a maio de 2001 como Diretor Administrativo e Financeiro da “ENSITEL - Loja de Comunicações, S.A.”. Ainda no Brasil, esteve, de maio de 2001 a junho de 2003, na MASP Brasil Assessoria Empresarial, Ltd., da qual foi sócio.

De regresso a Portugal, esteve de junho de 2003 até agosto 2006 como Diretor Geral da “EMECREST - Consultadoria e Gestão de Restauração, Lda.”, e posteriormente de agosto de 2006 a agosto de 2008 como Diretor Geral da área de Aluguer de Máquinas de Construção do Grupo “Auto Sueco Coimbra”.

Em agosto de 2008 assumiu o cargo de Diretor Financeiro do Setor Imobiliário do Grupo no Brasil, que ali estava numa fase de arranque da sua atividade neste país, tendo coordenado as áreas de finanças, contabilidade, controle de gestão, jurídica e tecnologia de informação.

Em julho de 2018 regressa a Portugal, onde, também na "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", assumiu o cargo de Diretor Financeiro do Grupo, tendo, em maio de 2019, sido eleito para administrador da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." e da “Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.”, cargos que ainda hoje continua a exercer no âmbito de mandato em curso (2023/2026).

Na Assembleia Geral de 24 de maio de 2023 foi eleito administrador da Teixeira Duarte, S.A. para exercer funções no quadriénio 2023/2026, tendo o Conselho de Administração deliberado que – sem que tal signifique nenhuma delegação de poderes nos termos da Lei, nem que exclua a competência normal e a responsabilidade dos demais membros deste Conselho, que todos são executivos – o administrador Sérgio Paulo Reis Pereira seja especialmente encarregue da coordenação e reporte da atuação da maioria das estruturas da área corporativa.

Não exerce qualquer atividade profissional, nem desempenha qualquer cargo social fora do Grupo Teixeira Duarte.

Administrador: Paulo Alfredo de Carvalho Serradas

Licenciado em Engenharia Civil pelo "IST - Instituto Superior Técnico" de Lisboa, em 1991 e Pós-Graduado em Controlo de Gestão e Análise Financeira pelo "ISAL – Instituto Superior de Administração e Línguas", da Madeira, em 2012.

Entre setembro de 1991 e fevereiro de 1992 foi Engenheiro Projetista na empresa "ECOPROJETO".

De fevereiro de 1992 a abril de 2006 trabalhou na "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." como Diretor de Obra e, mais tarde, Diretor de Sub-Centro de Produção, dirigindo a execução de diversas empreitadas, gerindo contratos e equipas, fazendo prospeção de mercado e coordenando, a certa altura, a gestão da produção da empresa nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

De maio de 2006 a setembro de 2011, trabalhou na empresa de promoção imobiliária e empreendimentos turísticos, "S.I.E.T. SAVOY S.A.", tendo sido responsável pela gestão dos projetos para dois hotéis do Grupo Savoy.

De setembro de 2011 a abril de 2013 foi administrador, CEO, da Martifer Aluminios, S.A., empresa do grupo MARTIFER, que centra a sua atividade na execução de fachadas de edifícios, tendo contratos em toda a Europa, Brasil, Austrália, Arábia Saudita e Angola.

Em 13 de maio de 2013 voltou a integrar os quadros da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", desempenhando funções de Diretor Geral nas participadas do Grupo "SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A." e "OFM – Obras Ferroviárias e Marítimas, S.A.", entidade na qual passou a desempenhar o cargo de Administrador desde julho de 2018, continuando a exercer tais funções atualmente ao abrigo de mandato que termina em 2026.

A partir de setembro de 2018, acumulou com aquele cargo na SOMAFEL, S.A., as funções de coordenação comercial da área de Geotecnia, Reabilitação e Obras Marítimas da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", sociedade na qual passou a ser administrador desde 01 de outubro de 2019, primeiro com pelouro na área das Infraestruturas e depois acumulando outros, sendo atualmente Presidente da Comissão Executiva Operacional da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.".

Desde 28 de setembro de 2023 que foi designado, por cooptação, Administrador da Teixeira Duarte, S.A., para exercer funções até ao final do mandato em curso (2023/2026), tendo o Conselho de Administração deliberado que – sem que tal signifique nenhuma delegação de poderes nos termos da Lei, nem que exclua a competência normal e a responsabilidade dos demais membros deste Conselho, que todos são executivos – o Administrador Paulo Alfredo de Carvalho Serradas seja especialmente encarregue da coordenação e reporte das atividades desenvolvidas pelas empresas do Grupo que atuam no setor da Construção.

Embora tenha cargos sociais fora do Grupo Teixeira Duarte, conforme reportado infra neste relatório, não exerce, nesse âmbito, nem em qualquer outro, nenhuma atividade profissional fora do Grupo Teixeira Duarte, nem aufere qualquer outra remuneração.

20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas a quem seja imputável uma participação qualificada superior a 5% dos direitos de voto.

O Presidente do Conselho de Administração Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte é primo do acionista Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte.

A Administradora Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte é prima do acionista Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte.

A Administradora Isabel Maria Nunes Correia Teixeira Duarte é sobrinha do acionista Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte.

Relativamente aos restantes membros do Conselho de Administração, informa-se que nenhum deles mantém relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas com acionistas a quem seja imputável participação qualificada nos termos a legislação atualmente em vigor.

21. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da Sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da Sociedade.

Os Estatutos da Sociedade definem as competências de cada um dos órgãos sociais, designadamente nos seus Artigos 12.º (Assembleia Geral) 19.º (Conselho de Administração) e 23.º (Conselho Fiscal e Sociedade de Revisores Oficiais de Contas).

Não existe repartição ou delegação de competências por nenhum dos órgãos sociais, nomeadamente pelo Conselho de Administração, em quaisquer comissões específicas, em particular numa Comissão Executiva.

Não obstante, recorda-se também aqui que, no âmbito do Conselho de Administração da TD,SA, se deliberou em 2023 que – sem que tal signifique nenhuma delegação de poderes nos termos da Lei, nem que exclua a competência normal e a responsabilidade dos demais membros deste Conselho – o Presidente do Conselho de Administração Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte seja especialmente encarregue da coordenação e reporte das atividades desenvolvidas pelas empresas do Grupo que atuam nos setores das Concessões e Serviços, Imobiliária, Hotelaria, Distribuição e Automóvel; o administrador Paulo Alfredo de Carvalho Serradas seja especialmente encarregue da coordenação e reporte das atividades desenvolvidas pelas empresas do Grupo que atuam no setor da Construção; e o administrador Sérgio Paulo Reis Pereira seja especialmente encarregue da coordenação e reporte da atuação das estruturas da área corporativa, com exceção da Auditoria Interna, Compliance e Sustentabilidade, cuja supervisão no âmbito das sub-holdings do Grupo é da responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração dessas entidades, Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte.

Os membros do Conselho de Administração respeitam os deveres gerais de zelo, cuidado e lealdade, tomando decisões de gestão, de forma crítica, imparcial e sempre no interesse da Sociedade.

Cabe, pois, ao Conselho de Administração assegurar que a Sociedade atue de forma consentânea com os seus objetivos, pelo que este órgão não delega poderes no que respeita a i) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade; ii) organização e coordenação da estrutura empresarial; iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco e características especiais.

As estruturas organizacionais do Grupo, identificadas no organograma que se segue, encontram-se integradas nas sociedades principais sub-holdings do Grupo: a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, SA (TD-EC) e Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, SA (TDGPII), cujas respetivas supervisões caberão aos administradores dessas duas sub-holdings, sem prejuízo da articulação direta com o Conselho de Administração da TD,SA quanto às matérias relevantes nos âmbitos da Área Corporativa.

Teixeira Duarte, S.A.

Conselho de Administração

Manuel Maria Teixeira Duarte
Maria da Conceição Teixeira Duarte
Isabel Teixeira Duarte
Sérgio Pereira
Paulo Serradas

Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.

Conselho de Administração

Manuel Maria Teixeira Duarte
Paulo Serradas
Sérgio Pereira
Gustavo Lebreiro
Luis Santos

ÁREA CORPORATIVA

Assessor Administração
Alexandre de Jesus

Auditoria Interna
Mário Faria

Compliance
Carlos Ferraz

Comunicação
Erica Beauvalet

Contabilidade
Tiago Fernandes
Sérgio Castro

Finanças
Sérgio Pereira
Pedro Cruz

Jurídicos
Ricardo Teixeira

Processos Partilhados
André Henriques

Recursos Humanos
José Ferreira da Costa

Societário e Corporativo
Carlos Ferraz

Sustentabilidade
Erica Beauvalet

Tecnologias de Informação
Rui Pedroso
Rui Miranda

SETOR DE ATIVIDADE

CONSTRUÇÃO

Comissão Executiva Operacional
Paulo Serradas
Gustavo Lebreiro
Luis Santos
Rogério Fonseca

EPOS
Carlos Russo

SOMAFEL
Rui Costa

Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.

Conselho de Administração

Manuel Maria Teixeira Duarte
Luís Vicente
Sérgio Pereira
Rogério Fonseca
Alfredo Silva
Guilherme Silva
João Cordeiro

SETORES DE ATIVIDADE

CONCESSÕES E SERVIÇOS

Rogério Fonseca

Facilities Management
Rodolfo Valentim
Mariana Coimbra

Educação
Helena Teixeira Duarte

IMOBILIÁRIA

Alfredo Silva
Guilherme Silva
David Cardoso
João Esteves
João Nuno Santos

HOTELARIA

Luís Vicente
Cláudia Bazílio

DISTRIBUIÇÃO

João Cordeiro
Orlando Preguiça
Bernardo Ribeiro
Geraldo Junior

AUTOMÓVEL

Luís Vicente
Álvaro Paulino

b) Funcionamento

22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.

Considerando o modelo societário escolhido, a composição do Conselho de Administração, o âmbito de atuação descritos no ponto 18., e o facto de as competências e responsabilidades deste órgão não serem delegáveis em quaisquer outros, nem em comissões especializadas ou departamentos, e ainda, o facto de o número de membros que integram esse órgão não ser alargado o suficiente para justificar a estipulação, em regulamento, de regras adicionais de operacionalidade, não foi adotado, pela TD,SA um regulamento de funcionamento, para além das disposições relativas ao funcionamento e organização do Conselho de Administração que resultam dos Estatutos da Sociedade.

Mais se informa que não são utilizados quaisquer mecanismos de inteligência artificial como instrumento de tomada de decisões pelos órgãos sociais.

As competências individuais de cada um dos seus membros são fixadas por deliberação do próprio Conselho de Administração e a sua interligação é mantida de forma regular nos termos legalmente estipulados e considerados bastantes para o efeito.

São sempre elaboradas atas detalhadas das reuniões do Conselho de Administração e dos demais órgãos sociais da TD,SA.

Embora tal não esteja estabelecido nos Estatutos ou noutros mecanismos específicos para o efeito, garante-se que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a informação e colaboradores da Sociedade para a avaliação do desempenho, da situação e das perspetivas de desenvolvimento da Sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do Conselho de Administração, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos.

Sem prejuízo do acima referido, a TD,SA tem em vigor um "Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte", de aplicação obrigatória a todos os respetivos Administradores - sem que, contudo, em parte alguma deste código existam disposições regulamentares de funcionamento dos órgãos sociais ou outras relevantes neste âmbito - que se encontra disponível em:

https://www.teixeiraduarte.pt/wp-content/uploads/2020/12/Codigo-de-Etica-e-Conduta-do-Grupo-TD-05.02.2018.pdf.

23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, às reuniões realizadas.

Durante o exercício de 2024, o Conselho de Administração da TD,SA reuniu 44 vezes.

Para os devidos efeitos, informa-se que a assiduidade de cada um dos membros daquele órgão foi a seguinte:

O Presidente do Conselho de Administração Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte participou em todas as 44 reuniões deste órgão.

A Administradora Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte participou em todas as 44 reuniões deste órgão.

A Administradora Isabel Maria Nunes Correia Teixeira Duarte participou em todas as 44 reuniões deste órgão.

O Administrador Sérgio Paulo Reis Pereira participou em todas as 44 reuniões deste órgão.

O Administrador Paulo Alfredo de Carvalho Serradas participou em 42 reuniões deste órgão. Nas 2 reuniões em que não pôde estar presente, a sua falta foi previamente anunciada e justificada por outros compromissos profissionais antes assumidos, tudo em articulação com os demais membros do Conselho.

24. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

O órgão competente para a avaliação do desempenho dos Administradores da Sociedade é a Assembleia Geral a qual, nos termos do disposto no n.º 1 do Artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, procede anualmente à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade.

O Conselho Fiscal acompanha, nos termos previstos e descritos neste documento, a atuação do Conselho de Administração, acautelando o cumprimento de uma série de matérias e emitindo um parecer anual sobre o relatório e contas que submete à apreciação dos Senhores acionistas em Assembleia Geral.

Adicionalmente, a Comissão de Remunerações procede à avaliação da atividade desenvolvida por cada um dos Administradores, para efeitos de fixação da respetiva remuneração, tendo por base a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização da TD,SA (Política de Remuneração) aprovada em Assembleia Geral de 23 de maio de 2022.

Mais se informa que, em função do modelo organizativo e funcional estabelecido entre os diversos órgãos sociais, se entendeu que não se justifica criar outra Comissão, para além da Comissão de Remunerações, para efeitos de assegurar uma competente e independente avaliação de desempenho dos Administradores e do seu próprio desempenho global.

Com efeito, atendendo ao modelo adotado e à estrutura e composição dos membros dos Órgãos Sociais, tais funções encontram-se expressamente cometidas à Assembleia Geral, ao Conselho Fiscal e à Comissão de Remunerações, nos termos acima indicados.

Do mesmo modo e pelas mesmas razões, se entendeu que não se justifica criar outra Comissão para refletir sobre o sistema, estrutura e as práticas de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.

Estas atribuições são desempenhadas por cada um dos Órgãos Sociais, que conseguem identificar eventuais constrangimentos e dificuldades com que se tenham deparado, do mesmo modo que vão colaborando entre si na avaliação do modelo de governo da Sociedade adotado, reportando e ultrapassando eventuais dificuldades de funcionamento e interligação.

Em última análise, a avaliação global da atuação dos órgãos sociais caberá sempre aos Senhores acionistas em Assembleia Geral.

25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

Não existem critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos Administradores Executivos.

Com efeito, todos os Administradores são avaliados de acordo com a respetiva prestação durante o exercício, tendo por base os objetivos fixados e atingidos em cada exercício, os resultados da Sociedade e diversos outros parâmetros que, pela sua diversidade e variação ao longo dos anos, se entende que não deverão ser taxativos, mas sim adaptáveis às circunstâncias de cada período e de cada situação concreta, tendo por base a Política de Remuneração.

A este propósito, remete-se para a Política de Remunerações dos órgãos sociais reproduzida *infra* no ponto 69.

26. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

Todos os membros do Conselho de Administração têm a disponibilidade adequada ao exercício das funções inerentes ao cargo que exercem na TD,SA, enquanto sociedade de topo do Grupo, que gere as suas participações e aprecia as respetivas atuações, não tomando decisões diretas nem exercendo poderes de gestão sobre o desenvolvimento da atividade dessas entidades.

Cumpre a este propósito referir que:

- Alguns membros do Conselho de Administração têm funções e cargos sociais em outras entidades do Grupo, relativamente às quais exercem a direção e os poderes de gestão com proximidade e responsabilidade direta na atuação das mesmas.
- O Presidente do Conselho de Administração Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte, assim como os administradores Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte, Isabel Maria Nunes Correia Teixeira Duarte e Paulo Alfredo de Carvalho Serradas, desempenham cargos sociais noutras entidades fora do Grupo Teixeira Duarte sem auferirem remuneração e a Administradora Isabel Maria Nunes Correia Teixeira Duarte tem ainda vínculo profissional numa entidade fora do Grupo, sem que em ambos os casos estejam sujeitos a qualquer situação que obste à sua disponibilidade total para o desempenho do cargo de membro do Conselho de Administração da TD,SA.

Administrador: Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

- Presidente do Conselho de Administração da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.;
- Presidente do Conselho de Administração da C+PA – Participações e Investimentos, S.A.;
- Presidente do Conselho de Administração da IMOTD - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.;
- Presidente do Conselho de Administração da TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.;
- Presidente do Conselho de Administração da TDH - Sociedade Gestora de Participações, S.A.;
- Presidente do Conselho de Administração da TDO - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.;
- Presidente do Conselho de Administração da TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.;

- Presidente do Conselho de Administração da Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.;
- Presidente do Conselho de Administração da Teixeira Duarte – Madeira, S.A.;
- Presidente do Conselho de Administração da Administrador da EI01 – Empresa de Serviços Intragrupo, S.A.;
- Administrador da CPM - Companhia de Parques de Macau, SA.;
- Administrador da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Macau), Limitada;
- Administrador na AEBT – "AUTO-ESTRADAS do BAIXO TEJO, S.A.

Em 31 de dezembro de 2024 desempenhava o seguinte cargo noutra sociedade fora do Grupo Teixeira Duarte:

- Presidente do Conselho de Administração da Teixeira Duarte 1886, S.A.

Administradora: Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte

Em 31 de dezembro de 2024, desempenhava os seguintes cargos fora do Grupo Teixeira Duarte:

- Gerente da Várzea Abastada, Lda.

Administradora: Isabel Maria Nunes Correia Teixeira Duarte

Em 31 de dezembro de 2024, desempenhava os seguintes cargos fora do Grupo Teixeira Duarte:

- Administradora da Teixeira Duarte 1886, S.A.
- Investigadora do Católica Research Centre for the Future of Law.
- Gerente da Wonderbay, Sociedade Unipessoal, Lda.

Administrador: Sérgio Paulo Reis Pereira

Em 31 de dezembro de 2024, desempenhava os seguintes cargos noutras sociedades dentro do Grupo Teixeira Duarte:

- Administrador da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.;
- Administrador da Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.;
- Administrador da C+PA - Participações e Investimentos, S.A.;
- Administrador da E.P.O.S. - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.;
- Administrador da ESTA - Gestão de Hotéis, S.A.;
- Administrador da LAGOAS HOTEL, S.A.;
- Administrador da SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.;
- Administrador da TDHC – Instalações para Desporto e Saúde, S.A.;
- Administrador da TDO - Investimento e Gestão, S.A.;
- Administrador da TDO - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.;
- Administrador da TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.;
- Administrador da TDH – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.;
- Administrador da Teixeira Duarte Construction Services, LLC;
- Administrador da Teixeira Duarte – Madeira, S.A.;
- Administrador da TD VIA – Sociedade Imobiliária, S.A.;
- Administrador da IMOTD – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.;
- Administrador da EI01 – Empresa de Serviços Intragrupo, S.A.;
- Gerente da DPLG - Desenvolvimento do Terminal Especializado de Contentores do Porto de La Guaira, Sociedade Unipessoal;
- Gerente da TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Macau), Lda.;
- Gerente da ADVANTAGE – Distribuição de Seguros, Lda.;
- Gerente da MALANGA - Investimentos Imobiliários, Unipessoal, Lda.

Administrador: Paulo Alfredo de Carvalho Serradas

Em 31 de dezembro de 2024, desempenhava os seguintes cargos noutras sociedades dentro do Grupo Teixeira Duarte:

- Administrador da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.;
- Administrador da Teixeira Duarte – Madeira, S.A.;
- Administrador da E.P.O.S. - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.;
- Administrador da SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.;

- Gerente da DPLG - Desenvolvimento do Terminal Especializado de Contentores do Porto de La Guaira, Sociedade Unipessoal;
- Presidente do Conselho de Administração do DOURO LITORAL, ACE;
- Administrador no METROLIGEIRO – CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS, ACE;
- Administrador na AEBT – AUTO-ESTRADAS DO BAIXO TEJO, S.A.

Em 31 de dezembro de 2024, era titular dos seguintes cargos noutras sociedades fora do Grupo Teixeira Duarte:

- Gerente de SALPAC – Compra e Venda de Imóveis, Lda.;
- Gerente de SOPRO MATINAL, Lda.;
- Gerente de SALPAPE – Mediação Imobiliária, Lda.

c) Comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores-delegados

27. Identificação das comissões criadas no seio, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento.

Não existem, atualmente, quaisquer Comissões específicas em matéria de administração ou fiscalização, nem mesmo a Comissão Executiva prevista poder ser constituída ao abrigo do Artigo 20.º dos Estatutos.

Considerando a natureza familiar da Sociedade, a concentração na estrutura de capital, o número de membros do Conselho de Administração e o facto de não existirem administradores não executivos, uma vez que todos desempenham funções inerentes ao cargo numa sociedade que, sendo a de topo do Grupo, gere as suas participações e aprecia as respetivas atuações, não tomando decisões diretas nem exercendo poderes de gestão sobre o desenvolvimento da atividade dessas entidades, dispensa-se, neste caso, a criação de quaisquer comissões, nomeadamente para acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes.

Realça-se que o Grupo Teixeira Duarte é constituído por sociedades autónomas que designam os seus próprios quadros dirigentes cabendo à TD,SA a designação dos órgãos societários das suas participadas diretas, tarefa desempenhada pelo Conselho de Administração, o que não justifica a criação de uma Comissão de Nomeações.

Por não estar constituída qualquer comissão de nomeações, não se aplica à TD,SA a Recomendação VI.3.3.

28. Composição, se aplicável, da comissão executiva e/ou identificação de administrador(es) delegado(s).

Considerando que não existe uma Comissão Executiva, nem Administradores-Delegados, a presente regra não é aplicável à TD,SA.

29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.

Considerando que não existem comissões criadas no seio do Conselho de Administração, conforme referido em 27. supra, a presente regra não é aplicável à TD,SA.

III. FISCALIZAÇÃO

(Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria ou Conselho Geral e de Supervisão)

a) Composição

30. Identificação do órgão de fiscalização (Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria ou Conselho Geral e de Supervisão) correspondente ao modelo adotado.

O modelo societário adotado é o habitualmente designado por latino reforçado, tendo-se optado, nessa medida, pela designação de um Conselho Fiscal, como órgão de fiscalização.

31. Composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação, e data do termo de mandato de cada membro, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº18.

Ao abrigo do disposto no Artigo 24.º dos Estatutos da TD,SA, o Conselho Fiscal é constituído, necessariamente, por três membros efetivos e um suplente, os quais deverão obedecer aos requisitos e disporão dos poderes estabelecidos na lei. A Assembleia Geral, ao eleger tal Conselho, designará obrigatoriamente, de entre eles, o membro que exercerá as funções de Presidente.

À semelhança dos demais membros dos órgãos sociais e nos termos do n.º 2 do Artigo 10.º dos Estatutos da Sociedade, os membros do Conselho Fiscal são eleitos pela Assembleia Geral, pelo sistema de listas, por períodos de quatro anos, coincidindo com os exercícios sociais, podendo ser reconduzidos uma ou mais vezes, nos termos e com os limites legalmente estabelecidos.

Atualmente, o Conselho Fiscal é composto pelos seguintes membros:

Presidente:
Ana Cristina Louro Ribeiro Doutor Simões

Vogais:
João Salvador dos Santos Matias
Carlos Manuel Bastos Rodrigues

Suplente:
Pedro Miguel Amador Fonseca

Todos os identificados membros do Conselho Fiscal foram eleitos em Assembleia Geral de 24 de maio de 2023, para exercerem as respetivas funções nesse órgão durante o quadriénio 2023/2026.

A Presidente do Conselho Fiscal foi eleita pelos Senhores Acionistas em 27 de maio de 2019 como Vogal desse órgão, tendo, após findo tal mandato, sido eleita como Presidente do Conselho Fiscal na referida Assembleia Geral Anual de 24 de maio de 2023 para o mandato 2023/2026.

O Vogal do Conselho Fiscal João Salvador dos Santos Matias, foi designado pela primeira vez na Assembleia Geral Anual de 27 de maio de 2019, para exercer funções durante o quadriénio 2019/2022, tendo sido reeleito para o mesmo cargo na Assembleia Geral de 24 de maio de 2023 para o mandato 2023/2026.

O Vogal do Conselho Fiscal Carlos Manuel Bastos Rodrigues foi eleito pela primeira vez em Assembleia Geral de 24 de maio de 2023, para exercer funções no mandato de 2023/2026.

O Suplente do Conselho Fiscal Pedro Miguel Amador Fonseca foi eleito pela primeira vez em Assembleia Geral de 24 de maio de 2023 para o mandato de 2023/2026.

Acrescente-se que todos eles possuem as competências adequadas para o exercício das respetivas funções, conforme *infra* descrito no ponto 33.

O atual Conselho Fiscal da TD,SA, eleito em Assembleia Geral que se realizou em 24 de maio de 2023, integra na sua composição uma mulher, que representa 33,33% dos membros efetivos do Conselho Fiscal em exercício de funções, pelo que a TD,SA se encontra a cumprir os critérios e requisitos de equilibro de género relativamente aos membros do Conselho Fiscal.

Não foram eleitos desde então quaisquer outros membros do Conselho Fiscal ou dos demais órgãos sociais.

É, ainda, de referir que a TD,SA reconhecendo as vantagens decorrentes da diversidade na composição dos seus Órgãos de Administração e Fiscalização, nomeadamente em termos de idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais aprovou em Assembleia Geral de 26 de maio de 2018, a Política de Diversidade da TD,SA, que se encontra em vigor e que define critérios para a seleção e nomeação dos órgãos sociais da Sociedade (onde se inclui o Conselho Fiscal).

Atendendo à dimensão da Sociedade e aos riscos inerentes à atividade desta a TD,SA considera que o número de membros do Conselho Fiscal, correspondente a mais de metade dos administradores da TD,SA, é adequado e suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhe estão cometidas.

32. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do Artigo 414.º, n.º 5 CSC, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º19.

Todos os atuais membros do Conselho Fiscal cumprem integralmente os requisitos de independência, sendo que não se verifica qualquer incompatibilidade para o exercício do respetivo cargo por cada um deles, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais.

Os factos referidos no parágrafo anterior são objeto de averiguação periódica em relação a cada um dos membros do Conselho Fiscal.

33. Qualificações profissionais, consoante aplicável, de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros elementos curriculares relevantes, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº21.

As qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes dos membros do Conselho Fiscal são os que se descrevem de seguida:

Ana Cristina Louro Ribeiro Doutor Simões (Presidente do Conselho Fiscal)

Formação académica em Organização e Gestão de Empresas, tendo desenvolvido a sua atividade profissional desde 1987, na área de auditoria financeira *e de governo das sociedades, nomeadamente no exercício de funções como membro de órgãos de fiscalização*.

Da sua experiência profissional podem destacar-se duas grandes áreas de atuação:

Auditoria financeira externa e fiscalização de entidades: desenvolvida como colaboradora da Ernst & Young Limitada até 1997, no exercício da Revisão de Contas em nome individual até 2004 e como sócia fundadora da Ana Gomes & Cristina Doutor, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. até 2018. Exerceu funções como Secretária-Geral da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas de 2009 a 2020. Atualmente mantém a sua inscrição como Revisora Oficial de Contas, individual, e exerce cargos em órgãos de fiscalização.

Formação: tem lecionado a matéria de auditoria financeira e outras matérias relacionadas, em diferentes cursos superiores (incluindo a colaboração com o Instituto Militar dos Pupilos do Exército e a colaboração com a Universidade Católica Portuguesa) e em diversas ações de formação profissionais, onde se destaca a sua colaboração com a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

João Salvador dos Santos Matias (Vogal do Conselho Fiscal)

- Licenciatura em Gestão e Organização de Empresas pelo Instituto Superior de Economia (1978)
- Atualmente está aposentado.

Carlos Manuel Bastos Rodrigues

Formação académica em auditoria, com licenciatura do ISCAL, tendo desenvolvido a sua atividade profissional desde 1999, na área de auditoria financeira, como membro do Departamento Técnico da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) e posteriormente, de 2006 a 2020 como Diretor Técnico desse mesmo departamento. Nestas funções, foi membro de várias comissões técnicas internacionais, relacionados com auditoria, nomeadamente na Comissão Europeia e na Accountancy Europe.

Da sua experiência profissional podem destacar-se duas grandes áreas de atuação:

• Auditoria financeira externa e fiscalização de entidades: desenvolvido como sócio fundador da Cascais & Rodrigues, SROC, de 2008 a 2015, e posteriormente na Pontes, Baptista & Associados de 2015 até hoje.

• Consultoria financeira: desenvolvido como sócio fundador, desde 2015 até hoje, da Numeric Consulting Group.

Formação: tem lecionado a matéria de auditoria financeira e outras matérias relacionadas, em diferentes cursos, em colaboração com a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e organismos congéneres de Angola, Moçambique e Cabo Verde.

Pedro Miguel Amador Fonseca (Suplente do Conselho Fiscal)

Revisor Oficial de Contas em Portugal, registado na OROC com o n.º 2006 e na CMVM com o n.º 20210021.
Atualmente exerce os seguintes cargos:

- Sócio da sociedade de Revisores Oficiais de Contas Pedro Fonseca & Associados, SROC, Lda.
- Vogal do Conselho Fiscal da Patris, SGFTC, S.A.
- Vogal do Conselho Fiscal da Ernst & Young, Audit & Associados, SROC, Lda.
- Vogal do Conselho Fiscal da Ernst & Young, S.A.

- Vogal do Conselho Fiscal da Ernst & Young, S.A.
- Suplente do Conselho Fiscal da Via Directa – Companhia de Seguros, S.A.
- Suplente do Conselho Fiscal da Companhia Portuguesa de Resseguro, S.A.

b) Funcionamento

34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº24.

Conforme acima descrito no n.º 22 do presente Relatório, não existe qualquer regulamento de funcionamento dos órgãos sociais, nem são utilizados quaisquer mecanismos de inteligência artificial como instrumento de tomada de decisões pelos órgãos sociais.

Sem prejuízo do acima referido, informa-se que por deliberação do Conselho de Administração da TD,SA, se encontra em vigor o "Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte", de aplicação obrigatória para todos os membros dos órgãos de fiscalização - sem que, contudo, em parte alguma deste código existam disposições regulamentares de funcionamento dos órgãos sociais ou outras relevantes neste âmbito.

35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas, consoante aplicável, de cada membro do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão e da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 25.

Durante o exercício de 2024, o Conselho Fiscal reuniu dez vezes, contando, em todas elas, com a participação de todos os seus membros efetivos.

36. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 26.

Todos os membros do Conselho Fiscal têm a disponibilidade adequada para o desempenho das suas funções na TD,SA, nomeadamente para participação nas reuniões periódicas do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e para o acompanhamento da atividade da Sociedade e da elaboração e publicação dos documentos de prestação de contas, em articulação com atuação da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

De seguida, indica-se os cargos exercidos por cada um dos membros do Conselho Fiscal, em sociedades dentro e fora do Grupo:

Ana Cristina Louro Ribeiro Doutor Simões (Presidente do Conselho Fiscal)

Em 31 de dezembro de 2024, exercia os seguintes cargos:

- Revisora Oficial de Contas (com inscrição ativa, mas sem funções à data de 31.12.2024);
- Monitora em ações de formação profissional na área de auditoria;
- Presidente do Conselho Fiscal da Novartis Farma – Produtos Farmacêuticos, SA;
- Vogal do Conselho Fiscal da LM Capital Wealth Management – Empresa de Investimento SA;
- Vogal do Conselho Geral e de Supervisão da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo.

João Salvador dos Santos Matias (Vogal do Conselho Fiscal)

Em 31 de dezembro de 2024, não exercia funções em quaisquer outras sociedades.

Carlos Manuel Bastos Rodrigues (Vogal do Conselho Fiscal)

Até 31 de dezembro de 2024, exercia, ou exerceu, os seguintes cargos:

- Sócio da NUMERIC CONSULTING GROUP (desde 2015);
- Sócio da PONTES, BAPTISTA & ASSOCIADOS, SROC, LDA (desde 2015);
- Sócio da CASCAIS, RODRIGUES & ASSOCIADOS, SROC, LDA (de 2008 a 2015);
- Sócio da BTOC, SA (de 2011 a 2015);

- Formador de módulos de Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (Portugal, Angola, Moçambique e Cabo Verde) (desde 2010);
- Representante de Portugal no Audit and Assurance Policy Group da Accountancy Europe (de 2006 a 2020);

Pedro Miguel Amador Fonseca (Suplente do Conselho Fiscal):

Até 31 de dezembro de 2024, exercia os seguintes cargos:

- Sócio da sociedade de Revisores Oficiais de Contas Pedro Fonseca & Associados, SROC, Lda.
- Vogal do Conselho Fiscal da Patris, SGFTC, S.A.
- Vogal do Conselho Fiscal da Ernst & Young, Audit & Associados, SROC, Lda.
- Vogal do Conselho Fiscal da Ernst & Young, S.A.
- Vogal do Conselho Fiscal da Ernst & Young, S.A.
- Suplente do Conselho Fiscal da Via Directa – Companhia de Seguros, S.A.
- Suplente do Conselho Fiscal da Companhia Portuguesa de Resseguro, S.A.

c) Competências e funções

37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo.

A prestação pelo auditor externo de serviços adicionais, consistiu na adoção dos procedimentos necessários com vista à emissão do Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade sobre o Relato de Sustentabilidade Consolidado, reportado ao período findo em 31 de dezembro de 2024. A prestação dos referidos serviços foi objeto de proposta e pedido de aprovação ao órgão de fiscalização, em 11 de novembro de 2024, tendo sido aprovada.

38. Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.

Os órgãos de fiscalização não exercem outras funções que não as acima descritas e legalmente definidas.

IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa.

O cargo de revisor oficial de contas é exercido pela "Moore Stephens & Associados – SROC, SA", representada por Ana Patrícia Correia Monteiro Varela.

40. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da Sociedade e/ou grupo.

A referida "Moore Stephens & Associados – SROC, SA", foi eleita na Assembleia Geral de 30 de maio de 2015, tendo sido reeleita, para o mandato 2019-2022, na Assembleia Geral de 27 de maio de 2019 e novamente reeleita para o Biénio 2023/2024 na Assembleia Geral de 24 de maio de 2023. No termo do mandato em curso, a sociedade de revisores oficiais de contas perfaz 10 anos de exercício consecutivo de funções exercidas junto do grupo.

41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à Sociedade.

Para além da revisão legal de contas e auditoria, e dos serviços adicionais a que se refere o ponto 37, o revisor oficial de contas não prestou quaisquer outros serviços adicionais.

V. AUDITOR EXTERNO

42. Identificação do auditor externo designado para os efeitos do Artigo 8.º e do sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM.

O auditor externo designado, nos termos do Artigo 8.º do CVM, é a sociedade de revisores oficiais de contas "Moore Stephens & Associados – SROC, SA", agora representada por Ana Patrícia Correia Monteiro Varela, registada na OROC sob o número 173 e na CMVM sob o número 20161476.

43. Indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da Sociedade e/ou do grupo.

O auditor externo "Moore Stephens & Associados – SROC, SA", que se encontra atualmente em funções na TD,SA, foi inicialmente eleito na Assembleia Geral de 30 de maio de 2015, tendo sido sucessivamente reeleito até ao termo do mandato em curso. A sócia revisora oficial de contas que a representa exerce as suas funções desde o exercício de 2022.

44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções.

Não existe uma política definida sobre a rotatividade do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções**.**

A TD,SA adota as regras de rotação previstas no Artigo 17.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e, ainda, no Artigo 54.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, na redação dada pela Lei n.º 99-A/2021, de 31 de dezembro.

Refira-se, a este propósito, que o auditor externo em exercício de funções, foi designado pela primeira vez para o mandato de 2015/2018 e reeleito, por uma segunda vez, em Assembleia Geral de 27 de maio de 2019 para o mandato 2019/2022 e novamente reeleito em 24 de maio de 2023 para o biénio 2023/2024, agora em curso.

45. Indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.

O interlocutor principal e primeiro destinatário dos relatórios do auditor externo é o Conselho Fiscal.

A atuação e independência do auditor externo tem vindo a ser avaliada pelo Conselho Fiscal – que obtém do auditor externo e da sua equipa as informações e elementos que entende necessários para o exercício das suas funções – e por todos os demais órgãos sociais da TD,SA numa base anual, sem nunca se ter verificado qualquer circunstância que pudesse motivar a sua destituição ou resolução do contrato de prestação dos seus serviços com justa causa. É ao Conselho Fiscal que compete propor a destituição ou resolução do contrato de prestação de serviços do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, caso venham a ocorrer motivos justificativos, sendo também ele consultado previamente sobre a proposta de remuneração do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, conforme estabelecido na "Política de Remuneração dos órgãos de Administração e Fiscalização da Teixeira Duarte, S.A." – considerando-se assim parcialmente cumprida a Recomendação VIII.2.2.(2).

O Conselho de Administração da TD,SA, e os serviços dele dependentes têm vindo a assumir o compromisso de zelar para que sejam asseguradas todas as condições adequadas à prestação dos serviços por parte do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, dentro da Sociedade, uma vez que estes se enquadram diretamente na estrutura operacional da TD,SA e dispõem dos meios físicos, da informação e documentação necessária para proporcionarem ao Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas as condições adequadas para o exercício das suas funções.

De igual forma, também o Conselho Fiscal tem a competência de zelar para que sejam asseguradas, por parte da Sociedade, as condições adequadas à prestação de serviços por parte do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, acompanhando o seu trabalho e disponibilizando-se para solicitar ao Conselho de Administração da TD,SA ou aos serviços dele dependente quaisquer recursos ou elementos que o Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas entenda apropriado para executar com eficácia as suas funções.

46. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a Sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.

Exceto quanto ao referido no ponto 37, informa-se que nem o Auditor Externo, nem quaisquer outras entidades que com ele se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, prestaram à TD,SA serviços diversos dos serviços de auditoria.

47. Indicação do montante da remuneração anual paga pela Sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços (Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873, de 16 de maio):

A retribuição paga pela Sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede é determinada em função do volume e natureza dos serviços prestados no âmbito das atribuições que lhe são conferidas nos termos da Lei e dos Estatutos.

Pela Sociedade		
Valor dos serviços de revisão de contas	73 500,00	80,3%
Valor dos serviços de garantia limitada de fiabilidade	18 000,00	19,7%
Valor dos serviços de consultoria fiscal	-	-
Outros serviços que não de revisão legal de contas	-	-

Por entidades que integram o Grupo		
Valor dos serviços de revisão de contas	323 950,00	100,00%
Valor dos serviços de garantia limitada de fiabilidade	-	-
Valor dos serviços de consultoria fiscal	-	-
Outros serviços que não de revisão legal de contas	-	-

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. ESTATUTOS

48. Regras aplicáveis à alteração dos Estatutos da Sociedade (Artigo 29.º-H, n.º 1, al. h)).

Não existem regras específicas para eventuais alterações dos Estatutos da Sociedade, aplicando-se o regime geral previsto no Código das Sociedades Comerciais, em especial os termos constantes dos seus Artigos 85.º, 383.º, n.º 2 e 386.º.

II. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na Sociedade.

Em 2018, com a aprovação do "Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte" a política de comunicação de alegadas irregularidades foi ajustada, no âmbito do reforço do sistema de *compliance* que já vinha sendo desenvolvido pela Sociedade.

O referido Código tem como objetivo orientar a conduta profissional e pessoal de todos os colaboradores, independentemente do cargo ou função que desempenhem e vem definir os princípios e valores do Grupo Teixeira Duarte, bem como o procedimento atualmente aplicável à comunicação de irregularidades ocorridas, nas relações internas e externas estabelecidas entre todas as empresas do grupo com os seus *stakeholders*.

Sem prejuízo desses meios, em 17 de agosto de 2022, o Conselho de Administração da TD,SA aprovou a "Política de Comunicação de Irregularidades do Grupo Teixeira Duarte" que visa concretizar as disposições previstas sobre a matéria no Código de Ética e Conduta em vigor dentro do Grupo Teixeira Duarte, e que foi elaborada em linha com o Decreto-Lei n.º 109-E/2021, a Lei 93/2021 e com as recomendações do Código de Governo Societário do Instituto Português de *Corporate Governance* que prevê, na sua Recomendação II.2.4. (1), a adoção por parte da TD,S.A de uma Política de Comunicação de Irregularidades.

Esta Política de Comunicação de Irregularidades tem os seguintes objetivos:

a) Definição do modo de receção, controlo e tratamento de denúncias de irregularidades, na forma falada ou escrita, da prática de irregularidades em que estejam alegadamente envolvidas Empresas do Grupo Teixeira Duarte, seja em situações de incumprimento do Código de Ética e Conduta ou/e Regulamentos internos, seja em situações de incumprimento de disposições legais, nomeadamente de prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, abuso de informação privilegiada, fraude ou corrupção no desempenho das atividades profissionais por parte dos Colaboradores ou quaisquer Terceiros que colaborem com Empresas do Grupo Teixeira Duarte.

b) Assegurar a adoção de medidas de prevenção e combate a práticas indevidas, cumpridas as exigências técnicas e jurídicas aplicáveis à salvaguarda dos direitos das pessoas afetadas.

Para o efeito, e cumprindo com a sua Política de Comunicação de Irregularidades e o seu Código de Ética e Conduta, o Grupo Teixeira Duarte tem implementado um Canal de Ética, que permite a comunicação dos factos relacionados com a corrupção, bem como qualquer outro incumprimento que possa envolver a prática de ato ilícito, encontrando-se previsto um procedimento que estabelece o modo de efetuar a comunicação, o controlo e o tratamento de denúncias recebidas na estrutura empresarial como medida de prevenção e combate a práticas indevidas que, caso estes assim o entendam, garante o anonimato dos denunciantes.

O designado Canal de Ética do Grupo Teixeira Duarte é composto das seguintes alternativas para o registo de denúncias ou irregularidades:

i. Canal de denúncias (*IntegrityLog*), sendo uma plataforma de um fornecedor externo gerida por uma equipa interna, que permite a comunicação de irregularidades de forma anónima, caso seja esse o entendimento do denunciante e está disponível em https://www.teixeiraduarte.pt/grupo/canal-de-etica/;
ii. Correspondência dirigida ao Conselho de Administração ou ao Conselho Fiscal da TD,S.A.;
iii. Mensagem de correio eletrónico para o endereço compliance@teixeiraduarte.com, com acesso exclusivo da Equipa de Ética;
iv. Mensagem de correio eletrónico para o endereço conselhofiscal@teixeiraduarte.com, com acesso exclusivo dos membros do Conselho Fiscal.

A Política de Comunicação de Irregularidades destina-se a todos os Administradores, Trabalhadores, Outros Representantes da Empresa, Terceiros, Acionistas, Clientes e outros Stakeholders e foi aprovada pela TD,S.A., enquanto sociedade cotada de topo do Grupo Teixeira Duarte, ou seja, para ser aplicada a si e extensível a todas as entidades integradas no seu perímetro de consolidação e âmbito de gestão.

A Sociedade garante a confidencialidade e o anonimato das comunicações recebidas, a ausência de quaisquer represálias aos denunciantes por denúncias de boa-fé e a proteção dos dados pessoais do denunciante e do suspeito da prática da infração. As represálias praticadas contra os denunciantes são condenadas pela Sociedade e poderão dar lugar a processos disciplinares levantados aos seus autores e às pessoas que permitiram estas represálias.

A Política de Comunicação de Irregularidades em vigor no Grupo Teixeira Duarte poderá ser consultada aqui https://www.teixeiraduarte.pt/grupo/canal-de-etica/.

Acresce que se encontra em vigor o Procedimento Geral para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho, no qual se estabelecem os princípios de atuação e os procedimentos que se consideram adequados à prevenção e ao combate ao assédio em contexto laboral dentro do Grupo Teixeira Duarte, a observar por todas as pessoas que dele fazem parte, tornando o Procedimento um instrumento autorregulador e a expressão de uma política ativa que visa evitar, identificar, eliminar e/ou punir situações suscetíveis de consubstanciar a prática de assédio no local de trabalho. O Procedimento Geral para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho é complementar ao Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte.

Daqui resulta que a TD,SA dispõe de mecanismos de deteção e prevenção de irregularidades, em linha com a Recomendação II.2.4., tendo adotado uma Política de Comunicação de Irregularidades que garante meios adequados para a comunicação e tratamento das mesmas, com a salvaguarda da confidencialidade das informações transmitidas e da identidade do transmitente, sempre que tal seja solicitado.

III. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno.

O Conselho de Administração é o órgão responsável pelo apuramento e avaliação dos mais relevantes riscos a que a Sociedade se encontra sujeita, bem como pela promoção das iniciativas necessárias para a respetiva prevenção, competindo-lhe conceber e projetar os sistemas de controlo interno e de gestão de riscos que se revelem necessários e adequados para as diversas situações identificadas, bem como monitorizar a respetiva implementação e acompanhar e avaliar o seu funcionamento, devidamente suportado pelas demais áreas corporativas de controlo que prestam apoio à Sociedade.

Os Serviços de Auditoria Interna do Grupo Teixeira Duarte têm vindo a desempenhar um papel fundamental em matéria de implementação de sistemas de controlo interno.

A 31 de dezembro de 2024, estes serviços contavam com cinco colaboradores de empresas do Grupo Teixeira Duarte e encontravam-se na dependência hierárquica e funcional do Presidente do Conselho de Administração Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte, sendo que a coordenação destes trabalhos foi também articulada em reuniões com a participação dos demais membros do Conselho de Administração e dos Órgãos de Fiscalização.

Destaque-se ainda no âmbito do Sistema de *Compliance* implementado no Grupo Teixeira Duarte, a nomeação, em 2021, de um *Chief Compliance Officer* que tem como missão implementar o Programa de *Compliance* do Grupo Teixeira Duarte para promover, dentro do Grupo (i) o cumprimento dos normativos legais, regulamentares e internos, (ii) a correta identificação e avaliação dos respetivos riscos inerentes às atividades desenvolvidas pelas empresas do Grupo e (iii) o desenvolvimento de medidas eficientes para cumprimento dos aludidos normativos e para mitigação dos respetivos riscos, estabelecendo diretrizes para análise da realidade, tratamento e reporte das informações, definir âmbitos de atuação e respetivos meios e posterior monitorização dos resultados e promover as necessárias revisões de tais medidas.

Já desde 2022 que – demonstrando o compromisso do Grupo Teixeira Duarte relativamente a estas matérias – foi autonomizada uma nova área corporativa dedicada ao *Compliance,* que tem como responsável direto o *Chief Compliance Officer* da TD,SA.

Nesse mesmo ano, foi também designado o Responsável pelo Cumprimento Normativo da Teixeira Duarte, S.A., de acordo com o estabelecido no Artigo 5º do Decreto- Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, sendo responsável pela adoção e implementação *(i)* do programa de cumprimento normativo, *(ii)* do plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas, *(iii)* do Código de Ética e Conduta, (iv) do programa de formação relativamente a estas matérias, e *(v)* do canal de denúncias, a fim de se prevenirem, detetarem e sancionarem atos de corrupção e infrações conexas, levados a cabo, contra ou através do Grupo Teixeira Duarte.

Em 2023, a TD,SA implementou um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e de Infrações Conexas (PPR) para toda a organização e atividade do Grupo Teixeira Duarte, que abrange todas as entidades que se encontram em relação de grupo.

O PPR foi elaborado tendo em conta as realidades de atuação, tanto geográficas como setoriais, das empresas que constituem o Grupo Teixeira Duarte, o qual visa identificar e classificar os riscos e situações que possam expor as entidades do Grupo Teixeira Duarte a atos de corrupção e infrações conexas e, ainda, estabelecer e implementar um conjunto de medidas e procedimentos assentes na Política de Conduta Empresarial, no Código de Ética e Conduta e na Missão e Valores da Teixeira Duarte, com vista a assegurar com maior eficácia e evidência o cumprimento da lei e das normas internas, permitindo reduzir a probabilidade de ocorrência e o impacto dos riscos e situações identificados, contribuindo com um clima de integridade e de cultura ética no desenvolvimento da atividade do Grupo Teixeira Duarte.

Complementarmente, contribuem também para o controlo interno, as Equipas de Sistemas de Gestão, que incluem nas suas funções assegurar que as Políticas do Grupo são cumpridas, implementando, neste âmbito, também critérios de supervisão, efetivando a correspondente formação e executar, anualmente, o programa de auditoria no âmbito do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR).

O Conselho Fiscal acompanha estes processos, tendo oportunidade de se pronunciar sobre os riscos identificados, bem como sobre as iniciativas promovidas pelo Conselho de Administração, avaliando as estratégias definidas, acompanhando a sua execução e fiscalizando a eficácia dos sistemas de controlo interno, de auditoria interna e de *compliance*, estando presente nas reuniões mensais do Conselho de Administração acompanhando o trabalho desenvolvido pelo Revisor Oficial de Contas e desenvolvendo as ações que entende pertinentes.

51. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da Sociedade.

Auditoria Interna

Desde a sua criação e até 2019, no âmbito da orgânica do Grupo Teixeira Duarte, os Serviços de Auditoria Interna sempre se encontraram na dependência hierárquica do Conselho de Administração e sempre reportaram funcionalmente ao Administrador titular do pelouro da área financeira.

Desde 2021, o Responsável pela Auditoria Interna passou a reportar funcionalmente e administrativamente ao seu Presidente do Conselho de Administração, assegurando a independência do departamento de Auditoria Interna da TD,SA.

O Conselho Fiscal procede ao acompanhamento dos trabalhos efetuados pelos Serviços de Auditoria Interna, realizando as reuniões que entende necessárias para o efeito e procedendo à análise dos trabalhos realizados ou em curso com a profundidade e na forma que considere adequado nas circunstâncias. Em consequência, delibera a emissão de recomendações formais sempre que julgue haver matéria para o efeito.

Em consonância com a alteração referida quanto ao reporte ao Conselho de Administração, foi também revisto o sistema de comunicação com o Conselho Fiscal, que passou a ter acesso a uma plataforma interna direta do Serviço de Auditoria Interna onde são disponibilizados, numa periodicidade mensal, todos os relatórios emitidos pelo departamento, para que o Conselho Fiscal possa acompanhar os trabalhos e, como resulta das Recomendações n.º VII.10 e VII.11 e possa, também, fiscalizar a eficácia dos sistemas de controlo interno, gestão de riscos e auditoria interna, como resulta do Artigo 420. n.º 1, alínea i) do Código das Sociedades Comerciais.

Tal modelo tem-se vindo a revelar adequado uma vez que é facilitada a comunicação, colaboração e troca de informações entre as várias áreas enquadradas na estrutura organizativa da Sociedade, sem que, reitere-se, a isenção de nenhum deles seja alguma vez posta em causa, permitindo que o Conselho Fiscal tenha também um papel interventivo.

Chief Compliance Officer e Área Corporativa de Compliance

O *Chief Compliance Officer*, designado pelo Conselho de Administração em 2021, responde funcionalmente ao Conselho de Administração e tem como principais objetivos implementar um Programa de *Compliance* para promover, dentro do Grupo Teixeira Duarte (i) o cumprimento dos normativos legais, regulamentares e internos, (ii) a correta identificação e avaliação dos respetivos riscos inerentes às atividades desenvolvidas pelas empresas do Grupo Teixeira Duarte e (iii) o desenvolvimento de medidas eficientes para cumprimento dos aludidos normativos e para mitigação dos respetivos riscos, estabelecendo diretrizes para análise da realidade, tratamento e reporte das informações, definir âmbitos de atuação e respetivos meios e posterior monitorização dos resultados e promover as necessárias revisões de tais medidas.

Em 2022, face à crescente importância da temática do *Compliance* e em linha com o compromisso assumido pelo Grupo Teixeira Duarte, foi autonomizada a área corporativa de *Compliance*, que responde funcionalmente ao Presidente do Conselho de Administração e tem como responsabilidades (i) o acompanhamento e a avaliação regular da adequação e da eficácia das medidas e procedimentos adotados para detetar qualquer risco de incumprimento das obrigações legais e deveres a que o Grupo Teixeira Duarte se encontra sujeito, bem como das medidas tomadas para corrigir eventuais deficiências no respetivo cumprimento, (ii) a prestação de aconselhamento aos órgãos de administração e de gestão, para efeitos do cumprimento das obrigações legais e dos deveres a que o Grupo Teixeira Duarte se encontra sujeito, e (iii) a prestação imediata aos órgãos de administração de informação sobre quaisquer indícios de violação de obrigações legais, de regras éticas e de conduta, de relacionamento com clientes ou de outros deveres que possam fazer incorrer o Grupo Teixeira Duarte ou os seus colaboradores num ilícito de natureza contraordenacional ou criminal.

Em 2023, foi integrada na área corporativa de *Compliance*, a temática relativa à Proteção de Dados, passando a ser da sua responsabilidade a prestação de esclarecimentos às diversas áreas do Grupo Teixeira Duarte conforme as suas necessidades, bem como o apoio ao controlo efetivo do seu cumprimento normativo, tendo em consideração a complexidade e o regime sancionatório associado a esta matéria.

Como resultado desta integração, em 2024 foi disponibilizado um novo "Sistema de Gestão de Proteção de Dados", composto por uma Política Geral, um Manual de Procedimentos, bem como vários Procedimentos Gerais, os quais têm como objetivo tornar a temática do Regulamento Geral da Proteção de Dados (RGPD) mais simples, intuitiva e acessível a todos os colaboradores do Grupo Teixeira Duarte.

Ainda em 2023, foi implementado um sistema de reuniões periódicas entre o Conselho Fiscal e a área corporativa de *Compliance*, onde são expostas a atividade, a evolução e os resultados alcançados por esta área, bem como os documentos normativos em preparação, sendo solicitado ao Conselho Fiscal parecer prévio em relação a algumas dessas matérias, antes de se apresentar ao Conselho de Administração da TD,SA. para aprovação.

O Conselho Fiscal também obteve acesso à plataforma de *e-learning* do Grupo Teixeira Duarte por forma a serem efetuadas as formações disponibilizadas em matéria de *Compliance*, nomeadamente as formações de Prevenção da Corrupção, do Canal de Ética e da Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho.

52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

Todas as áreas têm responsabilidades no âmbito do controlo de risco e a todas se aplica o Sistema de *Compliance* implementado no Grupo Teixeira Duarte.

Acresce ainda que, cabe à área corporativa de *Compliance* a responsabilidade de realizar a gestão dos riscos associados à corrupção e infrações conexas, através do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR), aprovado em 21 de agosto de 2023, em reunião do Conselho de Administração da TD,SA., em conformidade com o Decreto-Lei nº 109/E, de 9 de dezembro, tendo como base uma matriz de risco onde se encontram identificados os riscos, o grau de probabilidade e os impactos financeiros, operacionais e reputacionais, de diversas áreas do Grupo Teixeira Duarte.

53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a Sociedade se expõe no exercício da atividade.

O Grupo Teixeira Duarte opera em seis setores diferentes de atividade, alguns deles subdivididos por diversas áreas de atuação, em diferentes geografias, com principal destaque para os mercados estratégicos de Portugal, Angola, Brasil e Moçambique. Para cada um desses setores estão definidos objetivos de longo prazo e as respetivas estratégias, tanto de posicionamento operacional como geográfico e organizacional expostos no Relatório de Gestão relativo a este exercício de 2024, nos capítulos IV.1 a IV.6.

O Grupo Teixeira Duarte está sujeito a vários riscos, contudo, tendo em consideração a sua probabilidade de ocorrência, destacam-se como principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que o Grupo se expõe no exercício da sua atividade os seguintes:

- Alterações nas condições económicas e de negócio em Portugal, bem como nas condições económicas e de negócio nas operações do Grupo no estrangeiro, nomeadamente em Angola, Brasil e Moçambique;

- Flutuações e volatilidade das taxas de juro, dos *spreads* de crédito e das taxas de câmbio, bem como disponibilidade de divisas convertíveis nos mercados em que o Grupo opera;

- Alterações nas políticas governamentais;

- Enquadramento regulamentar e financeiro da atividade bancária; e,

- Alterações no ambiente competitivo dos setores de atividade em que o Grupo Teixeira Duarte opera.

Acresce que, a atividade do Grupo Teixeira Duarte está dependente do enquadramento económico e das consequências que determinada situação macroeconómica possa vir a ter nos níveis de confiança dos vários agentes económicos, nos volumes de investimento, exportações e comércio global, bem como nos níveis de emprego e padrões de consumo.

A evolução das áreas de atividade onde o Grupo opera, nomeadamente da área da construção, está historicamente correlacionada, de uma forma mais ou menos direta, com o desempenho macroeconómico dos países ou mercados onde o Grupo Teixeira Duarte atua, designadamente, com a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) e dos respetivos preços de mercado. Deste modo, a atividade do Grupo, bem como os seus resultados, podem ser significativamente afetados pelo desempenho das economias onde o Grupo Teixeira Duarte opera, nomeadamente por efeito do crescimento ou retração do mercado da construção.

Sendo o negócio da construção atividade de referência do Grupo Teixeira Duarte, apresenta-se, de seguida, uma descrição dos principais riscos inerentes ao referido negócio:

O negócio da construção de elevada escala e dimensão envolve uma grande afetação de recursos humanos e materiais, que implica uma estrutura de custos fixos elevada, não só pela necessária aposta nas equipas e na sua formação, mas também pelo investimento significativo que é necessário para a aquisição, manutenção e adaptação de equipamentos.

Os custos associados a muitos dos concursos, tanto na elaboração de propostas, como nos seguros e nas garantias e cauções por vezes necessárias prestar, também constituem outro fator de risco inerente à atividade, sobretudo se atendermos também às penalizações muitas vezes associadas às grandes empreitadas públicas em que o Grupo Teixeira Duarte participa.

Por outro lado, a natureza do serviço prestado implica muitas vezes alterações das circunstâncias inicialmente negociadas, fruto das vicissitudes das empreitadas em causa (alterações climatéricas; descoberta de características de natureza adversas e diferentes do previsto; fenómenos naturais, sociais e económicos resultantes do impacto da obra) e das alterações dos projetos, muitas vezes por novas opções dos donos da obra que obrigam a uma grande agilidade na eficiência da execução das mesmas.

Outro aspeto importante resulta do significativo número de fornecedores de bens e equipamentos e de prestadores de serviços com que o Grupo Teixeira Duarte lida nesta área de atuação e que podem implicar riscos por ações ou omissões a eles imputáveis, incluindo interrupções e atrasos no serviço prestado ou no fornecimento de bens.

Do ponto de vista comercial, a globalização tem viabilizado a entrada de outros grandes grupos construtores nos principais e mais antigos mercados de atuação do Grupo Teixeira Duarte - nomeadamente em Portugal e Angola - obrigando a um maior esforço na apresentação de soluções e propostas, bem como a uma otimização de custos que permita acompanhar a força da competitividade dessas entidades.

As Concessões são normalmente projetos de longo prazo que envolvem cada vez mais vertentes, como as ligadas a projeto, conceção, construção, financiamento e exploração e que, quer por tal complexidade e necessidade de parcerias, quer pela longevidade dos processos, implicam um risco forte na avaliação de ativos e projetos a longo prazo, num mundo cada vez mais dinâmico e com alterações inesperadas.

A atividade Imobiliária do Grupo é afetada pelas exigências para novos projetos que aumentam a vários níveis (administrativo, económico, social, ambiental, entre outros), e por variações da procura decorrentes de efeitos demográficos e da variação das taxas de juro e das disponibilidades de financiamento.

A Hotelaria em Portugal tem sofrido pequenas oscilações, sendo que os hotéis em África estão naturalmente expostos às características dos respetivos países e à concorrência, bem como a uma eventual situação de pandemia.

A Distribuição em Angola está muito exposta às características próprias do país e às dificuldades logísticas de abastecimento, de transporte e de deslocação.

O setor Automóvel está atualmente sujeito a forte concorrência, em particular no mercado de Angola, no qual a competitividade está a aumentar bastante e o investimento efetuado pelo Grupo obriga a uma forte otimização de processos e custos, num mercado que está cada vez mais exigente e muito dependente do acesso a divisas necessárias aos processos de importação.

Os riscos descritos, a ocorrerem, poderão vir a ter um impacto negativo sobre os resultados do Grupo Teixeira Duarte e sobre a sua situação financeira.

A TD,SA encontra-se exposta a riscos de estratégia, existindo a possibilidade de tomar decisões estratégicas inadequadas, de ocorrerem falhas na implementação de decisões ou de se verificar a falta de capacidade de resposta face à evolução das condições de mercado.

O negócio internacional do Grupo Teixeira Duarte representa uma fatia significativa do volume de negócios do Grupo (58,3% do total). Não é possível garantir o pleno sucesso das operações nos mercados externos nos quais o Grupo opera. Adicionalmente, tais operações estão expostas aos riscos cambiais decorrentes de eventuais desenvolvimentos adversos a nível económico nos países em que estão estabelecidas. Estes fatores poderão afetar de forma adversa a atividade, situação posição financeira e resultados do Grupo Teixeira Duarte.

O Grupo Teixeira Duarte atua em diversos setores de atividade, dos quais se destaca o setor da Construção, mas também outros como o Imobiliário, Distribuição e Automóvel que podem descrever-se como sendo setores muito competitivos. Este quadro concorrencial, quando associado a ciclos negativos nas áreas de atividade onde o Grupo opera, pode ter um efeito negativo nas margens de comercialização da empresa e nos seus resultados e, por conseguinte, na sua posição financeira, resultados e fluxos de caixa.

A capacidade do Grupo Teixeira Duarte de implementar com sucesso a estratégia delineada depende da sua capacidade de recrutar e reter colaboradores qualificados e competentes para cada função. Apesar de a política de recursos humanos do Grupo Teixeira Duarte estar orientada para atingir estes objetivos, não é possível garantir que, no futuro, não existam limitações nesta área. Tal circunstância poderá limitar ou atrasar a execução da estratégia delineada, o que poderá ter um efeito negativo na atividade, na posição financeira, resultados e fluxos de caixa.

Um agravamento das condições económicas globais ou das adversidades que afetam as economias a uma escala local podem originar a incapacidade de os clientes do Grupo Teixeira Duarte saldarem as suas obrigações ou atrasar de forma significativa o cumprimento das mesmas, levando a que as linhas de crédito existentes entrem em *default*. Este cenário resultaria em perdas que afetariam a atividade, a posição financeira, resultados e fluxos de caixa.

O Grupo Teixeira Duarte poderá, no futuro, ser parte numa pluralidade de litígios relacionados com a sua atividade, incluindo aqueles cuja sentença lhe tenha sido favorável, total ou parcialmente, e que possam vir a ser objeto de recurso ou ação de anulação pelas contrapartes nos termos das normas processuais aplicáveis e até ao trânsito em julgado dessas mesmas sentenças. O Grupo Teixeira Duarte não pode garantir que venha a ganhar quaisquer ações respeitantes às suas atividades e uma decisão negativa nas mesmas poderá ter um efeito adverso que seja significativo para a atividade, a posição financeira, resultados e fluxos de caixa.

As atividades da TD,SA exigem investimentos. O Grupo financia uma parte destes investimentos fazendo uso dos fluxos de caixa gerados pelas suas atividades operacionais. No entanto, a TD,SA e as suas participadas financiam uma proporção maior dos investimentos fazendo uso de fontes externas, incluindo empréstimos bancários e ofertas nos mercados de capitais.

O Grupo Teixeira Duarte está exposto a um conjunto de riscos, tal como riscos de liquidez, riscos de taxa de juro ou riscos de taxa de câmbio, entre outros, sendo que, perante a ocorrência de cenários excecionalmente adversos, as políticas e procedimentos utilizados pela TD,SA na identificação, acompanhamento e gestão dos riscos poderão não se revelar totalmente eficazes.

Como qualquer outro grupo económico integrado numa envolvente competitiva, o Grupo Teixeira Duarte encontra-se igualmente sujeito a riscos relacionados com liquidez. O Grupo considera estar a atuar adequadamente junto das entidades financeiras num cenário particularmente adverso de elevadas taxas de juro e dificuldades no acesso a divisas em mercados onde opera, estando provido dos meios necessários para um efetivo controlo de risco da sua atividade, considerando eficaz a ação desenvolvida pela Administração com

reporte de elementos que lhe são facultados pela Direção de Financeira, a quem, com o acompanhamento dos Órgãos de Fiscalização, está especialmente cometido o controlo da liquidez do Grupo Teixeira Duarte.

A TD,SA gere o risco de liquidez procurando que a dívida financeira do Grupo tenha uma elevada componente de médio e longo prazo com maturidades adequadas à capacidade esperada de geração de fundos e promovendo a negociação de facilidades de crédito.

No decurso normal da atividade, o Grupo está sujeito a determinados riscos operacionais, incluindo interrupções no serviço prestado ou atrasos na prestação de serviços, fraudes, omissões, erros e atrasos na implantação de requisitos para a gestão dos riscos. Estes riscos são acompanhados pelo Grupo de uma forma contínua, através de sistemas administrativos e de informação, entre outros, estando alguns riscos operacionais cobertos por apólices de seguros.

As operações desenvolvidas pelo Grupo Teixeira Duarte estão dependentes do processamento informático. O processamento informático envolve a manutenção de registos, o reporte financeiro e outros sistemas, incluindo sistemas de monitorização e controlo das várias operações do Grupo, nomeadamente na gestão de recursos humanos, contabilística e ainda logística, administrativa e de armazenamento. Apesar da avaliação que tem vindo a ser efetuada aos sistemas computacionais e da convicção de que as suas capacidades são adequadas, não é possível garantir a potenciais investidores a total identificação e correção atempada de todos os problemas relacionados com os sistemas de tecnologias de informação, nem o êxito sistemático na implantação de melhorias tecnológicas.

O custo da grande maioria da dívida financeira contraída pelo Grupo Teixeira Duarte está indexado a taxas de referência variáveis, estando a TD,SA, por essa via, exposta ao risco de taxa de juro.

A variação da taxa de câmbio do Euro face a outras moedas, nomeadamente, o dólar americano, o kwanza angolano, o real brasileiro e o metical moçambicano, pode ter impacto na posição financeira, resultados e fluxos de caixa da TD,SA. O Grupo Teixeira Duarte desenvolve operações em diversos mercados e faz os seus registos contabilísticos nas respetivas moedas funcionais estando por isso exposto às correspondentes variações cambiais.

Referem-se ainda as circunstâncias de o Grupo Teixeira Duarte adquirir bens diversos, com relevância nas áreas da construção, da distribuição e do automóvel, em moedas distintas daquela em que os mesmos são posteriormente vendidos, nomeadamente em Angola, sendo que tal facto pode influenciar em parte os resultados obtidos pelo Grupo na atividade que desenvolve nestes setores.

Destaca-se a importação e exportação de materiais para construção e de produtos essencialmente de consumo para as sociedades de direito angolano que operam na área da distribuição, bem como de veículos automóveis, peças e equipamentos para as diversas participadas locais que atuam no setor automóvel em Angola.

Variações adversas no preço do petróleo e das matérias-primas poderão afetar significativamente os resultados e situação financeira do Grupo Teixeira Duarte.

A volatilidade do preço das matérias-primas constitui um risco para o Grupo Teixeira Duarte, afetando a atividade operacional da área de negócio da construção, embora seja pontualmente mitigado através de contratos com fornecedores com preços fixos e contratos com clientes que permitam repercutir estas alterações no valor pago por estes.

O aumento de impostos ou a redução de benefícios fiscais poderá ter um efeito adverso na rentabilidade do Grupo Teixeira Duarte.

O Grupo Teixeira Duarte poderá ser afetado por alterações na legislação e demais regulamentação fiscal aplicável em Portugal, na União Europeia e nos diversos países onde desenvolve a sua atividade.

As entidades do Grupo Teixeira Duarte estão sujeitas aos riscos inerentes a qualquer atividade económica, como é o caso de acidentes, avarias ou catástrofes naturais que possam originar prejuízos nos ativos do Grupo ou interrupções temporárias na respetiva atividade. Da mesma forma, estes riscos podem afetar os principais clientes e fornecedores do Grupo Teixeira Duarte, o que teria um impacto significativo nos níveis de rentabilidade, caso não fosse possível encontrar clientes substitutos de modo a garantir o nível de volume de negócios, ou fornecedores que possibilitassem manter a estrutura de custos.

Do mesmo modo, prossegue-se o acompanhamento do desenvolvimento da situação geopolítica na Europa e os impactos da mesma nas economias com que o Grupo opera direta e indiretamente, com particular incidência na obtenção de serviços, *commodities* e matérias-primas.

Durante o ano de 2024, a área corporativa de *Compliance* procedeu à elaboração de um estudo preliminar relativamente aos possíveis impactos e riscos das várias áreas e sectores do Grupo Teixeira Duarte, encontrando-se os mesmos devidamente identificados, prevendo-se a sua quantificação durante o próximo ano.

54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos.

O processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de risco da TD,SA incorpora diversas avaliações de risco com níveis e complexidade distintos, tendo em consideração as matérias a tratar e após identificação dos tipos de risco subjacentes às diversas áreas de atuação do Grupo. Neste sentido, podem ser utilizados diferentes métodos de identificação, análise, tratamento, controlo e revisão, de modo a ir ao encontro dos objetivos pretendidos para a implementação do sistema de avaliação de riscos, tendo em consideração o tipo de risco que se pretende avaliar.

O Conselho de Administração é o órgão responsável pelo apuramento e avaliação dos mais relevantes riscos a que a Sociedade se encontra sujeita, bem como pela promoção das iniciativas necessárias para a respetiva prevenção, competindo-lhe conceber e projetar os sistemas de controlo interno e de gestão de riscos que se revelem necessários e adequados para as diversas situações identificadas, bem como monitorizar a respetiva implementação e acompanhar e avaliar o seu funcionamento, devidamente suportado pelas demais áreas corporativas de controlo que prestam apoio à Sociedade, nomeadamente:

- A área corporativa de Auditoria Interna, cujas principais funções são a avaliação e melhoria da efetividade dos processos de gestão de riscos e sistemas de controlo interno, bem como a realização de um exame às atividades desenvolvidas pelo Grupo;
- O *Chief Compliance Officer*, que tem como missão implementar o Programa de *Compliance* aprovado pela Teixeira Duarte S.A. para promover, dentro do Grupo Teixeira Duarte (i) o cumprimento dos normativos legais, regulamentares e internos, (ii) a correta identificação e avaliação dos respetivos riscos inerentes às atividades desenvolvidas pelas empresas do Grupo Teixeira Duarte e (iii) o desenvolvimento de medidas eficientes para cumprimento dos aludidos normativos e para mitigação dos respetivos riscos, estabelecendo diretrizes para análise da realidade, tratamento e reporte das informações, definir âmbitos de atuação e respetivos meios e posterior monitorização dos resultados e promover as necessárias revisões de tais medidas;
- O Responsável pelo Cumprimento Normativo, designado de acordo com o estabelecido no Artigo 5º do Decreto- Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, sendo responsável pela adoção e implementação (i) do programa de cumprimento normativo, (ii) do plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas, (iii) do Código de Ética e Conduta, (iv) do programa de formação relativamente a estas matérias, e (v) do canal de denúncias, a fim de se prevenirem, detetarem e sancionarem atos de corrupção e infrações conexas, levados a cabo, contra ou através do Grupo Teixeira Duarte;
- A área corporativa de *Compliance*, que atua de forma permanente e efetiva, sendo, nomeadamente, responsável (i) pelo acompanhamento e a avaliação regular da adequação e da eficácia das medidas e procedimentos adotados para detetar qualquer risco de incumprimento das obrigações legais e deveres a que o Grupo Teixeira Duarte se encontra sujeito, bem como das medidas tomadas para corrigir eventuais deficiências no respetivo cumprimento, (ii) pela prestação de aconselhamento aos órgãos de administração e de gestão, para efeitos do cumprimento das obrigações legais e dos deveres a que o Grupo Teixeira Duarte se encontra sujeito, e (iii) pela prestação imediata aos órgãos de administração de informação sobre quaisquer indícios de violação de obrigações legais, de regras éticas e de conduta, de relacionamento com clientes ou de outros deveres que possam fazer incorrer o Grupo Teixeira Duarte ou os seus colaboradores num ilícito de natureza contraordenacional ou criminal; Por forma a garantir que o Sistema de Compliance é devidamente cumprido, no qual se incluem as medidas e os procedimentos adotados no âmbito deste sistema, são emitidos pela área corporativa de Compliance relatórios semestrais e anuais da sua atividade, sendo os mesmos disponibilizados ao Conselho de Administração da TD,SA e ao Conselho Fiscal, permitindo desta forma avaliar, monitorar e mitigar os riscos associados a estas matérias.
- A equipas de Sistemas de Gestão, que incluem nas suas funções assegurar que as Políticas do Grupo são cumpridas, implementando, neste âmbito, também critérios de supervisão, efetivando a correspondente formação, respetiva auditoria interna e apresentando propostas de melhoria.

A responsabilidade pela avaliação do funcionamento destes sistemas e a apresentação de propostas para o ajustamento às necessidades da TD,SA, cabe ao Conselho de Administração, com base nos relatórios apresentados pela área corporativa de *Compliance*, uma vez que esta é uma matéria que, pela sua natureza e pelas especificidades acima descritas, se enquadra no âmbito de atuação próprio do Conselho de Administração e no controlo e supervisão deste órgão sobre as diversas sociedades do Grupo, sistema este que se tem revelado adequado para os respetivos fins.

Por outro lado, não existem atualmente dentro do Grupo Teixeira Duarte quaisquer comissões de controlo, nem comissões especializadas ou comité composto por especialistas em matéria de risco, uma vez que, da avaliação que se faz da Sociedade, da forma como é gerida, da composição dos quadros e gestores das sociedades que integram o Grupo Teixeira Duarte e dos princípios fundamentais que são aplicados, conclui-se que os custos de eficiência e de controlo com a criação de comissões de controlo seriam amplamente superiores aos benefícios que poderiam resultar de um controlo realizado através de tais comissões.

O Conselho Fiscal acompanha estes processos, tendo oportunidade de se pronunciar sobre os riscos identificados, bem como sobre as iniciativas promovidas pelo Conselho de Administração, avaliando as estratégias definidas, acompanhando a sua execução e fiscalizando a eficácia dos sistemas de controlo interno, de auditoria interna e de *compliance*, estando presente nas reuniões mensais do Conselho

de Administração acompanhando o trabalho desenvolvido pelo Revisor Oficial de Contas e desenvolvendo as ações que entende pertinentes.

Pese embora o sistema de controlo interno e de gestão de riscos implementado na sociedade não cumpra integralmente todos requisitos enumerados na Recomendação n.º VII.6., - na medida em que não definiu uma Política escrita, mas ainda assim tendo instituído um sistema de gestão de riscos - com a implementação de um Programa de *Compliance* - a TD,SA mantém, neste momento, a sua convicção na opção pelo modelo acima descrito.

Não obstante, como referido no ponto anterior, durante o ano de 2024, a área corporativa de *Compliance*, procedeu à elaboração de um estudo preliminar relativamente ao controlo de riscos, prevendo-se a sua quantificação durante o próximo ano, para posterior avaliação do Conselho de Administração da TD,SA e, caso se justifique em termos de custo/benefício, a implementação de uma matriz de risco global para todo o Grupo Teixeira Duarte.

55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na Sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira (Artigo 29.º-H, n.º 1, al. l)).

O processo de divulgação de informação financeira é coordenado pelo Conselho de Administração e acompanhado sempre pelos Órgãos de Fiscalização, nele trabalhando em especial as equipas das áreas corporativas de Contabilidade e Societário e Corporativo, respetivamente, na elaboração e apuramento de contas e demais informes contabilísticos e financeiros e na preparação e divulgação do documento final.

Estas duas estruturas acompanham a evolução dos normativos aplicáveis, tanto na área financeira como jurídica e interagem com a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, designadamente por ocasião da atualização de informes e regulamentos complementares sobre estas matérias, reportando ambas diretamente ao Conselho de Administração.

Todos os colaboradores com acesso a informação privilegiada são integrados na listagem prevista Artigo 29.º - Q, n.º 7 do CVM e do Artigo 18.º do Regulamento (UE) n.º 596/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, sendo todos eles notificados, nos termos legalmente definidos, da sua inclusão na referida listagem e das consequências legais decorrentes da divulgação ou utilização abusiva de informação privilegiada.

O órgão de fiscalização acompanha, através de reuniões que programa com o auditor externo e revisor oficial de contas, a adequação do processo de preparação e divulgação de informação financeira pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e a sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada, detendo um papel interventivo na definição das políticas visadas.

IV. APOIO AO INVESTIDOR

56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto.

Em reforço da política de divulgação de informação acima referenciada e com o objetivo de promover o contacto permanente com o mercado e a resposta às solicitações dos investidores em tempo útil, assegurando o rigoroso cumprimento do princípio da igualdade entre os acionistas e no intuito de prevenir eventuais assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores, a Sociedade dispõe de um Representante para as Relações com o Mercado, que funciona como Apoio ao Investidor.

Em 20 de maio de 2024, José Pedro Poiares Cobra Ferreira, Representante para as Relações com o Mercado da TD,SA, apresentou a renúncia ao cargo que vinha exercendo, com efeitos a partir de 31 de maio de 2024.

Neste sentido, em 5 de junho de 2024, o Conselho de Administração da TD,SA, deliberou nomear Sérgio Paulo Reis Pereira, tendo este facto sido comunicado ao mercado em 6 de junho de 2024 e devidamente registado junto da CMVM.

Toda a informação que os investidores entendam necessitar e esteja disponível ao abrigo das normas, regulamentos e demais diretivas aplicáveis é prestada pelo Apoio ao Investidor, podendo o acesso ao mesmo ser feito através dos seguintes meios de comunicação:

Morada: Lagoas Park, Edifício 2, 2740-265, Porto Salvo, Oeiras
Telefone: + 351 217 912 415
Fax: + 351 217 941 108
E-mail: representantemercado@teixeiraduarte.com

O Apoio ao Investidor assegura ainda a manutenção de um registo dos pedidos apresentados pelos diversos *stakeholders* e do tratamento que lhes foi dado.

Acresce que o aludido Representante para as Relações com o Mercado é também Administrador da Sociedade e, em articulação com o Conselho de Administração promove a divulgação de informação aos membros dos órgãos de gestão e fiscalização.

57. Representante para as relações com o mercado.

Conforme referido em 56. *supra*, o cargo de Representante para as Relações com o Mercado é exercido por Sérgio Paulo Reis Pereira.

58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores.

O prazo médio de resposta a pedidos de informação no ano de 2024 foi de 2 dias.

V. SÍTIO DE INTERNET

59. Endereço(s).

O sítio de internet da TD,SA tem o seguinte endereço: www.teixeiraduarte.pt. Neste sítio, a Sociedade disponibiliza, em português e inglês, as informações consideradas relevantes e que permitem o conhecimento sobre a sua evolução e realidade atual em termos económicos, financeiros e de governo.

60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no Artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais.

Estes elementos podem ser consultados em: www.teixeiraduarte.pt/investidores/apresentacao/.

61. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões.

Os Estatutos da Sociedade podem ser consultados em: www.teixeiraduarte.pt/investidores/apresentacao/.

Conforme já foi previamente referido, não existem regulamentos de funcionamento dos órgãos sociais e/ou comissões.

62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, respetivas funções e meios de acesso.

A informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais pode ser consultada em: www.teixeiraduarte.pt/investidores/orgaos-sociais.

A informação sobre o representante para as relações com o mercado e o Apoio ao Investidor pode ser consultada em: www.teixeiraduarte.pt/investidores/apoio-ao-investidor/.

63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da assembleia geral, divulgação de contas anuais, semestrais e, caso aplicável, trimestrais.

Os documentos de prestação de contas da Sociedade, podem ser consultados em: www.teixeiraduarte.pt/investidores/informação-financeira.

O calendário semestral de eventos societários pode ser consultado em: www.teixeiraduarte.pt/calendario-do-investidor.

64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada.

Todos os elementos referentes às Assembleias Gerais da TD,SA podem ser consultados em: www.teixeiraduarte.pt/investidores/assembleias-gerais/.

65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da Sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes.

Todos estes elementos podem ser consultados em: www.teixeiraduarte.pt/investidores/assembleias-gerais/.

D. REMUNERAÇÕES

(Relatório para efeitos do Artigo 26.º G, n.º 8 do CVM)

I. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador-delegado e dos dirigentes da Sociedade.

Ao abrigo do disposto no Artigo 11.º dos Estatutos da TD,SA e nos termos fixados na Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade, compete à Comissão de Remunerações determinar a remuneração dos órgãos sociais.

Refira-se ainda que, conforme já ficou esclarecido, não existe uma comissão executiva ou Administrador-Delegado, pelo que, nesta parte, esta questão não é aplicável à realidade da TD,SA.

Contudo e tomando por base o critério fixado na alínea 25) do n.º 1 do Artigo 3.º do Regulamento (UE) n.º 596/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, os únicos dirigentes da TD,SA, são os seus próprios Administradores. Uma vez que não existem administradores não executivos, não está prevista qualquer regra sobre esta matéria.

A Comissão de Remunerações é eleita por um período de quatro anos, estando em curso o mandato para o quadriénio 2023/2026.

II. COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores.

Em 2024, a Comissão de Remunerações foi composta pelos seguintes membros:

- Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte
- Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte
- Isabel Maria Nunes Correia Teixeira Duarte

Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte foi eleito em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de outubro de 2021 e reeleito em Assembleia Geral de 24 de maio de 2023, assembleia na qual foram eleitos Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte e Isabel Maria Nunes Correia Teixeira Duarte, os três para exercerem funções no quadriénio 2023/2026.

Os membros da Comissão de Remunerações Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte e Isabel Maria Nunes Correia Teixeira Duarte não são considerados independentes em relação aos membros do Conselho de Administração, uma vez que são, respetivamente, Presidente e Administradora nesse órgão de gestão.

Sendo a TD,SA detida maioritariamente por sociedades detidas por membros da família Teixeira Duarte e por membros da família Teixeira Duarte, é natural que estes integrem a respetiva Comissão de Remunerações. Tradicionalmente, e durante décadas, tem sido esta a prática seguida, estando sempre em consonância com as regras e recomendações sobre remunerações dos membros do Órgão de Administração fixadas pela CMVM em cada momento.

Reitere-se que se trata de uma Sociedade que segue o exemplo da anterior *holding* do Grupo (a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.), com o seu vincado cunho empresarial.

Acrescente-se que não foram contratadas quaisquer pessoas singulares ou coletivas para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções, por opção da própria Comissão e caso tal sucedesse, caberia à Comissão de Remunerações assegurar que aqueles serviços seriam prestados com independência e que os respetivos prestadores não serão contratados para a prestação de quaisquer outros serviços à própria Sociedade ou a outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo sem autorização expressa da Comissão.

Para efeitos do disposto na Recomendação n.º VI.2.4., informa-se que, tendencialmente, todos os membros da Comissão de Remunerações estão sempre presentes nas Assembleias Gerais Anuais da Sociedade. A Sociedade dá a conhecer que, em 09 de janeiro de 2025 e com efeitos imediatos, Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte renunciou ao cargo de membro da Comissão de Remunerações.

68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações.

Os membros da Comissão de Remunerações Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte e Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte têm conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração, tendo em conta que exerceram essas funções durante vários anos noutras sociedades e Isabel Maria Nunes Correia Teixeira Duarte tem conhecimento destas matérias por se tratar de matéria que é parte da sua formação profissional e dos trabalhos e profissão académica que ainda hoje exerce.

III. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o Artigo 26.º-A. do CVM

A Comissão de Remunerações da TD,SA emitiu a sua proposta de política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização, a qual foi aprovada por unanimidade em Assembleia Geral daquela sociedade, realizada em 23 de maio de 2022, política essa que prossegue em vigor nesta data e cujo teor aqui se deixa reproduzido:

"POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE

ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO DA "TEIXEIRA DUARTE, S.A."

I. ÂMBITO DA POLÍTICA:

Em função do modelo societário adotado pela "Teixeira Duarte, S.A.", a presente Política abrange todos os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

II. INTRODUÇÃO:

A presente "Politica de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização" foi elaborada tendo em conta, para além das disposições legais aplicáveis, o enquadramento do tema no Grupo Teixeira Duarte ao longo dos anos.

III. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

1. Situação contratual

A situação contratual dos membros do Conselho de Administração resulta apenas do mandato para o qual foram eleitos em Assembleia Geral.

Sem prejuízo do acima referido, informa-se que dois dos membros do Conselho de Administração – Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte e Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo – têm contrato de trabalho com sociedades do Grupo Teixeira Duarte, sem prejuízo da suspensão dos mesmos, nos termos da Lei, aquando das eleições para os cargos sociais que vêm exercendo no Grupo Teixeira Duarte.

Não existem, pois, quaisquer determinações contratuais específicas para os períodos de pré-aviso aplicáveis, nem quaisquer cláusulas de cessação ou de pagamentos associados à cessação dos mesmos, aplicando-se os termos previstos na Lei que estiver em vigor.

Os Administradores da "Teixeira Duarte, S.A." apenas poderão receber remunerações, seja a que título for, pagas por uma das seguintes entidades: "Teixeira Duarte, S.A.", "Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A." ou "Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.".

2. Objetivos da Política de Remuneração dos membros do Conselho de Administração

Esta política de remuneração dos membros do Conselho de Administração foi elaborada com o objetivo de que a determinação das remunerações nos termos aqui descritos contribua para a estratégia empresarial da sociedade, para os seus interesses de longo prazo e para a sua sustentabilidade.

a. A remuneração fixa

A remuneração fixa deverá ser determinada atendendo ao trabalho que realizam no Grupo Teixeira Duarte, bem como à compatibilidade com os termos e condições de emprego e de remuneração dos trabalhadores do Grupo Teixeira Duarte, por forma a que se promova um sentido de ownership e interligação entre administradores e colaboradores e de todos com a estratégia global do Grupo Teixeira Duarte.

O quantitativo fixo deve ser atribuído e pago tendo em consideração as condições de emprego e de remuneração dos trabalhadores do Grupo Teixeira Duarte.

b. A remuneração variável

Esta política promove um compromisso dos membros do Conselho de Administração com o projeto empresarial a longo prazo, não só porque os valores da remuneração fixa e demais condições complementares têm em conta o enquadramento das remunerações dos colaboradores do Grupo Teixeira Duarte, mas também porque existe uma parte da remuneração que é variável e diferida, estando a sua atribuição e pagamentos sujeitos à verificação de condições que reflitam o desempenho positivo da própria sociedade, aferido com indicadores concretos, determináveis e considerados referências para a sustentabilidade e desenvolvimento a longo prazo da sociedade, que em baixo se expõem.

O quantitativo variável deverá ser fixado a cada um dos membros do Conselho de Administração a título de remuneração complementar e de prémio de desempenho, sendo que tal componente não terá relação com a cotação das ações da Sociedade, dependendo sim da evolução dos negócios sociais, de indicadores como os resultados operacionais, a rentabilidade do ativo e o valor dos capitais próprios, do empenho na concretização por cada um dos membros das tarefas e objetivos inerentes às respetivas funções, bem como dos resultados do exercício e da correspondente proposta política de aplicação dos mesmos.

Não assiste a nenhum Administrador qualquer direito à componente variável da sua remuneração até haver atribuições em concreto determinados por esta Comissão de Remunerações, cujas verbas serão pagas em prestações de quantitativos e prazos a definir também por decisão desta Comissão ficando o respetivo pagamento dessas partes diferidas dependente da continuação do exercício de funções por parte de cada um dos membros do Conselho de Administração em causa na própria sociedade ou de prestarem colaboração remunerada no Grupo.

Também não existirão mecanismos de limitação da remuneração variável, no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho do Grupo no último exercício apurado ou quando este seja expectável no exercício em curso.

Porém, a Comissão deverá ponderar se uma parte significativa da remuneração variável deverá ser diferida por um período não inferior a três anos e se o seu pagamento deverá ou não ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período, entendendo-se como tal a verificação pelo menos dois dos seguintes factos, de acordo com as contas consolidadas:

- *A média dos Resultados Operacionais (EBIT) nos três exercícios seguintes serem superiores a 110.000.000 de Euros;*
- *A média dos Rácios entre os Resultados Operacionais (EBIT) e o Ativo médio, nos três exercícios seguintes, ser superior a 7%;*
- *Aumento do Capital Próprio atribuível à acionistas com referência a 31 de dezembro do terceiro ano seguinte àquele a que respeita os resultados que foram diferidos.*

Não está prevista a possibilidade de a sociedade solicitar a restituição de remuneração variável já entregue.

c. Outras formas de remuneração ou benefícios

Não existirá nenhum regime sobre atribuição de ações e/ou direitos de adquirir opções sobre ações e/ou a qualquer outro sistema de incentivos com ações.

Na globalidade da remuneração dos membros do Conselho de Administração, nenhuma verba será paga sob a forma de participação nos lucros.

Os administradores poderão beneficiar de seguros e da possibilidade de adesão a planos de benefícios flexíveis e ajudas de custo, nos termos semelhantes aos demais colaboradores do Grupo, bem como de outros complementos.

Não deverão existir quaisquer outros benefícios relevantes, não pecuniários, para além dos fixados por esta Comissão.

Não foram pagas, nem está prevista a exigibilidade de quaisquer pagamentos, de quantias relativas à destituição ou cessação de funções de Administradores.

d. Reformas e regimes complementares de reformas

Em relação a quaisquer ex-Administradores reformados, cabe à Comissão de Remunerações fixar todos os quantitativos pagos nesse âmbito, seja a que título for e rever anualmente os quantitativos atribuídos.

No que se refere à atribuição de regimes complementares de reforma, é o próprio Pacto Social que estabelece, no seu artigo 22.º, que adiante se transcreve, quais os termos e os critérios com que a Comissão de Remunerações deve fixar tais quantitativos:

"ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO

UM - Quando as pessoas que hajam exercido o cargo de administradores cessarem as suas funções, poderá a Sociedade atribuir-lhes uma pensão de reforma vitalícia, sempre que preencham um dos seguintes requisitos:

a) Terem mais de dez anos de exercício do cargo nesta sociedade, contando, para este efeito, os anos de exercício do mesmo cargo na "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.";

b) Terem, ainda que com menor duração de tal exercício, um total de mais de vinte e cinco anos de serviços prestados à Sociedade, contando, para este efeito, os anos de serviço na "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.".

DOIS - O quantitativo de tal pensão, que será determinado tendo em consideração o tempo ou a relevância dos serviços prestados e a situação do beneficiário, deverá ser anualmente revisto, mas nunca poderá ser superior à mais elevada das remunerações em cada momento auferidas pelos administradores efetivos.

TRÊS - Por delegação da Assembleia Geral, desde já estabelecida, competirá à Comissão de Remunerações referida no Artigo Décimo Primeiro, apreciar os casos que lhe sejam expostos e fixar os valores e os demais trâmites de atribuição das pensões."

A supracitada determinação do pacto social não invalida que a Comissão de Remunerações possa vir a submeter tal matéria à Assembleia Geral, o que, não foi feito, por tal nunca se ter revelado necessário ou adequado face à norma estatutária fixada.

Para os devidos efeitos, informa-se que, desde a constituição da sociedade, em 2009, até esta data, não foram aprovados em Assembleia Geral quaisquer sistemas de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais, uma vez que essa competência se encontra expressamente atribuída à Comissão de Remunerações, nos termos das disposições estatutárias acima citadas.

IV. CONSELHO FISCAL:

A situação contratual dos membros do Conselho Fiscal resulta apenas do mandato para o qual foram eleitos em Assembleia Geral.

Também não existe qualquer regime de pensão complementar ou de reforma antecipada para nenhum dos membros do Conselho Fiscal.

Todos os membros do Conselho Fiscal deverão, em sintonia com o atual regime fixado no Código das Sociedades Comerciais, auferir uma remuneração fixa pelo desempenho das funções inerentes aos respetivos cargos, determinada por esta Comissão de Remunerações, sendo que nenhum deles deverá receber qualquer outra retribuição da "Teixeira Duarte, S.A." ou de outra entidade que com esta esteja em relação de grupo, em especial por quaisquer outros serviços prestados a estas entidades.

Do mesmo modo, e à semelhança do que se referiu em cima sobre o Órgão de Administração, não deverá existir nenhum regime sobre atribuição de ações e/ou direitos de adquirir opções sobre ações e/ou a qualquer outro sistema de incentivos com ações, nem nenhuma verba paga sob a forma de participação nos lucros, nem tão-pouco quaisquer outros bónus ou benefícios relevantes, não pecuniários.

V. REVISOR OFICIAL DE CONTAS:

A Sociedade deverá, na sequência da deliberação de eleição tomada pela Assembleia Geral para eleição da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, celebrar com tal entidade um contrato de prestação de serviços de revisão legal de contas.

A remuneração da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas deverá ser determinada em função dos serviços a prestar no âmbito das atribuições que lhe são conferidas nos termos da Lei e dos Estatutos.

De referir, a este propósito, que a mesma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas poderá prestar também serviços, exclusivamente da mesma natureza de Revisão Legal de Contas e Auditoria, a outras entidades integradas no Grupo Teixeira Duarte, delas auferindo as correspondentes retribuições, cujo quantitativo global será divulgado nos termos da Lei.

Uma vez que o Conselho Fiscal tem um papel ativo no acompanhamento do trabalho da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, aquele deverá ser consultado para se pronunciar sobre a fixação das remunerações desta.

Não existe qualquer regime de pensão complementar ou de reforma antecipada para o Revisor Oficial de Contas, nem para nenhum dos representantes da Sociedade de Revisores Oficias de Contas que seja eleita para este cargo.

VI. O PROCESSO DECISÓRIO

O processo decisório seguido para a determinação, revisão e aplicação desta política consiste na realização de reuniões da Comissão de Remunerações para debate do tema sem a intervenção de qualquer outra comissão, entidade, ou órgão social, sendo os valores e critérios determinados nos termos acima descritos.

Será, pois, com base nesta na política de remuneração que esta Comissão deverá proceder à fixação, em concreto, dos quantitativos exatos das remunerações dos membros dos indicados órgãos de administração e fiscalização da sociedade, de acordo com o juízo pessoal dos membros que a integram, expresso em deliberação lavrada em ata e cujo conteúdo será depois comunicado ao Conselho de Administração para implementação, nos estritos termos que ficarem definidos.

VII. PUBLICAÇÃO DA POLÍTICA E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE REMUNERAÇÕES

Em cumprimento do artigo 26.º-E do Código de Valores Mobiliários a presente Política de Remuneração é publicada no sítio da Internet da sociedade, contendo menção aos resultados da votação e à respetiva data de aprovação em assembleia geral, e permanece disponível ao público, gratuitamente, pelo menos enquanto estiver em aplicação.

A divulgação da informação relativa às remunerações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização deverá ser feita nos termos da legislação em vigor.

VIII. DURAÇÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

Para cumprimento da atual legislação em vigor, esta Política de Remunerações deverá ser revista, no mínimo, daqui a quatro anos.

Sem prejuízo disso, refere-se que muitos dos aspetos acima fixados visam o cumprimento dos normativos legais aplicáveis, podendo os mesmos ser suscetíveis de eventuais alterações que tais regras possam sofrer.

70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da Sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

A remuneração dos órgãos sociais é determinada de forma a permitir o alinhamento dos interesses destes com os da Sociedade, como aliás resulta da Política de Remunerações referida no ponto 69. Com efeito, a remuneração é determinada por uma Comissão eleita em Assembleia Geral, que fixa esses valores segundo orientações relacionadas com o desempenho e os resultados da Sociedade no seu todo, bem como com a atividade do órgão de gestão na sua globalidade, face aos objetivos fixados, tendo em conta as condições e quantitativos das remunerações dos seus colaboradores e dos demais colaboradores do Grupo Teixeira Duarte, por forma a que se promova um sentido de *ownership* e interligação entre administradores e colaboradores e de todos com a estratégia global do Grupo Teixeira Duarte.

A fixação das remunerações tem ainda em conta o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da Sociedade, a contenção na tomada de riscos e o conhecimento do mercado.

Por outro lado, a fixação da remuneração cumpriu o estipulado na Politica de Remunerações dos Órgãos Sociais da Teixeira Duarte, S.A. tendo promovido o compromisso dos membros do Conselho de Administração com o projeto empresarial a longo prazo, não só porque os valores da remuneração fixa e demais condições complementares estão integrados num enquadramento global das remunerações dos colaboradores do Grupo Teixeira Duarte, mas também porque existe uma parte da remuneração que é variável e diferida, estando a sua atribuição e pagamentos sujeitos à verificação de condições que reflitam o desempenho positivo da própria Sociedade, aferido com indicadores concretos, determináveis e considerados referências para a sustentabilidade e desenvolvimento a longo prazo da Sociedade, que em baixo se expõem.

Sempre que se refere neste texto ao histórico e à realidade laboral e contratual com o Grupo Teixeira Duarte, entende-se que tal se refere à Teixeira Duarte, S.A., à Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. e à Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., principais sociedades sub-holdings do Grupo Teixeira Duarte.

O quantitativo variável fixado a cada um dos membros do Conselho de Administração a título de remuneração complementar e de prémio de desempenho, nada teve que ver com a cotação das ações da Sociedade, e dependeu da evolução dos negócios sociais, de indicadores financeiros como o endividamento líquido e a autonomia financeira, do empenho na concretização por cada um dos membros das tarefas e objetivos inerentes às respetivas funções, bem como dos resultados do exercício e da correspondente política de aplicação dos mesmos.

Acresce que, para a determinação da remuneração auferida pelos membros do Conselho de Administração foi tido em consideração o facto de alguns destes membros terem funções e cargos sociais em outras entidades do Grupo Teixeira Duarte, relativamente às quais exercem a direção e os poderes de gestão com proximidade e responsabilidade direta na atuação das mesmas.

71. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.

Conforme resulta da Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização da Teixeira Duarte, S.A., descrita no ponto 69, a remuneração dos Administradores compreende uma componente variável, designada por "prémios de desempenho", que é fixada nos termos, condições, quantitativos e prazos a fixar pela Comissão de Remunerações, em conformidade com a referida Política em vigor.

A mencionada componente variável nada tem que ver com a evolução das cotações das ações da Sociedade, dependendo sim da evolução dos negócios sociais, de indicadores financeiros como o endividamento líquido e a autonomia financeira, do empenho na concretização por cada um dos membros das tarefas e objetivos inerentes às respetivas funções, bem como dos resultados do exercício e da correspondente política de aplicação dos mesmos que vem privilegiando também o reforço dos capitais próprios da Sociedade e assegurando a continuada e equilibrada distribuição de dividendos aos acionistas.

Neste âmbito, não existe um limite máximo para cada componente, mas sim uma atribuição em conformidade com os parâmetros acima identificados, com a política de remunerações definida para a Sociedade e com a avaliação do desempenho e execução das funções por cada um, sendo que a componente variável da remuneração tem sido sempre globalmente razoável em relação à componente fixa.

Apesar de parte da componente variável atribuída pela Comissão de Remunerações ser diferida no tempo, cumpre referir que não assiste a nenhum Administrador qualquer direito à componente variável da sua remuneração até haver qualquer atribuição em concreto, pela Comissão de Remunerações, nos termos e com os fundamentos por ela fixados.

Mais se informa que os membros do órgão de administração não celebraram contratos, quer com a Sociedade, quer com terceiros, que tivessem por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes foi fixada pela Sociedade.

72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.

Conforme deliberado pela Comissão de Remunerações, parte da componente variável será paga em data posterior a 29 de dezembro de 2026, a determinar pela Comissão de Remunerações, ficando tal pagamento dependente da continuação do desempenho positivo da Sociedade ao longo dos exercícios económicos de 2022 a 2026, entendendo-se como tal a verificação de pelo menos dois dos seguintes factos, de acordo com as contas consolidadas:

- A média dos Resultados Operacionais (EBIT) nos três anos seguintes serem superiores a 110.000.000 de Euros;
- A média dos Rácios entre os Resultados Operacionais (EBIT) e o Ativo médio, nos três exercícios seguintes, ser superior a 7%;
- Aumento do Capital Próprio atribuído às acionistas com referência a 31 de dezembro do terceiro ano seguinte àquele a que respeita os resultados que foram deferidos.

73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas ações, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual.

Não aplicável. Não foram concedidas nem oferecidas quaisquer ações ou opções sobre ações durante o exercício de 2024, nem existe nenhum plano de atribuição das mesmas, conforme estipulado na própria Política de Remuneração – Artigo 26.º-G, n.º 2, alínea e) do CVM.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício.

Não aplicável. A retribuição variável não é concedida em opções.

75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários.

A atribuição dos prémios - designados "prémios de desempenho" - é feita tendo em conta o estabelecido na " Política de Remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade " em vigor.

Deste modo, a Comissão de Remunerações tem em consideração, na atribuição de prémios anuais, o desempenho e os resultados da Sociedade no seu todo, bem como a atividade do órgão de gestão na sua globalidade, face aos objetivos delineados, tendo em conta as condições e quantitativos das remunerações dos seus colaboradores.

Os prémios anuais foram fixados tendo em conta ainda o desempenho de longo prazo da Sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da Sociedade, a contenção na tomada de riscos e o conhecimento do mercado, conforme já havia sido referido.

Acrescenta-se que não foram concedidos quaisquer benefícios não pecuniários relevantes aos Administradores da Sociedade.

76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais.

Em relação a quaisquer ex-Administradores reformados, cabe à mencionada Comissão de Remunerações fixar todos os quantitativos pagos nesse âmbito, seja a que título for. Cabe igualmente à mencionada Comissão de Remunerações rever anualmente os quantitativos atribuídos.

No que se refere à atribuição de regimes complementares de reforma, são os próprios Estatutos da Sociedade que estabelecem, no seu Artigo 22.º, que adiante se transcreve, quais os termos e os critérios com que a Comissão de Remunerações deve fixar tais quantitativos:

"ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO

UM - Quando as pessoas que hajam exercido o cargo de administradores cessarem as suas funções, poderá a Sociedade atribuir-lhes uma pensão de reforma vitalícia, sempre que preencham um dos seguintes requisitos:

a) Terem mais de dez anos de exercício do cargo nesta Sociedade, contando, para este efeito, os anos de exercício do mesmo cargo na "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, SA";

b) Terem, ainda que com menor duração de tal exercício, um total de mais de vinte e cinco anos de serviços prestados à Sociedade, contando, para este efeito, os anos de serviço na "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.".

DOIS - O quantitativo de tal pensão, que será determinado tendo em consideração o tempo ou a relevância dos serviços prestados e a situação do beneficiário, deverá ser anualmente revisto, mas nunca poderá ser superior à mais elevada das remunerações em cada momento auferidas pelos administradores efetivos.

TRÊS - Por delegação da Assembleia Geral, desde já estabelecida, competirá à Comissão de Remunerações referida no Artigo Décimo Primeiro, apreciar os casos que lhe sejam expostos e fixar os valores e os demais trâmites de atribuição das pensões."

À Assembleia Geral reserva-se a atribuição de proceder à eleição dos membros da Comissão de Remunerações que têm a competência exclusiva de decidir sobre estes temas.

A *supracitada* determinação dos Estatutos não invalida que a Comissão de Remunerações possa vir a submeter tal matéria à Assembleia Geral, o que, não foi feito, por tal nunca se ter revelado necessário ou adequado face à norma estatutária fixada.

Para os devidos efeitos, informa-se que, desde a constituição da sociedade, em 2009, até esta data, não foram aprovados em Assembleia Geral quaisquer sistemas de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais, uma vez que essa competência se encontra expressamente atribuída à Comissão de Remunerações, nos termos das disposições estatutárias acima citadas.

IV. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

Neste capítulo dá-se cumprimento ao disposto no Artigo 26.º-G n.º 8 do CVM proporcionando uma visão abrangente das remunerações, incluindo todos os benefícios, independentemente da sua forma, atribuídas ou devidas durante o último exercício a cada membro dos órgãos de administração e fiscalização da TD,SA. bem como o seu respetivo alinhamento com a "Política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Teixeira Duarte, S.A." (Política de Remuneração) aprovada em Assembleia Geral em 23 de maio de 2022.

77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de administração da Sociedade, proveniente da Sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem.

Na tabela abaixo encontra-se indicada, nos termos do n.º 2 do Artigo 26.º-G CVM, alínea a), a remuneração total discriminada pelos diferentes componentes, auferida pelos Membros do Conselho de Administração no ano de 2024:

Conselho de Administração	Remuneração Fixa	Remuneração Variável		Sub-Total	Compensações por Deslocações	Total
		Atríbuida em 2023	Prémio Extraordinário 2024			
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	186 600,00	39 000,00	31 000,00	256 600,00	-	256 600,00
Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte	35 000,00	-	10 000,00	45 000,00	-	45 000,00
Isabel Maria Nunes Correia Teixeira Duarte	47 000,00	-	10 000,00	57 000,00	-	57 000,00
Sérgio Paulo Reis Pereira	185 200,00	39 000,00	30 000,00	254 200,00	396,00	254 596,00
Paulo Alfredo Carvalho Serradas	185 200,00	39 000,00	30 000,00	254 200,00	78,00	254 278,00
	639 000,00	**117 000,00**	**111 000,00**	**867 000,00**	**474,00**	**867 474,00**

Em 2024, o montante global das remunerações variáveis pagas pela Teixeira Duarte, S.A. representou 26,3% do valor total auferido.

Em complemento da informação acima indicada sobre os valores pagos, informa-se que em 2024 foi deliberado pela Comissão de Remunerações atribuir aos membros do Conselho de Administração montantes de remuneração variável, da qual parte foi paga neste mesmo ano - e que está acima indicada no mapa - e parte, foi diferida para 2026, ficando o respetivo pagamento desta parte dependente da continuação do exercício de funções por parte de cada um dos membros do Conselho de Administração em causa e do desempenho positivo da Teixeira Duarte, S.A. ao longo desse período, entendendo-se como tal verificação de pelo menos de pelo menos dois dos seguintes factos, de acordo com as contas consolidadas:

- A média dos Resultados Operacionais (EBIT) nos três anos seguintes serem superiores a 110.000.000 de Euros;
- A média dos Rácios entre os Resultados Operacionais (EBIT) e o Ativo médio, nos três exercícios seguintes, ser superior a 7%;
- Aumento do Capital Próprio atribuído às acionistas com referência a 31 de dezembro do terceiro ano seguinte àquele a que respeita os resultados que foram deferidos.

	Remuneração Variável Atríbuida em 2024			
	Para 2024	Para 2025	Para 2027	Total
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	31 000,00	60 000,00	92 000,00	183 000,00
Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte	10 000,00	-	11 000,00	21 000,00
Isabel Maria Nunes Correia Teixeira Duarte	10 000,00	-	11 000,00	21 000,00
Sérgio Paulo Reis Pereira	30 000,00	60 000,00	91 000,00	181 000,00
Paulo Alfredo Carvalho Serradas	30 000,00	60 000,00	91 000,00	181 000,00
	111 000,00	**180 000,00**	**296 000,00**	**587 000,00**

Na tabela abaixo encontra-se discriminada, nos termos do n.º 2 do Artigo 26.º-G CVM, as variações anuais dos valores remuneratórios ilíquidos pagos individualmente pela Sociedade aos Membros do Conselho de Administração e Fiscalização, assim como das remunerações médias pagas aos colaboradores em termos equivalentes a tempo inteiro da Sociedade, nos últimos cinco exercícios, e os indicadores de desempenho verificados:

Variações Anuais	2020 vs. 2019	2021 vs. 2020	2022 vs. 2021	2023 vs. 2022	2024 vs. 2023
Indicadores de desempenho do Grupo					
Resultado Operacional	(59,8)%	(295,4)%	118,3%	105,1%	82,8%
Ativo Líquido	(13,5)%	3,0%	3,1%	(10,6)%	(3,9)%
Capitais Próprios Atribuíveis a Detentores de Capital	(30,1)%	(18,8)%	26,0%	(39,6)%	13,5%
Massa salarial média					
Membros dos órgãos de administração e fiscalização	30,6%	(3,8)%	(23,4)%	6,0%	23,2%
Outros colaboradores	(10,9)%	0,5%	20,0%	(2,6)%	4,5%

78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

Em cumprimento do Artigo 26.º G, n.º 2, alínea d) do CVM informa-se que, desde a data da sua designação para os respetivos cargos, os membros do Conselho de Administração não receberam qualquer remuneração, seja a que título for paga por outras sociedades que estejam em relação de domínio ou de grupo com a TD,SA.

79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos.

Na globalidade da remuneração dos membros do Conselho de Administração, nenhuma verba é paga sob a forma de participação nos lucros.

Com efeito, aos membros do Conselho de Administração é paga uma quantia a título de prémio - designado "prémio de desempenho" - cuja atribuição se concretiza nos termos, condições, quantitativos e prazos a fixar pela Comissão de Remunerações tendo em conta o estabelecido na "Política de Remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade" em vigor.

Em 2024, a fixação dos prémios atribuídos foi motivada pelo desempenho e os resultados da Sociedade no seu todo, bem como pela atividade do órgão de gestão na sua globalidade, face aos objetivos delineados, tendo tido em conta as condições e quantitativos das remunerações dos seus colaboradores e dos demais colaboradores.

Foi também tido em conta, para a fixação dos prémios, o desempenho de longo prazo da Sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da Sociedade, a contenção na tomada de riscos e o conhecimento do mercado.

Acresce que, na Política de Remunerações não está prevista a possibilidade de a Sociedade solicitar a restituição de remuneração variável já entregue, pelo que tal não sucedeu em 2024 (Artigo 26.º G, n.º 2 alínea f) do CVM).

80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Não foram pagas, nem são devidas, quaisquer indemnizações a ex-Administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício de 2024.

81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de fiscalização da Sociedade, para efeitos da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho.

Todos os membros do Conselho Fiscal auferem, ao abrigo do atual regime fixado no Código das Sociedades Comerciais, e conforme determinado pela Comissão de Remunerações da Sociedade, remunerações fixas pelo desempenho das funções inerentes aos respetivos cargos.

Na tabela abaixo encontra-se indicada, nos termos do n.º 2 do Artigo 26.º-G CVM, alínea a), a remuneração total discriminada pelos diferentes componentes, auferida pelos Membros do Conselho Fiscal da TD,SA no ano de 2024:

Conselho Fiscal	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração Total
Ana Cristina Louro Ribeiro Doutor Simões	30 000,00	-	30 000,00
João Salvador dos Santos Matias	18 000,00	-	18 000,00
Carlos Manuel Bastos Rodrigues	18 000,00	-	18 000,00
	66 000,00	**-**	**66 000,00**

O valor global dos honorários anuais da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas "MOORE STEPHENS & ASSOCIADOS, SROC, SA" e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede suportada pela Sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo, respeitante aos serviços por esta prestados, ou seja, os de Revisão Legal de Contas e Auditoria, foi de:

	Remuneração
Serviços de revisão legal de contas ao Grupo Teixeira Duarte	397 450,00
Outros serviços de garantia limitada de fiabilidade	18 000,00
Serviços de consultoria fiscal	-
Outros serviços que não de revisão legal de contas	-
	415 450,00

Acrescente-se ainda que, conforme previsto na Política de Remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade, a remuneração dos membros do órgão de fiscalização não inclui nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da Sociedade ou do seu valor.

82. Indicação da remuneração no ano de referência do Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Com exceção do Secretário da Mesa da Assembleia Geral, os demais membros deste órgão, auferem, ao abrigo do atual regime fixado no Código das Sociedades Comerciais, nomeadamente do disposto no Artigo 422.º-A, por remissão do número 3 do Artigo 374.º-A, uma remuneração fixa pelo desempenho das funções inerentes aos respetivos cargos, determinada pela Comissão de Remunerações prevista no Artigo 11.º dos Estatutos.

Nestes termos, informa-se que a remuneração do Presidente e Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral, durante o exercício de 2024, foi de:

Presidente – José Luciano Vaz Marques: 5.000,00€.

Vice-Presidente – António José André Martins: 1.000,00€.

V. ACORDOS COM IMPLICAÇÕES REMUNERATÓRIAS

83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.

Não existe qualquer limitação contratual prevista para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de um membro do Conselho de Administração, considerando, desde logo, que não é celebrado qualquer contrato para o exercício do cargo de Administrador, nem tão pouco qualquer acordo sobre eventual compensação a pagar por destituição com ou sem justa causa. A existência de uma limitação contratual nos termos acima referidos seria incoerente, tendo em conta as características da relação existente entre a Sociedade e os membros do seu órgão de Administração.

Não estão fixados quaisquer mecanismos jurídicos - para além dos legalmente estabelecidos - para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível quando a destituição de Administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respetivas funções, mas, ainda assim, seja reconduzível a um inadequado desempenho.

Nunca se verificou qualquer situação de destituição de um Administrador desde a sua constituição, nem tão pouco o pagamento de qualquer compensação pela cessão do contrato, pelo que se entende ser desajustada a fixação de quaisquer mecanismos jurídicos no sentido acima descrito.

84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade. (Artigo 29.º-H, n.º 1, al. K)).

Não existem quaisquer acordos com estas características. É política da Sociedade a não realização de quaisquer pagamentos ligados à cessação antecipada do exercício das funções pelos Administradores ou demais dirigentes, bem como a não celebração de quaisquer acordos a respeito destas matérias.

VI. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES SOBRE AÇÕES ("*STOCK OPTIONS*")

85. Identificação do plano e dos respetivos destinatários.

Não existe nenhum plano de atribuição de ações ou de atribuição de opções de aquisição de ações.

86. Caraterização do plano (condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de ações, critérios relativos ao preço das ações e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das ações ou opções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de ações e ou o exercício de opções).

Conforme descrito em 78. *supra*, não existem planos de atribuição de ações ou opções sobre ações pelo que a presente disposição não é aplicável.

87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações ("*stock options*") de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa.

Conforme descrito em 78. *supra*, não existem planos de atribuição de ações ou opções sobre ações pelo que a presente disposição não é aplicável.

88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes (Artigo 29.º-H, n.º 1, al. e)).

Não existe qualquer sistema de participação dos trabalhadores no capital, pelo que não se justifica a existência de mecanismos de controlo na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes.

E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

I. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO

89. Mecanismos implementados pela Sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas (para o efeito remete-se para o conceito resultante da IAS 24).

Todas as transações entre entidades do Grupo Teixeira Duarte com partes relacionadas são efetuadas a preços de mercado. O conceito é claro e assumido por todos os gestores de negócio das diversas áreas do Grupo Teixeira Duarte que lidam com partes relacionadas.

Esta postura é transversal a todas as transações desta natureza, ou seja, em quaisquer transferências de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver um débito de preço.

Acresce a tais orientações generalizadas, que em 2 de dezembro de 2021 o Conselho de Administração da Teixeira Duarte S.A. aprovou, em cumprimento dos normativos aplicáveis e com parecer prévio vinculativo do Conselho Fiscal, o Regulamento sobre Transações com Partes Relacionadas, que estabeleceu regras e procedimentos que a TD,SA deve observar sempre que ocorram Transações entre a TD,SA ou qualquer entidade do Grupo Teixeira Duarte e as Partes Relacionadas, cujo texto aqui se transcreve:

REGULAMENTO SOBRE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Artigo 1.º
(Objeto)

1. *O presente Regulamento sobre Transações com Partes Relacionadas (doravante "Regulamento") visa concretizar o disposto na Lei n.º 50/2020, de 25 de agosto que transpôs para o ordenamento jurídico Português a Diretiva (UE) 2017/828 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de maio de 2017 (doravante Diretiva dos Acionistas II) que, entre vários diplomas, veio alterar o Código de Valores Mobiliários (doravante "CVM"), através do estabelecimento de regras e procedimentos que a Teixeira Duarte SA (doravante "TD,SA") deve observar sempre que ocorram Transações entre a TD,SA ou qualquer entidade do Grupo Teixeira Duarte e as Partes Relacionadas.*
2. *O Regulamento é complementar aos códigos e regulamentos internos que a "TD,SA" tem em curso para efeitos de cumprimento do regime legal aplicável sobre esta matéria e às demais normas legais e regulamentares em vigor.*

Artigo 2.º
(Definições Relevantes)

Grupo Teixeira Duarte: TD,SA e suas subsidiárias.
Partes Relacionadas: Considera-se "Parte Relacionada" uma parte relacionada com a TD,SA na aceção das normas internacionais de contabilidade adotadas nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, designadamente pela norma internacional de contabilidade (IAS) 24.
Transações com Partes Relacionadas: São Transações com Partes Relacionadas, para efeitos deste Regulamento, as que assim sejam qualificadas pelas normas internacionais de contabilidade adotadas nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, designadamente pela norma internacional de contabilidade (IAS) 24 (doravante "Transações").

Artigo 3.º
(Procedimento)

1. *As Transações entre a "TD,SA" ou uma entidade do Grupo Teixeira Duarte e qualquer Parte Relacionada devem ser realizados no âmbito da atividade corrente de cada uma das entidades do Grupo e em condições de mercado.*
2. *O Conselho de Administração deverá identificar todas as transações suscetíveis de análise no âmbito deste Regulamento e submete-las a verificação do Conselho Fiscal, fornecendo, até 10 dias após o final de cada trimestre, um relatório com todas as informações relevantes com elas relacionadas, designadamente disponibilizando os elementos comprovativos de que as mesmas foram realizadas no âmbito da sua atividade corrente e em condições de mercado.*
3. *O Conselho Fiscal da Sociedade tem até 30 dias após a receção do relatório referido no número anterior para verificar a conformidade das Transações realizadas no trimestre anterior, com cada Parte Relacionada, nomeadamente se são realizadas (i) no âmbito da sua atividade corrente e (ii) em condições de mercado.*
4. *O Conselho de Administração deverá disponibilizar qualquer outra informação adicional que o Conselho Fiscal venha a considerar relevante para a verificação referida no número anterior, nomeadamente relatórios de auditorias independentes elaborados para este efeito.*
5. *As Partes Relacionadas não poderão participar na verificação referida no n.º 3 do presente Artigo.*
6. *Qualquer pessoa, no âmbito do Grupo Teixeira Duarte, que tome conhecimento de quaisquer transações abrangidas por este regulamento, deve informar o Conselho de Administração de tais transações.*

7. *As Transações com Partes Relacionadas que não sejam realizadas no âmbito da atividade corrente da sociedade e/ou em condições de mercado deverão ser sempre objeto de deliberação pelo Conselho de Administração e precedidas de um parecer favorável do Conselho Fiscal da Sociedade.*
8. *A avaliação a realizar pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal da Sociedade deverá ter em conta, o princípio do igual tratamento dos acionistas e demais stakeholders, a prossecução do interesse da Sociedade e, ainda, o impacto, natureza e justificação de cada Transação.*

Artigo 4.º
(Divulgação de Transações)

1. *A Sociedade divulgará publicamente as Transações com Partes Relacionadas realizadas ou pela Sociedade ou por qualquer outra entidade do Grupo Teixeira Duarte cujo valor seja igual ou superior a 2,5 % do ativo consolidado da sociedade emitente, ou do ativo individual caso não prepare contas consolidadas, e que não preencham os requisitos previstos no n.º 1 do artigo anterior, no momento em que forem realizadas.*
2. *A divulgação deverá conter, no mínimo:*

a) *A identificação da parte relacionada;*
b) *Informações sobre a natureza da relação com as partes relacionadas;*
c) *A data e o valor da transação;*
d) *A fundamentação quanto ao carácter justo e razoável da transação, do ponto de vista da sociedade e dos acionistas que não são partes relacionadas, incluindo acionistas minoritários;*
e) *O sentido do parecer do Conselho Fiscal, sempre que este tenha sido negativo.*

Artigo 5.º
(Isenções)

O presente Regulamento não se aplica às Transações cuja legislação e regulamentação aplicável tratam como isentas, nomeadamente:
a) Transações realizadas entre a sociedade e as suas filiais, desde que estas estejam em relação de domínio com a sociedade e nenhuma parte relacionada com a sociedade tenha interesses nessa filial;
b) Transações relativas à remuneração dos administradores, ou a determinados elementos dessa remuneração;
c) Transações realizadas por instituições de crédito com base em medidas destinadas a garantir a sua estabilidade, adotadas pela autoridade competente encarregada da supervisão prudencial na aceção do direito da União Europeia;
d) Transações propostas a todos os acionistas nos mesmos termos em que a igualdade de tratamento de todos os acionistas e a proteção dos interesses da sociedade são asseguradas.

Artigo 6.º
(Agregação de Transações)

As transações com a mesma Parte Relacionada celebradas durante qualquer período de 12 meses ou durante o mesmo exercício, e que não tenham sido sujeitas às obrigações previstas nos artigos anteriores, são agregadas para efeitos desses artigos.

Artigo 7.º
(Disposições Finais)

1. *Caberá ao Conselho Fiscal avaliar anualmente a aplicação do presente Regulamento, bem como emitir parecer vinculativo sobre a revisão do mesmo.*
2. *O Regulamento entra imediatamente em vigor, tendo sido precedido de um Parecer favorável emitido pelo Conselho Fiscal.*

Todas as transações entre partes relacionadas são registadas informaticamente num suporte global do Grupo Teixeira Duarte, ao qual, para além dos próprios gestores de negócio, têm também acesso as equipas de finanças e contabilidade e de auditoria, assim como a própria Administração e, complementarmente, os próprios órgãos de fiscalização da Sociedade e do Grupo Teixeira Duarte.

Recorde-se, ainda, a este propósito o "Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte", de aplicação obrigatória a todos os Administradores, trabalhadores e outros representantes daquelas entidades, nos termos definidos naquele documento. Cita-se aqui um excerto desse texto sobre "Clientes e Fornecedores":

"5.2.2. Critérios de Seleção
Os Colaboradores devem agir – e promover que os Destinatários Indiretos deste Código também ajam –, por forma a que as decisões tomadas pelos clientes e a tomar relativamente aos fornecedores sigam critérios de seleção objetivos, técnicos e profissionais, que visem a eficiência da decisão e a salvaguarda dos interesses das entidades que representam, repudiando-se quaisquer eventuais critérios que privilegiem interesses pessoais ou difusos, bem como quaisquer atuações que consubstanciem abusos de poder ou posição.
5.2.3. Conflitos de Interesse, Corrupção e Denúncias de Ilícitos

Os Colaboradores devem agir – e promover que os Destinatários Indiretos deste Código também ajam –, por forma a avaliarem eventuais situações de conflitos de interesse, que se devem evitar, bem como a proibição de quaisquer comportamentos corruptivos, na forma ativa ou passiva, incluindo pagamentos ou recebimentos de facilitação, ou a criação, manutenção ou promessa de situações irregulares ou de favor.
Mais caberá aos Colaboradores a obrigação de reportar – e promover que os Destinatários Indiretos deste Código também reportem – informação sobre quaisquer ações que constituam comportamento incorreto, incluindo aquelas que configurem possíveis práticas ilegais ou ilícitas em matérias financeiras e contabilísticas, fraude, corrupção e branqueamento de capitais, bem como quaisquer atuações relacionadas, direta ou indiretamente, com entidades terroristas ou que possam visar ou apoiar práticas de terrorismo."

Como já anteriormente referido, o Código de Ética e Conduta é obrigatório para todos os colaboradores (incluindo-se neste conceito, os administradores, trabalhadores e outros representantes das entidades do Grupo Teixeira Duarte) e a sua não aplicação é passível de procedimentos e sanções disciplinares.

Acresce que, em 17 de agosto de 2022 foi aprovada a Politica de Comunicação de Irregularidades do Grupo Teixeira Duarte que se destina a todos os Administradores, Trabalhadores, Outros Representantes da Empresa, Terceiros, Acionistas, Clientes e outros *Stakeholders,* sendo que, os colaboradores do Grupo Teixeira Duarte têm o dever de participar, imediatamente, qualquer irregularidade alegadamente ocorrida de que tenham conhecimento ou que à luz dos elementos ao seu dispor se possa com razoabilidade estimar que venha a ser praticada, independentemente da existência de meios de prova ou documentação de suporte.

Pelo que, face a esta abrangência e vinculação efetiva – que se tem considerado eficiente – a TD,SA encontra-se a cumprir com a Recomendação II.5.1., tendo definido um procedimento interno mais específico de verificação das transações com partes relacionadas

90. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.

Neste enquadramento e face aos mecanismos acima indicados, todas as transações com partes relacionadas foram sujeitas a controlo nos termos referidos, podendo as transações com partes relacionadas e respetivos saldos e informações complementares serem consultados na nota 28 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2024.

91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do Artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

Os procedimentos e critérios nos termos acima mencionados encontram-se definidos e implementados no Regulamento Sobre Transações com Partes Relacionadas descrito no ponto 89. As operações realizadas entre a Sociedade e titulares de participação qualificada são de caráter corrente e para exercício da atividade.

II. ELEMENTOS RELATIVOS AOS NEGÓCIOS

92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, ou, alternativamente, reprodução dessa informação.

A informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, encontra-se reproduzida na nota 28 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2024.

II. AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. Identificação do Código de governo das sociedades adotado

Deverá ser identificado o Código de Governo das Sociedades a que a Sociedade se encontre sujeita ou se tenha decidido voluntariamente sujeitar, nos termos e para os efeitos do Artigo 2.º do presente Regulamento.

Para além dos normativos legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente o Código das Sociedades Comerciais, o CVM e os Regulamentos da CMVM, em especial o Regulamento n.º 4/2013, a TD,SA optou por adotar Código do Governo das Sociedades do Instituto Português de *Corporate Governance* (IPCG) de 2018, na sua versão atual, revista em 2023.

Deverá ainda ser indicado o local onde se encontram disponíveis ao público os textos dos códigos de governo das sociedades aos quais o emitente se encontre sujeito 29.º H n.º 1 o).

O mencionado Código do Governo das Sociedades emitido pelo IPCG pode ser consultado em www.cgov.pt.

2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado

Nos termos do Artigo 29-H n.º 1, al. n) deverá ser incluída declaração sobre o acolhimento do código de governo das sociedades ao qual o emitente se sujeite especificando as eventuais partes desse código de que diverge e as razões da divergência.

A informação a apresentar deverá incluir, para cada recomendação:

a) Informação que permita aferir o cumprimento da recomendação ou remissão para o ponto do relatório onde a questão é desenvolvidamente tratada (capítulo, título, ponto, página);
b) Justificação para o eventual não cumprimento ou cumprimento parcial;
c) Em caso de não cumprimento ou cumprimento parcial, identificação de eventual mecanismo alternativo adotado pela Sociedade para efeitos de prossecução do mesmo objetivo da recomendação.

Na tabela *infra* está reproduzido o texto dessas Recomendações tais como desdobradas na tabela de recomendações múltiplas da "*Nota sobre interpretação do Código de Governo das Sociedades IPCG 2018 (revisto em 2023) - Nota n.º 3"* com a numeração aí referida, seguido da indicação da sua adoção ou não e da remissão para o(s) ponto(s) deste Relatório – ou do Relatório de Gestão relativo a este mesmo exercício – em que tal matéria se desenvolve ou em que, respeitando o princípio *"comply or explain",* se justifica a sua eventual não adoção ou adoção parcial.

Das 84 Recomendações Múltiplas, a Sociedade não adota 13 e adota parcialmente três.

	Recomendação	Adoção	Remissão
I.	**RELAÇÃO DA SOCIEDADE COM ACIONISTAS, PARTES INTERESSADAS E A COMUNIDADE EM GERAL**		
I.1. (1)	A sociedade explicita em que termos a sua estratégia procura assegurar o cumprimento dos seus objetivos de longo prazo	Sim	53. e 54.
I.1.(2)	Principais contributos daí resultantes para a comunidade em geral	Sim	Relatório de Gestão, Capítulo III.
I.2.(1)	A sociedade identifica as principais políticas e as principais medidas adotadas no que respeita ao cumprimento dos seus objetivos ambientais	Sim	Relatório de Gestão, Capítulo III., Pontos 1., 3. e 8.
I.2.(2)	No que respeita ao cumprimento dos seus objetivos sociais	Sim	Relatório de Gestão, Capítulo III., Pontos, 1., 6. e 7.
II.	**COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DA SOCIEDADE**		
II.1	Informação		

	Recomendação	Adoção	Remissão
II.1.1.	A sociedade institui mecanismos que assegurem, de forma adequada e rigorosa, a atempada circulação ou divulgação da informação necessária aos seus órgãos, ao secretário da sociedade, aos acionistas, aos investidores, aos analistas financeiros, às demais partes interessadas e ao mercado em geral	Sim	18., 22., 45. e 55. a 65.
II.2	Diversidade na composição e funcionamento dos órgãos da sociedade		
II.2.1.	As sociedades estabelecem, previamente e em abstrato, critérios e requisitos relativos ao perfil de membros dos órgãos da sociedade adequados à função a desempenhar, considerando, designadamente, atributos individuais (como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência) e requisitos de diversidade (com particular atenção à igualdade entre homens e mulheres), que possam contribuir para a melhoria do desempenho do órgão e para o equilíbrio na respetiva composição	Não	16. e 31.
II.2.2.(1)	O órgão de administração deve dispor de regulamentos internos — nomeadamente sobre o exercício das respetivas atribuições, presidência, periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros — divulgados na íntegra no sítio da internet da sociedade	Não	18. e 22.
II.2.2.(2)	Idem em relação ao órgão de fiscalização.	Não	34.
II.2.2.(3)	Idem em relação às comissões internas	Não aplicável	27.
II.2.2.(4)	Devem ser elaboradas atas das reuniões do órgão de administração	Sim	22.
II.2.2.(5)	Idem em relação ao órgão de fiscalização	Sim	35.
II.2.2.(6)	Idem em relação às comissões internas	Não aplicável	27.
II.2.3.(1)	A composição dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas são divulgados através do sítio Internet da sociedade	Sim	62.
II.2.3.(2)	O número de reuniões em cada ano dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas são divulgados através do sítio da internet da sociedade	Sim	23. e 35.
II.2.4.(1)	As sociedades adotam uma política de comunicação de irregularidades (*whistleblowing*) que explicite as principais regras e procedimentos a serem seguidos perante cada comunicação	Sim	49.
II.2.4.(2)	Um canal de denúncia interno que inclua o acesso também por não trabalhadores, nos termos previstos na lei aplicável	Sim	49.
II.2.5.(1)	As sociedades dispõem de comissão especializada em matéria de governo societário	Não	22., 24. e 27.
II.2.5.(2)	Idem em matéria de remunerações	Sim	66., 67., e 68.
II.2.5.(3)	Idem em matéria de nomeações de membros dos órgãos da sociedade	Não	22., 24. e 27.
II.2.5.(4)	Idem em matéria de avaliação de desempenho	Não	22., 24. e 27.
II.3.	Relação da sociedade com investidores e informação		
II.3.1.	Os estatutos ou outras vias equivalentes adotadas pela sociedade estabelecem mecanismos para garantir que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a informação necessária para a avaliação do desempenho, da situação e das perspetivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do órgão de administração executivo, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos	Sim	18. e 22.

	Recomendação	Adoção	Remissão
II.3.2.	Cada órgão e comissão da sociedade assegura, de forma atempada e adequada, o fluxo interorgânico da informação necessária ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões	Sim	12. 18., 22. e 45.
II.4.	Conflitos de interesses		
II.4.1.	Por regulamento interno ou via equivalente, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização e das comissões internas ficam vinculados a informar o respetivo órgão ou comissão sempre que existam factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse da sociedade	Sim	22. e 89.
II.4.2.	A sociedade adota procedimentos que garantam que o membro em conflito não interfere no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respetivos membros lhe solicitem	Sim	89.
II.5.	Transações com partes relacionadas		
II.5.1.	O órgão de administração divulga, no relatório de governo ou por outra via publicamente disponível, o procedimento interno de verificação das transações com partes relacionadas	Sim	10. 22. e 89.
III.	**ACIONISTAS E ASSEMBLEIA GERAL**		
III.1.(1)	A sociedade não deve fixar um número excessivamente elevado de ações necessárias para conferir direito a um voto	Sim	1. e 12.
III.1.(2)	Informa no relatório de governo sobre a sua opção sempre que a cada ação não corresponda um voto	Não aplicável	1. e 12.
III.2.	A sociedade que tenha emitido ações com direito especial ao voto plural identifica, no relatório de governo, as matérias que, por previsão dos estatutos da sociedade, estão excluídas do âmbito do voto plural	Não aplicável	1.
III.3.	A sociedade não deve adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei	Sim	14.
III.4.	A sociedade implementa os meios adequados para a participação não presencial dos acionistas na Assembleia Geral, em termos proporcionais à sua dimensão	Sim	12.
III.5.	A sociedade implementa igualmente os meios adequados para o exercício não presencial do direito de voto, incluindo por correspondência e por via eletrónica	Sim	12.
III.6.	Os estatutos da sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione	Não aplicável	5. e 13.
III.7.	Não devem ser adotadas medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores	Sim	2. 4. e 6.
IV.	**ADMINISTRAÇÃO**		
IV.1.1.(1)	O órgão de administração assegura que a sociedade atua de forma consentânea com o seu objeto e não delega poderes, designadamente, no que respeita a: i) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade	Sim	21.
IV.1.1.(2)	ii) organização e coordenação da estrutura empresarial	Sim	21.

	Recomendação	Adoção	Remissão
IV.1.1.(3)	iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais	Sim	21.
IV.1.2.	O órgão de administração aprova, através de regulamento ou mediante via equivalente, o regime de atuação dos administradores executivos aplicável ao exercício por estes de funções executivas em entidades fora do grupo	Não	22.
IV.2.1.	Sem prejuízo das funções legais do presidente do conselho de administração, se este não for independente, os administradores independentes – ou, não existindo estes em número suficiente, os administradores não executivos – designam entre si um coordenador para, nomeadamente, (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do conselho de administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções, e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação VI.1.1.; em alternativa, pode a sociedade fixar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação	Não aplicável	18.
IV.2.2.	O número de membros não executivos do órgão de administração deve ser adequado à dimensão da sociedade e a complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas, devendo constar do relatório de governo a formulação deste juízo de adequação	Não	18. e 22.
IV.2.3.	O número de administradores não executivos é superior ao de administradores executivos	Não	18.
IV.2.4.	O número de administradores não executivos que cumpram os requisitos de independência deve ser plural e não pode ser inferior a um terço do número total de administradores não executivos. Para efeitos desta recomendação, considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade, nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de: (…).	Não	18.
IV.2.5.	O disposto no parágrafo (i) da recomendação anterior não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da sociedade e a sua nova designação, tiverem, entretanto, decorrido pelo menos três anos (*cooling-off period*)	Não Aplicável	18.
V.	**FISCALIZAÇÃO**		
V.1.(1)	Com respeito pelas competências que lhe são conferidas por lei, o órgão de fiscalização toma conhecimento das linhas estratégicas, previamente à sua aprovação final pelo órgão de administração	Não	50. e 51.
V.1.(2)	Com respeito pelas competências que lhe são conferidas por lei, o órgão de fiscalização avalia e pronuncia-se sobre a política de risco, previamente à sua aprovação final pelo órgão de administração	Sim	50., 51. e 54.
V.2.(1)	O número de membros do órgão de fiscalização deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas, devendo constar do relatório de governo a formulação deste juízo de adequação	Sim	31.
V.2.(2)	Idem em relação ao número de membros da comissão para as matérias financeiras	Não Aplicável	27.
VI.	**AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÕES E NOMEAÇÕES**		
VI.1.	Avaliação Anual de Desempenho		
VI.1.1.(1)	O órgão de administração – ou comissão com competências na matéria, composta por maioria de membros não executivos – avalia anualmente o seu desempenho, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, assim como o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade	Não	24. e 25.

	Recomendação	Adoção	Remissão
VI.1.1.(2)	Idem em relação ao desempenho da comissão executiva / dos administradores executivos	N/A	
VI.1.1.(3)	Idem em relação ao desempenho das comissões da sociedade.	Não Aplicável	22. e 24.
VI.2	Remunerações		
VI.2.1.	A sociedade constitui uma comissão de remunerações, cuja composição assegure a sua independência em face da administração, podendo tratar-se da comissão de remunerações designada nos termos do artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais	Não	67.
VI.2.2.	A fixação das remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização e das comissões da sociedade compete à comissão de remunerações ou à assembleia geral, sob proposta daquela comissão	Sim	66. e 67.
VI.2.3.	A sociedade divulga no relatório de governo, ou no relatório de remunerações, a cessação de funções dos membros de órgãos ou comissões da sociedade, indicando os montantes de todos os encargos da sociedade relacionados com a cessação de funções, a qualquer título, no exercício em causa	Sim	76. e 80.
VI.2.4.	A fim de prestar informações ou esclarecimentos aos acionistas, o presidente ou outro membro da comissão de remunerações deve estar presente na assembleia geral anual e em quaisquer outras se a respetiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade, ou se tal presença tiver sido requerida por acionistas	Sim	67.
VI.2.5.	Dentro das limitações orçamentais da sociedade, a comissão de remunerações pode decidir livremente a contratação, pela sociedade, dos serviços de consultoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções	Sim	67.
VI.2.6.	A comissão de remunerações assegura que aqueles serviços são prestados com independência	Sim	67.
VI.2.7.	Os prestadores desses serviços não serão contratados, pela própria sociedade ou por outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo, para a prestação à sociedade de quaisquer outros serviços relacionados com as competências da comissão de remunerações, sem que haja autorização expressa da comissão	Sim	67.
VI.2.8.	Tendo em vista o alinhamento de interesses entre a sociedade e os administradores executivos, uma parte da remuneração destes tem natureza variável que reflita o desempenho sustentado da sociedade e não estimule a assunção de riscos excessivos	Sim	69., 70. e 71.
VI.2.9.	Uma parte significativa da componente variável é parcialmente diferida no tempo, por um período não inferior a três anos, associando-a, em termos definidos na política de remunerações da sociedade, à confirmação da sustentabilidade do desempenho	Sim	70., 71. e 72.
VI.2.10.	Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações, o início do período de exercício é diferido por um prazo não inferior a três anos	Não aplicável	73. e 74.
VI.2.11.	A remuneração dos administradores não executivos não inclui nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor	Não aplicável	18. e 66.
VI.3.	Nomeações		
VI.3.1.	A sociedade promove, nos termos que considere adequados, mas de forma suscetível de demonstração, que as propostas para eleição dos membros dos órgãos da sociedade sejam acompanhadas de fundamentação a respeito da adequação de cada um dos candidatos à função a desempenhar	Não	16.
VI.3.2.	A comissão de nomeações de membros de órgãos sociais inclui uma maioria de administradores independentes	Não aplicável	27.

	Recomendação	Adoção	Remissão
VI.3.3.	A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes é atribuída a uma comissão de nomeações	Sim	20.
VI.3.4.	A comissão de nomeações de quadros dirigentes disponibiliza os seus termos de referência e promove, na medida das suas competências, a adoção de processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam propostos para seleção os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo quanto à igualdade entre homens e mulheres	Não aplicável	27.
VII.	**CONTROLO INTERNO**		
VII.1.(1)	O órgão de administração debate e aprova o plano estratégico	Sim	53. e 54.
VII.1.(2)	O órgão de administração debate e aprova a política de risco da sociedade, a qual inclui a fixação de limites em matéria de assunção de riscos	Sim	53. e 54.
VII.2.	A sociedade dispõe de uma comissão especializada ou de um comité composto por especialistas em matéria de risco que reporta regularmente ao órgão de administração	Não	54.
VII.3.	O órgão de fiscalização organiza-se internamente, implementando mecanismos e procedimentos de controlo periódico com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos pela sociedade são consistentes com os objetivos fixados pelo órgão de administração	Sim	54.
VII.4.	O sistema de controlo interno, compreendendo as funções de gestão de riscos, *compliance* e auditoria interna, é estruturado em termos adequados à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, devendo o órgão de fiscalização avaliá-lo e, no âmbito da sua competência de fiscalização da eficácia deste sistema, propor os ajustamentos que se mostrem necessários	Sim	51. e 54.
VII.5.	A sociedade estabelece procedimentos de fiscalização, avaliação periódica e de ajustamento do sistema de controlo interno, incluindo uma avaliação anual do grau de cumprimento interno e do desempenho desse sistema, bem como da perspetiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido	Não	54.
VII.6.(1)	Tendo por base a sua política de risco, a sociedade institui uma função de gestão de riscos, identificando (i) os principais riscos a que se encontra sujeita no desenvolvimento da sua atividade	Sim	53.
VII.6.(2)	(ii) a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o respetivo impacto	Não	53.
VII.6.(3)	(iii) os instrumentos e medidas a adotar tendo em vista a respetiva mitigação	Sim	53.
VII.6.(4)	(iv) os procedimentos de monitorização, visando o seu acompanhamento	Parcial	53.
VII.7.	A sociedade institui processos para coligir e processar dados relacionados com a sustentabilidade ambiental e social, para alertar o órgão de administração acerca dos riscos em que a sociedade esteja a incorrer e propor estratégias para a sua mitigação	Sim	Relatório de Gestão Capítulo III. Ponto 1.
VII.8.	A sociedade informa sobre o modo como as alterações climáticas são consideradas na organização e sobre a forma como pondera, nos processos de decisão, a análise do risco climático	Sim	Relatório de Gestão Capítulo III. Ponto 1. e 8.
VII.9.	A sociedade informa, no relatório de governo, sobre os termos em que mecanismos de inteligência artificial hajam sido utilizados como instrumento de tomada de decisões pelos órgãos sociais	Não aplicável	22. e 34.
VII.10.	O órgão de fiscalização pronuncia-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços do sistema de controlo interno, incluindo às funções de gestão de riscos, *compliance* e auditoria interna, podendo propor os ajustamentos que se mostrem necessários	Sim	50. e 51.

	Recomendação	Adoção	Remissão
VII.11.	O órgão de fiscalização é destinatário dos relatórios realizados pelos serviços de controlo interno, incluindo as funções de gestão de riscos, *compliance* e auditoria interna, pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais irregularidades	Sim	50 e 51.
VIII.	**INFORMAÇÃO E REVISÃO LEGAL DE CONTAS**		
VIII.1.	Informação financeira		
VIII.1.1.	O regulamento interno do órgão de fiscalização impõe que este fiscalize a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação financeira pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada	Não	55.
VIII.2.	Revisão legal das contas e fiscalização		
VIII.2.1.	Através de regulamento, o órgão de fiscalização define, nos termos do regime legal aplicável, os procedimentos de fiscalização destinados a assegurar a independência do revisor oficial de contas	Não	45. e 48.
VIII.2.2.(1)	O órgão de fiscalização é o principal interlocutor do revisor oficial de contas na sociedade e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios	Sim	45.
VIII.2.2.(2)	competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas a prestação dos serviços	Parcial	45. e 69.
VIII.2.3.	O órgão de fiscalização avalia anualmente o trabalho realizado pelo revisor oficial de contas, a sua independência e adequação para o exercício das funções e propõe ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito	Sim	45.

3. Outras informações

A sociedade deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas.

No dia 15 de setembro de 2023 a "Teixeira Duarte, S.A." aprovou, em reunião do seu Conselho de Administração - tendo por base o Guião em vigor (Artigo. 1.º c) e Artigo 4.º do Despacho Normativo n.º 18/2019 - o Plano para Igualdade para 2024, em conformidade com o disposto no Artigo 7.º a), da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, o qual, conforme determinado no Artigo 3.º, n.º 3 do Despacho Normativo 18/2019, foi comunicado no SDI (Sistema de Difusão de Informação) da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, cujo Enquadramento, Introdução e Âmbito são aqui divulgados:

ENQUADRAMENTO

A Teixeira Duarte, S.A. (TD, S.A.) sempre assumiu a preocupação em assegurar um tratamento digno aos trabalhadores e trabalhadoras, com respeito pelos seus direitos humanos e laborais, incluindo uma efetiva igualdade entre todos/as.

A Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto veio determinar que os órgãos de administração e de fiscalização das sociedades emitentes de ações admitidas à negociação em mercado regulamentado passem progressivamente a ter uma composição equilibrada em termos de sexo, o que a Teixeira Duarte, S.A. cumpre.

O mesmo diploma estabeleceu que as empresas cotadas em bolsa passem a ter que aprovar planos para a igualdade anuais tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre mulheres e homens, promovendo a eliminação da discriminação em função do sexo e fomentando a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, devendo publicar os planos no respetivo sítio da Internet, até dia 15 de setembro de cada ano, nos termos do despacho normativo nº18/2019 de 21 de junho.

Complementarmente, a Lei n.º 60/2018, de 21 de agosto, aprovou medidas de promoção da igualdade remuneratória entre mulheres e homens por trabalho igual ou de igual valor, aplicáveis a todas as sociedades comerciais, com exigência gradual de elaboração de planos

de avaliação das diferenças remuneratórias, cuja apresentação, em 2023, passou a ser transversalmente exigida pela Autoridade para as Condições do Trabalho e que se destina a excluir qualquer possibilidade de discriminação em razão do sexo.

Neste enquadramento, no dia 14 de setembro de 2022, em reunião do seu Conselho de Administração, a Teixeira Duarte, S.A. aprovou o seu Plano para Igualdade para 2023 que, associado aos fatores internos e externos relevantes para o seu propósito e para a sua orientação estratégica, serviu de base para a elaboração do Plano para a Igualdade para 2024 que agora se apresenta.

A Lei n.º 13/2023, de 03 de abril (e Declaração de Retificação n.º 13/2023, de 29 de maio) que alterou o Código do Trabalho e legislação conexa, no âmbito da agenda do trabalho digno, reforçou os princípios da igualdade e não discriminação, que o Plano para Igualdade para 2023 dá integral cumprimento.

INTRODUÇÃO

A Teixeira Duarte, S.A. tem vindo a incorporar, na sua estratégia de gestão, ações que contribuem para que a igualdade de sexo nos seus diferentes domínios (i.e., respeito pela dignidade dos homens e mulheres no local de trabalho; conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e qualidade no emprego) seja uma realidade dentro das empresas do Grupo.

Tendo por base a Missão "Fazer, contribuindo para a construção de um mundo melhor", objetivo partilhado por todos os trabalhadores e trabalhadoras do Grupo, independentemente da sua área de atuação, geografia, ou equipa de trabalho, a Teixeira Duarte adotou vários instrumentos orientadores da atuação das empresas participadas em matéria de promoção da igualdade de género e de prevenção de práticas discriminatórias, entre os quais se salientam os seguintes:

- *A atuação da Teixeira Duarte, S.A. é realizada em conformidade com as* Declarações de Direitos Humanos da ONU*, com os Princípios Orientadores da* Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico *(OCDE), da* Organização Internacional do Trabalho *(OIT), a legislação nacional e internacional e os 10 Princípios do Pacto Global das Nações Unidas nos domínios dos* Direitos Humanos*,* Práticas Laborais*,* Ambiente*, Concorrência* e combate à *Corrupção e Suborno, Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo.*
- *O Grupo Teixeira Duarte tem em vigor um* Código de Ética e Conduta *de cumprimento obrigatório a todos/as os/as seus/suas trabalhadores/as, que no seu capítulo sobre "Compromissos com as Regras Laborais" consagra expressamente a obrigatoriedade de igualdade de tratamento e não discriminação, proibição de assédio, bem como a promoção da conciliação com a vida familiar e pessoal e proteção na parentalidade. O referido Código de Ética e Conduta prevê a existência de um* Canal de Ética *para onde todos/as os/as trabalhadores/as (bem como entidades terceiras) devem comunicar eventuais irregularidades (nomeadamente situações de assédio no trabalho) identificadas, sem que os/as denunciantes possam sofrer represálias por denúncias de boa-fé.*
- *Cientes da importância da opinião dos/as trabalhadores/as na melhoria das organizações com a implementação de medidas que vão, efetivamente, ao encontro dos interesses da pessoa trabalhadora, a Teixeira Duarte implementou um* Canal de Ideias*, acessível através do Portal Corporativo, onde se pode apresentar sugestões e medidas que podem ser consideradas como importantes para a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal.*

Refira-se que, relativamente ao Plano de Igualdade de 2022 da Teixeira Duarte, S.A., a CITE emitiu um relatório de avaliação concluindo que o mesmo cumpria com todos os requisitos legais aplicáveis. Em 2023 não foi realizada qualquer avaliação pela CITE relativamente ao Plano de Igualdade de 2023. Ainda assim, alicerçada na sua cultura e nos seus objetivos em matéria de igualdade, a Teixeira Duarte, S.A. apresenta o seu Plano para a Igualdade para 2024 que, em linha com as orientações constantes do "Guião para Implementação de Planos de Igualdade para Empresas" estabelecidos pelo Despacho Normativo n.º 18/2019, tem como objetivo divulgar novas medidas a implementar, bem como atualizar e divulgar procedimentos e práticas já implementadas e em vigor no Grupo Teixeira Duarte no âmbito da Igualdade de Género definida pela legislação portuguesa.

O Plano para a Igualdade, definido para 2024, representa o compromisso da Teixeira Duarte, S.A. para com as medidas nele constantes e será monitorizado por um Grupo de Trabalho (Task Force interna) através da avaliação do cumprimento das metas definidas para cada uma das medidas com o intuito de incorporar novas medidas e/ou reajustar as existentes.

Este Grupo de Trabalho é composto por quatro membros – dois do sexo masculino e dois do sexo feminino – de diferentes áreas de atuação dentro do Grupo Teixeira Duarte (Sustentabilidade / Recursos Humanos / Construção / Concessões e Serviços) e que atuam com o acompanhamento do Conselho de Administração.

ÂMBITO DE APLICAÇÃO

A Teixeira Duarte, S.A., enquanto sociedade cotada de topo do Grupo Teixeira Duarte não detém trabalhadores/as para além dos membros dos órgãos sociais e tem em vigor uma Política de Diversidade dos Órgãos de Administração e Fiscalização, aprovada em Assembleia Geral.

Nesta circunstância, e considerando que as empresas do Grupo Teixeira Duarte operam em seis setores diferentes (Construção, Concessões e Serviços, Imobiliária, Hotelaria, Distribuição e Automóvel) e em 22 países com culturas e enquadramentos legais muito distintos, entende-se que a forma adequada de alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre mulheres e homens, promovendo a eliminação da discriminação em função do sexo e fomentando a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional dentro do Grupo Teixeira Duarte, será obtida através da elaboração de um Plano para a Igualdade que apresente um conjunto de objetivos e medidas que deverão ser implementadas e desenvolvidas diretamente pelas suas participadas.

Assim, a aprovação do Plano para a Igualdade 2024 pela Teixeira Duarte, S.A., enquanto sociedade cotada de topo do Grupo Teixeira Duarte, ou seja, é para ser aplicado a si e é extensível a todas as entidades subsidiárias – de forma adequada às suas realidades de atuação, tanto geográficas como setoriais – esclarecendo-se os significados e alcances das seguintes expressões utilizadas ao longo do presente documento:

***Teixeira Duarte:** É a identidade de um Grupo empresarial que se apresenta através daquela que é a sua imagem de marca: um Grupo português fundado numa casa de Engenharia – algo inerente à sua génese e ao seu fundador – que, com espírito empreendedor e apoio nos seus recursos humanos e meios técnicos, estendeu, desde há um século, a sua atuação a outros setores e mercados com uma identidade vivida e defendida por todos/as, com brio e carinho.*

***Grupo Teixeira Duarte:** Teixeira Duarte, S. A. e conjunto de todas as entidades subsidiárias.*

O Plano para a Igualdade 2024 pode ser consultado através do endereço: *https://www.teixeiraduarte.pt/wp-content/uploads/2022/09/Plano-para-a-Igualdade-Teixeira-Duarte-2023.pdf*

PÁGINA PROPOSITADAMENTE DEIXADA EM BRANCO



Empreendimento “Insígnia Campo Belo”, São Paulo – Brasil

Demonstrações Financeiras Individuais 2024

RELATÓRIO E CONTAS 2024

I.BALANÇO

Rubricas	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Ativo não corrente:			
Goodwill	6 e 7	3.251	6.501
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	7	991.120	972.908
Outros investimentos financeiros	9	50	-
Ativos por impostos diferidos	13	10.948	14.231
		1.005.369	993.640
Ativo corrente:			
Clientes	14.1 e 21	9.190	5.713
Estado e outros entes públicos	14.1	3.464	3.842
Outros créditos a receber	14.1	27.155	27.171
Diferimentos	14.1	436	472
Caixa e depósitos bancários	4	34	65
		40.279	37.263
TOTAL DO ATIVO		**1.045.648**	**1.030.903**
Capital próprio e Passivo			
Capital próprio:			
Capital subscrito	22	210.000	210.000
Reservas legais	22	42.000	42.000
Outras reservas	22	242.551	242.551
Resultados Transitados:			
Resultados transitados		(183.786)	(161.473)
Lucros não atribuídos - método da equivalência patrimonial		(305.933)	(281.244)
Ajustamentos /outras variações no capital próprio:			
Lucros não atribuídos - método da equivalência patrimonial		305.933	281.244
Outros ajustamentos em ativos financeiros		(175.238)	(163.402)
		135.527	169.676
Resultado líquido do período	22	**18.877**	**(22.313)**
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		**154.404**	**147.363**
Passivo			
Passivo não corrente:			
Financiamentos obtidos	14.2 e 21	170.332	191.788
Outras dívidas a pagar	14.2 e 21	-	46.746
		170.332	238.534
Passivo corrente:			
Fornecedores	14.2 e 21	5.530	87.828
Estado e outros entes públicos	14.2 e 21	76	6.470
Financiamentos obtidos	14.2 e 21	184.727	150.436
Outras dívidas a pagar	14.2 e 21	530.579	400.272
		720.912	645.006
TOTAL DO PASSIVO		**891.244**	**883.540**
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		**1.045.648**	**1.030.903**

(Valores em milhares de euros)
O anexo faz parte integrante do Balanço em 31 de dezembro de 2024.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

II. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Rendimentos e gastos	Notas	2024	2023
Vendas e serviços prestados	10	3.765	3.512
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	7 e 8	36.387	28.089
Fornecimentos e serviços externos	18	(5.937)	(3.209)
Gastos com o pessoal	17	(1.028)	(981)
Outros rendimentos	19	7.452	1.046
Outros gastos	20	(370)	(309)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		40.269	28.148
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 7	(3.250)	(3.250)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		37.019	24.898
Juros e rendimentos similares obtidos	10 e 16	593	-
Juros e gastos similares suportados	16	(19.792)	(50.328)
Resultado antes de impostos		17.820	(25.430)
Imposto sobre o rendimento do período	13	1.057	3.117
Resultado líquido do período		18.877	(22.313)

(Valores em milhares de euros)
O anexo faz parte integrante da Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2024.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

III.DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

			Capital próprio atribuído aos detentores do capital						
Descrição		Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros de subsidiárias e associadas	Resultado líquido do período	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2023	1	22	210.000	42.000	242.551	(395.983)	162.341	(23.826)	237.083
Alterações no período:									
Aplicação do método da equivalência patrimonial		7	-	-	-	-	(67.407)	-	(67.407)
Aplicação de resultados			-	-	-	(23.826)	-	23.826	-
MEP - Lucros não atribuídos			-	-	-	(22.908)	22.908	-	-
	2		-	-	-	(46.734)	(44.499)	23.826	(67.407)
Resultado líquido do período	3	22						(22.313)	(22.313)
Resultado integral do período	4=2+3								(89.720)
	5		-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	**6=1+2+3**	**22**	**210.000**	**42.000**	**242.551**	**(442.717)**	**117.842**	**(22.313)**	**147.363**
Saldo em 1 de janeiro de 2024	7	22	210.000	42.000	242.551	(442.717)	117.842	(22.313)	147.363
Alterações no período:									
Aplicação do método da equivalência patrimonial		7	-	-	-	-	(11.836)	-	(11.836)
Aplicação de resultados		22	-	-	-	(22.313)	-	22.313	-
MEP - Lucros não atribuídos			-	-	-	(24.689)	24.689	-	-
	8		-	-	-	(47.002)	12.853	22.313	(11.836)
Resultado líquido do período	9	22						18.877	18.877
Resultado integral do período	10=8+9								7.041
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	**12=7+8+9**	**22**	**210.000**	**42.000**	**242.551**	**(489.719)**	**130.695**	**18.877**	**154.404**

(Valores em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante da Demonstração das alterações no capital próprio em 31 de dezembro de 2024.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

IV. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	Notas	2024	2023
Atividades Operacionais:			
Recebimentos de clientes		2.645	6.729
Pagamentos a fornecedores		(4.583)	(4.126)
Pagamentos ao pessoal		(545)	(779)
Caixa gerada pelas operações		(2.483)	1.824
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		4.462	8.696
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		446	(730)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		2.425	9.790
Atividades de Investimento:			
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	4	(110)	-
Outros Ativos - Partes relacionadas		(11.260)	-
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	4	-	244
Juros e rendimentos similares		158	43
Dividendos	4	3.400	3.700
Outros Ativos - Partes relacionadas		7.440	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(372)	3.987
Atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	14.2	28.871	72.100
Financiamentos obtidos - Partes relacionadas	14.2	153.390	104.692
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	14.2	(28.550)	(76.416)
Juros e gastos similares		(25.060)	(36.589)
Financiamentos obtidos - Partes relacionadas	14.2	(130.735)	(77.597)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(2.084)	(13.810)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(31)	(33)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	65	98
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	34	65

(Valores em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante da Demonstração de fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2024.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

ANEXO

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Teixeira Duarte, S.A. (adiante designada por Teixeira Duarte ou Empresa), número de pessoa coletiva 509.234.526, tem sede em Porto Salvo, foi constituída em 30 de novembro de 2009 e tem como atividade principal a realização e gestão de investimentos, a coordenação e supervisão de outras sociedades integradas ou relacionadas com o seu grupo empresarial, atuando essencialmente nos domínios do planeamento estratégico e organizativo.

As demonstrações financeiras anexas referem-se à Empresa em termos individuais, tendo os investimentos financeiros em empresas subsidiárias sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como explicado na Nota 3.2.a).

Todos os valores deste anexo estão expressos em milhares de euros.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67B/2009, de 11 de setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que veio introduzir no Sistema de Normalização Contabilística (SNC) as alterações consideradas indispensáveis para garantir a sua conformidade com a Diretiva n.º 2013/34/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho, sendo consequentemente alteradas as Portarias e os Avisos relativos aos instrumentos contabilísticos que compõem o SNC.

Não foram derrogadas quaisquer disposições do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade, pelo que não há quaisquer efeitos nas demonstrações financeiras decorrentes desta situação.

3.PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABÍLISTICAS

3.1 BASES DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção do custo histórico, no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do SNC.

3.2.POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do SNC.

a) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas subsidiárias são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou deduzido da diferença entre esse custo de aquisição e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias e a parte do investidor no justo valor líquido dos ativos e passivos contingentes identificáveis da subsidiária, se positivas, são registadas como *Goodwill* ou mantidos na rúbrica de investimentos em empresas subsidiárias. Nos casos em que o custo de aquisição é inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada (*Goodwill* negativo) é registada como ganho do período em que ocorre a aquisição, na rúbrica “Outros rendimentos e ganhos”.

As amortizações são calculadas, pelo método da linha reta em conformidade com o período de utilidade esperada pela empresa para o *Goodwill* em causa. A amortização é realizada de acordo com a seguinte vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Goodwill	10

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas subsidiárias por contrapartida de "Ganhos/perdas imputados de subsidiárias", e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida da rúbrica de "Outros ajustamentos em ativos financeiros", bem como pelo reconhecimento de perdas por imparidade. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Quando as perdas em subsidiárias excedem o investimento efetuado nessas entidades é reconhecida uma provisão até ao limite da participação nas mesmas.

b) Regime do acréscimo

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados.

Os rendimentos e gastos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas rúbricas de "Outros créditos a receber" e "Diferimentos" no ativo e "Outras dívidas a pagar" e "Diferimentos" no passivo.

c) Gastos de financiamento de empréstimos obtidos

Os gastos com empréstimos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que respeitam, exceto na medida em que os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção e produção de ativos que levem um período substancial de tempo a ficarem preparados para o uso pretendido são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização, ou final de produção ou construção do ativo, ou quando o projeto em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos antecipadamente e alocáveis a um investimento específico são deduzidos aos gastos financeiros elegíveis para capitalização.

d) Rédito

O rédito associado a uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito proveniente de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo e quando seja provável que os benefícios económicos futuros fluam para a Empresa e o respetivo montante possa ser valorizado e mensurado com fiabilidade.

e) Saldos e transações expressas em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas em rendimentos e gastos de financiamento do período em que são geradas.

f) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando a empresa se torna parte na respetiva relação contratual.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rúbrica de Caixa e depósitos bancários correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

Contas a receber (Clientes e Outros créditos a receber)

As contas a receber são mensuradas, quando reconhecidas inicialmente, pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, o qual usualmente não difere do seu valor nominal. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo do correspondente ajustamento em resultados. O ajustamento reconhecido é mensurado pela diferença entre o valor pelo qual as contas a receber se encontram reconhecidas e o valor atual dos fluxos de caixa descontados à taxa de juro efetiva determinada aquando do reconhecimento inicial.

Investimentos

Os investimentos são reconhecidos na data em que são transferidos substancialmente os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação.

Passivos financeiros e instrumentos de capital

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos da empresa após dedução dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pela empresa são registados pelo valor recebido líquido de custos suportados com a sua emissão.

Contas a pagar (Fornecedores e Outras dividas a pagar)

As contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, o qual usualmente não difere do seu valor nominal.

Financiamentos obtidos e concedidos

Os financiamentos obtidos são registados inicialmente e reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos e posteriormente mensurados pelo método de custo amortizado. Os encargos financeiros, calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e incluindo prémios a pagar, são contabilizados de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, sendo adicionados ao valor contabilístico do empréstimo caso não sejam liquidados durante o período.

Os financiamentos concedidos são registados inicialmente e reconhecidos no ativo pelo valor nominal pago, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos e posteriormente mensurados pelo método de custo amortizado. Os encargos financeiros, calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e incluindo prémios a pagar, são contabilizados de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.

g) Responsabilidades com pensões

Algumas entidades do Grupo Teixeira Duarte procuram proporcionar a seus colaboradores um seguro de reforma não contributivo, constituído no âmbito de uma política social e de incentivos aos trabalhadores. Caracterizando-se pela sua natureza facultativa e não constituindo um direito adquirido, é por decisão exclusiva das respetivas Administrações que se efetuam as contribuições ou resgates quem em cada momento se afigurem adequadas, tendo em consideração o desempenho e a situação económica e financeira. Assim, as contribuições efetuadas são registadas como gasto na data em que são realizadas.

Sem prejuízo da sua génese facultativa, a disponibilidade das contribuições efetuadas pela Empresa são exclusivamente as previstas na legislação fiscal aplicável.

h) Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita ao Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS) previsto no artigo 69.º do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas, do qual é, desde 1 de janeiro de 2012, a sociedade dominante.

O "Imposto sobre o rendimento do período" registado na demonstração dos resultados representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor. Os resultados tributáveis podem diferir dos resultados contabilísticos, uma vez que podem excluir diversos gastos e rendimentos que apenas sejam dedutíveis ou tributáveis em períodos futuros, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

O imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal), conforme disposto na NCRF 25 - Impostos sobre o rendimento.

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

No final de cada período é efetuada uma revisão dos impostos diferidos contabilizados, sendo o montante dos mesmos ajustado em função das expectativas de utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do período, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

i) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

3.3 JUÍZOS DE VALOR DO ÓRGÃO DE GESTÃO

Na preparação das demonstrações financeiras, a Empresa adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: i) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, investimentos financeiros e *goodwill*; ii) acréscimos e diferimentos; e iii) ativos por imposto diferidos.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em

períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

4. FLUXOS DE CAIXA

Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o detalhe de Caixa e depósitos bancários era o seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos à ordem	34	65
	34	65

Fluxos de atividades de investimento

Os pagamentos provenientes de investimentos financeiros nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respeitam às seguintes operações:

	2024	2023
EI01 – Empresa de Serviços Intragrupo, S.A.	(110)	-
	(110)	-

Conforme deliberação unânime por escrito datada de 15 de outubro de 2024 (Ata nº 7), foram efetuadas as seguintes deliberações: i) aumento de capital social no montante de 49 milhares de euros, ii) constituição de reservas livres no montante de 10 milhares de euros e, iii) cobertura de resultados transitados negativos no montante de 1 milhar de euros.

Conforme deliberação unânime por escrito datada de 9 de dezembro de 2024 (Ata nº 9), foram constituídas prestações acessórias de capital, sujeitas ao regime das prestações suplementares, ou seja, pecuniárias, sem qualquer vencimento de juros no montante de 50 milhares de euros.

Os recebimentos provenientes de investimentos financeiros nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respeitam às seguintes operações:

	2024	2023
Alienação da participação na Lagoas Park, S.A.	-	244
	-	244

O valor recebido em 2023 pela alienação da participação na Lagoas Park, S.A., corresponde ao recebimento final do "*Earn Out*" estipulado na escritura de venda de 2018.

Os recebimentos provenientes de dividendos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram como segue:

	2024	2023
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	3.400	3.700
	3.400	3.700

5. PARTES RELACIONADAS

Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da Empresa, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram as seguintes:

	2024	2023
Administradores executivos:		
Benefícios de curto prazo	867	692
Conselho fiscal:		
Benefícios de curto prazo	66	66
	933	758

Saldos e transações

Os termos ou condições praticados entre a Empresa e as suas partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Os principais saldos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, com partes relacionadas podem ser detalhados como segue

	Clientes (Nota 14.1)		Fornecedores (Nota 14.2)		Financiamentos obtidos (Nota 14.2)		Outros créditos a receber (Nota 14.1)		Outras dívidas a pagar (Nota 14.2)	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Subsidiárias:										
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	76	76	-	-	-	-	2.610	4.139	9.425	-
TEIXEIRA DUARTE - E.C., S.A.	4.511	249	4.044	87.081	25.185	40.700	1.155	3.602	379.672	427.260
TEIXEIRA DUARTE - E.C., S.A. (Sucursal de Angola)	1.799	1.799	-	-	-	-	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	-	-	225	91	85.075	63.935	219	-	137.358	8.506
	6.386	2.124	4.269	87.172	110.260	104.635	3.984	7.741	526.455	435.766
Outras partes relacionadas:										
AUTO COMPETIÇÃO ANGOLA (SU), Lda	126	126	-	-	-	-	-	-	-	-
C + P.A. - Cimento e Produtos Associados, SA	-	-	-	-	-	-	2.829	2.478	-	-
CND – Companhia Nacional de Distribuição (SU), Lda	915	915	-	-	-	-	-	-	-	-
COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS (SU), Lda	151	151	-	-	-	-	-	-	-	-
DPLG-Desenv. Term. Especial Content. Porto Guaira, Soc Uni Lda	-	-	-	-	-	-	4	3	2	-
EDUCARE - Actividades Educativas e Culturais (SU), Lda	69	69	-	-	-	-	-	-	-	-
EMPA, SA - Serviços de Engenharia	-	219	-	-	-	-	-	-	-	-
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, SA	-	-	-	-	-	-	6.963	4.948	-	-
ESTA - Gestão de Hotéis, SA	-	-	-	-	-	-	510	366	-	-
GO CORP TRAVEL SOLUTIONS – Agência de Viagens, SA	-	-	-	-	-	-	449	1.797	-	-
IMOTD – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA	-	-	-	-	-	-	405	497	-	-
LAGOAS HOTEL, SA	-	-	3	1	-	-	110	-	353	354
MALANGA – Investimentos Imobiliários, Unipessoal Lda	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4
QUINTA DE CRAVEL - Imobiliária, SA	-	-	-	-	-	-	82	-	-	343
SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, SA	-	-	-	-	-	-	485	17	-	-
TD VIA - Sociedade Imobiliária, SA	-	-	-	-	-	-	-	-	275	1.159
TDA - Comércio e Indústria (SU), Lda	-	970	-	-	-	-	-	-	-	-
TDH - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA	-	-	-	-	-	-	517	379	-	-
TDO - Investimento e Gestão, SA	473	-	213	-	-	-	5.273	4.302	10	12
TDO - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA	-	-	-	-	-	-	1.693	1.350	8	-
TDSP - Participações, Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, Lda	193	193	-	-	-	-	-	-	-	-
TEDAL – Participações e Distribuição, SA	-	-	-	-	-	-	1.791	1.516	-	-
TEIXEIRA DUARTE – Distribuição, SA	-	-	-	-	-	-	1.687	1.387	-	-
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Angola), Lda	742	742	-	-	-	-	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Moçambique), Lda	-	69	-	-	-	-	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE REAL ESTATE, SA	-	-	-	-	-	-	-	-	77	406
TRANSBRITAL - Britas e Empreend. Imobiliários, SA	-	-	-	-	-	-	-	-	(14)	151
UTE DE VIANA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9
V8 - Gestão Imobiliária, SA	-	-	-	-	-	-	10	32	-	-
Outros	135	135	-	-	-	-	-	-	-	-
	2.804	3.589	216	1	-	-	22.808	19.072	715	2.458
	9.190	5.713	4.485	87.173	110.260	104.635	26.792	26.813	527.170	438.224

As principais transações realizadas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, com partes relacionadas foram como segue:

	Serviços prestados (Nota 10)		Juros e rendimentos similares obtidos (Nota 10 e 16)		Fornecimentos e Serviços Externos (Nota 18)		Gastos com o pessoal		Juros e gastos similares suportados (Nota 16)		Outros gastos	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Subsidiárias:												
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. (Sucursal de Venezuela)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.	3.765	3.528	586	-	2.022	24	-	-	10.508	33.218	-	-
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	2.307	743	-	-
	3.765	3.528	586	-	2.024	24	-	-	12.815	33.961	-	15
Outras partes relacionadas:												
GO CORP TRAVEL SOLUTIONS – Agência de Viagens, SA	-	-	-	-	8	1	-	-	-	-	-	-
LAGOAS HOTEL, SA	-	-	-	-	5	11	20	27	-	-	-	27
TDO - Investimento e Gestão, SA	-	-	-	-	-	-	-	-	213	-	-	-
TDO - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA	-	-	-	-	-	-	-	-	180	-	-	-
Outros	-	(16)	-	-	-	(1)	-	-	-	-	-	-
	-	(16)	-	-	13	11	20	27	393	-	-	27
	3.765	3.512	586	-	2.037	35	20	27	- 13.208	33.961	- -	42

6. GOODWILL

As quantias referentes a *Goodwill* nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram:

	31/12/2024		
	Quantias brutas	Amortizações acumuladas	Quantias líquidas
Investimentos em subsidiárias - TDGI, S.A. (Nota 7)	32.504	(29.253)	3.251
	32.504	(29.253)	3.251

	31/12/2023		
	Quantias brutas	Amortizações acumuladas	Quantias líquidas
Investimentos em subsidiárias - TDGI, S.A. (Nota 7)	32.504	(26.003)	6.501
	32.504	(26.003)	6.501

No período findo em 31 de dezembro de 2024, com base no plano de negócios da subsidiária TDGI,S.A., a gestão não identificou indícios de imparidade.

7. PARTICIPACÕES FINANCEIRAS - MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Empresa tinha registado na rubrica Participações financeiras – método da equivalência patrimonial os seguintes montantes distintos por investimentos:

	31/12/2024	31/12/2023
	Quantias líquidas	Quantias líquidas
Investimentos em subsidiárias	991.120	972.908

Em 1 de janeiro de 2018, o Grupo Teixeira Duarte considerou as empresas de Angola e da Venezuela como pertencentes a economias hiperinflacionarias, dando cumprimento à aplicação da IAS 29, com impactos significativos nos capitais próprios das sociedades. Contudo, em 1 de janeiro de 2019, a economia angolana deixou de ser considerada como uma economia hiperinflacionária razão pela qual o Grupo Teixeira Duarte deixou igualmente de aplicar a IAS 29 às empresas domiciliadas naquela geografia.

Ainda em 31 de dezembro de 2018 o Grupo Teixeira Duarte alterou o modelo de mensuração de um conjunto de ativos de “classe homogénea”, do modelo de custo para modelo de revalorização, mantendo desde então este critério que se traduziu num aumento dos capitais próprios das empresas detentoras desses ativos.

Deste modo, as demonstrações financeiras das empresas para efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial, contemplam em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o conjunto de impactos acima referidos, com efeito relevante nos capitais próprios da Empresa.

Empresas subsidiárias

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Empresa participava nas seguintes empresas subsidiárias:

		Percentagem de participação efetiva	
Denominação social	Sede	31/12/2024	31/12/2023
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park, Oeiras	100,00%	100,00%
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park, Oeiras	100,00%	100,00%
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park, Oeiras	100,00%	100,00%
EI01 – Empresa de Serviços Intragrupo, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park, Oeiras	100,00%	-

No período findo em 31 de dezembro de 2024, a Empresa adquiriu a totalidade das ações da EI01 – Empresa de Serviços Intragrupo, S.A a parte relacionada.

A principal informação financeira, ajustada para efeitos de aplicação do método da equivalência patrimonial relativa às empresas subsidiárias em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é a seguinte:

	Ativos		Passivos		Rendimentos		Resultado líquido	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.	1.031.341	1.154.090	792.850	917.492	359.877	467.169	6.889	(2.503)
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	884.765	949.726	144.717	227.027	52.812	45.595	24.691	26.896
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	39.191	34.678	26.669	21.067	57.276	53.440	4.808	3.696
EI01 – Empresa de Serviços Intragrupo, S.A.	110	-	2	-	-	-	(1)	-
	1.955.407	2.138.494	964.238	1.165.586	469.965	566.204	36.387	28.089

As partes de capital em empresas subsidiárias tiveram os seguintes movimentos no período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Partes de capital	*Goodwill*	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2023	1.015.926	9.751	1.025.677
Amortização	-	(3.250)	(3.250)
Efeitos da aplicação do método de equivalência patrimonial:			
- Efeito no resultado do período	28.089	-	28.089
- Efeito em capitais próprios	(67.407)	-	(67.407)
- Dividendos recebidos	(3.700)	-	(3.700)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	972.908	6.501	979.409
Saldo em 1 de janeiro de 2024	972.908	6.501	979.409
Aumento	60	-	60
Amortização	-	(3.250)	(3.250)
Efeitos da aplicação do método de equivalência patrimonial:			
- Efeito no resultado do período	36.387	-	36.387
- Efeito em capitais próprios	(11.836)	-	(11.836)
- Dividendos recebidos	(6.400)	-	(6.400)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	991.120	3.251	994.370

O aumento verificado no período findo em 31 de dezembro de 2024 (Nota 4), refere-se à cobertura de resultados transitados negativos (1 milhar de euros), constituição de reservas livres (10 milhares de euros) e aumento de capital da EI01 – Empresa de Serviços Intragrupo, S.A. (49 milhares de euros).

O detalhe dos investimentos em subsidiárias nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como se segue:

	Partes de capital	
	31/12/2024	31/12/2023
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.	238.491	236.598
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	740.048	722.699
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	12.522	13.611
EI01 – Empresa de Serviços Intragrupo, S.A.	59	-
	991.120	972.908

O efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial nos períodos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, pode ser detalhado como segue:

	Ganhos / perdas		Ajustamentos de capital próprio		Dividendos		Aumentos / reduções	
	2024	2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.	6.889	(2.503)	(4.995)	(48.218)	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	24.691	26.896	(7.342)	(19.222)	-	-	-	-
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	4.808	3.696	502	33	(6.400)	(3.700)	-	-
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	(1)	-	(1)	-	-	-	60	-
	36.387	28.089	(11.836)	(67.407)	(6.400)	(3.700)	60	-

8. GANHOS / PERDAS IMPUTADOS ÀS SUBSIDIÁRIAS

Nos períodos findos de 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Empresa apresentava as seguintes variações nos investimentos em participações financeiras subsidiárias:

	2024	2023
Rendimentos:		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	36.388	30.592
	36.388	30.592
Gastos:		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	(1)	(2.503)
	(1)	(2.503)
	36.387	28.089

9. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os outros investimentos financeiros tinham a seguinte decomposição:

	2024			2023		
	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas
Investimentos em subsidiárias:						
Empréstimos concedidos	50	-	50	-	-	-
	50	-	50	-	-	-

Conforme deliberação unânime por escrito datada de 9 de dezembro de 2024 (Ata nº 9) da EI01 – Empresa de Serviços Intragrupo, S.A., foram constituídas prestações acessórias de capital, sujeitas ao regime das prestações suplementares, ou seja, pecuniárias, sem qualquer vencimento de juros no montante de 50 milhares de euros.

10. RÉDITO

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o rédito reconhecido pela empresa tinha a seguinte decomposição:

	2024	2023
Serviços prestados	3.765	3.512
Juros (Nota 5 e 16)	586	-
	4.351	3.512

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o rédito com partes relacionadas foram de 3.765 milhares de euros e 3.512 milhares de euros, respetivamente (Nota 5).

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os serviços prestados da Empresa estavam geograficamente distribuídos da seguinte forma:

	2024	2023
Portugal	3.765	3.512
	3.765	3.512

11. PASSIVOS CONTINGENTES

Passivos Contingentes – Inspeções Fiscais:

No seguimento de inspeções realizadas pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) ao cálculo do IRC dos períodos de 2017, 2018, 2019 e 2020 devido pelo grupo tributado no âmbito do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), artigo 69.º e seguintes do Código do IRC, de que a TEIXEIRA DUARTE, S.A. é a atual sociedade dominante, foram efetuadas as seguintes correções:

	Imposto Corrigido
2017	663
2018	871
2019	528
2020	466
	2.528

Esta correção resulta de a AT ter um entendimento diferente quanto à utilização das deduções à coleta previstas no artigo 90.º do Código do IRC na Derrama Municipal e Derrama Estadual apuradas no âmbito de aplicação do RETGS, tendo a mesma sido contestada judicialmente pela TEIXEIRA DUARTE, S.A., na qualidade de sociedade dominante. Informa-se que esta correção, igualmente efetuada pela AT nos períodos de 2013 a 2016, tinha sido contestada pela TEIXEIRA DUARTE, S.A., tendo-lhe sido dada razão ainda em fase administrativa. Em janeiro de 2024, a TEIXEIRA DUARTE, S.A. obteve uma decisão favorável relativamente ao processo de 2017, da qual a AT não recorreu para os tribunais superiores, tendo posteriormente sido requerido o cancelamento da correspondente garantia bancária. Em setembro de 2024 a TEIXEIRA DUARTE, S.A. obteve decisões favoráveis relativamente a este tema no que respeita aos exercícios de 2018 e 2019, das quais a AT não recorreu.

A **TEIXEIRA DUARTE, S.A.**, na qualidade de sociedade dominante, foi ainda notificada do Relatório de Conclusões incidente sobre a inspeção realizada pela AT ao IRC devido pelo RETGS no período de 2015, tendo determinado uma correção à matéria coletável apurada, no montante de 22.710 milhares de euros. Esta correção, incidente sobre a utilização de "folga" apurada em períodos anteriores, relativa aos Gastos de Financiamento Líquidos (no âmbito do artigo 67.º do Código do IRC), foi objeto de contestação.

Adicionalmente, a **TEIXEIRA DUARTE, S.A.**, na qualidade de sociedade dominante, foi notificada do Relatório de Conclusões incidente sobre a inspeção realizada pela AT ao IRC devido pelo RETGS no período de 2018, tendo determinado uma correção à matéria coletável apurada, no montante de 6.305 milhares de euros, que foi prontamente contestada, uma vez que a AT não materializou a sua fundamentação.

A participada **TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.**, sociedade cujo capital social é detido diretamente em 100% pela TEIXEIRA DUARTE, S.A., foi objeto de uma correção por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) ao lucro tributável do período de 2018, no montante de 3.495 milhares de euros, do período de 2019, no montante de 9.264 milhares de euros e do período de 2020, no montante de 2.516 milhares de euros (o qual inclui correções favoráveis e desfavoráveis). Por discordar da interpretação da AT em recusar a dedutibilidade fiscal de perdas por imparidade em dívidas a receber, a TEIXEIRA DUARTE, S.A., na qualidade de sociedade

dominante, contestou o montante de 2.826 milhares de euros do período de 2018, o montante de 4.641 milhares de euros do período de 2019 e o montante de 2.535 milhares de euros do período de 2020. Em setembro de 2024 a TEIXEIRA DUARTE, S.A. obteve decisões favoráveis relativamente a este tema no que respeita aos exercícios de 2018 e 2019, das quais a AT não recorreu.

Não concordando também com a correção da AT, relativamente à reversão de perdas por imparidade tributadas, a TEIXEIRA DUARTE, S.A., na qualidade de sociedade dominante, contestou o montante de 3.504 milhares de euros do período de 2019.

Por fim, as correções relativas ao de 2020, incluem a não dedutibilidade de 709 milhares de euros relativo a transferências transfronteiras e respetiva tributação autónoma, as quais foram igualmente contestadas.

Na sequência de inspeções realizadas aos períodos de 2011 e 2013 pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) aos elementos contabilísticos da TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., sociedade cujo capital social é detido diretamente em 100% pela TEIXEIRA DUARTE, S.A., foram efetuadas pela AT as correções aos prejuízos fiscais inicialmente apurados, conforme se detalha infra:

	Prejuízo fiscal apurado	Correção da AT
2011	12.779	3.212
2013	26.221	5.000

A correção ao período de 2011 (*i.e.* 3.212k€) resulta da desconsideração, como gasto fiscal, dos encargos financeiros suportados com o investimento realizado em empresas participadas sob a forma de prestações acessórias sujeitas ao regime das prestações suplementares.

Dado que a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. é tributada em IRC segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, a correção ao prejuízo fiscal de 2011 foi objeto de liquidações adicionais de IRC e juros compensatórios emitidas à sociedade dominante daquele período (*i.e.* a TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.) que as contestou judicialmente. Com referência a esta matéria, e tendo por base argumentos de suporte fundamentalmente idênticos por parte da AT, a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. foi notificada de correções semelhantes relativamente aos períodos de 2007, 2008, 2009, 2010 e 2012. Informa-se que com referência a 31 de dezembro de 2024, as sociedades dominantes daqueles períodos obtiveram decisões favoráveis junto dos Tribunais Superiores, esperando-se idêntico desfecho no período ainda em disputa.

A correção ao prejuízo fiscal apurado no período de 2013, no montante de 5 milhões de euros, respeita integralmente à aplicação incorreta, no entendimento da AT, do artigo 51.º do Código do IRC. Esta correção foi objeto de impugnação judicial pela TEIXEIRA DUARTE, S.A., na qualidade de sociedade dominante. Em maio de 2024, a TEIXEIRA DUARTE, S.A. obteve uma decisão favorável relativamente a este tema, em virtude da qual a AT anulou a correção contestada - no montante de 5 milhões de euros.

Passivos Contingentes – Auxílios de Estado (ZFM):

As entidades TDO – Investimento e Gestão, S.A. e TDO – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., detidas a 100% indiretamente pela Teixeira Duarte, S.A., mantiveram nos anos de 2012 a 2016 e de 2012 a 2017 respetivamente, a atividade económica na Zona Franca da Madeira (ZFM), tendo auferido benefícios fiscais decorrentes do respetivo regime legal aplicável às entidades sediadas na ZFM.

Na sequência de uma Decisão da Comissão Europeia, os referidos benefícios fiscais foram considerados “auxílios ilegais de Estado” a que a empresa não teria direito. A referida Decisão foi contestada pela República Portuguesa e pela Região Autónoma da Madeira junto do Tribunal Geral da União Europeia. Tendo tais contestações sido julgadas improcedentes, foram deduzidos recursos pela República Portuguesa e pela Região Autónoma da Madeira para o Tribunal da Justiça da União Europeia, os quais foram, igualmente, julgados improcedentes.

A Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) procedeu à emissão de liquidações de IRC, relativas aos referidos anos, no valor global de 12.382 milhares de euros, tendo em dezembro de 2023, sido deduzidas impugnações judiciais contra as referidas liquidações, não havendo, ainda, decisão.

O objeto das impugnações judiciais apresentadas não foi à Decisão da Comissão Europeia, mas sim, a vícios das próprias liquidações de IRC, designadamente vício de caducidade e prescrição, falta de fundamentação, “metodologia indireta” e erros de cálculo na determinação dos valores.

Conforme evidenciado no portal da AT, foi declarada a suspensão da execução das referidas liquidações.

Atendendo aos factos anteriormente descritos e tendo em consideração o parecer jurídico emitido por um advogado externo, o qual conclui que o risco de improcedência das contestações judiciais não é provável, a Administração da Teixeira Duarte, S.A., considera que os eventos referidos não satisfazem os critérios de reconhecimento de uma provisão nas participadas.

Outras contingências

Numa operação de fixação de preço no montante de 4.000.000,00 euros, a TDVIA – Sociedade Imobiliária, S.A., sociedade detida a 100% indiretamente pela TEIXEIRA DUARTE, S.A., no período findo em 31 de dezembro de 2023, assumiu o risco e obrigação de no futuro ter que pagar a terceiros quantias variáveis a título de aquisição de terreno, que neste momento ainda não determináveis fruto variáveis condicionantes como preço de venda futuro , tendo por base a área bruta construída ou potencial de construção.

12. EFEITOS DAS ALTERAÇÕES DAS TAXAS DE CÂMBIO

As cotações utilizadas para converter para Euros os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram como segue:

	Câmbio de fecho		
Divisa	31/12/2024	31/12/2023	Variação
Dólar Americano (USD)	1,0389	1,1050	(5,98%)

13. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A "TD, SA" é a sociedade dominante de um grupo de sociedades tributado segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), que abrange todas as sociedades em que participa, direta ou indiretamente, em pelo menos 75% do respetivo capital social, desde que tal participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto e que, simultaneamente, tenham sede e direção efetiva em Portugal e sejam tributadas pelo regime geral do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC").

A Empresa encontra-se sujeita a IRC, à taxa de 21%, incidente sobre a matéria coletável. Importa salientar que, com a entrada em vigor do Orçamento do Estado para 2025, a taxa nominal do IRC será reduzida de 21% para 20%.

Caso apure lucro tributável no período, fica ainda sujeita a Derrama Municipal, cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5%, bem como a Derrama Estadual, incidente sobre a parte do lucro tributável que exceda o montante de 1.500.000,00 euros, 7.500.000,00 euros e 35.000.000,00 euros, às taxas de 3%, 5% e 9%, respetivamente.

Está ainda sujeita a tributação autónoma, às taxas e sobre as despesas, encargos e gastos previstos no artigo 88.º do Código do IRC.

Na sequência da aprovação da Lei do Orçamento do Estado para 2023, a qual entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2023, os prejuízos fiscais que estejam disponíveis para reporte àquela data passam a ter um período de reporte ilimitado, apesar de a sua dedução passar a estar limitada a 65% do lucro tributável de cada período (este limite é elevado em 10 pontos percentuais quando esteja em causa a dedução de prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais em Portugal são passíveis de revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenha havido dedução de prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, aquele prazo pode ser alargado ou suspenso.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções fiscais àquelas declarações não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2024.

A rubrica relativa a "Imposto sobre o Rendimento do Período" representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido, sendo este último o reconhecimento de diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e o fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos sobre o Rendimento.

A relação entre o gasto e o lucro contabilístico, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é como segue:

	2024	2023
Resultado líquido do período	18.877	(22.313)
Ajustamentos para o lucro tributável:		
Diferenças definitivas:		
- A acrescer	4.526	6.597
- A deduzir	(45.545)	(35.395)
Diferenças temporárias:		
- A acrescer	18.199	49.328
Prejuízo fiscal	(3.943)	(1.783)
Matéria coletável	-	-
Tributação autónoma	2	2
Outros	2.020	3.766
Imposto corrente	2.022	3.769
Imposto diferido	(965)	(652)
Gasto de imposto sobre o rendimento	1.057	3.117

Os movimentos ocorridos nos ativos por impostos diferidos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram como segue:

	31/12/2024							
	Saldo inicial	Constituição		Reversão		Efeitos de conversão cambial	Ajustamento	Saldo final
		Resultado líquido	Capital próprio	Resultado líquido	Capital próprio			
Ativos por impostos diferidos:								
Prejuízos fiscais reportáveis	14.231	796	-	(1.761)	-	-	(2.318)	10.948
	14.231	796	-	(1.761)	-	-	(2.318)	10.948

	31/12/2023							
	Saldo inicial	Constituição		Reversão		Efeitos de conversão cambial	Ajustamento	Saldo final
		Resultado líquido	Capital próprio	Resultado líquido	Capital próprio			
Ativos por impostos diferidos:								
Prejuízos fiscais reportáveis	18.009	374	-	(1.026)	-	-	(3.126)	14.231
Dupla tributação internacional	32	-	-	-	-	-	(32)	-
	18.041	374	-	(1.026)	-	-	(3.158)	14.231

As constituições / reversões verificadas foram reconhecidas como gasto ou rendimento do período na rubrica “Imposto sobre o rendimento do período”.

O ajustamento verificado nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é referente, respetivamente, à utilização e ao reforço de prejuízos fiscais no âmbito do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS).

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros, correntes e não correntes, tinham nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a seguinte decomposição:

14.1 ATIVOS FINANCEIROS

Clientes

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a rubrica Clientes tinha a seguinte decomposição:

	31/12/2024		
	Não grupo	Grupo (nota 5)	Total
Clientes conta corrente	-	9.190	9.190
	-	9.190	9.190

	31/12/2023		
	Não grupo	Grupo (nota 5)	Total
Clientes conta corrente	-	5.713	5.713
	-	5.713	5.713

O risco de crédito do saldo de Clientes está detalhado na Nota 21.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os clientes com partes relacionadas foram de 9.190 milhares de euros e 5.713 milhares de euros, respetivamente (Nota 5).

Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a rubrica Outros créditos a receber tinha a seguinte decomposição:

	31/12/2024	31/12/2023
	Corrente	Corrente
Devedores por acréscimos de rendimentos	3	-
Devedores por acréscimos de rendimentos - Partes relacionadas (Nota 5)	1.154	3.093
	1.157	3.093
Outros devedores:		
Adiantamentos a fornecedores	354	354
RETGS - Partes relacionadas (Nota 5)	24.945	22.132
Partes relacionadas (Nota 5)	693	1.588
Outros	6	4
	25.998	24.078
	27.155	27.171

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a rubrica Devedores por acréscimo de rendimentos diz respeito, essencialmente, a prestações de serviços realizados e não faturados à data de reporte e incluem valores com partes relacionadas nos montantes de 1.154 milhares de euros e 3.093 milhares de euros, respetivamente (Nota 5).

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os outros devedores - RETGS nos montantes de 24.945 milhares de euros e 22.132 milhares de euros, respetivamente, referem-se a valores a receber no âmbito do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS) (Nota 5).

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de Outros devedores – Partes relacionadas nos montantes de 693 milhares de euros e 1.588 milhares de euros, respetivamente, referem-se a contratos de assunção de dívida entre partes relacionadas (Nota 5). A diminuição ocorrida em 2024 deve-se a encontro de contas entre a Empresa e partes relacionadas.

Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o Estado e outros entes públicos tinham a seguinte decomposição:

	31/12/2024	31/12/2023
Estado e outros entes públicos:		
Imposto sobre o rendimento	3.308	3.669
Imposto sobre o valor acrescentado	156	173
	3.464	3.842

Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os Diferimentos tinham a seguinte decomposição:

	31/12/2024	31/12/2023
Diferimentos:		
Gastos a reconhecer	436	472
	436	472

14.2 PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a rubrica Fornecedores tinha a seguinte decomposição:

	31/12/2024		
	Não grupo	Grupo (Nota 5)	Total
Fornecedores conta corrente	1.045	4.485	5.530
	1.045	4.485	5.530

	31/12/2023		
	Não grupo	Grupo (Nota 5)	Total
Fornecedores conta corrente	655	87.173	87.828
	655	87.173	87.828

O risco de liquidez do saldo de Fornecedores está detalhado na Nota 21.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os fornecedores com partes relacionadas foram de 4.485 milhares de euros e 87.173 milhares de euros, respetivamente (Nota 5).

Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a rubrica Outras dívidas a pagar tinha a seguinte decomposição:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Credores por acréscimo de gastos - Outros	2.025	-	8.302	-
Credores por acréscimo de gastos - Pessoal	304		401	
Credores por acréscimo de gastos - Partes Relacionadas (Nota 5)	1.599		12.281	
	3.928	-	20.984	-
Outros credores:				
RETGS - Partes Relacionadas (Nota 5)	38.185	-	36.346	-
Partes relacionadas (Nota 5)	487.386	-	342.851	46.746
Outros	1.080	-	91	-
	526.651	-	379.288	46.746
	530.579	-	400.272	46.746

O risco de liquidez do saldo das Outras dívidas a pagar está detalhado na Nota 21.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os credores por acréscimos de gastos – Outros e credores por acréscimos de gastos – Partes relacionadas, refere-se essencialmente e juros e encargos similares a pagar. A diminuição ocorrida em 2024 deve-se essencialmente à renegociação da Divida, e até à sua formalização contratual, o Grupo Teixeira Duarte usufruiu de uma redução da taxa de juro, contribuindo assim para a redução verificada ao nível dos custos de financiamento com entidades externas assim como os apoios de tesouraria dentro do Grupo.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os outros credores – RETGS, nos montantes de 38.185 milhares de euros e 36.346 milhares de euros, respetivamente, referem-se a valores a receber no âmbito do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS) (Nota 5).

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica outros credores – Partes relacionadas nos montantes de 487.385 milhares de euros e 389.597 milhares de euros, respetivamente, referentes a dívidas a partes relacionadas; o seu aumento deve-se à celebração de contratos de cedência de crédito e encontro de contas entre partes relacionadas.

Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a rubrica o Estado e outros entes públicos tinham a seguinte decomposição:

	31/12/2024	31/12/2023
Estado e outros entes públicos:		
Imposto sobre o rendimento	-	6.426
Retenção de impostos sobre rendimentos	59	27
Contribuições para a Segurança Social	17	17
	76	6.470

O risco de liquidez do saldo do Estado e outros entes públicos está detalhado na Nota 21.

Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a rubrica de financiamentos obtidos (correntes e não correntes) tinha a seguinte decomposição:

		31/12/2024		
		Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	a)	61.292	167.464	228.756
Descobertos bancários	a)	6.543	-	6.543
Mercado de valores mobiliários - Papel Comercial	b)	6.632	2.868	9.500
Subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	Nota 5	110.260	-	110.260
		184.727	170.332	355.059

		31/12/2023		
		Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	a)	35.832	186.035	221.867
Descobertos bancários	a)	6.222	-	6.222
Mercado de valores mobiliários - Papel Comercial	b)	3.747	5.753	9.500
Subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	Nota 5	104.635	-	104.635
		150.436	191.788	342.224

O risco de liquidez do saldo dos Financiamentos obtidos está detalhado na Nota 21.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os financiamentos obtidos com partes relacionadas foram de 110.260 milhares de euros e 104.635 milhares de euros, respetivamente (Nota 5).

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024, os movimentos ocorridos nos Financiamentos obtidos, foram os seguintes:

	31/12/2024				
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Transferências	Saldo Final
Empréstimos bancários (a)	221.867	-	-	6.889	228.756
Descobertos bancários (a)	6.222	321	-	-	6.543
Mercado de valores mobiliários - Papel Comercial (b)	9.500	28.550	(28.550)	-	9.500
Subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	104.635	114.810	(130.735)	21.550	110.260
Outros financiadores	-	38.580	-	(38.580)	-
	342.224	182.261	(159.285)	(10.141)	355.059

No período findo em 31 de dezembro de 2024, os montantes de transferências dos empréstimos bancários referem-se a juros vencidos e não pagos convertidos em financiamento.

No período findo em 31 de dezembro de 2024, os montantes de transferências nas subsidiárias, associadas, empreendimentos e conjuntos e outros financiadores referem-se a encontro de contas entre entidades relacionadas.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023, os movimentos ocorridos nos Financiamentos obtidos, foram os seguintes:

	31/12/2023				
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Transferências	Saldo Final
Empréstimos bancários (a)	226.479	-	(4.612)	-	221.867
Descobertos bancários (a)	6.576	-	(354)	-	6.222
Mercado de valores mobiliários - Papel Comercial (b)	8.850	72.100	(71.450)	-	9.500
Subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	77.540	104.692	(77.597)	-	104.635
	319.445	176.792	(154.013)	-	342.224

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica Financiamentos obtidos respeita a diversas operações contratadas junto de várias instituições financeiras e partes relacionadas, no âmbito da renegociação da divida, e até à sua formalização contratual, o Grupo Teixeira Duarte usufruiu de uma redução da taxa de juro.

(a) Empréstimos bancários

Os empréstimos bancários contratados pela Empresa, correspondem essencialmente a:

Banco	Tipo de financiamento	Data de início	Data de vencimento	Financiamento	Moeda	Montante total financiamento - (€)	Plafond utilizado Empresa - (€)	Plafond utilizado restante grupo - (€)
Banco BIC, S.A.	Empréstimo bancário	2 de janeiro de 2020	2 de julho de 2025	Grupado	EUR	5.038.888	-	1.725
Banco BIC, S.A.	Conta caucionada	7 de novembro de 2014	31 de dezembro de 2033	Grupado	EUR	8.233.135	-	2.500
Banco BIC, S.A.	Conta caucionada	6 de agosto de 2015	31 de dezembro de 2033	Grupado	EUR	5.336.960	10.190	-
Banco Comercial Português, S.A.	Empréstimo bancário	5 de janeiro de 2009	17 de junho de 2035	Grupado	EUR	32.014.909	145.873	-
Banco Comercial Português, S.A.	Empréstimo bancário	12 de agosto de 2016	30 de dezembro de 2033	Grupado	EUR	8.642.943	-	8.255
Banco Comercial Português, S.A.	Empréstimo bancário	27 de novembro de 2017	30 de dezembro de 2033	Grupado	EUR	145.180.522	32	31.983
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Empréstimo bancário	22 de setembro de 2014	17 de junho de 2035	Grupado	EUR	7.147.335	72.661	-
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Empréstimo bancário	22 de setembro de 2014	15 de janeiro de 2025	Grupado	EUR	7.147.335	-	13.484
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Empréstimo bancário	12 de agosto de 2016	30 de dezembro de 2033	Grupado	EUR	6.101.339	-	7.867
Novo Banco, S.A.	Descoberto bancário	1 de fevereiro de 2007	31 de dezembro de 2033	Grupado	EUR	-	6.543	8.693
Banco Comercial Português, S.A.	Empréstimo bancário	12 de agosto de 2016	30 de dezembro de 2033	Grupado	EUR	85.869.152	-	5.827
Santander	Conta caucionada	31 de outubro de 2012	31 de dezembro de 2033	Grupado	EUR	11.615.334	-	-
Banco Comercial Português, S.A.	Conta caucionada	27 de junho de 2014	31 de dezembro de 2033	Grupado	EUR	4.825.000	-	7.445
						327.152.850	235.299	87.779

(b) Papel comercial

Em 31 de dezembro de 2024, a Empresa tem negociado os seguintes programas de papel comercial:

Banco	Tipo de financiamento	Data de início	Data de vencimento	Financiamento	Moeda	Montante total financiamento - (€)	Plafond utilizado Empresa - (€)	Plafond utilizado restante grupo - (€)
Novo Banco, S.A.	Papel Comercial	30 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2033	Grupado	EUR	180.200	-	180.200
Novo Banco, S.A.	Papel Comercial	28 de dezembro de 2015	13 de junho de 2025	Grupado	EUR	34.000	-	34.000
Novo Banco, S.A.	Papel Comercial	28 de dezembro de 2015	15 de junho de 2027	Grupado	EUR	64.400	9.500	54.900
Novo Banco, S.A.	Papel Comercial	14 de janeiro de 2016	31 de dezembro de 2033	Grupado	EUR	12.500	-	12.500
						291.100	9.500	281.600

Os Financiamentos obtidos acima indicados são reembolsáveis de acordo com os seguintes prazos de reembolso:

	31/12/2024	31/12/2023
Menos de um ano	184.727	150.436
1 a 2 anos	21.352	21.373
2 a 3 anos	18.657	21.352
3 a 4 anos	18.570	18.739
4 a 5 anos	18.570	18.570
Mais de 5 anos	93.183	111.754
	355.059	342.224

Para garantia dos financiamentos obtidos descritos anteriormente foram constituídas hipotecas e prestados diversos penhores (Nota 15).

15. GARANTIAS E COMPROMISSOS

Garantias

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Empresa tinha prestado garantias bancárias e fianças a terceiros, como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Garantias bancárias	1.226	2.696
	1.226	2.696

A garantia prestada no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 refere-se à suspensão de um processo de execução fiscal relacionado com o IRC de 2018.

A redução ocorrida em 2024 deve-se ao facto de as garantias bancárias terem sido substituídas por livranças prestadas pela sua participada TGPII.

Além das garantias indicadas anteriormente, foram ainda prestados os seguintes penhores e hipotecas:

Banco	Tipo de financiamento	Data de início	Data de vencimento	Montante	Colateral
Banco BIC, S.A.	Conta caucionada	6 de agosto de 2015	31 de dezembro de 2033	10.190	GB do BIC AO (25M €) ao BIC PT ; Hipoteca Prédio nº 2554 (TD Suc. Angola) Complexo Comercial e Oficinas Polo Automóvel - Talatona
Banco Comercial Português, S.A.	Empréstimo bancário	5 de janeiro de 2009	17 de junho de 2035	145.874	Penhor totalidade quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + TDSP Brasil + TD Angola Lda | Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía | Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Banco Comercial Português, S.A.	Empréstimo bancário	12 de agosto de 2016	30 de dezembro de 2033	8.255	Hipoteca de: (i) Lote 26 do Empreendimento Magnólia (TDAM), (ii) Terreno designado Troviscais (TDAM), (iii) Leziria Park II (TDVIA), (iv)Vila Rio (TDVIA), (v) Terreno designado como Jardins da Póvoa e Parque Logístico da Póvoa (TDVIA). | Penhor totalidade quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + TDSP Brasil + TD Angola Lda | Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía | Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Banco Comercial Português, S.A.	Empréstimo bancário	27 de novembro de 2017	30 de dezembro de 2033	32.015	Penhor totalidade quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + TDSP Brasil + TD Angola Lda | Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía | Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Empréstimo bancário	22 de setembro de 2014	17 de junho de 2035	83.334	Penhor totalidade quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + TDSP Brasil + TD Angola Lda | Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía | Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Empréstimo bancário	22 de setembro de 2014	15 de janeiro de 2025	2.810	Penhor totalidade quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + TDSP Brasil + TD Angola Lda | Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía | Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Empréstimo bancário	12 de agosto de 2016	30 de dezembro de 2033	5.827	Hipoteca de: (i) Lote 26 do Empreendimento Magnólia (TDAM), (ii) Terreno designado Troviscais (TDAM), (iii) Leziria Park II (TDVIA), (iv)Vila Rio (TDVIA), (v) Terreno designado como Jardins da Póvoa e Parque Logístico da Póvoa (TDVIA). | Penhor totalidade quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + TDSP Brasil + TD Angola Lda | Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía | Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Novo Banco, S.A.	Empréstimo bancário	12 de agosto de 2016	30 de dezembro de 2033	7.867	Hipoteca de: (i) Lote 26 do Empreendimento Magnólia (TDAM), (ii) Terreno designado Troviscais (TDAM), (iii) Leziria Park II (TDVIA), (iv)Vila Rio (TDVIA), (v) Terreno designado como Jardins da Póvoa e Parque Logístico da Póvoa (TDVIA). | Penhor totalidade quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + TDSP Brasil + TD Angola Lda | Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía | Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Novo Banco, S.A.	Descoberto bancário	1 de fevereiro de 2007	31 de dezembro de 2033	6.543	Penhor totalidade quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + TDSP Brasil + TD Angola Lda | Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía | Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Novo Banco, S.A.	Papel Comercial	30 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2033	180.200	Penhor de: (i) Totalidade das ações da EPOS (TDEC), (ii) Totalidade das ações da C+PA (TEDAL), (iii) 762.813 unidades de participação do Fundo de Investimento Fechado TDF (TDGPII) e a hipoteca de: (i) Polo Industrial do Montijo (TDGPII), (ii) 8 lotes de terreno (V8), (iii) 6 lotes de terreno (Quinta do Cravel). | Penhor totalidade quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + TDSP Brasil + TD Angola Lda | Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía | Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Novo Banco, S.A.	Papel Comercial	28 de dezembro de 2015	13 de junho de 2025	34.000	Penhor 1.045.610 ações da Recolte Espanha (TEDAL) + Penhor de 3.875.000 ações (50%) da TDE (TDGPII). | Penhor totalidade quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + TDSP Brasil + TD Angola Lda | Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía | Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Novo Banco, S.A.	Papel Comercial	28 de dezembro de 2015	15 de junho de 2027	64.400	Penhor 1.045.610 ações da Recolte Espanha (TEDAL) + Penhor de 3.875.000 ações (50%) da TDE (TDGPII). | Penhor totalidade quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + TDSP Brasil + TD Angola Lda | Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía | Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Novo Banco, S.A.	Papel Comercial	14 de janeiro de 2016	31 de dezembro de 2033	12.500	Penhor da totalidade das ações da TDGI. | Penhor totalidade quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + TDSP Brasil + TD Angola Lda | Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía | Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira

Em 31 de dezembro de 2024 a Empresa tem emitidas cartas-conforto prestadas a favor de empresas do grupo conforme segue:

	Valor em Divisa	Divisa	Valor em milhares de euros
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.	1.600.000	EUR	1.600
	1.600.000	EUR	1.600

16. RESULTADOS FINANCEIROS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os Resultados financeiros estavam discriminados como segue:

	2024	2023
Gastos e perdas financeiros:		
Juros suportados	(18.668)	(46.662)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	(4)
Outros gastos de financiamento	(1.124)	(3.662)
	(19.792)	(50.328)
Rendimentos e ganhos financeiros:		
Juros obtidos (Nota 10)	586	-
Diferenças de câmbio favoráveis	7	-
	593	-
	(19.199)	(50.328)

No âmbito da renegociação da Divida, e até à sua formalização contratual, o Grupo Teixeira Duarte usufruiu de uma redução da taxa de juro, contribuindo assim para a redução verificada ao nível dos custos de financiamento com entidades externas assim como os apoios de tesouraria dentro do Grupo.

No período findo em 31 de dezembro de 2024, os juros obtidos com partes relacionadas foram de 586 milhares de euros.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os juros suportados com partes relacionadas foram de 13.208 milhares de euros e 33.961 milhares de euros, respetivamente (Nota 5).

17. GASTOS COM O PESSOAL

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o número médio de empregados contratado diretamente por Portugal foi de 8 e 9 pessoas, respetivamente.

Nos períodos findos naquelas datas, os Gastos com pessoal tinham a seguinte decomposição:

	2024	2023
Remunerações dos órgãos sociais	795	722
Remunerações do pessoal	-	15
Encargos sobre remunerações	154	151
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	3	4
Gastos de ação social	31	36
Outros gastos com o pessoal	45	53
	1.028	981

18. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de Fornecimentos e serviços externos tinha a seguinte decomposição:

	2024	2023
Subcontratos	2	-
Serviços especializados	3.224	613
Materiais	-	1
Energia e fluídos	-	1
Deslocações, estadas e transportes	75	63
Serviços diversos	2.636	2.531
	5.937	3.209

O aumento dos serviços especializados deve-se essencialmente aos gastos suportados para o acompanhamento do Acordo Quadro.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica Serviços diversos inclui o montante de 2.532 milhares de euros e 2.428 milhares de euros, respetivamente, referentes à utilização do edifício Sede no Lagoas Park.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os fornecimentos e serviços externos com partes relacionadas foram de 2.037 milhares de euros e 35 milhares de euros, respetivamente (Nota 5).

19. OUTROS RENDIMENTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os Outros rendimentos e ganhos eram como segue:

	2024	2023
Excesso da estimativa para impostos	-	1.032
Outros	7.452	14
	7.452	1.046

No período findo em 31 de dezembro de 2024, a rúbrica Outros, inclui o montante de 6.426 milhares de euros, decorrentes de regularizações de saldos credores, bem como os montantes de 706 milhares de euros e 211 milhares de euros, referentes a juros indemnizatórios e moratórios, respetivamente, de processos judiciais de IRC, com decisões favoráveis para a Empresa.

20. OUTROS GASTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os Outros gastos e perdas eram como segue:

	2024	2023
Impostos e taxas	57	39
Dívidas incobráveis	-	18
Quotizações	1	1
Insuficiência da estimativa para impostos	258	-
Outros	54	251
	370	309

21. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Princípios gerais

A Empresa encontra-se exposta a um conjunto de riscos financeiros que resultam da sua atividade, dos quais merecem destaque:

– Risco de taxa de juro decorrente do passivo financeiro;

– Risco de crédito, particularmente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a atividade operacional da empresa;

– Risco de liquidez, no que refere à manutenção de um equilíbrio da tesouraria.

A Direção Financeira da Empresa assegura a gestão centralizada das operações de financiamento, das aplicações dos excedentes de tesouraria, das transações cambiais assim como a gestão do risco de contraparte da Empresa.

Adicionalmente, é responsável pela identificação, quantificação e pela proposta e implementação de medidas de gestão/mitigação dos riscos financeiros a que a Empresa se encontra exposta.

De seguida analisam-se de forma mais detalhada os principais riscos financeiros a que a Empresa se encontra exposta e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.

(a) Risco da taxa de juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo a minimização do custo da dívida sujeito à manutenção de um nível baixo de volatilidade dos encargos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o passivo financeiro é composto a 100% de taxa de juro variável.

Caso as taxas de juro de mercado tivessem sido inferiores em 1% durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os resultados financeiros daqueles períodos teriam aumentado em 3.507 milhares de euros e 3.296 milhares de euros, respetivamente. Caso as mesmas taxas de juro de mercado tivessem, ao contrário, sido superiores em 1% durante os mesmos períodos, os resultados financeiros dos mesmos já teriam diminuído em 3.507 milhares de euros e 3.296 milhares de euros, respetivamente.

(b) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos de contas a receber de Clientes (Nota 14.1) para as quais não foram registados ajustamentos, por o Conselho de Administração considerar que as mesmas são realizáveis, são os seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldos:		
Não vencidos	4.511	278
Até 180 dias	31	-
De 180 a 360 dias	27	211
Mais de 360 dias	4.621	5.224
	9.190	5.713

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos de contas a receber com mais de 360 dias, nos montantes de 4.621 milhares de Euros e 5.224 milhares de Euros, respetivamente, são com partes relacionadas.

c) Risco de liquidez

Este risco pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de

dívida. Como forma de mitigar este risco, a Empresa procura manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua dívida em prazos adequados.

O passivo financeiro com vencimento até um ano é, sempre que se entenda adequado, substituído com maturidade a médio e longo prazo.

A maturidade dos passivos financeiros (Nota 14.2) em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é conforme segue:

	31/12/2024				
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Fornecedores	5.530	-	-	-	5.530
Financiamentos obtidos	184.727	21.352	18.656	130.324	355.059
Estado e outros entes públicos	76	-	-	-	76
Outras dívidas a pagar	530.579	-	-	-	530.579
	720.912	21.352	18.656	130.324	891.244

	31/12/2023				
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Fornecedores	87.828	-	-	-	87.828
Financiamentos obtidos	150.436	21.373	21.352	149.063	342.224
Estado e outros entes públicos	6.470	-	-	-	6.470
Outras dívidas a pagar	400.272	46.746	-	-	447.018
	645.006	68.119	21.352	149.063	883.540

22. CAPITAL

Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o Capital social da Empresa encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 420 000 000 ações com o valor nominal de 0,50 euro cada.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Capital social da Empresa é de 210.000 milhares de euros.

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Reserva Legal é de 42.000 milhares de euros.

Outras reservas

As outras reservas são compostas única e exclusivamente por reservas livres. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as Outras reservas são de 242.551 milhares de euros.

Aplicação de resultados

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 22 de maio de 2024, foram aprovadas as contas do período de 2023 e foi decidido que o Resultado líquido apurado, negativo no montante de 22.313.320,96€ (vinte e dois milhões, trezentos e treze mil, trezentos e vinte euros e noventa e seis cêntimos) tivesse a seguinte aplicação:

	Valor
Resultados Transitados	(22.313)
	(22.313)

Conforme apresentado no Relatório de Gestão a proposta de aplicação de resultados para o período findo em 31 de dezembro de 2024, positivo no montante de 18.876.671,94€ (dezoito milhões, oitocentos e setenta e seis mil, seiscentos e setenta e um euros e noventa e quatro cêntimos) é como segue:

	Valor
Resultados Transitados	18.877
	18.877

23. OUTRAS INFORMAÇÕES

O Conselho de Administração aprovou e autorizou a emissão das demonstrações financeiras do período de 2024 no dia 24 de abril de 2025.

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

A Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Divulgações adicionais

Os honorários totais faturados por sociedade de revisores oficiais de contas relativamente à revisão legal das demonstrações financeiras foram os seguintes:

	2024	2023
Honorários Revisão Contas	74	74

24. EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DO BALANÇO

A Teixeira Duarte não tem conhecimento de qualquer facto materialmente relevante, com impacto nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, que tenha ocorrido no período entre o final deste e a presente data.

Apesar disso, importa referir que a 27 de março de 2025 a subsidiária do Grupo dedicada à gestão de créditos, assinou um acordo de refinanciamento com os três principais Bancos. Este acordo, que abrange mais de 90% dos Financiamentos Bancários do Grupo, permitiu otimizar do custo da dívida e estender a sua maturidade, conforme quadro abaixo.

	2024	2024 (a)
2025	247.006	156.346
2026	43.118	79.691
2027	45.959	18.245
2028	40.562	15.491
2029	37.754	12.683
2030 e seguintes	297.114	429.057
	711.513	711.513

(b) Financiamentos do Grupo em 31 de dezembro de 2024, com as novas maturidades do Acordo Quadro.

O acordo prevê a amortização de uma das tranches de financiamento, no montante de 78.266 milhares de euros, através da entrega de ações de cinco sociedades de investimento coletivo imobiliárias, operação que deverá ficar concluída no segundo semestre deste ano.

Esta negociação contempla igualmente uma nova linha de garantias bancárias no montante de 190 milhões de euros, que vai reforçar a estabilidade financeira e o desenvolvimento das atividades do Grupo, nomeadamente na área construção.

Estas circunstâncias, conjugadas com as expetativas de evolução futura dos negócios do Grupo, irão permitir o reembolso integral dos montantes de capital em dívida.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

PÁGINA PROPOSITADAMENTE DEIXADA EM BRANCO



Linha da Beira Alta, Troço Celorico da Beira - Guarda - Portugal

Demonstrações Financeiras Consolidadas 2024

RELATÓRIO E CONTAS 2024

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

	Notas	2024	2023
Ativos não correntes:			
Goodwill	18	14.338	14.336
Ativos intangíveis	19	15.683	18.623
Ativos fixos tangíveis	20	434.651	429.451
Propriedades de investimento	21	100.197	133.332
Direito de uso	22	22.339	18.802
Investimento em associadas e empreendimentos conjuntos	7 e 23	10.771	5.980
Outros investimentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	7 e 24	5.038	14.211
Ativos por impostos diferidos	26	135.351	155.577
Clientes	27	-	37
Outros créditos a receber	27	1.797	1.494
Outros ativos não correntes	30	6.141	4.900
Total do ativo não corrente		746.306	796.743
Ativos correntes:			
Inventários	9 e 10	271.143	291.430
Clientes	27	165.663	148.199
Outros créditos a receber	27	29.121	32.077
Caixa e equivalentes a caixa - sem Depósitos de Garantia	29	78.239	86.345
Caixa e equivalentes a caixa - com Depósitos de Garantia	29	15.000	15.000
Outros ativos correntes	30	106.938	99.604
		666.104	672.655
Ativos não correntes detidos para venda	25	46.392	49.243
Total do ativo corrente		712.496	721.898
TOTAL DO ATIVO	**7**	**1.458.802**	**1.518.641**
Capital próprio:			
Capital social	32	210.000	210.000
Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos	23	(1.054)	93
Ajustamentos de conversão cambial	45	(608.732)	(587.515)
Reservas e resultados transitados	33	521.188	518.730
Resultado líquido consolidado do período	16	25.641	(11.750)
Capital próprio atribuível a detentores de capital		147.043	129.558
Interesses não controlados	34	21.313	19.759
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		**168.356**	**149.317**
Passivos não correntes:			
Financiamentos obtidos	35	464.507	506.476
Provisões	36	36.386	43.356
Responsabilidades com locações	38	17.057	16.209
Passivos por impostos diferidos	26	89.841	91.905
Adiantamentos de clientes	37	-	46.264
Outras dívidas a pagar	37	36.767	42.454
Outros passivos não correntes	39	363	1.415
Total do passivo não corrente		644.921	748.079
Passivos correntes:			
Financiamentos obtidos	35	247.006	220.694
Responsabilidades com locações	38	7.667	5.292
Fornecedores	37	120.723	145.054
Adiantamentos de clientes	37	165.365	135.273
Outras dívidas a pagar	37	14.457	19.348
Outros passivos correntes	39	81.667	87.056
		636.885	612.717
Passivos não correntes detidos para venda	25	8.640	8.528
Total do passivo corrente		645.525	621.245
TOTAL DO PASSIVO	**7**	**1.290.446**	**1.369.324**
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		**1.458.802**	**1.518.641**

(Valores em milhares de euros)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2024.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS DOS PERÍODOS FINDOS 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

	Notas	2024	2023
Rendimentos operacionais:			
Vendas e prestações de serviços	7 e 8	775.153	767.249
Outros rendimentos e ganhos	8	68.195	105.695
Total dos rendimentos operacionais	8	843.348	872.944
Gastos operacionais:			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(233.223)	(222.530)
Variação da produção	10	12.785	19.245
Fornecimentos e serviços externos	11	(285.538)	(334.737)
Gastos com o pessoal	12	(211.014)	(212.115)
Gastos de depreciação e de amortização	7, 19, 20 e 22	(36.054)	(32.785)
Imparidades de ativos depreciáveis / amortizáveis e Goodwill (perdas/reversões)	7, 19, 20 e 22	(798)	(1.051)
Imparidade de contas a receber (perdas/reversões)	27	2.945	(3.435)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	9 e 10	(399)	(584)
Provisões (aumentos/reduções)	7 e 36	1.861	(4.593)
Outros gastos e perdas	13	(23.707)	(41.944)
Total dos gastos operacionais		(773.142)	(834.529)
Resultados operacionais	7	70.206	38.415
Gastos e perdas financeiras	7 e 14	(46.774)	(94.671)
Rendimentos e ganhos financeiros	7 e 14	23.832	76.772
Resultados relativos a atividades de investimento:			
Ganhos / (perdas) em empresas associadas e empreendimentos conjuntos	7 e 14	1.118	501
Ganhos / (perdas) noutros investimentos	7 e 14	(8.530)	2.897
Resultados financeiros		(30.354)	(14.501)
Resultados antes de impostos	7	39.852	23.914
Imposto sobre o rendimento	15	(11.722)	(26.903)
Resultado líquido consolidado do período		28.130	(2.989)
Resultado líquido atribuível a:			
Detentores de capital	16	25.641	(11.750)
Interesses não controlados	34	2.489	8.761
Resultado por ação:			
Básico (euros)	16	0,06	(0,03)
Diluído (euros)	16	0,06	(0,03)

(Valores em milhares de euros)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos resultados do período findo em 31 de dezembro de 2024.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

	Notas	2024	2023
Resultado líquido consolidado do período		**28.130**	**(2.989)**
Rendimentos e gastos que não serão subsequentemente reclassificados para resultados			
Outras variações no capital próprio		8.182	(876)
Outros investimentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, líquido de impostos	24	1.015	666
Excedentes de revalorização, líquido de impostos	20	13.809	88.017
		23.006	87.807
Rendimentos e gastos que podem ser subsequentemente reclassificados para resultados			
Ajustamentos de conversão cambial	45	(30.950)	(167.048)
Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos	23	(1.147)	-
		(32.097)	(167.048)
Resultado reconhecido diretamente no capital próprio		**(9.091)**	**(79.241)**
Rendimento integral do período		**19.039**	**(82.230)**
Rendimento integral atribuível a:			
Detentores de capital		17.485	(84.831)
Interesses não controlados		1.554	2.601

(valores em milhares de euros)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada do outro rendimento integral do período findo em 31 de dezembro de 2024.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

					Reservas e resultados transitados								
	Notas	Capital	Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos	Ajustamentos de conversão cambial	Reserva Legal	Outras reservas	Reserva de justo valor - Investimentos financeiros	Reserva de revalorização de imóveis	Resultados transitados	Resultado líquido consolidado	**Total do capital próprio atribuível a acionistas**	Interesses não controlados	**Total**
Saldo em 1 de janeiro de 2024	32	210.000	93	(587.515)	42.000	265.877	720	319.557	(109.424)	(11.750)	**129.558**	19.759	**149.317**
Rendimento integral do período:													
Resultado líquido consolidado do período		-	-	-	-	-	-	-	-	25.641	**25.641**	2.489	**28.130**
Variação nos ajustamentos de conversão cambial	45	-	-	(30.071)	-	-	-	-	-	-	**(30.071)**	(879)	**(30.950)**
Variação do justo valor de outros investimentos através de outro rendimento integral, líquidos de impostos	24	-	-	-	-	-	1.015	-	-	-	**1.015**	-	**1.015**
Excedente de revalorização, líquidos de impostos	20	-	-	-	-	-	-	13.193	-	-	**13.193**	616	**13.809**
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial	23		(1.147)							-	**(1.147)**		**(1.147)**
Outros		-	-	8.854	-	-	-	(5.317)	5.317	-	**8.854**	(672)	**8.182**
Operações com detentores de capital no período:													
Transferência para resultados transitados		-	-	-	-	-	-	-	(11.750)	11.750	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		210.000	(1.054)	(608.732)	42.000	265.877	1.735	327.433	(115.857)	25.641	**147.043**	21.313	**168.356**

					Reservas e resultados transitados								
	Notas	Capital	Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos	Ajustamentos de conversão cambial	Reserva Legal	Outras reservas	Reserva de justo valor - Investimentos financeiros	Reserva de revalorização de imóveis	Resultados transitados	Resultado líquido consolidado	**Total do capital próprio atribuível a acionistas**	Interesses não controlados	**Total**
Saldo em 1 de janeiro de 2023	32	210.000	93	(429.994)	42.000	265.877	54	240.679	(101.053)	(13.267)	**214.389**	17.158	**231.547**
Rendimento integral do período:													
Resultado líquido consolidado do período		-	-	-	-	-	-	-	-	(11.750)	**(11.750)**	8.761	**(2.989)**
Variação nos ajustamentos de conversão cambial	45	-	-	(157.521)	-	-	-	-	-	-	**(157.521)**	(9.527)	**(167.048)**
Variação do justo valor de outros investimentos através de outro rendimento integral, líquidos de impostos	24	-	-	-	-	-	666	-	-	-	**666**	-	**666**
Excedente de revalorização, líquidos de impostos	20	-	-	-	-	-	-	84.728	-	-	**84.728**	3.289	**88.017**
Aquisição de interesses não controlados	34	-	-	-	-	-	-	-	506	-	**506**	(506)	**-**
Outros		-	-	-	-	-	-	(5.850)	4.390	-	**(1.460)**	584	**(876)**
Operações com detentores de capital no período:													
Transferência para resultados transitados		-	-	-	-	-	-	-	(13.267)	13.267	**-**	-	**-**
Saldo em 31 de dezembro de 2023		210.000	93	(587.515)	42.000	265.877	720	319.557	(109.424)	(11.750)	**129.558**	19.759	**149.317**

(valores em milhares de euros)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada das alterações no capital próprio do período findo em 31 de dezembro de 2024.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

	Notas	2024	2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		798.942	852.924
Pagamentos a fornecedores		(523.031)	(578.462)
Pagamentos ao pessoal		(210.686)	(210.910)
Fluxo gerado pelas operações		65.225	63.552
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		1.084	6.103
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		(40.919)	(44.070)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		25.390	25.585
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	29	3	16.151
Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento	29	53.763	122.994
Ativos intangíveis	29	1	36
Juros e rendimentos similares		2.798	8.478
Dividendos	29	1.513	3.349
		58.078	151.008
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	29	(2.473)	(121)
Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento	29	(43.433)	(72.388)
Ativos intangíveis	29	(297)	(876)
		(46.203)	(73.385)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		11.875	77.623
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	35	1.989.876	3.453.402
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	35	(1.999.289)	(3.484.860)
Responsabilidade com locações		(9.367)	(6.156)
Juros e gastos similares		(22.044)	(52.489)
		(2.030.700)	(3.543.505)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(40.825)	(90.103)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(3.559)	13.105
Alteração de perímetro	5	-	(76)
Efeito das diferenças de câmbio		(4.547)	(7.352)
Caixa e seus equivalentes no início do período	29	101.345	95.668
Caixa e seus equivalentes no fim do período	29	93.239	101.345

(valores em milhares de euros)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2024.

NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 31 DE DEZEMBRO DE 2024

1 - NOTA INTRODUTÓRIA

A Teixeira Duarte, S.A. (“Empresa” ou “TD, S.A.") tem sede no edifício 2 do Lagoas Park em Porto Salvo, Portugal. Foi constituída em Portugal em 30 de novembro de 2009, com capital social de 210.000.000 euros, representado por 420.000.000 ações com o valor nominal de 0,50 euros (Nota 32). Tem como atividade principal a realização e gestão de investimentos, a coordenação e supervisão de outras sociedades integradas ou relacionadas com o seu Grupo empresarial. Face ao período anterior não ocorreram quaisquer alterações ao nome da empresa ou meios de identificação.

O universo empresarial da Teixeira Duarte ("Grupo") é formado pelas empresas participadas indicadas na Nota 4. As principais atividades do Grupo são as seguintes: Construção; Concessões e Serviços; Imobiliária; Hotelaria; Distribuição e Automóvel (Nota 7).

Os valores indicados serão expressos em milhares de euros, salvo quando expressamente indicado. As operações realizadas no estrangeiro são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a política descrita nas Notas 2.9 e 2.10.

2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1- Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4), ajustados no processo de consolidação, de modo a estarem de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro adotadas pela União Europeia, efetivas para os períodos iniciados em 1 de janeiro de 2024. No que se refere às empresas do Grupo que utilizam normativos contabilísticos diferentes, foram efetuados ajustamentos de conversão para as IFRS.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS") emitidas pelo *International Accounting Standards Committee* ("IASC") e respetivas interpretações, emitidas pelo *IFRS Interpretation Committee* ("IFRIC") e *Standing Interpretation Committee* ("SIC"), respetivamente, cuja adoção foi aprovada pela União Europeia. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por "IFRS".

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção do custo histórico, modificados pela aplicação do justo valor para as propriedades de investimento e para os ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral. O Grupo adotou também o modelo de revalorização para determinadas classes de ativos fixos tangíveis, conforme nota 20.

O justo valor é a quantia pela qual um ativo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre elas, independentemente de esse preço poder ser diretamente observável ou estimado utilizando outras técnicas de valorização. Ao estimar o justo valor de um ativo ou passivo, o Grupo considera as características que os participantes do mercado também teriam em consideração quando valorizassem o ativo ou passivo na data de mensuração.

O Conselho de Administração avaliou a capacidade do Grupo de operar em continuidade, com base em toda a informação relevante, fatos e circunstâncias de natureza financeira, comercial ou de outra natureza, incluindo eventos subsequentes ocorridos após a data de referência das demonstrações financeiras, disponíveis no futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que o Grupo dispõe de recursos adequados para manter a sua atividade e não tem intenção de a cessar a curto prazo. Portanto, o uso do pressuposto da continuidade na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foi considerado adequado.

Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no período

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas ("*endorsed*") pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao período iniciado em 1 de janeiro de 2024:

Norma / Interpretação	Data de eficácia (períodos iniciados em ou após)	Conteúdo
IAS 1 (alteração) - Classificação de passivos como não correntes e correntes e Passivos não correntes com "*covenants*''	01-jan-24	Se uma entidade estima, e tem o direito, à data de relato, de refinanciar ou fazer o *roll over* de um passivo negociado no âmbito de uma linha de crédito, por pelo menos doze meses após o período de relato, classifica a obrigação como não corrente, mesmo que, de outra forma, fosse devido dentro de um prazo mais curto. Se a entidade não tem o direito discricionário de refinanciar ou efetuar o *roll over* (por exemplo, não há acordo para refinanciamento), a entidade deve classificar o passivo como corrente. Quando uma entidade classifica os passivos resultantes de contratos de financiamento como não correntes e esses passivos estão sujeitos a *covenants* é exigida a divulgação de informação que permita aos investidores avaliar o risco de estes passivos tornarem-se reembolsáveis no prazo de 12 meses (ver Nota 35). Estas alterações são de aplicação retrospetiva.
IAS 7 e IFRS 7 (alteração) - Acordos de financiamento de fornecedores	01-jan-24	Exige que uma entidade efetue divulgações adicionais sobre os seus acordos de financiamento de fornecedores para permitir: a avaliação sobre a forma como os acordos de financiamento de fornecedores afetam os passivos e fluxos de caixa da entidade; e o entendimento do efeito dos acordos de financiamento de fornecedores sobre a exposição de uma entidade ao risco de liquidez, e como a entidade seria afetada se os acordos deixassem de estar disponíveis.
IFRS 16 (alteração) - Passivos por locação numa venda e relocação	01-jan-24	Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os "pagamentos de locação" e "pagamentos de locação revistos" de maneira a que estes não venham a reconhecer ganhos/(perdas) relativamente ao direito de uso que retêm. Os pagamentos variáveis de locação que não dependem de um índice ou de uma taxa não satisfazem a definição de "pagamentos de locação". Esta alteração é de aplicação retrospetiva.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram gerados efeitos materiais nas demonstrações financeiras anexas decorrentes da adoção das normas, interpretações, emendas e/ou revisões acima referidas.

Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em períodos futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em períodos económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas ("*endorsed*") pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Data de eficácia (períodos iniciados em ou após)	Conteúdo
IAS 21 (alteração) - Efeitos das alterações das taxas de câmbio: falta de permutabilidade	01-jan-25	Esta alteração visa clarificar as circunstâncias em que se considera que uma moeda é passível de troca (permutável) e como deve ser determinada a taxa de câmbio à vista quando se verifica a falta de permutabilidade de uma moeda, por um período longo. Exige a divulgação de informação que permita compreender como é que a moeda que não pode ser trocada por outra moeda afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade, para além da taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato e a forma como foi determinada. Esta alteração é de aplicação retrospetiva sem reexpressão do comparativo.

Estas normas apesar de aprovadas ("*endorsed*") pela União Europeia, não foram adotadas em 2024, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória e de não serem expectáveis alterações materiais decorrentes da sua aplicação.

Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas contabilísticas e interpretações técnicas foram emitidas pelo IASB e não se encontram ainda aprovadas ("*endorsed*") pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Data de eficácia (períodos iniciados em ou após)	Conteúdo
IFRS 9 e IFRS 7 (alteração) - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros;	01-jan-26	Clarificação do conceito de data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, introduzindo uma nova exceção para passivos financeiros liquidados através de um sistema eletrónico de pagamentos. Clarificação e exemplificação sobre quando um ativo financeiro cumpre com o critério de os *cash flows* contratuais corresponderem "apenas ao pagamento de principal e juros" ("SPPI"), tais como: i) ativos sem direito de recurso; ii) instrumentos contratualmente associados; e iii) instrumentos com características ligadas ao cumprimento de metas ambientais, sociais e de governo ("ESG"); novos requisitos de divulgação para instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa em termos de período e valor; e novas divulgações exigidas para os instrumentos de capital designados ao justo valor através do outro rendimento integral.
Contratos negociados com referência a eletricidade gerada a partir de fontes renováveis.		Clarificação da aplicação da isenção do "uso próprio" estabelecidos na IFRS 9. Permissão de designação como instrumento de cobertura. Novos requisitos de divulgação da IFRS 7.
IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras demonstrações financeiras	01-jan-27	A IFRS 18 substitui a IAS 1, e tem por objetivo melhorar a divulgação do desempenho financeiro das entidades e promover a prestação de informação mais transparente e comparável, com principal impacto na Demonstração dos Resultados.
IFRS 19 - Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informação financeira: Divulgações	01-jan-27	Permite, às entidades consideradas elegíveis, a preparação de demonstrações financeiras em IFRS com requisitos de divulgação mais reduzidos do que os exigidos pelas várias IFRS, mantendo-se, contudo, a obrigação de aplicar, em geral, todos os requisitos de mensuração e reconhecimento das IFRS.

Estas normas não foram ainda adotadas ("*endorsed*") pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no período findo em 31 de dezembro de 2024.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas ("*endorsed*") pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas.

2.2 - Julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração das IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As estimativas e pressupostos significativos formulados pelo Conselho de Administração na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas incluem, nomeadamente, os pressupostos utilizados no tratamento dos seguintes aspetos:

Imparidade dos ativos não correntes (exceto *Goodwill*)

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do Grupo, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do valor realizável líquido dos ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

Imparidade do *Goodwill*

O *Goodwill* é sujeito a teste de imparidade anual ou sempre que existam indícios de uma eventual perda de valor. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa às quais o *Goodwill* é atribuído, são determinados com base nos fluxos de caixa esperados. Esses cálculos exigem o uso de estimativas por parte do Conselho de Administração relativamente à evolução futura da atividade e taxas de desconto consideradas.

Vidas úteis dos ativos intangíveis e fixos tangíveis

A vida útil de um ativo é o tempo durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para uso e esta deve ser revista pelo menos no final de cada período económico.

A determinação das vidas úteis dos ativos, do método de amortização / depreciação a aplicar e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica é essencial para determinar o montante das amortizações / depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados consolidados de cada período.

Estes três parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos segmentos operacionais em que o Grupo opera.

Provisões e passivos contingentes

O Grupo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade de existência de responsabilidade presente e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, mas estão divulgadas nas notas anexas, a não ser que a probabilidade de existência de uma obrigação seja remota. Relativamente a estes passivos contingentes destacam-se as garantias bancárias prestadas pelo Grupo para o desenvolvimento da sua atividade assim como colaterais de financiamentos obtidos, divulgados na nota 40.

Reconhecimento de ativos por impostos diferidos

São reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando existem expectativas razoáveis de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização das diferenças temporárias, ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os ativos por impostos diferidos sejam revertidos. A avaliação dos ativos por impostos diferidos é efetuada pela gestão no final de cada período tendo em atenção a expectativa de performance fiscal futura.

Perdas por imparidade em contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas em função da avaliação efetuada pela gestão - dos riscos estimados de cobrança existentes à data da posição financeira, os quais se poderão revelar errados.

Por outro lado, as perdas de imparidade esperadas no crédito concedido são apuradas tendo em conta um conjunto de informação histórica e de pressupostos, os quais poderão vir a não ser representativos da incobrabilidade futura dos devedores do Grupo.

Reconhecimento do rédito em contratos de construção

O Grupo reconhece os resultados dos contratos de construção de acordo com o método dos *inputs*, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada contrato até à data da posição financeira e a soma destes custos com os custos estimados para completar o contrato. A avaliação do grau de acabamento de cada contrato é revista periodicamente tendo em consideração os mais recentes indicadores de produção.

Revalorização dos ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são mensurados ao custo de aquisição ou construção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e perdas por imparidade, quando aplicáveis. No entanto, para uma classe homogénea de ativos, pode ser adotado o modelo da revalorização (valor revalorizado deduzido de depreciações acumuladas) como política contabilística para a mensuração subsequente desses ativos. Desta forma, a quantia revalorizada corresponde ao seu justo valor à data de revalorização.

Avaliação de propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas pelo seu justo valor, o qual é determinado com base em avaliações efetuadas por entidades especializadas independentes e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário. Estas avaliações são baseadas em dados observáveis de mercado e requerem julgamento por parte do avaliador no que respeita às condições de transação de cada imóvel em mercado, os quais poderão divergir do resultado apurado no futuro.

2.3 - Princípios de consolidação

a) Empresas controladas

A consolidação das empresas controladas em cada período contabilístico é efetuada pelo método de integração global. Considera-se existir controlo quando o Grupo mesmo que não detenha a maioria do seu capital, em virtude dos direitos de voto detidos e / ou de eventuais acordos celebrados, tenha a capacidade prática de dirigir as atividades relevantes da participada de forma unilateral e esteja exposto a retornos variáveis.

A participação de terceiros no capital próprio e no resultado líquido daquelas empresas é apresentada separadamente na posição financeira e na demonstração consolidada dos resultados e do outro rendimento integral, nas respetivas rubricas de "Interesses não controlados".

As transações e saldos significativos entre essas empresas foram eliminados no processo de consolidação. As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efetuadas dentro do Grupo, são igualmente anuladas.

Sempre que apropriado, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas subsidiárias, tendo em vista a uniformização das respetivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

b) Concentração de atividades empresariais

A concentração de atividades empresariais, nomeadamente a aquisição de empresas controladas é registada pelo método da compra.

O custo de aquisição é determinado como o somatório do justo valor dos ativos entregues, passivos incorridos ou assumidos, e instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo em troca da assunção de controlo da adquirida. Custos relacionados com a aquisição são reconhecidos como custo quando incorridos. Quando aplicável, o custo de aquisição inclui ainda o justo valor de pagamentos contingentes mensurados à data de aquisição. Alterações subsequentes no valor de pagamentos contingentes são registados de acordo com o normativo contabilístico que regula a contabilização dos ativos ou passivos em questão, exceto caso se qualifiquem como ajustamento no período de mensuração provisória (com um máximo de 12 meses).

Os ativos identificáveis, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária, que cumpram os critérios de reconhecimento de acordo com a IFRS 3 - Concentração de Atividades Empresariais ("IFRS 3"), são mensurados pelo respetivo justo valor na data de aquisição, exceto os ativos não correntes (ou grupo de ativos) que sejam classificados como detidos para venda, de acordo com a IFRS 5 - Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas ("IFRS 5"), os quais são reconhecidos e mensurados pelo respetivo justo valor deduzido dos custos a suportar na futura venda.

Qualquer excesso do custo de aquisição acrescido do valor dos interesses não controlados face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como *Goodwill*. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como resultado líquido do período em que ocorre a aquisição, após reconfirmação do justo valor atribuído.

Se o processo de contabilização de concentrações de atividades empresariais estiver incompleto no final do período em que a concentração ocorra, o Grupo divulga essa mesma situação, sendo que os valores considerados podem ser ajustados durante o período de mensuração (o período entre a data de aquisição e a data em que o Grupo obtenha a informação completa sobre os factos e circunstâncias que existiam à data de aquisição é no máximo de 12 meses), ou poderão ser reconhecidos novos ativos e passivos de forma a refletir factos e circunstâncias que existiam à data da posição financeira e que, caso conhecidos, teriam afetado os montantes reconhecidos na data de aquisição.

Os interesses não controlados são identificados em capital próprio separadamente do capital próprio atribuível aos acionistas da Empresa-mãe. Os interesses não controlados podem ser inicialmente mensurados quer pelo seu justo valor quer pela proporção do justo valor de ativos e passivos da subsidiária adquirida. Esta opção é efetuada separadamente para cada transação.

Após o reconhecimento inicial, o valor contabilístico dos interesses não controlados é determinado como o valor inicialmente reconhecido, acrescido da proporção de alterações de capital próprio da subsidiária.

O rendimento integral de uma subsidiária é atribuído aos interesses não controlados ainda que os mesmos sejam negativos.

Alterações na percentagem de controlo sobre empresas subsidiárias que não resultem em perda de controlo são contabilizadas como transações de capital próprio. O valor dos interesses do Grupo e dos interesses não controlados são ajustados para refletir as alterações de percentagem. Qualquer diferença entre o montante pelo qual os interesses não controlados são ajustados e o justo valor do preço da transação é reconhecido diretamente em capital próprio e atribuído aos acionistas da Empresa-mãe.

Quando o Grupo perde controlo sobre uma subsidiária, o ganho ou perda na alienação é calculado como a diferença entre (i) o montante agregado do justo valor do preço e o justo valor dos interesses retidos e (ii) o valor contabilístico dos ativos (incluindo *Goodwill*) e dos passivos da subsidiária e dos interesses não controlados. Montantes reconhecidos previamente como outro rendimento integral são transferidos para resultados do período ou transferidos para resultados transitados da mesma forma que seriam caso os ativos ou passivos relacionados fossem alienados. O justo valor dos interesses retidos corresponde ao justo valor no reconhecimento inicial para efeitos de contabilização subsequente no âmbito da IFRS 9 – Instrumentos financeiros ("IFRS 9") ou, conforme e quando aplicável, o custo para efeitos de reconhecimento inicial de um investimento numa associada ou num empreendimento conjunto.

c) Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos

Associada ou empreendimento conjunto é uma entidade na qual o Grupo exerce influência significativa, através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detém controlo.

Os investimentos financeiros na generalidade das empresas associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 23) encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, exceto quando são classificados como detidos para venda, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação no capital próprio dessas empresas reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas e empreendimentos conjuntos por contrapartida de "Resultados relativos a associadas e empreendimentos conjuntos", e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida das rubricas de "Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos", bem como pelo reconhecimento de perdas por imparidade. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

As perdas em associadas e empreendimentos conjuntos que excedam o investimento efetuado nessas entidades não são reconhecidas, exceto quando o Grupo tenha assumido responsabilidades por perdas no âmbito dessa associada ou empreendimento conjunto.

Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos líquidos identificáveis é registado como "Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos – *Goodwill*". Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração dos resultados do período em que ocorre a aquisição.

Os ganhos não realizados em transações com associadas e empreendimentos conjuntos são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada e empreendimento conjunto, por contrapartida do investimento nessa mesma associada e empreendimento conjunto. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

d) *Goodwill*

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias, empresas associadas e empreendimentos conjuntos, acrescido, no caso de subsidiárias, do valor dos Interesses não controlados e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas, são registadas como *Goodwill* (no caso de subsidiárias) ou mantidos na rubrica de investimentos em empresas associadas e empreendimentos conjuntos.

O *Goodwill* é registado como ativo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado autonomamente na demonstração consolidada da posição financeira ou na rubrica de "Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos" (Notas 18 e 23). Relativamente ao *Goodwill* de subsidiárias, anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os montantes de *Goodwill* são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda por imparidade é registada de imediato como custo na demonstração consolidada dos resultados do período e não é suscetível de reversão posterior.

Na alienação de uma subsidiária, associada ou empreendimento conjunto, o correspondente *Goodwill* é incluído na determinação da mais ou menos-valia.

Nos casos em que o custo de aquisição é inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho do período em que ocorre a aquisição.

2.4 - Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, direitos contratuais e despesas incorridas em projetos específicos com valor económico futuro, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo e o respetivo valor possa ser medido com fiabilidade.

Os ativos intangíveis gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como custo no período em que são incorridos.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de *software* são registados como custos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de utilidade esperada pelo Grupo para os ativos em causa.

2.5 - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis utilizados na produção, prestação de serviços ou para uso administrativo, são registados ao custo de aquisição ou construção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e perdas por imparidade, quando aplicáveis.

No entanto, para uma classe homogénea de ativos, o Grupo adotou em 31 de dezembro de 2018 o modelo da revalorização (valor revalorizado deduzido de depreciações acumuladas) como política contabilística para a mensuração subsequente desses ativos. Desta forma, a quantia revalorizada corresponde ao seu justo valor à data de revalorização.

As revalorizações serão efetuadas de 2 em 2 anos, ou sempre que existam indícios de alteração de valor dos ativos, por avaliadores independentes de forma a assegurar que a quantia escriturada não difira materialmente daquela que seria determinada pelo uso do justo valor no fim do período de relato.

Se a quantia escriturada de um ativo for aumentada em resultado de uma revalorização, o aumento é reconhecido em outro rendimento integral e acumulado no capital próprio na conta "Excedente de revalorização". Porém, o aumento poderá ser reconhecido nos resultados até ao ponto em que reverta um decréscimo de revalorização do mesmo ativo previamente reconhecido nos resultados.

Se a quantia escriturada de um ativo é diminuída em resultado de uma revalorização, a diminuição é reconhecida nos resultados. Porém, a diminuição é reconhecida em outro rendimento integral até ao ponto de qualquer saldo credor existente no excedente de revalorização com respeito a esse ativo. A diminuição reconhecida em outro rendimento integral reduz a quantia acumulada no capital próprio, na conta de "Excedente de revalorização".

Os ativos fixos tangíveis são depreciados pelo método das quotas constantes, de acordo com a sua vida útil estimada, a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para ser utilizados no uso pretendido e cessa quando os ativos passam a ser classificados como ativos não correntes detidos para venda. A depreciação é realizada de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 50
Equipamento básico	3 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 4

As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que correspondem à substituição de bens, os quais são abatidos, ou conduzam a um acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam em condições de ser utilizados para os fins pretendidos.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor realizável líquido e o valor líquido contabilístico na data de alienação / abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados nas rubricas de "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", conforme aplicável.

2.6 - Responsabilidade com locações

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação, bem como, as correspondentes responsabilidades, são contabilizadas reconhecendo o ativo sob direito de uso, as depreciações acumuladas correspondentes e as dividas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual.

Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do direito de uso são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados e de outro rendimento integral do período a que respeitam.

São excluídos deste procedimento as locações com duração igual ou inferior a 12 meses, assim como as de baixo valor, que são aqueles cujo montante total do contrato seja inferior a 5.000 euros, sendo estas locações registadas em resultados de acordo com o período a que respeitam.

2.7 - Imparidade de ativos não correntes, excluindo *Goodwill*

É efetuada uma avaliação de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da eventual perda por imparidade.

Nas situações em que o ativo individualmente não gera *cash-flows* de forma independente de outros ativos, a estimativa do valor recuperável é efetuada para a unidade geradora de caixa a que o ativo pertence.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade pela diferença, a qual é registada na demonstração dos resultados na rubrica "Provisões e perdas por imparidade em ativos depreciáveis e amortizáveis e *Goodwill*".

A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor deduzido dos custos de alienação e do valor de uso. O justo valor líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade é registada quando existem indícios de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica "Provisões e perdas por imparidade em ativos depreciáveis e amortizáveis e *Goodwill*" do período em que a reversão ocorra. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

2.8 - Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, que incluem terrenos e edifícios detidos para arrendamento, apreciação de capital, ou ambos, são inicialmente registadas pelo seu preço de compra ou pelo seu custo de construção (caso se trate de investimento de construção própria), incluindo qualquer dispêndio diretamente atribuível.

Após o reconhecimento inicial, todas as propriedades de investimento, incluindo as que se encontram em construção, são mensuradas pelo respetivo justo valor que reflete as condições de mercado à data da posição financeira. Todos os ganhos ou perdas provenientes de alterações no justo valor de propriedades de investimento são reconhecidos nos resultados do período em que ocorrem e registados na rubrica "Variação no justo valor de propriedades de investimento", incluída em "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de ganhos ou perdas.

O justo valor de cada propriedade de investimento é determinado através de avaliações efetuadas por entidades especializadas independentes e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos, são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As benfeitorias ou beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que correspondam à substituição de bens, os quais são abatidos, ou conduzem a um acréscimo de benefícios económicos futuros.

2.9 - Ativos, passivos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, dado que é a moeda da empresa-mãe.

As transações em outras divisas que não o euro, são registadas às taxas em vigor na data da transação. Em cada data da posição financeira, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros, utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data. Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos, ou à data da posição financeira, dessas mesmas transações, são registadas como rendimentos e custos na demonstração dos resultados do período, exceto aquelas relativas a itens não monetários cuja variação de justo valor seja registada diretamente em capital próprio na rubrica de "Ajustamentos de conversão cambial" (Nota 45).

A conversão das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias expressas em moeda estrangeira é efetuada considerando a taxa de câmbio vigente à data da posição financeira, para conversão de ativos e passivos, a taxa de câmbio histórica para a conversão dos saldos das rubricas de capital próprio e a taxa de câmbio média do período, para a conversão das rubricas da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral e dos fluxos de caixa.

Para a moeda do Bolivar Venezuelano o câmbio utilizado para a conversão das rubricas da demonstração dos resultados foi a taxa de câmbio final, por se tratar de uma economia hiperinflacionária, conforme explicado na nota 2.10.

De acordo com a IAS 21 – Os efeitos de alterações em taxas de câmbio ("IAS 21"), o *Goodwill* e as correções de justo valor apurados na aquisição de entidades estrangeiras consideram-se denominados na moeda de reporte dessas entidades, sendo convertidas para euros à taxa de câmbio na data da posição financeira. As diferenças cambiais assim geradas são registadas no capital próprio na rubrica de "Ajustamentos de conversão cambial" (Nota 45).

2.10 - Empresas em economias hiperinflacionárias

Segundo a IAS 29 – "Relato financeiro em economias hiperinflacionárias", as demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia hiperinflacionária, quer estejam baseadas no custo histórico ou no custo corrente, devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente no final do período de relato.

A norma menciona que a hiperinflação é indicada por características do ambiente económico de um país que incluem nomeadamente as seguintes:

a) a população em geral prefere conservar a sua riqueza em ativos não monetários ou numa moeda estrangeira relativamente estável. As quantias de moeda local detidas são imediatamente investidas para manter o poder de compra;

b) a população em geral vê as quantias monetárias não em termos de moeda local mas em termos de uma moeda estrangeira estável. Os preços podem ser cotados nessa moeda;

c) as vendas e compras a crédito têm lugar a preços que compensem a perda esperada do poder de compra durante o período de crédito, mesmo que o período seja curto;

d) as taxas de juro, os salários e os preços estão ligados a um índice de preços; e,

e) a taxa de inflação acumulada durante três anos aproxima-se ou excede os 100%.

Demonstração da posição financeira

– As quantias da demonstração da posição financeira não expressas ainda em termos de unidade de mensuração corrente à data de referência daquela demonstração foram reexpressas pela aplicação de um índice geral de preços;

– Os itens monetários não foram reexpressos porque já se encontravam expressos em termos de unidade corrente no fim do período de relato. Os itens monetários representam dinheiro detido e elementos a receber ou a pagar em dinheiro;

– Os ativos e passivos que por acordo estavam vinculados a alterações de preços, tais como obrigações e empréstimos indexados, foram ajustados nos termos do acordo a fim de determinar a quantia em saldo no fim do período de relato;

– Todos os outros ativos e passivos foram considerados como não monetários. Contudo, alguns itens não monetários foram registados pelas quantias correntes no final do período de relato, tais como o valor realizável líquido e o justo valor, pelo que não foram reexpressos. Todos os outros ativos e passivos não monetários foram reexpressos;

– A maior parte dos itens não monetários encontrava-se escriturada pelo custo ou ao custo deduzido de amortizações e perdas de imparidade acumuladas. Por conseguinte, encontravam-se expressos por quantias correntes à data da sua aquisição. O custo reexpresso de cada item foi determinado pela aplicação ao seu custo histórico e à sua amortização / perda de imparidade acumulada da variação de um índice geral de preços a partir da data da sua aquisição (ou data de alteração de moeda funcional) até à data de relato. Deste modo, os ativos tangíveis e intangíveis, os inventários e o *Goodwill* foram reexpressos a partir das datas da sua aquisição ou de alteração de moeda funcional;

– Quando aplicável, a quantia reexpressa dos itens não monetários é reduzida para a sua quantia recuperável por força do uso futuro estimado do item ou da sua alienação;

– Os itens expressos pelo custo corrente (justo valor) não foram reexpressos porque já se encontravam expressos em termos da unidade de mensuração corrente à data da demonstração da posição financeira; e,

– As rubricas de capital próprio, exceto as de resultados transitados e as de qualquer excedente de revalorização, foram reexpressas pela aplicação de um índice geral de preços desde as datas em que os respetivos montantes foram constituídos. Por último, os resultados transitados reexpressos foram determinados a partir de todas as outras quantias da demonstração da posição financeira reexpressa.

Demonstração dos resultados

– A demonstração dos resultados, antes da reexpressão, relata geralmente os gastos e os rendimentos correntes no momento em que ocorreram as transações ou os acontecimentos subjacentes. Deste modo, o gasto das vendas e a depreciação dos ativos fixos são registados pelos gastos correntes no momento do seu consumo; e os rendimentos e outros gastos correntes são registados pelas quantias correntes no momento em que foram incursos; e,

– A reexpressão das demonstrações financeiras de acordo com a IAS 29 originou diferenças entre o resultado tributável e o resultado contabilístico. Aquelas diferenças foram contabilizadas de acordo com a IAS 12.

Posição monetária líquida

Num período de inflação, uma empresa que detenha um excesso de ativos monetários sobre passivos monetários (posição monetária líquida devedora) perde poder de compra e consequentemente gera uma perda; por outro lado, uma empresa que detenha um excesso de passivos monetários sobre ativos monetários (posição monetária líquida credora) ganha poder de compra e consequentemente gera um ganho, até ao ponto em que os ativos e passivos não estejam indexados a um nível de preços.

O ganho ou a perda na posição monetária líquida foi incluído no resultado líquido do período.

A 31 de dezembro de 2024 esta norma encontra-se a ser aplicada às entidades da geografia venezuelana e angolana, sendo que apenas a primeira se encontra ativa em 2024 de acordo com os critérios emanados pela norma. No caso da geografia angolana, a mesma continua de aplicação congelada desde 2019.

2.11 - Gastos de financiamento

Os gastos com empréstimos obtidos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que respeitam, exceto na medida em que os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção e produção de ativos que levem um período substancial de tempo a ficarem preparados para o uso pretendido são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de produção ou construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos antecipadamente e alocáveis a um investimento específico são deduzidos aos gastos financeiros elegíveis para capitalização.

2.12 - Subsídios

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Grupo irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os gastos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis, são incluídos nas rubricas de “Outros passivos correntes” e “Outros passivos não correntes” (conforme aplicável) e são creditados na demonstração dos resultados em quotas constantes de forma consistente e proporcional com as depreciações / amortizações dos ativos a cuja aquisição se destinaram.

2.13 - Inventários

As mercadorias e matérias-primas encontram-se registadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Os produtos acabados e intermédios e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo médio ponderado de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico (considerando as depreciações dos equipamentos produtivos calculadas em função de níveis normais de utilização), o qual é inferior ao valor realizável líquido. O valor

realizável líquido corresponde ao preço de venda normal deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização.

São registadas perdas por imparidade em inventários pela diferença entre o valor de custo e o respetivo valor de realização dos inventários, no caso de este ser inferior ao valor contabilístico.

2.14 - Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando: i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado; ii) seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos; e iii) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

2.15 - Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um grupo de ativos e operações envolvidas no fornecimento de produtos ou serviços sujeitos a riscos e benefícios que são diferentes de outros segmentos de negócio. Um segmento geográfico é um grupo de ativos e operações envolvidas no fornecimento de produtos ou serviços num ambiente económico particular, que está sujeito a riscos e benefícios diferentes daqueles que efetuam segmentos que operam em outros ambientes económicos.

O Grupo apresenta como segmentos operacionais os segmentos de negócio, de forma coincidente com aquela em que a gestão conduz os negócios.

2.16 - Resultados operacionais

O resultado das operações inclui a totalidade dos gastos e rendimentos das operações, quer sejam recorrentes ou não recorrentes, incluindo os gastos com reestruturações e os gastos e rendimentos associados a ativos operacionais (ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis). Inclui ainda, as mais ou menos valias apuradas na venda de empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral. Assim, excluem-se dos resultados operacionais os gastos líquidos de financiamento, os resultados apurados com associadas e empreendimentos conjuntos, com os outros investimentos financeiros e os impostos sobre o rendimento.

2.17 - Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo se torna parte na respetiva relação contratual.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado ou, ao seu justo valor, dependendo do modelo adotado pelo Grupo e das características dos seus fluxos de caixa contratuais.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes a caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

b) Instrumentos de dívida e contas a receber

Os instrumentos de dívida e as contas a receber são mensuradas, quando reconhecidas inicialmente, pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo do correspondente ajustamento em resultados na rubrica "(Perdas) / reversões de imparidade de contas a receber". O ajustamento reconhecido é mensurado pela diferença entre o valor pelo qual as contas a receber se encontram reconhecidas e o valor atual dos fluxos de caixa descontados à taxa de juro efetiva determinada aquando do reconhecimento inicial.

c) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros são reconhecidos na data em que são transferidos substancialmente os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que corresponde ao justo valor, incluindo despesas de transação.

Os investimentos financeiros classificam-se como se segue:

Investimentos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são investimentos financeiros que se encontram disponíveis para venda e são classificados como ativos não correntes.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são mensurados pelo justo valor acrescido dos custos de transação. Posteriormente, são mensurados ao seu justo valor com os ganhos e perdas decorrentes da sua variação no outro rendimento integral. No momento da sua alienação, o ganho ou a perda acumulado gerado com estes investimentos financeiros não é reclassificado para a demonstração consolidada dos resultados, mas sim transferido somente para a rubrica de "resultados transitados".

Os dividendos associados são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados no momento em que são atribuídos / deliberados, a menos que os mesmos representem uma recuperação de parte do custo do investimento. Os dividendos são registados na demonstração consolidada dos resultados na rubrica "Resultados relativos a atividades de investimento".

Investimentos financeiros ao justo valor através da demonstração dos resultados

Os ativos financeiros que não cumpram os critérios para serem mensurados pelo custo amortizado ou ao justo valor através do outro rendimento integral são mensurados ao justo valor através da demonstração de resultados.

Os ativos financeiros registados ao justo valor através da demonstração dos resultados são mensurados pelo justo valor apurado no final de cada período de relato, sendo os respetivos ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados, exceto se fizerem parte de uma relação de cobertura.

d) Instrumentos de capital próprio

Os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos do Grupo após dedução dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são registados pelo valor recebido líquido de custos suportados com a sua emissão.

e) Contas a pagar

As contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

f) Financiamentos obtidos

Os financiamentos são registados inicialmente e reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos e posteriormente mensurados pelo método de custo amortizado. Os encargos financeiros, calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e incluindo prémios a pagar, são contabilizados de acordo com o princípio de especialização dos períodos.

2.18 - Responsabilidades com pensões

Algumas entidades do Grupo Teixeira Duarte procuram proporcionar a seus colaboradores um seguro de reforma não contributivo, constituído no âmbito de uma política social e de incentivos aos trabalhadores. Caracterizando-se pela sua natureza facultativa e não constituindo um direito adquirido, é por decisão exclusiva das respetivas Administrações que se efetuam as contribuições ou resgates que em cada momento se afigurem adequadas, tendo em consideração o desempenho e a situação económica e financeira. Assim, as contribuições efetuadas são registadas como gasto na data em que são realizadas.

Sem prejuízo da sua génese facultativa, a disponibilidade das contribuições efetuadas pela Empresa são exclusivamente as previstas na legislação fiscal aplicável.

2.19 - Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação (em concordância com as regras fiscais em vigor no país onde operam) e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais diferem dos resultados contabilísticos) das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios ou créditos fiscais obtidos.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, não são descontados e são reconhecidos em ativos ou passivos não correntes.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada posição financeira é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura. São reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do período, exceto se respeitarem a diferenças temporárias contabilizadas em capital próprio, caso em que o imposto diferido é registado na mesma rubrica.

No final de cada período é efetuada uma revisão dos impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

2.20 - Ativos e passivos contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Um passivo contingente é (i) uma possível obrigação que resulta de acontecimentos passados e cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos ou (ii) uma obrigação presente, que resulta de acontecimentos passados, mas que não é reconhecido por não ser provável a existência de uma saída de recursos ou a eventual saída de recursos não poder ser mensurada com fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo às demonstrações financeiras, a menos que a possibilidade de uma saída de recursos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

2.21 - Rédito

As vendas e prestações de serviços são reconhecidas na demonstração dos resultados quando ocorre a transferência de controlo do bem ou serviço prestado para o comprador e o montante dos rendimentos é razoavelmente quantificado. As devoluções dos produtos vendidos são registadas como uma redução das vendas, no período a que dizem respeito.

O Grupo reconhece receitas provenientes de diferentes negócios:

Construção:

O negócio de construção incorpora uma obrigação de desempenho única relativa à realização de determinada obra nos termos definidos do respetivo caderno de encargos e da orientação e solicitações realizadas pelos clientes ao longo do seu período de realização. O Grupo considera que a referida obrigação de desempenho é cumprida ao longo do período de execução da obra, uma vez que em situações de construção por encomenda, o ativo não tem um uso alternativo e o Grupo tem o direito de receber uma compensação pelos trabalhos executados até à data de reporte. Desta forma, o *timing* de reconhecimento da obrigação de desempenho ocorre durante aquele período, apurado através do método dos inputs (método do grau de acabamento), em função dos gastos incorridos com a mesma e da margem real estimada para cada projeto. Não sendo política conceder garantias de obra superiores às definidas por lei, o Grupo não identificou qualquer obrigação de desempenho adicional relacionada com extensões de garantia.

Para efeitos de determinação do preço total do contrato, são tidas em consideração todas as componentes variáveis associadas ao mesmo, nomeadamente, descontos, bónus, revisões de preços, penalidades, trabalhos adicionais, pedidos de recuperação de gastos incorridos entre outros.

O rédito proveniente destas componentes variáveis apenas é reconhecido quando seja fiavelmente mensurável e a sua realização altamente provável, mitigando uma potencial reversão significativa do mesmo, caso este não venha a ocorrer no futuro.

De salientar ainda que o rédito proveniente destas componentes variáveis é entendido pelo Grupo como uma obrigação única de desempenho, ou seja, indissociável do objetivo previsto no contrato de construção inicialmente celebrado.

Sempre que existe um desfasamento temporal significativo (mais de 12 meses) entre o momento em que um bem ou serviço fica à disposição do cliente e o momento em que é pago, é efetuada uma avaliação quanto à potencial existência de uma componente significativa de financiamento no contrato. Caso exista, aquela componente é tratada como uma obrigação de desempenho autónoma, sendo o respetivo juro reconhecido como rendimento ao longo do período estimado do financiamento.

Adicionalmente, é avaliada também a existência de uma componente significativa de financiamento nos adiantamentos recebidos de clientes. Caso exista, aquela componente é tratada como uma obrigação de desempenho autónoma, sendo o respetivo juro reconhecido como gasto ao longo do período estimado do financiamento.

Caso a situação do parágrafo anterior não se verifique ao nível dos adiantamentos recebidos de clientes, estes são tratados como obrigações únicas de desempenho diretamente associadas aos contratos de construção que respeitam, sendo assim tratados como passivos associados a contratos com clientes. À data de 31 de dezembro de 2024, dada a representatividade dos adiantamentos de clientes bem como o facto de estes serem consumidos proporcionalmente à faturação ao cliente, a gestão considera que não existem adiantamentos de clientes que se enquadrem no conceito de componente significativa de financiamento.

Imobiliária:

Relativamente à venda de ativos imobiliários, o Grupo considera que a sua obrigação de desempenho se encontra cumprida no momento em que procede à sua entrega e a correspondente transferência de controlo ocorrem, o que se considera ocorrer no momento da escritura pública de compra e de venda, uma vez que até esse momento o cliente não beneficia do bem adquirido nem tem controlo ou acesso sobre o mesmo, não existindo outras obrigações de desempenho significativas por cumprir a partir desse momento. Em particular, no que respeita a projetos desenvolvidos pelo Grupo de construção e venda de imóveis, onde exista um compromisso do Grupo em vender ativos com determinadas características, o Grupo entende que, apesar do desenvolvimento do ativo e suas características se encontrarem previstas no contrato promessa celebrado, o Grupo detém a capacidade de controlar o processo, não tendo o cliente capacidade de determinar alterações ou considerações sobre o mesmo. Desta forma, o reconhecimento do respetivo rédito ocorre num momento do tempo, após a referida escritura pública de compra e de venda.

Relativamente ao arrendamento de ativos imobiliários detidos pelo Grupo, a obrigação de desempenho da Teixeira Duarte consiste na atribuição do direito de uso, por arrendamento, do imóvel/loja especificamente referido em cada contrato celebrado. O Grupo considera que o reconhecimento da receita deve ser efetuado ao longo do tempo, correspondente ao período de arrendamento, uma vez que o cliente recebe e usufrui simultaneamente dos benefícios decorrentes do desempenho e execução da Teixeira Duarte na atribuição do direito de uso durante esse período.

Hotelaria:

No que respeita aos serviços de hotelaria, o Grupo entende que a obrigação de desempenho da prestação do serviço, em função da sua natureza, ocorre ao longo do tempo, à medida que o serviço é prestado. Desta forma, considera que o reconhecimento da receita deve ser efetuado ao longo do tempo, correspondente ao período de duração da estadia em hotel, uma vez que o cliente usufrui dos benefícios associados durante esse período. Quando sejam estabelecidas outras obrigações de desempenho, em particular pela requisição de outros serviços (*Food & Beverage*, SPA, ou outros disponibilizados pelo Grupo), os mesmos são reconhecidos num momento do tempo, quando o cliente obtém os benefícios a ele associados.

Distribuição:

Relativamente aos serviços de distribuição, o Grupo considera que a obrigação de desempenho por si assumida com os clientes consiste na venda/entrega de bens em mercado grossista ou retalhista na rede de distribuição (supermercados) detida pelo Grupo Teixeira Duarte. O cumprimento da referida obrigação ocorre quando a entrega do bem adquirido pelo cliente ocorre, uma vez que até esse momento o cliente não beneficia do bem adquirido nem tem controlo ou acesso sobre o mesmo. Desta forma, o reconhecimento do respetivo rédito é efetuado nesse momento do tempo.

Automóvel:

Relativamente à venda de automóveis, o Grupo considera que a sua obrigação de desempenho se encontra cumprida no momento em que procede à sua entrega e correspondente transferência de controlo ocorre, uma vez que até esse momento o cliente não beneficia do bem adquirido nem tem controlo ou acesso sobre o mesmo. O Grupo considera não existirem outras obrigações de desempenho ou compromissos estabelecidos com os clientes no âmbito dos respetivos contratos estabelecidos.

Outros serviços:

Relativamente a outras linhas de receita, em particular serviços prestados a clientes, de carácter continuado ou pontual, entende-se existirem obrigações de desempenho separadas quando tais acordos prevejam diversos ativos a entregar ou serviços a prestar dos quais o cliente possa beneficiar separadamente e se encontrem diferenciados nos termos contratados entre as partes. O Grupo entende que o reconhecimento do rédito atribuído a cada obrigação de desempenho identificada nos contratos, ocorre no momento da transferência do respetivo controlo, em particular ao longo do tempo ou num momento do tempo, em função das suas características, dependente se o cliente beneficia da sua execução ao longo desse mesmo período ou a partir de determinada data.

2.22 - Especialização de períodos

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização dos períodos, o qual se aplica a todas as transações (incluindo as transações com partes relacionadas). pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados independente do momento em que são recebidos ou pagos. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

As diferenças entre os montantes faturados e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas rubricas de “Outros ativos correntes” e “Outros passivos correntes”.

2.23 - Classificação da posição financeira

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data da posição financeira são classificados, respetivamente, no ativo e no passivo, como correntes.

São ainda classificados como correntes os passivos relativamente aos quais não haja um direito incondicional de diferir a sua liquidação por um prazo de pelo menos doze meses após a data da posição financeira.

2.24 - Imparidade de ativos financeiros

O Grupo reconhece perdas de imparidade esperadas para instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, bem como para contas a receber de clientes, de outros devedores, e para ativos associados a contratos com clientes.

A quantia de perdas esperadas de imparidade para os ativos financeiros acima referidos é atualizada a cada data de relato de forma a refletir as alterações no risco de crédito ocorridas desde o reconhecimento inicial dos respetivos ativos financeiros.

As perdas de imparidade esperadas são estimadas utilizando uma matriz de incobrabilidade baseada no histórico de crédito dos clientes do Grupo nos últimos cinco anos, ajustada por fatores específicos atribuíveis aos clientes, bem como pelas condições macroeconómicas que se estimam para o futuro. Para o efeito, os saldos de clientes e outros devedores foram agrupadas tendo em conta perfis de risco de crédito semelhantes (pais, unidade de negócio, tipologia de devedor – público ou privado, e outros) e intervalos de vencimento.

O Grupo apenas desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando este transfere o ativo financeiro juntamente com todos os riscos e benefícios substanciais associados à respetiva propriedade para outra entidade.

No desreconhecimento de um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, a diferença entre seu valor contabilístico e a soma da contraprestação recebida ou a receber é reconhecida nas Demonstrações Consolidadas dos Resultados. Adicionalmente, no desreconhecimento de um ativo financeiro representado por um instrumento de dívida registado ao justo valor por meio de outros resultados, o ganho ou perda acumulado na reserva de justo valor é reclassificado para as demonstrações consolidadas dos resultados.

No entanto, no desreconhecimento de um ativo financeiro representado por um instrumento de capital irrevogavelmente designado no reconhecimento inicial como registado pelo justo valor por meio de outros resultados, o ganho ou perda acumulado na reserva de justo valor não é reclassificado para resultados consolidados sendo transferido para a rubrica de “Outras reservas e Resultados Transitados".

Um ativo financeiro e um passivo financeiro devem ser compensados e a quantia líquida apresentada na demonstração consolidada da posição financeira quando, e apenas quando, uma entidade:

a) tiver atualmente um direito de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas; e,

b) pretender, ou liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo.

Um direito de compensação pode estar atualmente disponível ou pode depender de um acontecimento futuro (por exemplo, o direito pode ser desencadeado ou só poder ser exercido quando ocorrer um determinado acontecimento futuro, como o incumprimento, a insolvência ou a falência de uma das contrapartes).

2.25 - Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes (ou operações descontinuadas) são classificados como detidos para venda se o respetivo valor for realizável através de uma transação de venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é altamente provável; (ii) o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (iii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e, (iv) é expectável que a venda se concretize num período de doze meses.

Ativos não correntes (ou operações descontinuadas) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre o valor contabilístico ou o respetivo justo valor deduzido dos custos para a sua venda.

2.26 - Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado atribuível aos detentores de capital ordinário da TD, S.A., pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período.

O resultado diluído por ação é calculado dividindo o resultado ajustado atribuível aos detentores do capital ordinário da TD, S.A., pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras.

As potenciais ações ordinárias diluidoras podem resultar de opções sobre ações e outros instrumentos financeiros emitidos pelo Grupo, convertíveis em ações da Empresa.

2.27 - Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da posição financeira, estão adequadamente refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas (Nota 47).

3 - ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período findo em 31 de dezembro de 2023, assim como não existiram alterações significativas nas estimativas nem foram identificados erros materiais relativos a períodos anteriores.

4 - EMPRESAS INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2024 foram incluídas na consolidação, pelo método integral, Teixeira Duarte, S.A. e as seguintes empresas controladas:

Denominação social	Sede	% Participação efetiva
MERCADO INTERNO		
CONSTRUÇÃO		
CONSTRUSALAMONDE, A.C.E.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TEIXEIRA DUARTE - SOMAFEL - Viadutos do Campo Grande, A.C.E.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TEIXEIRA DUARTE - Madeira, S.A.	Rua das Pretas, 4 - Fracção 4 D - Funchal	100,00%
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
DPLG - Desenvolvimento do Terminal Especializado de Contentores do Porto de La Guaira, Sociedade Unipessoal, Lda.	Rua das Pretas, 4 - Fracção 4 D - Funchal	100,00%
EI01 - EMPRESA DE SERVIÇOS INTRAGRUPO, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TDGI Manutenção, A.C.E.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
IMOBILIÁRIA		
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FECHADO TDF	Av. Professor Doutor Cavaco Silva, Parque das Tecnologias, Edifício 3 - Porto Salvo	100,00%
IMOTD - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
MALANGA - Investimentos Imobiliários, Unipessoal Lda.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
QUINTA DE CRAVEL - Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TD AM, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TD VIA - Sociedade Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TEIXEIRA DUARTE REAL ESTATE, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
V8 - Gestão Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
HOTELARIA		
ESTA - Gestão de Hotéis, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
GO CORP TRAVEL SOLUTIONS - Agência de Viagens, S.A.	Rua Encosta das Lagoas, nº 8 - Porto Salvo	100,00%
LAGOAS HOTEL, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TDH - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
DISTRIBUIÇÃO		
TEIXEIRA DUARTE - Distribuição, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
AUTOMÓVEL		
TDO - Investimento e Gestão, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
OUTROS		
C + P.A. -Participações e Investimentos, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TDO - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%

Denominação social	Sede	% Participação efetiva
MERCADO EXTERNO		
ÁFRICA DO SUL		
CONSTRUÇÃO		
GLOBAL NET DISTRIBUTORS (Pty) Ltd.	10 Ninth Avenue - Northmead, Gauteng 1501	100,00%
ANGOLA		
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
EDUCARE - Actividades Educativas e Culturais (SU), Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark), Edifício Teixeira Duarte, nº 387, Luanda	100,00%
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark), Edifício Teixeira Duarte, nº 387, Luanda	42,40%
IMOBILIÁRIA		
AFRIMO - Empreendimentos Imobiliários, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark), Edifício Teixeira Duarte, nº 387, Luanda	51,00%
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Angola), Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark), Edifício Teixeira Duarte, nº 387, Luanda	100,00%
HOTELARIA		
ALVALADE - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark), Edifício Teixeira Duarte, nº 387, Luanda	100,00%
ANGOPREDIAL - Empreendimentos Imobiliários (SU), Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark), Edifício Teixeira Duarte, nº 387, Luanda	100,00%
HENDA HOTELARIA, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark), Edifício Teixeira Duarte, nº 387, Luanda	51,00%
HOTEL TRÓPICO, S.A.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark), Edifício Teixeira Duarte, nº 387, Luanda	80,00%
HOTEL BAÍA (SU), Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark), Edifício Teixeira Duarte, nº 387, Luanda	100,00%
DISTRIBUIÇÃO		
CND - Companhia Nacional de Distribuição (SU), Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark), Edifício Teixeira Duarte, nº 387, Luanda	100,00%
COM 1 - Comércio e Distribuição, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark), Edifício Teixeira Duarte, nº 387, Luanda	100,00%
DCG - Distribuição e Comércio Geral (SU), Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark), Edifício Teixeira Duarte, nº 387, Luanda	100,00%
IMO 1 - Empreendimentos Imobiliários (SU), Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark), Edifício Teixeira Duarte, nº 387, Luanda	100,00%
OCC - Operador Central de Comércio, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark), Edifício Teixeira Duarte, nº 387, Luanda	80,00%

Denominação social	Sede	% Participação efetiva
AUTOMÓVEL		
AUTO 1 - Comércio Automóvel, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark), Edifício Teixeira Duarte, nº 387, Luanda	100,00%
AUTO COMPETIÇÃO ANGOLA (SU), Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark), Edifício Teixeira Duarte, nº 387, Luanda	100,00%
AUTO 8 (SU), Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark), Edifício Teixeira Duarte, nº 387, Luanda	100,00%
COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS (SU), Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark), Edifício Teixeira Duarte, nº 387, Luanda	100,00%
TDA - Comércio e Indústria (SU), Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark), Edifício Teixeira Duarte, nº 387, Luanda	100,00%
OUTROS		
PARINVEST - Participações e Investimentos, S.A.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark), Edifício Teixeira Duarte, nº 387, Luanda	36,00%
ARGÉLIA		
CONSTRUÇÃO		
TEIXEIRA DUARTE ALGERIE, SPA	8 Roeute Ben Aknoun, Rés de Chaussée El Biar - Alger	99,94%
BÉLGICA		
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
TDGI, S.A.	Avenue Jean-Monnet, 1, 1348 Louvain-La-Neuve – RPM Bruxelles	100,00%
BRASIL		
CONSTRUÇÃO		
EMPA, S.A. - Serviços de Engenharia	AV. das Nações Unidas, 12901, Conj. N-201, sala 07, 2.º andar Torre Norte, Centro Empresarial Nações Unidas, Brooklin São Paulo, CEP 04578-910	100,00%
SOMAFEL – Obras Ferroviárias e Marítimas, Ltda.	AV. das Nações Unidas, 12901, Conj. N-201, sala 04, 2.º andar Torre Norte, Centro Empresarial Nações Unidas, Brooklin São Paulo, CEP 04578-910	100,00%
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
PAREDÃO de Minas Energia, S.A.	Rua Paraíba, 1000, 12º andar - Parte Bairro Savassi - Belo Horizonte	100,00%
GONGOJI Montante Energia, S.A.	Rua Paraíba, 1000, 12º andar - Parte Bairro Savassi - Belo Horizonte	100,00%
TDGI FACILITIES E MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES LTDA.	AV. das Nações Unidas, 12901, Conj. N-201, sala 05, 2.º andar Torre Norte, Centro Empresarial Nações Unidas, Brooklin São Paulo, CEP 04578-910	100,00%

Denominação social	Sede	% Participação efetiva
IMOBILIÁRIA		
TDSP - Participações, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 01 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Elisa de Moraes Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 02 Itaim Bibi - São Paulo	90,00%
TDSP - Bela Vista Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 06 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Galeno de Castro Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 03 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Maratona Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 08 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Direitos Humanos Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 04 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Alta Vista I Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 19 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Verum Mooca Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 18 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Gilberto Sabino Empreendimentos Imobiliários, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 05 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Alta Vista II Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 20 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Gualaxos Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 07 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Alta Vista III Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 21 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Zanzibar Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 09 Itaim Bibi - São Paulo	92,50%
TDSP - Dionísio da Costa Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 10 Itaim Bibi - São Paulo	92,50%
TDSP - Baceunas Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 11 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Maria de Jesus Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 12 Itaim Bibi - São Paulo	95,00%
TDSP - Volta Redonda Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 13 Itaim Bibi - São Paulo	95,00%
TDSP - Nilo Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 14 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Alta Vista IV Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 15 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Princesa Isabel Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 16 Itaim Bibi - São Paulo	90,00%
TDSP - Carolina Ribeiro - Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 17 Itaim Bibi - São Paulo	95,00%
TDSP - Furnas Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 23 Itaim Bibi - São Paulo	91,00%
TDSP - Fernandes Moreira Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 20 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - 20 Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 22 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - 21 Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 24 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Costa Junior Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 25 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - 23 Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 26 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - 24 Empreendimentos Imobiliários, Ltda	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 27 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - 25 Empreendimentos Imobiliarios, Ltda	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 27 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%

Denominação social	Sede	% Participação efetiva
OUTRAS		
EMES - Participações, Ltda.	AV. das Nações Unidas, 12901, Conj. N-201, sala 06, 2.º andar Torre Norte, Centro Empresarial Nações Unidas, Brooklin São Paulo, CEP 04578-910	100,00%
COLÔMBIA		
CONSTRUÇÃO		
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Colômbia) S.A.S.	Carrera 11 nº 94 – 02 oficina 201, Centro empresarial Manhattan, Bogotá	100,00%
ESPANHA		
CONSTRUÇÃO		
UTE DE VIANA	Calle Caleruega 76, piso 1.º, Oficina 1, 28033 Madrid	100,00%
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
RECOLTE, Servicios Y Medioambiente, S.A. Sociedade Unipersonal.	Calle Caleruega 76, piso 1.º, Oficina 1, 28033 Madrid	100,00%
TDGI - Mantenimiento y Servicios Integrales, S.L.	Calle Caleruega 76, piso 1.º, Oficina 1, 28033 Madrid	100,00%
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA		
CONSTRUÇÃO		
TEIXEIRA DUARTE CONSTRUCTION SERVICES, LLC	1030 Salem Road, Union, NJ 07083	100,00%
GABÃO		
CONSTRUÇÃO		
SOMAFEL GABON, SARL Unipersonnelle	Zone Industrielle Owendo, Libreville, Gabon	100,00%
MACAU		
CONSTRUÇÃO		
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Macau), Lda.	Av. Dr. Mário Soares, nº 25, Edifício Montepio Apr. 26 e 28 – 3º andar, Macau	100,00%
MOÇAMBIQUE		
CONSTRUÇÃO		
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Moçambique), Lda.	Av. 24 de Julho, nº 11, 3º piso, Polana Shopping, Maputo	100,00%
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, Lda.	Av. 24 de Julho, nº 11, 3º piso, Polana Shopping, Maputo	100,00%
IMOBILIÁRIA		
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Av. 24 de Julho, nº 11, 3º piso, Polana Shopping, Maputo	99,99%
IMOPAR - Centro Comercial de Maputo, S.A.	Av. 24 de Julho, nº 11, 3º piso, Polana Shopping, Maputo	100,00%
MALANGA - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Av. 24 de Julho, nº 11, 3º piso, Polana Shopping, Maputo	99,75%
HOTELARIA		
AVENIDA - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	Av. 24 de Julho, nº 11, 3º piso, Polana Shopping, Maputo	100,00%
SOCIEDADE HOTEL TIVOLI, Lda.	Av. 24 de Julho, nº 11, 3º piso, Polana Shopping, Maputo	65,00%
TIVOLI BEIRA - Hotelaria e Serviços, Lda.	Av. 24 de Julho, nº 11, 3º piso, Polana Shopping, Maputo	100,00%
OUTRAS		
INVESTIMOC, S.A.	Av. 24 de Julho, nº 11, 3º piso, Polana Shopping, Maputo	100,00%
PERÚ		
CONSTRUÇÃO		
TEIXEIRA DUARTE PERÚ – Ingeniería y Construcciones, Sociedad Anonima Cerrada	Avenida Arenales, nº 773, Lima	100,00%
VENEZUELA		
CONSTRUÇÃO		
CONSORCIO BOYACÁ – LA GUAIRA	Av. San Juan Bosco, Edifício Centra Altamira Piso 5, Oficina 54, Urb. Altamira, Caracas	57,20%
TEGAVEN – Teixeira Duarte y Asociados, C.A.	Av. Venezuela del Rosal con Calle, Mohedano, Torre JWM, Piso 5, Of. 5-2, Urb El Rosal - Caracas	100,00%

5 - ALTERAÇÕES NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024 não se verificaram alterações face ao perímetro de consolidação em 31 de dezembro de 2023 resultantes de aquisições ou alienações de entidades participadas.

Importa no entanto referir que, durante este período, o Grupo procedeu ainda à dissolução e constituição das seguintes empresas:

Dissoluções

Hotelaria:

- TDHC - Instalações para Desporto e Saúde, S.A..

Constituições

Imobiliária:

- TDSP - 25 Empreendimentos Imobiliários, Ltda..

6 - COTAÇÕES

As cotações utilizadas para converter para Euros os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, bem como os resultados das operações desenvolvidas em países com moeda funcional distinta do Euro, dos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foram as seguintes:

	Câmbio de fecho			Câmbio médio		
Divisa	2024	2023	Var	2024	2023	Var
Bolivar Venezuelano	54,0754	39,8167	(35,8)%	54,0754	39,8167	(35,8)%
Dinar Argelino	141,2500	148,6000	4,9%	145,1039	146,9944	1,3%
Dinar Kuwaitiano	0,3200	0,3395	5,7%	0,3321	0,3324	0,1%
Dinar Tunisino	3,3126	3,3984	2,5%	3,3678	3,3487	(0,6)%
Dirham Marroquino	10,5267	10,8994	3,4%	10,7762	10,9752	1,8%
Dólar Americano	1,0389	1,1050	6,0%	1,0826	1,0816	(0,1)%
Escudo de Cabo Verde	110,2650	110,2650	-	110,2650	110,2650	-
Franco CFA BEAC	655,9570	655,9570	-	655,9570	655,9570	-
Kwanza Angolano	949,4830	915,9900	(3,7)%	942,4942	740,5947	(27,3)%
Metical Moçambicano	67,4500	71,3400	5,5%	69,7823	69,5092	(0,4)%
Novo Sol Peruano	3,9110	4,1030	4,7%	4,0640	4,0415	(0,6)%
Pataca Macaense	8,3107	8,8903	6,5%	8,7003	8,7216	0,2%
Peso Colombiano	4.566,1157	4.222,6008	(8,1)%	4.415,0008	4.662,3228	5,3%
Rand África do Sul	19,9581	20,5839	3,0%	19,9158	19,8802	(0,2)%
Real Brasileiro	6,4363	5,3516	(20,3)%	5,8654	5,4086	(8,4)%

7 – INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

O Grupo encontra-se organizado de acordo com os seguintes segmentos de negócio:

– Construção;

– Concessões e serviços;

– Imobiliária;

– Hotelaria;

– Distribuição; e,

– Automóvel.

As vendas e prestações de serviços e os resultados de cada um dos segmentos operacionais acima mencionados, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foram como segue:

	Vendas e prestações de serviços						Resultados operacionais	
	2024			2023				
Segmento	Clientes externos	Intersegmental	**Total**	Clientes externos	Intersegmental	**Total**	2024	2023
Construção (Nota 31)	436.094	48.957	**485.051**	511.188	32.515	**543.703**	19.124	(14.361)
Concessões e serviços	92.069	4.969	**97.038**	90.137	5.272	**95.409**	7.268	7.857
Imobiliária	98.706	8.664	**107.370**	21.694	8.423	**30.117**	25.094	31.877
Hotelaria	39.864	858	**40.722**	40.402	794	**41.196**	4.634	11.752
Distribuição	91.065	1.200	**92.265**	81.972	1.305	**83.277**	5.609	4.571
Automóvel	17.355	1.493	**18.848**	21.856	1.216	**23.072**	2.926	3.924
Não afetos a segmentos	-	-	**-**	-	-	**-**	5.551	(7.205)
Eliminações	-	(66.141)	**(66.141)**	-	(49.525)	**(49.525)**	-	-
	775.153	-	**775.153**	767.249	-	**767.249**	- 70.206	38.415
Gastos e perdas financeiros (Nota 14)							(46.774)	(94.671)
Rendimentos e ganhos financeiros (Nota 14)							23.832	76.771
Resultados relativos a atividades de investimento (Nota 14)							(7.412)	3.399
Resultados antes de impostos							39.852	23.914

As transações intersegmentais são efetuadas em condições e termos de mercado, equiparáveis às transações efetuadas com entidades terceiras.

Outras informações:

	Dispêndios de capital fixo		(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização		(Perdas) / reversões de imparidades de ativos depreciáveis / amortizáveis e Goodwill		Provisões (aumentos/reduções)	
Segmento	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Construção	28.044	38.907	(17.767)	(16.259)	250	(1.051)	1.880	(4.355)
Concessões e serviços	1.676	1.028	(906)	(525)	-	-	5	(74)
Imobiliária	9.590	12.275	(2.074)	(2.589)	(1.048)	-	(308)	(236)
Hotelaria	16.494	8.749	(9.909)	(8.690)	-	-	(35)	(62)
Distribuição	4.013	1.657	(4.206)	(3.796)	-	-	283	130
Automóvel	301	965	(445)	(392)	-	-	36	4
Não afetos a segmentos	-	-	(747)	(534)	-	-	-	-
	60.118	63.581	(36.054)	(32.785)	(798)	(1.051)	1.861	(4.593)

O ativo e passivo dos segmentos e a respetiva reconciliação com o total consolidado, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, são como segue:

	Ativos								Passivos	
	2024				2023					
Segmento	Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 23)	Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 24)	Outros ativos	**Total**	Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 23)	Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 24)	Outros ativos	**Total**	2024	2023
Construção	2.938	1.045	1.081.164	**1.085.147**	2.279	1.038	1.199.661	**1.202.978**	824.033	959.968
Concessões e serviços	4.248	162	84.452	**88.862**	-	225	83.576	**83.801**	45.682	41.533
Imobiliária	3.585	2.167	1.145.419	**1.151.171**	3.701	1.346	1.223.360	**1.228.407**	380.326	504.637
Hotelaria	-	21	295.466	**295.487**	-	37	311.702	**311.739**	112.125	106.615
Distribuição	-	15	184.939	**184.954**	-	16	185.222	**185.238**	73.479	76.496
Automóvel	-	1	91.961	**91.962**	-	1	181.945	**181.946**	25.012	51.089
Não afetos a segmentos	-	1.627	1.408.455	**1.410.082**	-	11.548	1.566.303	**1.577.851**	907.958	906.093
Eliminações	-	-	(2.848.863)	**(2.848.863)**	-	-	(3.253.319)	**(3.253.319)**	(1.078.169)	(1.277.107)
	10.771	5.038	1.442.993	**1.458.802**	5.980	14.211	1.498.450	**1.518.641**	1.290.446	1.369.324

As vendas e prestações de serviços e a informação acerca de ativos não correntes não monetários, por segmento geográfico apresentam a seguinte composição nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:

	Vendas e prestações de serviços		Ativos não correntes não monetários	
Segmento geográfico	2024	2023	2024	2023
Portugal	323.396	346.345	120.178	139.425
Angola	167.634	158.391	420.861	428.371
Brasil	190.689	144.251	9.961	11.995
Moçambique	26.780	33.649	31.070	29.127
Outros mercados	66.654	84.612	5.138	5.627
	775.153	767.249	587.208	614.544

Os ativos não correntes não monetários incluem as rubricas de *Goodwill*, ativos intangíveis, ativos fixos tangíveis, direito de uso e propriedades de investimento.

No que respeita às Vendas e Prestações de Serviços de Outros mercados referentes ao período de 2024, o montante em questão encontra-se repartido por diversas geografias, nomeadamente Cabo Verde, Espanha, Perú, Kuwait e Argélia, com contribuições de 14.184 milhares de euros, 13.997 milhares de euros, 11.641 milhares de euros, 10.421 milhares de euros e 7.315 milhares de euros, respetivamente.

No que respeita às Vendas e Prestações de Serviços de Outros mercados referentes ao período de 2023, a geografia mais representativa foi o Kuwait com uma contribuição de 52.182 milhares de euros.

8 - RENDIMENTOS OPERACIONAIS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os rendimentos operacionais, foram como segue:

	2024	2023
Vendas e prestações de serviços	775.153	767.249
Outros rendimentos operacionais:		
Variação justo valor de propriedades de investimento a) (Nota 21)	30.635	55.536
Rendimentos suplementares b)	6.942	9.033
Alienação de ativos c)	6.362	11.720
Indemnizações d)	2.057	586
Trabalhos para a própria empresa e)	1.733	2.714
Restituição de impostos	918	-
Correções a períodos anteriores	470	350
Outros rendimentos operacionais f)	19.078	25.757
	68.195	105.695
	843.348	872.944

a) No período findo em 31 de dezembro de 2024 a variação do justo valor das propriedades de investimento resulta maioritariamente da avaliação dos empreendimentos em construção em Portugal, com uma contribuição de 28.851 milhares de euros, destacando-se a contribuição dos terrenos integrantes do Plano de Pormenor Empresarial de Paço de Arcos (PPEPA), com um aumento de 13.535 milhares de euros, e a contribuição do empreendimento "Fábrica 1921" em Lisboa, com um aumento do justo valor de 4.145 milhares de euros (Nota 21);

Em 31 de dezembro de 2023 a variação de justo valor derivava, igualmente, da avaliação dos empreendimentos em construção em Portugal, com uma contribuição de 28.896 milhares de euros, tendo o empreendimento em construção "Fábrica 1921" em Lisboa o principal contributo, com um aumento de justo valor de 27.648 milhares de euros, assim como dos ativos detidos pelas entidades angolanas do Grupo, com um impacto de 26.202 milhares de euros (Nota 21);

b) No período findo em 31 de dezembro de 2024, a rubrica Rendimentos suplementares inclui essencialmente proveitos resultados da venda de materiais e equipamentos.

c) No período findo em 31 de dezembro de 2024, os rendimentos indicados foram maioritariamente obtidos com a alienação de ativos fixos tangíveis, no valor de 3.565 milhares de euros (3.761 milhares de euros no período findo em 31 de dezembro de 2023), e com a alienação de propriedades de investimento, no valor de 1.468 milhares de euros (2.066 milhares de euros em 31 de dezembro de 2023);

No decorrer do período de 2023, o Grupo alienou a sua participação da empresa SINERAMA – Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A., registando uma mais-valia de 4.107 milhares de euros;

d) No período findo em 31 de dezembro de 2024 a rubrica compreende 2.057 milhares de euros relativos a rendimentos com incumprimento contratual por parte de clientes

e) Os trabalhos para a própria empresa correspondem essencialmente a beneficiação de equipamentos; e,

f) No período findo em 31 de dezembro de 2024, compreende principalmente o resgate do seguro reforma, no montante de 10.354 milhares de euros.

Em adição, contribui também para esta rubrica os montantes de 1.973 milhares de euros em regularizações de saldos, 1.866 milhares de euros resultantes da recuperação do crédito de imposto relativo a rendimentos distribuídos de Unidades de Participação do Fundo de Investimento imobiliário TDF e 825 milhares de euros de subsídios à exploração.

Em 2023, no âmbito da simplificação da exposição do Grupo Teixeira Duarte na geografia venezuelana, em 2023 levou-se a cabo um plano de regularização de saldos nas respetivas entidades. Após aprovação e registo do plano de regularização de exposição na Venezuela, o mesmo produziu no Grupo o efeito de 19.997 milhares de euros em Outros Rendimentos operacionais, assim como a quota parte de 3.182 milhares de euros em Outros Gastos operacionais (Nota 13) e 9.065 milhares de euros em Imparidades de clientes (Nota 27).

9 – CUSTO DAS VENDAS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 o custo das vendas foi apurado como se segue:

	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Ativo bruto:			
Saldo a 31 de dezembro de 2022	12.893	70.737	**83.630**
Custo do período	(136.803)	(85.727)	**(222.530)**
Compras	138.540	94.076	**232.616**
Ajustamentos de conversão cambial	(828)	(12.376)	**(13.204)**
Regularizações	(36)	(629)	**(665)**
Alterações no perímetro (nota 5)	(7)	-	**(7)**
Saldo a 31 de dezembro de 2023	13.758	66.082	**79.840**
Custo do período	(105.894)	(127.328)	**(233.222)**
Compras	106.672	133.578	**240.250**
Ajustamentos de conversão cambial	(330)	(898)	**(1.228)**
Regularizações	-	(33.877)	**(33.877)**
Saldo a 31 de dezembro de 2024	14.206	37.557	**51.763**
Perdas por imparidade acumuladas em inventários:			
Saldo a 31 de dezembro de 2022	1.498	1.621	**3.118**
Reforços	439	902	**1.341**
Reduções	(11)	(123)	**(134)**
Regularizações	-	(21)	**(21)**
Ajustamentos de conversão cambial	(106)	(699)	**(805)**
Saldo a 31 de dezembro de 2023	1.819	1.679	**3.498**
Reforços	579	240	**819**
Reduções	(62)	(235)	**(297)**
Regularizações	-	(663)	**(663)**
Ajustamentos de conversão cambial	(24)	(35)	**(59)**
Saldo a 31 de dezembro de 2024	2.312	986	**3.298**
Valor líquido em 31 de dezembro de 2023	11.939	64.403	**76.341**
Valor líquido em 31 de dezembro de 2024	11.894	36.571	**48.465**

10 – VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

A demonstração da variação da produção ocorrida nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é como se segue:

	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Total
Ativo bruto:			
Saldo a 31 de dezembro de 2022	166.731	1.315	**168.046**
Variação da produção	18.802	442	**19.245**
Regularizações	25.446	-	**25.446**
Ajustamentos de conversão cambial	2.497	-	**2.497**
Saldo a 31 de dezembro de 2023	213.476	1.757	**215.233**
Variação da produção	13.524	(739)	**12.785**
Regularizações	10.513	(433)	**10.080**
Ajustamentos de conversão cambial	(15.394)	-	**(15.394)**
Saldo a 31 de dezembro de 2024	222.119	585	**222.704**
Perdas por imparidade acumuladas em inventários:			
Saldo a 31 de dezembro de 2022	704	74	**778**
Reforços	-	49	**49**
Reduções	(671)	(1)	**(672)**
Regularizações	(11)	-	**(11)**
Saldo a 31 de dezembro de 2023	22	123	**145**
Reforços	-	-	**-**
Reduções	-	(123)	**(123)**
Regularizações	4	-	**4**
Saldo a 31 de dezembro de 2024	26	-	**26**
Valor líquido em 31 de dezembro de 2023	213.454	1.634	**215.088**
Valor líquido em 31 de dezembro de 2024	222.093	585	**222.678**

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 os inventários apresentam o seguinte detalhe:

	2024	2023
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo (Nota 9)	11.894	11.939
Mercadorias (Nota 9)	36.571	64.403
Produtos e trabalhos em curso	222.093	213.454
Produtos acabados e intermédios	585	1.634
	271.143	291.430

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os empreendimentos imobiliários, apresentados em produtos e trabalhos em curso, encontram-se a ser desenvolvidos pelas seguintes entidades:

	2024	2023
TD VIA - Sociedade Imobiliária, S.A.	92.987	78.142
TEIXEIRA DUARTE REAL ESTATE, S.A.	33.830	-
V8 - Gestão Imobiliária, S.A.	23.687	16.431
TDSP – Furnas Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	19.359	14.806
QUINTA DE CRAVEL - Imobiliária, S.A.	12.186	25.938
TDSP – Fernandes Moreira Empreend Imobiliários SPE, Ltda.	11.550	11.075
TDSP – Costa Junior Empreend Imobiliários SPE, Ltda.	9.372	11.015
TDSP - 23 Empreend Imobiliários SPE, Ltda.	6.935	-
TDSP – 21 Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda	5.387	5.964
TD AM, S.A.	3.456	-
TDSP – Bela Vista Empreendimentos Imobiliários, Ltda.	2.161	2.555
TDSP – Alta Vista III Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	897	28.881
TDSP – Princesa Isabel Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	-	16.823
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	-	1.517
TDSP – Maria de Jesus Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	-	60
Outros	286	247
	222.093	213.454

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 existiam os seguintes inventários dados como penhor de garantia a passivos:

Geografia	2024	2023
Portugal	Hipoteca 8 Lotes Empreendimento Santa Marinha Design District	Hipoteca 9 Lotes Empreendimento Santa Marinha Design District
Portugal	Hipoteca 6 Lotes Mafamude	Hipoteca 7 Lotes Mafamude
Portugal	Hipoteca Lote 26 Emprendimento Magnólia	Hipoteca Lote 26 Emprendimento Magnólia
Portugal	Hipoteca Emprendimento Lezíria Park 2, Vila Rio, Jardins da Póvoa e Parque Logístico da Póvoa	Hipoteca Emprendimento Lezíria Park 2, Vila Rio, Jardins da Póvoa e Parque Logístico da Póvoa
Brasil	Empreendimento Imobiliário Condomínio Infinity Inside Brooklin - São Paulo / Brasil (291 Unidades Autónomas)	-
Brasil	Empreendimento Imobiliário Condomínio Loomi Chácara Santo Antônio - São Paulo / Brasil (228 Unidades Autónomas)	-
Brasil	-	Empreendimento Imobiliário Condomínio Reserva Alta Vista - São Paulo / Brasil (204 Unidades Autónomas)
Brasil	-	Empreendimento Imobiliário Condomínio Princesa Isabel - São Paulo / Brasil (98 Unidades Autónomas)

11 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 os fornecimentos e serviços externos decompõem-se da seguinte forma:

	2024	2023
Subcontratos	138.691	170.582
Serviços especializados	30.277	25.361
Rendas e alugueres	26.149	29.905
Conservação e reparação	14.158	16.670
Deslocações e estadas	7.937	4.710
Combustíveis	7.306	8.514
Transportes de mercadorias	6.485	11.450
Eletricidade	4.653	4.258
Vigilância e segurança	3.401	4.176
Transportes de pessoal	2.605	2.374
Publicidade	2.422	3.043
Honorários	496	842
Outros	40.958	52.852
	285.538	334.737

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica "Subcontratos" refere-se, essencialmente, a gastos incorridos com subempreiteiros associados à execução das empreitadas de construção que o Grupo estava a executar, representando esta rubrica cerca de 49% do total dos Fornecimentos e serviços externos em 31 de dezembro de 2024 e 51% no período transato.

A 31 de dezembro de 2024 e 2023 a rubrica de rendas e alugueres correspondem a, essencialmente a custos com aluguer de equipamentos para realização das empreitadas em curso.

12 – GASTOS COM O PESSOAL

O número médio de empregados nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, por segmento operacional, foi o seguinte:

	2024	2023
Construção	4.921	5.182
Concessões e serviços	1.495	1.463
Imobiliária	127	217
Hotelaria	1.086	1.135
Distribuição	1.192	1.113
Automóvel	257	276
Não afetos a segmentos	8	8
	9.086	9.396

A rubrica de "gastos com o pessoal", nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, tem a seguinte composição:

	2024	2023
Remunerações normais	103.105	101.895
Outras remunerações	61.174	56.332
Encargos com remunerações	29.727	28.938
Seguros	2.349	1.386
Benefícios de reforma	4	11
Outros gastos com o pessoal	14.655	23.553
	211.014	212.115

13 - OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

Os outros gastos operacionais nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foram como se segue:

	2024	2023
Variação justo valor de propriedades de investimento a) (Nota 21)	11.198	16.289
Impostos b)	7.655	8.144
Perdas incorridas na alienação de ativos c)	901	2.824
Diferenças de câmbio Operacionais	522	5.642
Perdas em inventários	358	56
Correções relativas a períodos anteriores	84	360
Dívidas incobráveis	-	1.027
Outros gastos operacionais d)	2.989	7.602
	23.707	41.944

a) A 31 de dezembro de 2024, a redução do justo valor em propriedades de investimento deve-se, na sua grande maioria, às reduções verificadas no segmento imobiliário do Grupo em Portugal no montante de 10.766 milhares de euros (16.075 milhares de euros em 2023);

b) A rubrica de impostos inclui os gastos com impostos diretos, indiretos e taxas suportadas no decorrer do desenvolvimento da atividade do Grupo;

c) As perdas indicadas foram incorridas com a alienação de ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento no montante de 901 milhares de euros (2.824 milhares de euros em 2023); e,

d) Os outros gastos operacionais, a 31 de dezembro de 2024 tem como principal impacto 542 milhares de euros relativamente a responsabilidades do Grupo no âmbito de um Contrato de Associação referente à comercialização de um empreendimento imobiliário. No que respeita a 31 de dezembro de 2023, os outros gastos operacionais incluem principalmente regularizações de saldos efetuadas no âmbito da simplificação da exposição do Grupo Teixeira Duarte na Venezuela, no montante de 3.182 milhares de euros.

14 - RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foram os seguintes:

	2024	2023
Gastos e perdas financeiras:		
Juros suportados a)	(25.687)	(49.825)
Diferenças de câmbio desfavoráveis b)	(16.310)	(33.057)
Outros gastos e perdas financeiros	(4.777)	(11.789)
	(46.774)	(94.671)
Rendimentos e ganhos financeiros:		
Juros obtidos	3.503	13.725
Diferenças de câmbio favoráveis b)	18.020	61.793
Outros rendimentos e ganhos financeiros	2.309	1.254
	23.832	76.772
Resultados relativos a atividades de investimento:		
Resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos c)	1.118	501
Dividendos d)	984	2.938
Outros investimentos e)	(9.514)	(41)
	(7.412)	3.398
Resultados financeiros	(30.354)	(14.501)

a) A rubrica de juros suportados respeita essencialmente aos juros suportados com empréstimos bancários em 13.264 milhares de euros, aos juros suportados com papel comercial em 6.789 milhares de euros e a outros juros de 5.634 milhares de euros (em 2023, nos montantes de 23.618 milhares de euros, 17.216 milhares de euros e 8.991 milhares de euros, respetivamente). No âmbito da renegociação da Divida, e até à sua formalização contratual, o Grupo Teixeira Duarte usufruiu de uma redução da taxa de juro, contribuindo assim para a redução verificada ao nível dos custos de financiamento com determinadas entidades financeiras durante o período de 2024;

b) As diferenças de câmbio líquidas, registadas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 devem-se a pagamentos e recebimentos, bem como a atualizações cambiais em saldos, registados por base em moedas diferentes do Euro;

c) Os resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos dos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 incluem o efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial a estes investimentos (Nota 23);

d) Os valores apresentados em 2024 e de 2023 correspondem a dividendos recebidos de “Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral” e de “Ativos detidos para venda”; e,

e) Em 31 de dezembro de 2024 a rubrica “Outros Investimentos” incluía essencialmente perdas por imparidade de “Outros investimentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral” (Nota 24).

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram capitalizados juros no custo de aquisição de ativos qualificáveis.

15 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A "TD, SA" é a sociedade dominante de um grupo de sociedades tributado segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), que abrange todas as sociedades que reúnam os critérios para fazer parte do mesmo, designadamente as sociedades em que detém direta ou indiretamente, pelo menos 75% do respetivo capital social, desde que tal participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto e que, simultaneamente, tenham sede e direção efetiva em Portugal e sejam tributadas pelo regime geral do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC").

As restantes empresas participadas, não abrangidas pelo RETGS, são tributadas individualmente, com base nas respetivas matérias coletáveis e às taxas de IRC, Derrama Municipal e Derrama Estadual aplicáveis.

A "TD, SA" e a generalidade das suas participadas, sedeadas em Portugal, encontram-se sujeitas a IRC, à taxa de 21%, incidente sobre a matéria coletável. Importa salientar que, com a entrada em vigor do Orçamento do Estado para 2025, a taxa nominal do IRC será reduzida de 21% para 20%. As entidades que apuram lucro tributável ficam ainda sujeitas a Derrama Municipal, cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5%, bem como a Derrama Estadual, incidente sobre a parte do lucro tributável que exceda o montante de 1.500, 7.500 e 35.000 milhares de euros, às taxas de 3%, 5% e 9%, respetivamente.

As referidas entidades estão ainda sujeitas a tributação autónoma incidente sobre gastos elencados no artigo 88.º do Código do IRC, às taxas igualmente previstas neste artigo.

Na sequência da aprovação da Lei do Orçamento do Estado para 2023, a qual entrou em vigor a 1 de janeiro de 2023, os prejuízos fiscais que estejam disponíveis para reporte àquela data passam a ter um período de reporte ilimitado, apesar de a sua dedução passar a estar limitada a 65% do lucro tributável de cada período (este limite é elevado em 10 pontos percentuais quando esteja em causa a dedução de prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais em Portugal são passíveis de revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenha havido dedução de prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, aquele prazo pode ser alargado ou suspenso.

Relativamente a entidades com presença noutros países, o prazo de revisão das suas declarações fiscais varia entre os três e os dez anos.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções fiscais àquelas declarações não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas reportadas a 31 de dezembro de 2024.

A rubrica relativa a "Imposto sobre o Rendimento do Período" representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido, sendo este último o reconhecimento de diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e o fiscal, conforme disposto na IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento.

Em 2022, a União Europeia adotou a Diretiva 2022/2523, de modo a assegurar um nível mínimo mundial de tributação para os grupos de empresas multinacionais e grandes grupos nacionais (cujo volume de receitas anuais consolidadas seja igual ou superior a 750 milhões de euros), que se traduz numa taxa mínima efetiva de imposto de 15% sobre os lucros, independentemente do país onde esses lucros são gerados.

A Lei n.º 41/2024, de 8 de novembro, transpôs para a legislação nacional a Diretiva (UE) 2022/2523, do Conselho, de 15 de dezembro de 2022.

Os principais elementos do Pilar II são a Regra de Inclusão de Rendimentos (IIR), a Regra dos Lucros Insuficientemente Tributados (UTPR) e a possibilidade de cada país optar por implementar um Imposto Complementar Mínimo Doméstico Qualificado (QDMTT), que será compensado contra o imposto complementar decorrente da aplicação da IIR. Além disso, existe uma disposição de salvaguarda (*Safe Harbour*), baseada na declaração da informação financeira e fiscal por país ou jurisdição ("*Country-by-Country Report*"). No entanto, esta medida de salvaguarda é transitória e aplica-se, apenas, até ao exercício fiscal de 2026.

Face ao acima exposto, e com base nas receitas consolidadas, a "TD, SA", no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, encontra-se abrangida pela aplicação desta nova regulamentação fiscal, tendo consequentemente avaliado o potencial impacto do imposto complementar nas jurisdições em que operou.

De acordo com a análise efetuada, o Grupo beneficia das regras de *Safe Harbour* ou exclusões dadas pelo regime, pelo que não se espera que se verifiquem impactos materiais decorrentes das regras do Pilar II.

Quanto ao reconhecimento e divulgação de informações acerca de impostos diferidos, relacionados com a adoção futura das novas regras, o Grupo aplicou a exceção ao seu reconhecimento e divulgação, tal como previsto na revisão à IAS 12, emitida em maio de 2023.

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, são como se segue:

	2024	2023
Imposto corrente:		
Imposto sobre o rendimento em Portugal	6.493	(4.770)
Imposto sobre o rendimento em outras jurisdições	(10.978)	(5.801)
Imposto corrente	(4.485)	(10.571)
Imposto diferido (Nota 26):	(7.237)	(16.332)
	(11.722)	(26.903)

Para além dos montantes de impostos diferidos registados diretamente na demonstração dos resultados, foram registados diretamente nos capitais próprios impostos diferidos no montante de (4.328) milhares de euros no período findo em 31 de dezembro de 2024 ((30.152) milhares de euros em 31 de dezembro de 2023) (Nota 26).

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a reconciliação entre a taxa nominal e efetiva de imposto sobre o rendimento pode ser apresentada como se segue:

	2024		2023	
	Taxa %	Imposto	Taxa %	Imposto
Resultado antes de imposto		**39.852**		**23.914**
Taxa e imposto nominal sobre o rendimento	21,0%	(996)	21,0%	(3.507)
Diferencial de taxas de imposto de outros países	(27,5)%	(10.978)	(24,3)%	(5.801)
Resultado em associadas e empreendimentos conjuntos em equivalência patrimonial	0,6%	235	0,4%	105
Prejuízos fiscais gerados no ano para os quais não foi reconhecido imposto diferido ativo	8,2%	3.265	1,9%	455
Diferença entre mais e menos-valias fiscais e contabilísticas	1,9%	771	12,4%	2.975
Gastos não aceites fiscalmente	(11,4)%	(4.547)	(46,3)%	(11.078)
Tributação autónoma	(0,9)%	(365)	(1,4)%	(346)
Derrama	(2,2)%	(884)	(3,8)%	(917)
Diferenças nas estimativas	(2,4)%	(944)	3,4%	818
Outras componentes do imposto	25,0%	9.958	28,1%	6.724
Imposto diferido do ano	(18,2)%	(7.237)	(68,3)%	(16.332)
Taxa efetiva e imposto sobre o rendimento	29,4%	(11.722)	112,5%	(26.903)

16 - RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	2024	2023
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do período)	25.641	(11.750)
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (milhares)	420.000	420.000
Resultado líquido por ação básico	0,06	(0,03)

Pelo facto de nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 não existirem efeitos diluidores do resultado por ação, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

17 - DIVIDENDOS

Em Assembleia Geral de Acionistas realizada em 22 de maio de 2024 foi deliberado a não distribuição de dividendos, tendo em consideração as demonstrações financeiras separadas da Empresa em 31 de dezembro de 2023.

No período findo em 31 de dezembro de 2023 não foram distribuídos dividendos referentes ao período de 2022.

18 - *GOODWILL*

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 o movimento ocorrido nos valores do *Goodwill* apurados na aquisição de empresas subsidiárias, bem como nas respetivas perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	2024	2023
Ativo bruto:		
Saldo inicial	29.591	28.999
Aumentos / aquisições	-	690
Ajustamentos de conversão cambial	2	(98)
Saldo final:	29.593	29.591
Perdas por imparidade acumuladas	(15.255)	(15.255)
Ativo líquido:	14.338	14.336

Os valores do *Goodwill* em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 respeitam às seguintes entidades:

Participada	Segmento operacional	2024	2023
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, SA	Construção	12.107	12.107
SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.	Construção	1.470	1.470
TD VIA - Sociedade Imobiliária, S.A.	Imobiliária	690	690
AUTO COMPETIÇÃO ANGOLA (SU), Lda.	Automóvel	71	69
		14.338	14.336

O valor do *Goodwill* é sujeito a testes de imparidade anualmente, ou sempre que existam indícios de que os mesmos possam estar em imparidade.

A quantia recuperável das unidades geradoras de caixa às quais o *Goodwill* está afeto é determinada com base no cálculo do seu valor de uso, que utiliza as projeções de fluxos de caixa com base nas projeções financeiras mais recentes aprovadas pelos respetivos Conselhos de Administração cobrindo um período de cinco anos, descontados através das taxas de desconto indicadas no quadro seguinte, as quais foram calculadas com base no custo médio ponderado do capital ("*WACC*"), ajustado pelos riscos específicos do mercado em que cada unidade se insere. Os fluxos de caixa para além desse período de cinco anos foram projetados utilizando as taxas indicadas no mesmo quadro. Estas taxas não excedem, a taxa média de crescimento a longo prazo para os mercados em que aquelas unidades geradoras de caixa se encontram afetos.

Os Conselhos de Administração entendem que qualquer mudança razoavelmente possível nos pressupostos fundamentais em que a quantia recuperável é baseada, não faria com que a quantia escriturada daquelas unidades geradoras de caixa excedesse o seu valor recuperável.

Assim, os principais pressupostos considerados na determinação do valor de uso dos valores de *Goodwill* são os seguintes:

	2024			2023		
Participada	Valor contabilístico do goodwill	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade	Valor contabilístico do goodwill	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.	12.107	6,4%	1,50%	12.107	8,1%	1,50%
SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.	1.470	8,0%	1,50%	1.470	8,8%	1,50%
TD VIA - Sociedade Imobiliária, S.A.	690	9,0%	1,50%	690	9,0%	1,50%
Auto Competição Angola, Lda.	71	15,8%	1,00%	69	15,8%	1,00%
	14.338			14.336		

De referir que o *Goodwill* relativo a cada uma das empresas associadas e empreendimentos conjuntos faz parte integrante do valor dos correspondentes investimentos.

19 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Propriedade industrial	Outros	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto:				
Saldo a 31 de dezembro de 2022	77.337	570	934	78.842
Aquisições	190	-	686	876
Alienações	(36)	-	-	(36)
Transferências e Abates	(785)	985	-	200
Reclassificações	939	-	(937)	2
Ajustamentos de conversão cambial	(9.989)	60	1	(9.928)
Variações no perímetro	(4)	-	-	(4)
Saldo a 31 de dezembro de 2023	67.653	1.615	684	69.952
Aquisições	82	-	216	298
Alienações	(1)	-	-	(1)
Transferências e Abates	(23)	-	(207)	(230)
Reclassificações	(658)	-	(277)	(935)
Ajustamentos de conversão cambial	(602)	(266)	(11)	(879)
Saldo a 31 de dezembro de 2024	66.451	1.349	405	68.205
				-
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:				-
Saldo a 31 de dezembro de 2022	50.959	61	-	51.020
Reforços	1.344	-	-	1.344
Transferências e Abates	1.349	(31)	-	1.318
Ajustamentos de conversão cambial	(2.348)	(4)	-	(2.352)
Variações no perímetro	(2)	-	-	(2)
Saldo a 31 de dezembro de 2023	51.302	26	-	51.328
Reforços	2.331	-	-	2.331
Alienações e Diminuições	(1)	-	-	(1)
Reclassificações	(658)	-	-	(658)
Ajustamentos de conversão cambial	(480)	2	-	(478)
Saldo a 31 de dezembro de 2024	52.494	28	-	52.522
Valor líquido:				
Em 31 de dezembro de 2023	16.351	1.589	684	18.623
Em 31 de dezembro de 2024	13.957	1.321	405	15.683

Em 31 de dezembro de 2024 a rubrica de “Propriedade industrial” apresenta o montante de 8.135 milhares de euros referentes a direitos de superfície, 8.576 milhares de euros em 31 de dezembro de 2023.

20 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta ativos fixos tangíveis	Total
Ativo bruto:									
Saldo a 31 de dezembro de 2022	27.017	1.032.390	317.515	43.821	20.353	4.013	12.330	51	1.457.490
Aquisições	-	3.316	31.201	1.806	810	102	9.485	-	46.720
Reavaliações	13.421	312.532	-	-	-	-	-	-	325.953
Alienações	(115)	(451)	(13.589)	(963)	(159)	(14)	-	-	(15.290)
Transferências e Abates	108	16.326	(5.309)	(701)	138	55	(13.817)	-	(3.200)
Ajustamentos de conversão cambial	(7.400)	(388.313)	(17.854)	(6.292)	(3.782)	(1.293)	(4.436)	(21)	(429.391)
Variação no perímetro (Nota 5)	(1.576)	(23.969)	(850)	-	(55)	(139)	-	-	(26.589)
Saldo a 31 de dezembro de 2023	31.457	951.831	311.114	37.670	17.305	2.724	3.561	30	1.355.693
Aquisições	16	3.590	18.058	5.311	860	151	3.524	-	31.510
Reavaliações	733	41.431	-	-	-	-	-	-	42.164
Alienações	(3)	(1.929)	(10.952)	(2.791)	(255)	(1)	-	-	(15.931)
Transferências e Abates	677	(73)	(613)	(1.848)	(762)	425	(1.510)	-	(3.704)
Ajustamentos de conversão cambial	(813)	(36.668)	(5.938)	(1.492)	(452)	(89)	(112)	(1)	(45.565)
Saldo a 31 de dezembro de 2024	32.067	958.182	311.669	36.850	16.696	3.210	5.463	29	1.364.167
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:									
Saldo a 31 de dezembro de 2022	-	620.187	298.042	37.332	18.047	3.163	-	-	976.771
Reavaliações	45	208.293	-	-	-	-	-	-	208.337
Reforços	-	12.605	10.672	1.698	710	1.176	-	-	26.860
Reduções	-	(244)	-	(43)	(1)	-	-	-	(288)
Alienações	-	(1.302)	(12.732)	(936)	(249)	(14)	-	-	(15.234)
Transferências e Abates	-	2.711	(3.782)	298	528	(967)	-	-	(1.213)
Ajustamentos de conversão cambial	-	(225.523)	(16.401)	(4.749)	(3.408)	(862)	-	-	(250.944)
Variação no perímetro (Nota 5)	-	(17.245)	(648)	-	(43)	(111)	-	-	(18.048)
Saldo a 31 de dezembro de 2023	45	599.481	275.150	33.598	15.583	2.385	-	-	926.242
Reavaliações	13	23.588	-	-	-	-	-	-	23.601
Reforços	-	12.625	11.393	1.529	693	463	-	-	26.703
Reduções	-	(226)	-	(24)	-	-	-	-	(250)
Alienações	-	(1.148)	(9.639)	(2.748)	(955)	(43)	-	-	(14.533)
Transferências e Abates	-	(2.790)	(1.198)	(414)	179	(350)	-	-	(4.573)
Ajustamentos de conversão cambial	(2)	(23.580)	(2.198)	(1.306)	(544)	(44)	-	-	(27.674)
Saldo a 31 de dezembro de 2024	56	607.950	273.508	30.635	14.956	2.411	-	-	929.516
Valor líquido:									
Em 31 de dezembro de 2023	31.413	352.349	35.963	4.072	1.723	339	3.561	30	429.452
Em 31 de dezembro de 2024	32.011	350.232	38.161	6.215	1.740	799	5.463	29	434.651

As aquisições realizadas em ativos fixos tangíveis no período findo em 31 de dezembro de 2024 respeitam, essencialmente, a equipamentos.

Em 31 de dezembro de 2024 o montante dos ativos fixos tangíveis em curso é, essencialmente, relativo a edifícios e outras construções em curso e equipamentos.

Em consequência das avaliações efetuadas a 31 de dezembro de 2024, os ativos fixos tangíveis registaram uma revalorização de 18.563 milhares de euros, sendo o principal impacto relativo aos ativos sediados em Angola que registaram uma revalorização de 12.941 milhares de euros. Esta revalorização de Ativos registou um impacto positivo no capital próprio na rubrica “reservas de revalorização de imóveis”, no montante de 13.809 milhares de euros, que contrasta com o efeito cambial negativo de 6.769 milhares de euros, registado no capital próprio na rubrica "ajustamentos de conversão cambial", que resulta essencialmente da desvalorização do Kwanza face ao dólar, moeda usada pelos peritos para efeitos da avaliação dos imóveis.

De acordo com a IAS 16, após o reconhecimento inicial, os ativos fixos tangíveis podem ser mensurados de acordo com dois modelos:

– Modelo do custo; e,

– Modelo de revalorização.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 o Grupo adotou o modelo de revalorização para o conjunto restrito de ativos fixos tangíveis.

As revalorizações devem ser efetuadas com suficiente regularidade por forma a assegurar que a quantia escriturada não difere materialmente do correspondente justo valor à data de reporte (IAS 16§31).

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 o impacto da revalorização dos referidos ativos fixos tangíveis foi o seguinte:

	2024						
Ativos Fixos Tangíveis	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Valor da avaliação	Impacto na revalorização	Impostos diferidos	Impacto na revalorização líquida
Hotéis							
Angola	529.995	(349.645)	180.350	193.291	12.941	(3.235)	9.706
Moçambique	39.150	(19.560)	19.591	21.213	1.622	(519)	1.103
	569.145	(369.205)	199.941	214.504	14.563	(3.754)	10.809
Lojas do setor da Distribuição							
Angola	156.511	(60.769)	95.743	99.782	4.040	(1.010)	3.030
	156.511	(60.769)	95.743	99.782	4.040	(1.010)	3.030
Lojas do setor Automóvel							
Angola	124.073	(113.836)	10.237	10.197	(40)	10	(30)
	124.073	(113.836)	10.237	10.197	(40)	10	(30)
	849.729	(543.809)	305.920	324.483	18.563	(4.754)	13.809

	2023						
Ativos Fixos Tangíveis	Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido	Valor da avaliação	Impacto na revalorização	Impostos diferidos	Impacto na revalorização líquida
Hotéis							
Angola	335.201	(214.482)	120.718	194.480	73.762	(18.441)	55.322
Moçambique	32.408	(15.635)	16.774	19.560	2.787	(892)	1.895
	367.609	(230.117)	137.492	214.041	76.549	(19.332)	57.217
Lojas do setor da Distribuição							
Angola	103.509	(38.127)	65.382	102.213	36.831	(9.208)	27.623
	103.509	(38.127)	65.382	102.213	36.831	(9.208)	27.623
Lojas do setor Automóvel							
Angola	79.664	(73.036)	6.628	10.864	4.236	(1.059)	3.177
	79.664	(73.036)	6.628	10.864	4.236	(1.059)	3.177
	550.782	(341.280)	209.502	327.118	117.616	(29.599)	88.017

21 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 o movimento ocorrido nas propriedades de investimento foi o seguinte:

	2024	2023
Saldo inicial	133.332	217.393
Aumentos	9.355	11.447
Alienações	(59.953)	(107.704)
Reclassificações	70	(130)
Variação no justo valor (Nota 8 e 13)	19.437	39.247
Ajustamentos de conversão cambial	(2.044)	(26.922)
Saldo final	100.197	133.332

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a variação de justo valor nas propriedades de investimento por geografia foi o seguinte:

	2024	2023
Portugal	18.218	12.822
Angola	833	26.179
Moçambique	386	246
	19.437	39.247

No período findo em 31 de dezembro de 2024 a variação do justo valor das propriedades de investimento resulta essencialmente da avaliação de ativos detidos por entidades portuguesas do Grupo, destacando-se a contribuição dos terrenos integrantes do Plano de Pormenor Empresarial de Paço de Arcos (PPEPA), que no último ano registaram avanços no desenvolvimento urbanístico e respetivos trâmites legais, assim como o empreendimento “Fábrica 1921” em Lisboa.

No período findo em 31 de dezembro de 2023 a variação do justo valor das propriedades de investimento resulta essencialmente da avaliação das propriedades de investimento detidas pelas entidades Angolanas do Grupo, assim como do empreendimento “Fábrica 1921” em Lisboa.

Importa ainda referir que a variação líquida do justo valor das propriedades de investimento no montante de 19.437 milhares de euros em 31 de dezembro de 2024 (39.247 milhares de euros em 31 de dezembro de 2023) resulta do reconhecimento de rendimentos operacionais de 30.635 milhares de euros em 31 de dezembro de 2024 (de 55.536 milhares de euros em 31 de dezembro de 2023) (Nota 8) e de gastos operacionais de 11.198 milhares de euros em 31 de dezembro de 2024 (16.289 milhares de euros em 31 de dezembro de 2023)(Nota 13).

Em 31 de dezembro de 2023 a variação do justo valor dos ativos localizados na geografia angolana verificou um impacto positivo nos resultados de 26.179 milhares de euros, que resultaram essencialmente da desvalorização do Kwanza face ao dólar, moeda usada pelos peritos para efeitos da avaliação dos imóveis. Adicionalmente, o referido efeito registou uma compensação pelo impacto negativo em Capitais Próprios no montante de 24.864 milhares de euros.

Em 31 de dezembro de 2024, a variação de justo valor dos ativos localizados na geografia Angolana, apesar de positiva, registou um impacto residual, alinhado com a desvalorização marginal do Kwanza entre períodos homólogos.

Os rendimentos obtidos com propriedades de investimento ascenderam a 2.194 milhares de euros no período findo em 31 de dezembro de 2024 (1.487 milhares de euros em 31 de dezembro de 2023) e as despesas operacionais diretas com propriedades de investimento no período findo em 31 de dezembro de 2024 ascenderam a 1.974 milhares de euros (2.095 milhares de euros em 31 de dezembro de 2023).

O justo valor de cada propriedade de investimento em exploração é periodicamente determinado através de avaliações, efetuadas por entidades especializadas e independentes e de acordo com metodologias de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário, nomeadamente os métodos do rendimento, de comparativos de mercado ou de custo de reposição, dependendo das situações concretas de cada imóvel.

Os principais pressupostos e métodos inerentes às avaliações de suporte ao valor de mercado das propriedades de investimento foram os seguintes:

– *Yield*: – Portugal entre 5% e 10%;

– Média do método comparativo e de múltiplos de rendimento; e,

– Média do método comparativo e do custo.

A IAS 40 – Propriedades de investimento ("IAS 40") não exige que se determine o justo valor das propriedades de investimento na base de uma valorização por um avaliador independente. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 todas as propriedades de investimento foram avaliadas por avaliadores independentes e com qualificação profissional relevante e reconhecida e com experiência recente na localização e na categoria da propriedade de investimento valorizadas.

Estes avaliadores utilizaram metodologias correntes neste mercado, o qual prevê a utilização do método do rendimento, do custo de reposição ou de comparativos de mercado, consoante as situações concretas de cada imóvel. Tendo em consideração que os ativos se encontram locados, foi utilizado o método do rendimento, tendo igualmente em consideração os restantes métodos para avaliar a razoabilidade dos resultados atingidos por aquele método. Segundo este método, foram utilizados os rendimentos dos atuais contratos nas circunstâncias atuais e, findo o período daqueles contratos, a utilização de uma yield adaptada a cada um dos imóveis.

22 - DIREITOS DE USO

Durantes os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 o movimento ocorrido na rubrica de direito de uso pela aplicação da norma IFRS 16 é o seguinte:

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Total
Ativo bruto:					
Saldo a 1 de janeiro de 2023	36.500	5.285	1.971	716	**44.472**
Aquisições	1.469	1.151	1.851	66	**4.538**
Transferências e abates	(7.057)	(129)	(605)	(437)	**(8.228)**
Ajustamentos de conversão cambial	(1.056)	-	-	-	**(1.056)**
Saldo a 31 de dezembro de 2023	29.857	6.307	3.218	346	39.727
Aquisições	15.956	230	2.548	223	**18.957**
Transferências e abates	(661)	(478)	(719)	(299)	**(2.157)**
Ajustamentos de conversão cambial	(101)	-	-	-	**(101)**
Saldo a 31 de dezembro de 2024	45.052	6.059	5.047	270	**56.428**
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:					
Saldo a 1 de janeiro de 2023	15.712	2.051	1.272	484	**19.520**
Reforços	3.582	1.488	757	92	**5.920**
Transferências e abates	(3.382)	(83)	(215)	(289)	**(3.969)**
Ajustamentos de conversão cambial	(546)	-	-	-	**(546)**
Saldo a 31 de dezembro de 2023	15.367	3.457	1.815	286	20.925
Reforços	5.513	1.307	1.126	121	**8.067**
Transferências e abates	6.220	(367)	(496)	(195)	**5.162**
Ajustamentos de conversão cambial	(65)	-	-	-	**(65)**
Saldo a 31 de dezembro de 2024	27.035	4.397	2.445	212	**34.089**
Valor líquido:					
Em 31 de dezembro de 2023	14.490	2.850	1.403	59	**18.802**
Em 31 de dezembro de 2024	18.016	1.663	2.602	57	**22.339**

23 - INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

As empresas associadas e empreendimentos conjuntos que, em 31 de dezembro de 2024 foram registadas pelo método de equivalência patrimonial, são as seguintes:

Denominação social	Sede	% Participação efetiva
ADVANTAGE - Distribuição de Seguros, Lda	Av. Almirante Gago Coutinho nº164, 1700-033 Lisboa	50,00%
ALVORADA PETRÓLEO, S.A.	Rua Paraíba, nº 1000, sala 1518 15º andar – Bairro Funcionário Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil	43,21%
CONBATE, A.C.E.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	24,25%
CONSÓRCIO PUENTE DAULE GUAYAQUIL	Av. Francisco de Orellana, Kilometro uno e medio (1,5) y Juan Tanca Marengo, Edificio Cofin, piso seis (6) Guayaquil, Equador	20,00%
CONSORCIO OPSUT 2010	Calle 4, Casa nº 4, Urbanizacion Los Laureles, Valle de la Pascoa - Venezuela	51,00%
DOURO LITORAL, A.C.E.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	40,00%
GRUAÇORES, LIMITADA	Estrada Regional nº 3 - 1º, N57Rabo de Peixe, São Miguel, Açores	21,20%
MESOFER, A.C.E.	Rua Mário Dionísio, nº 2 , 2799-557 Linda-a-Velha	36,50%
METROLIGEIRO - Construção de Infraestruturas, A.C.E.	Rua Abranches Ferrão, nº 10 – 5º F - Lisboa	26,80%
SOMEFER, A.C.E.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	36,50%
TEIXEIRA DUARTE - SOPOL - Metro Superfície, A.C.E.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	57,30%
TDAR - Equipamentos, Lda	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	50,00%
TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	50,00%
TDGISERV Services, LLC	Al Mana Plaza, 7th Floor-702. Qatari Bin Fujaah St. (850) – No. 50. Feerej Bin Mahmoud, Doha, Qatar	49,00%
TDPG - Empreendimentos Imobiliários e Hoteleiros, Lda.	Rua Irene Ramos Gomes de Matteo, nº 97 - Casa 097 Pina - Recife	20,00%

Os investimentos em empresas associadas e empreendimentos conjuntos tiveram os seguintes movimentos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:

	Partes de capital	*Goodwill*	**Total**
Saldo a 1 de janeiro de 2023	5.951	-	**5.951**
Aumentos / aquisições	11	-	**11**
Efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial:			
- no resultado do período (Nota 14)	501	-	**501**
Dividendos	(411)	-	**(411)**
Outros	(63)	-	**(63)**
Ajustamentos de conversão cambial	(8)	-	**(8)**
Saldo a 31 de dezembro de 2023	5.980	-	**5.980**
Saldo a 1 de janeiro de 2024	5.980	-	**5.980**
Aumentos	2.303	-	**2.303**
Efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial:			
- no resultado do período (Nota 14)	1.118	-	**1.118**
- em capital próprio	(1.147)	-	**(1.147)**
Dividendos	(757)	-	**(757)**
Outros	(43)	-	**(43)**
Ajustamentos de conversão cambial	15	-	15
Transferência de ativos detidos para venda (Nota 25)	3.302	-	3.302
Saldo a 31 de dezembro de 2024	10.771	-	**10.771**

Os aumentos no período respeitam integralmente ao capital e prestações acessorias na associada TDAR - Equipamentos, Lda.

Durante o periodo de 2024, a participação da TDGISERV Services, LLC foi transferida para Investimentos em associadas (ver Nota 25) no seguimento das expectativas de venda desta participação não ter registado desenvolvimentos recentes.

O detalhe dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é como se segue:

	2024			2023		
Associadas e empreendimentos conjuntos	Partes de capital	*Goodwill*	**Valor da posição financeira**	Partes de capital	*Goodwill*	**Valor da posição financeira**
TDGISERV Services, LLC	4.248	-	**4.248**	-	-	**-**
TDE - Empreendimentos Imobiliários, SA	3.377	-	**3.377**	3.414	-	**3.414**
TDAR - Equipamentos, Lda	2.545	-	**2.545**	-	-	**-**
DOURO LITORAL, A.C.E.	289	-	**289**	2.043	-	**2.043**
TDPG - Empreendimentos Imobiliários e Hoteleiros, Lda.	122	-	**122**	148	-	**148**
ADVANTAGE - Distribuição de Seguros, Lda	85	-	**85**	99	-	**99**
CONSÓRCIO PUENTE DAULE GUAYAQUIL	83	-	**83**	227	-	**227**
GRUAÇORES, LIMITADA	22	-	**22**	10	-	**10**
Outros	-	-	**-**	39	-	**39**
	10.771	-	**10.771**	5.980	-	**5.980**

As referidas participações estão relevadas pelo método da equivalência patrimonial que, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, teve os seguintes impactos:

	2024			
Associadas e empreendimentos conjuntos	Ganhos e perdas em empresas associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 14)	Ajustamentos de partes de capital	Dividendos	**Total**
ADVANTAGE - Distribuição de Seguros, Lda	79	-	(94)	**(15)**
ALVORADA PETRÓLEO, S.A.	(18)	22	-	**4**
CONSÓRCIO PUENTE DAULE GUAYAQUIL	(7)	-	(151)	**(158)**
DOURO LITORAL, A.C.E.	(34)	(1.720)	-	**(1.754)**
GRUAÇORES, LIMITADA	12	-	-	**12**
TDAR - Equipamentos, Lda	243	-	-	**243**
TDE - Empreendimentos Imobiliários, SA	(37)	-	-	**(37)**
TDGISERV Services, LLC	881	577	(512)	**946**
TDPG - Empreendimentos Imobiliários e Hoteleiros, Lda.	-	(26)	-	**(26)**
Outros	(1)	-	-	**(1)**
	1.118	(1.147)	(757)	(786)

	2023			
Associadas e empreendimentos conjuntos	Ganhos e perdas em empresas associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 14)	Ajustamentos de partes de capital	Dividendos	**Total**
ADVANTAGE - Distribuição de Seguros, Lda	94	-	(200)	**(106)**
Alvorada Petróleo, S.A.	(75)	-	-	**(75)**
Consórcio Puente Daule Guayaquil	(10)	-	(211)	**(221)**
DOURO LITORAL, ACE	527	-	-	**527**
TDE - Empreendimentos Imobiliários, SA	(35)	-	-	**(35)**
Outros	(1)	-	-	**(1)**
	501	-	(411)	**90**

A principal informação financeira a respeito das empresas associadas e empreendimentos conjuntos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é a seguinte:

	Ativos totais		Passivos totais		Ativos líquidos totais		Quota parte do Grupo nos ativos líquidos	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Alvorada Petróleo, S.A.	502	827	602	734	(101)	93	-	40
Consórcio Puente Daule Guayaquil	477	1.284	64	150	413	1.134	83	227
Douro Litoral, ACE	767	5.738	45	631	722	5.107	289	2.043
TDAR - Equipamentos, Lda	5.421	-	330	-	5.091	-	2.545	-
TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	19.777	19.061	13.022	12.232	6.755	6.829	3.377	3.414
TDGISERV Services, LLC	22.529	-	13.859	-	8.670	-	4.248	-
Outros	5.407	4.115	4.979	3.509	428	606	229	256
	54.880	31.025	32.901	17.256	21.978	13.769	10.771	5.980

24 - OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 o detalhe dos outros investimentos financeiros era como se segue:

	2024		2023	
	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral:				
Banco Comercial Português, S.A.	3.098	-	1.829	-
Kuikila Investments, Lda.	575	-	544	-
Matadouro de Macau, S.A.R.L.	317	-	317	-
EIA - Ensino, Investigação e Administração, S.A.	127	-	73	-
ILTA - Urbanizadora da Ilha de Tavira, S.A.	93	-	86	-
Macau CPM Holdings	83	-	86	-
Aginyo Inversiones Y Gestiones Inmobiliarias S.L.	-	-	10.423	-
Outros	745	-	854	-
	5.038	-	14.211	-

Para a participação detida no Banco Comercial Português, S.A., o justo valor deste ativo foi aferido através da cotação de mercado.

O processo de fecho de contas levado a cabo em uma das geografias em que o Grupo atua, assim como compromissos futuros assumidos pelo Grupo no âmbito do mesmo e colocam em causa a recuperabilidade integral da participação na Aginyo Inversiones y Gestiones Inmobiliarias S.L., razão pela qual se considera prudente a constituição de uma imparidade no valor global da referida participação.

Para os restantes ativos financeiros acima indicados (ações em empresas não cotadas) o Conselho de Administração do Grupo entendeu que o seu custo de aquisição, deduzido se necessário das respetivas perdas por imparidade correspondia à melhor estimativa do seu justo valor em 31 de dezembro de 2024.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 o movimento ocorrido nos outros investimentos financeiros foi o seguinte:

	2024		2023	
	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes
Saldo inicial	14.211	-	15.994	10
Aumentos	171	-	262	-
Reduções	(277)	-	(3.296)	(10)
Variação de justo valor	1.269	-	853	-
Outras variações	(9.519)	-	44	-
Variação no perímetro (Nota 5)	-	-	(4)	-
Ajustamentos de conversão cambial	(817)	-	358	-
Saldo final	5.038	-	14.211	-

25 - ATIVOS E PASSIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 os ativos e passivos não correntes detidos para venda têm o seguinte detalhe:

	2024	2023
Ativos detidos para venda:		
Ativos fixos tangíveis	46.387	45.936
Investimentos em associadas	-	3.302
Outros investimentos	5	5
Total ativos detidos para venda	46.392	49.243
Passivos detidos para venda:		
Passivos por impostos diferidos	8.640	8.528
Total passivos detidos para venda	8.640	8.528
Total líquido	37.752	40.714

Em 31 de dezembro de 2024 está classificado como “Ativos Não Correntes Detidos para Venda” o montante de 45.000 milhares de euros referente ao Pólo Automóvel de Talatona, sendo o remanescente respeitante à participação na “AEBT – Auto-Estradas do Baixo Tejo, S.A.”, assim como um conjunto de equipamento na área do Ambiente.

Durante o periodo de 2024, a participação da TDGISERV Services, LLC foi transferida para Investimentos em associadas (ver Nota 23) no seguimento das expectativas de venda desta participação não ter registado desenvolvimentos recentes.

Em 31 de dezembro de 2024 está classificado como “Passivos Não Correntes Detidos para Venda” o montante de 8.640 milhares de euros referente ao Pólo Automóvel de Talatona.

26 - IMPOSTOS DIFERIDOS

Todas as situações que possam vir a afetar significativamente os impostos futuros encontram-se relevadas por via da aplicação do normativo dos impostos diferidos.

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	2024							
			Constituição		Reversão			
	Saldo inicial	Variação no perímetro (Nota 5)	Resultado líquido (Nota 15)	Capital próprio (Nota 15)	Resultado líquido (Nota 15)	Capital próprio (Nota 15)	Efeito cambial e ajustamentos	Saldo final
Ativos por impostos diferidos:								
Imparidades de inventários	564	-	123	-	(182)	-	(28)	477
Imparidades de clientes	2.639	-	34	-	(2.266)	-	(8)	399
Imparidades de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	102.756	-	-	-	(3.891)	(254)	(315)	98.296
Crédito dupla tributação internacional	11.086	-	792	-	(4.225)	-	(2.720)	4.933
Prejuízos fiscais reportáveis	20.637	-	9.481	-	(6.784)	-	(6.320)	17.014
Provisão para prejuízos em obras	518	-	48	-	(180)	-	(23)	363
Outros	17.377	-	375	-	(2.636)	-	(1.247)	13.869
	155.577	-	10.853	-	(20.164)	(254)	(10.661)	135.351
Passivos por impostos diferidos:								
Propriedades de investimento	13.872	-	172	-	(33)	-	(2.562)	11.449
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	68.206	-	-	4.074	(1.899)	-	(997)	69.384
Outros	9.827	-	1.215	-	(1.529)	-	(505)	9.008
	91.905	-	1.387	4.074	(3.461)	-	(4.064)	89.841

	2023							
			Constituição		Reversão			
	Saldo inicial	Variação no perímetro (Nota 5)	Resultado líquido (Nota 15)	Capital próprio (Nota 15)	Resultado líquido (Nota 15)	Capital próprio (Nota 15)	Efeito cambial e ajustamentos	Saldo final
Ativos por impostos diferidos:								
Imparidades de inventários	492	-	256	-	(170)	-	(14)	564
Imparidades de clientes	4.678	-	97	-	(2.136)	-	-	2.639
Imparidades de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	105.648	-	-	-	(2.705)	(187)	-	102.756
Crédito dupla tributação internacional	13.772	-	956	-	(1.128)	-	(2.514)	11.086
Prejuízos fiscais reportáveis	25.642	-	6.155	-	(9.765)	-	(1.395)	20.637
Provisão para prejuízos em obras	750	-	54	-	(55)	-	(231)	518
Outros	14.056	-	5.312	-	(7.456)	608	4.857	17.377
	165.038	-	12.830	-	(23.414)	421	703	155.577
Passivos por impostos diferidos:								
Propriedades de investimento	14.977	-	6.545	160	(66)	-	(7.744)	13.872
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	71.832	(1.293)	-	29.599	(1.537)	-	(30.395)	68.206
Outros	14.856	(61)	5.128	822	(4.323)	(8)	(6.587)	9.827
	101.665	(1.354)	11.673	30.581	(5.926)	(8)	(44.726)	91.905

De acordo com as declarações fiscais das empresas que registam ativos por impostos diferidos por prejuízos fiscais, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os mesmos eram reportáveis como se segue:

	2024		2023	
	Prejuízo fiscal registado	Ativo por imposto diferido	Prejuízo fiscal registado	Ativo por imposto diferido
Gerado em 2015	2.774	558	3.086	676
Gerado em 2016	7.511	1.672	14.097	3.163
Gerado em 2017	-	-	-	-
Gerado em 2018	417	83	-	-
Gerado em 2019	-	-	-	-
Gerado em 2020	5.227	1.661	6.226	1.980
Gerado em 2021	50.487	10.343	60.655	13.005
Gerado em 2022	8.562	2.584	5.573	1.764
Gerado em 2023	149	52	198	50
Gerado em 2024	301	61	-	-
	75.428	17.014	89.837	20.637

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 os prejuízos e créditos fiscais que por prudência não foram registados como ativos por impostos diferidos, são detalhados como segue:

	2024		2023	
	Prejuízo fiscal registado	Ativo por imposto diferido	Prejuízo fiscal registado	Ativo por imposto diferido
Gerados em 2008	281	70	287	72
Gerados em 2009	146	36	146	36
Gerados em 2010	5.732	1.433	5.732	1.433
Gerados em 2011	3.848	962	3.848	962
Gerados em 2012	12	3	12	3
Gerados em 2013	49	12	49	12
Gerados em 2015	3	1	388	98
Gerados em 2016	289	72	1.828	402
Gerados em 2017	7	2	387	97
Gerados em 2018	2.679	670	4.805	1.095
Gerados em 2019	17.534	5.770	30.760	9.366
Gerados em 2020	10.414	2.694	10.460	2.690
Gerados em 2021	86.715	20.087	98.221	22.830
Gerados em 2022	6.522	1.715	11.839	2.921
Gerados em 2023	14.097	2.929	14.984	3.115
Gerados em 2024	10.269	3.265	-	-
	158.596	39.720	183.746	45.132

Relativamente aos ativos por impostos diferidos, os mesmos só são registados na medida em que se considera provável que venham a existir lucros tributáveis em períodos de tributação futuros que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas do Grupo, periodicamente revistos e atualizados, e nas perspetivas de geração de resultados tributáveis.

27 - CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Corrente		Não corrente	
	2024	2023	2024	2023
Clientes:				
Clientes conta corrente	254.972	243.596	-	37
Perdas por imparidade	(89.309)	(95.396)	-	-
	165.663	148.199	-	37
Outros créditos a receber:				
Pessoal	152	221	-	-
Outros devedores	30.180	32.884	1.797	1.494
	30.332	33.104	1.797	1.494
Perdas por imparidade	(1.211)	(1.027)	-	-
	29.121	32.077	1.797	1.494

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade de contas a receber, foram os seguintes:

Perdas por imparidade acumuladas a clientes e outros créditos a receber:	
Saldo a 31 de dezembro de 2022	107.548
Reforços	9.487
Reversões	(6.052)
Regularizações	(7.872)
Ajustamentos de conversão cambial	(6.688)
Saldo a 31 de dezembro de 2023	96.423
Reforços	7.459
Reversões	(10.404)
Regularizações	(4.114)
Ajustamentos de conversão cambial	1.156
Saldo a 31 de dezembro de 2024	90.520

No período findo em 31 de dezembro de 2024, o reforço da imparidade de dívidas a receber inclui o montante de 6.932 milhares de euros referente à operação do Grupo no segmento da construção no Brasil.

A reversão da imparidade de dividas a receber no período findo em 31 de dezembro de 2024 inclui o montante 10.121 milhares de euros, em resultado dos acordos de fecho celebrados com clientes da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, SA - Estabelecimento Estável Argélia.

No período findo em 31 de dezembro de 2023, o reforço da imparidade de dívidas a receber inclui o montante de 9.065 milhares de euros referente à operação do Grupo na Venezuela e decorre do plano de regularização de saldos efetuado pela Empresa no âmbito da simplificação da exposição do Grupo Teixeira Duarte nessa geografia.

Reconciliação de perdas por imparidade acumuladas em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:

	2024	2023
Perdas por imparidade acumuladas reconhecidas segundo IAS 39	89.695	95.650
Perdas por imparidade acumuladas reconhecidas segundo IFRS 9	825	773
	90.520	96.423

A exposição do Grupo ao risco de crédito (Nota 41) é atribuível às contas a receber da sua atividade operacional. Os saldos apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos de perdas por imparidade resultantes de cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica.

O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico das contas a receber corresponde à melhor estimativa do seu justo valor.

O Grupo não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o mesmo se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes e outros devedores.

28 - PARTES RELACIONADAS

As transações e saldos entre a "TD, S.A." e as empresas do Grupo incluídas no perímetro de consolidação, que são partes relacionadas, foram eliminados no processo de consolidação, não sendo alvo de divulgação na presente nota. Os saldos e transações entre o Grupo e as empresas associadas e empreendimentos conjuntos, relacionadas e indivíduos com poder de voto significativo com empresas próprias, estão detalhados abaixo.

Os termos ou condições praticadas entre estas relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Os principais saldos com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 podem ser detalhados como se segue:

	Saldos a receber		Saldos a pagar		Empréstimos concedidos		Outros saldos	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Alvorada Petróleo, S.A.	6	-	109	131	-	-	(62)	(45)
Conbate, ACE	-	7	-	-	110	101	-	-
CS Advantage	93	-	-	-	-	-	-	-
Douro Litoral, ACE	3	3	-	-	-	-	-	-
EIA - Ensino e Investigação e Administração, S.A.	9	-	-	-	-	-	-	9
Gruaçores, Lda	17	-	-	26	-	-	-	-
Mesofer, ACE	245	992	8	-	-	-	-	-
Metroligeiro - Construção de Infraestruturas, ACE	9	9	-	-	11	11	-	-
Promociones Inmobiliárias 3003, C.A.	347	-	-	-	55	47	-	427
SOMEFER A.C.E.	1.086	567	567	-	-	-	-	-
TDAR-Equipamentos, Lda	1	-	-	-	-	-	-	-
TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	522	376	-	-	6.140	5.890	-	-
TDGISERV Services, LLC	-	206	-	130	-	-	-	-
TDHOSP - Gestão Hospitalar, S.A.	926	142	270	-	-	-	-	-
TD - Sopol - Metro Superfície, ACE	-	-	48	-	-	-	-	-
Teixeira Duarte - SOPOL - Metro Superfície, ACE	-	7	-	55	-	-	-	-
Yona Lubango, Lda	319	308	102	105	617	11	-	-
Yona Namibe, Lda	415	433	284	295	40	-	-	-
	3.998	3.048	1.388	742	6.973	6.060	(62)	391

As principais transações realizadas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 com entidades relacionadas foram como se segue:

	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços obtidos		Juros debitados	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
AEBT - Auto-Estradas do Baixo Tejo, S.A.	56	35	-	48	-	-
Alvorada Petróleo, S.A.	-	-	10	-	-	-
Conbate, ACE	-	35	-	1	-	-
CS Advantage	293	275	-	-	-	-
Douro Litoral, ACE	25	552	34	-	-	-
Gruaçores, Lda	12	-	305	301	-	-
ILTA - Urbanizadora da Ilha de Tavira, S.A.	7	-	-	-	-	-
Mesofer, ACE	200	7.227	10	37	-	-
SOMEFER A.C.E.	8.968	567	3	-	-	-
TDAR-Equipamentos, Lda	304	-	641	-	-	-
TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	102	88	37	35	22	20
TDGISERV Services, LLC	892	12	226	-	-	-
TDHOSP - Gestão Hospitalar, S.A.	7.707	3.214	182	210	-	-
Yona Lubango, Lda	-	64	-	-	36	-
Yona Namibe, Lda	-	19	4	77	2	-
	18.566	12.088	1.452	710	60	20

As remunerações dos membros dos órgãos sociais da "TD, S.A.", nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foram as seguintes:

	2024	2023
Administradores executivos:		
Benefícios de curto prazo	867	692
Conselho fiscal:		
Benefícios de curto prazo	66	66
Revisor oficial de contas:		
Benefícios de curto prazo	92	74
	1.025	831

As remunerações dos membros da alta direção da "TD, S.A.", nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foram as seguintes:

	2024	2023
Alta direção:		
Benefícios de curto prazo	3.910	4.176
	3.910	4.176

29 - NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	2024	2023
Depósitos à ordem	44.075	71.174
Depósitos a prazo	33.148	14.240
Numerário	1.016	930
	78.239	86.345

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

	2024	2023
Depósitos de garantia	15.000	15.000
	15.000	15.000

O montante em depósitos de garantia respeita a um valor recebido, mas cuja mobilização se encontra dependente da realização de um evento futuro.

Fluxos das atividades de investimento

Os recebimentos provenientes de investimentos financeiros nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 respeitam à alienação de partes de capital nas seguintes entidades:

	2024	2023
Fundos de Compensação do Trabalho	3	61
Sinerama - Organizações Turísticas e Hoteleiras, SA	-	11.000
Titulos da Dívida Pública do Governo República Popular de Angola	-	3.352
Lagoas Park, S.A.	-	894
TDPG - Empreendimentos Imobiliários, Ltda	-	843
Outros	-	2
	3	16.151

Os pagamentos respeitantes a investimentos financeiros nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 respeitam à aquisição de partes de capital nas seguintes entidades:

	2024	2023
TDAR - Equipamentos, Lda.	2.303	-
LUSOLAV	98	-
LUSOLAV II	64	
LUSOLAV III	3	-
LUSOLAV IV	5	-
Fundos de Compensação do Trabalho	-	70
Independente Finance Advisors	-	36
Gruaçores, Lda.	-	11
Esta - Gestão de Hoteis S.A	-	4
	2.473	121

Os dividendos recebidos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foram como se segue:

	2024	2023
Macau CPM Holdings	870	680
TDGISERV Services, LLC	285	-
Consórico Puente Daule Guayaquil	151	211
Banco Comercial Português, S.A. (BCP)	113	-
ADVANTAGE - Distribuição de Seguros, Lda	94	200
AEBT - Vias do Baixo Tejo, S.A.	-	2.258
	1.513	3.349

Os recebimentos da rúbrica de ativos fixos tangíveis e propriedades de investimentos incluem 37.833 milhares de euros (71.338 milhares de euros em 2023) resultantes da alienação de imóveis realizadas no âmbito da atividade imobiliária do Grupo. Os pagamentos da rúbrica de ativos fixos tangíveis e propriedades de investimentos incluem 11.922 milhares de euros (14.321 milhares de euros em 2023) relativos ao investimento em empreendimentos classificados como propriedades de investimento.

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, pelo método direto. O Grupo classifica na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” investimentos com vencimento inferior a três meses, para os quais o risco de variação em valor é insignificante, excluindo os montantes bloqueados dos depósitos a prazo das empresas concessionárias cedidos ao serviço da dívida, bem como depósitos dados em garantia ao abrigo de cláusulas contratuais, os quais se encontram registados na rubrica “Outras aplicações financeiras". Por outro lado, os descobertos bancários não são incluídos na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” por não integrarem parte da gestão de tesouraria do Grupo.

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é classificada em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

As atividades operacionais compreendem recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados a atividades operacionais. Os fluxos de caixa relacionados com as atividades de investimento incluem, essencialmente, aquisições e alienações de investimento em subsidiárias, bem como os pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e alienação de ativos fixos e recebimento de dividendos.

Os fluxos de caixa relacionados com as atividades de financiamento incluem, essencialmente, os pagamentos e recebimentos relativos a empréstimos obtidos e locações, bem como o pagamento de juros e dividendos.

30 - OUTROS ATIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 os outros ativos correntes e não correntes decompõem-se da seguinte forma:

	Correntes		Não correntes	
	2024	2023	2024	2023
Estado e outros entes públicos:				
Imposto sobre o Valor Acrescentado	13.021	13.272	-	-
Outros	1.839	1.012	-	-
	14.860	14.284	-	-
Empresas associadas, participadas e outros acionistas:				
Empresas associadas	216	990	6.141	4.900
Outros acionistas	218	-	-	-
	434	990	6.141	4.900
Acréscimos de rendimentos:				
Juros a receber	16	3	-	-
Valores a faturar (Nota 31)	53.721	60.958	-	-
Outros acréscimos de rendimentos	13.617	3.189	-	-
	67.354	64.150	-	-
Gastos diferidos:				
Seguros pagos antecipadamente	1.944	1.665	-	-
Outros gastos diferidos	6.830	6.902	-	-
	8.774	8.567	-	-
Outros ativos:				
Adiantamentos a fornecedores	15.516	11.613	-	-
	15.516	11.613	-	-
	106.938	99.604	6.141	4.900

31 - CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os gastos e os rendimentos reconhecidos relativos a contratos de construção em curso, são como segue:

	2024	2023
Rendimentos líquidos:		
Faturação emitida	455.192	514.626
Variação de:		
Rendimentos diferidos - obras (Nota 39)	(11.861)	2.372
Acréscimos de rendimentos - obras (Nota 30)	(7.237)	(5.810)
	436.094	511.188
Gastos líquidos:		
Gastos faturados	417.942	524.189
Variação de:		
Provisões para garantias (Nota 36)	(330)	2.700
Provisões para perdas futuras (Nota 36)	(642)	(1.340)
	416.970	525.549
Resultados apurados (Nota 7):	19.124	(14.361)

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, as retenções efetuadas por clientes relativas a contratos de construção ascendiam a 15.464 milhares de euros e 12.194 milhares de euros, respetivamente.

32 - CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 o capital subscrito e realizado estava representado por 420.000.000 ações com o valor nominal de 0,50 euro cada.

Em 31 de dezembro de 2024 a TEIXEIRA DUARTE 1886, S.A. detinha, diretamente, 158.707.552 ações representativas do capital da Teixeira Duarte, S.A., correspondentes a 37,79% do respetivo capital social (em 31 de dezembro de 2023 eram detidas, diretamente, 164.590.000 ações representativas do capital da Teixeira Duarte, S.A., correspondentes a 39,19% do respetivo capital social).

33 - RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Reserva legal: Esta reserva não é distribuível aos acionistas, podendo, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reserva de justo valor – Investimentos financeiros: A reserva de justo dos investimentos financeiros reflete as variações de justo valor dos ativos financeiros registados ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral e não é passível de ser distribuída ou utilizada para absorver prejuízos.

Reserva de revalorização – Imóveis: Esta reserva não pode ser distribuída, exceto se se encontrar realizada ou se os respetivos bens objeto de reavaliação tiverem sido alienados.

Outras reservas: As outras reservas são disponíveis para distribuição, nos termos e limites constantes do Código das Sociedades Comerciais.

34 - INTERESSES NÃO CONTROLADOS

Os movimentos desta rubrica durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foram os seguintes:

	2024	2023
Saldo inicial	19.759	17.158
Dividendos	94	132
Outras variações de capital próprio das empresas participadas	(766)	452
Reavaliação de ativos fixos tangíveis	616	3.289
Resultado líquido do período atribuível aos interesses não controlados	2.489	8.761
Ajustamentos de conversão cambial	(879)	(9.527)
Aquisição de interesses não controlados	-	(506)
Saldo final	21.313	19.759

35 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 os empréstimos obtidos eram como se segue:

	2024	2023
Passivos não correntes:		
Empréstimos bancários a)	238.507	257.726
Papel comercial b)	226.000	248.750
	464.507	506.476
Passivos correntes:		
Empréstimos bancários a)	136.006	130.844
Papel comercial b)	111.000	89.850
	247.006	220.694
	711.513	727.171

a) Empréstimos bancários

Em 31 de dezembro de 2024 os empréstimos bancários internos, os descobertos bancários e as contas correntes caucionadas venciam juros à taxa média anual ponderada de 2,26% (5,34% em 31 de dezembro de 2023).

No âmbito da renegociação da Divida, e até à sua formalização contratual, o Grupo Teixeira Duarte usufruiu de uma redução da taxa de juro, contribuindo assim para a redução verificada ao nível dos custos de financiamento com determinadas entidades financeiras durante o período de 2024.

Os financiamentos sujeitos ao cumprimento e manutenção de *Covenants*, o seu cálculo e o impacto nas Demonstrações Financeiras são conforme se segue:

Montante do passivo não-corrente	Covenant do empréstimo à data de relato	Data da verificação	Impacto na classificação em 31 de dezembro de 2024
454.190	Net Debt/EBITDA Consolidado máximo de 3,50 Margem EBITDA Consolidado mínima de 20% Autonomia Financeira Consolidada mínima de 25%	31 de dezembro de 2024	O Grupo não cumpre os *covenants* à data de relato não existindo, no entanto, qualquer efeito na exigibilidade do passivo, mantendo-se assim classificado como não-corrente. Decorrente da renegociação da dívida do Grupo, enfatizada na Nota 47 – Eventos Subsequentes, que culminou na assinatura de um acordo no dia 27 de março de 2025, o Grupo ficou dispensado do cumprimento dos rácios financeiros apurados com base nas contas a 31 de dezembro de 2024 e previstos no clausulado do Acordo Quadro assinado no dia 24 de abril de 2018, através do qual procedeu ao refinanciamento e novação integral da sua dívida perante as instituições financeiras titulares deste passivo.

Em 31 de dezembro de 2024 os empréstimos bancários mais significativos contratados pelo Grupo, correspondem essencialmente a:

Geografia	Banco	Tipo Financiamento	Data Contrato	Data Vencimento	Moeda	Montante Moeda	Montante (€)
Portugal	Banco Comercial Português	Descoberto Autorizado	16/08/2005	31/12/2033	EUR	4.829	4.829
Portugal	Novo Banco	Descoberto Autorizado	01/02/2007	31/12/2033	EUR	15.236	15.236
Portugal	Banco Comercial Português	Empréstimo	05/01/2009	17/06/2035	EUR	145.874	145.874
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Conta Caucionada	07/07/2010	31/12/2033	EUR	5.331	5.331
Angola	Banco Fomento Angola	Conta Caucionada	31/10/2011	26/12/2033	AON	110.000	116
Portugal	Banco Comercial Português	Conta Caucionada	27/06/2014	31/12/2033	EUR	7.445	7.445
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimo	22/09/2014	15/01/2025	EUR	13.484	13.484
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimo	22/09/2014	17/06/2035	EUR	72.661	72.661
Portugal	Banco BIC	Conta Caucionada	07/11/2014	31/12/2033	EUR	2.500	2.500
Portugal	Banco BIC	Conta Caucionada	06/08/2015	31/12/2033	EUR	10.190	10.190
Portugal	Banco Comercial Português	Empréstimo	12/08/2016	30/12/2033	EUR	8.255	8.255
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimo	12/08/2016	30/12/2033	EUR	5.827	5.827
Portugal	Novo Banco	Empréstimo	12/08/2016	30/12/2033	EUR	7.867	7.867
Portugal	Banco Comercial Português	Empréstimo	27/11/2017	30/12/2033	EUR	32.015	32.015
Portugal	Banco BIC	Empréstimo	02/01/2020	02/07/2025	EUR	1.725	1.725
Portugal	Nordea Bank Abp	Empréstimo	24/06/2020	26/06/2025	EUR	146	146
Angola	Banco BAI Europa	Empréstimo	31/07/2020	31/07/2027	AON	692.308	729
Brasil	Banco Safra	Empréstimo	30/10/2021	30/09/2025	BRL	316	49
Angola	Banco Fomento Angola	Empréstimo	03/03/2022	04/03/2027	AON	1.262.342	1.330
Portugal	Banco Comercial Português	Factoring	16/12/2022	31/12/2025	EUR	1.246	1.246
Portugal	Banco Montepio Geral	Empréstimo	29/12/2022	29/12/2028	EUR	4.109	4.109
Portugal	Banco BIC	Empréstimo	15/03/2023	15/03/2027	EUR	1.750	1.750
Portugal	Banco Montepio Geral	Factoring	12/04/2023	12/04/2025	EUR	1.700	1.700
Angola	Banco BIC	Conta Caucionada	02/06/2023	26/01/2025	AON	4.762.716	5.016
Brasil	Banco Bradesco	Empréstimo	24/07/2023	22/07/2027	BRL	29.148	4.529
Portugal	Banco Montepio Geral	Confirming	02/08/2023	02/02/2025	EUR	223	223
Angola	Banco Investimento Rural	Conta Caucionada	19/08/2023	19/12/2025	AON	1.390.000	1.464
Portugal	Banco Montepio Geral	Empréstimo	04/09/2023	04/09/2027	EUR	763	763
Brasil	Banco Bradesco	Empréstimo	16/10/2023	16/10/2025	BRL	8.762	1.361
Portugal	Sandvik credit	Empréstimo	08/11/2023	08/11/2028	EUR	941	941
Angola	Banco BIC	Conta Caucionada	24/11/2023	26/01/2025	AON	380.000	400
Portugal	Sandvik credit	Empréstimo	27/11/2023	27/11/2028	EUR	727	727
Peru	Banco Bilbao Vizcaya Argentaria	Factoring	01/12/2023	31/12/2025	USD	1.352	1.302
Peru	Bnco de Crédito del Perú	Factoring	01/12/2023	20/01/2026	USD	1.528	1.470
Portugal	Sandvik credit	Empréstimo	22/12/2023	22/12/2028	EUR	697	697
Portugal	Banco BAI Europa	Empréstimo	27/12/2023	07/12/2025	EUR	862	862
Portugal	Banco BAI Europa	Empréstimo	27/12/2023	07/12/2025	USD	24	23
Portugal	Sandvik credit	Empréstimo	04/01/2024	04/01/2029	EUR	1.686	1.686
Portugal	Sandvik credit	Empréstimo	27/02/2024	27/02/2029	EUR	995	995
Portugal	Sandvik credit	Empréstimo	12/03/2024	12/03/2029	EUR	1.564	1.564
Brasil	Banco Safra	Empréstimo	27/11/2024	24/11/2025	USD	1.614	1.554
Brasil	Banco Safra	Empréstimo	11/12/2024	08/12/2025	USD	807	777
Brasil	Diversos	Empréstimo	-	-	BRL	24.122	3.748
							374.513

b) Papel comercial

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo tem negociado os seguintes programas de papel comercial:

Geografia	Banco	Tipo Financiamento	Renovação	Data Contrato	Data Vencimento	Spread	Moeda	Montante (€)
Portugal	Novo Banco	Papel Comercial	Semestral	16/12/2005	13/06/2025	2,00%	EUR	21.300
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Papel Comercial	Mensal	07/07/2010	31/12/2033	1,25%	EUR	20.100
Portugal	Novo Banco	Papel Comercial	Semestral	30/12/2013	31/12/2033	2,00%	EUR	180.200
Portugal	Novo Banco	Papel Comercial	Semestral	28/12/2015	13/06/2025	2,00%	EUR	34.000
Portugal	Novo Banco	Papel Comercial	Semestral	28/12/2015	15/06/2027	2,00%	EUR	64.400
Portugal	Novo Banco	Papel Comercial	Semestral	14/01/2016	31/12/2033	2,00%	EUR	12.500
Portugal	Banco BPI	Papel Comercial	Mensal	30/01/2018	30/01/2025	1,38%	EUR	4.500
								337.000

Decorrente do compromisso de renovação sucessiva durante o período dos contratos programa, algumas emissões existentes em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 encontram-se classificadas como passivo não corrente.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 os financiamentos obtidos não correntes têm o seguinte plano de reembolso definido:

	2024	2023
2025	-	45.244
2026	43.118	41.654
2027	45.959	40.819
2028	40.562	39.301
2029	37.754	37.570
2030 e seguintes	297.114	301.887
	464.507	506.476

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 os financiamentos em moeda externa encontravam-se expressos nas seguintes moedas:

	2024		2023	
Divisa	Divisa	Euros	Divisa	Euros
Dólar Americano	5.325	5.125	53	48
Kwanza Angolano	8.597.366	9.055	10.017.686	10.934
Real Brasileiro	62.349	9.687	186.200	34.793

Os financiamentos denominados em moeda externa vencem juros à taxa de mercado e foram convertidos para euros tomando por base a taxa de câmbio existente à data da posição financeira.

Em 31 dezembro de 2024 e de 2023 apresentamos a reconciliação das alterações nas responsabilidades decorrentes da atividade de financiamento:

2024	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Ajustamentos de conversão cambial	Saldo final
Financiamentos obtidos	727.171	1.989.876	(1.999.289)	(6.245)	711.513

2023	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Ajustamentos de conversão cambial	Saldo final
Financiamentos obtidos	767.154	3.453.402	(3.484.860)	(8.525)	727.171

36 - PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foi o seguinte:

	Outras relacionadas com o pessoal	Garantia a clientes (Nota 31)	Processos judicias	Prejuízos em obras (Nota 31)	Outras provisões para riscos e encargos	Total
Saldo a 31 de dezembro de 2022	6.214	13.175	3.713	3.668	13.179	39.949
Utilizações	(4.838)	(829)	-	-	(208)	(5.875)
Reforços	5.300	4.031	2.460	998	2.867	15.656
Reduções	-	(203)	(1.618)	(2.338)	(1.604)	(5.763)
Transferências	-	20	-	(7)	124	137
Ajustamentos de conversão cambial	-	(319)	(74)	6	(363)	(748)
Saldo a 31 de dezembro de 2023	6.676	15.875	4.481	2.327	13.995	43.356
Saldo a 1 de Janeiro de 2024	6.676	15.875	4.481	2.327	13.995	43.356
Utilizações	(4.769)	(6)	(1.494)	(3)	(2.430)	(8.702)
Reforços	4.951	371	117	409	1.142	6.989
Reduções	(98)	(787)	(1.077)	(992)	(1.043)	(3.997)
Ajustamentos de conversão cambial	-	92	(169)	(55)	(1.127)	(1.258)
Saldo a 31 de dezembro de 2024	6.760	15.545	1.858	1.686	10.537	36.386

Os reforços e as reduções foram efetuados por contrapartida de:

	2024			2023		
	Reforços	Reduções	Total	Reforço	Reduções	Total
Resultado do período:						
Provisões	1.938	(3.900)	(1.962)	10.204	(5.763)	4.441
Gastos com o pessoal	4.951	(98)	4.853	5.300	-	5.300
Resultados relativos a associadas e empreendimentos conjuntos	101	-	101	152	-	152
	6.990	(3.998)	2.992	15.656	(5.763)	9.893

37 – FORNECEDORES, ADIANTAMENTOS DE CLIENTES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 estas rubricas tinham a seguinte composição:

	Correntes		Não correntes	
	2024	2023	2024	2023
Fornecedores conta corrente	120.723	145.054	-	-
Adiantamentos de clientes	165.365	135.273	-	46.264
Outras dívidas a pagar:				
Outros credores	14.457	19.348	36.767	42.454
	300.545	299.675	36.767	88.717

38 - RESPONSABILIDADES COM LOCAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 o Grupo apresenta as seguintes maturidades referentes às responsabilidades com locações que decorrem da aplicação da norma IFRS 16:

	2024	2023
2024	-	5.292
2025	7.667	4.480
2026	6.307	4.042
2027	2.945	1.811
2028	2.348	1.658
2029	1.847	1.416
Após 2029	3.610	2.802
	24.724	21.501
Responsabilidade com locações correntes	7.667	5.292
Responsabilidade com locações não correntes	17.057	16.209

39 - OUTROS PASSIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 estas rubricas tinham a seguinte composição:

	Correntes		Não correntes	
	2024	2023	2024	2023
Estado e outros entes públicos:				
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC	(13.709)	(3.910)	-	-
Retenções de Imposto sobre o Rendimento	3.356	4.209	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado	10.048	7.985	-	-
Contribuições para a Segurança Social	3.531	3.775	-	-
Outros	116	624	-	-
	3.342	12.683	-	-
Empresas associadas, participadas e outros acionistas:				
Empresas associadas	95	317	-	-
Outros acionistas	4.720	1.156	363	1.415
	4.815	1.472	363	1.415
Acréscimos de gastos:				
Seguros a liquidar	301	37	-	-
Remunerações a liquidar	17.990	17.763	-	-
Juros a liquidar	1.013	7.929	-	-
Outros gastos a pagar	13.441	16.665	-	-
	32.745	42.395	-	-
Rendimentos diferidos:				
Trabalhos faturados não executados (Nota 31)	34.569	22.708	-	-
Subsídios ao investimento	163	194	-	-
Outros rendimentos diferidos	6.033	7.604	-	-
	40.765	30.506	-	-
	81.667	87.056	363	1.415

40 - PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

Passivos Contingentes – Inspeções Fiscais:

No seguimento de inspeções realizadas pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) ao cálculo do IRC dos períodos de 2017, 2018, 2019 e 2020 devido pelo grupo tributado no âmbito do **Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS)**, artigo 69.º e seguintes do Código do IRC, de que a **TEIXEIRA DUARTE, S.A.** é a atual sociedade dominante, foram efetuadas as seguintes correções:

Período	Imposto corrigido
2017	663
2018	871
2019	528
2020	466
	2.528

Esta correção resulta de a AT ter um entendimento diferente quanto à utilização das deduções à coleta previstas no artigo 90.º do Código do IRC, da Derrama Municipal e Derrama Estadual apuradas no âmbito da aplicação do RETGS, tendo a mesma sido contestada judicialmente pela **TEIXEIRA DUARTE, S.A**., na qualidade de sociedade dominante. Informa-se que esta correção, igualmente efetuada pela AT nos períodos de 2013 a 2016, tinha sido contestada pela TEIXEIRA DUARTE, S.A., tendo-lhe sido dada razão ainda em fase administrativa. Em janeiro de 2024, a TEIXEIRA DUARTE, S.A. obteve uma decisão favorável relativamente ao processo de 2017, da qual a AT não recorreu para os tribunais superiores, tendo posteriormente sido requerido o cancelamento da correspondente garantia bancária. Em setembro de 2024, a TEIXEIRA DUARTE, S.A. obteve decisões favoráveis relativamente a este tema no que respeita aos exercícios de 2018 e 2019, das quais a AT não recorreu.

Está em contestação uma correção à matéria coletável apurada pelo RETGS de que a **TEIXEIRA DUARTE, S.A.** é a sociedade dominante, relativamente ao período de 2015, no montante de 22.710 milhares de euros. Esta correção, incidiu sobre a utilização da "folga" apurada em períodos anteriores, relativa aos Gastos de Financiamento Líquidos (no âmbito do artigo 67.º do Código do IRC).

Adicionalmente, a **TEIXEIRA DUARTE, S.A.**, na qualidade de sociedade dominante, foi objeto de uma correção por parte da AT à matéria coletável apurada pelo RETGS no período de 2018, no montante de 6.305 milhares de euros, a qual foi prontamente contestada, uma vez que a AT não apresentou a sua fundamentação.

A participada **TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.**, sociedade cujo capital social é detido diretamente em 100% pela TEIXEIRA DUARTE, S.A., foi objeto de uma correção total por parte da AT ao lucro tributável do período de 2018, no montante de 3.495 milhares de euros, do período de 2019, no montante de 9.264 milhares de euros e do período de 2020, no montante de 2.516 milhares de euros (o qual inclui correções favoráveis e desfavoráveis). Por discordar da interpretação da AT, em recusar a dedutibilidade fiscal de perdas por imparidade em dívidas a receber, a TEIXEIRA DUARTE, S.A., na qualidade de sociedade dominante, contestou o montante de 2.826 milhares de euros do período de 2018, o montante de 4.641 milhares de euros do período de 2019 e o montante de 2.535 milhares de euros do período de 2020. Em setembro de 2024 a TEIXEIRA DUARTE, S.A. obteve decisões favoráveis relativamente a este tema no que respeita aos exercícios de 2018 e 2019, das quais a AT não recorreu.

Não concordando também com a correção da AT, relativamente à reversão de perdas por imparidade tributadas, a **TEIXEIRA DUARTE, S.A.**, na qualidade de sociedade dominante, contestou o montante de 3.504 milhares de euros do período de 2019.

Por fim, as correções relativas ao exercício de 2020, incluem a não dedutibilidade de 709 milhares de euros relativo a transferências transfronteiras e respetiva tributação autónoma, as quais foram igualmente contestadas.

Na sequência de inspeções realizadas pela AT aos elementos contabilísticos dos períodos de 2011 e 2013 da **TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.**, sociedade cujo capital social é detido diretamente em 100% pela TEIXEIRA DUARTE, S.A., foram efetuadas pela AT, correções aos prejuízos fiscais inicialmente apurados, conforme se detalha *infra*:

Período	Prejuízo fiscal apurado	Correção da AT
2011	12.779	3.212
2013	26.221	5.000

A correção ao período de 2011 (*i.e.* 3.212 milhares de euros) resulta da desconsideração, como gasto fiscal, dos encargos financeiros suportados com o investimento realizado em empresas participadas, sob a forma de prestações acessórias, sujeitas ao regime das prestações suplementares. Dado que a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. é tributada em IRC segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, a correção ao prejuízo fiscal de 2011 foi objeto de liquidações adicionais de IRC e juros compensatórios emitidas à sociedade dominante daquele período (*i.e.* a TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.), que as contestou judicialmente. Com referência a esta matéria, e tendo por base argumentos de suporte fundamentalmente idênticos por parte da AT, a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. foi notificada de correções semelhantes relativamente aos períodos de 2007, 2008, 2009, 2010 e 2012. Informa-se que com referência a 31 de dezembro de 2024, as sociedades dominantes daqueles períodos foram notificadas de decisões favoráveis junto dos Tribunais Superiores, esperando-se idêntico desfecho no período ainda em disputa.

A correção ao prejuízo fiscal apurado no período de 2013, no montante de 5.000 milhares de euros, respeita integralmente à aplicação incorreta, no entendimento da AT, do artigo 51.º do Código do IRC. Esta correção foi objeto de impugnação judicial pela TEIXEIRA DUARTE, S.A., na qualidade de sociedade dominante. Em maio de 2024, a TEIXEIRA DUARTE, S.A. obteve uma decisão favorável relativamente a este tema, em virtude da qual a AT anulou a correção contestada - no montante de 5.000 milhares de euros.

Passivos Contingentes – Auxílios de Estado (ZFM):

As entidades TDO – Investimento e Gestão, S.A. e TDO – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., detidas a 100% pelo Grupo Teixeira Duarte, mantiveram nos anos de 2012 a 2016 e de 2012 a 2017, respetivamente, a atividade económica na Zona Franca da Madeira (ZFM), tendo auferido benefícios fiscais decorrentes do regime legal vigente naqueles anos e aplicável às entidades sediadas na ZFM.

Na sequência de uma Decisão da Comissão Europeia, os referidos benefícios fiscais foram considerados “auxílios ilegais de Estado” a que a empresa não teria direito. A referida Decisão foi contestada pela República Portuguesa e pela Região Autónoma da Madeira junto do Tribunal Geral da União Europeia. Tendo tais contestações sido julgadas improcedentes, foram deduzidos recursos pela República Portuguesa e pela Região Autónoma da Madeira para o Tribunal da Justiça da União Europeia, os quais foram, igualmente, julgados improcedentes.

A Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) procedeu à emissão de liquidações de IRC, relativas aos referidos anos, no valor global de 12.382 milhares de euros, tendo em dezembro de 2023, sido deduzidas impugnações judiciais contra as referidas liquidações, não havendo, ainda, decisão.

O objeto das impugnações judiciais apresentadas não foi à Decisão da Comissão Europeia, mas sim, a vícios das próprias liquidações de IRC, designadamente vício de caducidade e prescrição, falta de fundamentação, “metodologia indireta” e erros de cálculo na determinação dos valores.

Conforme evidenciado no portal da AT, foi declarada a suspensão da execução das referidas liquidações.

Atendendo aos factos anteriormente descritos e tendo em consideração o parecer jurídico emitido por um advogado externo, o qual conclui que o risco de improcedência das contestações judiciais não é provável, a Administração do Grupo Teixeira Duarte considera que os eventos referidos não satisfazem os critérios de reconhecimento de uma provisão no Grupo.

Outras contingências:

Numa operação de fixação de preço no montante de 4.000 milhares de euros, a TDVIA – Sociedade Imobiliária, S.A., sociedade detida a 100% pelo Grupo Teixeira Duarte, no período findo em 31 de dezembro de 2024, assumiu o risco e obrigação de no futuro ter que pagar a terceiros quantias variáveis a título de aquisição de terreno, que neste momento ainda não são determináveis fruto de variáveis condicionantes como preço de venda futuro, tendo por base a área bruta construída ou potencial de construção.

Garantias:

Para efeitos de suspensão de um processo de execução fiscal instaurado à **TEIXEIRA DUARTE, S.A**. relativo a dívida de IRC apurada no âmbito do RETGS do período de 2015, a TDGPII apresentou uma fiança (substituindo a garantia bancária previamente existente), no montante de 125 milhares de euros, a qual foi aceite pela AT.

Para efeitos de suspensão de um processo de execução fiscal instaurado à **TEIXEIRA DUARTE, S.A.** relativo a dívida de IRC apurada no âmbito do RETGS do período de 2016, a TDGPII apresentou uma fiança (substituindo a garantia bancária previamente existente), no montante de 594 milhares de euros, a qual foi aceite pela AT.

Para efeitos de suspensão de um processo de execução fiscal instaurado à **TEIXEIRA DUARTE, S.A**. relativo a dívida de IRC apurada no âmbito do RETGS do período de 2019, a TDGPII apresentou uma fiança, no montante de 1.197 milhares de euros, a qual foi aceite pela AT.

Para efeitos de suspensão de um processo de execução fiscal instaurado à **TEIXEIRA DUARTE, S.A.** relativo a dívida de IRC apurada no âmbito do RETGS do período de 2020, a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. apresentou uma fiança, no montante de 1.081 milhares de euros, a qual foi aceite pela AT.

No valor global de garantias bancárias, está incluído o montante de 1.227 milhares de euros, que foi prestado para efeitos de suspensão do processo de execução fiscal instaurado à **TEIXEIRA DUARTE, S.A.** relativo a dívida de IRC apurada no âmbito do RETGS, do período de 2018, esperando-se uma redução deste montante em virtude da decisão parcialmente favorável.

Em 31 de dezembro de 2024, os colaterais do Grupo, tem o seguinte detalhe:

Geografia	Banco	Tipo Financiamento	Data Contrato	Data Vencimento	Colaterais
Angola	BFA	Empréstimo	03/03/2022	04/03/2027	Hipoteca do Prédio nº 874-Sambizanga
Angola	BIC	Conta Caucionada	02/06/2023	26/01/2025	Hipoteca: Prédio nº2554
Brasil	Banco Bradesco	Empréstimo	24/07/2023	15/12/2027	Respetivo(s) Equipamento(s)
Brasil	Caterpillar	Empréstimo	30/05/2020	10/01/2028	Respetivo(s) Equipamento(s)
Brasil	Daycoval	Empréstimo	08/05/2023	08/05/2027	Respetivo(s) Equipamento(s)
Brasil	Komatsu	Empréstimo	30/11/2023	01/12/2027	Respetivo(s) Equipamento(s)
Brasil	Safra	Empréstimo	30/10/2021	30/09/2025	Respetivo(s) Equipamento(s)
Portugal	Banco Comercial Português	Conta Caucionada	27/06/2014	31/12/2033	Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Banco Comercial Português	Descoberto	16/08/2005	31/12/2033	Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Banco Comercial Português	Empréstimo	05/01/2009	17/06/2035	Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Banco Comercial Português	Empréstimo	12/08/2016	31/12/2033	Hipoteca Lote 26 do Empreendimento Magnólia, Troviscar, Lezíria Park 2, Villa Rio, Jardins da Póvoa e Parque Logístico da Póvoa + Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Banco Comercial Português	Empréstimo	27/11/2017	30/12/2033	Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	BIC	Conta Caucionada	06/08/2015	31/12/2033	Garantia Bancária do BIC AO ao BIC PT + Hipoteca TD Angola, Lda (Prédio nº 2554) - Complexo Comercial e Oficinas Pólo Automóvel em Talatona (Angola)
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Conta Caucionada	07/07/2010	31/12/2033	Penhor 2.691.432 Unidades de Participação do Fundo TDF + Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimo	22/09/2014	15/01/2025	Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimo	22/09/2014	17/06/2035	Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimo	12/08/2016	31/12/2033	Hipoteca Lote 26 do Empreendimento Magnólia, Troviscar, Lezíria Park 2, Villa Rio, Jardins da Póvoa e Parque Logístico da Póvoa + Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Papel Comercial	07/07/2010	31/12/2033	Penhor 2.691.432 Unidades de Participação do Fundo TDF + Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Nordea Bank Abp	Empréstimo	24/06/2020	26/06/2025	Reserva de Propriedade
Portugal	Novo Banco	Descoberto	01/02/2007	31/12/2033	Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Novo Banco	Empréstimo	12/08/2016	31/12/2033	Hipoteca Lote 26 do Empreendimento Magnólia, Troviscar, Lezíria Park 2, Villa Rio, Jardins da Póvoa e Parque Logístico da Póvoa + Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Novo Banco	Papel Comercial	16/12/2005	13/06/2025	Penhor 4.609.999 Ações BCP + Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Novo Banco	Papel Comercial	30/12/2013	31/12/2033	Penhor da totalidade das ações da EPOS e da totalidade de ações da C+PA + Penhor 762.813 Unidades de Participação Fundo TDF + Hipoteca Pólo Industrial do Montijo + Hipoteca 7 Lotes Mafamude + Hipoteca 9 Lotes Empreendimento Santa Marinha Design District - Santa Marinha + Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Novo Banco	Papel Comercial	28/12/2015	15/06/2027	Penhor 1.045.610 Ações da Recolte Espanha + Penhor de 50% das Ações da TDE + Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Novo Banco	Papel Comercial	14/01/2016	31/12/2033	Penhor da totalidade das ações TDGI + Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira

Compromissos financeiros:

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 as cartas de conforto prestadas pela TEIXEIRA DUARTE, S.A. e as suas subsidiárias ascendiam a 77.415 e 279.060 milhares de euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 estavam vigentes contratos de *factoring* sem recurso, os quais foram registados como redução de contas a receber, no montante de 3.771 e 10.123 milhares de euros, respetivamente. De acordo com as condições contratuais, a responsabilidade do Grupo restringe-se essencialmente, à garantia de aceitação por parte dos clientes das faturas objeto de *factoring*.

41 - GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Princípios gerais:

O Grupo encontra-se exposto a um conjunto de riscos financeiros que resultam da sua atividade, dos quais merecem destaque:

– riscos de taxa de juro decorrentes do passivo financeiro;

– risco de taxa de câmbio resultante, fundamentalmente, da existência de operações e ativos localizados fora da zona Euro, designadamente Angola, Argélia, Brasil, Colômbia, Equador, Macau, Marrocos, Moçambique, Perú e Venezuela, bem como, disponibilidade de divisas convertíveis em alguns desses mercados;

– risco de crédito, particularmente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a atividade operacional do Grupo; e,

– risco de liquidez, no que refere à manutenção de um equilíbrio da tesouraria.

A Direção Financeira do Grupo assegura a gestão centralizada das operações de financiamento, das aplicações dos excedentes de tesouraria, das transações cambiais assim como a gestão do risco de contraparte do Grupo. Adicionalmente, é responsável pela identificação, quantificação e pela proposta e implementação de medidas de gestão/mitigação dos riscos financeiros a que o Grupo se encontra exposto.

De seguida analisam-se de forma mais detalhada os principais riscos financeiros a que o Grupo se encontra exposto e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.

Risco de taxa de juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo a minimização do custo da dívida sujeito à manutenção de um nível baixo de volatilidade dos encargos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2024 o passivo financeiro é composto por 97,77% de taxa de juro variável (97,87% em 31 de dezembro de 2023) e 2,23% de taxa de juro fixa (2,13% em 31 de dezembro de 2023).

Caso as taxas de juro de mercado tivessem sido superiores (inferiores) em 1 p.p. durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os resultados financeiros daqueles períodos teriam (diminuído) aumentado em (7.516) / 7.516 milhares de euros e (7.560) / 7.560 milhares de euros, respetivamente.

A estrutura de capitais do Grupo Teixeira Duarte, determinada pela proporção entre os seus ativos e a sua dívida líquida, é gerida de forma a assegurar a continuidade e desenvolvimento das suas atividades operacionais, bem como a maximização do retorno dos seus acionistas e a otimização dos seus custos de financiamento. O Grupo monitoriza periodicamente a sua estrutura de capital, identificando riscos, oportunidades, bem como os ajustamentos necessários e definição de medidas para atingir as metas acima referidas.

Risco cambial

As atividades operacionais do Grupo estão expostas a variações das taxas de câmbio do Euro face a outras moedas.

Acresce que, tendo em consideração os diversos países onde o Grupo desenvolve a sua atividade, a sua exposição ao risco de taxa de câmbio decorre do facto das suas subsidiárias relatarem os ativos e passivos denominados em moeda diferente da moeda de relato, designadamente, Angola, Argélia, Brasil, Colômbia, Equador, Macau, Marrocos, Moçambique, Perú e Venezuela.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio seguida pelo Grupo tem como objetivo diminuir a sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, convertidos para euros em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 são como segue:

	Ativos		Passivos	
Moeda	2024	2023	2024	2023
Dinar Argelino	5.697	7.813	50.997	50.430
Dirham Marroquino	26	-	81	123
Dólar Americano	134.833	135.309	125.506	126.203
Dólar de Hong-Kong	-	-	5	-
Escudo Cabo Verdiano	-	9	-	-
Iene Japonês	39	43	99	325
Libra Esterlina	411	392	199	193
Kwanza Angolano	164.076	161.133	101.214	91.961
Metical Moçambicano	30.375	31.946	8.663	13.243
Novo Sol Peruano	4	4	-	-
Pataca Macaense	-	-	226	211
Peso Colombiano	-	-	193	-
Rand Africa Sul	62	72	148	227
Real Brasileiro	4.715	18.724	1.055	1.269
Rial do Qatar	-	-	-	617
	340.238	355.445	288.386	284.801

A gestão do risco cambial assenta numa permanente quantificação e monitorização das exposições financeira e contabilística.

Os eventuais impactos gerados no resultado líquido dos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 caso ocorresse uma apreciação de 5% das moedas acima referidas, podem ser resumidos como se segue:

Moeda	2024	2023
Dinar Argelino	(2.265)	(2.131)
Dirham Marroquino	(3)	(6)
Dólar Americano	466	455
Iene Japonês	(3)	(14)
Libra Esterlina	11	10
Kwanza Angolano	3.143	3.459
Metical Moçambicano	1.086	935
Pataca Macaense	(11)	(11)
Rand Africa Sul	(4)	(8)
Real Brasileiro	183	873
Rial do Qatar	-	(31)
	2.603	3.531

No entender do Conselho de Administração a análise de sensibilidade acima exposta, tendo por base a posição nas datas indicadas, pode não ser representativa da exposição ao risco de câmbio a que o Grupo se encontra sujeito ao longo do período.

Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a atividade operacional do Grupo. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar a incapacidade dos clientes do Grupo para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados do Grupo.

Este risco é monitorizado numa base regular por cada um dos negócios do Grupo com o objetivo de:

– limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber;

– acompanhar a evolução do nível de crédito concedido;

– analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular; e,

– as perdas por imparidade em contas a receber, são calculadas considerando:

  – a análise da antiguidade das contas a receber;

  – o perfil de risco do cliente;

  – as condições financeiras dos clientes; e,

  – a envolvente macroeconómica atual.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é convicção do Conselho de Administração que as perdas por imparidade em contas a receber estimadas se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 as contas a receber de clientes (Nota 27) para as quais não foram registadas perdas por imparidade, por o Conselho de Administração considerar que as mesmas são realizáveis, são as seguintes:

	2024	2023
Saldos		
Não vencido	85.304	76.511
Até 180 dias	34.093	33.968
De 180 a 360 dias	13.549	8.852
Mais de 360 dias	32.717	28.905
	165.663	148.236

A qualidade de crédito das contas a receber não vencidas incluídas no quadro acima, é monitorizada numa base regular com base nos objetivos acima descritos.

Risco de liquidez

Este risco pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida.

Como forma de mitigar este risco, o Grupo procura contratar novos financiamentos e manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua dívida em prazos adequados.

O passivo financeiro com vencimento até um ano é, sempre que se entenda adequado, substituído com maturidade a médio e longo prazo.

A maturidade dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é conforme segue:

	2024				
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	**Total**
Financiamentos obtidos	247.006	43.118	45.959	375.430	**711.513**
Responsabilidades com locações	7.667	6.307	2.945	7.805	**24.724**
Fornecedores	120.723	-	-	-	**120.723**
Adiantamentos de clientes	165.365	-	-	-	**165.365**
Outras dívidas a pagar	14.457	7.163	748	28.856	**51.224**
Outros passivos	81.667	175	188	-	**82.030**
	636.885	56.763	49.840	412.091	**1.155.579**

	2023				
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	**Total**
Financiamentos obtidos	220.694	45.244	41.654	419.578	727.171
Responsabilidades com locações	5.292	4.480	4.042	7.687	21.501
Fornecedores	145.054	-	-	-	145.054
Adiantamentos de clientes	135.273	46.264	-	-	181.537
Outras dívidas a pagar	19.348	21.164	4.894	16.396	61.802
Outros passivos	87.055	1.415	-	-	88.471
	612.717	118.567	50.590	443.661	**1.225.535**

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 o valor de disponibilidades de caixa e o valor não utilizado do programa de papel comercial e linhas de crédito ascendia a 154.660 milhares de euros e 141.111 milhares de euros, respetivamente.

42 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NO ÂMBITO DA IFRS 9

As políticas contabilísticas previstas na IFRS 9 para os instrumentos financeiros foram aplicadas aos seguintes itens:

	2024			
	Empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros	Outros passivos e financiamentos obtidos	**Total**
Ativos:				
Caixa e equivalentes a caixa	93.239	-	-	**93.239**
Clientes	165.663	-	-	**165.663**
Outros investimentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	5.038	-	**5.038**
Outros créditos a receber	30.918	-	-	**30.918**
Outros ativos	89.540	-	-	**89.540**
Total de ativos financeiros	379.360	5.038	-	**384.398**
Passivos:				
Financiamentos obtidos	-	-	711.513	**711.513**
Responsabilidades com locações	-	-	24.724	**24.724**
Fornecedores	-	-	120.723	**120.723**
Adiantamentos de clientes	-	-	165.365	**165.365**
Outras dívidas a pagar	-	-	51.224	**51.224**
Outros passivos	-	-	37.922	**37.922**
Total de passivos financeiros	-	-	1.111.471	**1.111.471**

	2023			
	Empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros	Outros passivos e financiamentos obtidos	**Total**
Ativos:				
Caixa e equivalentes a caixa	101.345	-	-	**101.345**
Clientes	148.237	-	-	**148.237**
Outros investimentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	14.211	-	**14.211**
Outros créditos a receber	33.571	-	-	**33.571**
Outros ativos	81.653	-	-	**81.653**
Total de ativos financeiros	364.806	14.211	-	**379.017**
Passivos:				
Financiamentos obtidos	-	-	727.171	**727.171**
Responsabilidades com locações	-	-	21.501	**21.501**
Fornecedores	-	-	145.054	**145.054**
Adiantamentos de clientes	-	-	181.537	**181.537**
Outras dívidas a pagar	-	-	61.802	**61.802**
Outros passivos	-	-	45.282	**45.282**
Total de passivos financeiros	-	-	1.182.347	**1.182.347**

43 - MENSURAÇÕES AO JUSTO VALOR

Estimativa de justo valor - ativos e passivos mensurados ao justo valor

A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao justo valor em 31 de dezembro de 2024 de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor:

– Nível 1: o justo valor de instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência da demonstração da posição financeira;

– Nível 2: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação; e,

– Nível 3: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

Categoria	Item	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos:				
Outros investimentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Ações	3.099	-	1.939
Propriedades de investimento	Edifícios e terrenos	-	100.197	-

Exceto no que respeita aos financiamentos obtidos não correntes, a generalidade dos ativos e passivos financeiros têm maturidades de curto prazo, pelo que se considera que o seu justo valor é idêntico aos respetivos valores contabilísticos.

Relativamente aos financiamentos obtidos, conforme evidenciado na Nota 35, a generalidade dos mesmos encontra-se contratado a taxas de juro variável. Desta forma, entende-se que o correspondente valor contabilístico (custo amortizado) não difere significativamente do correspondente valor de mercado.

44 – HONORÁRIOS E SERVIÇO DOS AUDITORES

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 os honorários por serviços prestados pelos auditores às sociedades que integram o Grupo (Moore e BDO em Portugal; Moore e Ernst & Young no Brasil; Moore na Bélgica; Delloite em Angola; Ernst & Young em Moçambique e ainda a outros auditores) foram os seguintes:

	2024	2023
Serviços de Revisão Legal de Contas e Auditoria	853	878
Outros serviços de garantia e fiabilidade	18	-
	871	878

45 – AJUSTAMENTOS DE CONVERSÃO CAMBIAL

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 os ajustamentos de conversão cambial apurados na conversão das demonstrações financeiras de empresas expressas em moeda estrangeira, por geografias, foram as seguintes:

	2024	2023
Angola	(6.068)	(169.471)
Argélia	(3.243)	665
Brasil	(25.925)	5.410
Moçambique	5.093	(2.456)
Venezuela	(389)	(1.240)
Outros mercados	(418)	44
Total	(30.950)	(167.048)

46 - APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 24 de abril de 2025, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal, pela Assembleia Geral de Acionistas, cuja reunião está prevista realizar-se no próximo dia 27 de maio de 2025.

47 – EVENTOS SUBSEQUENTES

A Teixeira Duarte não tem conhecimento de qualquer facto materialmente relevante, com impacto nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, que tenha ocorrido no período entre o final deste e a presente data.

Apesar disso, importa referir que a 27 de março de 2025 a subsidiária do Grupo dedicada à gestão de créditos, assinou um acordo de refinanciamento com os três principais Bancos. Este acordo, que abrange mais de 90% dos Financiamentos Bancários do Grupo, permitiu otimizar do custo da dívida e estender a sua maturidade, conforme quadro abaixo.

	2024	2024 (a)
2025	247.006	156.346
2026	43.118	79.691
2027	45.959	18.245
2028	40.562	15.491
2029	37.754	12.683
2030 e seguintes	297.114	429.057
	711.513	711.513

(c) Financiamentos do Grupo em 31 de dezembro de 2024, com as novas maturidades do Acordo Quadro.

O acordo prevê a amortização de uma das tranches de financiamento, no montante de 78.266 milhares de euros, através da entrega de ações de cinco sociedades de investimento coletivo imobiliárias, operação que deverá ficar concluída no segundo semestre deste ano.

Esta negociação contempla igualmente uma nova linha de garantias bancárias no montante de 190 milhões de euros, que vai reforçar a estabilidade financeira e o desenvolvimento das atividades do Grupo, nomeadamente na área construção.

Estas circunstâncias, conjugadas com as expetativas de evolução futura dos negócios do Grupo, irão permitir o reembolso integral dos montantes de capital em dívida.

PÁGINA PROPOSITADAMENTE DEIXADA EM BRANCO



Metro do Porto, Porto - Portugal

Relatório, Pareceres e Certificações dos Órgãos de Fiscalização 2024

RELATÓRIO E CONTAS 2024

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Acionistas,

Introdução

Nos termos previstos no artigo 420º, número 1, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais, nos Estatutos da Sociedade e no desempenho do mandato conferido, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu relatório sobre a ação fiscalizadora que exerceu na TEIXEIRA DUARTE, S.A., bem como o parecer sobre o relatório e contas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e sobre a proposta de aplicação de resultados.

O relatório e contas em apreciação foram aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 24 de abril de 2025 e contém o Relatório Consolidado de Gestão, incluindo o relato de sustentabilidade consolidado, o Relatório do Governo da Sociedade e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Relatório

No âmbito das atribuições e competências que nos estão legalmente conferidas, acompanhámos as atividades da Sociedade e do Grupo, designadamente através da participação regular da Presidente do Conselho Fiscal nas reuniões mensais do Conselho de Administração e através da participação de todos os membros do Conselho fiscal em outras reuniões e contactos com a Administração, quadros e outros responsáveis do Grupo.

Adicionalmente, reunimos por diversas vezes com o Revisor Oficial de Contas, acompanhando o desenvolvimento da sua função, e avaliámos o seu desempenho durante 2024 e até à presente data. Verificámos e acompanhámos a independência do mesmo, nos termos legais, em especial, verificando a sua adequação, tendo a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas declarado que não prestou quaisquer outros serviços, além do trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre o relato de sustentabilidade consolidado. A revisão legal de contas contribuiu positivamente para a integridade do processo de preparação e divulgação da informação financeira.

Promovemos, ainda, a realização de reuniões periódicas em que apreciámos a atividade e os negócios da Sociedade e do Grupo e o cumprimento da lei e do contrato social e analisámos o relatório e contas intercalar, incluindo as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados, por forma a assegurar que os mesmos conduzem a uma consistente e adequada avaliação do património e dos resultados.

Além destas reuniões, supervisionamos o processo de preparação e divulgação da informação financeira e não financeira anual contida nos documentos de prestação de contas e:

- verificámos que o relatório de gestão contém uma exposição clara dos aspetos mais significativos da evolução dos negócios, do desempenho financeiro e não financeiro e da situação patrimonial da Sociedade e do Grupo, bem como do impacto dos diversos contextos, incluindo contextos económicos ou políticos na atividade do Grupo e outras informações relevantes;

- verificámos que tanto o Relatório de Gestão, contendo o relato de sustentabilidade apresentado na secção "Declaração de Sustentabilidade", como o Relatório do Governo da Sociedade proporcionam informação detalhada sobre matérias significativas, cumprindo os requisitos aplicáveis, expondo, nomeadamente, matérias de sustentabilidade com relevância, principais riscos económicos, financeiros, jurídicos e outros, bem como outros aspetos da atividade, da gestão ou outros relevantes;

- apreciámos o Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade sobre o Relato de Sustentabilidade Consolidado, emitido em 30 de abril de 2025 pela Moore Stephens & Associados, SROC, S.A., o qual não contém reservas nem ênfases e contém um parágrafo de outras matérias declarando que a informação comparativa incluída no relato de sustentabilidade consolidado não foi sujeita a um trabalho de garantia de fiabilidade;

- verificámos que as Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, incluindo os respetivos anexos, proporcionam uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira da Sociedade e do Grupo TEIXEIRA DUARTE, respetivamente, bem como dos seus resultados, fluxos de caixa e alterações no Capital Próprio;

- apreciámos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas emitidas em 30 de abril de 2025 pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Moore Stephens & Associados, SROC, S.A., as quais não contêm reservas, nem ênfases. Apreciámos ainda o Relatório Adicional dirigido ao Conselho Fiscal, emitido pela referida Sociedade, nos termos da legislação em vigor, o qual descreve a forma como desenvolveu a auditoria e apurou as conclusões.

Em cumprimento do estabelecido na alínea c) do número 1 do artigo 29.º-G do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da TEIXEIRA DUARTE, S.A. e do Grupo de que a TEIXEIRA DUARTE, S.A. é empresa mãe. Declaram, ainda, que o relatório de gestão expõe fielmente sobre a evolução dos negócios, o desempenho e a posição financeira da TEIXEIRA DUARTE, S.A. e do Grupo de que a TEIXEIRA DUARTE, S.A. é empresa mãe, contendo o referido relatório uma descrição dos principais riscos e incertezas do negócio.

Parecer

Nos termos expostos, tendo em consideração as informações que nos foram facultadas pelo Conselho de Administração e pelos Serviços da Sociedade, as observações realizadas e, ainda, as conclusões constantes do Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade sobre o Relato de Sustentabilidade Consolidado, da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas emitidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, somos de parecer que sejam aprovados os documentos de prestação de contas, contendo o Relatório Consolidado de Gestão, incluindo o relato de sustentabilidade consolidado, o Relatório do Governo da Sociedade e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referentes ao ano de 2024 e a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 30 de abril de 2025

Ana Cristina Louro Ribeiro Doutor Simões – Presidente

João Salvador dos Santos Matias – Vogal

Carlos Manuel Bastos Rodrigues – Vogal

Moore Stephens
& Associados, SROC, S.A.
Av. Miguel Bombarda 36, 6º
1050-165 Lisboa, Portugal
T +351 218 471 933
www.moore.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Teixeira Duarte, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 1.045.648 milhares de euros e um total de capital próprio de 154.404 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 18.877 milhares de euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Teixeira Duarte, S.A. em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade, nos termos da lei, e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

MOORE

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA	SÍNTESE DA ABORDAGEM DE AUDITORIA
Valorização das participações financeiras em subsidiárias	
Conforme divulgado nas notas 3.2 a) e 7 anexas às demonstrações financeiras os investimentos financeiros em subsidiárias, no montante de 991.120 milhares de euros, são valorizados pelo método da equivalência patrimonial. A valorização das participações financeiras da Entidade foi considerada matéria relevante na nossa auditoria, porque o montante escriturado destes ativos é significativo e o processo de mensuração adotado é complexo, face ao elevado número de participações diretas e indiretas e à diversidade das geografias em que as subsidiárias operam.	Para validar a adequada valorização das participações financeiras executámos diversos procedimentos de auditoria com vista a mitigar os riscos de distorção material nesta área, destacando os seguintes: • Obtenção das demonstrações financeiras das subsidiárias e das respetivas certificações legais das contas; • Validação da uniformidade das políticas contabilísticas adotadas na valorização das participações financeiras diretas e indiretas detidas pela Entidade; • Pesquisa da existência de eventuais indícios de que estes ativos possam estar em imparidade; • Comprovação da adequação dos critérios de mensuração adotados, teste da exatidão dos cálculos efetuados e verificação do adequado reconhecimento contabilístico; e • Validação das divulgações incluídas nas notas anexas às demonstrações financeiras.
Passivos contingentes	
Conforme descrito na Nota 11 anexa às demonstrações financeiras, a Entidade tem diversos processos de natureza fiscal em curso, que foram divulgados como passivos contingentes, para os quais não foram registadas nas contas quaisquer responsabilidades. Os passivos contingentes de maior relevância estão associados aos processos da Zona Franca da Madeira – "Auxílios ilegais de Estado" que ascendem a cerca de 12.382 milhares de euros. Nos termos da NCRF 21 – "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes" a Entidade regista provisões sempre que considera provável um desfecho desfavorável para as contingências. Tendo em consideração os fundamentos e argumentos jurídicos apresentados pelos advogados, a gestão efetua a avaliação da probabilidade de desfecho dos processos e divulga a informação relevante. Consideramos este tema como uma matéria relevante de auditoria, dado o julgamento envolvido na avaliação dos passivos contingentes e da incerteza quanto ao desfecho dos processos.	Executámos procedimentos de auditoria com vista a mitigar os riscos de distorção material nesta área, destacando os seguintes: • Entendimento dos processos de avaliação das contingências realizados pela gestão; • Análise da relação dos litígios fiscais e legais que afetam a Entidade; • Análise das confirmações dos advogados internos e externos; • Análise das reclamações e contestações efetuadas pela Entidade às autoridades fiscais; • Análise de pareceres fiscais e jurídicos emitidos por assessores externos e, quando necessário, reuniões para obter esclarecimentos sobre assuntos relevantes; • Inquérito à gestão para corroborar os julgamentos assumidos na avaliação das contingências; e • Validação das divulgações incluídas nas notas anexas às demonstrações financeiras.

MOORE

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão, relatório de governo societário, demonstração não financeira e relatório sobre remunerações nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais na matéria de governo societário, bem como a verificação de que a demonstração não financeira e o relatório de remunerações foram apresentados.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais. Todavia, entendemos, dever salientar que a Entidade não preparou um relatório de gestão autónomo sobre a atividade individual uma vez que, conforme habitualmente, toda a informação relevante consta do relatório consolidado de gestão.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade incluiu no seu relatório de gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o relatório de remunerações

Dando cumprimento ao artigo 26.º-G, n.º 6, do Código dos Valores Mobiliários, informamos que a Entidade incluiu em capítulo autónomo, no seu relatório de governo societário, as informações previstas no n.º 2 do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos auditores da Teixeira Duarte, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de maio de 2015 para o mandato de 2015/2018, tendo sido reeleitos na assembleia geral de 27 de maio de 2019 para o mandato de 2019/2022, e novamente reeleitos na assembleia geral de 24 de maio de 2023 para o biénio em curso de 2023/2024;
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 30 de abril de 2025; e
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos, nos termos do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 30 de abril de 2025

_____

MOORE STEPHENS & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Representada por Ana Patrícia Correia Monteiro Varela
ROC Nº 1418, Registo CMVM Nº 20161028

Moore Stephens
& Associados, SROC, S.A.
Av. Miguel Bombarda 36, 6º
1050-165 Lisboa, Portugal
T +351 218 471 933
www.moore.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Teixeira Duarte, S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 1.458.802 milhares de euros e um total de capital próprio de 168.356 milhares de euros, incluindo um resultado líquido atribuível a detentores de capital de 25.641 milhares de euros), a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada do outro rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Teixeira Duarte, S.A. em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo, nos termos da lei, e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

MOORE

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA	SÍNTESE DA ABORDAGEM DE AUDITORIA
Exposição Internacional	
Conforme divulgado na Nota 7 anexa às demonstrações financeiras consolidadas, a atividade do Grupo está distribuída por 6 áreas de negócio, com operações concentradas em 4 países, com diferentes contextos económicos e riscos operacionais. A atividade exercida pelo Grupo fora de Portugal em representa 58,3% do volume de negócios de 2024. Conforme referido na Nota 41 anexa às demonstrações financeiras consolidadas, vários territórios onde o Grupo opera, estão sujeitos a flutuações cambiais significativas das suas moedas face ao euro. A exposição às divisas dos referidos países e o agravamento da envolvente económica global acarretam riscos acrescidos para o Grupo, nomeadamente: i) *Risco Cambial*, decorrente da forte flutuação das moedas funcionais locais face ao euro; ii) *Risco de Liquidez*, resultante de dificuldades de repatriamento de divisas desses territórios; e iii) *Risco de Crédito*, decorrente da redução do poder de compra dos clientes de diversas geografias e da insuficiente capacidade de resposta e apoios às economias locais. Pelo seu significado e imprevisibilidade, consideramos estes temas como matérias relevantes da nossa auditoria.	A nossa abordagem de auditoria incluiu a execução de diversos procedimentos com vista a mitigar os riscos de distorção material, destacando os seguintes: • Avaliação dos tipos de riscos a que o Grupo está exposto e validação da adequacidade das divulgações do Grupo, relativamente à política de gestão dos riscos; • Aferição do grau de exposição do Grupo a geografias de elevado risco cambial e de liquidez; • Avaliação dos riscos de cobrabilidade e da adequação do reconhecimento de eventuais imparidades em contas a receber; • Análise da conversão cambial das demonstrações financeiras em moeda estrangeira dos componentes das diferentes geografias; • Acompanhamento das ações desenvolvidas em 2024 para a redução da exposição do Grupo em geografias de maior instabilidade e risco de negócio; e • Validação das divulgações incluídas nas notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

MOORE

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA	*SÍNTESE DA ABORDAGEM DE AUDITORIA*

Reconhecimento do rédito de contratos de construção

Conforme evidenciado na Nota 7 anexa às demonstrações financeiras consolidadas, o rédito do Grupo provém de diversas áreas de negócio, sendo a construção o segmento com maior relevância, representando 56,3% do rédito de 2024.

Conforme referido na Nota 2.21 anexa às demonstrações financeiras consolidadas, os rendimentos e os gastos provenientes do segmento da construção são reconhecidos de acordo com a IFRS15 - "Rédito de contratos com clientes", a qual prevê que o rédito e as margens associados aos contratos de construção em curso sejam reconhecidos de acordo com o método dos inputs (grau de acabamento), determinada pelo rácio entre os gastos incorridos e os gastos totais estimados para cada obra.

Dada a incerteza e complexidade dos julgamentos associados às estimativas dos gastos a incorrer até à conclusão das obras, consideramos esta matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Executámos diversos procedimentos de auditoria com vista a mitigar os riscos de distorção material nesta área, destacando os seguintes:

- Descrição e avaliação dos procedimentos adotados e do ambiente de controlo interno relacionado com o reconhecimento do rédito de contratos de construção e teste da eficácia dos controlos existentes;
- Verificação da conformidade da política contabilística adotada com a IFRS 15 – "Rédito de contratos com clientes";
- Obtenção e conciliação dos mapas das obras com os valores constantes dos registos contabilísticos;
- Identificação e análise de uma amostra de contratos que suportam os rendimentos globais dos projetos;
- Seleção por amostragem de autos de medição e de orçamentos que suportam o cálculo das percentagens de acabamento e análise dos gastos incorridos e das estimativas de gastos a incorrer para concluírem as obras;
- Análise crítica dos julgamentos efetuados pela gestão relativamente às estimativas e ao reconhecimento das margens previsionais, por referência a informação histórica obtida;
- Revisão da razoabilidade e adequação de provisões necessárias para fazer face a eventuais perdas esperadas em contratos e ainda para garantias de obras; e
- Validação das divulgações incluídas nas notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA	*SÍNTESE DA ABORDAGEM DE AUDITORIA*

Valorização e reconhecimento de imparidades em clientes

Conforme divulgado na Nota 27 anexa às demonstrações financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de 2024 as perdas por imparidade acumuladas em contas a receber de clientes ascende a 89.309 milhares de euros, tendo sido reforçadas, no período, em cerca de 7.459 milhares de euros.

O Grupo reconhece as perdas por imparidades esperadas em contas a receber de clientes, em conformidade com a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, sendo a quantia de imparidades acumuladas atualizada em cada data de relato, por forma a refletir as alterações de risco de crédito ocorridas desde o reconhecimento inicial dos respetivos ativos.

A estimativa das perdas por imparidade é efetuada com base numa matriz de incobrabilidade, baseada no histórico de crédito dos clientes do Grupo, ajustada por fatores específicos identificáveis tais como geografia, unidade de negócio, tipologia do devedor, nível de solvabilidade e o agravamento generalizado das condições operacionais e financeiras dos clientes das diferentes geografias.

Consideramos este tema como uma matéria relevante de auditoria, sobretudo pelo facto de a recuperação de créditos, em algumas geografias, ser particularmente morosa e as estimativas utilizadas pela gestão envolverem um elevado grau de julgamento.

Executámos diversos procedimentos de auditoria com vista a mitigar os riscos de distorção material nesta área, destacando os seguintes:

- Entendimento e avaliação do ambiente de controlo interno especificamente associado à valorização e ao reconhecimento de imparidades em clientes, tendo identificado os controlos chave e testado a sua efetividade, com vista à redução do risco de distorção material associado a esta rubrica das demonstrações financeiras;
- Análise da antiguidade de saldos de clientes e identificação do valor das imparidades acumuladas relativamente aos créditos em mora;
- Revisão específica de saldos relevantes com entidades sediadas em geografias de maior risco, tendo em consideração a antiguidade da dívida, a capacidade financeira dos devedores e o histórico de cobranças;
- Avaliação dos critérios e pressupostos que estiveram na base dos julgamentos para reconhecer, ou não, ajustamentos por imparidade em clientes;
- Revisão do cálculo do valor descontado dos créditos e avaliação dos pressupostos utilizados pela gestão, nomeadamente o prazo estimado do recebimento e a taxa de desconto utilizada;
- Análise da matriz de incobrabilidade elaborada pela gestão para as várias entidades do Grupo, e validação dos seguintes parâmetros: i) identificação dos valores considerados por cada entidade no que respeita às imparidades reconhecidas nas contas; ii) avaliação da fiabilidade e da adequação da informação histórica utilizada; iii) aferição quanto à adequada segmentação das entidades do Grupo, tendo em consideração a sua geografia, segmento de negócio e tipologia de devedor; iv) avaliação dos pressupostos e da base de informação utilizados pela gestão para refletir o agravamento generalizado dos riscos de crédito;
- Realização de testes substantivos relativamente a recebimentos subsequentes ou ocorrência de eventos ou de negociações que reforcem as expetativas de recuperação dos créditos;
- Conclusão sobre a razoabilidade e adequação das quantias reconhecidas como imparidades acumuladas; e
- Validação das divulgações incluídas nas correspondentes notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA	SÍNTESE DA ABORDAGEM DE AUDITORIA

Valorização de classes homogéneas de ativos fixos tangíveis

Conforme descrito nas Notas 2.2, 2.5 e 20 anexas às demonstrações financeiras consolidadas, o Grupo continuou a adotar o modelo de revalorização como política contabilística adequada para a mensuração de classes homogéneas de ativos fixos tangíveis. Em 31 de dezembro de 2024 o valor dos ativos fixos tangíveis revalorizados, apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas, ascende a 324.483 milhares de euros.

A adoção do modelo de revalorização pressupõe que o justo valor possa ser determinado com fiabilidade.

As revalorizações foram efetuadas por avaliadores independentes de forma a assegurar que a quantia escriturada não difira materialmente do justo valor no fim do período de relato.

Dada a expressão dos efeitos e o nível de julgamento envolvido na revalorização destes ativos fixos tangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas, consideramos este tema como uma matéria relevante de auditoria.

Executámos procedimentos de auditoria com vista a mitigar os riscos de distorção material nesta área, destacando os seguintes:

- Apreciação dos critérios e pressupostos que estiveram na base dos julgamentos para identificar e reconhecer determinados ativos fixos tangíveis como integrantes das classes homogéneas identificadas;
- Identificação dos avaliadores externos e análise da sua credibilidade e independência;
- Aferição da razoabilidade dos principais pressupostos utilizados nas avaliações pelos peritos;
- Validação dos valores reconhecidos nas contas, por referência aos valores constantes das avaliações;
- Validação da adequada conversão cambial do justo valor dos referidos ativos localizadas no estrangeiro; e
- Validação das divulgações incluídas nas notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

Valorização das propriedades de investimento

As propriedades de investimento detidas pelo Grupo, representam cerca de 6,9% do total do ativo.

Em 31 de dezembro de 2024 a demonstração consolidada da posição financeira do Grupo, apresenta um total de 100.197 milhares de euros referente a propriedades de investimento. Conforme descrito nas Notas 2.2, 2.8 e 21 anexas às demonstrações financeiras consolidadas, as propriedades de investimento são mensuradas pelo justo valor, determinado através de avaliações efetuadas por entidades especializadas e independentes.

As propriedades de investimento encontram-se localizadas em Portugal (44.799 milhares de euros), em Angola (51.589 milhares de euros) e em Moçambique (3.809 milhares de euros).

Tendo em consideração a expressão destes ativos nas demonstrações financeiras consolidadas e o julgamento envolvido na determinação do justo valor, justifica que esta tenha sido tratada como matéria relevante da nossa auditoria.

Executámos procedimentos de auditoria com vista a mitigar os riscos de distorção material nesta área, destacando os seguintes:

- Identificação dos imóveis que foram objeto de avaliação;
- Identificação dos avaliadores externos e análise da sua credibilidade e independência;
- Aferição da razoabilidade dos principais pressupostos utilizados nas avaliações pelos peritos;
- Validação dos valores reconhecidos nas contas, por referência aos valores constantes das avaliações;
- Validação da adequada conversão cambial do justo valor das propriedades de investimento localizadas no estrangeiro; e
- Validação das divulgações incluídas nas notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

MOORE

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA	*SÍNTESE DA ABORDAGEM DE AUDITORIA*

Recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos

Conforme descrito na Nota 26 anexa às demonstrações financeiras consolidadas, o saldo da rubrica de ativos por impostos diferidos, em 31 de dezembro de 2024, ascende a 135.351 milhares de euros e tem a seguinte composição:

- 98.296 milhares de euros relativos a perdas por imparidade de ativos financeiros;
- 17.014 milhares de euros decorrentes de prejuízos fiscais reportáveis;
- 4.933 milhares de euros resultantes de crédito de imposto por dupla tributação internacional; e
- 15.108 milhares de euros relativos a outras situações.

Nos termos da IAS 12 – "Impostos sobre o rendimento", os ativos por impostos diferidos apenas podem ser registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a recuperabilidade dos referidos ativos.

O Grupo preparou uma estimativa dos lucros tributáveis para os períodos futuros, tomando por base o seu Plano de negócios e demais pressupostos assumidos pelo órgão de gestão.

Tendo em consideração a natureza, a extensão e o risco de recuperabilidade desta classe de ativos, entendemos que esta matéria se reveste de especial relevância para a nossa auditoria.

A nossa abordagem de auditoria incluiu a execução de diversos procedimentos com vista a mitigar os riscos de distorção material nesta área, destacando os seguintes:

- Análise da aplicabilidade dos normativos legais que reconhecem o direito à dedução de prejuízos fiscais em lucros tributáveis futuros;
- Verificação de que o reconhecimento dos ativos por impostos diferidos foi efetuado em conformidade com os normativos aplicáveis;
- Avaliação dos juízos e pressupostos adotados pelo órgão de gestão que servem de base às projeções efetuadas, que conduziram à determinação de lucros tributáveis futuros;
- Pesquisa de ocorrências ou situações que possam indiciar eventuais riscos na recuperação de ativos por impostos diferidos, designadamente por caducidade do direito à dedução; e
- Validação das divulgações incluídas nas notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

Passivos contingentes

Conforme descrito na Nota 40 anexa às demonstrações financeiras consolidadas, o Grupo tem diversos processos de natureza fiscal em curso, que foram divulgados como passivos contingentes, para os quais não foram registadas nas contas quaisquer responsabilidades. Os passivos contingentes de maior relevância estão associados aos processos da Zona Franca da Madeira – "Auxílios ilegais de Estado" que ascendem a cerca de 12.382 milhares de euros.

Nos termos da IAS 37 – "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes" o Grupo regista provisões sempre que considera provável um desfecho desfavorável para as contingências. Tendo em consideração os fundamentos e argumentos jurídicos apresentados pelos advogados, a gestão efetua a avaliação da probabilidade de desfecho dos processos e divulga a informação relevante.

Consideramos este tema como uma matéria relevante de auditoria, dado o julgamento envolvido na avaliação dos passivos contingentes e da incerteza quanto ao desfecho dos processos.

Executámos procedimentos de auditoria com vista a mitigar os riscos de distorção material nesta área, destacando os seguintes:

- Entendimento dos processos de avaliação das contingências realizados pela gestão;
- Análise da relação dos litígios fiscais e legais que afetam o Grupo;
- Análise das confirmações dos advogados internos e externos;
- Análise das reclamações e contestações efetuadas pelo Grupo às autoridades fiscais;
- Análise de pareceres fiscais e jurídicos emitidos por assessores externos e, quando necessário, reuniões para obter esclarecimentos sobre assuntos relevantes;
- Inquérito à gestão para corroborar os julgamentos assumidos na avaliação das contingências; e
- Validação das divulgações incluídas nas notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório consolidado de gestão, relatório de governo societário, demonstração não financeira consolidada e relatório sobre remunerações, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- planeámos e executamos a nossa auditoria para obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou unidades dentro do Grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e revisão do desempenho do trabalho efetuado para efeitos da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais em matéria de governo societário, bem como a verificação de que a demonstração não financeira consolidada e o relatório de remunerações foram apresentados.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais. Conforme referido no artigo 451.º, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira consolidada incluída no relatório consolidado de gestão.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

MOORE

Sobre a demonstração não financeira consolidada

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo incluiu no seu relatório consolidado de gestão a demonstração não financeira consolidada prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o relatório de remunerações

Dando cumprimento ao artigo 26.º-G, n.º 6, do Código dos Valores Mobiliários, informamos que o Grupo incluiu em capítulo autónomo, no seu relatório de governo societário, as informações previstas no n.º 2 do referido artigo.

Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras consolidadas da Teixeira Duarte, S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual, estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros:

- a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido; e

- a identificação e avaliação dos riscos de distorção material associados à marcação das informações das demonstrações financeiras consolidadas, em formato XBRL utilizando a tecnologia iXBRL. Esta avaliação baseou-se na compreensão do processo implementado pelo Grupo para marcar a informação.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual, estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos auditores da Teixeira Duarte, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de maio de 2015 para o mandato de 2015/2018, tendo sido reeleitos na assembleia geral de 27 de maio de 2019 para o mandato de 2019/2022, e novamente reeleitos na assembleia geral de 24 de maio de 2023 para o biénio em curso de 2023/2024;

- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude;
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 30 de abril de 2025; e
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Lisboa, 30 de abril de 2025

_____
MOORE STEPHENS & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Representada por Ana Patrícia Correia Monteiro Varela
ROC Nº 1418, Registo CMVM Nº 20161028

Moore Stephens
& Associados, SROC, S.A.
Av. Miguel Bombarda 36, 6º
1050-165 Lisboa, Portugal
T +351 218 471 933
www.moore.pt

Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade sobre o Relato de Sustentabilidade Consolidado

Ao Conselho de Administração da
Teixeira Duarte, S.A.

Conclusão de garantia limitada de fiabilidade

Realizámos um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre o relato de sustentabilidade consolidado da Teixeira Duarte, S.A. (o Grupo), incluído na secção "Declaração de Sustentabilidade" do Relatório de Gestão Consolidado (o "Relato de Sustentabilidade Consolidado"), com referência a 31 de dezembro de 2024 e para o período compreendido entre 1 de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024.

Com base nos procedimentos realizados e na prova obtida, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que o Relato de Sustentabilidade Consolidado, com referência a 31 de dezembro de 2024, não está preparado, em todos os aspetos materialmente relevantes, em conformidade com:

- as Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade ("ESRS"), incluindo que o processo seguido pelo Grupo para identificar a informação relatada no Relato de Sustentabilidade Consolidado (o "Processo") está de acordo com a descrição apresentada na nota "Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais"; e

- as divulgações previstas no Artigo 8º do Regulamento (UE) 2020/852 (o "Regulamento da Taxonomia"), incluídas na subsecção "Taxonomia europeia" dentro da secção "Informação ambiental" do Relato de Sustentabilidade Consolidado.

Bases para a conclusão

O nosso trabalho de garantia limitada de fiabilidade foi realizado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (Revista) "Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica", emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* da *International Federation of Accountants* e as demais normas e orientações técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC).

Os procedimentos realizados num trabalho de garantia limitada de fiabilidade são diferentes na natureza e tempestividade e são mais limitados do que os realizados num trabalho de garantia razoável de fiabilidade. Consequentemente, o nível de segurança obtido num trabalho de garantia limitada de fiabilidade é substancialmente inferior à segurança que poderia ter sido obtida caso tivesse sido realizado um trabalho de garantia razoável de fiabilidade.

As nossas responsabilidades ao abrigo desta norma estão descritas mais detalhadamente na secção "Responsabilidades do Auditor".

Consideramos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar bases para a nossa conclusão.

Qualidade e Independência

Aplicamos a Norma Internacional de Gestão de Qualidade 1 ("ISQM 1"), a qual requer que seja desenhado, implementado e mantido um sistema de gestão de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Cumprimos com os requisitos de independência e outros requisitos éticos do *International Code of Ethics for Professional Accountants* (incluindo as Normas Internacionais de Independência) emitido pelo *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC).

Responsabilidades do Conselho de Administração e do Órgão de Fiscalização pelo Relato de Sustentabilidade

É da responsabilidade do Conselho de Administração conceber, implementar e manter um processo para identificar a informação que consta do Relato de Sustentabilidade Consolidado, de acordo com as ESRS (o "Processo"), e por divulgar este processo na nota "Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais" do Relato de Sustentabilidade Consolidado.

Esta responsabilidade inclui:

- a compreensão do contexto em que as atividades e as relações comerciais do Grupo ocorrem e de que forma as partes interessadas podem ser afetadas;
- a identificação dos impactos reais e potenciais (negativos e positivos) relacionados com questões de sustentabilidade, bem como dos riscos e oportunidades que afetam, ou que se poderia razoavelmente esperar que afetem, a posição financeira, o desempenho financeiro, os fluxos de caixa, o acesso ao financiamento ou o custo de capital do Grupo a curto, médio ou longo prazo;
- a avaliação da materialidade dos impactos, riscos e oportunidades identificados relacionados com matérias de sustentabilidade, através da seleção e aplicação de limites adequados; e
- a definição de pressupostos que sejam razoáveis nas circunstâncias.

É ainda da responsabilidade do Conselho de Administração do Grupo:

- a preparação do Relato de Sustentabilidade Consolidado em conformidade com as ESRS;
- a preparação das divulgações incluídas na subsecção "Regulamento da Taxonomia" da secção ambiental "Informações ambientais" do Relato de Sustentabilidade Consolidado em conformidade com o Regulamento da Taxonomia;
- a conceção, implementação e manutenção de um sistema de controlo interno que o Conselho de Administração determine ser necessário para permitir a elaboração do Relato de Sustentabilidade Consolidado isento de distorções materiais, devido a fraude ou a erro; e
- a seleção e aplicação de métodos adequados para a preparação do Relato de Sustentabilidade e a definição de pressupostos e estimativas que sejam razoáveis nas circunstâncias.

O Órgão de Fiscalização é responsável por supervisionar o processo de relato de sustentabilidade consolidado do Grupo.

Limitações inerentes à preparação do Relato de Sustentabilidade Consolidado

Ao relatar informação prospetiva de acordo com as ESRS, o Conselho de Administração do Grupo é obrigado a preparar as informações prospetivas com base em pressupostos divulgados relativos a acontecimentos que podem ocorrer no futuro e possíveis ações futuras do Grupo. Frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma prevista, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos.

Responsabilidades do Auditor

A nossa responsabilidade consiste em planear e executar um trabalho de garantia e fiabilidade para obter garantia limitada sobre se o Relato de Sustentabilidade Consolidado está isento de distorções materiais, devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório de garantia limitada de fiabilidade que inclua a nossa conclusão. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou no agregado, se possa razoavelmente esperar que influenciem as decisões dos utilizadores tomadas com base no Relato de Sustentabilidade Consolidado como um todo.

Como parte de um trabalho de garantia limitada de fiabilidade realizado de acordo com a ISAE 3000 (Revista), exercemos julgamento profissional e mantemos o ceticismo profissional ao longo do trabalho.

As nossas responsabilidades em relação ao Relato de Sustentabilidade Consolidado, no que diz respeito ao Processo, incluem:

- obter uma compreensão do Processo, mas não com o propósito de expressar uma conclusão sobre a eficácia do Processo, incluindo o resultado do mesmo;
- considerar se a informação apresentada dá resposta aos requisitos de divulgação das ESRS aplicáveis; e
- conceber e executar procedimentos para avaliar se o Processo é consistente com a descrição efetuada pelo Grupo do seu Processo, conforme divulgado na nota “Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais”.

As nossas outras responsabilidades em relação ao Relato de Sustentabilidade Consolidado incluem:

- identificar divulgações onde é provável que surjam distorções materiais, quer devido a fraude ou a erro; e
- conceber e executar procedimentos dirigidos às divulgações no Relato de Sustentabilidade Consolidado onde seja provável que ocorram distorções materiais. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.

Resumo do trabalho realizado

Um trabalho de garantia limitada de fiabilidade envolve a execução de procedimentos para obter evidências sobre o Relato de Sustentabilidade Consolidado.

A natureza, a tempestividade e a extensão dos procedimentos selecionados dependem do julgamento profissional, incluindo a identificação de divulgações onde é provável que surjam distorções materiais, devido a fraude ou a erro, no Relato de Sustentabilidade Consolidado.

Na condução do nosso trabalho de garantia limitada de fiabilidade, em relação ao Processo:

- obtivemos a compreensão do Processo através de:
  - realização de indagações para entender as fontes de informação utilizadas pela gestão; e
  - revisão da documentação interna do Grupo sobre seu Processo.
- avaliámos se as evidências obtidas com base nos nossos procedimentos sobre o Processo implementado pelo Grupo eram consistentes com a descrição do Processo divulgada na nota "Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais".

Na condução do nosso trabalho de garantia limitada de fiabilidade em relação ao Relato de Sustentabilidade Consolidado:

- obtivemos uma compreensão dos processos de relato do Grupo relevantes para a preparação do seu Relato de Sustentabilidade Consolidado através da compreensão do ambiente de controlo, processos e sistema de informação do Grupo relevantes para a preparação do Relato de Sustentabilidade Consolidado, mas não com o objetivo de expressar uma conclusão sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliámos se a informação material identificada no Processo está incluída no Relato de Sustentabilidade Consolidado;
- avaliámos se a estrutura e a apresentação do Relato de Sustentabilidade Consolidado estão em conformidade com as ESRS;
- realizámos indagações ao pessoal relevante e procedimentos analíticos sobre divulgações selecionadas do Relato de Sustentabilidade Consolidado;
- realizámos procedimentos substantivos, numa base de amostragem, sobre divulgações selecionadas do Relato de Sustentabilidade Consolidado;
- obtivemos evidências sobre os métodos, pressupostos e dados utilizados para desenvolver estimativas e informações prospetivas materiais; e
- obtivemos uma compreensão do processo seguido pelo Grupo para identificar atividades económicas elegíveis e alinhadas com a taxonomia e as correspondentes divulgações no Relato de Sustentabilidade Consolidado.

Outras matérias

A informação comparativa incluída no Relato de Sustentabilidade Consolidado do Grupo não foi sujeita a um trabalho de garantia de fiabilidade.

Lisboa, 30 de abril de 2025

_____
MOORE STEPHENS & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Representada por Ana Patrícia Correia Monteiro Varela
ROC Nº 1418, Registo CMVM Nº 20161028

Contactos

PORTUGAL

Sede

Lagoas Park, Edifício 2
2740-265 Porto Salvo
Tel.: (+351) 217 912 300
Fax: (+351) 217 941 120
E-mail: geral@teixeiraduarte.pt
Site: www.teixeiraduarte.com

Polo Operacional Teixeira Duarte

Av. da Indústria, 540 2870-635 Alto do Estanqueiro
Jardia – Montijo
Tel.: (+351) 219 948 000
Fax: (+351) 210 096 888

Teixeira Duarte Madeira

Rua das Pretas, 4 - 4º Dto.
9000-049 Funchal – Madeira
Tel.: (+351) 291 206 930

Edifício Tower Plaza

Rotunda Engº Edgar Cardoso, nº 23 - Piso 8
4400-676
Vila Nova de Gaia
Tel.: (+351) 226 166 180
Fax: (+351) 226 104 297

ÁFRICA DO SUL

GLOBAL NET DISTRIBUTORS (PTY) LTD
Registered Office
RE79 Pretoria Road
Rynfield
Benoni 1501
Tel.: (+27) 071 161 5033

ANGOLA

Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem Loy
Baixo Morro Bento (Maxipark)
Edifício Teixeira Duarte, 387 – Luanda
Tel.: (+244) 222 641 500
Fax: (+244) 222 641 560

Polo Operacional Teixeira Duarte

Rua S/N, Zona Industrial Polo Operacional de Viana
Edifício Central
Viana – Luanda

ARGÉLIA

N° 01 Rue Amar Souiki- El Biar, Alger
Tel.: +213 (0) 23 39 44 27
Fax: +213 (0) 23 38 03 71

BÉLGICA

TDGI, S.A.

Avenue Kersbeek 308
1180 Bruxelles

BRASIL

Av. das Nações Unidas, 12.901, 2º andar, CJ 201, Torre Norte
Brooklin Paulista - São Paulo - SP
CEP: 04578-910
Tel.: (+55) 113 585 08 00

CABO VERDE

Rua de Espanha, Edifício Odessa, 1º andar
Achada de Santo António
Cidade da Praia – Santiago

CHINA (MACAU)

Avenida Dr. Mário Soares, nº 25
Edifício Montepio, Ap. 26-28, 3º Andar – Macau
Tel.: (+853) 28 780 288
Fax: (+853) 28 780 188

COLÔMBIA

Carrera 11, 94-02 - Oficina 201
Edifício Centro de Negócios Manhatan
Bogotá
Tel.: (+57) 1 6754530

EQUADOR

Avenida 12 de Octubre, nº 24-660
Calle Francisco Salazar, Edifício Concorde, Piso 11
Quito – Equador

ESPANHA

Calle Caleruega 76, Piso 1.º,
Oficina 1
28036 Madrid
Tel.: (+34) 915 550 903
Fax: (+34) 915 972 834

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

1030 Salem Road Union, NJ 07083

GABÃO

SOMAFEL Gabon

BP: 18041
Libreville
Tel.: (+241) 062 53 20 48

KUWAIT

Mazaya Towers, Tower 2, 8th Floor
Khalid Ibn Al Waleed St., Block 3, Mirqab
Kuwait City
Tel: (+965) 2228 2382

MARROCOS

SOMAFEL, S.A (Sucursal)

Lotissement La Colline II - n° 10 Sidi Maârouf
20190 Casablanca
Tel.: (+212) 666 29 05 89
Fax: (+212) 522 97 39 20

MOÇAMBIQUE

Avenida 24 de Julho, número 11, 3º piso
Polana Shopping
Tel.: (+258) 214 914 01

PERU

Avenida Javier Prado Este Nº 560
Int.1601
San Isidro – Lima

QATAR

TDGISERV Services WLL

Al Mana Plaza, 50, 7th Floor, Office 702
Qatari Bin Al Fujaah St., Feerej Bin Mahmoud
PO Box 12705 Doha – Catar
Tel.: (+974) 4498 9556

VENEZUELA

Av. Entre la Avenida Francisco de Miranda y Avenida Libertador
CC Conjunto Multicentro Empresarial del Este
Nivel Piso 13 OF 136-A
Urb. Chacao Caracas (Chacao) Miranda
Zona Postal 1060

PÁGINA PROPOSITADAMENTE DEIXADA EM BRANCO

GRUPO TEIXEIRA DUARTE

100 ANOS

CONSTRUINDO
UM MUNDO MELHOR

TEIXEIRADUARTE.COM